UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

AS CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS DE FLORESTAN FERNANDES: O DEBATE COM A PEDAGOGIA NOVA E A CENTRALIDADE DA CATEGORIA REVOLUÇÃO

GILCILENE DE OLIVEIRA DAMASCENO BARÃO

CAMPINAS
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GILCILENE DE OLIVEIRA DAMASCENO BARÃO

AS CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS DE FLORESTAN FERNANDES: O DEBATE COM A PEDAGOGIA NOVA E A CENTRALIDADE DA CATEGORIA REVOLUÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Filosofia e História da Educação

ORIENTADOR: DR. DERMEVAL SAVIANI

CAMPINAS
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Título: As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a Pedagogia Nova e a centralidade da categoria Revolução

Autor: Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Orientador: Dermeval Saviani

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 22 de fevereiro de 2008.

Assinatura: .....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

ano 2008

© by Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão, 2008.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Educação/ UNICAMP

Barão, Gilcilene de Oliveira Damasceno.
B231c As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução. / Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Dermeval Saviani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Capitalismo. 3. Revolução. 4. Historia da educação. 5. Pedagogia. I. Saviani, Dermeval. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-105/BFE

Título em inglês : The educational contributions of Florestan Fernandes: the debate with the New Pedagogy and the centrality of the category revolution
Keywords : Fernandes, Florestan, 1920-1995 ; Capitalism ; Revolution ; History of Education ; Pedagogy
Área de concentração : Sociedade, Política, Cultura e Educação
Titulação : Doutor em Educação
Banca examinadora : Prof. Dr. Dermeval Saviani (Orientador)
Prof. Dr. José Luís Sanfelice
Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho
Profª. Drª. Míriam Limoeiro Cardoso
Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior
Data da defesa: 22/02/2008
Programa de Pós-Graduação : Educação
e-mail : gildb@superig.com.br

Aos meus pais que não tiveram condições de estudar, mas desde pequena me ensinaram a valorizar a escola e o conhecimento. Amo vocês!

Ao Barão, amor de toda vida, ser humano generoso e valioso companheiro que compartilha o amor e a luta pela transformação.

À Ana Clara, minha menina, cujo vigor, disposição, alegria e curiosidade trazem esperança à existência futura.

AGRADECIMENTOS

O meu muito obrigada, com afeto:

Ao meu orientador, Dermeval Saviani, pelo rico processo de diálogo intelectual, pleno de compromissos e rigor teórico, e fundamental para a elaboração de várias das teses aqui expostas. A grata surpresa foi conhecer a figura humana do intelectual generoso, atento e companheiro, que soube respeitar meu tempo de produção e valorizar a minha autonomia intelectual.

À UNICAMP, e especialmente ao HISTEDBR e ao GT UNICAMP, pelas condições materiais e humanas que oferece aos seus estudantes. Em especial quero agradecer ao corpo docente e aos funcionários técnicos que traduzem em suas práticas o compromisso com a Universidade pública.

À UERJ, instituição pública que me propiciou condições materiais para a minha formação.

Ao Sérgio Castanho e ao José Sanfelice, pelas sugestões quando do meu exame de qualificação, e ao Claudinei Lombardi, nosso Zezo, pela amizade, interlocução e estudo do marxismo com rigor e paixão.

À Miriam Limoeiro Cardoso e ao Celestino Alves da Silva Junior, ilustres pesquisadores que aceitaram participar da banca de defesa, para discussão e avaliação deste trabalho.

Aos amigos de Campinas Maria Isabel, Nelito, Samira, Maria de Fátima e Elza, exemplos de dedicação, solidariedade e disponibilidade. Aos do Rio de Janeiro Cleier, Valéria e Mary Jane obrigada pela amizade e acarinho quando precisei. Vocês foram imprescindíveis!!!!

Ao José Paulo Neto e a Virgínia Fontes, amigos queridos, que foram essenciais para elaboração desta Tese. Zé Paulo compartilhou comigo sua admiração e conhecimento da produção do Florestan. Virgínia foi uma das primeiras a discutir este trabalho, quando era ainda apenas intenção de pesquisa.

Ao Vladimir Sachetta, José Paulo Netto, Carlos Guilherme Mota, Laurez Cerqueira, Celso Beisiegel, Paulo Martinez, Miguel Urbano Rodriguez e Ivan Valente, pelas entrevistas que me permitiram apreender muitos aspectos da trajetória e obra de Florestan.

Ao Miguel Urbano Rodriguez, amigo conquistado, que, nas conversas, via e-mail, revelou-me o perfil lutador de Florestan e a dimensão da revolução, da luta pelo socialismo e do comunismo para sua existência.

À Alessandra e à Vera, pela atenção no atendimento e colaboração quando da pesquisa no acervo da biblioteca do Florestan Fernandes na UFSCar.

Ao Diogo, grande amigo, e a Lidiane, pela interlocução sobre a produção de Florestan.

Aos professores da FEBF e, em especial, aos colegas do Departamento de Gestão. Ao Paulo e a Dinair, que assumiram minhas turmas no período em que me licenciei. Aura Helena, Icléa, Sonia Sandra, Aníbal, Sonia Mendes , Jorge, Mauro, Malu, Livingstone, Joana e Mônica, obrigada pela colaboração sempre que precisei.

À amiga e companheira Alzira, por continuar o nosso projeto de extensão e pelas atitudes solidárias neste percurso de pesquisa, especialmente nos momentos de maiores dificuldades.

À Bete Buss, amiga de longa data, comprometida com o desenvolvimento intelectual dos alunos da escola pública. Você tornou a minha "solidão acompanhada" com os seus telefonemas para saber como "andava a Tese".

À amiga Sirley que me cedeu as transcrições das aulas do Florestan na PUC/SP do ano de 1984 e ao Luiz que contribuiu para que estas chegassem na minha casa.

Marcia querida, você foi essencial nesta reta final. Muito obrigada!

Aos meus pais, Gerson e Gilda. Mãe, sem você não teria conseguido. Você cuidou da minha casa e família, especialmente, nas ausências para as viagens a Campinas. Além disso, em todos os momentos decisivos, esteve ao meu lado oferecendo uma comidinha e um carinho que só uma mãe sabe dar. Obrigada do fundo do meu coração! Pai, obrigada por compartilhar minha mãe comigo e por toda preocupação e torcida para eu terminar este trabalho. Aos demais familiares, obrigada por compreenderem minha distância neste período: Tatá, Juju, Gilvan, Neide, Gilson, Cláudia, Flavinha, Lucena, Mônica, Babá (in memória) e Seu Ruben (in memória).

Ao Barão, companheiro amado, que tem grandes responsabilidades neste ciclo que estou concluindo. Você, com sua generosidade, propiciou condições materiais e teóricas para a minha formação, especialmente ao oferecer-me as raridades da sua biblioteca, acompanhar-me nas idas aos sebos para encontrar aquele livro essencial, uma obra de Florestan. Mas, acima de tudo, quero agradecer o afeto e a companhia amorosa, vitais para o desenvolvimento intelectual que alcancei com este trabalho. Eu te amo.

À Ana Clara, minha menina linda, que, pela música e pelas letras, tem compartilhado com a mamãe a importância do ser e do conhecer. Obrigada pela paciência de ver a mamãe estudando o Florestan quando você queria brincar e passear. Eu te amo. Alguns conselhos da Ana Clara neste período do doutorado: " Mamãe tive uma idéia: - diz ao seu professor que o computador teve e vírus e precisa ser cuidado no veterinário. Assim, por um mês você vai brincar comigo e o seu professor não vai brigar com você. Coitado do computador!!!!" (6 anos) [....] "Mamãe porque você não faz um resumo desta história de Florestan Fernandes para acabar logo com isso. Poxa, até eu sei fazer resumo: Florestan faz isso, faz aquilo, etc blá, blá e acabou" (7 anos) .

Que fazer? (Ferreira Gullar)

Você que mora no alheio,
que anda de lotação,
que trabalha o dia inteiro
pra enriquecer o patrão
-que ainda espera desse
mundo
de injustiça e exploração?

Você que paga aluguel,
que pagará toda a vida
a casa que não é sua,
que pode a qualquer
momento
ser posto no olho da rua
-que pode esperar da vida
que deveria ser sua?

Que pode esperar da vida
quem a compra à prestação?
Quem não tem outra saída:
-ser escravo ou ser ladrão?
Que pode esperar da vida
que a recebe vendida
por seu pai ao seu patrão?

Pro patrão você trabalha
dia e noite sem parar.
Você queima a sua vida
pra ele a vida gozar.
Você gasta a sua vida
pra dele se prolongar.
Você dá duro, padece,
você se esgota, adoece,
e quando, enfim, envelhece
o que é ruim vai piorar.
Só então você percebe
que tempo você perdeu.
Você vê que sua vida
foi dura mas não valeu.
Você passou a seu filho
o mundo que recebeu:
O mundo injusto e sem
brilho
que, de fato, nem foi seu,
que não será do seu filho
se nele não se acendeu
o sentimento profundo
que traz o homem pra luta
-luta que fará o mundo
ser dele, ser meu, ser teu.

Por isso meu companheiro,
que trabalha o dia inteiro

Q

pra enriquecer o patrão,
Te aponto um novo caminho
para tua salvação,
a salvação de teu filho
e o filho do teu irmão:
Te aponto o caminho novo
da nossa revolução.

Então verás que tua vida
ganha nova dimensão,
que em vez de triste e
perdida
terá força e direção.
E cada homem da rua
Verás como teu irmão
que, sabendo ou não
sabendo,
procura a libertação.

Sentirás que o mar que bate
na praia não bate em vão;
Que a flor que cresce no
Meyer
não cresce no Meyer em
vão;
Que o passarinho que
canta
não canta pra teu patrão;
Que a grama verde que
cresce
empurra a revolução.

O mundo ganhou sentido,
teu braço ganhou função.
A revolução floresce
na minha, na tua mão,
que nada há mais que a
detenha
-nem polícia nem bloqueio
nem bomba nem
"Lacerdão"-
que ela assobia no vento
e marcha na multidão,
ilumina o firmamento,
gira na constelação
porque já foi deflagrada
no meu, no teu coração.

RESUMO

Este trabalho teve como objeto de análise os escritos educacionais de Florestan Fernandes produzidas nas décadas de 50 e 60. Para isso foi investigado o universo categorial presente em sua produção, que se consolida a partir de 1950, com destaque para as categorias revolução e luta de classes e sua aplicação teórica na abordagem da realidade brasileira. Trabalhou-se com as seguintes fontes de pesquisa: as produções do autor, entrevistas, correspondências e transcrição de aulas por ele ministradas. A opção de pesquisar a temática da revolução foi essencial para o inventário das contribuições educacionais, por permitir o conhecimento de seu arcabouço teórico sobre imperialismo total, a periodização do capitalismo no Brasil, o capitalismo dependente, e a noção de época histórica. Essa metodologia tornou possível redimensionar as análises sobre suas contribuições educacionais, especialmente, sua interlocução crítica com a Pedagogia Nova no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente com Anísio Teixeira e Kilpatrick. O inventário das contribuições educacionais de Florestan tem as seguintes temáticas: a vida universitária e o fazer docente; os projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual do estudante; a interlocução e a crítica à Pedagogia Nova; referências teóricas a uma pedagogia crítica; implicações educacionais das categorias "revolução" e "luta de classes". As pesquisas sobre marxismo e educação, na realidade brasileira, devem considerar as contribuições teóricas das produções de Florestan Fernandes, pois o seu arcabouço teórico apresenta referências fundamentais para as problemáticas vinculadas à vida e aos dilemas sociais que afetam o homem no capitalismo dependente.

Palavras-chaves: Florestan Fernandes, Capitalismo dependente, Revolução, História da Educação e Pedagogia Nova.

ABSTRACT

This work is centered on the analysis of the educational writings of Florestan Fernandes produced in the decades of 50 and 60. With this purpose the categorical universe, consolidated from 1950 on, present in his intellectual production was investigated, with prominence to the categories of revolution and class struggle and their theoretical application to the approach of the Brazilian reality. The present work included the following sources of research: the author's works, interviews, correspondences and transcriptions of classes. The choice of researching the thematic of revolution was very essential for the balance of his educational contributions because it allows the knowledge of the theoretical framework of the category of "total imperialism", the periodization of the capitalism in Brazil, the category of dependent capitalism, and the notion of historical age. This methodology has made possible the a proper evaluation of his educational contributions, specially his debate with the New Pedagogy in Brazil and in the United States, mainly represented by Anísio Teixeira and Kilpatrick, respectively. The educational contributions of Florestan Fernandes can be classified as follows: contributions to the cultural and intellectual development, the debate and the criticism towards the New Pedagogy; theoretical references to a critical pedagogy; educational consequences of the categories "revolution" and "class struggle". The research on marxism and education, in the brazilian reality, must consider the theoretical contributions of Florestan Fernandes because his theoretical framework contains fundamental references to the study of the problems related to the life and social dilemmas that affect the men in the dependent capitalism.

Key words: Florestan Fernandes, Dependent Capitalism, Revolution, History of Education e New Pedagogy.

SUMÁRIO

Dedicatória.....**05**
Agradecimentos..... **06**
Epígrafe.....**08**
Resumo.....**09**
Abstract.....**10**

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO I – O autor e sua obra.....21

1. Aspectos biográficos: Florestan, o intelectual homem panorâmico.....22
2. O conjunto da obra: referências bibliográficas, temáticas e intérpretes.....38
2.1. Referências bibliográficas..... 50
2.2. Temáticas e intérpretes.....64

CAPÍTULO II – As chaves de leitura: questões preliminares.....77

1. Primeira chave: A realidade brasileira e a evolução da trajetória de Florestan Fernandes 78
2. Segunda chave: A obra: contexto e conteúdo.....94
3. Terceira chave: A contribuição teórica: estrutura e história.....107
3.1. Breves aspectos do debate sobre estrutura e história no marxismo.....110
4. As contribuições das três chaves de leitura.....115

CAPÍTULO III – O arcabouço teórico de Florestan Fernandes: a realidade brasileira, o capitalismo dependente e a centralidade na categoria revolução..... 119

1. Contexto internacional e a produção de Florestan: Pós-Guerra e capitalismo monopolista.....123
1.1. Capitalismo monopolista – Alguns debates.....128
1.2. Florestan Fernandes e a periodização do capitalismo: Imperialismo e contra-revolução.....139
1.2.1) Dominação externa imperialista no Brasil e o desenvolvimento do capitalismo dependente.....151
1.2.2) Elementos da base teórica de Florestan sobre o imperialismo.....160
2. O capitalismo dependente no Brasil e a exigência da "recapturação" da Categoria revolução e luta de classes.....169
2.1. O conteúdo da produção e o contexto: a revolução em debate.....170
2.2. "Recapturação" de categorias centrais do marxismo.....195
2.2.1) A luta de classes no centro do debate.....201
2.2.2) Revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem.....209
2.3. A revolução burguesa e a revolução proletária: a concomitância de revolução.....216

2.3.1) A noção de época histórica.....216
2.3.2) A revolução burguesa e suas especificidades históricas.....221

CAPÍTULO IV – Contribuições educacionais de Florestan: fazer docente, interlocução crítica com a Pedagogia Nova e implicações educacionais da categoria revolução.....245

1. O contexto dos anos 1950 e 60 e o debate educacional: capitalismo monopolista, nacionalismo, nacional-desenvolvimentista, revolução, Pedagogia Nova e educação popular 249
2. Os escritos educacionais sobre Florestan e a atual historiografia da Educação dos anos 1950 e 60.....259
3. As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: temáticas e implicações educacionais da categoria revolução.....279
3.1. A vida universitária e a docência: produção científica, luta teórica e trincheira de luta 280
3.1.1. As atividades exercidas na Universidade: transformações no ensino de Sociologia.....287
3.1.2. As atividades exercidas na Universidade: Trabalho em grupo e projetos coletivos.....295
3.1.3. As atividades exercidas na Universidade: Contestação, rebelião crítica e radicalidades.....299
3.2. Os projetos editorias: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual.....304
3.3. A contribuição teórica de Florestan Fernandes (1957 a 1966): interlocução crítica com a Pedagogia Nova e elementos para uma Pedagogia Crítica.....309
3.3.1. Florestan Fernandes e a interlocução com a Pedagogia Nova no Brasil através de Anísio Teixeira.....310
3.3.2. Florestan Fernandes e a crítica aos teóricos norte-americanos da Pedagogia Nova: Kilpatrick e Counts.....313
3.4. A contribuição de Florestan para a construção da Pedagogia crítica: fundamentos pedagógicos, referências teóricas, valores para ampliar a filosofia democrática e implicações educacionais da categoria "revolução".....333
3.4.1. Fundamentos pedagógicos do universo teórico de Florestan: referências teóricas e valores para ampliar a filosofia transplantada.....334
3.4.2. As implicações educacionais da categoria revolução: da pedagogia crítica à pedagogia da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem.....358

CONCLUSÃO.....366
REFERÊNCIAS.....375
APÊNDICE.....399

INTRODUÇÃO

> A debilidade de nossa situação era tão grande que eu próprio – basta ver os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* – fui procurar ganhar solidez e terrenos nos clássicos. Eu era militante do movimento de esquerda, extremado, eu poderia ter ficado um marxista dogmático; de lá para cá, ter superado o Caio Jr. Em matéria de preocupação pela dialética. E, no entanto, não fiz isso, estudei simultaneamente antropologia, sociologia, um pouco de psicologia, alguma economia, alguma filosofia, muita história. Quer dizer, fiz uma coisa que os marxistas que não são o próprio Marx às vezes chamam de orientação eclética. (FERNANDES, A1995d, p.12).

As epígrafes de abertura da Tese e desta introdução traduzem o conteúdo da pesquisa realizada neste trabalho de doutorado. O objetivo foi pesquisar os escritos educacionais de Florestan Fernandes nas décadas de 1950 e 60, tendo como horizonte de análise a recuperação marxista da categoria revolução empreendida após os anos 1950 para relacionar indícios e implicações nas suas contribuições educacionais.

Algumas interpretações da obra de Florestan vêm insistindo em que a sua produção da década de 1940 aos anos 60 é cientificista, racionalista e vinculada à ordem pela vida institucional universitária. De outro lado, há os que afirmam que, após 1969, a quebra de vínculo institucional ocasionou um giro em sua produção e esta se tornou política, revolucionária, deixando de operar com os instrumentais da ciência. Inicialmente estas interpretações mobilizaram-me a estudar os dois momentos em que Florestan defendeu a escola pública: a participação na Campanha de Defesa da Escola Pública (59/61) e a atuação no parlamento (87/95), com objetivo de produzir uma pesquisa a partir da educação que problematizasse as interpretações sobre a evolução teórica de Florestan.

O estudo do conjunto da produção e a opção metodológica de aprofundar o arcabouço teórico da recuperação da categoria revolução demonstraram que o

objetivo de pesquisa precisaria ser redimensionado, pois parafraseando Marx, a anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco. Assim, a partir da compreensão do ponto de chegada teórico de Florestan: estudo do imperialismo, recuperação da categoria revolução, análise da teoria da luta de classes e das especificidades da transformação capitalista, foi possível compreender outras dimensões da relação entre Florestan e a educação, ainda não pesquisadas.

Saviani (C1991a) aventou a hipótese de que a ausência de uma concepção educacional da esquerda, no Brasil dos anos 1920 aos anos 60, tem relação com a "Tese de que os diferentes partidos comunistas, logo, o movimento proletário, nos diferentes países, deveria atuar segundo uma estratégia em que cabia liderar a realização da revolução democrático-burguesa como etapa necessária para se passar, depois, a uma revolução socialista" (p.62). No campo educacional, portanto, as diretrizes da Pedagogia Nova traduziriam a revolução democrático-burguesa, as forças de esquerda, inclusive o partido comunista, tenderam a se identificar com o ideário escolanovista.

Florestan, neste período, não se filiou ao Partido Comunista no Brasil porque não concordava com a diretriz política de frente nacional contra o imperialismo e, também, estava em debate crítico com as concepções de desenvolvimento do ISEB. Por outro lado, nas produções educacionais sobre a Campanha ou nas conferências ministradas no período da luta pela reforma universitária, Florestan não escrevia, nem expunha suas convicções socialistas. Nestas ocasiões realizou a "crítica moral" ao Estado burguês e ministrou palestras para conscientizar e ampliar a frente de defesa da Escola Pública e da Universidade multifuncional e integrada. No debate internacional, Florestan realizou interlocução com as produções clássicas e, por exemplo, foi um crítico da concepção vaga de mudança social dos Cientistas Sociais americanos. Em que pontos de seus escritos educacionais identifica-se esta perspectiva crítica? O que o arcabouço teórico da centralidade na revolução, que estava em processo, pode ser relacionado aos escritos educacionais?

Na sistematização das produções educacionais destacou-se, dentre outros, no final dos anos 1940, o debate internacional entre a Pedagogia Soviética e a Pedagogia Nova. Neste contexto foi possível situar as contribuições de Florestan. Além disso, durante esta pesquisa, foi observado que, em vários escritos de

Florestan, a expressão "educação para uma civilização em mudança" aparecia entre aspas. Na introdução do livro *Educação e sociedade no Brasil*, foi possível perceber aspectos do conteúdo da sua produção que não haviam sido apreendidos, sobretudo a de um intelectual em diálogo com a Pedagogia Nova. Nesta interlocução, por exemplo, Florestan criticou os pressupostos da concepção de mudança de Kilpatrick e da apologia da vida americana de Counts.

Pesquisar a produção de Florestan tem um duplo objetivo para a Pedagogia e a História da Educação: primeiro, o de verificar suas contribuições para educação nas décadas de 50 e 60, relacionando-as com sua evolução intelectual, em processo. Segundo, o de explicitar o intelectual que usou a luta teórica como trincheira de combate e estabeleceu diálogo crítico em várias frentes, inaugurando, como afirma Ianni, a Sociologia crítica no Brasil, com destaque para a centralidade da recuperação marxista da categoria revolução.

Marxismo e educação tem sido uma relação de grande interesse em minha formação acadêmica e política. A pesquisa sobre a centralidade da categoria revolução, seus indícios e implicações educacionais, oferece subsídios para dimensionar tal relação na realidade concreta do capitalismo dependente, sob o imperialismo total, no Brasil.

Ao desenvolver uma reflexão sobre *O pensamento da esquerda e a educação na república brasileira*, Saviani adota como definição, para o pensamento de esquerda, aquele que "corresponde aos interesses das camadas populares, aos interesses da classe trabalhadora" (C1991a, p.59), e destaca que o pensamento de esquerda, no início da república, era marcado pela hegemonia anarquista, com característica internacionalista. A partir da Revolução Russa (1917) e da criação do PCB (1922), "a influência do comunismo e basicamente do pensamento marxista tende a se tornar predominante no pensamento de esquerda no Brasil" (SAVIANI, *op.cit.*, p.60).

Yamamoto (C1996), no livro *A educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*, desenvolve uma sistematização sobre o campo educacional que começa a emergir nos anos 1970, tendo por base uma produção com forte inserção histórica e crítica ao projeto de educação dos governos militares. Ele procurou compreender a incidência e o impacto do marxismo no pensamento educacional

brasileiro. Os trabalhos de Florestan e Marilena Chauí, embora fossem marxistas, não foram objetos de análise, pois, para o autor, eles apenas "incidentalmente dedicaram-se aos estudos da educação e da política educacional"[1]. (YAMAMOTO, *op.cit*, p.104).

Refletir sobre a temática do marxismo e da educação na realidade brasileira exige, sem dúvida, o estudo da obra de Florestan Fernandes. Ele foi um teórico capaz de pesquisar diferentes temáticas que continuam oferecendo instrumentais centrais às Ciências Sociais e Humanas, contribuindo para a compreensão dos dilemas sociais do proletariado na realidade brasileira. Em sua complexa obra, nota-se uma preocupação constante em explicar o capitalismo, percebe-se que seguiu, no seu labor intelectual, o rigor científico desenvolvido por Marx e Engels. De acordo com Florestan:

> suplantam, tanto no terreno empírico quanto no da teoria, porque projetam a pesquisa histórica sobre a formação e o desenvolvimento da nova classe revolucionária e sobre o presente *in flux*, buscando na luta de classes uma chave para interpretar o futuro em perspectiva histórica. De um golpe, eles eliminam o arraigamento estático da história, que excluía o sujeito-investigador do circuito histórico e convertia o passado em um santuário de arquivos e documentos. (FERNANDES, A1983, p.14).

Este rigor também pode ser encontrado na atividade universitária de Florestan[2]. Ele não era pedagogo, mas revelou-se um verdadeiro educador, teórico e militante. Em sua contribuição teórica, encontram-se instrumentos de análise coerentes com sua prática de professor, pesquisador, defensor da escola pública, publicista e cientista social. Além desta coerência, sua obra oferece referências para entender os dinamismos da luta de classes na realidade brasileira e realizar os combates necessários contra a assimilação acrítica de teorias, geralmente, em moda na Europa e nos Estados Unidos.

---

[1] Esta tese se contrapõe à posição de Yamamoto em relação à análise incidental da temática educacional por Florestan.

[2] Muito embora deva-se dar ênfase à especialização de Florestan como sociólogo, não se pode deixar de destacar que, como homem do seu tempo e fora da vida partidária, Florestan não ficou imune ao dilema da especialização imposto à dinâmica da produção acadêmica, e, por isso, muitas vezes supervalorizou as possibilidades de transformação, via universidade.

Florestan, como intelectual, sempre teve uma posição explícita sobre as finalidades e aos comprometimentos de suas pesquisas. Assim, buscou compreender os padrões de reprodução e os dilemas gerados pelas escolhas sociais da burguesia brasileira.

Analisar a revolução nas condições concretas da realidade brasileira é um ponto essencial na produção teórica de Florestan. Esta análise justifica uma Tese sobre Florestan Fernandes, pois é necessário aprofundar o diálogo entre o estudo de sua perspectiva teórica e os que estão construindo à pedagogia crítica e revolucionária, fundamentada na concepção de mundo socialista.

De acordo com Cardoso, M.L. (B1996, p.95), as escolhas de Florestan sobre "os objetos de investigação e a orientação para aplicação dos conhecimentos produzidos pautam-se todo o tempo por sua relevância para o desenvolvimento da ciência social e por sua relevância histórico-social". Com efeito, as pesquisas e as lutas sociais por ele empreendidas (índios, negros, folclore, defesa da escola pública, reforma universitária) representaram uma tentativa de organização da sociedade na perspectiva dos oprimidos, dominados, e da transformação social, ou seja, como um fio condutor para o desenvolvimento do estudo das classes sociais no contexto do capitalismo dependente.

Para Del Roio, na passagem a seguir, não há dúvida do ancoramento de Florestan Fernandes ao campo teórico do marxismo.

> De maneira até certo ponto provocativa, penso ser o caso de perguntar se Florestan Fernandes teria sido um sociólogo ou um marxista. Essa não é uma questão muito simples, já que são conhecidas as referências críticas de Lukács sobre sua trajetória, afiançando haver conhecido Marx inicialmente como 'sociólogo', ou seja, um estudioso como Sombart ou Weber, da sociedade burguesa, e não como fundador da dialética revolucionária. São conhecidas também as observações de Gramsci relativas à sociologia (positivista) enquanto ideologia de um momento da época burguesa, que se contrapunha à filosofia da práxis. Na conjuntura histórica da América Latina e do Brasil da década de 60, no entanto, era perfeitamente cabível a defesa de uma sociologia da transformação, que, em termos políticos, ia em sentido oposto àquele criticado por Lukács e Gramsci, e bebia, sim, nos escritos marxianos. Apesar disso, não deixa de ser verdadeira a assertiva que se refere ao ecletismo das fontes teóricas de Florestan. (DEL ROIO, B1998, p.103).

Cardoso utiliza, em sua produção, o conceito de capitalismo dependente e destaca alguns aspectos sobre o marxismo na produção de Florestan.

> Não deixa de ser um certo conflito entre esta juventude de espírito e a solidez da sua Sociologia, de tal modo que há um peso (sobrecarga) daquela herança sociológica quando Florestan Fernandes faz sua a problemática marxista. É como se operasse com 'amarras' teóricas, conceituais. Com muitas destas amarras seu próprio pensamento analítico rompe, embora possa ainda continuar a empregar os mesmos termos. Com outras, seu pensamento mantém um certo conflito, ou, no mínimo, uma certa ambivalência. A questão da dependência é um bom exemplo. No conjunto, Florestan Fernandes tenta pensar a revolução e a dominação burguesa no Brasil com a perspectiva a do desenvolvimento capitalista e a sua demarcação em etapas. No entanto, ainda que adote essa perspectiva, mantém como referencial a dependência. Pretendo alcançar um grau de generalidade quando analisa a caso brasileiro, discute ' a revolução burguesa e o capitalismo dependente' e trabalha com oposições entre centro e periferia ou com sociedades autônomas e heterônomas, sinal de que – para pensar a especificidade da situação imperialista, característica do capitalismo monopolista – ainda carrega conceitos elaborados dentro de um marco conceitual dependentista. (CARDOSO, B1987, p.246).

Em artigos posteriores, Cardoso aprofunda suas análises sobre a diferença entre a teoria da dependência e a produção de Florestan. Os argumentos de Del Roio e Cardoso dão ênfase a questões que são polêmicas na produção de Florestan: sua escrita complexa e o manejo de diferentes instrumentais teóricos para explicar um objeto[3].

As fontes de pesquisa desta Tese foram as produções do autor, especialmente a partir dos anos 1950. Nos escritos educacionais trabalhou-se com os ensaios das décadas de 50 e 60, que constam da primeira e quarta parte do livro *Educação e sociedade no Brasil*. Ademais, foram realizadas entrevistas, consultadas fontes que não constam nas bibliografias dos estudos sobre Florestan e sistematizado um

[3] Este debate não foi aqui aprofundado, mas é preciso registrar que, no percurso da pesquisa, não se ficou alheio às polêmicas que sua obra provoca e aos aspectos que ainda devem ser aprofundados em pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento.

estado da arte sobre as temáticas pesquisadas em sua produção como consta no primeiro capítulo e na referência final deste trabalho.

Na abordagem teórico-metodológica teve-se como referência o materialismo histórico e dialético. Assim, pôde-se analisar a produção de Florestan a partir do diálogo que este estabeleceu com os autores no interior de sua obra para a recuperação da categoria revolução. Este referencial teórico propiciou instrumentos para, implicitamente, debater os argumentos dos críticos que consideram Florestan weberiano, funcionalista, eclético ou negam sua contribuição à teoria marxista. Em muitas situações, estes críticos tornam secundário o estudo de seu arcabouço teórico e priorizam aspectos que não são determinantes para dimensionar o papel histórico de sua produção.

Nesta Tese considerou-se a totalidade de sua evolução teórica, capturando nas obras de Florestan, o marxista conseqüente na interpretação do capitalismo, na realidade brasileira, contribuindo com a proposição das categorias "revolução dentro da ordem" e "revolução contra a ordem". Estes aspectos, por exemplo, permitiram a consolidação do intelectual panorâmico intransigente, defensor da educação escolarizada pública e do desenvolvimento intelectual independente do estudante, especialmente dos filhos dos trabalhadores "os de baixo".

A Tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, a partir da concepção de "intelectual panorâmico" de Mariategui, encontram-se aspectos da biografia de Florestan Fernandes e dados sobre a sistematização das obras, temáticas, com destaque para algumas contribuições ao campo educacional. No capítulo dois, foram organizadas três chaves de leitura: "a realidade brasileira e a evolução da trajetória de Florestan Fernandes", "a obra: contexto e conteúdo" e "a contribuição teórica: estrutura e história". Estes dois capítulos mostram o percurso de pesquisa e a apreensão da obra densa e extensa deste autor para ampliar a temática específica aqui em estudo.

O terceiro capítulo expõe a recuperação que Florestan realizou da categoria revolução. Há dois eixos de análise: 1) a interlocução da produção de Florestan com o capitalismo monopolista e o imperialismo na realidade brasileira e 2) o contexto do debate sobre a revolução no período. Com estes eixos pôde-se inventariar o

universo categorial na produção de Florestan: periodização do capitalismo, análise do imperialismo e recuperação de categorias do marxismo: revolução, luta de classes, revolução burguesa, contra-revolução e noção de época histórica. Estas categorias e noções foram centrais para redimensionar as análises sobre os escritos educacionais do período selecionado.

No quarto capítulo, a partir de referências ao quadro histórico, do debate sobre o desenvolvimentismo, de aspectos da política educacional, da recuperação da categoria revolução e da dinâmica das idéias pedagógicas, nas décadas de 1950 e 1960, foram organizadas as contribuições educacionais de Florestan em quatro temáticas: 1) A vida universitária e a docência: produção científica, luta teórica e trincheira de luta; 2) Os projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual do estudante; 3) A contribuição teórica de Florestan Fernandes: interlocução crítica com a Pedagogia Nova; 4) A contribuição de Florestan para a construção da Pedagogia crítica: referências teóricas, valores para ampliar a filosofia transplantada, indícios e implicações da categoria revolução.

CAPÍTULO I – O autor e sua obra

> A obra como objetivação da pessoa é, com efeito, mais completa, mais total do que a vida. [...] A vida é iluminada pela obra. Assim a obra –quando esmiuçada –torna-se hipótese e método de pesquisa para esclarecer a biografia (SARTRE, C1967, p.115-116) [4].

Na pesquisa e análise da produção de um pensador social, um dos eixos metodológicos essenciais é o conhecimento sistematizado do conjunto da obra e sua historicidade. O recorte temático, na produção do autor, não deve dispensar o exame minucioso de aspectos relativos ao período de publicação de seus textos, das referências bibliográficas desses escritos, das particularidades dos prefácios, e de quaisquer traços relevantes para o melhor entendimento de seu percurso histórico e de sua contribuição teórica.

Seguindo este princípio, neste primeiro capítulo serão apresentados dois itens: no primeiro, a partir do suporte teórico do conceito de professor panorâmico de José Carlos Mariategui (C1984), foram destacados alguns aspectos da biografia de Florestan Fernandes. Afinal, quem foi Florestan e como transcorreu sua trajetória profissional e política? No segundo item são apresentadas tabelas que procuram sistematizar a produção bibliográfica de Florestan, da década de 1940 até 1995, com o objetivo de refletir sobre o conjunto da obra e explicitar as temáticas pesquisadas, relacionando os intérpretes e críticos que as estudaram.

Estes itens, aspectos biográficos e sistematização da produção, explicitam o caminho percorrido neste trabalho para penetrar a obra do autor e, assim, compreender melhor o núcleo teórico, objeto central deste estudo, ao relevar sua contribuição para a história da educação brasileira e, também, para a construção do pensamento educacional no Brasil.

[4] A referência desta tese encontra-se organizada em três partes: A) produção de Florestan; B) Produção sobre Florestan e C) Referência Geral. Para facilitar a localização, na referência das obras, utilizaram-se as letras A, B ou C em maiúscula antes do ano da referência.

1) Aspectos biográficos[5]: Florestan Fernandes, o intelectual panorâmico[6]

> A capacidade de se atingir certos fins, de realizar certas atividades, não depende só de você, depende de certas condições. Tive uma grande sorte de ter tido oportunidades e de ter sabido aproveitá-las. Quando era menino, vi companheiros que não lograram desenvolver seu potencial, porque morreram ou foram encaminhados para atividades que aprisionam as pessoas. De qualquer maneira, acho que a coisa mais difícil que fiz foi permanecer fiel à minha classe de origem (FERNANDES, A1991, p.11)

Em 10 de agosto de 1995, morre, aos 75 anos, Florestan Fernandes. Florestan foi um menino de origem proletária e ascendência portuguesa. Ao nascer, recebeu da patroa da mãe o apelido de Vicente, porque esta considerou o nome Florestan garboso demais para um filho de empregada. A partir dos 6 anos, passou a conhecer a vida prática pelo mundo do trabalho nas ruas da cidade de São Paulo. Foi ajudante de barbearia, engraxate, fazia limpezas em casas, era carregador de compras nas feiras livres, aprendiz de alfaiate e de barbeiro[7]. Apesar de brincar como toda criança, levou com "muitas privações na infância. [Teve] de começar a trabalhar com 6 anos e ficava afastado de casa de oito até dez horas por dia (FERNANDES, A1991a, p.2). Como para muitas crianças brasileiras e latino-americanas, manter o estudo e o trabalho foi uma difícil equação, cujo resultado foi o abandono da escola pelo pequeno Florestan, diante da necessidade de ganhar o pão.

---

[5] Para um mergulho na biografia de Florestan, recomendam-se as seguintes obras do autor: A1978, A1980 (cap.8 e 9), A1980b, A1983, A1991a, A1995a, 1995d, 1995e, 1995f e A2005, Existem ainda os trabalhos de Mazza (B2002), Garcia (B2002), Sereza (B2005), Cerqueira (B2004) e Soares (B1997).

[6] Os aspectos históricos, biográficos e teóricos dos anos 50 e 60 serão destacados nas chaves de leituras (segundo capitulo) e nas análises de seu arcabouço teórico (terceiro capítulo) e das suas contribuições educacionais (quarto capítulo). Portanto, nesta sintética incursão biográfica, a discussão não se concentrará na atuação de Florestan nos anos 1950 e 60.

[7] No apêndice A, é possível encontrar uma tabela com os principais dados da trajetória pessoal e profissional de Florestan Fernandes.

Em sua trajetória de trabalhador, exerceu diversas ocupações profissionais, mas sua identidade de professor foi permanente desde que assumiu o magistério nas Universidades de São Paulo, Toronto, na Católica de São Paulo até sua atuação como parlamentar no Congresso Nacional, onde era conhecido e citado como o professor.

Florestan Fernandes foi como o grande mestre que Mariategui (C1987) pensou para a Universidade de San Marcos. Essa analogia pode ser observada em artigo escrito por Mariategui quando analisa as preliminares de uma nova crise universitária protagonizada pela vanguarda estudantil, cuja reivindicação, dentre outras, era a de que os professores estivessem ligados com as idéias que agitavam o mundo dos anos 20. Disserta Mariategui:

> Otra vez, la juventud grita contra los malos métodos, contra los malos profesores. Pero esos malos maestros podrían ser sustituídos. Esos malos métodos podrían ser mejorados. No cesaría, por esto, la crisis universitária. La crisis es estrutural, espiritual, ideológica. La crisis no se reducem a que existen maestros malos. Consiste, principalmente, en que faltan verdaderos maestros [...] Las Universidades necesitan para ser vitales, que algún soplo creador fecunde sus aulas [...] Em el Peru no tenemos ningún maestro semejante com suficiente audácia mental para sumarse a las voces avanzadas del tiempo, con suficiente temperamento apostólico para afiliarse a uma ideologia renovadora y combativa (C1987, p.104-105)

Para Mariategui, na Universidade de San Marcos, não havia "las ideas, las inquietudes, las pasiones que conmueven a otras Universidades" (MARIATEGUI, *op.cit.*, p.106). Defendia que uma Universidade criativa precisava ter mestres com coragem intelectual para protagonizar os debates do seu tempo, ter posição ideológica numa perspectiva renovadora, combativa e sensível às preocupações, às angústias e aos dramas da história humana, e acrescenta-se, principalmente, aos dramas dos "de baixo". Nas reflexões sobre a crise da Universidade – que ele identifica como uma crise de mestres e de ideais – Mariategui apresenta o conceito de homem tubular e homem panorâmico.

> Nuestros catedráticos no se preocupan ostensiblemente sino de la literatura de su curso. Su vuelo mental, generalmente, no va más allá, de los ámbitos rutinarios de su cátedra. Son hombres tubulares, como diría Victor Maúrtua; no son hombres panorámicos. No existe, entre ellos, ningún revolucionario, ningún renovador. Todos son conservadores definidos o conservadores potenciales, reaccionarios activos o reaccionarios latentes, que, en política doméstica, suspiran impotente y nostalgicamente por el viejo orden de cosas. Medíocres mentalidades de abogados, acuñadas en los alvélos ideológicos del civilismo; temperamentos burocráticos, sin alas y sin vértebras, orgánicamente apocados, acomodaticios y poltrones; espíritus de clase, ramplones, huachafos, limitados y desiertos, sin grandes ambiciones ni grandes ideales, forjados para el horizonte burgués [...] Estos intelctuais sin alta filiación ideológica, enamorados de tendencias aristocráticas y de doctrinas de *elite,* encariñados con reformas minúsculas y con diminutos ideales burocráticos(*op.cit.*, p.106).

O grande mestre da Universidade criativa deve superar o homem tubular e transformar-se em homem panorâmico. O professor tubular é aquele que exerce a profissão fechado em si mesmo e permanece limitado ao universo da sociedade burguesa. O intelectual panorâmico é um mestre com ideais de presente, futuro e que consegue dialogar com o mundo através dos vários aspectos da ciência e da vida. O homem tubular é conservador e reacionário, enquanto o homem panorâmico é revolucionário ou reformador. Além disso, o homem panorâmico é um mestre que tem a preocupação com os questionamentos sobre seu fazer docente e sua pesquisa, tais como: qual o significado da crise mundial, suas raízes, suas fases e seus horizontes? Qual o significado dos problemas políticos, econômicos e sociais da sociedade contemporânea? Quais são os teóricos, os pensadores e os críticos que analisam a sociedade atual? Que dizer da moderna literatura política revolucionária, reacionária ou reformista?[8].

[8] Em entrevista à autora, José Paulo Netto considera que apesar de a grande imaginação sociológica de Florestan colocá-lo como um dos grandes cientistas sociais do século XX, percebe que Florestan era refratário à literatura, à arte. No entanto, com esta pesquisa pudemos constatar o que afirma Mota "pude acompanhá-lo em alguns poucos períodos de sua vida, e perceber o impacto de certas leituras, como *A insustentável leveza do ser,* de Milan Kundera, ou *Viva o povo brasileiro,* de João Ubaldo Ribeiro. Ainda no fim dos anos 70, a releitura serenizada de Thomas Mann e Proust" (B1998, p.15). Nas cartas de Florestan a Miguel Urbano Rodrigues, em diversas passagens, a literatura comparece para descrever uma situação ou narrar um sentimento. Escreve Florestan: "se não tenho estudado tanto como devia, pelo menos tenho pensado mais e ganho maior penetração sobre a evolução dos sistemas políticos na América Latina. Como dizia um *personagem célebre de Voltaire:* todos os males têm conseqüências úteis [...] vou vivendo e amadurecendo, embora da pior forma possível. Embora não seja um vencedor, enquanto batia esta carta o bife ficou pronto

Estes aspectos, ressaltados por Mariategui, estão presentes na rica trajetória do professor Florestan Fernandes. Desde os tempos em que sofregamente e de forma autodidata lia nos bondes e nos empregos até se tornar professor universitário. Segundo Antonio Candido - que foi grande amigo e meio "irmão"[9]:

> Florestan não era um homem fácil. Era um homem difícil, de gênio irregular. Era um homem violento. Era um homem que não transigia. [...] O que me admira no Florestan era a capacidade de arrumar um escândalo. Que é muito raro, o escândalo construtivo. Vejam, ele chega numa congregação da faculdade – estou citando um fato real – e diz: 'estou escandalizado com o nosso colega x que está publicando uma revista que é uma vergonha, uma picaretagem que envergonha a inteligência universitária'. Imagina a congregação! Eu tenho admiração, uma admiração com as pessoas que têm capacidade para fazer isso, sem interesse pessoal ou por birra daquele colega. O problema era a revista de picaretagem, a revista de bajulação, a revista de barateamento intelectual. Eu vi o Florestan Fernandes, várias vezes, causar o maior gelo, causar pânico com estes rompantes dele. Portanto, não era um homem fácil, como realmente não são fáceis os homens de caráter muito íntegro, os homens com muito senso de missão. Ele tem que cumprir a tarefa dele, doa a quem doer, assim era o

('baked') e umas batatas deliciosas, norte-americanas (!), que comprei para comer com ele. Ao perdedor as batatas!... Esta é a minha sugestão para inovar o pensamento machadiano" (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto, 18 de fev. de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues). "Na última hora tomarei uma decisão, já que o departamento já não sabe o que fazer. Espero que, como *José no tempo dos Faraós,* a fortuna me ajude, '*aformozeando o meu destino*'..." (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto, 16 de março de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues). Em outra carta a Freitag: "Estou um pouco saturado de tudo isso e de uma luta sem fim que não conduz a nada, como se eu fosse uma reedição empobrecida do herói quixotesco da pobre cena histórica latino-americana e brasileira" (Carta de Florestan Fernandes a Bárbara Freitag, São Paulo, 19 de março de 1976. Publicada em FREITAG, B1996, p.161). As passagens citadas demonstram o homem panorâmico que foi Florestan Fernandes. No entanto, Cândido traz argumentos de como Florestan tendia a se relacionar com a literatura em função do seu interesse sociológico dominante. Diz ele: "veja-se, neste livro [*Condição do sociólogo*], o uso brilhante e exato que faz, de passagem, dos romances do Ciclo de José, de Tomas Mann. Sempre me impressionaram nele a vastidão e a variedade das leituras, bem como o senso artístico; mas, ao mesmo tempo, a capacidade de fazer confluir a sua experiência de leitor e fruídos de arte para esclarecer melhor o seu pensamento de sociólogo e político. Nele predomina o que eu chamaria a paixão pública, predominam as convicções científicas e políticas intimamente associadas, marcadas por um senso de militância que nunca cessa e tem sido a linha de coerência da sua vida – como aparece bem neste livro" (CANDIDO, B2001, p.10)

[9] Florestan participou com Antonio Candido de uma atividade, na USP em 1994, denominada "Semana Fernando de Azevedo", onde declarou a relação afetiva com o amigo. Na ocasião, afirmou "Não posso e nunca competi com Antonio Candido. Ao contrário, sempre o admirei muito. Acho que ele foi um *scholar* exemplar da Universidade brasileira. Por sua dedicação, pela capacidade de ser tão humano quanto demonstrou aqui, pelas posições que sempre manteve ao longo da vida. Sinto orgulho por sermos colegas fraternos. Eu, que nunca tive irmãos, elegi em Antonio Candido a figura de irmão" (FERNANDES, A1995c, p.184)

> Florestan. Mas a convivência em tempo de paz era muito agradável, pois ele era muito brincalhão[10].

A passagem citada confirma Florestan como um homem panorâmico cujas características básicas foram o senso de missão nas lutas em que se envolvia, o fato de não transigir diante das dificuldades e de ser um homem de ideais e compromissos com a mudança social e a revolução. Estas podem ser comprovadas desde as brigas pelo melhor ponto para engraxar sapato na infância, passando pelo trabalho na Universidade, pela dignidade com que enfrentou o seu banimento da vida institucional, até por sua atuação na imprensa e no Congresso Nacional como deputado.

Segundo José Paulo Netto, em entrevista à autora, a escolha que Florestan fez pela carreira universitária, numa conversa com Antonio Candido, no final dos anos 40, vai ter um peso grande em sua vida. Por isso, para compreender a sua concepção de educação e Universidade, é preciso entender dois aspectos deste homem panorâmico:

> **Primeiro**, Florestan é um intelectual inteiramente atípico na Universidade brasileira. O fato de não ter Vicente no nome é característico; entrou tardiamente na Universidade; vem de camada popular. A partir dos anos 70 com a massificação, não com a democratização, mas com a massificação da Universidade certos segmentos das camadas populares tiveram acesso à Universidade. Nos anos 40 se contava isso nos dedos de uma só mão, então Florestan é um caso de via única de gente do povo, vamos usar essa categoria para não brigar, que ascende à Universidade, mas não ascende de uma Universidade qualquer, ascende do supra-sumo do elitismo, a USP [...] Irrompe a barreira...e rompe a barreira tendo uma educação do ponto de vista institucional muito débil. Florestan não é produto da escola, ele [...] rompe na Universidade quebrando barreira de classe, trazendo contra si uma massa de preconceitos. [...] **O segundo**, ele já acadêmico, é a polêmica dele com Guerreiro Ramos. [...] qual o caroço dessa polêmica? vulgarizada a posição de Guerreiro, era a seguinte: não podemos importar padrões científicos, nem padrões teóricos, eu insisto, havia a saudável preocupação de pensar a particularidade brasileira. Florestan bate de frente contra isso, e argumenta o seguinte: os cânones científicos não estão dependentes de geografia, não estão vinculados à latitude, à longitude. Teoria ou tem valor universal e validade universal ou

[10] Transcrição do depoimento de Antonio Candido à TV câmara.

> não é teoria[...] havia no Florestan o que me parece preservar o essencial da atividade científica, olha a pesquisa social, que estava se referindo à ciência social, exige uma preparação sofisticada, uma qualificação que me permita dialogar com centros mais avançados de pesquisa, esse é um nó digamos assim, mas havia aí uma concepção de Universidade[11] (destaque da autora).

O intelectual Florestan, que se tornou professor, teve de romper a barreira de classe muitas vezes na sua existência. Primeiro, quando sobreviveu em uma família sem estrutura, na difícil cidade de São Paulo dos anos 20. Exemplo das condições difíceis por que precisou passar foram as constantes trocas de moradia, pois se "morava onde podia, alugava um quarto e cozinha [...] conforme o aluguel e a oferta. Em geral, os donos queriam ganhar dinheiro. Então, chegava no fim do contrato eles aumentavam" (FERNANDES, A1995e, p.14). Segundo, ao adquirir prazer pela leitura – dentre várias obras lia autores socialistas nas viagens de bonde, aos 14 anos, e depois, quando se tornou autodidata.

Após a infância, assumiu vários outros afazeres: foi garçom, cozinheiro, vendedor de artigos dentários, propagandista de remédios, publicista da grande imprensa e de jornais alternativos, professor universitário, pesquisador, construtor da Sociologia crítica e, nos últimos anos, quando parlamentar, continuou pautando-se pelo eixo de compromisso político com "os de baixo", o qual foi reafirmado e aprofundado em diferentes momentos da sua trajetória. Este compromisso de classe é a sua marca de intelectual panorâmico, para usar os termos de Mariategui.

Ao ingressar como aluno na Universidade da "elite paulistana", além das lacunas de aprendizagem, teve de superar a frieza dos colegas de turma, pois de acordo com declaração de Fernandes (A1995e, p.6): "não fui recebido com hostilidade, mas com uma frieza evitativa que procurava me fazer sentir que eu podia ser um amor de pessoa, mas seria melhor se me afastasse deles". Mesmo quando se tornou professor desta instituição, apesar do reconhecimento e de seu exercício da docência com rigor científico, teve de enfrentar diversos preconceitos de classe.

[11] Depoimento de José Paulo Netto ligeiramente modificado para suprir as deficiências inerentes à oralidade.

Florestan, ao ultrapassar essa sina social, produziu um dos aspectos especiais de sua obra *a construção de si mesmo*, como se pode notar em:

> armado desde de menino para a campanha de sobrevivência difícil, ele manifestou freqüentemente a sua energia por meio da combatividade e da intransigência dos lutadores íntegros, animados pelo 'orgulho selvagem' – bela fórmula com que definiu fibra que permitiu a ele e a sua mãe, a indomável dona Maria Fernandes, sobreviverem com dignidade e vencerem o mundo adverso. É claro que isso não poderia deixar de trazer junto uma cota ponderável de 'agressividade necessária', que nesses casos é também blindagem. E ela podia motivar no jovem Florestan certa aspereza de trato, sempre que as coisas não andassem como esperava. Além disso, a preeminência cultural obtida a duras penas o levava por vezes à impaciência e ao excesso de sobranceria. Assim, no campo das idéias e das realizações, podia desqualificar com intolerância o que não correspondesse ao seu pensamento, pois este funcionava com um rigor que tendia a fazê-lo rejeitar o que não tivesse percorrido o mesmo e obstinado caminho. Daí rompantes nem sempre necessários surgiam de vez em quando e assustavam os povos... (CANDIDO, B2001, p.65)

Interessante e comovente em sua trajetória é que para romper barreiras e traçar um destino ímpar no meio familiar, e entre colegas de sua geração, nunca esqueceu sua origem de classe e o compromisso com a mudança social, na ordem ou contra a ordem, a fim de construir uma sociedade socialista. Este compromisso de classe foi o ponto mais difícil em sua trajetória e trouxe conseqüências drásticas à sua vida e à sua carreira profissional, especialmente a partir da ditadura civil-militar imposta em 1964, pois, de acordo com o próprio Florestan:

> [ele foi um] autor que foi banido da citação bibliográfica, que até hoje é banido dos trabalhos que tratam de assuntos aos quais [se dedicou]; ao mesmo tempo, excluído, por vontade própria, da aspiração ao prestígio, de ter poder na Universidade, e exercer influência, de ser instrumental para carreiras intelectuais emergentes (FERNANDES, A1987, p.314) [12].

[12] Um exemplo desta exclusão do autor e teórico Florestan da produção acadêmica confirma-se em Netto (B2006) que, em entrevista à autora afirma: "é um absurdo, hoje, o que se faz na Universidade – discutir o negro, sem chamar atenção para o papel absolutamente pioneiro e fundador das preocupações que teve Florestan"

Florestan foi um grande pensador que elegeu um problema e dedicou a vida inteira a compreendê-lo e transformá-lo, no sentido da décima primeira Tese de Feuerbach escrita por Marx. Na tese 11, Marx escreveu que "Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo"[13]. Florestan, como intelectual de esquerda e marxista conseqüente, esforçou-se na explicação da realidade brasileira e produziu conhecimentos visando a transformá-la. De acordo com Pinto (B1992, p. 52) Florestan produziu "um conjunto de pesquisas e de resultados teóricos capazes de as transformarem em base de sustentação e ponto de partida para [...] outras pesquisas [...] numa possibilidade de intervenção para a mudança social"[14].

Uma preocupação sistemática e constante de Florestan foi entender "a constituição da sociedade brasileira, é isso que ele vai querer dar conta, ele tem uma teoria sobre isso, essa teoria só vai aparecer nítida no velho Florestan, e lança luz sobre tudo aquilo que ele produziu antes" (NETTO, B2006). Este fato pode ser comprovado no grande esforço de trabalhar com uma série de temas centrais e básicos em suas pesquisas (folclore, indígena, negro, escola pública, desenvolvimento do capitalismo, revolução, dentre outros). Neste aspecto há um eixo importante que deve ser destacado, pois nas interpretações da biografia de Florestan virou lugar comum afirmar que há uma dicotomia, uma cisão, entre o Florestan institucionalista, reformista e o Florestan político e marxista. Nota-se, contudo, que em sua trajetória não existiram dois, mas muitos Florestan, como afirma ele próprio, ao se referir à demora da publicação de um de seus livros:

> não considero aquele livro importante. Talvez seja uma coletânea de pequenos ensaios, e escrevendo umas cincoenta páginas bem pensadas, hoje eu diria mais do que neles disse. Todavia, empreguei nele o ser atuante e por isso o episódico e marginal tornou-se essencial. O livro vale como parte de um tumulto, pelo qual passamos sem conseguir organizar o caos... Ele testemunha o meu processo de aprendizagem e de pesquisa; parto da experiência concreta e chego através das frustrações de natureza política, onde o meio diz não mesmo e nos castiga. Assim se descobre a história que poderia ser se... (Carta de Florestan Fernandes a Miguel

[13] Para Labica (C1987), a tese 11 é a mais importante porque é a conclusão e é a palavra de ordem deste magnífico texto.

[14] A densidade teórica da discussão sobre a mudança social encontra-se no livro *A Sociologia numa era de revolução social,* mais particularmente, no ensaio intitulado "Sociologia e reconstrução social" (p.59-138).

> Urbano Rodrigues, Toronto 4 de outubro de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues)

Este intelectual panorâmico, portanto, legou-nos uma vasta obra que mostra avanços, recuos, problemas, vacilações e descobertas. O que não se pode deixar de ressaltar é a preocupação sistemática de Florestan em compreender e explicar a especificidade do capitalismo na sociedade brasileira.

Florestan, ao enfrentar a ordem instituída, em 1964, na sociedade brasileira, foi perseguido, preso por alguns dias, "expulso" da Universidade, amargou no exílio dentro e fora do país, e foi silenciado pelo poder burguês. No entanto, durante o ostracismo, Florestan produziu uma densa e importante obra da qual emerge um intelectual que reencontra e aprofunda seus estudos do marxismo. Assim, os princípios marxistas uniram-se aos conhecimentos que já faziam parte de sua formação acadêmica, como os clássicos da Sociologia. Assim,

> Se você pegar os textos dele, pós 1968, você observa que ele está com a crítica da economia política prontinha na cabeça [...] Florestan é aposentado sumariamente em 1969, ele nasceu em 1920, então estava com quase 50 anos. Veja só, era um homem realizado intelectualmente, dificilmente as pessoas enriquecem substantivamente seu horizonte intelectual depois de 50 anos; Florestan tem um novo jorro criativo e isso em função da nova relação que ele estabelece com a tradição marxista [...] se você der uma olhada nos autores com os quais ele entra em interlocução, são inteiramente novos, você constata que ele não perdeu as suas referências clássicas, [...] ele amplia o mundo dele [...] Ao velho Florestan, se é que se pode dizer isso, quando todo mundo já estava com a sua cabeça arrumada, seus esquemas analíticos montados, ele alcança um novo piso teórico metodológico para pensar o mundo. Aí ele retoma a discussão da Universidade, ele retoma de uma maneira nova. (NETTO, entrevista, B2006)

Será a partir deste novo piso teórico-metodológico que Florestan irá produzir os seus estudos sobre o imperialismo, o capitalismo no Brasil e a revolução. Para Netto (B2006), Florestan foi um dos primeiros intelectuais a perceber que o golpe de 1964 não seria um episódio fugaz e, para explicar a nova realidade, cunhou o conceito de contra-revolução preventiva.

Para Antonio Candido, em depoimento à TV Câmara, o marco inicial deste novo piso teórico na trajetória intelectual de Florestan deve ser referenciado na

pesquisa sobre o negro patrocinada pela UNESCO e coordenada com Roger Bastide.

> Eles montaram o mais belo esquema de análise sociológica que eu já vi. Eles mobilizaram a comunidade negra. Ao invés de irem nas comunidades estudar objeto, eles puxaram a comunidade negra para ser sujeito ao mesmo tempo. A partir desta pesquisa [...] o negro deixou de ser objeto de estudo para ser sujeito de estudo: ele participava, ele falava junto com o pesquisador.

A pesquisa sobre "As relações raciais em São Paulo" foi realizada no ano de 1951. Em 1952, Florestan Fernandes assume a cadeira de Sociologia I no lugar de Bastide. Segundo o próprio:

> A cadeira de Sociologia I rapidamente se converteu em um foco de identidade – para *nós* e para os *outros,* dentro do Departamento de Sociologia e Antropologia e fora dele. A cadeira serviu, em suma, para atingir fins que, na tradição do ensino superior brasileiro, conflitavam com a sua existência. [...] Mais importante, quanto ao meu futuro e à evolução da cadeira de Sociologia I, foi a revisão a que submeti minhas idéias sobre a estratégia de trabalho recomendável ao sociólogo brasileiro [...] Pareceu-me que devíamos optar por uma franca especialização, pela qual se desse maior amplitude empírica e teórica às condições particulares ou específicas de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e sujeita aos controles externos. Na linguagem de Weber, eu descrevia essa condição como *heteronômica,* sem saber, na ocasião, que o par de conceitos – 'autonomia' e 'heteronomia' – provinha de Marx (FERNANDES, A 1980, p.187ss).

Dois registros fazem-se necessários sobre a biografia de Florestan. O primeiro é a dinâmica de trabalho que ele e seu grupo imprimiram à cadeira de Sociologia I e que os faziam ter enfrentamentos organizados com a estrutura universitária[15]. As pesquisas aconteciam num contexto de colaboração intelectual que deveria ser mais estudado pela área de educação e pelo fazer pedagógico universitário atual. O outro registro é que a dinâmica de trabalho nesta cadeira permitiu que Florestan ampliasse a sua perspectiva investigativa como sociólogo,

[15] No livro *Educação e sociedade no Brasil,* na parte II "Dilemas do ensino superior", encontram-se relatórios, depoimentos, escritos de jornais e outros que expõem traços do intelectual que lutava e enfrentava os dilemas da universidade.

procurando compreender a especificidade do capitalismo na realidade brasileira. Nas palavras de Antonio Candido:

> a questão difícil de definir um relacionamento possível e adequado entre a atividade do sociólogo universitário e a militância do socialista; de harmonizar exigências de objetividade na pesquisa com as da ação revolucionária. Graças à imaginação criadora, Florestan conseguiu uma solução excelente, que aparece com clareza neste livro[16], onde se vê de que maneira o trabalho sociológico foi cada vez mais norteado pelo senso dos problemas relevantes da sociedade e pela ativa intervenção do sociólogo em tarefas progressistas, como a campanha pela escola pública, a promoção dos estudos sobre o negro – que acabaram sendo um momento crucial na história da consciência do problema racial no Brasil. Mais tarde, e até agora, é o caso, muito discutido neste livro, da sua reflexão empenhada a fundo nos problemas do Estado, do capitalismo, da dependência, das classes na América Latina e no Brasil. Tudo isso pode ser feito porque Florestan Fernandes é e sempre foi, além de um imenso intelectual, um homem de luta, um combatente nato, cujos atos se tornam logo intervenções decisivas na realidade, vocando a paixão das adesões e o vitupério das oposições. Um militante sem repouso, tão inquieto e dedicado hoje quanto era em 1943, quando o vi pela primeira vez. Eu, no avental branco de jovem assistente; ele, ainda aluno, encostado numa janela da Faculdade, agarrado à pasta cheia de livros e devorando por todos os poros uma vida de Buda (CANDIDO, B2001, p.15-16).

Este intelectual panorâmico, com toda sua produção, tem sido uma referência para muitas gerações. Como exemplo, é interessante citar o depoimento de algumas destas pessoas. Segundo Netto (B2006), Florestan foi uma referência teórica fundamental na sua formação:

> da segunda metade dos anos 60 lia praticamente tudo o que Florestan tinha escrito, porque Florestan tinha uma postura muito crítica em face do ISEB. Como todos os intelectuais de São Paulo. Foi uma briga monumental. Eu queria saber quem era o Florestan.

Carlos Guilherme Mota faz a seguinte observação sobre o período em que conheceu o nosso autor:

[16] O livro a que Antonio Candido se refere é *A condição do sociólogo*, cujo prefácio ele escreveu.

> o nome do Florestan entra na minha vida nos anos 58, quando começa atuar a campanha da escola pública mais fortemente, aquele quadro geral de reformas de base, reformas urbanas, reforma agrária, reforma educacional... a luta pela escola pública estava na ordem do dia, 58, 59, 60, 61... e o Florestan era um dos mais pesados [...]. Depois, nós vamos conhecer o Florestan na Faculdade [...] . Os textos dele sobre educação, Sociologia, e os seus discípulos [...] tiveram muita repercussão... e nessa repercussão veio o marxismo junto. Mas, o marxismo à paulistana não era bem um marxismo do Nelson Werneck Sodré, do Rio de Janeiro [...] nossa escola era um pouco marcada por Caio Prado Júnior, e mais sociologicamente pelo Florestan (MOTA, entrevista, B2006)

É possível assim afirmar que Florestan foi referência para muitas gerações, apesar de o poder burguês tentar silenciá-lo. Nos cursos de graduação e pós-graduação da PUC/SP, no final dos anos de 1970, por exemplo, havia muitos jovens militantes que freqüentam as aulas para ver como o professor Florestan Fernandes analisava a conjuntura e a realidade do socialismo no mundo[17].

Em 1986, elegeu-se deputado federal e posteriormente foi reeleito. Candido descreve da seguinte forma o período de sua atuação parlamentar:

> entrou para o Partido dos Trabalhadores e se tornou um político, amparado intelectualmente pela sua forte base teórica e traduzindo o seu pensamento em nível coletivo pela atividade jornalística. Foi então que canalizou a sua prodigiosa cultura e a sua experiência intelectual para a reflexão sobre o cotidiano, mostrando para centenas de milhares de pessoas o ponto de vista socialista sobre os problemas do momento. Estava completa a sua trajetória, pois a práxis emergia depurada da farmácia sociológica e filosófica que montara com grande capacidade de síntese, mas uma síntese transfiguradora. Tendo começado com a escrita difícil para especialistas, própria da universitária, acabou no jornalismo denso e límpido, feito para esclarecer o maior número das etapas que definem um tipo muito fecundo de pensador socialista (CANDIDO, B2001, p.61)

Florestan, no período em que foi parlamentar, não teve uma militância orgânica dentro do Partido dos Trabalhadores, nem se filiou a nenhuma tendência interna e tão pouco constituiu o grupo do Florestan. No entanto, sempre teve uma interlocução com os setores à esquerda do partido e manteve contato com vários

[17] Isso fica evidente nas perguntas feitas pelos alunos no curso *Análise dos Processos Revolucionários* (ver transcrição das aulas).

grupos socialistas, revolucionários e anarquistas etc. Florestan, portanto, não foi um "militante solitário" ou isolado, pode-se afirmar que foi um militante independente, pois, como afirma Vladimir Sacchetta, em entrevista à autora, (B2006)

> O Florestan era um exército de um homem só dentro do PT. [...] Então, ele era um homem que estava sempre disposto a contribuir e tal, [...] Todos queriam que o Florestan ficasse na sua [...] Mas ele se tornou muito digno. Ele sabia o que ele significava... Na sua independência, não é isolamento não [...] Eu acho que é independência, não é isolamento

De acordo com Ivan Valente (B2006), em uma manifestação Florestan admirou-se ao observar como nas passeatas e nos enfrentamentos das lutas sociais a identificação de deputado servia como arma de combate contra a repressão e em defesa dos trabalhadores. Como pode um "militante solitário" ter uma ação tão orgânica com os movimentos sociais? A sua independência nunca o impossibilitou de dialogar e ser procurado por diferentes movimentos sociais, "ele era procurado, assediado [...] desde os movimentos mais localizados e até os movimentos importantes assim de peso [...] ANDES, ADUSP e os Sem Terras já iam conversar com ele bastante" (SACCHETTA, entrevista, B2006).

Florestan, de acordo com Miguel Urbano Rodrigues, teve Lenine e Rosa como referência teórica e histórica no seu exercício parlamentar. Veja-se:

> Lenine defendeu, durante a autocracia czarista, em algumas situações, a participação dos comunistas em eleições para a Duma. Mas para os bolcheviques, o Parlamento devia ser encarado como tribuna para a denúncia do sistema e nunca como instrumento adequado para a transformação da sociedade. Florestan sempre criticou Bernstein e a tese segundo a qual o movimento é tudo e o resto quase nada, que contribuiu decisivamente para que a Social-democracia Alemã abandonasse progressivamente o marxismo, optando por um reformismo que excluía a idéia de revolução. Florestan alinhava com Rosa Luxemburgo na sua crítica ao parlamentarismo. Como deputado, as suas convicções não mudaram (Entrevista, via e-mail, B2006).

Pode-se constatar que alguns dos seus escritos, como publicista, demonstraram certas ilusões ou esperanças demasiadas com as possibilidades de luta no parlamento, especialmente no período da constituinte. Embora não haja

condições de expandir esta discussão, cabe registrar que Florestan fazia sua coluna semanal de tribuna de luta, de chamada à mobilização, à organização dos trabalhadores ou também para tornar públicos os debates do parlamento ou do próprio PT. De acordo com Vladimir Sacchetta (B2006), Florestan prezava demais a sua coluna no jornal, era como se fosse uma atividade sagrada, pois nem quando estava hospitalizado deixou de escrever seus artigos, ou seja, era algo visceral e uma tarefa orgânica que tinha de realizar de qualquer forma. Por exemplo, na ocasião em que se internou para realizar o transplante, avaliou que, tudo dando certo, estaria de volta em duas semanas e deixou dois artigos para Vladimir Sacchetta. Este "preparava o artigo dele, fazia uma formatação do artigo que ele escrevia à máquina de escrever. Anotava, anotava [...] ele deixou de escrever aquele texto duro e pesado, e difícil [...] e às vezes eu dava umas copidescadas no texto dele numa boa assim... claro, submetia a ele". (SACCHETTA, B2006)

A convivência no PT trouxe desafios para Florestan, como o de superar as adversidades da campanha nas duas eleições, a incapacidade do partido de aproveitar suas contribuições teóricas na ação parlamentar e partidária e até mesmo suportar o incômodo que sua presença causava aos setores do partido ligados à igreja, por ser ele representante do PT na Comissão de Educação.

No parlamento Florestan era o professor respeitado por todos e, sem dúvida, aproveitava todas as brechas para denunciar o capitalismo e para garantir avanços aos trabalhadores, especialmente na defesa da escola pública. Miguel Urbano avalia que a atuação de Florestan foi significativa e positiva.

> ... berço e modelo da chamada democracia representativa, futilidades e marginalização política são os critérios para ser promovido ao alto posto de 'grande parlamentar' na esquerda. Desse modo alguns são admitidos no átrio da fama para colocar o sistema da democracia parlamentar além e acima de qualquer 'critica legitima concebível'. Vejo em Florestan uma exceção à regra. A sua simples presença impunha respeito até aos adversários mais agressivos. Ele era uma referência ética. Admiravam-no pela cultura, pela desambição, pela fidelidade intransigente ao seu ideário. Não tinha ilusões sobre a engrenagem parlamentar, mas aproveitou o grande palco de Brasília para defender intransigentemente as posições que se lhe afiguravam justas, para a denúncia do capitalismo. (RODRIGUES, entrevista, B2006)

Para concluir estes breves aspectos biográficos sobre sua atuação como parlamentar, é preciso deixar registrada a briga pública com Darcy Ribeiro devido ao processo de elaboração da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esta briga teve um custo emocional grande, pois Florestan estimava e prezava muito as suas relações pessoais. As brigas de Florestan em defesa da escola pública são antigas. Em uma leitura atenta do artigo "Diretrizes e bases: a sansão do presidente" (FERNANDES, A1966), pode-se observar a fúria de Florestan contra o governo João Goulart, pois este não impediu a transferência de dinheiro público às escolas privadas ao assinar a Lei 4.024/61. Para o nosso autor, o governo tomou "a si a defesa e o patrocínio dos interesses privatistas, introduzindo no País o protecionismo oficial dos estabelecimentos particulares de ensino" (*op.cit.,* p.522). Houve, também, embora não esteja explicitado no artigo, um incômodo de Florestan com Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, visto que estes estavam no governo. Pode-se inferir que, em consideração às relações pessoais, nosso autor não fez críticas públicas aos amigos. Em um artigo (FERNANDES, A1984c), embora não cite Anísio e Darcy, é possível constatar que ele definitivamente não aceitou a conciliação em torno da aprovação da LDB. Percebe-se, também, que a referência aos assessores deve ser em relação a Anísio e Darcy. Escreve Florestan

> Seria difícil prever o desenrolar do processo no fim da década de cinqüenta e no início da década subseqüente. Todavia, a ascensão do vice-presidente Goulart à chefia do executivo e o acompanhamento de personalidades decisivas, inclusive do *Embaixador,* o vice-rei sem coroa nas repúblicas latino-americanas, deixava patente para onde caminhávamos. Uma questão foi marcante: o encaminhamento das 'conciliações' em torno do projeto de lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dois altos assessores do presidente aconselharam acomodações que não foram compatíveis nem com as suas origens políticas nem com a autonomia de seu mandato de governante (*op.cit*., p.89)

Um outro entrevero interessante envolveu Florestan, Lysâneas Maciel e Fernando Henrique Cardoso no período da constituinte. Embora Florestan sempre tenha procurado preservar as relações pessoais, a situação em relato demonstra bem o radicalismo de intelectual panorâmico que, diante de situações que exijam uma tomada de posição, não deixa de agir, entra nas brigas

necessárias, mesmo que nelas estejam envolvidos amigos de longa data. Lysâneas Maciel (C2001, p.51), em entrevista, relata este episódio muito interessante:

> sempre tive a noção de que o detalhe, em política, é fundamental. Fernando Henrique Cardoso foi relator da Comissão de Regulamentação da Constituinte. A pedido dele, eu tinha feito sua campanha e do Fernando Moraes em São Paulo, porque eu tinha um bom nome lá e ajuda a eleger muita gente. [...] toda a emenda que a gente apresentava ele ia ao Bernardo Cabral[18]. Fiz, por exemplo, uma emenda proibindo os militares que estavam no comando, em ministérios, de falar sobre assuntos que nós estávamos discutindo na Constituinte. Eles falavam sobre tudo, mandato de Sarney, resguardo dos pais, até disso falaram: 'Não pode isso, não pode aquilo'. Pois bem, Fernando Henrique foi ao *Estado de São Paulo* e disse que a minha emenda era uma provocação às Forças Armadas. Florestan Fernandes, um dos grandes sociólogos brasileiros, talvez o maior, tinha sido professor dele e veio me dizer: 'você está irritado com essa entrevista que o Fernando Henrique deu, deixe que eu falo com ele. Ele foi meu aluno, e tal...' Eu disse: 'O que nós estamos querendo é mais liberdade para formular coisas próprias em matéria de justiça social e direitos humanos'. Ele chamou o Fernando Henrique para um canto do Parlamento, e notei que de repente começou a se exaltar. Era um homem de voz serena, um professor tranqüilo, mas começou a se exaltar. Eu disse 'Se é para brigar, brigo eu'. E me aproximei. Florestan estava dizendo: ' Lysâneas sempre me disse que os membros do Parlamento não eram parlamentares, eram deputados e senadores que estavam aqui para contestar uma farsa ditatorial. Mas eu não sabia que havia farsante! (p.51)

Florestan, sem dúvida, também no parlamento, soube associar ciência e militância, sociologia e socialismo, pois considerava o parlamento um espaço educativo para compreender o Brasil a partir de Brasília, especialmente pelas disputas dos interesses e das brigas pelo poder. E, concomitantemente, educava-se na luta a partir dos enfretamentos cujos objetivos eram ampliar os espaços de interesses dos trabalhados ou de conseguir instituir, com os deputados do campo progressista e os movimentos sociais, a prática democrática da conciliação aberta.

Na rica trajetória de Florestan Fernandes, muitos outros aspectos podem ser destacados para compor o homem decidido, intenso, orgulhoso e modesto, mas com dificuldades de ouvir elogios, pois preferia as críticas que estimulassem seus estudos (FERNANDES, A1987, p.310). Foi um homem de ideal, que teve "uma

[18] Este deputado (PMDB do Amazonas) era o relator da comissão de sistematização da constituinte.

consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro" (FERNANDES, A1989, p.10). Este futuro é o socialismo, embora no período que entrou na Universidade a sua concepção fosse:

> dotada de um sentido iluminista e, contraditoriamente, voltada para a transformação socialista do homem, da civilização e da sociedade. Imaginariamente, mantive-me como um intelectual orgânico dos oprimidos e dos trabalhadores, onde se lançam as raízes psicológicas mais profundas de minhas origens. Intelectualmente, fiquei preso ao 'mundo da Universidade' e às limitações que ele opõe ao radicalismo e a uma pedagogia socialista. (FERNANDES, A1989, p.8)

Nestas breves linhas, é possível observar o seu ponto de partida – menino que viveu e trabalhou nas ruas de São Paulo; e o seu ponto de chegada – um dos cincos maiores intelectuais vivos nos anos 1970, segundo Hobsbawm[19]. Além disso, era socialista e manteve compromissos políticos com os trabalhadores e sua classe de origem. Como dizia Mariategui, um homem panorâmico que teve ideais de presente e de futuro, onde a alienação e exploração não roubassem dos homens o seu direito de ser humano. Um futuro cuja construção no hoje levasse ao socialismo.

2) O conjunto da obra: referências bibliográficas, temáticas e intérpretes

No velório de Florestan, as bandeiras vermelhas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) prestaram uma última homenagem, em um gesto simbólico, tomando para si o legado daquele socialista e revolucionário cuja esperança na realização do socialismo nutriu o seu viver até os últimos dias. No entanto, será que o PT e o MST assumiram mesmo a sua herança política? Quais são as bases teóricas desta herança?

Laurez Cerqueira (B2004, p.168), um de seus assessores parlamentares, relata que havia muita esperança por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) com a eleição de Florestan para deputado constituinte, pois

[19] (FERNANDES, A1995d, p.6)

"sua presença no Congresso despertou expectativas, como se toda a bagagem que trouxera, sua história e o poder e a comunicação de que dispunha fossem exercer influência definidora no rumo dos trabalhos". O autor, no entanto, não explicita que "bagagem" era essa que Florestan trazia. E quando indagado em entrevista à autora, sobre a influência teórica dele no partido, afirmou que Florestan não exercia ascendência teórica ou política significativa no conjunto das lideranças que compunham o campo majoritário do partido.

Após sua morte, inicia-se uma espécie de reabilitação de Florestan Fernandes, através de produções acadêmicas, estudos biográficos, artigos que tendem a deixar os pesquisadores de sua obra confusos diante das diversas e contraditórias interpretações[20]. Nestas produções é manifesta uma disputa em torno da sua herança e da sua memória, como afirma Adoue (B2005, p.1): "hoje, a sua memória é campo de batalha pelo 'controle' do sentido da sua vida e da sua obra".

Constatam-se, pelo menos, três grandes grupos de produções sobre a obra de Florestan[21]. No primeiro grupo, estão os trabalhos que visam recuperar Florestan como um autor que contribuiu para a história da Sociologia, mas que se esgotou no passado. Neste grupo é priorizada a pesquisa que tem por enfoque os dilemas da trajetória de Florestan e uma dissociação entre a trajetória e o conteúdo teórico de suas produções. Outras análises produzem uma dicotomia entre o Florestan que produzia ciência integrada à ordem burguesa e o Florestan político, socialista, não mais cientista. Como exemplo, cita Chaves:

> Florestan Fernandes nunca abandonou em suas reflexões e estudos, o tema da Educação; sempre a considerou e a partir da década de 70, quando a sua produção intelectual parece ser caracterizada mais pela marca ideológica do que científica. (CHAVES, B1997, p.355)

[20] Indica-se a dissertação de Costa (B2004), primeiro trabalho que procura sistematizar alguns dos diferentes intérpretes da produção de Florestan.

[21] Não se tem como objetivo, neste capítulo, esgotar as diferentes e ecléticas (em alguns casos mal temperadas) interpretações que existem sobre a produção de Florestan. Remete-se ao estudo de Costa, que teve este objetivo. O "mal temperada" aqui é alusão ao artigo de Cohn (B1987) sobre a produção de Florestan, intitulado "O ecletismo bem temperado".

Em entrevista realizada em 1981 (FERNANDES, A1995d) Cohn o indagou sobre as descrições de alguns contemporâneos seus quanto à obsessiva busca pelo rigor científico, que, por exemplo, transparece em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Nosso autor responde que:

> isto é uma marca, mas eu penso que isso não deva ser creditado a mim, isso é produto de uma convergência de influência. Talvez, pode ser que a minha origem modesta tenha me levado a me suplantar. Procurar alguma interpretação psicanalítica poderia sugerir que eu praticamente quisesse me afirmar por um rigor científico implacável. Mas eu não acho que seja, não. Eu tenho a impressão que o rigor faz parte da investigação científica. Nas ciências sociais ainda hoje para mim o padrão de rigor é o Marx. Até na *Crítica do programa de Gotha,* o rigor com que ele trabalha com categorias, com realidades, com conceitos abstratos, é característico do método científico, onde existe ciência existe rigor. Não pode haver evasão, onde não há rigor não há precisão na descrição, não há objetividade, então está havendo pseudociência. Você lembra a polêmica que eu tive com o Guerreiro Ramos, quer dizer, você não pode ter meia ciência, você não pode ter meia mulher grávida, está grávida ou não está. A ciência também, ou você corresponde a uma descrição precisa e depois você pode trabalhar analiticamente com os dados e com as interpretações ou então não há. Talvez eu tenha encarnado uma etapa da transição da ciência, mas eu fico muito incomodado com a idéia de me atribuírem uma posição maior que eu não tive. Na verdade esse grupo cresceu muito, cresceu comigo e cresceu independente de mim, isso precisa ser posto em questão (p.15).

No âmbito do marxismo a questão de opor a trajetória do jovem contra o velho Marx surge após 1930, precisamente com a edição dos *Manuscritos Econômicos e filosóficos de 1844*[22]. De acordo com Koschelava (C1966) havia fora da tradição marxista um combate explícito ao pensamento de Lênin, à revolução de 1917 e neste ambiente de hostilidade as diversas interpretações dos *Manuscritos* possibilitaram o mito dos dois Marx, ou seja, a oposição entre o Marx maduro e o jovem Marx. De outro lado, na própria tradição marxista muitos

[22] De acordo (BARÃO, C.A 2005, p.258) "*Os Manuscritos,* redigidos entre março e agosto de 1844, constituem a principal obra escrita por Marx durante a sua estada em Paris, quando entrou em contato com o movimento dos trabalhadores de um país de capitalismo bem mais avançado do que a Prússia de sua época bem como teve oportunidade de fazer análise profunda de vários autores clássicos da economia política [....]. Essa obra foi publicada pela primeira vez ainda em forma incompleta, em russo, em 1927. A edição completa foi posteriormente editada em 1932, em alemão, russo e francês, o que possibilitou sua ampla divulgação". Posteriormente, nos anos 1960, *Os Manuscritos* foram muito debatidos.

socialistas anti-soviéticos seguiram considerando que houve traição dos comunistas ao marxismo e que o próprio Marx foi inconseqüente por conta do abandono dos princípios promovidos inicialmente. Para Koschelava

> esto de demostrar que en las obras que siguieron cronologicamente a los 'manuscritos', no hay osadas generalizaciones ni profunda penetración en la esencia de los fenómenos que se analizan, significam poner su firma debajo de la absoluta ignorancia de los destinos históricos del marxismo, y del proceso de su transformación en un sistema maduro. [...] El mito de los Marxistas es precisamente el resultado dictado por el afán de desmembrar al marxismo y de oponer sus partes, una a la otra (op.cit, p.20)

Em concordância com Koschelava pode-se afirmar que:

> la contraposición del joven Marx, autor de los "Manuscritos económicos-filosóficos", al Marx maduro, autor de "El capital" , tampouco es correcta, y tal contraposición parte de la no-compreensión de la profunda unidad del pensamiento marxista. Dicha unidad no niega la evolución. Todo lo contrario: representa la base merced a la cual la evolucion de los puntos de vista no conduce al eclecticismo de la peor especie, sino que se ve coronada por descubrimientos revolucionarios en la ciencia. El proceso formativo de la cosmovisión marxista es ben conocido, y se halla bien estudado. Se lo puede dividir condicionalmente en una serie de etapas. Mas, por causa de las diferencias, no se ha de perder de vista lo general, que se desarrolló de una etapa a la otra, y lo que constituye la médula de todo el proceso de la evolución ideológica" (op.cit, p.23)

Nos anos de 1950 e 1960 várias publicações propuseram a redescoberta de Marx. Este debate surge na agenda internacional da esquerda concomitantemente aos debates econômicos: soviético e cubano[23]. A citação a seguir possibilita situar brevemente o marco histórico que representaram *Os manuscritos* dentro do debate na tradição marxista, pois

> Segundo o conhecido marxista húngaro István Mészáros, estaria o programa de trabalho de Marx, o qual foi posteriormente desenvolvido e enriquecido em suas pesquisas e trabalhos posteriores. Diferentemente da interpretação de Mészáros, no entanto, a maioria dos entusiastas desse trabalho de Marx tendeu

[23] Ver a tese de Doutorado de Barão, C. (C2005).

> a ver nele um documento que não era uma passagem para passos mais ousados mas sim que continha um conjunto importante de aquisições maduras. '*Os manuscritos* seriam, assim, a base de um novo humanismo, de um socialismo humanista.' [Fromm], geralmente crítico à URSS e aos partidos comunistas, e que enfatizava o elemento moral e subjetivo do homem para a construção do socialismo. O principal conceito teórico desse texto para os defensores do novo 'humanismo' seria o de alienação. Compartilhando com os defensores do 'socialismo humanista' a convicção que havia uma divisão profunda na obra de Marx, mas valorando essa divisão de forma completamente contrária, aparecem aqueles que defendem um determinado tipo de cientificidade no pensamento marxiano, e que, portanto, consideram que os escritos do jovem Marx seriam ainda ideológicos, enquanto os do Marx da maturidade seriam científicos. (BARÃO, C. A, C2005, p.258).

Mészaros tem razão quanto à recusa em aceitar a contraposição do jovem Marx ao velho Marx, pois esta é uma interpretação que se aproxima de uma visão ideológica que busca, em muitas situações, debilitar e fragmentar as idéias de Marx. No entanto, deve-se considerar que "a rejeição da dicotomia jovem contra velho Marx não significa a negação da evolução intelectual de Marx" (MÉSZAROS, C1981, p.210)

Para compreender determinadas interpretações da produção de Florestan que reiteradamente baseiam-se na dicotomia do científico *versus* político ou do reformista *versus* revolucionário, é interessante analisar a afirmação de Koschelava (C1966) "es sintomático que tambien para los adversários del marxismo se há tornado axioma, em cierto y determinado grado, la unidad de las partes componenetes del marxismo. Una vez aprendida la lección, se armam ahora na contra sus partes componentes, sino contra todo el marxismo maduro" (p.22).

No dicionário a palavra axioma tem o seguinte significado "proposição evidente por si mesma e que não carece de demonstração./ Proposição primitiva que não requer demonstração e sobre a qual se funda uma ciência". O emprego de axiomas como se fosse resultado de pesquisa científica tem sido recorrente na produção científica no capitalismo. Além disso, a fragmentação e a negação da totalidade tem permitido retirar o sentido revolucionário da produção de Marx e Engels.

Nas Ciências Sociais e demais áreas de estudos universitários, a totalidade e a historicidade das produções tornam-se secundárias e são apartadas das análises e da trajetória da produção social. O materialismo histórico e dialético nos ensina que o estudo de um pensador social e da sua obra não pode ser apartado do meio social e histórico em que foi gerado. No entanto, reconhecer a unidade e a totalidade da produção não significa negar a evolução que faz parte do desenvolvimento teórico do intelectual e do diálogo que este estabelece com seu tempo histórico. O objetivo nesta Tese é compreender sua produção teórica sem contrapor o jovem e o velho Florestan, mas procurando entender sua evolução, para melhor assimilar suas contribuições para as Ciências Sociais e a Educação.

Sem dúvida, a estas análises devem ser feitas críticas porque "têm servido para uma interpretação no mínimo parcial e unilateral do seu itinerário" (NETTO, B2004, p.206). Esta dicotomia deve ser considerada externa à obra de Florestan, porque, ao estudar o conjunto da sua trajetória e produção, é possível entender que havia uma tensão latente, às vezes explícita, em ligar, combinar, tornar um só e fundir o intelectual sociólogo e o intelectual socialista.

A busca de unificação que explicite o homem integrado em suas plenitudes é um dilema na sociedade burguesa, e não uma característica específica de Florestan. De acordo com Marx, o homem, na sociedade capitalista, está sob um processo de alienação constante e vive a contradição básica entre o lugar que ocupa na produção e a aparente igualdade na política, segundo a qual todos são cidadãos com "direito" a serem eleitores e a se elegerem. Assim, "no Estado, onde o homem é considerado como um ser genérico, ele é o membro imaginário, de uma soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal" (MARX, C2002, p.22)

> A revolução política [a destruição do Estado absoluto e a formação do Estado burguês] dissolve a vida burguesa em suas partes integrantes sem revolucionar estas partes nem submetê-las à crítica. Conduz-se, em relação à sociedade burguesa, ao mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses particulares, do direito privado, como se estivesse frente *à base de sua existência,* diante de uma *premissa* que já não é possível fundamentar e, portanto, como frente à sua *base natural.* Finalmente, o homem, enquanto membro da sociedade burguesa, é considerado como o *verdadeiro*

> homem, como *homme,* distinto do *citoyen* por se tratar em sua existência sensível e individual *imediata,* ao passo que o homem *político* é apenas abstrato, artificial, *alegórico, moral.* O homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo *egoísta;* e o homem verdadeiro, somente sob a forma do *citoyen abstrato* (MARX, C2002, p.42)

Vários autores, estudiosos de Florestan, podem ser reunidos neste grupo, como, por exemplo, Arruda (B1995), que buscou acentuar uma imagem do cientista Florestan dos anos 40 e 50[24]. Outros, por sua vez, vão acentuar que o cientista era reformista e que o político só existiu devido ao golpe de 1964 (FREITAG, B1987; B2005). No livro organizado por D'Incao (B1987) há um artigo de Freitag que explicita a tese de ruptura epistemológica na produção de Florestan e esta tem sido incorporada em outros trabalhos[25]. Ao discutir a temática da Universidade e democracia na produção de Florestan, Freitag defende a existência de um corte epistemológico no conjunto da obra e, conseqüentemente, na concepção de Universidade "que permite distinguir uma fase acadêmico-reformista de uma fase político-revolucionária [...]. O momento do corte coincide com a sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, em 1968". (B1987, p.164)

Embora admitindo que esse corte não se deu rapidamente, a autora afirma que a radicalização política na sociedade brasileira possibilitou o surgimento da postura político-revolucionária em Florestan, refletindo-se na sua produção pós-golpe de 64. Essa ruptura está relacionada "com uma profunda reorientação,

---

[24] Pode-se argumentar que há uma justificativa para a ênfase que Maria Arminda deu ao Florestan científico, pois, no período após a sua morte, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores vão reivindicar a herança do Florestan, e Maria Arminda, ao estudar a história das Ciências Sociais, redescobre as produções do Florestan dos anos 40 e 50 e, portanto, tem sentido dar destaque ao Florestan deste período. No entanto, mesmo levando em consideração esta argumentação, Costa (B2004) tem razão quando afirma que Arminda e Garcia fazem parte da vertente de intérpretes que ele denominou como institucionalistas. Esta "interpretação sociológica de Florestan Fernandes caracteriza-se, fundamentalmente, pela excessiva ênfase às influências dos imperativos éticos da construção da carreira acadêmica numa ordem social burguesa em ascensão" (p.41) Costa destaca, ainda, os autores que ele considera fazerem parte desta vertente "os autores que podemos incluir na vertente institucionalista ora desenvolveram estudos completos e sistemáticos, baseados em marcos teóricos e conceituais bastante definidos, como é o caso de Maria Arminda do Nascimento (B1995; B2001; B2003) e Sylvia Gemignani (B2002; B2003), ora refletiram um tanto livremente sobre aspectos da produção sociológica de Florestan Fernandes, muitas vezes no desejo de ressaltar e enfatizar uma característica e um modo de ser intelectual do sociólogo paulista, a fim de fazer permanecer a visão de prática científica que mais lhes aprazem, a exemplo de José de Souza Martins (1998) e Fernando Henrique Cardoso (2000)" (p.42).

[25] Ver Soares (B1997) e Machado (B1998), por exemplo.

fazendo com que o autor não só mude de conceitual teórico, mas penetre em uma nova problemática que anteriormente não estava presente em seus escritos" (FREITAG, op.cit., p.163). Foi possível mesmo afirmar que talvez a postura do último Florestan (político-revolucionário) "não se desenvolvesse de forma tão radical e consistente em direção ao socialismo se a conjuntura política fosse outra, ou melhor, se tivesse continuado o pacto populista-desenvolvimentista" (*op.cit.*, p.167*).*

Um contraponto à tese do corte epistemológico, inaugurado por Freitag, são as reflexões de Pinto (B1992, p.128) quando afirma que a obra de Florestan está:

> vinculada a rupturas epistemológicas, desde seus fundamentos. Sua significação principal é de negação de padrões de conhecimentos da realidade social, que quer substituir por novos padrões científicos. Ao longo de sua trajetória ocorrem reposicionamentos críticos estimulados pelos rumos que os processos históricos impõem à produção da reflexão sociológica. Este é um dado importante, na medida em que para o autor, a possibilidade de desenvolvimento das Ciências Sociais está relacionada com as forças externas ao mundo limitado do investigador, e que são essas forças externas que fornecem os pontos de partida para a atuação do cientista. Novas rupturas do campo epistemológico das ciências sociais vão depender essencialmente das mudanças que se operem nas estruturas amplas da sociedade nacional e da ordem mundial.

Por outro lado, no âmbito do partido, também se operam dicotomias e fragmentações na produção de Florestan. Um exemplo é o livro *Perfil Parlamentar de Florestan Fernandes* (CERQUEIRA, B2004) cujo prefácio do presidente Lula e a apresentação do deputado Federal Luis Paulo Cunha não fazem qualquer menção ao socialista Florestan Fernandes ou à sua contribuição na explicação e nas alternativas de superação do capitalismo na realidade brasileira.

Há uma separação do intelectual cientista e do político, porém, tomando como referência o próprio Florestan (A1995c), quando escreve sobre culto religioso em homenagem a Henfil em 1988, convém afirmar que "a importância do ato estava referida à homenagem intelectual e política (não se pode separar as duas coisas na personalidade e na produção de Henfil)" (p.172). Sem dúvida, a mesma

observação serve para a personalidade e produção de Florestan, portanto, não é possível separar o intelectual cientista e o político na trajetória e obra deste autor.

No segundo grupo estão autores que procuraram dialogar com a produção de Florestan ou tê-la como referência teórica como, por exemplo, Cardoso, M.L (B1987, B1996, B2001, B2001a, B2001a, B2005) que estudou o conceito de capitalismo dependente em Florestan, pois o considera uma grande contribuição para a teoria marxista, que explica o desenvolvimento capitalista. Netto (B2006) está de acordo com essa perspectiva de Cardoso, pois para ele a "desgraça de Florestan é que ele escreveu numa língua que é lida no Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. Florestan é um dos grandes cientistas socialistas [...] aquela idéia do desenvolvimento desigual e combinado [...] está nítida nos estudos dele sobre América Latina". Esta observação de Netto deve ser complementada, pois, mesmo com a centralidade que o estudo da América Latina tem nas análises de Florestan, são poucos seus livros traduzidos para o espanhol[26].

Paiva (B1991), na Economia, e Pinto (B1992), nas Ciências Sociais, tiveram como objetivo, em suas teses de doutoramento, compreender aspectos do arcabouço teórico de Florestan. Paiva deteve-se no estudo da revolução burguesa no Brasil e na periodização do capitalismo, e Pinto apresentou uma síntese valorosa das principais temáticas da produção de Florestan – a interpretação sociológica, a antropologia, os Tupinambá, a questão dos negros e a revolução burguesa[27].

O terceiro grupo são os estudos cujo foco é a biografia e a trajetória intelectual de Florestan, e neste destacamos Sereza (B2005), Cerqueira (B2004) e Garcia (B2002) que se deteve no estudo do período da formação. Nas diferentes produções acadêmicas (teses e dissertações) e nos artigos presentes em revistas e livros de homenagem há passagens com informações sobre a biografia de Florestan. No entanto, cabe destacar que a fonte principal de informação destas produções (livros, teses e artigos) foram os escritos e as entrevistas publicados pelo

[26] Pelo que foi possível levantar, apenas duas obras foram traduzidas para o espanhol: *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* e *A Revolução Burguesa no Brasil*. Na edição mexicana deste último, há um importante prefácio do Florestan publicado no livro *Brasil em compasso de espera* (p.69-74). Infelizmente este prefácio e o segundo prefácio à edição brasileira foram excluídos da 5ª edição de *A revolução burguesa no Brasil,* publicada pela editora Globo em 2006.

[27] Há outros trabalhos que aprofundam a contribuição teórica de Florestan, mas não se pretende aqui esgotar tal descrição. Ver as referências no final da tese, especialmente as produções do item B.

próprio Florestan (ver indicação na nota 7)[28]. Existem também dois verbetes biográficos sobre Florestan em Mazza (B2002) e Martins (B2006)[29].

Quanto ao conjunto da obra de Florestan e suas temáticas, há duas observações iniciais. A primeira é quanto a sua extensão, pois a obra publicada totaliza um conjunto de 61 livros[30] e o estudo destes exige leitores disciplinados, atentos, persistentes e dispostos a enfrentar as dificuldades impostas pela escrita densa[31] ou pela profundidade teórica dos seus ensaios.

Pinto (B1992, p.57) está certo quando afirma que, além de vasta produção, Florestan "trabalhou uma grande quantidade de temas e levantou um número considerável de problemas. [No entanto,] apesar da sua extensão, a obra é

---

[28] Estes trabalhos trazem algumas novidades, pois realizaram entrevistas com familiares e amigos de Florestan, mas o grosso das informações é retirado dos ensaios e das entrevistas de Florestan. A afirmação é resultado de uma sistematização que cotejou os escritos de Florestan com estes.

[29] Na *Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe* existem outras referências a Florestan nos seguintes verbetes: ALAS (p.60); BAGU, Sérgio (p.159); CARDOSO, Fernando Henrique (p.254); CESO (p.269); As teorias da dependência (p.513); IANNI, Octávio (p.669); Pensamento Social (p.931); Partido dos trabalhadores (p.998); Trabalho (p.1165) e USP (p.1242). No verbete sobre o PT (p.998) há um erro do autor, Emir Sader, quando afirma que Florestan foi fundador do PT em 1980. Na realidade, Florestan só assinou sua filiação a este partido à véspera da eleição de 1986, quando concorreu como deputado constituinte pelo Estado de São Paulo.

[30] Estão excluídos desta organização os livros publicados fora do país, as publicações em periódicos e os artigos que foram publicados na forma de prefácio ou apresentação a livros de diversos autores. As exceções foram duas. A primeira para os prefácios e os artigos que discutem a temática educacional e que não constavam nas suas publicações organizadas pelo nosso autor. A segunda foi um livro publicado no México (A1973), resultado de um seminário sobre classes sociais, no qual Florestan apresenta um texto que é debatido e após rebate as críticas e considerações feitas pelos debatedores. Este livro foi publicado no Brasil em 1977 pela editora Paz e Terra, porém dele não consta o diálogo de Florestan com os seus debatedores (ver tabela 02) .

[31] Sereza (B2005, p.15-16) tem razão quando diz que, apesar de toda mitologia em torno da forma de escrever de Florestan, pois ele: "é quase sempre apresentado como um autor hermético e 'chato', que supostamente 'escrevia mal' [...] a leitura cotidiana e quase sistemática de Florestan nesse período [o] fez duvidar ainda mais do grande mito de que ele escrevia de forma especialmente hermética e desanimadora. O trabalho de Florestan representou, sim, uma nova forma de escrever. [...]. Isso, no entanto pode ser encarado como um trabalho que expande os limites da língua, e não como algo que a encolhe". Ademais, vale ressaltar que com a maturidade intelectual e a prática sistemática de publicista, Florestan foi lapidando sua escrita para dialogar com o grande público. Como relata Vladmir Sacchetta, em entrevista à autora em 2006, Florestan tinha uma escrita densa e que "o meu pai [Ermínio Sacchetta] cobrava muito dele. Às vezes ele chegava em casa com um livro novo, meu pai abria e começava a discutir a forma... ele ficava furioso... ele dizia 'mas, Ermínio, eu vim aqui discutir o livro e não a forma, e você não... você não está aqui como secretário de jornal, que passou a vida me copidescando"...e às vezes eu dava umas copidescadas no texto dele [...] claro, que submetia a ele [...] eu lia, passava a mão no telefone... eu tinha uma brincadeira com ele, eu dizia "professor, quem é que falando aqui, é o Lênin ou é o Durkheim ? [respondia Florestan] "considere como se fosse o Lênin..." então olha, essa passagem está difícil, você precisa explicar melhor".

construída a partir de um conjunto de [...] temas nucleares" que compõem e interligam os diferentes ensaios da sua obra.

A segunda observação é quanto à organização e ao método que Florestan utilizou na publicação da sua produção. Nosso autor teve a preocupação de compilar ensaios produzidos em diferentes momentos da sua trajetória (observar tabelas) e nesta produziu prefácios ou notas explicativas que dialogam e interligam os seus ensaios com as produções anteriores. Há, inclusive, referências com informações sobre onde e quando cada ensaio foi publicado ou apresentado pela primeira vez. O estudo destas preocupações com a organização da sua produção demandaria a elaboração de uma tese à parte. Embora Florestan tivesse este cuidado na organização da sua produção, sofreu crítica quanto à divulgação de seu trabalho. Escreveu Florestan a Miguel Urbano sobre este assunto:

> o novo colega, o argentino José Nun, parece-me bem 'articulado', intelectualmente de esquerda. Temos tido boas conversações e ele quer a todo custo que eu me decida a organizar um grosso volume de alguns ensaios – que ele considera importantes – que poderia ser publicado na Argentina. Não disse nem que não e nem que sim. Vou pensar. Ele me criticou, dizendo que eu não cuido como devia da divulgação dos meus trabalhos e que, em conseqüência, obras de menor valor tomam o lugar de contribuições mais positivas e diretas (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto 4 de outubro de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues) [32].

Em resposta à crítica do amigo ele afirma:

> Nunca me interessei senão pela vida. A biografia é coisa de mortos. Gosto de lê-las. Quanto à história, a minha participação é humana. Faço o que posso sem cuidar que seja mais importante que as outras. No fim, os mecanismos e as engrenagens depuram o que é essencial e nós contamos, individualmente, muito pouco. Entramos no circuito da história por um curto período e sequer temos tempo para aprender que ela tem a sua própria, à qual não podemos nos impor. Sempre achei ridículo o intelectualismo

[32] Vale registrar a importância de José Nun, no período em que Florestan trabalhou na universidade, no Canadá, e faltavam-lhe referências latino-americanas no seu cotidiano. Assim, de acordo com Heloisa Fernandes Silveira (SILVEIRA, H. F., evoluçãoB2005, p.5), "não é casual que seu mundo tenha adquirido um novo encanto com a chegada de José Nun, professor argentino, ao Canadá 'ele já me visitou, há tempo, em nossa casa. Foi com Fernando Henrique. É uma pessoa encantadora. Comprou um carro e só pensa em sair comigo para lá e para cá [...] Em termos de conversação, para mim é ótimo [...]. Com Nun, tenho ares da América Latina, da Europa e da Argentina' (carta a Myriam, 3 de outubro de 1971 apud FERNANDES, B2006).

> forçado, que cria para os letrados importância que eles não possuem. Como os demais seres humanos, já fazemos muito quando atingimos o nosso papel, de forma modesta mas produtiva, como um artesão em seu trabalho ou o próprio operário na fábrica que não é dele [...] O que me acontece não é achar os trabalhos importantes. Mas ficar encabulado com o fato de que os poderia fazer melhores, de não ter feito o que podia se aguardasse o correr dos meses e da maturação, e de guardar para mim um conhecimento integrativo que supera o produto. (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto 4 de outubro de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues).

Nos prefácios ou notas geralmente Florestan faz críticas à sua própria produção e defende que esta deve ser compreendida como uma armadura, que foi sendo fundida artesanalmente pelo exercício do ofício intelectual, com o objetivo de prepará-lo para os embates contra a ordem, que teve ao longo da sua vida. Para Pinto (B1992, p.50), "uma das marcas de sua obra é a de estar sistematicamente retornando a determinados momentos, a determinadas obras, pesquisas, questões teóricas ou de métodos, o que confere, aos textos, um sentido de permanente interligação".

Tal organização e método facilitam o estudo da sua produção, pois possibilitam a compreensão da evolução, das hesitações teóricas, dos debates, enfim, do seu amadurecimento teórico, ou, como ele afirma, da armadura tecida artesanalmente pelo guerreiro.

Estas características podem ser observadas, também, na brilhante organização da sua biblioteca[33], nas marginálias, à caneta, dos livros que estudou, na organização de suas fichas de leituras, enfim, na preocupação em deixar uma contribuição para a posteridade e para o desenvolvimento do conhecimento

[33] O acervo de Florestan Fernandes está aberto ao público na Universidade Federal de São Carlos, no setor de Coleções Especiais de sua Biblioteca Comunitária. Esta biblioteca foi comprada em 1995, por R$125.000,00 e tem um acervo de 20 mil documentos, sendo 9.782 livros dispostos com a mesma organização que Florestan utilizava. Os livros estão agrupados por áreas de estudo, os mais importantes estão na parte de baixo das estantes das quatro salas. Existem livros duplicados em diferentes salas, sublinhados com temáticas diferentes. As estantes estão organizadas por salas com as seguintes áreas de estudo: **sala 1:** História Árabe, Síria, Libanesa, Argentina, Africana: Antropologia; Etnografia; Lingüística; Sociologia, Marx; História Constitucional do Brasil, Diários da Assembléia Nacional; Botânica Geral; Zoologia; Matemática; Biologia; - História Geral das Ciências; História Geral; Ciência Política; História Literatura Portuguesa; Educação; Direito; Filosofia; Arte; **sala 2**: História; Literatura; Folclore; Mitologia - América Latina, Aculturação japoneses e alemães no Brasil; **sala 3** História; Sociologia; Geografia; Contemporâneos, Dicionários e Enciclopédias; **sala 4** Periódicos, Literatura.

científico. Para ele, "o trabalho na ciência enlaça as gerações sucessivas numa colaboração invisível e ininterrupta" (FERNANDES, A19967, p.xii). Estes elementos compõem o *ser* e o *fazer* intelectual de Florestan desde o período de aluno da graduação até sua última internação hospitalar. Destaque-se um fato ocorrido quando de sua última internação, e que comprova o seu vigor juvenil e intelectual, pois, mesmo debilitado e com a ansiedade do pré-operatório, deixou dois artigos para serem publicados na sua coluna da *Folha de São Paulo* e dois livros organizados também para publicação.

Feitas estas observações, é preciso ressaltar, a partir dos prefácios e notas explicativas, alguns aspectos de seus escritos e de suas temáticas. Encontra-se organizado, a seguir, um conjunto de quatro tabelas que procuram sistematizar a obra de Florestan por ano de publicação, com algumas observações e sistematizações dos textos educacionais ou outros que ofereçam contribuições para esta área.

2.1) Referências bibliográficas

Na tabela 1 foram organizados os livros publicados nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Observe-se que, com exceção dos livros *A etnologia e a sociedade no Brasil* e *Educação e sociedade no Brasil*, todos os demais (11) foram reeditados nos anos de 1970 e 1980. Alguns inclusive tiveram 3 ou 4 edições, ou seja, embora a ditadura tenha afastado Florestan da Universidade, sua produção continuou sendo editada, lida e ele permaneceu um autor de livros com circulação nacional.

Tabela 01[34]

Livros de Florestan Fernandes publicados nas décadas 1940, 1950 e 1960

	Ano de publicação e título	Re Ed.	Observações, prefácios e outros	Textos de Educação ou contribuições para a área educacional
1	**(1946)** Tradução e Introdução à Contribuição à crítica da economia política	-	Fez a tradução e uma introdução na qual analisa o método e os leitores críticos de Marx. Esta introdução foi republicada nos livros *Ensaios de Sociologia geral e aplicada* e *Em busca do socialismo*.	De acordo com Florestan, quando fazia sua graduação, Marx era demolido (Hugon) ou era citado para explicação específica. Assim, ao escrever a introdução, descobriu sozinho o verdadeiro Marx. E pode fechar o circuito intelectual da sua formação (1995a, p. 18).
2	**(1949)** A organização social dos Tupinambás	**1963, 3ª ed. 1989**	Dissertação de Mestrado	Ver parte 1 no cap. 8 do livro "*Educação e sociedade no Brasil*", no qual há um sugestivo capítulo sobre os Tupinambás, pois "oferece um ponto de comparação de como uma sociedade integrada consegue mobilizar e aplicar os recursos educacionais de que dispõe". (Este capítulo fez parte dos apontamentos de aula organizados em 1951 e publicados pelo CRPE em 1964). Também estão presentes no livro *A investigação etnológica no Brasil*, cap. II
3	**(1952)** A função social da guerra na sociedade tupinambá	**1970**	Tese de Doutorado com prefácio de Herbet Baldus. Ver capítulo sobre a resistência indígena, pois este tema não é freqüente nas histórias sobre a colonização.	Todas as análises sobre os Tupinambás têm uma contribuição substantiva à compreensão do marco zero da educação no Brasil.
4	**(1955)** Negros e brancos em São Paulo, em colaboração com Roger Bastide	**2ª ed. 1959; 3a. ed., 1971**	Pesquisa encomendada pela Unesco. Muitos autores afirmam que a realização desta pesquisa foi um marco na trajetória intelectual de Florestan. Na 2ª ed. foi acrescido um prefácio de Florestan e o projeto original da pesquisa.	As reflexões sobre o negro em Florestan são essenciais para o campo educacional.
5	**(1958)** A etnologia e a sociedade no Brasil. Ensaio sobre aspecto da formação e o desenvolvimento das ciências no	**-**	Prefácio escrito em 1956. Ensaios produzidos entre 1946 e 1958. Livro organizado em três partes: 1) Aspectos sobre a evolução da etnologia no Brasil; 2) A Sociologia em uma sociedade em Mudança; 3) Folclore e ciências sociais.	(1954) Ensino de Sociologia na escola Secundária brasileira. Encontra-se na segunda parte, como capítulo 6.

[34] As tabelas foram elaboradas a partir de Sacchetta (B1996), Mazza (B1997), Chaves (B1997) e dos meus estudos das obras de Florestan Fernandes.

	Brasil.			
6	**(1960)** Mudanças sociais no Brasil	**Refundida em 1974 3a ed. 1979**	Artigos produzidos entre 1943 e 1959. Este livro demonstra a evolução intelectual do autor diante dos problemas sociais do Brasil, marco desta evolução 1960-1974. No prefácio às edições posteriores, Florestan destaca a presença de elementos que serão desenvolvidos com maior profundidade e sistematização no livro a *Revolução Burguesa no Brasil.*	(1946) Um Retrato do Brasil - há um item no capítulo 4 que analisa a "Educação no interior do Brasil". (1954) Existe uma crise da democracia no Brasil? No item 3 há o subitem "A educação como fator de integração política". (1959) O homem e a cidade-metrópole. No item 6 " A utilidade da educação e das ciências sociais".
7	**(1960)** Ensaios de Sociologia geral e aplicada	**2a. ed., 1971; 3a. ed., 1976.**	Ensaios produzidos entre 1947-1959. O texto de introdução à edição brasileira à crítica da economia política foi publicado neste livro.	(1958) cap.4 A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança social provocada. (Trabalho realizado para um seminário no centro Regional de Pesquisas educacionais).
8	**(1961)** Folclore e mudança social na cidade de São Paulo	**2a. ed. 1979.**	Ensaios produzidos entre 1949 e 1959. Estudo do Folclore em São Paulo, cidade que sofreu grandes mudanças.	Nestes livros há 3 capítulos que relacionam folclore e educação /infância. (1941) Contribuição para o Estudo sociológico das Cantigas de Ninar (1942) Variações sobre o mesmo tema (1944) As trocinhas do Bom Retiro
9	**(1962**) A Sociologia numa era de revolução social	**2a. ed. 1976**	Artigos escritos entre 1959 e 1962. Neste livro estão os 3 projetos de investigação sociológica desenvolvidos por Florestan. No primeiro prefácio, de 1962, ele relata como o sociólogo foi arrancado do gabinete e revê os tipos de ilusões presentes nos ensaios.	(1962) Cap.7 – Reflexões sobre a mudança social no Brasil (Neste ensaio ele afirma que a descoberta teórica do controle conservador do poder só foi possível porque ele participou da Campanha de defesa da Escola pública)
10	**(1964)** A Integração do negro na sociedade de classes	**2a. ed., 1965 2v. 3ª 1978**	Trabalho escrito para as provas de concurso da cadeira de Sociologia I. Maioria dos dados coletados em 1951. Associa raça e classe.	Além do debate racial em específico, encontra-se a análise deste na revolução burguesa no Brasil. Portanto, compreender os dilemas desta integração é essencial ao campo educacional.
11	**(1966)** Educação e sociedade no Brasil		Trabalhos escritos entre 1957 e 1962. Um clássico da educação que deveria ser utilizado nas faculdades. O cap. 3 deve ser cotejado com a entrevista de Florestan publicada na Novos estudos CEBRAP (1995) na qual ele traz informações importantes sobre a sua participação na Campanha e comenta o desenvolvimento	Está organizado em três partes: parte 1: estudos a partir da análise dos dilemas educacionais; parte 2: A Universidade e seus dilemas (é possível perceber a atuação do Florestan como professor universitário); parte 3: Ensaios sobre a campanha em defesa da Escola pública parte 4: ensaios que visam alargar o

			desta no Estado de São Paulo.	horizonte da filosofia democrática em educação.
12	**(1967)** Fundamentos empíricos da explicação sociológica	**1972; 3a. ed., 1978; 4a. ed. 1980.**	Ensaios de 1957 a 1965. Os três ensaios tratam das condições, das técnicas, das fases e dos produtos intelectuais do raciocínio científico na Sociologia.	Em termos metodológicos oferece boas contribuições para as diferentes áreas das ciências humanas.
13	(1968) Sociedade de classes e subdesenvolvi-mento	**2a. ed., 1972, 3a. ed., 1975, 4a. ed., 1981**	Ensaios produzidos entre 1964 e 1967. Livro muito importante porque explica e mostra a virada intelectual de Florestan. No primeiro capítulo é possível observar o desenvolvimento intelectual do autor de Weber para Marx.	Para a educação este é um livro que permite apreender de forma sistematizada a contribuição do autor na explicação do conceito de capitalismo dependente na América Latina.

Na tabela 02 estão as produções dos anos de 1970 que apresentam os temas publicados nas décadas anteriores (Sociologia teórica, comunidade, folclore, negro, Universidade) e surgem as discussões sobre imperialismo, América Latina, revolução burguesa, classes sociais, reflexão sobre a teoria do autoritarismo, dentre outras. Há ainda dois livros, em 1979, que resultam de cursos ministrados pelo autor. Quanto à publicação do curso sobre a revolução cubana, escreveu Florestan ao amigo Miguel, solicitando a sua opinião:

> Continuo a concentrar-me no meu trabalho e dei um curso sobre a revolução cubana que despertou interesse. Não queria publicar os apontamentos; os estudantes insistiram. Dei-os ao Antonio Candido, à Heloisa e à Atsuko e todos comentaram com entusiasmo a mesma coisa. Estou indeciso. Contudo, o que há de vaidoso em todo ser humano está crepitado. Será que devo: a Revolução Cubana merece mais essa provocação?! Tratei-a com a simpatia que tenho por todas as revoluções socialistas e com a esperança frustrada de quem deve a Cuba – por ser latino-americano – uma boa parte da razão de ser da nossa vida. A idéia era escrever a serio só daqui a três ou quatro anos. Todavia, as minhas idéias causaram tal impacto que eu próprio não tenho como defender-me. O que acha? Poderia publicar as anotações pura e simplesmente como uma sondagem pedagógica, que visava tirar Cuba e sua revolução do ostracismo a que foram relegados? (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, São Paulo, 17 de agosto de 1979. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues. Os destaques são do próprio Florestan)

Nesta década, conforme tabelas 1 e 2 na coluna de re-edição, há um período de grande publicação (18 livros) e reedições (10) das décadas anteriores; alguns dos

principais livros desta época serão analisados nos capítulos 3 e 4 desta Tese. Em carta a Miguel Urbano, nosso autor demonstra alegria com a edição de seus livros e com a possibilidade de conseguir recursos financeiros a partir do seu trabalho intelectual. Escreveu ele:

> de editoras, tenho uma boa notícia: a edição norte-americana do meu livro sobre o negro vai sair em 'livro de bolso'. Tive uma decepção com os direitos autorais. Pensava que os autores ganhassem um dinheirão. Vou receber 125 dólares por estes dias e mais 125 dólares quando sair a edição. Quem fica com o dinheiro, afinal de contas? De qualquer modo, do ponto de vista intelectual é importante, e eu recebo alguma promoção: como diria Gurvitch, 'por enquanto, ainda não estou morto'. O melhor arranjo que fiz aí, para um possível trabalho, envolve tarefas intelectuais pagas por peças (a Companhia Editora Nacional publicaria livros didáticos e traduções que eu fizesse e estaria disposta a uma programação que eu sugeri). (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto 23 de janeiro de 1971. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues)[35].

Neste período Florestan deu algumas entrevistas, escreveu ele em carta: "tenho dado entrevistas – o que anda em moda, por aqui, especialmente depois que Trans/form/Ação soltou uma entrevista biográfica comigo: os Vivos enterram os seus Mortos, pois não?" (Carta de Florestan Fernandes a Zilah, São Paulo, 19 de agosto de 1977. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues)

[35] Em carta de 1977, escrita de São Paulo, Florestan reflete sobre a questão dos rumos das suas publicações neste período. "Depois de chegar, é-me de todo impossível fazer uma nova viagem tão cedo (em 1976 Florestan esteve em Nova Iorque). Não só por causa dos gastos [...] é que certas coisas aguardavam a minha volta para serem retomadas (a coleção sobre o pensamento socialista, na HUCITEC; e a outra, sobre os grandes cientistas sociais, na Editora Ática). Ambas caminham tão devagar, de dar desespero. Com a volta, porém, em breve irei tentar dar um novo impulso a ambas. Estou ponderando e revendo meus rumos" (Carta de Florestan Fernandes a Miguel Urbano Rodrigues, Toronto 13 de junho de 1976. Acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues)

Tabela 02
Livros de Florestan Fernandes publicados na década de 1970

	Produções	Re Ed.	Observações, prefácios e outros	Textos de Educação ou contribuições para a área educacional
14	**(1996/1970)** The Latin American in residence lectures, Toronto, University of Toronto.	-	**Não tive acesso.**	
15	**(1970)** Elementos de Sociologia teórica	2ª ed. 1974	Ensaios escritos entre 1946 e 1969. Basicamente para compor um manual de Sociologia que não se concretizou. Apresenta uma boa indicação do percurso das obras do autor e sua relação com Mannheim.	**(1946)** A concepção Política de K. Mannheim. Este capítulo tem um sub-item que discute a "Educação e conduta política"
16	**(1972)** O negro no mundo dos brancos	-	Ensaios escritos entre 1965 e 1969. O tema central é analisar, a partir de São Paulo, a situação do negro e do mulato na sociedade brasileira. Segundo Florestan, o último capítulo deste livro foi um dos ensaios mais sinceros e dos que mais sofreu para escrever.	Toda a discussão do Negro em Florestan que associa raça e classe é importante para se pensar uma pedagogia socialista, pois para este não haverá democracia no Brasil enquanto a questão do negro não for resolvida.
17	**(1972)** Comunidade e sociedade no Brasil (como organizador) Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico ao Brasil	2a. ed**.,** 1974	Florestan escreveu a nota prévia, introdução e um ensaio. Este ensaio também pode ser encontrado no livro *Sociedade de Classe e subdesenvolvimento*.	Este livro demonstra a preocupação educacional de Florestan com a formação do estudante de Sociologia, oferecendo aos professores e alunos um instrumento para o trabalho didático na Sociologia.
18	**(1973)** Las clases sociales en América Latina. Publicação Mexicana		O livro é organizado por Zenteno e foi resultado de um seminário realizado no México em 1971. Florestan foi um dos expositores com o texto intitulado *problemas de conceituação das classes sociais na América Latina*. No final há: 1) os comentários sobre o seu texto realizado por Stavenhagen, Graciarena e Rios, e 2) as respostas de Florestan aos comentaristas.	Sem dúvida, que a discussão de classes sociais em Florestan contribui para entendermos a educação numa sociedade de classes e nos repõe a urgência de uma pedagogia que leve o oprimido a ter uma posição ofensiva na luta de classes e a buscar a emancipação.
19	**(1973)** Comunidade e sociedade (como organizador) [36].	-	Coletânea de vários autores clássicos da Sociologia. Florestan escreveu em 1969 uma nota prévia e a introdução.	(1969) Na nota prévia Florestan apresenta aspectos da sua concepção de ensino na Universidade.

36 Segundo Sacchetta (B1996, p.58) existem livros inéditos de Florestan, sendo o primeiro continuação de *Comunidade e sociedade*; o segundo uma obra intitulada *Brasil 1986/1994: atraso e modernidade* e um terceiro *O pensamento político de Marighella*. No entanto, em entrevista à autora, em 1/9/06, afirmou não saber o que aconteceu com os dois primeiros. Os ensaios do terceiro foram publicados em outros livros.

	Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação		Há um ensaio sobre balanço crítico, sobre o método dialético e um outro sobre a planificação socialista.	
20	**(1973)** Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina	2a. ed., 1975 : 3a. ed., 1981	O livro contém três capítulos escritos em 1970 e 1971. No primeiro capítulo o autor apresenta a discussão sobre o imperialismo na América Latina.	Especialmente o primeiro capítulo traz contribuição teórica como referência para entender o imperialismo na América Latina e o papel da educação como uma instituição chave neste contexto.
21	**(1975)** A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios	-	Nota explicativa escrita em 1974. O livro reúne artigos dispersos publicados entre 1946 e 1964. Estes marcam o período em que o autor ainda tinha entusiasmo profissional.	No capítulo II há três textos sobre educação e os Tupinambá publicados no livro *Educação e sociedade no Brasil.*
22	**(1975)** A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica	2a. ed., 1976 ; 3a. ed., 1981 .4ª 200 0 5ª 200 6	A primeira parte foi escrita em 1966, a segunda e terceira 1973 e 1974. Obra prima do autor em que buscou discutir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classe no Brasil.	Na bibliografia há várias referências à educação. Esta obra é referência e ponto de partida para os educadores compreenderem a concretização da Revolução Burguesa no Brasil.
23	(1975) A Universidade brasileira: reforma ou revolução?	2a. ed., 1979	Há dois prefácios (1968 e 1978). O primeiro foi produzido no calor da luta pela reforma universitária (1967 e 1968), palco da tentativa de recuperação do espaço político contra a ditadura. O debate do período abrangia os seguintes problemas: desenvolvimento econômico, revolução burguesa e reorganização da Universidade. O segundo, escrito após dez anos, afirma a importância de se ter como ponto de partida as idéias consideradas subversivas pela burguesia.	O livro contém textos sobre Universidade que são fruto das intervenções feitas na luta pela reforma universitária. Está organizado em duas partes: 1) O diagnóstico da situação e 2) Os sentidos da "reforma universitária". Há também um apêndice intitulado "A Universidade ambígua". A leitura do capítulo 4 do livro *Circuito fechado* ajuda, pois explica a sua concepção de Universidade.
24	(1976) Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o "Poder Institucional"	2a. ed., 1977	Ensaios produzidos entre 1966 a 1976. O capítulo 1 deve ser lido com a primeira parte da Revolução Burguesa, pois ele aprofunda e dá melhor sistematização à análise do autor sobre a sociedade escravista no Brasil. O livro está organizado em duas partes: 1) Brasil passado e presente; 2) América Latina hoje	(1966) A Universidade em uma sociedade em desenvolvimento. Florestan afirma que este é o único texto *stricto sensu* acadêmico no livro. Apesar de o autor ter algumas insatisfações com a sua postura teórica neste texto, o diagnóstico global realizado preparou-o intelectualmente para o debate da reforma universitária em 1967-1968.
	(1977) A Sociologia no Brasil. Contribuição para	2a. ed., 198 0	Ensaios produzidos entre 1948 e 1976. Cap. 8 e 9: ótimos depoimentos bibliográficos do autor. O capítulo	(1954) O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. Ensaio publicado como

25	o estudo de sua formação e o desenvolvimento		12 (1969) é a sua primeira intervenção em Toronto quando se assume publicamente como socialista.	capítulo 6. É o mesmo publicado no livro: *A etnologia e a sociedade no Brasil.*
26	(1977) As Classes sociais na América Latina: problemas e conceituação		O livro é organizado por Zenteno e resultado de um seminário realizado no México em 1971. Florestan foi um dos expositores com o texto intitulado *Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina.* No final há os comentários sobre o seu texto realizado por Stavenhagen, Graciarena e Rios.	A discussão de classes sociais na realidade brasileira é substantiva para compreender as origens de classes dos nossos dilemas educacionais .
27	(1978) A condição de sociólogo, São Paulo	-	Livro organizado a partir da entrevista. Importante para compreender a evolução intelectual do autor. O livro apresenta 23 perguntas que passam pelo conjunto da produção e dos dilemas teóricos e práticos do autor.	Apresenta depoimento sobre a sua participação na Campanha em Defesa da Escola pública.
28	(1978) O folclore em questão		O livro é uma compilação de textos publicados em Jornais e revistas produzidos entre 1944 e 1960. Encontra-se organizado em três partes: O folclore e novas perspectivas; Tendências dos estudos folclóricos em São Paulo e Folclore em resenha.	(1944) Educação e folclore (publicado no Suplemento Literário) (1959) Educação e recreação. (Resenha de vários livros)
29	(1978) Lênin, organização e introdução (p. 7-49).	2ª ed	Esta introdução é fundamental para conhecer a vinculação teórica de Florestan com Lênin.	Na construção de uma pedagogia crítica e socialista as leituras de Lênin são centrais na sua fundamentação.
30	(1979) Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana	-	O livro é constituído das notas de aula do curso ministrado na pós-graduação da PUC/ SP no primeiro semestre de 1979. Faz a discussão sobre o socialismo em Cuba e na América Latina.	Leitura importante para a reflexão sobre a pedagogia socialista na realidade latino-americana.
31	(1979) Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"	-	Livro organizado a partir das notas de aula na graduação do PUC/SP em 1977.	Para a educação, oferece a concepção de Estado e de política em Florestan Fernandes.

As tabelas 3 e 4 correspondem às publicações das décadas de 1980 e 1990. Na tabela 3, foram organizadas as publicações até o ano de 1986, quando Florestan decide se candidatar ao parlamento. Nesta, os escritos sobre a conjuntura da ditadura são hegemônicos. Quanto à Universidade, há uma publicação de 1984, que reflete a respeito dos 50 anos da USP e brinda-nos com um texto quase biográfico sobre sua trajetória nesta instituição. As demais temáticas versam sobre o combate à ditadura e a "Nova República", a América Latina. A discussão da

revolução também continua fazendo parte das publicações nesta primeira metade dos anos de 1980.

Cabe ainda neste período dar destaque ao que afirma Toledo:

> o tema do socialismo consolida-se de forma definitiva em seus escritos, particularmente na sua fase assumidamente publicista (nos artigos de jornais, revistas, conferências, simpósios etc.). Deve-se reconhecer que nenhum intelectual socialista no Brasil contemporâneo a ele se pode comparar em matéria de militância publicista. (TOLEDO, B1998, p.63).

Tabela 03
Livros de Florestan Fernandes publicados na década de 1980 - 1986

	Produções	Re ed.	Observações prefácios e outros	Textos de Educação ou contribuições para a área educacional
32	**(1980)** Brasil: em compasso de espera, 1980	-	Livro com textos produzidos para diferentes situações no período de 1973 a 1979.	Há várias entrevistas de Florestan e discussão sobre a contra-revolução, o imperialismo, dentre outros, que ajudam a localizar a educação neste processo.
33	**(1980)** A natureza sociológica da Sociologia	-	Livro organizado a partir de aula ministrada na Pós-graduação da PUC/SP em 1978. Florestan faz uma re-visita à sua concepção de ciência.	Ao discutir a Sociologia marxista, oferece elementos para reflexões e analogias entre a Sociologia marxista e da ordem e a pedagogia socialista e da ordem.
34	**(1980**) Movimento socialista e partidos políticos	-	Discurso na homenagem a Vladimir Herzog . Texto importante para compreender a discussão sobre partido em Florestan.	Apresenta uma distinção didática entre partido e movimento social.
35	**(1981)** Poder e contra-poder na América Latina	-	Ensaios escritos entre 1970 (os dois primeiros capítulos) e 1981 (o terceiro capítulo). Os dois primeiros capítulos foram apresentados nos EUA e no Canadá.	Reflexões interessantes sobre os processos revolucionários, na América Latina, que contribuem para pensar uma pedagogia socialista nos países da América Latina.
36	**(1981)** O que é revolução?	**6ª ed.**	O livro permite compreender aspectos da temática revolução em Florestan. Oferece um roteiro com indicações de leituras sobre a temática.	Apresenta elementos estratégicos e táticos sobre a revolução proletária, e traz contribuição para os fundamentos de uma pedagogia socialista na realidade brasileira.
37	**(1982)** A ditadura em questão	-	Reúne 4 ensaios que têm como objetivo discutir o regime ditatorial. Polemiza com os defensores do antagonismo entre sociedade civil e Estado.	No capítulo 3, Florestan discute o conceito de sociedade civil, uma analise interessante para a educação.
38	**(1983)** Marx– F. Engels: história, organização e	-	Na introdução Florestan tem como objetivo analisar as idéias de Marx e Engels sobre a ciência da história.	Permite contribuir com o estudo da concepção de história em Marx e Engels.

	introdução			
39	**(1984)** A questão da USP		*Pensar a Universidade como realidade humana,* este é o objetivo do livro escrito em 1984 para debater os 50 anos da USP.	É um excelente livro que permite conhecer elementos da visão de Universidade segundo Florestan. Destaque para a relação bibliográfica que ele apresenta sobre o tema ao final do livro. O último capítulo do livro, "Ilusão da História", é um brilhante relato dos fatos vividos na USP a partir da formação, da profissionalização, da militância no enfrentamento da ditadura e da sua expulsão, pela aposentadoria compulsória em 1969.
40	**(1986)** Que tipo de república	**3 ed.**	O livro foi organizado a partir de artigos de jornais da Folha de São Paulo escritos entre 1983 e 1986, com o objetivo de combater a ditadura. Florestan afirma que se dedicou a "uma espécie de jornalismo político" que permite conhecer alguns dos dilemas da realidade no período.	Não há texto que trate especificamente da temática educacional. No entanto, para quem vai estudar este período histórico ou quer compreender a concepção teórica dos aspectos da transição prolongada para Florestan, estes artigos são fontes básicas.
41	(1986) Nova República?	3.ed.	Uma obra prima, densa e apresenta uma ácida crítica à Nova República (conciliação pelo alto). Seu eixo de análise é da defesa da Revolução democrática e proletária.	Para os fundamentos de uma pedagogia crítica socialista, pois nos capítulos encontram-se sínteses do desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Especialmente do desenvolvimento do pólo proletário desta luta.

A tabela 04 contém as publicações de Florestan do período que exerceu mandato parlamentar até o período de publicação dos seus últimos livros (A1995, A1998). As publicações foram organizadas como compilações de artigos publicados em jornais, intervenções partidárias e parlamentares, entrevistas e depoimentos. Segundo Pinto (B1992, p.124), "o pensamento de Florestan continua [...] sofisticado, agudamente crítico [...] mas inegavelmente que existe uma diferença entre as obras plenamente concebidas e acabadas e o tipo de produção fragmentada que marca [a produção restante]". Não se devem considerar as produções das últimas décadas como fragmentadas. Sem dúvida, há diferenças entre os ensaios analíticos que explicam os dramas da ciência, do capitalismo, dos

dilemas sociais e dos homens e os escritos que são de intervenção política (jornais, discursos parlamentares e partidários).

Estes últimos, no entanto, não podem ser considerados textos fragmentados, pois estão interligados às demais produções. As atuais esclarecem muitas questões e dramas presentes nos ensaios analíticos. De acordo com Silveira (B1987, p.288), os artigos que Florestan publica na grande imprensa "são resultado de reflexões que se inserem imediatamente nas *conjunturas* políticas. E nestes termos são também imediatamente políticas, ou seja, são uma forma de intervenção *na política"*.

Na publicação de 1991, por exemplo, o objetivo foi contribuir com o I Congresso do PT; nos *Fundamentos de um programa para o PT* há uma intensa ligação do conteúdo deste com os seus ensaios sobre a concretização do capitalismo no Brasil e seus estudos sobre *Análise dos processos revolucionários*. Este ensaio de intervenção política partidária apresenta clareza teórica e, de forma sintética, explicações sobre o surgimento do socialismo. São analisados: os postulados de uma perspectiva radical, a urgência do socialismo e da luta de classes, os dilemas do capitalismo oligopolista e sua época histórica, o papel do partido e a necessidade de recuperação dos ideais anarquistas, socialistas e comunistas. Ele encerra o ensaio com indicações dos objetivos imediatos e finais do PT. De acordo com relato de Vladimir Sacchetta (B2006) e Martinez (B2006), este foi o único momento em que Florestan fez uma intervenção orgânica no partido. No partido, ou em seus escritos, a defesa enérgica do socialismo tornou-se um tema candente a partir de 1989; a explicação histórica desta ênfase são os acontecimentos do leste europeu e da União Soviética, que tiveram duras repercussões no Brasil e no interior do PT.

Como junção da ciência e da intervenção política, é possível destacar os estudos sobre o negro, sua proposta de emenda constitucional, publicada em 1994, e as demais intervenções no parlamento sobre este tema. A organicidade entre os diferentes textos em sua obra confirma o que diz Cardoso, M.L (B1996, p.90): "Florestan é um teórico cuja produção é de primeira linha. Além de vasta, é rica e complexa. Quanto mais o estudo, [...] percebo como diversos temas sobre os quais trabalha se entrelaçam, se encontram, se mesclam, tendo muito a ver com o outro. É bem por isso que sua obra é tão consistente".

Tabela 04
Livros de Florestan Fernandes publicados a partir de 1987
(período em que foi Deputado Federal por São Paulo)

	Produções	Observações prefácios e outros	Textos de Educação ou que apresentam alguma contribuição para a área educacional
42	**(1988**) O processo constituinte	É uma publicação da Câmara dos deputados com alguns dos discursos na Assembléia Constituinte no ano de 1987. Encontram-se, como terceira parte do livro, os projetos de dispositivos constitucionais entregues ao relator da subcomissão da educação, cultura e esportes.	16/3/87 – A crise Permanente da UNB. 23/3/87 – Educação Brasileira 22/4/87 – Apoio à educação 7/5/87 - Tratamento injusto aos professores 24/6/87 - A constituinte e o sistema público de ensino 17/7/87 - Homenagem à SBPC 13/8/87 - Reforma educacional 16/9/87 - Ocupação militar da USP 14/11/87 - Destinação de verbas públicas
43	**(1989**) A Constituição inacabada, vias históricas e significados	Artigos de Jornais (Folha de São Paulo e Jornal do Brasil), de intervenções no PT e CUT nos anos de 1986, 1987, 1988**.** Apresenta um belo prefácio de Lysanêas Maciel sobre a atuação parlamentar de Florestan**.**	FSP, 04/8/1987 - Educação e constituição.
44	**(1989**) O desafio educacional, 1989	O livro tem um prefácio que permite compreender a concepção de educação em Florestan. O período da produção destes são de 1982 a 1989.	No livro, todos os ensaios são sobre educação e foram produzidos para a FSP e o JB. Há ainda entrevista a jornais de sindicato, intervenção parlamentar, dispositivos constitucionais e um texto inédito da campanha política. O depoimento feito ao INEP, em 1989, encontra-se no último capítulo.
45	**(1989)** Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo	O livro é organizado em duas partes: a primeira consta de artigos inéditos de Jornais FSP (12) e JB (4) de 1984 a 1995. Na segunda parte, há uma seleção de documentos da campanha, entrevista e intervenções no parlamento.	Os artigos deste livro possibilitam uma dupla contribuição à educação: permitem apreender o limite da conjuntura histórica dos anos de 1980 a partir dos debates sobre o parlamento e a constituinte. Por outro lado, oferecem subsídios para a questão do socialismo através dos seus materiais de campanha.
46	**(1989**) O significado do protesto negro	Os escritos deste pequeno livro giram em torno da necessidade de emancipação do negro nos "termos da sua condição racial e como força de trabalho". Eles foram produzidos como capítulos em livros anteriores (1959), artigos de revistas, um texto inédito sobre o significado do protesto negro e um discurso parlamentar.	A centralidade da questão do negro nos escritos de Florestan impõe, à Pedagogia, compreender o seu papel pioneiro para a compreensão deste dilema social.
47	**(1990)** Em	Publicação do comitê de campanha	Tem como referência o título do livro

	defesa do socialismo	de Florestan Fernandes para as eleições de 1990. Neste, faz a defesa do socialismo diante dos acontecimentos no leste europeu e defende que o PT levante a bandeira do socialismo.	de Mariategui e explicita a posição do autor na conjuntura do socialismo pós anos 1990.
48	**(1990)** A transição prolongada: o período pós-constitucional	Artigos da Folha de São Paulo e do Jornal do Brasil, do período de 1988 até 1990. No prefácio, apesar da "crise do leste europeu", o autor defende o socialismo como alternativa ao capitalismo. Ele analisa através destes artigos o período pós-constituinte, início do governo Collor, O PT, os conflitos sociais etc.	FSP, 9/4/98 - A pesquisa ameaçada FSP, 12/3/90 - A educação FSP, 5/3/90 - Ciência e Tecnologia FSP, 11/9/89 - A educação do futuro JB, 1/11/89 - O debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases
49	**(1990)** As lições da eleição	Publicação da Câmara dos deputados de 1990 na qual há dois discursos: 1) As lições da Eleição 2) Classe, Socialismo e Democracia	Para a pesquisa na área de marxismo e educação, as reflexões de Florestan sobre este tema oferecem contribuições para situar os dilemas da realidade brasileira e as possibilidades de transformação.
50	**(1991)** O PT em movimento: "Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores"	Textos que demonstram a participação mais orgânica do Florestan no PT. Do ponto de vista teórico e político, são textos que articulam tática e estratégia de uma forma brilhante.	Nos artigos podem-se compreender, de forma sintética, os dramas teóricos da sociedade capitalista para Florestan. É, também, um programa partidário para um partido que tenha compromisso com a construção do socialismo.
51	**(1991) Depoimento, *in* Memória viva da educação**		Depoimento feito por Florestan ao INEP em 1989, no qual o autor discorre sobre Anísio Teixeira, o substitutivo Carlos Lacerda, a relação entre ciências sociais e educação e sobre questões da Nova LDB.
52	**(1992)** Parlamentarismo: contexto e perspectivas	Publicação da Câmara de 1992 com alguns artigos escritos pelo deputado Florestan Fernandes. Encontra-se organizada em 3 partes: 1) a crise do Estado e parlamentarismo; 2) o parlamentarismo como alternativa e 3) dilemas do contexto histórico nacional e mundial.	Textos que permitem compreender a conjuntura dos anos 1990 a partir da reflexão sobre a crise do Estado, parlamentarismo, judiciário e outros temas.
53	**(1992**) Reflexões sobre o socialismo e a autoemancipação dos trabalhadores	Versão resumida de uma exposição oral publicada pelo Departamento de Formação Política e Sindical do Sindicado dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Uma versão deste artigo, condensada ou ampliada em partes encontra-se no livro *Em busca do socialismo*, p.217-245.	Discussão sobre os objetivos do socialismo proletário que oferece contribuições à pesquisa sobre marxismo e educação.
54	**(1992)** A Queda	Discurso parlamentar na sessão de 30/9/1992 que trata sobre o processo de afastamento do presidente Collor.	Possibilita reflexão sobre a conjuntura e determinados aspectos do debate político no início dos anos 1990 com uma breve, mas contundente, avaliação do governo Collor, o significado da entrada de Itamar e os dilemas que estão postos aos "de baixos" neste processo.
55	**(1993)** LDB: impasses e	Publicação da Câmara dos deputados de 1993 que apresenta	10/05/93 - Diretrizes e Bases: na etapa final

	contradições	pronunciamentos sobre educação e artigos sobre educação publicados na Folha de São Paulo de 1992 a 1993.	FSP, 7/07/92 - Educação: inconsistência do legislativo FSP, 14/12/92 - Oportunidades Educacionais FSP, 7/12/92 - Temas educacionais Pronunciamentos nas seguintes sessões: 28/4/92; 27/5/92; 2/12/92; 18/03/93.
56	**(1994)** Democracia e desenvolvimento	Livro que apresenta diferentes tipos de artigos escritos entre 1967 (artigo inédito) a 1990. Há artigos sobre a Revolução dos cravos em Portugal, de Cuba, da Nicaraguá, e várias entrevistas (destaque para a entrevista de 1989 "Constituinte e revolução"). Há também dois documentos que foram publicados pela Câmara dos deputados.	A centralidade da categoria revolução em Florestan impõe, de um lado, conhecer a dinâmica do imperialismo, da contra-revolução e, de outro, estudar os processos revolucionários em curso. Este livro oferece várias reflexões neste sentido a partir de análises sobre Cuba, Portugal, Chile, El Salvador, Albânia e a realidade brasileira.
57	**(1994)** Consciência negra e transformação da realidade	Publicação da Câmara dos deputados de 1994 que mostra o episódio de insubordinação partidária de Florestan para "resolver uma objeção de consciência" quando da decisão do PT de não apresentar emenda constitucional. Ele apresenta um capítulo "Dos Negros", que contém a emenda constitucional, um pronunciamento sobre as desigualdades raciais e a consciência negra e uma carta dele para a liderança do PT.	O conjunto da produção sobre a questão do negro em Florestan deve ser referência para a pesquisa na área do marxismo e educação na realidade brasileira. O central na contribuição de Florestan é que, diferente da interpretação norte-americana, ele não esgota as análises no estudo do negro fora da sociedade, das classes e do modo de produção capitalista.
58	**(1995**) Tensões na educação	Coletânea de artigos da FSP, de revista do PT e do Andes no período de 1990-1992. Florestan vê na educação e na sua autonomia uma chave "para a solução dos problemas materiais, humanos e políticos".	Todos os artigos (21) são sobre educação.
59	**(1995)** A contestação necessária[37]	O livro foi organizado a partir de dois textos inéditos e outros que foram publicados na FSP, em livros e jornais da Universidade no período de 1983 a 1994. "*A contestação necessária* focaliza, como seu objeto, o eclodir de aspirações utópicas, destroçadas pelas classes dominantes e pelo recurso extremo à duas ditaduras" Encontra-se dividido em três partes: 1) O intelectual e a radicalização das idéias 2) Prática política radical 3) Reforma educacional	*Reforma Educacional: a contribuição de Fernando de Azevedo.* *Fernando de Azevedo: um autêntico reformista*
60	**(1995)** Em busca do	O livro tem vários escritos de Florestan de diferentes períodos 1947 a 1991. Encontra-se organizado em três partes: 1) A tradição	Livro fundamental para a discussão da realidade brasileira a partir da categoria revolução na produção de Florestan. Revolução, contra-

37 Segundo relato de Vladimir Sacchetta, em entrevista à autora em 1/9/06, o livro *A Contestação Necessária* fazia parte de um outro livro intitulado por Florestan de *Em busca do socialismo*. Foi recusado pela editora Cortez, com a justificativa de que com a queda do Muro de Berlim o socialismo não era mais uma temática interessante para venda. O comentário de Florestan, segundo Vladimir, é que nunca um livro seu tinha sido devolvido por uma editora. Por sugestão de Vladimir, o livro foi desmembrado em dois: *A Contestação necessária* e *Em busca do socialismo*.

	socialismo	revolucionária; 2) As contradições do capitalismo dependente e 3) A luta pelo socialismo. No prefácio escreve sobre o intelectual, a impossibilidade da neutralidade e situa sua atuação como professor nas franjas do anti-poder. A introdução é escrita por Osvaldo Coggiola e há uma seleção fotográfica de Vladimir Sacchetta.	revolução, capitalismo dependente, luta de classes, socialismo, marxismo, são algumas das temáticas analisadas neste livro.
61	(1998) Florestan Fernandes: a força do argumento	Livro organizado com uma seleção de 80 artigos de jornais da *Folha de São Paulo* entre 1944 e 1995, sendo a maioria de 1984 a 1995.	FSP, 12/03/89 - Diretrizes e Bases FSP, 18/8/91 - A crise da Educação FSP, 12/04/95 - O Senado e a Educação.

2.2) Temáticas e intérpretes

Segundo Ianni (B1986), Florestan, com sua produção sociológica, inaugura um novo modo de pensar a realidade social, pois ela está permeada de um componente que busca a crítica profunda da realidade social e do pensamento estabelecido. As fontes principais que Ianni destaca como formadoras de sua Sociologia crítica são:

> os pontos de vista críticos dos clássicos e modernos da Sociologia; a perspectiva radical do marxismo; a herança crítica do pensamento brasileiro; o horizonte de seu tempo, quando são intensas e extensas as transformações estruturais da sociedade brasileira; a perspectiva crítica, particularmente heurística, constituída pela reflexão sobre a sociedade e a história a partir de vida e trabalho dos grupos e classes sociais que compreende a maioria do povo (B1986, p.40).

Cabe acrescentar como fonte o processo educacional, pois tal como Mariategui em *Os sete ensaios de Interpretação da realidade Peruana,* Florestan sempre estabeleceu interlocução com a educação na construção da Sociologia. De acordo com o próprio, ele foi "um não-especialista longamente engolfado nas lutas pedagógicas. Nunca esqueci a célebre proposição de K. Marx – quem educa o educador? E nunca voltei as costas aos dilemas educacionais brasileiros." (FERNANDES, A1989, p.7).

A grande extensão da sua produção oferece várias possibilidades de agrupar suas temáticas de estudo e de pesquisa[38]. Todavia, as cinco fontes descritas por Ianni: 1) estudo crítico dos clássicos da Sociologia; 2) marxismo; 3) crítica do pensamento social brasileiro; 4) contexto histórico do seu tempo e 5) reflexões sobre a sociedade a partir do trabalho e da luta de classes – constituem-se em elementos básicos que estão presentes nas temáticas de sua produção. No seu desenvolvimento teórico existiram questões permanentes como: o método, a preocupação com o papel social do conhecimento, as particularidades do pensamento sociológico, a explicação e a transformação da sociedade de classe na realidade brasileira e a compreensão dos dilemas sociais (índio, negro, educação).

Os estudos sobre o Folclore e os Tupinambá marcam a perspectiva crítica, a partir do pólo trabalho que compuseram dois períodos da História do Brasil. Para Florestan, o folclore é a História que se mantém no presente, mas cuja perspectiva é o passado. Os Tupinambá representam a História passada que se esgotou, mas que é o ponto de partida, o marco zero da História social brasileira.

Ressaltem-se as reflexões de Mazza (B1997, p.103) quando afirma que Florestan enunciou: "não deveríamos ignorar esse ponto de partida, pois ele teria definido um marco histórico e um padrão de coexistência, que se alicerçou na capacidade de resistência, de fusão ou de dissolução da ordem tribal", apesar da aparente distância da ascendência indígena na sociedade brasileira.

De acordo com as informações sistematizadas nas tabelas 1 e 2, os estudos sobre a temática do folclore foram publicados nos anos de 1958, 1961 e 1978 e tiveram como objetivo publicizar a produção que marca uma das etapas da formação de Florestan na pesquisa e no ensino desenvolvidos na USP dos anos 1940 a 1950. Por outro lado, visam trazer à tona uma temática marginal na Universidade, pois "o nosso folclore é mal conhecido. Poucos tentaram focalizar os seus diversos aspectos, com espírito objetivo, dedicação e empenho amoroso. Daí termos tido a idéia de juntá-los num volume, que representa a nossa modesta

38 Como uma destas muitas possibilidades de organização das temáticas presentes na produção de Florestan destaca-se Pinto (B1992, p.130ss), que organizou os seguintes núcleos temáticos nas obras: 1) conteúdos predominantemente teóricos, 2) conteúdo etnológico, 3) a sociedade de classe no Brasil, 4) as relações raciais no Brasil, 5) a América Latina, 6) educação e mudanças sociais, 7) o folclore, 8) a cidade de São Paulo e a questão urbana e 9) os processos sociais e políticos recentes no Brasil.

contribuição" (FERNANDES,A1979c, p.9)[39]. Alguns autores que escreveram[40] sobre esta temática da obra de Florestan foram: Xidieh (B1987); Gnaccarini (B1987), Mazza (B997, p.89-100); Mazza (B2004, B2001) e Borba (B2005).

Para Ianni, a temática dos Tupinambá[41] é uma grande originalidade na produção de Florestan dos anos 1940, especialmente quando comparada com as temáticas da produção dos denominados intérpretes do Brasil, como Sergio Buarque, Gilberto Freire, Oliveira Viana e Caio Prado que não desenvolveram estudos sobre os indígenas. Segundo Baldus (FERNANDES, A1989b, p.9), "tratar da organização social Tupinambá era pois necessário para completar o estudo da cultura da tribo que, mais do que qualquer outra, contribuiu para o desenvolvimento do Brasil Colonial e a formação da cultura neo-brasileira".

Na avaliação de Florestan:

> foi através do estudo sobre os Tupinambá que [se sentiu] forçado a ir mais longe. A pesquisa não só não era uma experiência improvisada, apesar de ser o [...] primeiro contato mais intimo com a reconstrução histórica. Os Tupinambá [o colocaram], como diria Mauss, diante da necessidade de explicar uma civilização, como o demonstra *A organização Social dos Tupinambá*. [Foi] obrigado a mobilizar todos os conhecimentos que pudera acumular sobre técnicas empíricas e lógicas de pesquisa. E [teve] de alargar o [seu] conhecimento das sociedades primitivas, para poder entender, descrever e explicar as estruturas e os dinamismos da sociedade tribal Tupi. [...] [Descobriu] que nenhum sociólogo é capaz de realizar o seu ofício antes de percorrer *todas* as fases de um projeto de investigação completo (FERNANDES, A1980, p.174)

Além do avanço que representou esta pesquisa para o campo sociológico, pode-se relacionar a passagem citada com o que diz Saviani (B1997, p. 73), quando descreve como Florestan apreendeu, em sua trajetória de formação, a percepção do

[39] O estudo do folclore no currículo escolar é um dos aspectos dos valores que Florestan propõe para ampliar a filosofia democrática transplantada pela Pedagogia Nova no Brasil (Ver o quarto capítulo desta Tese e FERNANDES, A1966, p.594-602).

40 O levantamento bibliográfico dos autores que estudaram as diferentes temáticas na produção de Florestan não pretendeu ser exaustivo, pois não é a questão central desta tese.

41 De acordo com Florestan (A1989b, p.16), "o termo Tupinambá é empregado [na] monografia para designar o conjunto de grupos tribais descritos sob este nome nas fontes consultadas. Assim, estão compreendidos, neste estudo os grupos, tribais Tupi que, na época da colonização do Brasil, entraram em contato com os brancos no Rio de Janeiro, e na Bahia; e os grupos tribais Tupi que, depois, povoaram o Maranhão, o Pará e a Ilha dos Tupinambarana"

significado próprio da educação. Como exemplo, rememora o processo de pesquisa do Mestrado no qual "assumindo radicalmente as exigências da pesquisa, Florestan transformou seu curso de Mestrado naquilo que ele devia, de fato, ser, isto é, num trabalho educativo de iniciação à formação do pesquisador". Em sua trajetória, o Mestrado cumpriu a função de ser um espaço educativo de formação do pesquisador. O seu avanço no campo teórico correspondeu a avanços na sua trajetória de professor e na sua concepção de educação. Para isso, basta observar a belíssima reflexão, em 1951, sobre o significado educativo da tradição na sociedade dos Tupinambá:

> os franceses pretendiam estabelecer uma aliança com os Tupinambá do Maranhão. Nas discussões, os 'velhos' procuraram descobrir uma diretriz eficaz nas experiências dos antepassados em situações análogas anteriores. A tradição surge aí em seu verdadeiro contexto: como um saber capaz de orientar eficazmente as decisões dos homens e de enquadrar seus ajustamentos em certa filosofia da existência humana. Refletindo-se sobre dados dessa natureza é que se pode apontar como, juntamente com os conteúdos, eram assimiladas as formas que organizam, tanto estruturalmente quanto dinamicamante, o horizonte cultural dos Tupinambá (FERNANDES, A1966, p.165).

Além dos livros que foram resultados da Dissertação e da Tese (1949 e 1952), que corresponderam a uma radical iniciação e formação do pesquisador, a temática indígena foi publicada por Florestan em *A etnologia e a Sociologia no Brasil, A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.* Encontramos os seguintes autores que analisaram esta temática na produção de Florestan: Peirano (B1984), Renner (B1987); Junqueira (B1987); Carvalho (B1987); Pinto (B1992); Oliveira (B 1996); Mazza (B 1997, p.101-111) e Mariosa (B2005).

Nas tabelas 1, 2 e 4, a temática dos negros constitui-se permanente nas preocupações teóricas de Florestan desde os primeiros trabalhos nas duas disciplinas da graduação em 1941 e 1942. Por cinco décadas (1955, 1964, 1972, 1989 e 1994), Florestan publicou sobre esta temática, na qual ele mergulhou fundo

a partir do convite de Roger Bastide[42] para fazer a pesquisa encomendada pela UNESCO em 1951.

No prefácio à Segunda 2ª edição de *Brancos e Negros em São Paulo* de 1958, Florestan destaca um procedimento metodológico importante a ser observado ainda hoje pelos pesquisadores desta temática, especialmente porque a influência dos Estados Unidos, via fundação Ford, vem impondo determinados aspectos da realidade norte-americana ao debate e à pesquisa sobre os negros na realidade brasileira. Florestan e a equipe evitaram

> por prudência, assimilar a situação de contacto racial brasileira com a norte-americana e frisamos porque procedíamos desse modo, como se pode verificar pelo texto do projeto de pesquisa. Ainda assim, os dois conceitos tiveram de ser aplicados. Há certos caracteres que são universais, ocorrendo em todas as manifestações etnocêntricas ou raciais de atitudes preconceituosas e discriminatórias. Doutro lado, o que nos parecia importante, na situação racial brasileira, não era a inexistência de atitudes preconceituosas e discriminatórias, mas as formas pelas quais elas se exprimiam e as funções que preenchiam. Sem assumir feições ostensivas e virulentas, características do *estado de conflito,* elas traduzem o que ocorre quando ambos os processos fazem parte de um *estado de acomodação*. Aí está, porventura, a principal contribuição teórica desta obra ao estudo sociológico desses fenômenos (FERNANDES, et al, A1971b, p.11).

Este procedimento metodológico demonstrou o cuidado que o autor teve ao estudar e ao pesquisar a vida do negro, de partir dos dilemas gerados em nossa realidade específica. Ele converteu este trabalho no "estudo da formação,

42 O episódio em que Bastide convenceu Florestan a participar da pesquisa encomendada pela UNESCO foi o seguinte "Eu estava trabalhando sobre os Tupinambá e não tinha tempo para me envolver em um projeto que caía abruptamente do céu. Respondi até com uma certa má-criação ao professor Bastide quando ele me convidou para dividir com ele a responsabilidade da pesquisa sociológica sobre relações raciais na cidade de São Paulo. [...] Eu lhe devia muito, quase tudo, desde os bancos escolares, mas mantive-me firme na recusa, porque estava empenhado com afinco na elaboração da tese para o doutoramento. O que fez o Bastide me convencer? Ele foi à sala na qual eu trabalhava para insistir de novo e eu fui peremptório: 'Não, de jeito nenhum! O senhor não me convence". Aí ele foi saindo, já ia fechar a porta, quando meteu a cabecinha entre o vão e me disse: 'professor, eu colho todo o material. O senhor só trabalha nos dados. O senhor aceita?' Eu confesso que então chorei. Foi uma emoção forte demais. Aquele homem, do qual eu tinha sido aluno quatro anos, que fizera tudo por mim, de repente faz isso, exige a minha colaboração, levando a sua dedicação a esse ponto. Ele faria tudo e eu só teria de trabalhar na fase de interpretação. Então, me levantei e anuí: 'Bom, o senhor me convenceu. Eu faço a pesquisa com o senhor" (FERNANDES, A1995a, p. 19)

consolidação e expansão do regime de classes sociais do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato" (FERNANDES, 1978b, p.10).

Ele não dissocia, assim, as relações raciais do destino do povo na sociedade de classe, pois tanto os negros como os mulatos foram os contingentes da população brasileira que, com a escravidão e sua desagregação, tiveram o pior ponto de partida na implantação do capitalismo. O drama do negro passa a ser um dos dilemas sociais mais graves e terríveis da nossa sociedade. Este dilema diz respeito não apenas à democratização das relações raciais e sociais, sobretudo à democratização da sociedade em geral. Logo, a democracia só será possível quando este dilema for superado para o conjunto desta população.

Porque a ênfase na cidade de São Paulo, no estudo do negro, do folclore e, mais tarde, na educação em Florestan? Esta escolha é justificada, porque São Paulo "não é só a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. É, também, a cidade na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade" (FERNANDES, A1978b, p.10). Segundo Pereira (B1971, p.214)

> ao cuidar de São Paulo, estabelece suas conexões, culturais, políticas e econômicas com a sociedade inclusiva e, através desta, com o sistema internacional de forças sociais; e, ao estudar globalmente a sociedade brasileira, mostra como os processos de mudança nela evidenciados aparecem, em São Paulo, em sua forma extrema de desenvolvimento.

A *Integração do Negro na sociedade de classe* permitiu um salto teórico na produção de Florestan, pois:

> através do negro e do mulato [procurou] descrever como o 'povo emerge na história'. Como [escreveu], tentava esclarecer 'os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações, mas a própria sorte da democracia no Brasil'. Enfim, abriria o caminho para explicar, sociologicamente, quais foram os protagonistas da revolução burguesa em nosso país, como ela se desencadeara e por que, afinal de contas, ela se fechou para a plebe, ou seja, para a vasta maioria da população. As conclusões a que [chegou] se opunham à descrição conservadora do 'mundo que o português criou' – e por que não o escravo? – desvendando a realidade subjacente ao capitalismo dependente, à sociedade de classes subdesenvolvida e ao Estado burguês que resulta de ambos,

> montado para resguardar e fortalecer a *democracia restrita* de uma minoria [...] No entanto, ainda alimentava muitas ilusões, condicionadas ideologicamente por [sua] própria situação de classe ou fomentadas pelo radicalismo democrático e pelo socialismo (FERNANDES, A 1980, p. 199).

A passagem citada ilustra duas faces importantes do intelectual Florestan. Primeiro, a temática dos negros tornou-se um problema integrado à sua vida e à sua consciência[43]. Segundo, o negro é contextualizado na sociedade de ontem (colonial sob a escravidão) e também situado na sociedade do presente (sociedade burguesa) na qual se manteve e se aprofundou o seu dilema racial e de classe.

Em sua obra, portanto, Florestan expõe a necessidade teórica e política de associar a luta pela democracia racial com a luta pelo socialismo, pois o que historicamente vem acontecendo no protesto negro é que:

> as motivações e as orientações do comportamento social do 'negro', em suas manifestações individuais e coletivas, são calibradas e dirigidas pelo afã de 'pertencer ao sistema'. As críticas que ele faz à organização da sociedade brasileira afetam a esfera dos ajustamentos e das relações sociais. Em outras palavras. Ele aceita a ordem social vigente, deixando as opções ideológicas ou utópicas mais amplas para outros círculos sociais (FERNANDES, A1978b, p.12)

No levantamento bibliográfico encontram-se os seguintes autores que discutiram esta temática na produção de Florestan: Lépine (B1987); Bastos (B

43 Essa foi a argumentação que utilizou quando foi deputado parlamentar para explicar por que contrariou a decisão do partido (PT) de não apresentar emenda constitucional (ver tabela 04). Na carta em que justifica a sua 'rebeldia' à liderança do PT diz que "como havia afirmado de público, na Bancada do PT, encarei uma das emendas em termos de 'objeção de consciência'" [...] As minhas análises sobre o negro no Brasil - antes dessa rebeldia - prendiam-se à intenção de incentivar a auto-emancipação de negros e mulatos de uma servidão invisível que se prolongou até os nossos dias. Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. A 'questão do negro' não é, apenas, uma 'questão social'. Ela é simultaneamente racial e social [...] É o teste de existência da democracia no Brasil. Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a idéia de uma 'democracia racial' representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática. Sinto vergonha desta realidade e penso ser meu dever lutar contra ela com todo o vigor [...] Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia, na qual a liberdade com a igualdade seja válida como objetivo universal" (FERNANDES, A1994c, p.7-8)

1987); Pereira (B1987, B1996); Pinto (B1992, p.349-389); Soares (B1997, p.44-47); Mazza (B1997, p. 112-119), Cohn (B2002) e Foster (B2005)[44].

Uma outra temática são os estudos de natureza teórica que exprimiam as suas convicções e preocupações diante dos problemas lógicos, empíricos ou práticos da Sociologia como ciência e as divisões em campos fundamentais, como a Sociologia comparada, a Sociologia aplicada e a Sociologia geral. Neste período, Florestan estava "visivelmente [empenhado] na dupla missão de contribuir para o progresso da Sociologia como ciência e de intensificar sua renovação ou expansão no Brasil" (FERNANDES, A1971, p.8).

Celso Beisiegel, em entrevista à autora, diz que ao entrar na graduação da USP, em 1955, considerava que Florestan

> estava comprometido com a construção da Sociologia, realmente. Todo aquele peso na atividade inicial do Florestan nesta área... já tinha passado a fase dos Tupinambá, da Organização Social dos Tupinambá, da Função Social da Guerra... e ele estava trabalhando mesmo era a metodologia, Sociologia por métodos definidos dedutíveis, e depois, a Sociologia Geral Aplicada. Mannheim já era uma figura importante de Florestan naquele período.

Em artigo sem autoria e sem data (encontrado no acervo da biblioteca Florestan Fernandes) é afirmado que:

> Una buena parte de la obra de Florestan Fernandes está dedicada a los temas estrictamente teóricos de la Sociologia, tratados con una forte preocupacíon que tienen que ver con uma sólida formación de las nuevas generaciones de sociólogos. Como consecuencia, es, de todos los sociólogos latinoamericanos el que há estado más cerca y estaria quizás en mejores condiciones de escribir un tratrado de Sociologia. Muchos otros han compartido esa preocupación, pelo los que han hecho, se han limitado, generalmente, a ella, sin tratar de utlizar ese instrumental conceptual en la interpretación de América Latina (s.n., s.d:1).

A preocupação com a formação da nova geração de sociólogos foi constante no exercício profissional de Florestan, bem como a centralidade dos estudos da

[44] Não consta Dissertação ou Tese sobre esta temática específica.

Sociologia no Brasil e na América Latina. A produção teórica de Florestan sobre o ensino e a pesquisa na área da Sociologia deve ser associada aos dilemas do contexto histórico e da Universidade na realidade brasileira. Assim, no momento em que ele conclui a graduação passa a viver uma crise moral, devido aos seguintes questionamentos "O que é a Sociologia?; O que são as Ciências sociais?; posso ser um sociólogo? [...] Assim, tive de armar um programa de trabalho que envolvia no mínimo dezoito horas, e às vezes mais, de leituras intensas, todo o dia" (FERNANDES, A1978, p.4).

Ao se formar como professor, consegue, junto com Antonio Candido, implementar modificações para tornar o ensino mais próximo da realidade dos alunos que saíam do ensino secundário brasileiro. Essas modificações visavam superar alguns aspectos priorizados pelos professores estrangeiros, como o ensino eclético; o preconceito com os manuais; a negligência com a formação básica do cientista social; a ênfase no aspecto teórico do trabalho; os cursos monográficos e de balanços do conhecimento; a ausência de preocupação com métodos e técnicas. Estas preocupações tiveram repercussões nas suas produções e, segundo Florestan:

> durante um período da minha vida fui seduzido pela idéia de me especializar em temas lógicos e metodológicos – ou seja, de me dedicar ao que hoje chamamos meta-Sociologia. Pretendia concentrar-me no estudo dos modelos de explicação sociológica, que me parecia a área fundamental para se abordar as técnicas de investigação empíricas, as técnicas lógicas de interpretação e, através dela, a construção de teoria e os problemas relacionados com a definição do objeto da Sociologia e de sua divisão em certos campos fundamentais [...] não devemos esquecer que estávamos nas décadas de 30 e 40 e que, então, o fundamental era construir a Sociologia como ciência empírica [...] eu corri o risco, então, de me tornar uma figura mais ou menos ridícula no cenário brasileiro: pelo menos um *scholar* extravagante, já que não tínhamos condições para alimentar ambições tão complexas (A1978, p.16)

Os livros que correspondem às problemáticas teóricas deste período encontram-se nas tabelas 1 (1960, 1967) e 2 (1970). O contato com os alunos, através das disciplinas, a tradução e a introdução à *Contribuição à crítica da economia política* de Marx – definida como uma atividade de um intelectual socialista na cidade de São Paulo –, a preocupação com pesquisa empírica

sistemática e as mudanças que estavam se processando na realidade brasileira, o trabalho coletivo no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) levaram-no a estudar:

> [o] aproveitamento de Mannheim, Freyer, a "Escola de Chicago", os antropólogos ingleses, além dos autores clássicos e de Mauss ou Durkheim. Mannhein, em particular, foi muito importante [...] com todas as limitações que a crítica marxista pode apontar, ele [Mannheim] me permitia abrir o caminho para a compreensão dos grandes temas sociológicos do presente, para a crítica do comportamento conservador, para os problemas da Sociologia do conhecimento e para a natureza ou as conseqüências do planejamento democrático e experimental [...] De modo que Mannheim teve importância muito grande para mim nesse período, em que eu tentava descobrir o meu próprio caminho (FERNANDES, A1978, p.19).

As publicações que contêm estas marcas teóricas estão organizadas nas seguintes tabelas: 1 (1960, 1962), 2 (1975, 1977) e 3 (1980) cujo livro *A Natureza sociológica da Sociologia* é resultado de aula na graduação na PUC /SP. Florestan, em entrevista, explica o drama que ocorreu quando ministrou este curso, pois este foi:

> o primeiro curso de alto nível, aliás o único que dei com aquele nível, praticamente aproveitando toda a minha experiência anterior e enfrentando o dilema de ensinar. Porque na verdade é preciso ver que rompi com as minhas ligações com a Universidade. Por que larguei o lugar em Toronto? Se eu tivesse uma identidade profissional forte e uma vontade de continuar a carreira universitária, eu teria ficado lá. É que realmente sofri um processo de desabamento na minha relação com o mundo intelectual. E a Universidade ficou no fundo disto. Então, quando eu volto, tenho a necessidade de me explicar ao estudante, eu tenho que absorver essa frustração. E aquele curso foi extremamente tenso, eu quase interrompi o curso, ao descobrir que estava levando para os estudantes a minha tensão psicológica [...] Foi um curso dado em condições extremamente dramáticas (A1980b, p.21)

Estas questões devem ser associadas a uma outra, realizada em 1981, na qual faz avaliação das suas posições com relação à Universidade nos anos 50 e 60: "apesar da minha posição socialista, apesar de eu ser um sociólogo, apesar de ser uma pessoa desconfiada, e orgulhosa, eu também engoli mitos, eu mitifiquei a

Universidade" (FERNANDES, A1995d, p.17). No final dos anos 70 e nos anos 80, Florestan concedeu várias entrevistas em que fez autocrítica de aspectos da sua trajetória, da sua relação com a Universidade, mas sempre confirmou a sua condição de socialista.

Dentre os autores que pesquisaram e estudaram a temática dos estudos teóricos no âmbito da Sociologia na produção de Florestan estão: Oliva (B1986), Ianni (B1986, B1987, B1995, B1996, B1998); Cohn (B1987), D'Incao (B1987); Mota (B1994, p.:181ss), Gorender (B1995), Imamura (B1995), Oliveira (B1996), Bastos, (B1998), Lahuerta (B1999), Arruda (B1995, B1998, B2001), Arruda e Garcia (B2003), Garcia (B2002), Martins (B2002); Hescksher (B2004, p. 80ss); Costa (B2004) e Guedes (B2006).

A pesquisa sociológica da revolução em Florestan inicia-se com o estudo do negro e ganha maior sistematização e profundidade a partir da publicação de 1968. A temática da revolução burguesa, contra-revolução, América Latina, as classes sociais, o marxismo, as análises sobre a ditadura e a transição prolongada, partido e mudança social, compõem os eixos teóricos da produção de Florestan que serão desenvolvidos no terceiro e quarto capítulos desta Tese.

Autores que discutem essas temáticas na produção de Florestan: Almeida (B1987), Rodrigues (B1987), Odália (B1987), Cardoso (B1987), Gorender (B1987), Lebrun (B1987), Toledo (B1987, B1998), Silveira (B1978, B1987), Netto (B1987, B2004), Valente (B1998), Secco (B1998), Del Roi (B1998), Antunes (B1998), Ridenti (B1998), Coggiola (B1995), Silva (B2005) e Leher (B2005).

A última temática a ser abordada, neste item, é a educação na obra de Florestan. Há várias formas de abordar tal temática, pois a educação esteve presente em toda a sua trajetória. A educação está imbricada em sua existência e na obra, desde quando deixou a escola para trabalhar, no esforço empreendido no curso de madureza e na conciliação com os horários de trabalho, até a atuação na Universidade e como parlamentar, quando fez da defesa da educação pública seu norte de ação.

Segundo Heloísa Fernandes, "o tema, *Florestan e educação,* abre um horizonte tão amplo e tão intenso, com tantas questões e abordagens possíveis, que

se torna praticamente uma impossibilidade[45]" (B2005, p.1). Embora concorde que a quantidade de questões leve a vislumbrar as dificuldades deste estudo, este é um desafio que urge ser encetado pelo educador que tem, como finalidade, explicar e transformar a sociedade e a educação na realidade brasileira.

Há autores que vêm estudando a temática da educação em Florestan visando a uma sistematização. Estas produções foram organizadas em dois grupos. Primeiro, o dos autores que pesquisaram aspectos da produção de Florestan no Mestrado e Doutorado, são eles respectivamente: Weyh (B1993a) Fleury (B1996), Matui (B2001), Santos (B2002), Romão (B2003)[46], Araújo (B2006), Chaves (B1997), Mazza (B1997) e Oliveira (B2006). No segundo grupo, estão os autores que estudaram a produção de Florestan objetivando a construção de um artigo para ser publicado em revistas e livros ou para realizar intervenção em seminário: Nagle (B1987), Silva Júnior (B1987), Weyh (B1991, B1992, B1993b) Saviani (B1996a), Catani (B1998), Chinelli (B2005), Silva (B2005), Santos (B2005), Algebaile (B2005), Herckert (B2005), Foster (B2005), Borba (B2005), Oliveira (B2005a, B2005b, B2006b), Lima (B2005) e Leher (B2005).

Matui (B2001) e Santos (B2002) resolveram a questão da escolha do recorte temático elegendo nas suas pesquisas de Mestrado alguns conceitos que foram sendo inquiridos ao longo da produção de Florestan. Assim, Matuí pesquisou o cidadão, a educação e o papel do professor na produção de Florestan. Santos trabalhou com o conceito de educação e a participação de Florestan na Campanha. Fleury elegeu um período histórico para analisar os aspectos político-pedagógicos na produção de Florestan. Mazza (B1997) e Chaves (B1997), nas pesquisas do Doutorado, estabeleceram como recorte a produção de Florestan dos anos 40 aos 60, isto é, encerram a análise na produção de Florestan no período de sua participação na Campanha de Defesa da Escola Pública[47]. Oliveira (B2006) utilizou o recorte do publicista e a educação com objetivo de destacar a pedagogia socialista

[45] Embora Heloísa descreva como uma impossibilidade esta temática, há indicações de temáticas, tais como: pelo prisma da biografia, a questão da democracia, o publicista e o pedagogo da revolução.

[46] Embora a Dissertação não trate diretamente da temática educacional, o autor pesquisou o Centro de Sociologia industrial e do trabalho e desenvolveu um item que analisa a Campanha de Defesa da Escola Pública (p.36-46).

[47] Há ainda o trabalho de iniciação científica de Machado (B1998) cujo objetivo foi estudar a atuação de Florestan na Constituinte.

em Florestan. No quarto capítulo ênfase será nas contribuições educacionais: a vida universitária e a docência; os projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual; a interlocução e crítica com a Pedagogia Nova; elementos teóricos para uma pedagogia crítica e as implicações educacionais da categoria revolução e da luta de classes.

CAPÍTULO II - As chaves de leitura: questões preliminares

A análise apresentada no capítulo anterior permite que se perceba o quanto é complexa, extensa e cheia de possibilidades temáticas a produção de Florestan. A partir do percurso de pesquisa aqui desenvolvido, sente-se necessidade de sistematizar os pressupostos teóricos que permitiram encontrar a porta de entrada na obra e no percurso metodológico para alcançar os objetivos desta Tese.

Trabalhar com um pensador social exige evidenciar as chaves de leitura que são as bases da perspectiva teórica assumida, assim, neste capítulo, serão analisadas as três chaves de leitura utilizadas como instrumental para aprofundar o arcabouço teórico interno à produção de Florestan. Serão abordadas a compreensão da estrutura (modo de produção capitalista) e a sua especificidade histórica (capitalismo dependente) na realidade brasileira, relacionando-as aos debates que Florestan protagonizou e suas implicações na educação. As chaves estão organizadas da seguinte forma:

- Primeira chave: na evolução intelectual de Florestan a realidade brasileira foi o móvel inspirador;
- Segunda chave: o estudo da obra e da categoria revolução e luta de classes exige dois níveis concomitantes de leituras: contexto e conteúdo da sua produção;
- Terceira chave: a estrutura e a História como eixos fundamentais que permitem identificar as contribuições teóricas (o conteúdo da sua produção para entender a realidade brasileira).

Por último, descreve-se a importância das chaves de leitura utilizadas neste trabalho para compreender as contribuições educacionais de Florestan: interlocução e crítica com a Pedagogia Nova, indícios e as implicações educacionais da categoria revolução.

1) Primeira chave: A realidade brasileira e a evolução intelectual de Florestan

> Essa é uma pergunta[48] complicada para mim. Pelo que sei, só Comte sabia o que ele ia fazer durante todo o resto da vida. Em geral, as preocupações teóricas de qualquer intelectual – especialmente se ele é um sociólogo, historiador ou um antropólogo, enfim alguém que trabalha com problemas que dizem respeito às sociedades humanas – se alteram ao longo do tempo. Não há uma pessoa que nasça com um projeto e depois o realize completamente (FERNANDES, A1978, p.3).

> Um militante de tipo especial, absorvente mas também aberto, intransigente na luta mas tolerante com as idéias diferentes, teimoso e de repente cordato, o que lhe permite forjar instrumentos mentais de pesquisa e interpretação dotados da mais ampla flexibilidade. É bonita, neste depoimento, a maneira por que descreve como se formou a sua maestria teórica e metodológica; como foi passando pelos temas de estudo até alcançar uma completa visão da sociedade; como elaborou os seus conceitos sem preconceito, adotando com liberdade os elementos necessários para construir uma visão pertinente e atuante. Em todas essas etapas, sentimos o ânimo político no sentido mais amplo, a constante referência aos problemas e necessidades do seu país e do seu tempo. (CANDIDO, B2001, p.11).

Na primeira chave de leitura a realidade brasileira, e também a latino-americana[49], tem centralidade para o entendimento da evolução intelectual de Florestan. De acordo com Toledo (B1998, p.61-62):

[48] A pergunta a que se refere Florestan é "como interpreta toda a sua produção científica? Há um projeto teórico, uma 'linha-mestra', orientando seus trabalhos e pesquisas? Qual é a sua trajetória intelectual?".

[49] Luiz Pereira (B1971, p.219) está correto quando, ao fazer a resenha do livro *Sociologia numa era de Revolução social,* afirma que há dois ensaios "relativos à América latina, que de certo modo amplificam outros referentes à sociedade brasileira". Quando da visita à Biblioteca de Florestan na UFSCar foram encontrados, no setor de pastas suspensas, diversos documentos sobre a situação da América Latina, bem como documentos de partidos comunistas de diferentes países da região. Este fato demonstra como a América Latina, associada à realidade brasileira, teve importância na evolução intelectual de Florestan. Um outro dado, é cópia do currículo de Florestan, cedida por Vladimir Sacchetta, pois informa que, nas atividades extra-curriculares exercidas, o autor

> Poucos intelectuais e acadêmicos no Brasil podem a ele se comparar em termos de produção intelectual criativa e original. Sem a referência à sua obra-documento será difícil entender a sociedade brasileira contemporânea, pois ela expressa, com rigor e argúcia, os dilemas, as contradições e as possibilidades do Brasil neste século. O pensamento crítico no Brasil – em qualquer área de investigação e reflexão (História, Economia, Cultura, Política etc.) – terá sempre na obra de Florestan Fernandes um paradigma e uma referência teórica obrigatórios.

O destaque para a realidade brasileira nesta chave de leitura tem relação com três aspectos. O primeiro aspecto mostra a obra de Florestan como referência para o pensamento crítico entender a sociedade brasileira; segundo, o diálogo com a realidade do capitalismo no Brasil permite refletir sobre a penetração e consolidação da dominação externa nos países latino-americanos; e o terceiro é o fato de a realidade brasileira ser fundamental na evolução intelectual do autor que se considera indispensável nesta Tese situar historicamente, bem como refletir sobre as pressões externas impostas ao Brasil e como ele dialogou com os grandes problemas nacionais.

Para melhor compreender o período da evolução intelectual em que Florestan atingiu um novo piso teórico, é interessante estudar, com maior relevo, a realidade brasileira a partir dos anos 1950. Este período corresponde ao momento em que o capitalismo monopolista se consolida e Florestan vai optar pela "recapturação"[50] da categoria revolução e da teoria da luta de classes na sua produção. Netto (B2004) assevera que a revolução foi o núcleo orientador mais decisivo na constituição do cientista social Florestan e que a base foi a sensibilidade

---

participou e foi membro e/ou relator de diversas comissões, reuniões, congressos em diferentes países da América Latina.

[50] A palavra "recapturação" foi destacada por Florestan Fernandes na resposta as intervenções no debate sobre o livro *A Revolução Burguesa no Brasil,* realizado, em 1976, na University of Texas of Austian. De acordo com Florestan: " 'os círculos acadêmicos' abandonaram o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria da luta de classes, e especialmente, a aplicação na noção de revolução burguesa à etapa da transição do capital industrial nas nações capitalistas da periferia. [...] De um lado, ficou faltando uma abordagem das questões que a recapturação da teoria da revolução burguesa pode suscitar. Mesmo os marxistas ortodoxos e os neomarxistas enfrentam sérias controvérsias nessa área, pois uma aplicação demasiado simplista da teoria do imperialismo, ou dilui o lado histórico do que é feito através das burguesias impotentes da periferia, ou ignora que os dinamismos básicos da 'transformação capitalista são repetitivos'"(FERNANDES, 1978a, p.203 e 205). Nesta Tese utiliza-se a palavra "recapturação" ou recuperação para assinalar a fundamentação teórica na categoria revolução e na luta de classes presentes na sua produção no pós anos 50.

que este autor teve diante do movimento histórico real, na escolha de seus aprofundamentos teóricos. Quanto ao perfil teórico definitivo de Florestan:

> todo ele se realiza em face da urgência de explicar e compreender a contra-revolução [burguesa]. A rotação de Florestan não decorreu na serenidade confortável de uma reflexão acadêmica – ao contrário: ela foi comandada pela resistência aos processos societários submetidos à maré-montante da contra-revolução [burguesa]. (NETTO, *op.cit.*, p. 210).

A dinâmica histórica que possibilitou a evolução intelectual de Florestan deve ser localizada no conjunto das lutas e dos embates presentes no final dos anos 50 e início dos anos 60. Neste período aconteceram profícuos debates que mobilizaram vários intelectuais marxistas e progressistas a elaborarem instrumentais teóricos para explicar o capitalismo, em especial, após a derrota imposta pela ditadura civil-militar.

Um outro aspecto relevante para Netto (B2005) é que a tradição marxista entra no debate acadêmico brasileiro só a partir dos anos 50 e 60, e este processo acontece, também, concomitante ao momento da luta contra a ditadura. Ainda de acordo com Netto (B2005):

> isso não é um fenômeno brasileiro. Se vocês lêem as entrevistas biográficas de Sartre [estamos falando da tradição], vocês verão como é que Sartre narra o seu Curso de Filosofia [...] ele conclui a sua formação filosófica em Paris em 1930. E ele nunca ouviu falar de Marx na Universidade. Por que eu quero sinalizar isto? O que eu quero sinalizar aqui é que só muito recentemente – e esse "muito recentemente" no mundo é a partir do final da Segunda Guerra Mundial; e, no Brasil, nos anos 80 –, esse nó de idéias tornou-se objeto de pesquisa acadêmica.

Moraes Filho, ao recompor *Proto-história do marxismo no Brasil,* chega a conclusão que:

> Na verdade, apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 foi que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras, quer em traduções, que se multiplicam. E somente nestes últimos 30 anos, com estudos de sua obra nas Universidades, em seminários, conferências, debates

> sérios nos centros culturais, é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós(C2003, p.52).

A historicidade da centralidade do partido comunista para a divulgação das obras de Marx e Engels pode ser recuperada, por exemplo, com a tradução feita por Otávio Brandão em 1923 do *Manifesto Comunista*, que foi o primeiro livro destes autores editado no Brasil. Nos anos 40, através do PSR, Florestan fará a tradução da *Crítica da economia política* pela editora Flama.

O período que vai marcar a explicitação da temática da revolução burguesa, e, portanto, do estudo sobre o capitalismo na produção de Florestan Fernandes processa-se num incomensurável drama social, político e moral que marcou toda a sua *geração perdida*[51]. Isso devido às nefastas conseqüências que a ditadura civil-militar instituída na realidade brasileira infligiu a todos que não se submeteram ou se adaptaram ao seu padrão de dominação[52].

Este será um período de grande produção e de enfrentamentos teóricos para Florestan. Conforme afirma José Paulo Netto, "a contra-revolução (burguesa), na sua realidade, impôs-se a Florestan como esfinge. Decifrá-la vai lhe demandar um esforço intensivo de pensamento e repensamento" (B2004, p.208). Portanto, a mordedura na realidade brasileira foi a marca peculiar de Florestan e constituiu-se em um dos pilares fundamentais da sua contribuição marxista. Percebe-se que Florestan segue a trilha inaugurada por Mariategui, pois:

> Mariategui é o nosso 'irmão mais velho', numa cadeia de longa duração, a qual mostrou sua primeira florada na década de 20, atingiu um clima histórico com a revolução cubana, mas que somente agora conquista[53] a esfera propriamente profissional da pesquisa histórico-sociológica, dentro e fora da Universidade (FERNANDES, A1975c, p.XVI)

---

[51] Título de um ensaio escrito por Florestan que tem como objetivo refletir sobre o legado de um fragmento de geração que ousou enfrentar o regime imposto pelo golpe militar de 1964. (FERNANDES, A1980, p. 213).

[52] Para se ter dimensão de como a repressão interna e externa se abateu na USP, ver o livro Negro da USP, pois a reação encontrou ecos internos na instituição, especialmente na Faculdade de Medicina (entre os militantes do PCB) e na Faculdade de Filosofia.

[53] Florestan escreveu este prefácio em 1974.

No caso específico de Florestan, a explicitação do marxismo como teoria fornecedora de instrumental conceitual base e o debate sobre o socialismo são reflexões e temas centrais na sua evolução intelectual. De acordo com o próprio, contudo, não se trata de discutir estas temáticas de forma linear, ou seja, de considerar apenas na sua produção:

> [a] passagem de um socialismo menos conseqüente para um socialismo mais conseqüente. Nesse nível, a sociedade brasileira não foi de muito proveito para mim. O movimento socialista no país nunca foi tão organizado ou tão forte a ponto de dar amparo intelectual ao meu trabalho. Muitas vezes aconteceu o contrário, pois foi da esquerda que partiu, no país, o conceito de desenvolvimento – do desenvolvimento como revolução ou de coalizão de classes para consolidar a frente democrática. Se eu tivesse cedido a certas pressões de grupos influentes do movimento esquerdista eu teria assumido posições muito menos exigentes e menos conseqüentes. De qualquer maneira, eu tinha certas possibilidades de responder às expectativas que se criaram" (FERNANDES, A1978, p.152)[54].

Nesta citação, o autor expõe uma questão sobre a esquerda no contexto brasileiro que permite esboçar os limites e o valor da sua produção teórica para este campo, bem como entender a sua própria evolução intelectual. A questão do baixo patamar organizativo do movimento socialista no Brasil que, na maioria das vezes, impossibilitou uma articulação e interlocução proveitosa que contribuísse com o seu trabalho teórico e a explicitação da concepção marxista em sua produção.

Embora, nas sociedades periféricas, exista um estado latente de tensão e de conflitos sociais que demandem muitas participações do intelectual, estas, em sua maioria, não são pautadas por um movimento socialista orgânico e com amplas bases sociais[55]. Pelo contrário, as demandas são desencontradas, dispersas, sem

[54] Este é um dilema que Florestan enfrentou para não ingressar nas fileiras do PCB e que lhe rendeu muitos debates com Miguel Urbano Rodrigues. Tudo indica que será outra a sua postura nos anos 80 quando ele decide sair deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Neste período Florestan se anima com o movimento organizado de baixo para cima. Ver livro *Nova República*? e texto de Miguel Urbano Rodrigues (B2004).

[55] A ausência de um autêntico movimento socialista não deve ser descontextualizada e considerada como uma deficiência em si dos socialistas e dos comunistas. Assim, no que se refere ao eixo da análise da luta de classes em nossa realidade, deve ser considerada, por exemplo, a dramaticidade da cassação do PCB em 1948, ou seja, após a ditadura do Estado Novo. Este episódio demonstra que tipos de atrocidade a burguesia interna (classe dominante) é capaz de impor à dinâmica da luta de classes.

continuidade[56] o que ainda mais prejudica o intelectual que estava fora do partido, como era o caso de Florestan.

Por outro lado, é evidente que há aspectos positivos na ação dos intelectuais nas sociedades periféricas, em particular porque elas os estimulam e os colocam em uma situação privilegiada em relação aos intelectuais do primeiro mundo:

> comparada com o *scholar* europeu ou com a sociólogo acadêmico norte-americano. Não dispõe de um 'nicho' para abrigar-se e proteger-se: em compensação, pode receber, em toda a plenitude, a luz do sol, que cresta e castiga, mas ilumina, aquece e fecunda o cenário da vida (FERNANDES, A1976, p.15).

Esta realidade tende a estimular o papel social do intelectual, apesar deste, em geral, não ter vinculação com um movimento socialista forte, que exija dele instrumental teórico para explicar, a partir de princípios marxistas, a ordem burguesa e perceber sua transformação.

A consolidação do capitalismo monopolista, a contra-revolução e o debate com a produção teórica dos diversos campos da esquerda constituíram elementos determinantes para Florestan alcançar um novo piso teórico[57] e inserir o Socialismo e a concepção do materialismo histórico como uma tarefa central e existencial em sua trajetória. Segundo Toledo:

> A questão socialismo – particularmente nas últimas décadas da produção intelectual de Florestan Fernandes – não se constituía num assunto entre outros. Não era objeto de discussão, à semelhança de outros temas sociológicos e históricos, abordando apenas de forma abstrata e teórica. Para Florestan Fernandes, o socialismo era, a rigor, uma questão vital e decisiva em sua obra. Mais do que isso, o socialismo era uma questão existencial – na qual Florestan engajou-se integralmente, do ponto de vista ético, político e intelectual. Ele sempre afirmou que o socialismo deveria plasmar em todo o militante e intelectual crítico uma 'segunda natureza.' (TOLEDO, B1998, p. 60).

[56] Florestan aqui está se referindo ao contexto dos anos 1960. No período em que foi parlamentar entendia que a partir do final dos anos 1970 os trabalhadores alcançaram um outro patamar organizativo.

[57] Cabe deixar registrado que a realidade brasileira é uma chave essencial em toda a produção de Florestan, mas nesta Tese será priorizado o período pós 1950. No entanto, a forma como dialoga e incorpora as demandas e os desafios desta realidade do capitalismo são diferentes ao longo da sua trajetória e da sua produção.

Sendo a realidade brasileira um ponto principal e um dos aspectos básicos da contribuição marxista de Florestan, pode-se visualizar a opção pelo socialismo emaranhada à sua evolução intelectual, constituindo uma "segunda natureza". Destarte, inicialmente há uma tensão socialista na sua trajetória, concomitantemente à sua militância no PSR e à luta contra o Estado Novo, que possibilitou conhecer os fundamentos do materialismo histórico. Na tabela 01 há uma declaração de Florestan que explica como na sua época de estudante Marx era demolido na Universidade. No entanto, a realização da tradução e da introdução de *A Contribuição à crítica da economia política* tornou possível que ele descobrisse sozinho os fundamentos do marxismo.

Tal estudo permitiu-lhe construir os alicerces para posterior consolidação do marxismo como a 'segunda natureza'. Florestan reflete sobre a importância desta tradução na sua formação e de certa forma confirma as análises de Netto e Moraes Filho sobre o marxismo como instrumento conceitual analítico, que não se fazia presente na realidade acadêmica das Universidades dos anos de 1940.

> Nenhum professor que nos ensinou Sociologia ou economia incluía Marx ou Engels, ou qualquer figura importante da história do socialismo [...] De qualquer modo, minha militância política me permitia ir um pouco além no estudo do Marx. Inclusive me levou a traduzir *A crítica da economia política* [...] Escrevi um prefácio um tanto arrojado para este livro, porque naturalmente com apenas vinte e quatro anos o meu preparo para enfrentar a tarefa era demasiado precário. Como atividade intelectual, porém, isso significa alguma coisa. Não se tratava de um trabalho da Universidade; mas, o da atividade intelectual dos socialistas na cidade de São Paulo. [...] Essa pequena realização teve, no entanto, enorme importância para mim. Graças ao estudo do marxismo, ao qual eu podia aplicar as técnicas que aprendera na Universidade, me colocava o problema do que deveria ser a Sociologia e sua relação com outras ciências de uma perspectiva que era relativamente diferente daquela que se poderia ter dentro do ensino acadêmico [...] O estudo que fiz de Marx e Engels levou-me à conclusão de que não se podia fundir pensamentos que são opostos. Seria muito mais fecundo procurar a razão de ser de sua diferença específica. Eu começava a enfrentar, assim, a questão de saber qual é contribuição teórica específica de Durkheim, de Marx, de Max Weber etc. E por aí, tentei descobrir as respostas que me iriam conduzir, mais tarde, à identificação dos modelos de explicação sociológica, seus fundamentos lógicos e empíricos, suas

> conseqüências para a divisão dos campos fundamentais da Sociologia etc. (FERNANDES, A1978, p.14-15)

Embora o jovem Florestan tenha conhecido e traduzido uma importante obra de Marx, a opção pela centralidade da vida acadêmica, pela árdua tarefa de construção da Sociologia, fez com que o estudo dos clássicos da Sociologia fosse um mergulho obrigatório em sua trajetória. Segundo Miguel Urbano Rodrigues, a convivência com Florestan o fez despertar para:

> um interesse inesperado pela Sociologia como ciência. Foi importante ler autores como o francês Durkheim e o norte-americano Parsons. Facilitaram a minha compreensão de outros, muito diferentes, que escreviam sobre o presente, como Wright Mills e os marxistas da *Monthly Review,* sobretudo Magdoff, Baran e Sweezy (RODRIGUES, B2004, p.310)

Associando este depoimento do amigo Miguel Urbano Rodrigues ao patamar de chegada da evolução de Florestan – na qual o marxismo tornou-se a teoria fornecedora de instrumental base, ou seja, quando alcançou o novo piso teórico expresso na centralidade da categoria revolução – constata-se que a opção pela vida universitária não significou um alheamento da realidade brasileira, pois esta foi o móvel inspirador dos avanços teóricos que compuseram a sua evolução intelectual. Na verdade,

> de início, poder-se-ia imaginar que Florestan, enquanto propugnador de novos padrões de trabalho científico na esfera universitária, se mantivesse à distância dos problemas que os avanços do nacionalismo traziam à baila. Não foi isso que ocorreu. Em múltiplas ocasiões, suas manifestações foram direto à questão essencial: 'a condição número um de qualquer coisa é a implantação da ciência no Brasil'. Mas essa implantação não poderia prescindir, em atitude provinciana, da cooperação internacional. Para criar-se um *sistema científico autônomo*, fazia-se necessária a criação de preparação científica completa em nosso meio. (MOTA, B1994, p.187).

A questão da ciência e da sua construção autônoma levou-o, como descreve Mota, a definir a nova região das ciências sociais através da criação de "um

circuito crítico de conceitos precisos" (*op.cit.*, p.185)[58]. A observação de Mota sobre o papel da ciência, como introdução à sua evolução teórica, parece pertinente, e indica que "a 'causa da ciência' transforma-se, nessa perspectiva, numa causa política" (*op.cit.*, p.190)[59] . Florestan teve um papel central na

[58] Para Mota (B1994, p.185) "quase todos os livros dessa etapa continham complexas questões de método, de tratamento técnico dos dados à interpretação global e à crítica de outros intérpretes; sobre o nível de realidade considerado; sobre as mediações entre os níveis etc. Apresentavam-se e discutiam-se os conceitos de base para a análise. Vistas em conjunto, essas 'introduções metodológicas', conquanto por vezes se tornassem um tanto rebarbativas, nada mais eram que a introdução de novas propostas teóricas que, em conjunto, definem um novo momento cultural menos empirista e, em certa medida, menos ideológico". Essa interpretação do momento de introdução teórica na evolução de Florestan parece ser uma observação pertinente.

[59] Alguns intelectuais exageram a centralidade da passagem de Florestan pelo PSR como determinante na sua formação marxista e tendem a reduzir a grandeza teórica que tiveram os diversos pensadores e políticos do campo marxista, como Marx, Engels, Lênin, Mariategui, Álvaro Cunhal, Luiz Carlos Prestes etc. na formação do marxismo, na evolução intelectual de Florestan. Por exemplo, de acordo com Coggiola (B1995, p.34): "O conceito de desenvolvimento desigual e combinado das sociedades pertence ao arsenal do pensamento de Tróstski, e a própria relação de Florestan com o socialismo só se deixa entender pela sua militância inicial (isto é, que precedeu à sua trajetória acadêmica) nos anos 40, no partido Socialista Revolucionário". Continua Coggiola,
"isto equivale dizer que Florestan defrontou-se com uma tarefa tríplice: 1) fundar uma Sociologia científica no Brasil; 2) fazê-lo com base no desenvolvimento do pensamento marxista; 3) fazer ambas as coisas combatendo o dogmatismo, de cunho stalinista, perigo inevitável diante da preponderância do PCB na intelectualidade de esquerda brasileira" (p.35). Nas entrevistas realizadas com Miguel Urbano Rodrigues e José Paulo Netto, a questão da influência de Trotski no arcabouço teórico de Florestan esteve presente. Assim, Rodrigues a partir das longas conversas e discussões sobre a relação do intelectual e o partido, faz a seguinte observação "Já era amigo de Florestan quando Fulvio Abramo, meu colega no *Estado de S. Paulo*, no meio de um bate-papo, garantiu que ele era trotskista. Recebi a informação com alguma surpresa. Como comunista militante, nunca aprovei as campanhas contra Trotsky. Embora discordando das posições que defendeu nas suas obras teóricas sobre o desenvolvimento previsível da revolução na Europa [...]. A minha surpresa nascia em primeiro lugar da atitude de Florestan perante os comunistas portugueses. Trabalhava fraternalmente conosco e não escondia a sua admiração pelo meu partido, nomeadamente por Álvaro Cunhal, então seu secretário-geral, exorcizado pelos trotskistas europeus. Quando abordei a questão, reafirmou a sua identificação com o pensamento de Trotsky, mas esclareceu que a sua militância no Partido Socialista Revolucionário, PSR, da IV Internacional, fora intensa mas muito breve. Falamos então demoradamente sobre o assunto. Discutimos uma questão que nos fascinava, a transição do capitalismo para o socialismo e a maneira não coincidente como Lenine e Trotsky a encaravam. [...] Quase uma década após a sua morte, li um livro de Laurez Cerqueira – *Florestan Fernandes - vida e obra* – no qual o autor afirma que o biografado foi atraído pelo trotsquismo porque no Partido de Luiz Carlos Prestes (o espaço político era restritivo para um intelectual questionador como ele). A amizade com Hermínio Sacchetta – um trotskista atípico de quem fui também amigo muito mais tarde –, terá sido determinante para o *interrmezzo* de Florestan no PSR". (B2006) A questão da amizade como básico nas relações e na questão política em Florestan é um aspecto que deve ser considerado em sua trajetória, pois há outros exemplos sobre a centralidade da amizade com Fernando Henrique Cardoso. Apesar das imensas discordâncias políticas a amizade sobreviveu ao abismo teórico e político que se processou entre os dois a partir dos anos de 1970. Para Netto (B2006), a herança de Trotski se dá através dos seguintes aspectos: "Ele mostra que o trotskismo para o Florestan não existe. Existe uma referência histórica. Existem duas coisas que eu acho que são típicas do trotskismo clássico, atenção, que há gerações e gerações de trotskistas aí. Primeira, e uma crença muito forte na razão, mas isso também é uma sugestão que é... que deriva muito da minha leitura de Trotsky. [...] da própria leitura do

construção do pensamento científico e na propagação do espírito científico. Para Antonio Candido:

> Ele foi o fulcro, o pivô a cuja volta girou toda a evolução da Sociologia brasileira. Foi ele quem – pelo exemplo, pelo ensino e pela ação – tornou preponderante e irreversível, aqui, a era científica da Sociologia, concebida não apenas como produção de cada um, mas como padrão de trabalho, concepção de vida, ética intelectual e esforço coletivo (CANDIDO,B2001, p.12)

Trotsky, na Revolução Russa, no desdobramento da Revolução... que Trotsky acreditava na razão, está morrendo... morreu o Lênin, ele estava numa tarefa e não foi puxar o saco de ninguém. E, Trotsky, pra mim, é um herói da tragédia grega. Esse otimismo racionalista está aí no Florestan o tempo todo. Agora, o que eu acho que fica, são dois outros elementos, que eu não sei se isso é da grande herança... da grande herança bolchevique e, por isso, o fato de o último Florestan ter a forte referencialidade de Lênin, sempre em juízo do trotskismo dele. Por isso, eu acho que não vem de Trotsky, vem do bolchevismo, que não tem nada a que ver com stalinismo [...] que é as particularidades trotskistas no último Florestan... é muito mais uma reivindicação de identidade histórica, na verdade, eu acho que a que ele traz é o bolchevismo [...] aquele que permitiu em 17 a junção de Trotsky com Lênin, e se manifestam numa convicção simultaneamente teórica e política da força e do vigor das lutas de classes e da centralidade do proletariado em qualquer idéia de inversão da ordem burguesa. Isso é algo reiterativo, que eu diria... esse é o primeiro traço. Segundo, é a reivindicação do socialismo, mas exatamente do comunismo... do comunismo como síntese dos mais altos valores do humanismo, que a sociedade, que a cultura, que a civilização produziu". Essa longa nota, faz-se necessária porque é um exagero e, de certa forma, uma camisa de força querer reduzir a contribuição do Marxismo do Florestan às contribuições de Trotski (NETTO, B2006, destaque da autora). Vários elementos devem servir de parâmetro para compreender a passagem de Florestan pelo PSR e o legado de Trotski na sua trajetória intelectual, ou seja, a) sua amizade com Hermínio Sachetta; b) o otimismo da razão em Florestan (com ressalva desta ser uma análise pessoal de Netto das leituras de Trotski); c) o bolchevismo e o trotskismo como reivindicação histórica na junção em 1917 de Trotski e Lênin; d) o comunismo como síntese dos mais altos valores do comunismo e e) como explicar sua inserção na vida partidária, nos anos de 1980 ele recusa todos os convites para ingressar nas tendências filiadas à IV internacional que havia dentro do Partido dos Trabalhadores. Seu apoio sempre foi irrestrito aos comunistas e às revoluções socialistas, como exemplo, citam-se as palestras que ministrava a convite dos militantes do PCB; a carta crítica ao PT sobre a expulsão da Convergência Socialista, na qual alega que "considera a Convergência Socialista como uma tendência igual às outras, com os mesmos direitos e deveres: "sou contra restrições ou punições que sejam, em sua essência, intolerantes, arbitrárias e discriminatórias"; suas intervenções no plenário da Câmara em defesa da Revolução Chinesa e a sua saudação ao Congresso do PC do B, dentre outros episódios. Percebemos que a postura de Florestan na última fase da sua trajetória intelectual tem relação com a posição que Marx e Engels expressam no *Manifesto Comunista,* especialmente a parte II proletários e comunistas.

Na análise da trajetória radical de Florestan, Mota[60] afirma:

> uma das trajetórias mais significativas do pensamento radical no Brasil é, por certo, a de Florestan Fernandes. Os anos 50 vão encontrá-lo em final de período de formação, e sua afirmação plena se dará na entrada de década de 60, já definido como principal esteio de uma das mais significativas escolas de explicação histórico-sociológica da América Latina. Se nos anos 40 era apontado por Antonio Candido como um dos críticos mais expressivos da 'novíssima', nos anos 50, dele Fernando de Azevedo dirá tratar-se da vocação mais completa de sociólogo que jamais conhecera. A radicalização de Florestan se processa, de fato, na década de 50, sobretudo nos últimos anos, quando passa a realizar estudos não mais de acentuada orientação funcionalista. Preocupado mais diretamente com as de raça e classe, realizadas sólidas pesquisas sobre a especificidade dos modos de produção no Brasil. O marxismo, não obstante, sempre esteve nos horizontes intelectuais, mesmo nos anos 40, entretanto, como teoria fornecedora de instrumental conceitual de base só passou a ser mais sistematicamente utilizada a partir do projeto coletivo de pesquisa iniciado 1955. (MOTA, B1994, p.182)

É correta a observação de que o marxismo esteve presente no horizonte de Florestan desde os anos de 1940, mas não como teoria fornecedora de instrumental conceitual que somente estará consolidada e explicitada na sua trajetória e obra a partir da segunda metade dos anos 60. Netto (B2006), ao escrever sobre a evolução intelectual de Florestan, reflete sobre aspectos diferentes dos de Mota, no entanto, há coincidência quanto à centralidade conferida à repercussão que causou, em sua evolução intelectual, a pesquisa sobre a integração do negro na sociedade de classe. Para Netto, no final dos anos 40 e início dos anos 50:

> [Florestan] fez a resistência ao Estado Novo, num grupamento de cariz trotskista, ali ele leu, eu diria, alguns materiais básicos de Marx. Mas, não há dúvida nenhuma de que Florestan, sociólogo dos anos 50, opera uma redução de Marx. Marx para ele é uma fonte das ciências sociais, é um clássico, uma fonte seminal, da mesma maneira que o Durkheim, Weber. O Florestan dos anos 50 é um

[60] No estudo de um pensador social a auto-avaliação da sua trajetória tem um peso importante, para isso os textos biográficos são utilizados, bem como, os diálogos que o autor, em vida, teve com os seus intérpretes. Mota (B2006) em entrevista a autora relatou que "eu fui levar a tese para ele, ele ficou emocionadíssimo, e eu queria saber se batia com o que ele achava dele próprio. [...] não só bate, como supera... eu não sabia dessa trajetória toda, eu sabia de algumas coisas". Quanto a tese do corte epistemológico inaugurado por Freitag, Mota, afirma que Florestan não concordou com tal caracterização de sua trajetória.

> Florestan que está pensando em uma ciência sociológica constituída como tal, autônoma, e que deve incorporar numa síntese pouco clara com tributos das mais distintas vertentes, o que vai dar naquilo onde Gabriel Cohn, de uma maneira muito elegante, chamou de um ecletismo bem temperado, eu diria, que isso vai marcar a obra do Florestan até meados, até entrada dos anos 60, ou se você quiser, até aquele *tour de force* extraordinário que é a integração do negro na sociedade de classes, não é, dali para frente...(NETTO, em entrevista, B2006)

Para Antonio Candido, amigo que acompanhou a trajetória de Florestan, o marxismo foi, nos anos 1940, como um rio subterrâneo. Entretanto, a pesquisa sobre os negros o fez dialogar com os dilemas sociais da realidade nacional e, então, a partir desse trabalho o marxismo se impõe como instrumental básico da sua 'Sociologia crítica e militante'. De acordo com Candido:

> durante alguns anos o marxismo foi nele uma espécie de tendência recessiva, ou melhor, de rio subterrâneo, que sempre correu, mas aflorou mais tarde, quando já tinha diversificada formação teórica, que o preservou do dogmatismo e do unilateralismo que eram predominantes nos marxistas da nossa geração. [...]Porque antes ele estava mergulhado nos extintos Tupinambá e na teoria, mas de repente se viu em face de uma situação presente, marcada pela mais grave injustiça social, e isto acendeu nele o estopim radical, que o levou a elaborar cada vez mais uma posição politicamente consciente, ao mesmo tempo que participava da vida pública. Certamente a pesquisa sobre o negro o fez sentir, com mais vivacidade do que nunca, o postulado marxista fundamental de ligação necessária entre teoria e prática. Começava então a tomar corpo na sua mente e na sua ação o que ele próprio chamou de 'Sociologia crítica e militante', que leva não apenas a estudar sistematicamente a realidade, mas a preparar os instrumentos teóricos adequados à sua transformação em profundidade [...] lembro também a importância da sua inclinação precoce pelo marxismo, enquanto teoria mais coerente do socialismo que acabou por lhe servir de diretriz para elaborar uma síntese pessoal [...] Penso que era um marxista diferente e, para o caso brasileiro, mais importante. Era um marxista livre, armado de grande arsenal teórico, que soube adequar-se à realidade do seu país, evitando a condição de aplicador de fórmulas, freqüente entre os marxistas menos aparelhados(B2001, p.50).

O debate sobre a presença do marxismo como horizonte ou rio subterrâneo desde o início – ou se houve uma redução de Marx nos anos 40 e 50 – não deve ser considerado mero detalhe, mas ligado ao ponto substancial na evolução do

marxismo na trajetória de Florestan, ou seja, o diálogo com a realidade brasileira. O móvel norteador desta evolução não foi o entendimento literário do marxismo[61], no conforto do seu gabinete universitário, mas no enfrentamento das diferentes lutas teóricas– na pesquisa sobre os negros; nos estudos sobre a sociedade portuguesa cujos objetivos foram intervir nos eventos de solidariedade à luta antifascista dos exilados portugueses[62]; na Campanha de Defesa da Escola Pública; na reforma universitária; nos dilemas teóricos enfrentados; nas suas pesquisas e nos enfretamentos críticos com os diversos setores da esquerda e da direita, especialmente com a contra-revolução de 1964. Estes diferentes enfretamentos impuseram a Florestan a obrigação de explicar a realidade brasileira. De acordo com Netto (B2006), "se você vai lá pegar os textos dele pós 68, ele está com a crítica de economia política prontinha na cabeça". Portanto, a crítica da economia política, que foi traduzida aos 24 anos, torna-se um instrumento conceitual importante e o marxismo a chave para explicar e oferecer instrumentos de transformação da nossa realidade. Segundo Engels, na *Crítica da Economia*, Marx reuniu as condições da análise teórica da moderna sociedade política através da "concepção materialista da história, cujos tacos fundamentais são expostos de modo conciso no prefácio da obra que comentamos" (s/d, p. 309).

Destarte, no período em que ele se envolveu, primeiro, nas lutas pela democratização do capitalismo no Brasil (Campanha de Defesa da Escola Pública,

[61] No *Manifesto do Partido Comunista,* Marx e Engels ao se referirem à luta literária do socialismo feudal, afirmam que o marxismo não é apenas uma questão de entendimento literário. "Pela sua situação histórica, a aristocracia francesa e inglesa estavam vocacionadas para escrever panfletos contra a sociedade burguesa moderna. Na revolução francesa de julho de 1830, no movimento reformador inglês, de novo sucumbira ao odiado rico. Já não podia tratar-se da luta política séria. Resta-lhe apenas a luta literária. Mas também no campo da literatura as velhas frases de época da restauração tinham-se tornado impossíveis" (p.57) Mas adiante, continuam os autores, "a literatura socialista e comunista da França nascida, sob o peso de uma burguesia dominante e expressão literária da luta contra este domínio, foi introduzida numa altura em que a burguesia iniciava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, meio-filósofos e 'belos espíritos alemães apoderam-se avidamente desta literatura, esquecendo apenas que com a imigração destes escritos de França não imigraram para a Alemanha as relações de vida francesas. Face às relações alemães a literatura francesa perdeu todo o significado prático imediato e assumiu uma feição puramente literária. Tinha de surgir como assumiu uma feição puramente literária." (p.59).

[62] Segundo Miguel Urbano Rodrigues (B2004), a profundidade do conhecimento e das análises de Florestan sobre a sociedade e a política portuguesa impressionava até ele que tinha uma convivência íntima com ele.

movimento a favor da reforma universitária ou nas suas produções do período)[63], concomitante, com a sua atuação nos comitês de solidariedade aos antifascistas portugueses e de libertação da Angola, o socialismo comparecia como horizonte, como concepção, mas o marxismo não estava explicitado nas suas produções[64]. Por último, nas suas produções pós anos 60, e nas atuações como publicista e parlamentar, o socialismo e a concepção materialista da história comparecem não apenas como tensão e, sim, como, instrumentos conceituais determinantes, como tarefa central e conjunta à produção científica.

Por conseguinte, é possível afirmar que a tensão com o socialismo e o diálogo com a realidade brasileira unificam a trajetória de Florestan, pois ambos os aspectos dessa unificação têm por base o compromisso de classe com a sua origem social. Reafirma-se aqui divergência teórica em relação aos autores que trabalham com a existência de uma ruptura teórica ou epistemológica na trajetória e produção de Florestan. Houve uma evolução teórica que permitiu ao socialismo, como horizonte ideológico, ser mobilizado e desafiado pelos dilemas do capitalismo na realidade brasileira, e ele encontra a resposta para tais desafios no marxismo. Esta evolução teórica para uns tem como marco a pesquisa sobre a integração dos negros na sociedade de classes, e para outros aconteceria a partir dos ensaios de 1968, mas ambas as referências abrem o caminho à maturidade teórica e à centralidade da categoria revolução. Neste processo o marxismo e a construção do socialismo constituíram a alternativa e a tarefa central da existência de Florestan e da transformação da realidade brasileira. A reflexão sobre o socialismo torna-se

[63] Neste ponto caberia a discussão teórica da Sociologia Aplicada e a participação na Campanha em defesa da escola pública, cujo suporte teórico encontra-se no conceito de "revolução dentro da ordem" a ser analisada mais à frente, nos Capítulos 3 e 4.

[64] Marx, quando escreve sobre o esboço da trajetória de seus estudos no campo da economia política, faz uma observação que se pode utilizar para ilustrar a forma como aqui é concebido o socialismo no horizonte de Florestan, no período anterior ao novo piso teórico. Diz Marx (s/d2, p.300) "em 1842-43, sendo redator da *Gazeta Renana,* via-me pela primeira vez no difícil transe de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates da Dieta renana sobre a destruição furtiva e o parcelamento da propriedade do solo, a polêmica oficial mantida entre o sr. Von Schaper, na ocasião governador da província renana, e a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses de Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre câmbio e o protecionismo levaram-me a ocupar-me pela primeira vez de questões econômicas. Por outro lado, naqueles tempos em que o bom desejo de 'marchar na vanguarda' superava de muito o conhecimento da matéria, a *Gazeta Renana* deixava transparecer um eco do socialismo e do comunismo francês, tingindo de um leve matiz filosófico".

articulada à sua análise científica, presente nos seus escritos ou nas suas intervenções políticas através da concepção materialista da História.

Com este amadurecimento, consolida-se um novo piso teórico. Florestan enriquece a sua reflexão sobre a especificidade do capitalismo, da luta de classe e da revolução socialista na realidade histórica brasileira. Metodologicamente, as experiências revolucionárias acontecidas no pós 1905 e 1917 na Rússia, na América Latina, nas lutas pela libertação dos países africanos e nos países socialistas, tornaram-se parâmetro de reflexão da nossa realidade, como se pode observar na passagem a seguir:

> Essa mania de dizer que o povo brasileiro é um povo manso, é um povo ordeiro... Uma Cordeirópolis. Essa mania é errada. Se vocês lerem os romancistas russos no fim do século XIX, início do século XX, vocês vão encontrar um retrato do povo russo como sendo um povo alegre, um povo boêmio, um povo que estava pouco preocupado com seus problemas sociais. No entanto, esse povo, em 1905, mostrou que tinha garras afiadas que, em 1917, chegou numa Revolução social, histórica, que divide a história da civilização mundial. A mesma coisa que se dizia de Cuba, que se dizia do México. Quando ocorreu a Revolução Mexicana, aqueles miseráveis da terra ficaram ao lado de Zapata, era uma oportunidade histórica que surgia. Os miseráveis da terra não recebem nada da ordem existente. Portanto, não devem ir atrás dessa ordem. E, surgindo a oportunidade, eles participam das insurreições. Em Cuba foi a mesma coisa. A oportunidade surgiu e a massa do povo respondeu. Quando Fidel Castro entra em Havana, há milhões e milhões de pessoas nas ruas. A mesma coisa se repete na Nicarágua.
> E eu assisti em Concepcion, no Chile, durante um Congresso que se realizou sobre Sociologia, ainda no Governo Allende. Camponeses desembarcando de vários trens, marchando pela cidade. Camponeses iguais a meu avô, com bigodes grossos, modos rústicos, mãos calejadas, mal vestidos, marchando num número tão grande, que a cidade estremecia. Eu corria pela rua chorando, ao sentir que, na América Latina, neste dia, estava vendo uma cena tão bela. Vocês dizem: "mas eles foram massacrados". Foram massacrados e não morreram. A revolução foi batida, interrompida, não foi morta. Está tão viva que Pinochet foi obrigado a ser um dos ditadores mais sanguinários da história da humanidade para se manter no poder.(FERNANDES, A1986b, p.5)

Conforme já explicitado, para este trabalho, interessa a evolução da trajetória intelectual de Florestan consolidada a partir dos anos 50. No entanto,

nesta evolução, é preciso afirmar a unidade e especificar que ela apresenta duas faces durante sua trajetória. Em uma face, é possível perceber a unidade a partir de tensão socialista anterior aos anos 1960 e depois através das análises baseadas no socialismo científico. Na outra, a realidade brasileira impõe-se como um norte e uma esfinge a ser decifrada e transformada. Desta forma, mesmo quando o eixo teórico da categoria revolução ainda não estava consolidado, é possível perceber, por exemplo, a tensão socialista, via profissão de sociólogo, visando intervir na realidade. Pereira (B1971), em resenha escrita em 1960, relaciona os objetivos pragmáticos e teóricos de Florestan para explicar e atuar como sociólogo na transformação da sociedade brasileira:

> Do ângulo da teoria, formulam pistas promissoras de investigação *sociológica,* visto que Florestan Fernandes neles pôs ênfase nos aspectos propriamente sociais da realidade, embora leve em conta ou subentenda os estritamente econômicos. A exploração dessas pistas, além da constante dos ensaios em foco, encontra-se relativamente avançada quanto a algumas e em etapa inicial quanto a outras[65] . (PEREIRA, B1971, p.215).

Este sintético percurso e a sua organicidade com a realidade brasileira demonstram a grande envergadura teórica do intelectual panorâmico que foi Florestan. Embora sem partido e sem estar no espaço universitário, era capaz de um profícuo debate sobre os dilemas da realidade, dialogando com os principais teóricos clássicos e também com os contemporâneos, que produziram sobre a temática do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com a análise de Antonio Candido (B2001, p.12), "assim como na poesia de Mário de Andrade o Eu que fala é um ser individual mas é também o Brasil, reversivelmente ligados, no depoimento de Florestan ou, se quiserem, a realização dele e a realização dos outros se fundem num único movimento". Assim, a centralidade da realidade pode ser comprovada nas explicitações dos seus interlocutores, nos próprios ensaios, ou nas referências bibliográficas[66].

---

[65] Luiz Pereira refere-se ao livro de Florestan intitulado *Mudanças socais no Brasil.*

[66] Um aspecto interessante é que, ao observar a extensa bibliografia utilizada no livro *A revolução burguesa no Brasil,* encontram-se diversos autores que escreveram sobre educação: AZEVEDO, F. *A Educação e seus problemas.* São Paulo: melhoramentos, 1953. BONILHA, J. F. M. *Organização social e educação escolarizada numa comunidade de imigrantes italianos.* Presidente Prudente,

2) Segunda chave: A obra: contexto e o conteúdo

> A obra do Florestan é uma das expressões mais fortes da interdisciplinaridade neste país, se não a mais forte. É possível comparar Florestan com Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Antonio Candido. A obra do Florestan foi a mais interdisciplinar, a mais inovadoramente interdisciplinar, até porque ele dominava mais de uma disciplina mesmo...[...] denominadamente Sociologia. Eu puxo muito o Florestan como historiador, e foi a pessoa com quem mais discuti livros de História. [...] ele lia os clássicos, a Antropologia, e até um pouco de Literatura. [...] na economia, ele tinha uma boa formação. Então, falar de interdisciplinaridade, é falar de Florestan Fernandes. E, depois, isso caiu muito, voltamos à divisão ideológica do trabalho intelectual. (MOTA, 2006, em entrevista a autora).

Na primeira chave de leitura foi afirmado que o móvel inspirador de toda a evolução intelectual era a realidade brasileira e a latino-americana. Mas como isso se expressa no arcabouço teórico da sua obra? Sem dúvida, ao longo da trajetória de Florestan, esta realidade compareceu em diferentes momentos e foi inspiração para os aprofundamentos e as mudanças de rumos na sua produção. No entanto, nesta segunda chave de leitura o foco será o momento histórico e as obras que explicitem o novo patamar teórico alcançado por Florestan no período pós-década de 1950. O eixo teórico desta segunda chave de leitura torna possível o estudo da produção social do autor tendo por base uma dupla abordagem: 1º) de situar a obra na sua realidade histórica[67] e 2ª) de aprofundar o arcabouço teórico interno desta e suas contribuições para o pensamento de esquerda e para o campo educacional.

---

faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1970. BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular. Leituras Operárias*. Rio: Vozes, 1972. FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus editora e USP, 1966. GOUVEIA, A. j. *Professores de Amanhã. Um estudo de escolha ocupacional*. Rio, Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais, 1965. MACIEL DE BARROS (org.) *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. SP: Livr. Pioneira, 1960. MOREIRA, J. R. *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. Rio: Centro latino-americano de pesquisa em Ciências Sociais, 1960. PEREIRA, L. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo, USP, 1960. PEREIRA, L. O magistério prima'rio na sociedade de classes. SP: USP, 1963. TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*. RJ: José Olympio, 1957. TEIXEIRA, A. *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Cia. Editora nacional, 1956. SZMRECSÁNYI, T. *Mudança social e mudança educacional*. SPUSP, 1968.

[67] O objetivo não foi aprofundar todo o período histórico, mas situar o autor e sublinhar como a sua produção estabelece diálogo e responde a demandas e problemáticas deste período na realidade brasileira. Desta forma, estes diálogos de Florestan com as demandas não foram aprofundados de

Como já foi expresso nesta Tese, determinadas abordagens sobre o pensamento teórico de Florestan têm privilegiado os aspectos da sua evolução intelectual e da sua produção descolada da realidade histórica e sem aprofundar suas contribuições teóricas. Marx e Engles (s/d1), na crítica aos filósofos alemães, empreenderam severas recriminações a estas formas de interpretação. Nas análises do homem apartado das condições reais de existência, a História é substituída por um processo de desenvolvimento na consciência. Assim, este e suas produções tornam-se frutos da imaginação e no terreno da consciência todas as análises e interpretações são possíveis.

Vilar está correto quando afirma que "jamais alguém se torna marxista lendo Marx; ou, pelo menos, apenas o lendo; mas olhando em volta de si, seguindo o andamento dos debates, observando a realidade e julgando-a: criticamente. É assim também que alguém se torna historiador. E foi assim que Marx se tornou" (C1979, p.97). A opção metodológica central é situar o intelectual e sua obra no movimento da história, pois a apropriação das suas contribuições não pode ser fragmentada das contingências históricas que influenciaram suas escolhas teóricas assim como os debates que sua produção ocasionou ou dos quais participou.

Florestan (A1978, p.27), em uma entrevista, ao discorrer sobre a interpretação do seu percurso intelectual, afirma que este não deve ser abstraído do ambiente onde foi produzido, pois "abstraído do ambiente, o intelectual não tem vida, é uma planta de estufa, que morre precocemente. Essa interação, no caso brasileiro, sofre muitas pressões e, de outro lado, a contribuição que, eventualmente ele poderia dar, se perde".

Além disso, cabe considerar que o perfil teórico definitivo de Florestan não deve ser dissociado ou apartado das descobertas teóricas e empíricas anteriores. Elas contêm vínculos profundos, especialmente os projetos de pesquisa desenvolvidos no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) e a pesquisa realizada com Roger Bastide (1951) que resultou, mais tarde, na tese "Integração do negro na sociedade de classes" (1964). Esta permitiu ao autor tornar-se professor titular

forma sistemática mas apenas citados, na medida em que fossem importantes para explicar o conteúdo da sua produção.

da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

No livro a *Condição de Sociólogo*, Florestan, ao descrever a trajetória da sua produção teórica, mostra que entre 1956 e 1959[68] aconteceram os avanços iniciais no estudo das condições de desenvolvimento da sociedade de classe no Brasil e na América Latina. Este era um eixo de estudo dos pesquisadores do CESIT e também uma preocupação dos intelectuais na realidade brasileira[69].

Mas quais foram os acontecimentos históricos, as leis de movimento do capital e os debates que permitem situar o autor pesquisado e sua produção? Para Hobsbawm, na introdução do livro *Era dos Extremos*, um dos eixos centrais de compreensão dos fatos históricos no século XX tem relação com o abalo que a sociedade sofreu.

> duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia alternativa e historicamente predestinado para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e após, a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. (HOBSBAWM, C1995, p.16)

No século XX o confronto entre capitalismo e socialismo foi uma realidade com repercussões nas políticas externa e interna dos diferentes países - o início deste foi a revolução Russa de 1917, mas sua intensificação ocorre no pós-Segunda Guerra com a ampliação do campo socialista e a implementação da Guerra Fria[70].

---

[68] Trabalhos incorporados aos livros *Etnologia* e *a Sociologia no Brasil*.

[69] Exemplos destes intelectuais são: Celso Furtado, Caio Prado Junior, outros que faziam parte do ISEB e do PCB etc.

[70] De acordo com Barão, G. "No capítulo 8, Hobsbawm (1995) empreende uma análise do que representou a Guerra Fria e a retórica do expansionismo comunista. E afirma que "*a peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais do que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra"* (p.224). Hoje está evidente que a URSS não tinha objetivos expansionistas, que não pretendia avançar com o socialismo além do combinado nas conferências de cúpula de 1943-5, não obstante o governo americano precisava manter intenso o anticomunismo para poder obter consensos na sua política interna assim *"a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas*

No que diz respeito à Nossa América é comprovado que

> o imperialismo norte-americano ampliou o horizonte da Guerra Fria, englobando a América Latina na sua estratégia de enfretamento com a ameaça comunista. Elaboraram-se programas de treinamento para militares latino-americanos, incrementou-se o auxilio técnico e material para as Forças Armadas e, especialmente, ideologizou-se a contra insurgência na Doutrina da Segurança Nacional, que fazia da oposição interna alvo das Forças Armadas (GUAZZELLI, C1993, p.10).

Nos anos 60 e 70 as lutas pela libertação da dominação colonial na África e pela revolução nos diferentes países foram fermentos essenciais nas produções teóricas dos intelectuais e dos partidos políticos cujos compromissos eram com a transformação social. De acordo com Miguel Urbano Rodrigues, todos estes processos revolucionários e/ou contestatórios foram apreciados, comemorados e discutidos por ele e Florestan no ambiente da biblioteca deste.

> Florestan tinha uma desconfiança insuportável dos militares. Via neles o sustentáculo da ordem burguesa. Alinhado com sociólogos como o peruano Aníbal Quijano e com marxistas europeus, afirmava que o objetivo real de Velasco seria a introdução de reformas que modernizassem a sociedade, liquidando o poder da oligarquia, mas, a médio prazo, favoráveis ao desenvolvimento de um capitalismo menos dependente dos EUA. As divergências não impediam que festejássemos cada derrota do imperialismo em Lima e La Paz. No tocante ao Chile ambos fomos sempre pessimistas quanto à viabilidade da experiência da Unidade popular. Chegar ao socialismo pela via institucional num país latino-americano parecia-nos quase impossível. Quando, através da televisão ou do rádio, tomava conhecimento, pela manhã, de algum grande acontecimento, costumava correr até sua casa para, juntos, sorvendo um cafezinho, comentarmos a vitória ou derrota do dia (RODRIGUES, B2004, p.311)

Este exemplo, embora pessoal, permite entender de um lado a interlocução possível, em uma ditadura, entre dois exilados que mantinham intensa ligação com o socialismo, bem como a necessidade política de compreender os enfretamentos reais que o movimento socialista realizava na prática, no confronto com o

---

necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada. (p.232)".

capitalismo. Assim se justificavam as conversas sobre os avanços e retrocessos e as comemorações em relação ao imperialismo nos diferentes países, como Chile, Peru, Bolívia e Cuba. De outro lado, seguindo a tradição inaugurada por Marx, Engels e Lênin, as transformações dos pós-guerras e as crises do capital exigiam o entendimento das transformações que vinham ocorrendo no sistema capitalista. Destarte, reexaminar os prognósticos para superar o capitalismo era uma demanda real para muitos intelectuais e partidos de esquerda.

A tarefa assumida por diversos intelectuais era explicar o que estava acontecendo no mundo. De um lado, as experiências socialistas e as lutas de libertação nacional e, de outro, as transformações que se processavam no capitalismo, como explicar o surgimento do nazismo e do fascismo? E o papel da propaganda no capitalismo? A hegemonia americana? Havia algo novo que precisava ser compreendido, sobretudo nos países da periferia do capitalismo. É neste horizonte que se pode inserir a contribuição de Florestan em relação ao desenvolvimento do capitalismo e também de seus interlocutores da esquerda diante da realidade brasileira, tanto na vida partidária (PCB), como no Estado (ISEB[71]) e na Universidade (grupo de estudos de "O capital")[72].

Nos anos 50 e início dos anos 60 é da esquerda que parte o conceito de desenvolvimento como sinônimo de revolução ou frente de massa nacional democrática entre as classes. A esquerda, em geral, tinha como norte político a defesa do nacional desenvolvimentismo através do ISEB ou do programa nacional-democrático cuja tática concentrava-se na bandeira do desenvolvimento e da associação com a burguesia "nacional" para realizar a luta contra o latifúndio, o imperialismo e

[71] De acordo com Toledo (C1997, p.203) "O Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB] foi criado em 14 de julho de 1955 (Decreto nº 57.608) por João Café Filho, que assumiria o governo diante do suicídio do presidente Getúlio Vargas. [...] A idéia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto de Economia, Sociologia e Política (IBESP) [...] era criado no Ministério da Educação e Cultura e diretamente subordinado ao ministro de Estado [...] Na sua criação, compunha-se o ISEB fundamentalmente de três órgãos: o Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva [...] Além desses órgãos, contava o ISEB, na sua parte docente, com cinco departamentos, responsáveis pela organização de cursos e pelas demais atividades culturais patrocinadas pela instituição".

[72] As interlocuções com teóricos e educadores do campo educacional serão analisadas no capítulo 4 desta tese.

> romper os obstáculos ao desenvolvimento da produção nacional, à ampliação do mercado interno e ao progresso nacional. Em seus fundamentos teóricos e doutrinários esse programa sobreviveu, com ênfase e perspectivas distintas, às sucessivas fraturas do comunismo brasileiro (MORAES, C2000, p.156).

Com relação ao ISEB

> Pode-se afirmar que todos os autores postulam o nacionalismo (na versão desenvolvimentista) como ideologia hegemônica no interior da formação social brasileira, embora, como mostraremos mais adiante, estas perspectivas vão desde um nacionalismo como simples recurso tático ('nacionalismo de fins') até um desmesurado nacionalismo com bases ontológicas (TOLEDO, C1997, p. 55)

Na esquerda partidária como o PCB, o PC do B (1961-1962) e dos partidários da luta armada, todos estavam pautados pelo fundamento, considerado equivocado por Florestan, da coesão de classes na construção de uma frente democrática. Por isso, ele tinha reserva em participar das reformas de base nos anos 1960, especialmente porque:

> a discussão das reformas de base estava imbricada em pressupostos falsos, estava imbricada na ideologia que o ISEB havia disseminado, de que era possível fazer a revolução através do desenvolvimento. Essa teoria da revolução através do desenvolvimento é uma teoria que tem raízes muito dúbias. De um lado está a CEPAL, de outro estão autores americanos como Silvert, por exemplo. Como socialista não via a coisa desse ângulo. Percebia que estávamos perdendo terreno entre os estudantes, porque eles estavam cada vez mais revoltados conosco, achando que não estávamos participando do movimento que o ISEB havia criado. Além disso, o Partido Comunista dera ressonância muito grande à contribuição do ISEB. Por isso achei necessário avançar até o ponto de colocar as mesmas questões, mas discuti-las de um ângulo diferente [...] quer dizer, a contradição que surgiu depois, a respeito de que não se podia fechar o debate no desenvolvimento. O problema central era o da democracia. Se o desenvolvimento se acelerasse e o processo de democratização não se acelerasse, não haveria ganhos centrais [...] Se há uma resistência à mudança, se as classes possuidoras só mudam em termos de seus interesses estratégicos, então é claro que o nosso campo de ação tem que ser outro" (FERNANDES, A1980b, p.28)

Florestan teve como eixo na sua produção enfrentar este debate, e este fato, dentre outros, foi decisivo à sua evolução intelectual. Isto pode ser comprovado, por exemplo, com a organização da trilogia *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e *Revolução burguesa no Brasil*. Nos ensaios do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento,* Florestan adentra o coração da temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A originalidade das suas análises é que estas adquirem um ângulo diferente ao incluir a teoria das classes sociais, que lhe permitiu explicitar os limites e as opções da burguesia interna. A questão da explicitação dos limites do burguês na realidade brasileira, ou seja, da não existência de uma burguesia nacional será um ponto central da distinção entre Florestan e os teóricos nacionalista-desenvolvimentistas do ISEB, bem como foi uma diferença determinante que o impediu de entrar nas fileiras partidárias do PCB.

Florestan emprega os termos burguesia nacional e burguesia internacional, outras vezes, utiliza burguesia interna e burguesia externa. Os termos interno e externo têm relação com o fato de as burguesias dos países dependentes não apresentarem vínculos com a nação, ou seja, nasceram internamente no Brasil, como poderiam ter nascido na Argentina, ou em qualquer outro país. Por conseguinte, esta burguesia não tem compromisso com as questões civilizatórias que alcancem o conjunto da nação, pois os seus compromissos são com o imperialismo, através de suas empresas ou dos seus bancos. O essencial é extrair maior quantidade de mais-valia ou obter mais juros, conseguir a ampliação dos lucros e garantir os maiores benefícios do Estado nacional, e sem aumento dos custos. Esta articulação com o imperialismo impede a burguesia de romper com o desenvolvimento acelerado dissociado do desenvolvimento social, cultural e político correspondente.

A outra ênfase recai sobre a problemática da dominação externa, enquanto realidade factual na estrutura do capitalismo nos países da América Latina, presente na obra *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina*. *C*ompletando a interlocução, Florestan publica a obra *A Revolução burguesa no Brasil, c*ujas análises explicam a consolidação do capitalismo na época do

imperialismo, tendo como objetivo verificar as lutas e as opções das classes antagônicas na sociedade brasileira.

Um outro grupo inserido no contexto do debate com Florestan foi o que estudou *O Capital*[73] na USP. Silva (C2003) ajuda a esclarecer as linhas teóricas deste grupo no período concomitante ao novo piso teórico de Florestan. Ele estudou um grupo de intelectuais da USP[74] que participaram do seminário de *O Capital* (1958/1964) e constatou dois nortes teóricos distintos nas pesquisas de seus participantes[75]. O primeiro norte encontra-se na produção dos anos 1960, cuja preocupação central era pesquisar os "caminhos do desenvolvimento econômico, [...] a discussão sobre a viabilidade ou não do capitalismo no país" (SILVA, *op.cit.*, p.33) e o segundo encontra-se nas produções dos anos 70, nas quais a ênfase recai na problemática da "democracia e a sociedade civil[76] como contraposição não ao Estado fascista, mas sim ao Estado burocrático e autoritário" (SILVA, *op.cit.*, p.56).

[73] Florestan não foi convidado para participar do grupo que estudou *O Capital* na USP. Netto (B2006) está correto quando, em entrevista à autora, afirma que "foi ótimo ele não teve nenhum viso de literatice na leitura dele de Marx [....] Eu acho que foi muito bom ele não ter participado disso, porque ele faz a leitura dele, se você vai lá pegar os textos dele pós 68 ele está com a crítica de economia política prontinha na cabeça. Não ter participado do grupo de *O Capital* foi a melhor coisa que aconteceu a Florestan".

[74] Quanto à afirmação polêmica, mas tomada como a verdade única, de que o marxismo na Universidade no Brasil inicia-se com o grupo do seminário de *O Capital*, Coutinho afirma que "falando dos anos 60 [...] o ISEB tem um peso decisivo na formação de nós que não estudamos na USP [...] nós, que vivíamos fora de São Paulo, não tivemos a menor idéia [...] do seminário sobre *O Capital*. Acho que os participantes deste seminário valorizam excessivamente o que fizeram. Eu, na Bahia, e Leandro Konder, no Rio, já líamos não só Marx, mas também Gramsci, Luckás, Benjamim" (GARCIA *et al*, B2001, p.123). José Paulo Netto, em exposição na sala de aula, fez comentários similares ao de Coutinho. Este debate pode ser aprofundado em futuras pesquisas sobre o marxismo e a Universidade no Brasil.

[75] As obras dos seguintes intelectuais foram analisadas por Silva (*op.cit., p.* 14): Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correa Weffort, Octavio Ianni, Paul Singer e José Arthur Giannotti. Ao longo de seu trabalho, ele diferencia a produção teórica da obra de Ianni dos deslocamentos teóricos assimilados pelos demais intelectuais.

[76] Moraes chama atenção para um aspecto interessante que nos anos 40 e 50, quando o PCB propunha um programa nacional-democrático, a democracia era uma temática central nos discursos e nos documentos. No entanto, esta democracia não deve ser confundida com os debates sobre democracia nos anos de 1970, pois "os comunistas enfatizavam principalmente o contraste entre a forma copiada do parlamento europeu no Império e do presidencialismo europeu estadunidense na República, e o conteúdo, respectivamente escravista e semi-feudal. Ao acrescentarem a análise crítica a essa contradição entre a ideologia arremedada e o conteúdo social que a desmentia, deixaram de enfocar a diferença entre liberalismo e democracia como tais. Essa diferença só seria explicitamente tematizada a partir dos anos 1970, quando a questão (e para alguns o culto) da democracia passou a ocupar posição central no pensamento comunista". (MORAES, C2000, p.160)

Fica evidente que a mudança de eixo neste grupo corresponde ao período da evolução teórica de Florestan, quando este explicita o marxismo na sua produção e põe foco na recuperação da categoria revolução e luta de classes. A produção e a mudança de eixo teórico do grupo estudado por Silva corresponderam

> à postura de intelectuais públicos [...] que teve papel importante no sentido da configuração de uma nova intelectualidade enquanto 'sujeito político', voltada basicamente para os espinhosos temas institucionais. Antes de tudo, seria necessário apresentar os grandes temas e revisões temáticas, tais como sociedade civil em contraposição ao Estado paternalista, distribuição de renda ao invés de antiimperialismo, democracia no lugar de Revolução. Os antigos 'mitos da esquerda' deveriam ser enterrados, tais como nacionalismo econômico, dependência e estagnação, exclusão social como potencialmente revolucionária, estado fascista. (SILVA, *op.cit*., p. 189)

No contexto deste 'deslocamento teórico", operado pelo grupo de intelectuais estudados por Silva, cria-se um novo espaço institucional - o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Este foi inaugurado a fim de oferecer condições de trabalho e pesquisa para um grupo de pessoas que tinham sido afastadas da Universidade pela Ato Institucional nº 5 (AI-5), imposto pelo governo militar em 1968. Florestan foi convidado e não aceitou fazer parte da CEBRAP, porque a instituição contava com financiamento privado externo (Ford, BID). Percebe-se nesta atitude de Florestan uma intensa coerência entre suas descobertas teóricas e sua posição política, especialmente porque já no seu trabalho, *Integração do negro na sociedade de classes* (1964), encontrou elementos para iniciar a sua compreensão do significado da dominação burguesa no Brasil. Anos depois, no livro *A Revolução burguesa no Brasil* (1975), Florestan é explícito ao relacionar a forma como o imperialismo age através das instituições privadas, com objetivo de harmonizar a luta de classes e fortalecer a dupla articulação na dominação burguesa (associação orgânica entre a burguesia nacional e a burguesia internacional).

Em carta a Freitag, datada de 22.4.70, a partir de seu "exílio" de Toronto, Florestan apresenta a seguinte reflexão:

> o homem é limitado por sua condição humana. Não vou mais longe que os outros e talvez tenha certas limitações incuráveis, que nascem de cicatrizes do passado. São as cicatrizes que me tornam um tanto relutante para aproveitar as vantagens que minha posição me proporciona (como o caso da dotação oferecida pela Fundação Volkswagen, com a qual vou fazer o mesmo que já fiz com as ofertas análogas da Fundação Ford), e que percebo me levam a agir de forma irracional. Um paradoxo. Tentar ser 'racional' por vias irracionais. O que fala, porém, é o meu passado, tão vivo em minha consciência crítica, de criança que começou a enfrentar a vida em toda a plenitude com pouco mais de seis anos. Mas, se não me livro do meu passado, não posso ser mais que uma aberração no mundo em que vivemos, no qual as criaturas se 'valorizam' através do mercado (como diria o circunspecto Max Weber) e trocam o hoje pelo amanhã e o amanhã pelo depois da manhã (FREITAG, B1996, p. 148).

Embora haja interpretações, como as de Garcia (B2002, p.22.), *cada um retém o que lhe convém*[77]*,* na qual avalia como um puro absurdo a recusa de Florestan em aceitar as oportunidades oferecidas pelo financiamento externo, Florestan tem grandiosa coerência entre suas posições teóricas e suas opções profissionais/pessoais, algo raro nos dias atuais. Esta atitude, portanto, não *tende a ser um absurdo* ou simples conflito entre gerações como fica subentendido em Veras (B1997), mas a marca de uma posição política em total conformação com a opção teórica deste intelectual.

Observando o conteúdo da carta, a despeito das reflexões conterem angústias pessoais, chama a atenção a justificativa que Florestan apresenta para explicar por que recusou o financiamento externo. Primeiro traz à tona o passado, na recuperação dos laços de classe que mantém com o menino 'Vicente' trabalhador. Segundo, no presente há um homem que recusa aceitar o mercado como o espaço de auto-valorização. Não é natural e nem irreversível que a valorização do homem passe pelo espaço do mercado, o homem não deve se adaptar e viver de penhorar o futuro em nome do imediatismo e do utilitarismo do agora. Assim, Florestan foi de encontro a um dos valores que aparecem camuflados, mas que compõe os princípios intocáveis no modo de produção capitalista. São eles: *primeiro a apropriação privada dos meios de produção* e *segundo a fixação dos valores através do mercado* (VILAR, C1976, p.155).

77[14] Ironia que Vilar (C1976, p. 153) faz a uma interpretação que Althusser faz de Marx.

Em outra passagem, 1984, ainda sobre as implicações do financiamento externo na produção científica e no trabalho na Universidade, Florestan confirma sua perspectiva de coerência e de unificação do político e do teórico em relação à recusa do financiamento externo como premissa para obter a produção cultural autônoma e o conhecimento original. Desta forma discorre ele:

> Esse era o centro da minha posição de rebate no fim da década de 50, no decorrer da década de 60, e continua a ser hoje. Só que hoje eu tenho a dar exemplo da destruição que foi feita, da devastação que se produziu na Universidade brasileira com o controle externo. Os nossos grandes programas de Mestrado, de Doutorado e de qualificação intelectual passam por financiamento externo, por controles pessoais e impessoais de programas de Universidades estrangeiras. Não há nenhuma tentativa séria de estabelecer limites ou de pôr um paradeiro a esse descalabro. A colonização cultural é desejada, pois todos aspiram, um pouco mais ou um pouco menos, aos méritos de possuir um 'padrão internacional! Ora, essa colonização cultural é intrinsecamente má, porque não prevê as condições e as necessidades reais do país, porque pressupõe a devastação de recursos materiais e humanos limitados e porque é o avesso da revolução cultural que nos cabe fomentar. (FERNANDES, A1989, p.190).

O financiamento externo para Florestan é um mecanismo de colonização cultural que termina por limitar a percepção crítica e política do pesquisador que, muitas vezes, faz da busca do 'padrão internacional' de pesquisa a sua meta principal, negligenciando, assim, as condições e as necessidades da realidade brasileira. Esta por sua vez cria condições para evasão de pessoal qualificado para o exterior ou para a iniciativa privada. Destarte, a resistência do Florestan à influência externa extrapolava a questão do financiamento, pois como afirma ele:

> Durante o período em que fui professor, nunca deixei que nenhum candidato a Doutorado saísse daqui antes de concluir todo o processo de doutoramento. Nós temos condições de cumprir tal programa. Quando a pessoa já está se qualificando para a livre-docência ela conta com suficiente maturidade para enfrentar qualquer lavagem cerebral, seja ela capitalista, neocapitalista, socialista, ou seja lá o que for. É algo rígido e duro. Mas, nesse ponto, é preciso ser rígido e duro. Nós temos que estabelecer uma defesa de recursos escassos e que custam muito caro para a Nação. Uma nação de 40 milhões de pessoas em pobreza absoluta não se

> pode dar ao luxo de ter uma Universidade imitativa e um conhecimento de reprodução. Isso é básico e muito grave hoje, porque as proporções do controle externo (o chamado controle a distância, um conceito que os antropólogos usaram abundantemente na década de 60) se ampliaram e se aprofundaram em todas as direções, exigindo que se elimine esse controle a distância. (FERNANDES, A 1989, p.191).

Essa rigidez e dureza não são características de um catedrático, "chefe de uma escola" que almejou poder e controle sobre os seus orientados, mas trata-se de um intelectual panorâmico que compreendia a dimensão das demandas dos centros imperialistas, suas dinâmicas e seu distanciamento do conhecimento necessário para a nossa realidade[78]. Especialmente na Universidade pública, o princípio da autonomia é essencial, bem como os seus profissionais não são servos do poder dominante. A Universidade é uma das instituições-chave para produzir conhecimento que rompa com a dominação cultural e o objetive em conhecimento autônomo e essencial. A sua prática de professor demonstrou o quanto o intercâmbio impõe alterações substantivas nas pesquisas que têm validade para compreender a realidade brasileira:

> por duas vezes dois estudantes [seus] tiveram oportunidade de ir ao Estados Unidos antes de terminar o programa de Mestrado. Eu não tive controle sobre o que eles fizeram. Um deles tinha uma pesquisa totalmente pronta, uma pesquisa muito importante sobre o homossexual. Nos Estados Unidos foi imediatamente induzido a fazer um trabalho diametralmente oposto. Outro candidato [...], já com uma monografia muito avançada sobre uma empresa industrial, foi ao Estados Unidos, também foi desenvolver um programa de Mestrado. Viu-se deslocado para o estudo dos 'ejidos' em uma região do México (FERNANDES, A1989, p.191).

A opção de Florestan de assumir uma perspectiva teórica contrária ao campo hegemônico das Ciências Sociais e de também realizar enfrentamentos com as teses defendidas pelos socialistas democráticos "não é uma realização isolada, que possa ser atribuída exclusivamente a um pensamento genial ou brilhante. [...] Apresenta-se nesse novo quadro uma radicalização crítica pela esquerda, de diversas organizações e partidos". (SILVA, C2006,p.3) Pode-se citar, como

[78] Em 1958, ao analisar a função e o papel dos professores estrangeiros na USP, já se posicionava pela autonomia dos pesquisadores e defendia que a colaboração entre ambos deveria ter como fundamento este aspecto. (FERNANDES, A1966, p.213 ss).

exemplo deste, a radicalização através da luta armada e, no exílio, as produções em torno da revista *Debate* que os brasileiros exilados em Paris (1973) organizaram e "cuja principal contribuição teórica foi a tentativa de reformular a interpretação marxista da democracia" (MORAES, C2000, p.186) e servir como instrumento para elaboração de um programa marxista da revolução a partir da compreensão da transformação burguesa no Brasil.

Dessa forma, no campo do trabalho intelectual, a luta de classes impôs-se e o os intelectuais precisaram explicitar suas escolhas teóricas. Sem dúvida que a escolha de Florestan foi o campo teórico de explicitação dos limites e da impossibilidade de haver justiça no capitalismo dependente. No campo científico, a questão da justiça tem relação com a percepção e o compromisso com a transformação da nossa realidade:

> Nós vivemos nas condições especiais de um povo subdesenvolvido, subnutrido, de capitalismo dependente, que enfrenta as maiores dificuldades em termos de descolonização, de revolução nacional, de revolução democrática. É preciso usar a ciência em termos exigentes, para produzir um conhecimento de alto nível, de alta qualificação naquelas áreas que são vitais para nós. (FERNANDES, A1989, p.192)

A alternativa defendida por Florestan foi a de ruptura com a ordem e, portanto, de construção do socialismo. Esta escolha pode ser exemplificada com a seguinte observação de Netto (B2006): "no mesmo ano que Florestan lança o livro *A Revolução burguesa no Brasil,* o seu ex-assistente e amigo, Fernando Henrique Cardoso, lança o livro *Autoritarismo e democratização",* fato que comprova que tanto a realidade brasileira como o debate teórico foram centrais à evolução da trajetória e da obra de Florestan.

De acordo com Florestan, determinada esquerda brasileira, cujo horizonte estratégico principal é a crítica ao tipo de democracia existente nos países socialistas, deixou de olhar para a sua realidade na periferia. Ela não conseguiu sequer empreender uma luta mais ofensiva para defender as bandeiras de uma revolução democrática, e o resultado foi que a contra-revolução assumiu a direção do processo. Para ele, alguns destes críticos do socialismo esqueceram:

> que estamos na periferia da periferia. Estamos tão atrasados que foi possível uma revolução em Cuba e não aqui. Absorvemos da nossa burguesia retrógrada a idéia de que estamos muito na frente. Estamos muito na frente de quê? Porque somos coloniais, quer dizer, se sai um livro em Paris, em 15 dias este livro está sendo lido aqui. Nós vivemos abstratamente os movimentos do pensamento socialista. É uma manifestação de consciência colonizada, que se dá inclusive na esquerda. Quanto à questão da organização, penso que, na verdade, um partido responde a uma dada situação histórica (FERNANDES, A1980b, p.25)

Em notas de aulas, Florestan afirma que a sua relação com os processos de transição ao socialismo em curso tem como norte procurar compreendê-los objetivamente e não condená-los (FERNANDES, 1984b, p.2). Toledo (B1987 e B1998) está correto quando afirma que Florestan é um dos intelectuais que oferece subsídios teóricos para o debate com a 'esquerda moderna' que tem imposto equivocadas dicotomias, como, por exemplo, a revolução ou a luta pela hegemonia, "a perspectiva revolucionária conseqüente é aquela que articula as duas estratégias, não dissociando uma da outra" (TOLEDO, B1987, p.287). Toledo põe acento na centralidade que o socialismo passa a ter no trabalho teórico e na vida de Florestan, como se este fosse a sua segunda natureza e quem, sem dúvida, deve ser considerada como central para entender o contexto do período e o conteúdo da sua obra.

3) A terceira chave: estrutura e História

> Os determinantes sociais não possuem a fixidez de uma reação química, mas são um *processo histórico*. As formas concretas e determinadas de sociedade são, de fato, 'determinadas', e não acidentais, mas se trata do determinante da tecelagem fio por fio da tessitura da História, jamais a imposição de fórmulas externas (BRAVERMAN, C1981, p.29).

Nesta terceira chave de leitura tem-se como eixo teórico refletir sobre o plano lógico de análise contido nas obras de Florestan no período estudado, o que remete ao debate no interior da tradição marxista sobre o historicismo e o

estruturalismo. Uma das justificativas para esta terceira chave de leitura é que se tornou lugar comum afirmar que a produção de Florestan apresenta uma linguagem difícil e cansativa e, por isso, estas não são compreendidas ou suas contribuições teóricas não são consideradas. De outro lado, é possível encontrar depoimentos como o de Rodrigues que faz a seguinte observação sobre a produção de Florestan "os primeiros artigos seus que li no *Estado de São Paulo* logo me impressionaram. O perfil do lutador que emergia dos seus trabalhos, mesmo quando acadêmico, cativou-me. Da insubmissão do intelectual ao sistema desprendia-se uma vibração serena. Parecia ter movimento e som" (B2004, p.308).

Sereza (B2005, p.16) tem razão quando afirma que a escrita de Florestan representou uma nova forma de escrever "pensando literalmente o problema, a geração de acadêmicos da qual ele se tornou o mais forte representante e também patrocinador introduziu e consolidou uma nova forma de narrar, superando estilos mais livres e ensaísticos". Sem dúvida, Florestan é um autor exigente com os seus leitores, pois os remete a debates e referências que impõem uma leitura ativa e muito estudo. Essa atitude de leitor ativo possibilita enxergar o perfil de lutador e de intelectual que tem uma posição de classe na sua produção, como afirma Rodrigues.

No entanto, afirmar que Florestan assume uma posição de classe não é suficiente ao entendimento da sua arquitetura de análise. Para isso, é preciso recorrer a Silveira (B1978), que, ao discutir a arquitetura lógica presente no livro a *Revolução burguesa no Brasil,* salienta que Florestan trabalha com dois níveis de análise nesta obra, são eles: o nível da estrutura e o nível da História. Deste modo, ele identifica como o autor opera com as distinções destes níveis.

Quanto à estrutura nos escreve:

> Florestan Fernandes entende a configuração mais profunda da sociedade brasileira, a um tempo *capitalista* – e como tal implicando nas contradições fundamentais do MPC – e *dependente* – nesse caso imbricada na maneira pela qual se expande o capitalismo, em particular, com os laços que se estende necessariamente a partir das nações capitalistas hegemônicas (SILVEIRA, op.ci., p.186).

A História comparece como uma análise que é a alma revolucionária da configuração da luta de classes no capitalismo dependente, ou seja, "de que

maneira os agentes sociais-classes, frações de classes etc. vivenciam aquela condição estrutural; de que maneira esta estrutura é fortalecida, vitalizada, ou, ao contrário é solapada, subvertida" (*op.cit.*, p.188). A temática da relação estrutura e História comparece também nas análises sobre autoritarismo e Estado no capitalismo, para Florestan:

> *Estrutura e História* estão correlacionadas. Quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade. Quando as forças anti-burguesas ganham saliência, a História prevalece e o elemento democrático se expande, amparado nos interesses e situações de classe da maioria. Por aí se vê que o contraste entre autoritarismo e democracia deixou de vincular-se à pressão burguesa. Esta deixou de encarnar 'a vontade comum'. (FERNANDES, A1979, p.14)

Com a centralidade da equação *estrutura* e *História,* Florestan quer fazer a crítica ao empirismo reinante[79] e ao pretenso marxismo a-histórico. Pois a junção estrutura e Histórica permite considerar que:

> Ao sociólogo cabe combinar a investigação rigorosa, com a explicação precisa e a responsabilidade intelectual (a qual, conforme as circunstâncias, vai da atitude participante à militância política 'contra ordem', não em nome de *certos valores,* mas como contestação fundada em movimentos revolucionários potenciais e reais). A partir do elemento burguês da democracia, tem-se feito a defesa militante do liberalismo ou da democracia parlamentar. É igualmente legítimo fazer o inverso: a partir do elemento proletário da democracia, fazer-se a defesa do socialismo e da revolução social. Não mais como K. Mannheim, em busca de uma 'terceira via' (liberdade com planejamento), mas em busca de um novo padrão para a civilização industrial (FERNANDES, A1979, p.15)

A questão da luta de classes e os desdobramentos da História para manutenção ou ruptura com a estrutura transparecem na seguinte observação:

> quando os conflitos sociais fortalecem a ordem existente, a hegemonia do elemento burguês na democracia, temos uma alternativa histórica. Vemos o capitalismo recente como uma força

[79] Conforme Fernandes (A1979, p.15), o diálogo neste ponto tem por base teórica Barrington Moore Jr. associando as contribuições de Wright e Lênin para permitir ir mais a fundo na crítica às análises a-históricas que podem ser consideradas como equivalentes a "restabelecer o reinado do 'naturalismo' nas Ciências Sociais".

> atuante, através de grupos de homens que tentam, através do controle conservador ou contra-revolucionário da mudança, preservar o padrão capitalista de civilização industrial (no centro e na periferia) (FERNANDES, op.cit., p.16)

Portanto, as crises do capitalismo não constituem um processo automático de ruptura com a estrutura, a História dos homens é essencial:

> Ela não só depende de uma correlação de forças e da vitória das forças revolucionárias (com condições objetivas e subjetivas que podem existir ou não, ser suficientemente fortes ou não etc.); como também depende de uma evolução em que o fator humano está implicado no pólo conservador e contra-evolucionário (não se pode ignorar que as opções valem dois lados e ambas *decidem* a história da época atual [...] uma classe emergente desagrega o regime dentro do qual ela se expande. Todavia, essa não é uma função 'natural' e 'inexorável'. Para que ela ocorra, é preciso que se forme uma consciência de classe revolucionária e que a 'massa' se comporte revolucionariamente. O enlace é, de novo, estrutura e História. Estruturas que são modificadas, desagregadas e transformadas pela ação coletiva de grupos de homens que se opõem à ordem existente e lutam por sua transformação revolucionária. (FERNANDES, A1979, p.17).

3.1) Breves aspectos do debate sobre Estrutura e História no marxismo

Silveira põe-nos diante da discussão sobre estrutura, parte de um debate histórico dos anos de 1960 na tradição marxista. O estruturalismo surge no contexto da estabilização política na França, quando do desencanto com as denúncias do período de Stalin apresentadas no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética[80] e entra em polêmica direta com a filosofia existencialista de Sartre. O estruturalismo tem por base questionar os temas humanistas e hegelianos comuns nos primeiros escritos de Marx e propor uma nova concepção da filosofia de Marx. Assim:

[80] Cabe lembrar que como os comunistas franceses foram os únicos que fizeram resistência interna à ocupação militar alemã, na segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Francês (PCF) passou a contar com grande reconhecimento interno e houve um enorme crescimento de seus quadros, muitos intelectuais passaram a fazer parte do PCF. No entanto, com as revelações do XX Congresso, vários intelectuais abandonaram o partido. No Brasil, após este Congresso, o partido perdeu muitos membros (Fonte: exposição em sala de aula, Netto, C2006).

> a 'história', a 'ação' e a 'dialética', exaltadas por Sartre, serão substituídas pelo primado estruturalista da sincronia – os fatores que resistem à mudança, os 'povos sem História', a invariância, o código. A reivindicação do 'concreto', identificado com o empirismo, dará lugar aos 'modelos' abstratos formulados pelos teóricos estruturalistas (p.10) [...] a crítica a Sartre atingia diretamente o marxismo tradicional, mas fez vir à luz uma interpretação estrutural da obra de Marx, nos estudos de Althusser e de seus discípulos. O papel revolucionário que Marx atribuía às forças produtivas e à sua reprodução – portanto, a análise do desenvolvimento cedeu lugar à visão sincrônica. A categoria modo de produção deixou de ser vista como a base material da sociedade, passando a englobar também a superestrutura. Com isso, o modo de produção tornou-se em conjunto articulado de 'instâncias', de regiões, enfatizando-se assim uma imagem *espacial* da sociedade. (FREDERICO, C2006, p.12)

No estruturalismo, a produção do "velho Marx" é considerada radicalmente diferente da produção do "jovem Marx", porque:

> os dois sistemas de pensamento estão separados por corte ou cesura epistemológica [...] as noções desenvolvidas nessa periodização do pensamento de Marx – problemática, cesura epistemológica e a idéia de uma assim chamada leitura sintomal, foram propostas por Althusser como pertencentes, elas próprias, à nova filosofia revolucionária inaugurada por Marx (GERAS, C1983, p. 9).

A definição de estrutura em Althusser é que a "causalidade, por ele batizada de estrutural, governa o desenvolvimento histórico. Os seres humanos não são os autores ou os sujeitos desse processo que, descentrado, não tem sujeito que o acione. São apoios, efeitos, das estruturas e das relações da formação social" (*op.cit*., p.10).

No entanto, cabe evidenciar a diferença entre a perspectiva estruturalista e a abordagem de Silveira sobre a produção de Florestan. De acordo com Silveira, na produção de Florestan, as duas abordagens (estrutural e histórica) não estão separadas, são complementares. A primeira (estrutura) não nega ou determina a segunda (História) de forma linear, pois as contradições são exploradas nos dois níveis. Embora a estrutura tenha caráter determinante, esta não acontece como uma relação de causa e efeito, pois há sempre possibilidades (de acomodação, competição e conflito) em que as forças sociais em disputa realizam

historicamente. Conseqüentemente, a luta de classes e o proletariado, como sujeito histórico e protagonista da luta dentro da ordem e contra a ordem, são centrais na produção de Florestan.

Com base em Vilar, é possível afirmar que:

> o conceito central, o todo coerente, o objeto de Marx é o modo de produção, como estrutura determinada e determinante. Mas sua originalidade não é a de ser um objeto teórico. É a de ter sido, e continuar sendo, o primeiro objeto a exprimir um *todo especial,* enquanto os primeiros esboços de teoria, nas Ciências Sociais, se limitavam ao econômico e tinham visto nas relações sociais dados imutáveis (a propriedade da terra para os fisiocratas) ou condições ideais a serem preenchidas (liberdade e igualdade jurídica para os liberais). A segunda originalidade, como objeto teórico, do modo de produção é ser uma estrutura *de funcionamento e de desenvolvimento,* nem formal nem estática. A terceira é que essa estrutura implica o *princípio* (econômico) da *contradição* (social), contudo a necessidade de sua destruição como estrutura de sua '*desestruturação*'" (VILAR,C1976, p. 154ss)

Na recuperação teórica que Cardoso, M. L. (B1987, B1996 e B2005) realiza na produção de Florestan, é recorrente o Brasil como ponto inicial de análise, como parte do mundo capitalista e, por isso, é possível considerar que o conceito de capitalismo dependente proposto por Florestan "constitui uma contribuição original e importante à teoria do capitalismo e do desenvolvimento capitalista"[81]. Florestan opera com a primeira originalidade de Marx, o objeto de pesquisa é o modo de produção capitalista em sua totalidade como a configuração mais profunda e determinante da realidade brasileira e com a caracterização específica do capitalista dependente (opera com a dupla articulação para realizar a exploração e a dominação).

Também na explicação do capitalismo em Florestan encontra-se outra originalidade do marxismo, destacada por Vilar: a teoria como totalidade que opera

[81] Embora o PCB, em seus documentos, adotasse análise do feudalismo em nossa realidade, tese que não foi compartilha por Caio Prado Jr. e Florestan, é interessante destacar que a originalidade trazida pelo "marxismo para a análise de nossa 'feudalidade' foi o fato de se recusar a tomá-la como um recurso meramente descritivo, utilizando-a para situar o país no processo amplo de desenvolvimento dos povos e evidenciando que esta etapa abria uma perspectiva de futuro e uma direção de luta" (Dória, C1998;214). Assim, embora Florestan não tenha compartilhado das análises do PCB sobre a etapa feudalista na sociedade brasileira, ele compartilha da perspectiva original de analisar o Brasil no contexto da História do modo de produção capitalista.

com o econômico e as contradições sociais. Ao analisar a totalidade do modo de produção capitalista e sua especificidade dependente, Florestan explicitará a estrutura deste em seu funcionamento (as contradições fundamentais entre as classes e a existência do imperialismo) e o seu desenvolvimento desigual (capitalista dependente e as contradições específicas, como a dupla articulação burguesia interna e burguesia externa). Portanto, o princípio econômico está intimamente imbricado com as contradições sociais e com a necessidade de sua destruição, isto é, a necessidade de construção da alternativa socialista, como aconteceu na Rússia e em Cuba. Este é um ponto que merece destaque, pois o estudo dos processos revolucionários foi objeto de curso na pós-graduação da PUC durante cinco anos (1º e 2 º semestres dos anos de 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986) [82] e de publicação A1979a, A1979b e A1980b.

O conceito de capitalismo dependente está inserido na História do Brasil e localizado a partir da periodização (fase de emergência e expansão do mercado - 1807 a 1860, fase do capitalismo competitivo - 1860 a 1950 e fase do capitalismo monopolista - 1950 em diante) proposta por Florestan com base na organização das forças produtivas e nas relações sociais. Ele aí também combina e relaciona os padrões de dominação externa na região da América Latina (dominação colonial, neocolonial, imperialista e imperialista total.).

Um outro aspecto que permite compreender a estrutura do capitalismo dependente em Florestan tem relação com princípios marxistas que não devem ser esquecidos:

> 1º o *primado* do técnico-econômico sintetizado na produtividade do trabalho; 2º necessidade de uma *quantificação* para escapar às descrições vagas; 3º *a realidade maior* constituída pelas *desigualdades no desenvolvimento material*. Marx sempre teve 'presentes' o avanço da Inglaterra e os contratempos dos Estados Unidos, e Lênin o conceito de 'desenvolvimento desigual'. É necessário saber sair do tempo linear. Não é suficiente condená-lo (VILAR, C1976, p.166).

Florestan vai romper com o tempo linear ao observar a realidade dos países periféricos que apresentam desenvolvimento desigual. Segundo ele:

[82] Informações do departamento de pessoal da PUC/SP.

> primeira formulação sistemática e rigorosa da teoria se encontra em *Teoria do período de Transição* de N. Bukhárin, e não em Baran, como muitos supõem. [...] Se se considera o livro famoso de Rosa Luxemburgo – que é o primeiro livro no qual são descritos os dinamismos da economia capitalista que envolvem, em diferentes momentos e de maneiras diversas, a periferia das economias centrais - percebe-se que ela não está interessada nos mecanismos que ocorrem na periferia" (FERNANDES, A1978, p.113).

Para Florestan, quem sofre a dominação imperialista tem melhores condições de encetar referências e instrumentais para explicar a sua realidade, bem como para buscar alternativas de transformação. Mas é necessário ser radical na compreensão da realidade[83] para se conhecer:

> [a] 'estrutura íntima' daqueles mecanismos para poder combater o imperialismo e passar da 'luta antiimperialista' à revolução nacional democrático-burguesa ou socialista. Não nos bastam conceitos abstratos; nós temos de partir, para atingir estes fins, de descrições concretas. Temos de saber o que a dominação imperialista produz nos diferentes níveis de organização da vida econômica, social e política, porque manieta as burguesias nacionais, corrompe o Estado capitalista periférico e pode 'modernizar dentro da ordem'. [...] é claro que o elemento maior é o imperialismo e a dominação imperialista (FERNANDES, A1978, p. 114)

De acordo com Silveira (*op.cit.*) a contribuição radical de Florestan é a descrição concreta que desvela, nas diferentes fases de realização da revolução burguesa no Brasil, os mecanismos de exploração e de dominação na estrutura da

[83] O princípio do conhecer para explicar e transformar a realidade, tendo como base da transformação os interesses de um dos pólos antagônicos da sociedade (os proletários), é uma diferença teórica e política importante de Florestan com determinados intelectuais do ISEB, pois como descreve Toledo (*op.cit.*, p.71) "um dos postulados da 'redução' – proposto por G. Ramos como uma nova prática metodológica para as 'regiões periféricas' – vai constituir num crescente esforço de 'desideologização' das Ciências Sociais. Essa 'desideologização' implicará, pelo menos, algumas atitudes básicas a serem assumidas pelos cientistas sociais nas áreas periféricas: a posição de engajamento ('marcada pelo propósito de transformar, mais do que interpretar a realidade histórico-social'); a 'exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro' (para o autor, 'toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária'); 'adoção sistemática de um ponto de vista universal da comunidade humana'". Para Toledo "é certo que o autor [G. Ramos] revelou em seus ensaios uma capacidade crítica e ampla informação de caráter teórico, porém sucumbiu igualmente quando defendeu o projeto de desenvolvimento nacional como critério e referências obrigatórios e decisivos para a distinção entre 'saber científico' e conhecimento ideológico'. Tomada sempre como a *verdade* do momento histórico, a ideologia do desenvolvimento jamais era questionada como projeto que representava os interesses de frações de classes dominantes" (*op.cit.*, p.72)

sociedade brasileira. A partir das fontes em estudo, revelou-se o arcabouço teórico e político que permitiu amalgamar a armadura do guerreiro que irá atuar como publicista, na tribuna do parlamento e junto aos movimentos sociais, com destaque para os movimentos sociais da educação no final dos anos 80 e no início dos anos 90. Ao mesmo tempo, estas fontes forneceram subsídios para ressaltar os indícios deste arcabouço, em processo nas suas produções sobre educação a partir dos anos 1950.

4) As contribuições das chaves de leitura

A primeira chave de leitura discorreu sobre a realidade brasileira como elemento essencial na evolução da trajetória de Florestan. Na segunda foram destacadas as obras posteriores aos anos de 1950, a partir do movimento da História, das leis do capital e dos debates que indicam a historicidade do conteúdo teórico desta produção. Embora trajetória e obra não devam ser consideradas apartadas uma da outra, na exposição metodológica desta Tese assim se fez para melhor acentuar os aspectos que nortearam a análise.

Desde os tempos do menino engraxate até o período como cientista - que em 1969 foi banido da instituição universitária pela contra-revolução preventiva - "Vicente", e depois o "Florestan", fez um esforço imenso para sobreviver, situar-se, compreender, explicar e transformar a realidade brasileira. Aliás, este foi o grande "erro" que justificou o banimento institucional imposto pela ordem. O menino que sobreviveu na difícil cidade de São Paulo não se contentou em sobreviver e situar-se, acomodando-se nos espaços abertos pela USP dos anos 40 e 50. Ele, mesmo que fora de um partido e produzindo a partir de instrumentais da Sociologia, ousou compreender, explicar e transformar. Uma de suas intérpretes demonstra a surpresa com a dificuldade de acomodação de Florestan, diz ela:

> A 'formação humana', forjada no enfretamento das 'duras lições da vida', imprime aos depoimentos de Florestan um tom por vezes constrangedor, facilmente perceptível aos leitores bem educados, mas não reconhecido desse modo pelo próprio autor. Mesmo instado por amigos a pensar bem no que fala, cuidando para não gerar mal-entendidos dando a impressão de ressentimentos e revanchismos, ele produz um conjunto de 'retratos sinceros' que

> tocam em pontos delicados da experiência sociocultural brasileira. Entre as várias faces da obstinada determinação de Florestan, esta possui uma teimosia que, bem considerada, pode revelar outros sentidos da 'chatice histórica' dos acadêmicos 84 [1]. Há, nele, certa espécie de 'chatice social', menos no sentido de entediar e mais no de irritar e enervar o estabelecido. Florestan ocupa uma posição e adota uma postura socialmente incômoda. Diante de sua falta de traquejo social, experimenta-se certo constrangimento difuso como se alguém, derrotado, viesse a público 'chorar miséria'. Desprovido de tato social dominante, ele causa uma sensação desconfortável aos bens 'socializados', pela falta daquela dimensão da 'boa educação' da sociedade brasileira que assegura a discrição e a benevolência com a ordem social por parte dos 'homens de bens' (GARCIA, B2002, p.19)

Em outra passagem, que já foi citada na segunda chave de leitura, Garcia faz a seguinte observação sobre a recusa de Florestan em aceitar financiamento externo: "Florestan rejeita a ordem econômica das razões de uma forma extrema, colocando-se em franco desacordo com a sociedade e as oportunidades que ela lhe oferece nesse momento, em um ato de negação que o situa em uma posição que tende ao puro absurdo" (GARCIA, B2002, p.22).

As críticas da não-acomodação e não-aceitação da ordem econômica beiram ao absurdo, é como diz Marx "nada é mais aborrecedor e árido do que o *locus communis* (lugar comum) disfarçado" (C1978, p.104). O lugar comum disfarçado, no caso de Florestan, visa mascarar ou ocultar que Florestan não objetivou apenas tocar em pontos delicados da experiência ao construir e utilizar, por exemplo, os conceitos de "revolução dentro da ordem" ou "revolução contra a ordem". Florestan visou romper com os pontos que, para a classe dominante, podem ser meramente delicados, mas que para o proletariado são pontos essenciais que o impedem de viver plenamente a sua condição humana de compartilhar os avanços conquistados pela humanidade através de gerações, pois é apropriado e privatizado pelo capital e consumido em sua plenitude por uma parcela ínfima da sociedade. O objetivo de Florestan não é simplesmente ser portador de uma *chatice social para enervar o estabelecido*. Ele buscou romper com a ordem burguesa, pois sabia que esta não

84[1] Nota de Garcia: "para a famosa imputação do epíteto de *chato boys* aos sociólogos paulistas por Oswald de Andrade em debate do início dos anos 40 com Antonio Candido [...] Como conta Antonio Candido muito tempo depois, também Mario de Andrade notou a seriedade exagerada dos acadêmicos uspianos, referindo-se, em 1941, à 'maciça sensatez' dos paulistas a propósito da revista *Clima,* que definiu então como 'a tradição desta sublime burrice lenta e grave dos paulistas'.

reproduziria no presente e nem no futuro as conquistas da burguesia em sua época revolucionária.

Alguns aspectos dessas chaves de leitura são, portanto, centrais nesta Tese. Primeiro, o de que a realidade brasileira e o materialismo histórico foram móveis para o seu desenvolvimento teórico. Florestan foi um intelectual panorâmico cuja obra é expressão fecunda de interdisciplinaridade, tanto pelos diferentes campos da ciência, que mobilizou para a construção da sua obra, como pelos diferentes debates (PCB, ISEB, teoria do autoritarismo, etc) e, também, pelas respostas oferecidas para explicar a realidade do capitalismo no Brasil e os seus dilemas sociais.

O segundo aspecto tem relação com a observação de Coutinho (B2005, p.1):

> Florestan se insere numa tradição que se inicia com Octávio Brandão [...] é o primeiro a tentar formular uma 'imagem do Brasil' à luz do marxismo - passa por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro e chega até os nossos dias. Certamente, seria uma contribuição do maior valor a realização de uma pesquisa que situasse a obra de Florestan na história do marxismo brasileiro

A partir desta observação e das discussões encetadas nas três chaves de leituras, o enfoque para analisar a contribuição de Florestan e dar destaque aos autores marxistas no interior de sua obra é o materialismo histórico. Portanto, é importante considerar que Florestan deve ser inserido na tradição marxista brasileira como um marxista conseqüente com as originalidades propostas por Marx, Engels, Lênin, dentre outros. Muitos autores põem acento na vinculação de Florestan com Weber, com o funcionalismo, ou então na caracterização de ser um autor eclético por trabalhar com instrumentais divergentes do materialismo histórico e dialético. Outros dirão que um dos problemas foi sua excessiva ênfase na Sociologia por dentro do materialismo histórico. Muitas destas críticas objetivam rotular, ou simplesmente restringir, a contribuição de Florestan dentro da divisão do trabalho institucional como o fundador da Sociologia. Não pretende este trabalho responder e aprofundar todos os aspectos levantados por seus críticos, mas fazer um contraponto, capturando nas suas obras os indícios de vinculação com o materialismo histórico para destacar o marxista conseqüente que

foi Florestan, não apenas na produção teórica, mas na prática. Sem dúvida, muitas vezes de forma revolucionária, e extrapolando os seus limites físicos, respondeu às demandas para se posicionar na sociedade. Assim foi na Campanha de Defesa da Escola pública, na luta pela reforma universitária e na defesa da educação pública no parlamento. Portanto, além da sua contribuição teórica, que é referência para o pensamento crítico e a tradição marxista, é possível na sua trajetória destacar várias ações políticas de coerência com a sua produção teórica e compromisso com "os de baixo". Vladimir Sacchetta narra uma destas situações no período em que foi parlamentar:

> Florestan era procurado, assediado [...] Até movimento de moradores no loteamento clandestino na zona leste de São Paulo... Uma vez [...] o Florestan pediu uma audiência para Erundina – a Erundina era a prefeita – eu estava lá e o acompanhei, e o Florestan armou a coisa da seguinte forma, enviando dois ônibus para os moradores desse loteamento clandestino da zona leste, que corriam o risco de ser despejados de lá, e aí, entra o Florestan e uma fila de trabalhadores, e a prefeita vira e diz: "mas Florestan, a minha assessoria não me disse que ia ser audiência pública com... o que é isso? E ele brincou com ela, que eles estavam ali para tomar o gabinete da prefeita... então a conversa teve que ser no auditório da prefeitura [...] A Erundina ficou furiosa, porque não estava preparada para aquilo. E lá estava o Florestan e aquele bando de gente do loteamento clandestino... ele tinha essas coisas de...[...] ia ele com terno, o deputado Florestan e a fila de gente... só se via gente entrando, e a prefeita quase que desmaiou de susto... (Entrevista à autora em 2006)

É interessante, portanto, analisar nos próximos capítulos a evolução teórica alcançado por Florestan a partir da categoria revolução, da luta de classes, seus desdobramentos teóricos e as contribuições educacionais a partir da interlocução e critica com a Pedagogia Nova e das implicações do novo arcabouço.

CAPÍTULO III - Arcabouço teórico de Florestan Fernandes: a realidade brasileira, o capitalismo dependente e a centralidade na categoria revolução.

> Assim, nos anos 60 Florestan chega ao que eu chamaria os seus limites naturais: o sociólogo, o pensador e o militante, unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa (CANDIDO, B2001, p.31).

> Em contraposição *às ciências sociais da ordem,* o materialismo histórico configura-se como *ciência social unitária da revolução*. Tinha de ser algo mais que a 'história do movimento operário', mas ciência da história, a forma racional ou teórica da consciência proletária da sociedade burguesa e do movimento político revolucionário de auto-emancipação do proletariado. [...] o que está essencialmente em jogo é o aparecimento de uma *nova época revolucionária,* na qual a força social especificamente destrutiva e construtiva, que surgia e crescia avassaladoramente como tal, era a classe operária, agente histórico real e potencial da transformação e da dissolução burguesa. O 'antigo modo de pensar' e o 'novo modo de pensar' cruzam-se, pois, na cena histórica e é por esse áspero caminho que despontam tanto a *nova* ciência dialética, quanto o *novo* socialismo científico (FERNANDES, A1983, p.115).

O objetivo, neste capítulo, é pesquisar alguns conceitos e categorias-chave que possibilitam entender a densidade teórica de Florestan Fernandes no percurso da 'recapturação" da categoria revolução. Será possível, assim, relacionar seus indícios na construção teórica de Florestan e suas implicações educacionais a fim de re-significar e compreender seus escritos sobre educação das décadas de 50 e 60.

As fontes primárias pesquisadas neste capítulo foram as obras reeditadas e produzidas nas décadas de 1960, 70 e 80. Desta forma, analisaram-se as seguintes produções: A *sociologia no Brasil* (A1980*,* 2ª ed.), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1981, 4ª ed.), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1981, 3ª ed.), *A revolução burguesa no Brasil* (A1991, 3ª ed.), *Poder e contrapoder na América Latina* (A1981), *O que é revolução* (A1981, 6ª ed.), *Circuito fechado*. Além de três fontes inéditas (Transcrições das aulas do curso *Análises de processos revolucionários*, ministrado na pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP (A1984b)[85]; entrevistas à autora e cartas do acervo particular de Miguel Urbano Rodrigues), que trouxeram imensas contribuições à pesquisa, pois são materiais não explorados pelos estudos sobre a revolução e o capitalismo em Florestan (Cardoso, Paiva, Netto, Almeida, Rodrigues, Gorender, Lebrun e Toledo). Em relação à transcrição das aulas, muitos conceitos dispersos em seus livros encontram-se sistematizados neste material[86].

Estas fontes bibliográficas serviram como ponto de partida para a compreensão da "recapturação" empreendida por Florestan para explicar a especificidade da transformação capitalista e da dominação burguesa na realidade brasileira. As interlocuções com estas fontes não tiveram objetivo de trabalhar o conjunto dos temas nelas apresentados, tampouco buscaram esgotar as inúmeras análises que ainda poderão suscitar. Procurou-se, apenas, esquadrinhar algumas categorias e noções fundamentais para operar com o universo teórico do Florestan

[85] Florestan foi admitido como professor titular na PUC/SP em 1977, no Departamento de Política, em substituição ao professor Guido F. Soares. Ele ministrou um curso na graduação intitulado *Teoria política do autoritarismo- dep*ois as anotações foram transformadas em livro (A1979b), e no ano de 1984, ele ofereceu pela terceira vez o curso sobre *Análises de processos revolucionários*. Deste curso também se originou livro sobre Cuba. As transcrições foram obtidas com uma ex-aluna, e comparadas com a que se encontra no acervo da biblioteca da UFSCar e também com a transcrição de outro aluno de Florestan. Observe-se que estas transcrições, até onde se pesquisou, não foram utilizadas em nenhum trabalho ou artigo dos intérpretes ou comentadores da obra de Florestan.

[86] O programa do curso apresenta os seguintes temas: 1º tema - Luta de classes e Revolução. O conceito sociológico de Revolução; 2º tema - Variedades históricas e estruturais da Revolução Burguesa: o que era e o que não poderia ser revolucionário nas situações de classes dominantes da burguesia; 3º tema - Socialismo e luta de classe: Reforma e Revolução nos países centrais e periféricos; 4º tema - Imperialismo e a contra-Revolução preventiva em escala mundial; 5º tema - A Revolução Russa: um paradigma da Revolução proletária; 6º tema - A Revolução cubana e 7º tema - As perspectivas do socialismo revolucionário no Brasil.

Fernandes a partir dos anos 1950, e assim, compreender as suas contribuições educacionais no próximo capítulo.

A metodologia de pesquisa deste capítulo relaciona-se com as chaves de leitura propostas no capítulo dois: 1) situar o pensador social em sua realidade histórica e 2) destacar o conteúdo de sua produção, no caso, as temáticas da revolução e da luta de classes, que compõem o núcleo orientador e definitivo do seu arcabouço teórico. Neste núcleo, Florestan explicita o compromisso de ruptura com a ordem capitalista e com a construção do socialismo na realidade brasileira. Este compromisso, na sua face teórica, é a caracterização sociológica de revolução empreendida por ele, principalmente a partir dos estudos da revolução burguesa no Brasil e dos processos revolucionários em curso no século XX.

O diálogo com a realidade permitiu, a Florestan, explicar a estrutura da sociedade brasileira sob o capitalismo monopolista e o imperialismo. Com base na dupla articulação (manutenção e aprofundamento do desenvolvimento desigual na realidade interna do país e articulação entre a burguesia interna e a burguesia externa), analisou o essencial na estrutura e na história do atual capitalismo dependente.

Florestan, a exemplo de Lênin, Mariategui, Gramsci e Baran (no estudo do Japão e da Índia), buscou recuperar os elementos estruturais e históricos específicos da revolução burguesa no Brasil. O conceito sociológico de revolução e a especificidade da revolução burguesa no Brasil são dois aspectos imbricados e complementares nas suas obras a partir do final dos anos 1950.

Será inventariado o universo categorial de Florestan, que objetivamente recuperou teorias e conceitos abandonados pelos setores progressistas e mal apropriados por setores conservadores. Três advertências, entretanto, são essenciais para o entendimento do seu arcabouço teórico:

1º) sua produção não pode ser separada da história, da realidade do Brasil e dos demais países periféricos, conforme discussão da primeira chave de leitura;

2º) sua produção está em debate crítico com a Sociologia que só considera as revoluções burguesas clássicas em seu padrão de análise das transformações capitalistas. Para Florestan, o marxismo e o estudo dos processos revolucionários são

contribuições substantivas para entender as revoluções burguesas específicas nos países periféricos;

3º) uma de suas contribuições centrais é a caracterização da dinâmica da formação e do desenvolvimento específico da revolução burguesa sob o capitalismo dependente.

A caracterização da especificidade da revolução burguesa exige a apreensão de categorias centrais do marxismo, são elas: a revolução e a luta de classes. No entanto, cabe sublinhar que a filiação de Florestan ao marxismo não o impediu, quando necessário para explicar a realidade, de trabalhar com universo categorial externo ao marxismo, como é o caso, por exemplo, da descrição da sociedade colonial. Para ele:

> Infelizmente, os intelectuais – mais precisamente os acadêmicos – marxistas perderam muito tempo em repetições de uma *sistematização do marxismo* que é estéril para o enriquecimento daquela obra científica. Misturando os papéis acadêmicos com as tarefas de intelectuais do partido, deixaram à margem o que era essencial para a ciência: encetar e multiplicar as investigações originais, que usassem menos palavras como 'marxismo', 'materialismo dialético', 'contradição', etc. (ou certas palavras rebarbativas, que não se encontram em Marx), e revelassem mais o verdadeiro espírito da análise e da explicação causal subjacentes a *O capital* K. Marx e F. Engels produziram fora do mundo acadêmico e contra corrente [...] Eles não eram apenas escritores 'engajados' e 'divergentes'. Inauguram um tipo de pesquisa historicamente revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo. [...] É preciso que tudo isso seja levado em conta, para que se preste maior atenção à necessidade, urgente e permanente, de dar continuidade ao seu padrão de trabalho científico e de aprofundar-se o significado de suas descobertas teóricas na ciência atual (FERNANDES, A1983, 13).

Florestan usa a crítica acima citada porque, ao longo da sua produção, procurou fugir da ortodoxia que considera apenas as fórmulas contidas nos clássicos do marxismo. Esta sua opção tem referências nas correspondências entre Marx e Engels, as quais sugerem a ampliação do "conhecimento do materialismo histórico de uma perspectiva lógica e metodológica. Ou, então, sugerem que vários caminhos não *são proibidos*, aos seguidores do marxismo, pelo menos à luz das opiniões de seus fundadores, que não confundiam investigação científica rigorosa e

independente com 'ortodoxia cega' e fanatismo estreito'" (FERNANDES, A1983, p.113).

Neste capítulo a exposição do universo categorial do arcabouço teórico de Florestan encontra-se em dois blocos. Do primeiro consta a descrição e a análise do modo de produção capitalista monopolista, do imperialismo e da contra-revolução, cenário sócio-histórico que mobilizou Florestan a explicar o capitalismo na realidade brasileira. No segundo bloco apresenta-se a "recapturação" de categorias centrais do marxismo: luta de classes, revolução e noção de época histórica, dentre outras.

1) Contexto internacional e a produção de Florestan: Pós-Guerra e Capitalismo monopolista

As décadas de 1950 e 1960 compõem o que Hobsbawm (C1995, p.223) denominou o período da Guerra Fria, que começa no pós-Segunda Guerra Mundial e se estende até o ano de 1987. Os meados dos anos de 1970 são considerados como um divisor de águas que marcaria a segunda fase deste período. Nesta Tese, interessa a primeira fase, na qual prevalecia o acordo tácito pela paz fria, com ênfase nos serviços secretos e de espionagem e com a presente ameaça nuclear que ocasionou vários movimentos pacifistas e antinucleares, especialmente na Europa.

O ambiente pós-guerra no ocidente oferecia as bases para o surgimento da Guerra Fria, pois havia uma crença de que "a era da catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estavam de modo algum assegurado." (HOBSBAWM, *op.cit.*, p.228). A realidade das devastações humanas e sociais causadas pelas duas grandes guerras era real para a geração que as viveu. Além disso, todo o reforço da propaganda anticomunista e anti-soviética, sobretudo dos Estados Unidos, potencializava ideologicamente esta possibilidade.

O mundo tornou-se bipolar. De um lado os Estados Unidos e seus aliados, do outro a União Soviética e o campo socialista. Podem-se destacar três aspectos que explicam como a Guerra Fria alterou a cena internacional: 1) o conflito entre as duas superpotências, Estados Unidos e URSS, passou a ser determinante e as

demais potências estavam subordinadas a um ou a outro campo; 2) houve uma espécie de congelamento da situação internacional, pois os vários conflitos existentes no período foram controlados ou sufocados pela iminência de se ocasionar uma guerra nuclear; e 3) operou-se uma expansão sem controle das armas distribuídas a diferentes países, pois o complexo industrial-militar tinha como objetivo econômico negociar seus produtos armamentistas com os diferentes países. (HOBSBAWM, *op.cit.*, p. 249).

Ao terminar a guerra, os governantes dos países ocidentais encontravam-se alarmados com a expansão do campo socialista e com as referências que este imprimia para a classe trabalhadora. Por isso, do ponto de vista político, a recuperação econômica destes países tornou-se prioridade. Nesta conjuntura de pós-guerra, foram criados o FMI e o BIRD. Na prática, para os países alinhados com os Estados Unidos, esta recuperação passava, especialmente, pela exclusão de uma revolução social e imediata interrupção da ascensão dos comunistas.

Na década de 1950, o intenso desenvolvimento econômico acontece em diferentes países:

> de início pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem [...]. Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo - os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. (HOBSBAWM, C1995, p. 255).

O desenvolvimento econômico-social deste período indicava esta realidade como um fenômeno com tendências a crescer, pois "a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes." (HOBSBAWM, 1995, p.257). De outro lado, um subproduto deste foi "a poluição e a deterioração ecológica, [...] a década de 1960, provavelmente, ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana." (HOBSBAWM, *op.cit.*, p.257). Portanto, o crescimento espetacular do bloco capitalista, além de não ter sido extensivo a todos os países capitalistas, na década seguinte já expunha problemas sociais e ambientais terríveis.

O crescimento econômico foi materializado em diferentes setores, desde a economia até o cotidiano das pessoas. A produção em massa, com base no modelo de Henry Ford, passa a ser utilizada nos diferentes países e, o que antes estava restrito ao consumo de pequenos grupos, transforma-se em bens e serviços para o mercado de massa.

Este avanço econômico não pode ser desvinculado da revolução tecnológica e da utilização da alta tecnologia nas guerras, pois estas passaram a fazer parte do consumo cotidiano das pessoas, o que alterou de forma espetacular o padrão de consumo. No entanto, a implementação das novas tecnologias na produção demandou grandes investimentos e possibilitou a diminuição do uso da força de trabalho. Neste processo aprofundou-se a concepção do homem como consumidor, ou seja:

> os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante [...] Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter 'de pé, ó vitimas da fome!' da 'internationale' para os trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automaticamente. Não continuariam crescendo para sempre?" (HOBSBAWM, *op.cit*., p. 262-3).

Um aspecto central para reflexão sobre a industrialização maciça, na realidade dos anos 1950 e início da década de 1960 no Brasil, é que o capitalismo no mundo desenvolvido, especialmente nos últimos anos da guerra, foi conscientemente reformado. O mundo capitalista e seus intelectuais orgânicos compreenderam as lições das guerras, do impacto do socialismo e da luta de classes com os trabalhadores organizados e com atitudes ofensivas nas reivindicações de seus direitos. Portanto, a reforma do capitalismo teve como base: o "boom" econômico, a orientação política e ideológica quanto à centralidade do planejamento econômico e a re-significação da função do Estado.

Esta reformulação produziu intensas mudanças nas perspectivas teóricas de diversos formuladores de políticas e ideólogos das teses de livre mercado dos países capitalistas desenvolvidos, levando-os a se tornarem defensores do planejamento como vinha ocorrendo na França. Segundo Hobsbawm, "transformaram Lionel (Lord) Robbins, um economista adepto do livre mercado que antes defendia a ortodoxia contra Keynes, e dirigira um seminário em conjunto com Hayek na London School of Economics, num diretor da semi-socialista economia de guerra britânica" (HOBSBAWM, C1995, p.268).

Na ascensão e na reformulação do capitalismo no ocidente tornava-se premente um determinado tipo de desenvolvimento que conjugasse o aumento da produção e do comércio externo, a implantação de pleno emprego e a instauração intensa da industrialização/modernização. Os exemplos históricos, especialmente os vindos da União Soviética, demonstravam que a alternativa seria, com base nas teses de Keynes, empregar "um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e de cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas" (HOBSBAWM, *op.cit*., p.268).

Sob a liderança americana, foram implementadas diretrizes para os países capitalistas que ocasionaram a Era de Ouro. Os sujeitos deste consenso político foram os trabalhadores, os patrões e os governos dos países desenvolvidos. Por outro lado, neste processo as indústrias destes países foram-se transferindo para os países que ofereciam mão-de-obra mais barata e economicamente mais lucrativa. A justificativa para esta transferência era que:

> havia um motivo particularmente convincente para o boom da Era de Ouro provocar o abandono dos países-núcleo da velha industrialização. Era a incomum combinação 'keynesiana' de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida. Essa combinação era, como vimos, uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países 'ocidentais', tendo a extrema direita fascista-ultranacionalista sido eliminada do cenário político pela Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria. Também se baseou num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro dos limites que não afetassem os lucros, e as

> perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido (HOBSBAWM, C1995, p.276).

Pode-se sintetizar que nos países capitalistas avançados o grande desenvolvimento econômico da década de 1950 correspondeu à hegemonia de governos conservadores e, por outro lado, foi um período de recesso para as organizações de esquerda, especialmente os comunistas pró-soviéticos, pois o "clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança." (HOBSBAWM, C1995, p.278). Entretanto, na década de 1960:

> o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda; talvez em parte devido ao crescente recuo do liberalismo econômico diante da administração Keneysiana [...] talvez em parte porque os velhos senhores que presidiram a estabilização e ressurreição do sistema capitalista deixaram a cena[...] verificou-se certo rejuvenescimento da política" (HOBSBAWM, *op.cit*., p.278).

Apesar da Guerra Fria e da hegemonia americana no denominado Terceiro Mundo, houve um intenso processo de descolonização e de revolução. Em 1955, os principais chefes de Estado dos países do continente asiático e africano conquistaram a sua independência política, reuniram-se pela primeira vez, em Bandug, e, apesar das recentes experiências, eles tinham um programa mínimo que reivindicava a descolonização política. Segundo Amim:

> em absoluto, todos entendiam que a recuperação da independência política era apenas um meio, sendo o fim a conquista da libertação econômica, social e cultural. Aqui, duas posições dividiam os presentes em Bandug: havia uma opinião majoritária dos que imaginavam o 'desenvolvimento' possível na 'interdependência' no seio da economia mundial, e outra, dos líderes comunistas, que defendiam que sair do campo capitalista levaria a reconstruir - com a URSS, ou à sombra dela - um campo socialista mundial. [...] De cimeira em cimeira, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o 'não-alinhamento' entretanto institucionalizado como 'Movimento dos não-alinhados, reunindo a quase totalidade dos países asiáticos e africanos, iriam deslizar progressivamente de posições de uma frente de solidariedade política centrada no apoio às lutas de libertação e na recusa dos pactos militares, às de um 'sindicato de reivindicações econômicas em relação ao Norte. (AMIM, C2005, p.1)

Por outro lado, a reação a esta realidade de independência e de ações revolucionárias de enfrentamento, ou ruptura com a ordem burguesa, ocasionou, aos países do Terceiro mundo alguns golpes militares. Na segunda metade da década de 1950, o campo socialista experimentou uma intensa fratura com repercussões nos diferentes partidos comunistas do mundo, especialmente após a morte de Stalin (1953), e com o posterior XX Congresso na URSS (1956) onde foram publicizados os equívocos políticos cometidos sob sua liderança. Portanto, a partir da segunda metade da década de 1950, os estudos sobre marxismo passaram a se desenvolver em diferentes espaços, como, por exemplo, nos espaços da Universidade.

1.1) Capitalismo monopolista – Alguns debates

A partir dos anos de 1950 diversos intelectuais do campo da tradição marxista concentram suas pesquisas no reexame dos prognósticos sobre a nova fase do capitalismo, ou seja, do capitalismo monopolista, visto que os "processos de produção na sociedade capitalista são incessantemente transformados sob o ímpeto da principal força norteadora daquela sociedade: a acumulação do capital" (BRAVERMAN, C1981, p.19). A acumulação é a força motriz da sociedade burguesa e para este processo se concretizar são necessárias a dominação e a exploração. A dominação acontece através da compra da força de trabalho e a exploração, com a extração de mais-valia. Historicamente é possível observar que

> No capitalismo concorrencial, a mais-valia é apropriada principalmente sob a forma de lucro, e a divisão do trabalho é coordenada ou orientada pelos mercados nos quais as mercadorias são vendidas. Em nível internacional, o capital se expande por meio de exportações e importações de mercadorias. No capitalismo monopolista, o sistema de crédito passa a dominar e a operar com os mercados de mercadorias de modo a orientar a divisão social do trabalho na medida em que aloca crédito, transferindo-o dos setores não lucrativos para os lucrativos. O juro torna-se a forma predominante sob a qual a mais-valia é apropriada, forçando uma divisão de lucro em juro e lucro empresarial [...] Quando o capital, nesta etapa, assume a forma específica e característica do capital financeiro, uma nova e

> adicional forma de apropriação, o lucro financista, torna-se significativa. (HARRIS, C1988, p.285)

Um dos aspectos centrais neste inventário sobre o capitalismo monopolista é a reflexão sobre a hegemonia do capital financeiro[87], que permitiu a intensificação da centralização e da concentração do capital, já descrito como lei por Marx em *O Capital* e o desenvolvimento do imperialismo[88].

Na fase de hegemonia do capital financeiro, há uma íntima ligação entre capital de financiamento (banco) e o capital industrial. Há também uma intensa centralização e concentração de capital. A inovação tecnológica propicia uma constante transformação dos processos de produção, o que imprime grande ênfase na tecnologia e no consumo. "A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco processo na socialização da produção [...] Isto nada tem a ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que se não conheciam e que produziam para um mercado ignorado." (LENIN, C1979, p.592). O modelo do capitalismo concorrencial foi superado e a preocupação com a indução de demandas no mercado torna-se regra. O mercado precisa ser conhecido, controlado, estimulado e ser o espaço de fixação de valores da sociedade.

As invenções tecnológicas utilizadas nas guerras foram posteriormente postas a serviço do capital, através do controle e da indução do que deveria ser vendido e consumido no mercado. Mézáros (C1981) chama esta indução de *apetites imaginários*. Desta forma, a tecnologia de guerra

> preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil [...] a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de

[87] O capital financeiro foi teorizado primeiro por Hilferding (1912) e Lênin (1917), no ensaio popular *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, cita-o como um dos seus interlocutores, visto que o conceito do imperialismo era muito utilizado para caracterizar a época. Barbosa (C2006b) defende a tese de que o grande debate com Hilferding não está explicitado neste ensaio popular. Por isso, atualmente ele vem dedicando estudos a fim de compreender a importância global das divergências entre as teorias do imperialismo segundo Lênin e Hilferding e suas conseqüências políticas.

[88] Florestan destaca ter havido uma época em que os sociólogos tinham como base o modelo de desenvolvimento dos países capitalistas europeus e americanos e consideravam que a aceleração do crescimento econômico ocasionaria o bem-estar da sociedade. "Os vários estudos de Lênin sobre o papel da burguesia antes, durante e depois da revolução de 1905, na Rússia, foram os primeiros a abrir caminho da análise histórico-sociológica". (FERNANDES, A1995b, p.133)

> venda para tudo [...] a crença era que o 'novo' equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado (HOBSBAWM, C1995, p.260-1).

Este controle dos processos da produção impõe uma nova e perversa sociabililidade que produz a entrada no mundo descartável, onde a vida útil dos objetos é efêmera. O outro aspecto deste processo de produção é o nível a que chegaram a concentração e a centralização de capital.

> se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minério de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos 'partilham' entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação – as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (LÊNIN, C1979, p.593).

Como descreve Lênin, a centralização propicia a monopolização das fontes de matérias primas, da mão-de-obra, das demandas no mercado, do padrão de consumo etc. O preceito organizador da sociedade capitalista é a relação entre o trabalho assalariado e o capital, ou como dizem Marx e Engels, no *Manifesto,* entre proletários e burgueses. Por conseguinte, há uma contradição principal nesta sociedade que é o hiato entre a produção social e sua apropriação privada. No capitalismo monopolista, essa contradição aprofunda-se porque a concentração e a centralização da produção se encontram cada vez mais nas mãos de um grupo restrito de capitalistas. O alcance social desta "nova sociabilidade" é que a realidade torna-se dura e perversa, especialmente porque ao mesmo tempo "mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, [...] o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável." (LÊNIN, C1979, p.594).

Além do salto qualitativo nas leis de concentração e de centralização, da transformação do modelo concorrencial, da perversa sociabilidade, outros aspectos compõem a consolidação do capitalismo monopolista.

> A concentração e centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se; foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influências econômicas ou hegemonia inauguraram a moderna era imperialista. Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal. (BRAVERMAN, C1981, p. 215).

A reflexão sobre o desenvolvimento do imperialismo é central para entender o período estudado, e, também, porque é a porta de entrada de Florestan para explicar os aspectos centrais da dominação externa nos países da América Latina. O combate dos anos de 1960 contra o "imperialismo americano"[89] ganhou a juventude, as ruas e teve repercussões na década de 1970, pois nesta evitava-se, nos discursos públicos, a utilização de determinadas palavras, como, por exemplo, a economia privada deveria ser substituída pela livre empresa; as palavras capitalismo e imperialismo não deviam ser empregadas por terem conotação negativa para o grande público. O aprofundamento teórico de Florestan sobre o imperialismo não deve ser afastado deste cenário de mobilização e de luta teórica dos anos 1960 e 70.

[89] Muitas vezes a utilização do conceito de imperialismo foi considerada, nos anos de 1960, com base na definição de Kautsky, "o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias. (*apud* LÊNIN, C1979, p.642). No entanto, no ensaio popular Lênin vai polemizar explicitamente com Kautsky afirmando que "o imperialismo é o capitalismo, na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes [...] o que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação *não só* das regiões agrárias, mas também das mais industriais" (LÊNIN, C1979, p.642). Nesta tese trabalha-se com o conceito de imperialismo conforme a definição de Lênin.

Interessa refletir sobre determinados aspectos do domínio do capitalismo monopolista que se expressa através da nova socialização integrada da produção cujos desdobramentos alcançam diversos setores da vida social. Braverman (*op.cit.*), ao estudar o capital monopolista e o processo de mudança da moderna classe trabalhadora, discorre sobre quatro aspectos: 1) mais-valia e trabalho, 2) a empresa moderna, 3) o mercado universal e 4) o papel do Estado. Estes aspectos irão moldar esta nova sociabilidade, com destaque para o papel desempenhado pelo mercado universal e pela propaganda.

Na argumentação de Braverman (*op.cit.*, p.231 ss) um fenômeno central a ser entendido é que, na Era dos Monopólios, o modo de produção capitalista integra e subordina a totalidade da sociedade (indivíduos, família e necessidades sociais) ao mercado. Neste processo de integração e subordinação ocorrem profundas modificações que forçam a organização de um novo padrão de consumo, de vida privada e social para atender às necessidades do capital. Um exemplo é que a família no capitalismo concorrencial exercia a função de uma instituição chave da vida social, da produção e do consumo. Entretanto, no capitalismo monopolista, este quadro muda drasticamente, restando apenas a família como unidade consumidora.

Para Braverman (*op.cit.*, p.236), "novos serviços e mercadorias proporcionam sucedâneos para as relações humanas [...] Trata-se de um processo que implica alterações econômicas e sociais de um lado, e profundas mudanças nos padrões psicológicos e afetivos de outro". Com estas observações, percebe-se que a socialização da produção sob o padrão de acumulação monopolista opera permanentes e constantes expropriações e explorações.

No âmbito da ocupação profissional, ocorrem diversas sujeições do trabalhador a situações degradantes, mas que correspondem a melhoria de condições de reprodução e de acumulação do capital. Portanto, a exploração dos trabalhadores através da extração de mais-valia mantém e aprofunda a margem de lucro do capital e perpetra com mais intensidade o processo de mercantilização das relações sociais. As relações de afeto, de pertencimento à espécie humana, estão mediadas e, por vezes, são substituídas pelos valores dos novos serviços e mercadorias que fetichizam a própria capacidade de pensar e de imaginar o futuro.

Logo, a vida interessa no hoje, no imediato; a capacidade humana de projetar o futuro é hipotecada e trocada indefinidamente pelo hoje.

Um outro destaque de Braverman é sobre a cultura da produção de subsistência que existia no início do capitalismo e seus desdobramentos para a vida social. Sob a cultura de subsistência havia a capacidade da família e do indivíduo saberem fazer as coisas e este fato se constituía como fonte de *status* social. Com o desenvolvimento da industrialização, associada às inovações tecnológicas, este quadro se altera, por exemplo, os alimentos e os utensílios domésticos se constituíram na marcha inicial que submeteu as inter-relações entre os homens e toda a vida social a terem referência e dependência com o mercado. Portanto, nesta nova sociabilidade, o sujeito precisa ir ao mercado para adquirir alimento, habitação, vestimentas, como também, segurança, lazer, locomoção etc.

Assim, tudo passa a ser socialmente uma relação de compra e venda. O mercado passa a ser a fonte de fixação de valores com auxílio direto da propaganda e dos programas radiofônicos e televisivos. Podem-se enumerar, com base em Braverman *(op.cit.*), alguns fatores que interferem nesta nova sujeição do trabalhador, são eles: 1) intenso controle urbano que elimina as condições da vida antiga, 2) anel urbano, impedindo as práticas de subsistência e impelindo o trabalhador a estabelecer relações de compra e venda no mercado, 3) o salário proporciona aquisição dos meios de subsistência fabricados pela indústria que são mais baratos, e 4) pressão social através do estilo de vida, dos padrões de moda, da publicidade e dos diferentes processos educacionais, especialmente sobre a juventude que se constitui a nova geração. Resumindo, ele afirma:

> Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um 'ciclo de produto', que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. Desse modo, o habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como ela existe. Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua

> na vida do trabalhador: atrofia da competência. No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais. (BRAVERMAN, C1981, p. 239)

No entanto, apesar da pressão do capitalismo monopolista sobre a massa de trabalhadores nos países dependentes e coloniais, aconteceram enfrentamentos importantes:

> Seguiu-se não apenas a Revolução Chinesa, mas também o despertar quase universal das grandes multidões que habitam as áreas dependentes e coloniais do mundo. Despertos pela cambaleante exploração por seus patrões internos e externos, os povos dos países subdesenvolvidos principiaram a manifestar crescente determinação em derrubar um sistema social e político que vinha perpetuando sua ignorância e estagnação (BARAN, C1984, p.41)

De um lado, os movimentos socialistas nos países dependentes ganham impulsos para enfrentar a opressão, a exploração e construir o seu futuro com as próprias mãos, a exemplo do que aconteceu em Cuba e nas lutas de libertação no continente africano. Na Europa, na Era de Ouro, o velho liberalismo foi instado a modificar a sua dinâmica e a inserir o planejamento estatal na economia, pois a "forte orientação e planejamento estatais em assuntos econômicos não eram novidades em vários países, da França ao Japão. Mesmo a posse e administração de indústrias pelo Estado eram bastante conhecidas, e haviam ampliado bastante em países ocidentais após 1945". (Hobsbawm, C1995, p.267).

Por outro lado, o movimento socialista na Europa, ao se enquadrar às regras e às conquistas sociais alcançadas no novo capitalismo, restringiu as lutas pela derrubada do sistema. Neste contexto vão surgir os denominados socialistas democráticos que vão ser críticos ao socialismo da União Soviética e do Leste Europeu.

> Na verdade, a esquerda concentrava-se em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para este fim. Como não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Na verdade, um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado. (HOBSBAWM, C1995, p. 267).

A Era de Ouro permitiu essa conformação do movimento operário e socialista e pode-se afirmar que na prática:

> foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970. Deve-se ter sempre em mente que em 1950 só os EUA tinham mais ou menos 60% de todo o estoque de capital de todos os países capitalistas avançados, produziam mais ou menos 60% de toda a produção deles, e mesmo no auge da Era de Ouro (1970) ainda detinham mais de 50% do estoque total de capital de todos esses países e eram responsáveis por mais da metade de sua produção. (Hobsbawm, C1995, p. 270).

De um lado, o processo de hegemonia e de liderança dos Estados Unidos e, de outro, o desenvolvimento econômico e social dos países socialistas gerou debates e pesquisas sobre vários aspectos, como por exemplo: a planificação implementada nos países socialistas, os desafios econômicos e políticos da transição socialista[90], a explicação das especificidades do capitalismo monopolista nos países periféricos, os estudos da CEPAL sobre o desenvolvimento na América Latina, dentre outros. A América Latina vivia o sopro revolucionário de Cuba, e a África era palco das lutas pela descolonização, que punham em cheque o domínio europeu em vários países do continente. Além disso, na década de 1960, ocorreram grandes debates internacionais no campo do marxismo. Como exemplo, os debates sobre os *Manuscritos de Paris;* no campo socialista, o debate econômico soviético

[90] Uma das posições neste debate sobre a economia no socialismo é a de Braverman (C1981), que defendia que a União Soviética simplesmente imitava a organização de trabalho capitalista.

e, posteriormente, o debate cubano, que teve como expoente Che Guevara (BARÃO, C., C2005)

> Nos anos 60 foram muito debatidos os famosos *Manuscritos econômicos e filosóficos* [...] a maioria dos entusiastas desse trabalho de Marx tendeu a ver nele um documento que não era uma passagem para passos mais ousados mas sim que continha um conjunto importante de aquisições maduras. *Os manuscritos* seriam assim a base de um novo humanismo, de um socialismo humanista. [...] O principal conceito teórico desse texto para os defensores do novo 'humanismo' seria o de alienação. [...] Compartilhando com os defensores do 'socialismo humanista' a convicção de que havia uma divisão profunda na obra de Marx, mas valorando essa divisão de forma completamente contrária, aparecem aqueles que defendem um determinado tipo de cientificidade no pensamento marxiano, e que portanto consideram que os escritos do jovem Marx seriam ainda ideológicos, enquanto os do Marx da maturidade seriam científicos. (BARÃO, C. *op.cit.*, p.258).

O grande debate no campo socialista referiu-se à temática econômica no processo de transição para o socialismo[91]. O cerne deste debate na União Soviética teve relação com a necessidade de melhorar a taxa de crescimento e, em Cuba, o debate surge para alcançar soluções concretas para os problemas do período de transição na ilha.

> Em princípios da década de 60, desenvolveu-se um novo modelo na URSS: o cálculo econômico, o qual seria plenamente adotado por aquele país apenas em 1965, com as reformas do premier Kossiguin. Como já observamos, este modelo envolvia uma maior autonomia para as empresas, com uma revalorização da lei da oferta e da procura e circunscrevia seu âmbito de reflexão ao aspecto econômico da vida [...] Na opinião de 'Che' Guevara e outros críticos o problema do 'calculo econômico' estava em que essa concepção invocava demasiadamente os estímulos materiais, subestimando a importância dos estímulos morais na construção da nova sociedade e do 'homem novo' (p.319) [...] O período 1963-64, no qual ocorre o debate, é caracterizado pela busca de um modelo cubano de construção do socialismo, nos aspectos

[91] Não se pretende aqui aprofundar este debate. Interessa, simplesmente, situá-lo como um horizonte importante de interlocução de Florestan, pois o autor via como uma grande oportunidade ao sociólogo socialista a concomitância de revoluções, ou seja, a capitalista e a socialista para compreender a especificidade do modo de produção nos países capitalistas dependentes visando a sua transformação socialista.

> políticos, econômico, social, filosófico etc. (BARÃO, C., C2005, p.319 e 322).

Nos Estados Unidos havia um grupo de pesquisadores marxistas que publicavam a revista Monthly Review e que desenvolveram estudos econômicos sobre capitalismo monopolista e a especificidade deste nos países periféricos. Paul A. Baran (1910-1964), economista marxista, de origem européia, ainda jovem foi morar nos Estados Unidos. Nos anos 1950, passou a trabalhar com Sweezy (1910-2004) e Huberman (1903-1968), editores da revista Monthly Review. Antes de Baran, as análises presentes nos artigos da revista ficavam circunscritas ao "acompanhamento conjuntural centrado nos Estados Unidos, suas relações com a Europa e marginalmente, suas relações com a periferia latino-americana." (NETTO, C2005). Com a publicação do livro de Baran, *A economia política do desenvolvimento,* os horizontes do grupo se ampliam e estes passam a acompanhar

> os processos de instauração e de expansão das relações capitalistas fora do marco dos países centrais [...] A preocupação de Baran não é inédita [...], mas ele é o primeiro que, tomando o caso específico do Japão, gira a preocupação da revista mensal dos centros do capitalismo para áreas periféricas do ponto de vista histórico. (NETTO, C2005, p.20)

Baran (C1984), no primeiro capítulo do livro *A economia política do desenvolvimento,* descreve elementos importantes da conjuntura internacional, que explicam o porquê do retorno ao debate sobre o desenvolvimento econômico e permite situar a produção de Florestan sobre a temática da revolução burguesa no Brasil. Para Baran:

> indagar por que o desenvolvimento econômico e social passou a figurar, recentemente, na vanguarda da discussão econômica – especialmente nos Estados Unidos – pode parecer uma questão obscura e maçante [...] lembramos que um grande interesse pelo problema do desenvolvimento econômico não constitui, de forma alguma, novidade sem precedente no campo da economia política.(p.35) [...] O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo,* dos que

> usufruem benefícios e hábitos de pensamento complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço. (BARAN, *op.cit*., p.35 e 37)

O debate sobre desenvolvimento econômico não se inicia no final dos anos 1950 e nem é novo na área da economia política. A novidade é que a economia planificada nos países socialistas permitiu um rápido desenvolvimento destes, e, de outro lado, a consolidação do capitalismo monopolista exigia este debate. Na perspectiva das transformações práticas, a violência e os conflitos sempre fizeram parte do processo do desenvolvimento das sociedades e envolveram disputas entre grupos e classes, ou seja, correspondem à luta implícita ou explícita de manutenção ou de ruptura com a ordem instituída. O novo neste cenário é o fato de o capitalismo, na fase do imperialismo, ter de se expandir por novos territórios, e, ao mesmo tempo, surgirem as lutas pela libertação nacional em vários países da África e diversos processos revolucionários em outros cantos.

De acordo com Baran:

> 'O verão indiano' de estabilidade, prosperidade e confiança no futuro do capitalismo, que se seguiu à primeira Guerra Mundial, durou menos de uma década. O sonho de um 'capitalismo organizado', de uma solução 'Ford-versus-Marx', para todas as doenças econômicas e sociais e de uma 'democracia econômica' que assegurasse justiça e bem-estar para todos foi a utopia de vida mais curta que a História registra. A Grande Depressão, com as suas múltiplas e duradouras repercussões, tornou difícil manter a continuidade da 'conspiração do otimismo' sobre o crescimento e o progresso social dentro do sistema capitalista. A 'científica' e 'objetiva' descoberta da Economia, segundo a qual o socialismo é impossível, foi dramaticamente refutada pelo sucesso do esforço de industrialização da URSS. Tardia e, relutantemente, a Ciência Econômica principiou a tomar conhecimento da nova situação. Embora inspirada pelo problema imediato do combate à depressão e ao desemprego [...] A economia Keynesiana, em sua tentativa de esclarecer os determinantes das mudanças de curto prazo dos níveis de produção, emprego e renda, viu-se face a face com a total irracionalidade e a espantosa discrepância entre as potencialidades e as realizações produtivas que caracterizam a ordem capitalista (BARAN, *op.cit*., p.39)

Será a partir deste contexto internacional e do desenvolvimento capitalista, não-democrático na realidade brasileira, que Florestan encaminhará suas pesquisas e produções para explicar a transformação capitalista no Brasil. Para isso, a "recapturação" da teoria da luta de classes e da categoria revolução possuem um elemento fundamnetal, que é o acento da produção de Florestan sobre o imperialismo para explicar a inserção capitalista do Brasil (capitalismo dependente) e o tipo de dominação da burguesia (dominação autocrática).

1.2) Florestan Fernandes e a periodização do capitalismo: Imperialismo e contra-revolução preventiva

> Cecil Rhodes, segundo conta seu amigo íntimo, o jornalista Stead, dizia-lhe em 1895, a propósito das suas idéias imperialistas: 'Ontem estive no East-end londrino (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão! pão!, e ao reflectir, de regresso para casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo. A idéia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para o produto de nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-se imperialistas. (LÊNIN, C1979, p634).

> Fala de um escritor burguês da França: "em conseqüência das crescentes dificuldades da vida, que não atingem só as multidões operárias, mas também as classes médias, em todos os países da velha civilização estão a cumular-se 'impaciências, rancores e ódios que ameaçam a paz pública; energias desviadas do seu meio social, que é preciso captar para as empregar fora do país, se não quisermos que expludam no interior". (LÊNIN, C1979, p.639).

> Nas amargas palavras da revista *Economist,* de Londres; 'Devemos aprender que já não somos iguais aos americanos, e nem podemos sê-lo. Temos o direito de determinar nossos interesses nacionais mínimos e esperamos que os americanos respeitem. Isso feito, porém, devemos procurar a sua liderança' (17 de novembro de 1956) (BARAN, C1984, p.7)

Nos textos do período em que Florestan alcançou o seu novo piso teórico, a temática do imperialismo, da contra-revolução e da sua continuidade na transição prolongada podem ser associadas às epígrafes acima, pois ao observar a alternativa para salvar o capitalismo de uma revolução social que fugisse do controle burguês – como, nos exemplos do Reino Unido ou da França, as idéias e as ações imperialistas são assumidas como uma política central e alternativa à manutenção e à reprodução da ordem. Na última epígrafe, o economista londrino reconhece a liderança americana e espera que os países do continente europeu sejam respeitados, ou seja, no pós-Segunda Guerra a hegemonia americana espalha-se pelos diferentes países.

A liderança dos Estados Unidos constituiu-se como um dos grandes problemas para os países da América Latina e exigiu meios políticos e teóricos para explicar as novas dimensões do imperialismo sob a hegemonia americana. Segundo Florestan, "na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, [são visíveis] as debilidades econômicas, sócio-culturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região." (FERNANDES, A1975b, p.12). A explicitação da ação imperialista (através ou não da contra-revolução) nos dilemas econômicos, políticos e sociais da realidade brasileira, a forma de enfrentá-los e superá-los, foram os motores que levaram Florestan a produzir resposta utilizando-se da teoria.

A relação entre imperialismo e capitalismo para Florestan é assim explicada:

> o imperialismo é a base política do capitalismo monopolista e porque o capitalismo monopolista é na sua essência um fenômeno político, ele não é só um fenômeno econômico. Depois de 1917, depois de 1919, depois da Segunda Guerra Mundial, não se pode separar o econômico do político; as duas coisas estão englobadas. O econômico, o cultural e o político se fundem, convergem na mesma direção em termos de auto-defesa das nações capitalistas. (FERNANDES, A1984b, tema 4. p.11).

O imperialismo é uma realidade, um fato e um sistema de poder em que os países hegemônicos estabelecem a expansão às áreas coloniais. Esta expansão visa

à dominação, exploração direta ou indireta, e à produção de mais-valia como mecanismos básicos de crescimento e manutenção do capitalismo, especialmente após a Revolução Russa de 1917, cuja experiência representou uma alternativa civilizatória à ordem burguesa.

Nas análises empreendidas na primeira chave de leitura, a centralidade do estudo da realidade brasileira, e da sua inserção no mundo capitalista, não pode ser apartada do imperialismo que se impôs como realidade crescente na região. Como afirma Florestan, para "nós, que sofremos a dominação imperialista, é essencial ir mais longe, para explicá-los." (FERNANDES, A1978, p. 114).

A segunda chave exige a discussão do contexto e do conteúdo da sua produção. Sem dúvida, quando Florestan faz a recuperação da teoria de luta de classes e da categoria revolução, a temática do imperialismo aparece associada à contra-revolução, especialmente para explicar a transformação capitalista nos países do terceiro mundo e como uma alternativa às possibilidades de revolução dentro da ordem ou contra a ordem. Em suas análises, o imperialismo comparece como um eixo explicativo da dominação e da exploração sobre os países da América Latina e da imposição da contra-revolução burguesa nestes territórios.

Com relação à terceira chave de leitura, novamente torna-se evidente a centralidade da temática do imperialismo, pois, ao discutir a estrutura capitalista no Brasil, impõe-se a fase imperialista e o capitalismo dependente como uma especificidade histórica. Florestan, em uma das entrevistas, afirma que partiu do imperialismo para explicar a dependência e não o contrário. Logo, o conceito de capitalismo dependente pressupõe a discussão sobre o imperialismo. O conhecimento geral da sociedade (imperialismo) explica e contextualiza o específico (situação de dependência e o padrão do capitalismo dependente).

Cardoso, M.L. enumera diferenças metodológicas, teóricas e políticas entre a concepção dependentista e o conceito de capitalismo dependente de Florestan. De acordo com ela:

> A análise da heteronomia não se deixa prender na dimensão nacional, nem em configurações que apenas remontam ao passado (colonial). Pelo contrário, procura apreender as conexões que esse estabelece historicamente ao longo de cada fase do

> desenvolvimento capitalista entre os países hegemônicos e os países dependentes e entende tais conexões como sendo antes de mais nada relações de classe. Por isso o conceito de capitalismo ainda mantém o seu vigor teórico quando o desenvolvimento capitalista é operado por meio das grandes corporações multinacionais [...] Como a dominação típica do capitalismo dependente é pensada como uma dominação total. (CARDOSO, M.L., B2001a, p.12).

É imperativo para Florestan compreender a realidade do imperialismo e sua relação com os diferentes pólos da luta de classes, especialmente porque na realidade brasileira, do final dos anos 50 e início da década de 1960, havia uma intensa luta ideológica de diversos setores do campo da esquerda. Alguns defendiam transformações radicais e/ou propunham, via reformas de base, a implementação de um capitalismo com base nacional e, de outro lado, havia setores organizados da sociedade civil que defendiam a livre empresa e o livre mercado através de um capitalismo moderno e absolutamente aberto ao capital estrangeiro. Como afirma Cardoso:

> A ideologia do desenvolvimento credita os nossos males à falta ou a insuficiência de 'desenvolvimento'. Propõe, então, que os resolvamos ingressando, e aceleradamente, no processo de desenvolvimento, o que nos garantiria um futuro próspero e promissor, mais e melhor integrado ao circuito internacional de desenvolvimento, o que proporciona acentuada melhoria da nossa posição neste cenário. Conseqüentemente, o nosso verdadeiro problema não deveria ser senão 'o desenvolvimento'. (CARDOSO, 2001a, p.3).

Neste contexto explicitar a relação entre o golpe civil-militar e a política imperialista torna-se uma tarefa central para os diversos setores e também para os intelectuais da esquerda. De acordo com Florestan, o imperialismo vai corresponder à consolidação do ciclo da revolução burguesa no Brasil[92], coroada pela contra-revolução preventiva (a partir do golpe civil-militar de 1964). Portanto,

[92] Florestan considera as seguintes fases da concretização da Revolução Burguesa no Brasil: Primeiro, a vinda da família Real em 1808 propiciou a eclosão de um mercado capitalista moderno, segundo de 1860 até 1950, se forma e se expande o capitalismo competitivo dependente e, terceiro, a partir de 1950, constitui-se o capitalismo monopolista dependente (a contra-revolução preventiva de 1964 possibilitou a sua consolidação estrutural na realidade brasileira).

o regime instituído no pós-1964 passa a ter significação central para a burguesia interna e para a burguesia externa:

> no plano interno, ele surgiu como uma contra-revolução, no sentido específico, porque não se tratava realmente de uma 'autodefesa da democracia contra o comunismo internacional'. Esta representação constituía um puro mascaramento ideológico e não passava de uma manifestação da *propaganda política* mais grotesca. O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada,* que prometia não uma 'democracia populista' ou uma 'democracia de massas' (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês no qual vários setores das classes trabalhadoras [...] contavam com crescente espaço político próprio. [...] Quanto ao plano externo, o golpe de Estado fez parte de um ciclo mais amplo, que levou à *guerra fria* e à doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista. [...] Ele levou para a periferia uma necessidade própria e urgente – por vezes exacerbada – de solapar e destruir a mudança política revolucionária que não pudesse ser contida ao nível dos interesses conservadores e reacionários. O enlace das duas tendências surge, pois, como uma corrente profunda da contra-revolução em escala mundial e o Brasil entra neste cenário como um dos países vitais para a 'segurança do Hemisfério Ocidental'. (FERNANDES, A1994, p.105-6).

Os fatos históricos internos que confirmam a interpretação de Florestan podem ser encontrados nos acontecimentos dos anos de 1961 a 1963, quando entidades progressistas e organizações de trabalhadores da sociedade brasileira demonstraram uma intensa capacidade de organização e mobilização. Na área urbana, o ISEB foi um centro de discussão e divulgação do nacional-desenvolvimentismo (anos 50) e, mais tarde, defendia o movimento político pelas Reformas de Base (TOLEDO, C1997, p.209). Vários sindicatos contavam com espaços políticos próprios alcançados através de atividades organizativas e das greves (neste período ocorreram 453 greves, enquanto no período de 1958-1960 foram 177). Em 1962 surgiu o Comando Geral de Greve[93], que teve o mérito de organizar greves gerais. A dos estudantes, que saíram às ruas para defender as reformas de base, com destaque para a reforma universitária e, no meio militar, as revoltas entre os sargentos que reivindicavam direito de serem candidatos. No caso

[93] Posteriormente se transformou no Comando Geral dos Trabalhadores – CGT.

dos marinheiros e fuzileiros, a luta era pelo direito de organização. No campo, os trabalhadores rurais também avançaram em sua organização política, especialmente com os sindicatos rurais e as Ligas camponesas; estas utilizavam como slogan "Reforma agrária na lei ou na Marra".

Para Florestan, este movimento organizativo "dos de baixo" na sociedade pode ser caracterizado como uma revolução dentro da ordem, pois "a década de 50 iria mostrar o novo perfil da classe operária e os rumos que seriam tomados nos conflitos do campo. Não só se tornaram mais nítidos os traços da diferenciação do regime de classes; fica claro que o pico da industrialização acarretava uma coalescência da classe trabalhadora. Isso é algo novo na história" (FERNANDES, A1986, p.44)

De outro lado, diversos setores da burguesia assustam-se com a capacidade organizativa e autonomia dos trabalhadores neste período. Para eles, "Revolução [...] é *revolução:* tanto faz que seja dentro da ordem ou contra a ordem. Cumpre estancá-la e impedir que uma fomente o aparecimento de condições favoráveis à outra" (FERNANDES, *op.cit*., p.26). Estes setores organizaram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), instrumentos ideológicos, cujo objetivo foi mitificar no Brasil o capitalismo moderno e aberto ao controle estrangeiro como única opção. Ao mesmo tempo, desejavam consolidar estes institutos como centro de oposição civil às reformas de base do governo João Goulart. Ademais, "embora os empresários tivessem supremacia no plano econômico e ascendência no campo da tecnoburocracia, a *elite orgânica* defendia a necessidade de eles alcançarem a direção política e ideológica no interior da sociedade brasileira dos anos 60." (TOLEDO, C2006, p.125).

De acordo com Florestan, os fatos históricos e a repressão institucionalizada – instaurada com a implementação da contra-revolução em 1964 e depois com o seu aprofundamento em 1968/1969 – impõe, aos diversos setores progressistas, urgência de explicar o imperialismo, pois este faz parte do circuito histórico e também

> porque dependemos do conhecimento da 'estrutura íntima' daqueles mecanismos para poder combater o imperialismo e

> passar da 'luta antiimperialista' à revolução nacional democrático-burguesa ou socialista. Não nos bastam conceitos abstratos; nós temos de partir, para atingir estes fins, de descrições concretas. Temos de saber o que a dominação imperialista produz nos diferentes níveis de organização da vida econômica, social e política, porque manieta as burguesias nacionais, corrompe o Estado capitalista periférico e pode 'modernizar dentro da ordem'. [...] é claro que o elemento maior é o imperialismo e a dominação imperialista. (FERNANDES, A1978, p. 114).

Compreender a dinâmica do imperialismo é central, devido a suas dimensões teóricas, práticas e a seu alcance econômico, social e político. O estudo da dimensão teórica permite analisar os fatos nus e crus da realidade da América Latina, através do pensamento objetivo e da luta política, com o propósito de fundir o antiimperialismo ao anticapitalismo. Assim, seria possível repor, no horizonte, a alternativa da emancipação socialista como uma das tarefas substantivas dos trabalhadores na luta de classes. Os fatos nus e crus e a superação de conceitos abstratos para explicar o imperialismo são descritos por Florestan a partir da concepção de dupla articulação que compõe a dominação burguesa no capitalismo dependente sob o capitalismo monopolista. Este alcança a nação de forma nefasta:

> No nível econômico, ele acelera o crescimento econômico mantendo e até aprofundando a distância relativa entre as classes possuidoras; no nível social, ele preserva ou agrava as funções das desigualdades como obstáculo ao equilíbrio e à expansão do regime de classes propriamente dito; no nível político, ele impede o verdadeiro enquadramento social das estruturas de poder do Estado, já que se limita a identificar essas estruturas com a dominação autocrática da burguesia. (FERNANDES, A1995b, p.130).

Silveira (B1978), ao analisar o livro a *Revolução burguesa no Brasil,* salienta que em Florestan a temática da dominação imperialista ganha concretude e chão histórico na especificidade do capitalismo dependente, especialmente através da dupla articulação entre as burguesias interna e externa, compondo uma mesma unidade, que é a estrutura da sociedade brasileira. De outra forma, observa-se:

> a dupla articulação econômica que caracteriza a estrutura da sociedade brasileira: interna e externa. Articulação interna: entre os diferentes setores econômicos internos, e suas distintas formas de produção e, por conseguinte, da exploração do trabalho, que

> implicam em formas relativas de subdesenvolvimento. Articulação externa: entre a economia brasileira e, particularmente, alguns setores desta, e as economias centrais, o que supõe certas modalidades de dependência. Tomadas isoladamente, cada uma dessas articulações, não se percebe certamente a novidade do texto. [...] A novidade do texto, então, não é mera referência a essas articulações, mas a forma pela qual se concretizam na sociedade brasileira. O autor nos mostra não só como tais articulações se concretizam – interna e externa – mas também – e aí talvez resida o ponto mais importante – como se articulam entre si. Isto é, para além de qualquer tipo de relação mecânica entre o interno e o externo, procura demonstrar dialeticamente que essa dupla articulação faz parte de uma mesma unidade: a estrutura da sociedade brasileira. O externo – a dependência – não é tomado como uma referência para se compreender o interno. (SILVEIRA, B1978, p. 187).

Como afirma Silveira, a contribuição de Florestan é descrever a especificidade da transformação capitalista no Brasil sob o capitalismo monopolista e a política do imperialismo com base na unidade da dupla articulação que mantém, relaciona e recoloca o moderno com o arcaico. Isso explica a manutenção da desigualdade social apesar dos vários planos estatais e os permanentes discursos para erradicá-la. Na realidade, o desenvolvimento desigual produz essa desigualdade social que é funcional ao padrão de capitalismo requerido na periferia sob o imperialismo.

Na descrição e na configuração do imperialismo na realidade brasileira, Florestan supera as análises abstratas que pressupõem uma relação mecânica do externo determinando as condições de operação do interno. Ele explica que a opção pelo capitalismo dependente tem por base a formação e o desenvolvimento da dupla articulação (interna e externa) que integra e compõe a unidade de dominação, de exploração e da extração de mais-valia na estrutura da sociedade brasileira.

Florestan supera a mera referência à articulação entre o externo e o interno porque explicita como se dá essa articulação. O capitalismo dependente tem como característica estrutural a dupla articulação que, a partir de dentro, tem como expressão vital a articulação dos setores modernos com os setores arcaicos da economia. Esta articulação mantém e aprofunda o desenvolvimento desigual na

sociedade. Na outra face desta articulação, a burguesia interna é pró-imperialista, porque faz a opção de articular-se com a burguesia externa.

Nas palavras de Florestan:

> O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou *atual,* ao que vinha de antes, ou seja, o 'moderno', o 'antigo' e o 'arcaico', aos quais nem sempre pode destruir e, com freqüência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, C1975, p.268-269).

A modernização industrial advinda com o capitalismo monopolista impõe à periferia a superposição de estruturas econômicas avançadas e arcaicas, objetivando criar nichos de desenvolvimento para universalizar certos padrões. Como conseqüência, tem-se o aprofundamento das desigualdades sociais. Esta unidade (dupla articulação) permite, a Florestan, cessar qualquer ilusão de que sob o capitalismo monopolista possam se constituir burguesias antiimperialistas, porque os interesses do capital privado externo são primordiais na implantação no padrão de capitalismo na região.

De acordo com Florestan:

> O capitalismo monopolista terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outra extracapitalistas. Não poderá eliminá-las por completo, pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia. Em outras palavras, para se aninhar e crescer nas economias periféricas, esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar formas econômicas variavelmente

> ‘modernas’, ‘antigas’, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível. (FERNANDES, C1975, p.269).

O debate, na sociedade dos anos 1950 e início dos anos 60, especialmente no campo da tradição marxista, objetivava compreender a realidade não-clássica do capitalismo (Baran) e a sua relação com os estudos sobre imperialismo (Rosa, Lênin). Nas análises dos diferentes teóricos da dependência, foram empreendidos grandes esforços intelectuais para explicar a nova situação advinda com o capitalismo monopolista e que gerou conseqüências nefastas na expansão deste na periferia.

Florestan não esteve imune a este contexto, o que pode ser comprovado por afirmação presente no trabalho que redigiu em 1966[94], quando destaca ter descoberto as duas faces de penetração dos Estados Unidos nos países da América Latina. A primeira face é a da crescente expansão das grandes empresas corporativas, com suas políticas para os países da região. A segunda, é a da exportação pelo Departamento de Estado americano de uma política cujo objetivo era o de que os países jovens ‘adotassem’ “a doutrina da submissão passiva e do controle militar, como se a democracia constituísse um artigo de luxo.” (FERNANDES, A1968, p.8).

A descoberta desta dupla face da intervenção dos Estados Unidos, nos países da região, permitiu, a Florestan, aprofundar as análises sobre a realidade do capitalismo global (fase do imperialismo), que tem vínculos e associação direta com a expansão do capitalismo no Brasil na sua forma dependente. Torna, assim, essencial apreender as especificidades do atual contexto civilizatório sob o imperialismo, pois “trata-se de explicar, primeiro, ao que conduz o novo tipo de expansão do capitalismo industrial nos países desenvolvidos: industrialização

[94]Este trabalho encontra-se no livro *Sociedade de classe e subdesenvolvimento,* organizado como Capítulo 2 e intitulado “Dinâmica de Mudança Sociocultural no Brasil”.

divorciada dos interesses nacionais [...] subjugada aos países cujas economias controlam o processo, a partir de fora." (FERNANDES, A1968, p.9-10).

Exemplos da análise concreta da ação imperialista nos países periféricos podem ser encontrados nos depoimentos do autor ou em muitos de seus ensaios, particularmente, quando expõe os fundamentos teóricos e ideológicos da discussão da modernização e, também, dos mitos criados pela economia burguesa. Embora a discussão sobre o imperialismo tivesse centralidade nos anos 1960, em diversos setores das universidades americanas esta temática não tinha ressonância ou era considerada inadequada para explicar a realidade. Por isso, em entrevista, Florestan relata que teve:

> vários conflitos com colegas americanos, mais do que com europeus [...] pois, assim como ficam doentes quando ouvem falar em imperialismo, se irritam diante do uso consistente do conceito de dependência e da difusão dessa teoria. Eles preferem lidar com conceitos abstratos, evasivos, para explicar as coisas, 'não dar nomes aos bois' e confundir os vários processos na vala comum da 'teoria da modernização', vista unilateralmente como modernização dependente e controlada de fora (FERNANDES, A1978, p.112)[95].

A explicação dos tentáculos do imperialismo no campo teórico das Ciências Sociais tornou patente a ideologia da modernização (idéias políticas relacionadas ao interesse de uma classe)[96] que vem sendo 'imposta' através da dupla articulação, pois esta

---

[95] Confirmando esta análise de Florestan, quanto à recusa da auto-imagem de imperialista nos diferentes espaços institucionais dos EUA, afirma Tariq Ali, em entrevista (C2006): "o imperialismo não é uma palavra usada com freqüência no discurso polido nos Estados. Em todas as minhas viagens pelos Estados Unidos, sempre achei o país muito estranho - esta é uma palavra de que os americanos não gostam. Em parte por causa da Guerra Fria e em outra parte porque desafia sua auto-imagem. Mas foi uma palavra bastante usada na época em que o império britânico dominava. As revistas liberais nos Estados Unidos atacavam constantemente o império britânico [...] ao mesmo tempo que a Revolução Russa acontecia, Woodrow Wilson decidiu ser o momento de uma grande intervenção americana, porque os planejadores americanos começaram a temer que a ameaça aos interesses capitalistas na Europa também pudesse ameaçá-los a longo prazo. Foi quando decidiram que precisavam atuar no cenário internacional. Eles estavam bem satisfeitos de serem um poder imperial regional até então. Esta decisão mudou basicamente o curso da política – tanto nos Estados Unidos como no mundo." (p.20).

[96] Ideologia de acordo com dicionário marxista "pouco depois da morte de Marx, o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. A princípio não perdeu necessariamente a sua conotação crítica, mas surgiu uma tendência a colocar esse aspecto em segundo lugar. Os novos significados tomaram principalmente duas formas, ou seja, uma concepção da ideologia como a

> representa uma extensão do mercado mundial, das instituições, valores e técnicas sociais das nações hegemônicas – em particular de sua superpotência – e do espaço histórico transnacional de que seus estados precisam para poder operar, em escala mundial, todos os complexos políticos do capitalismo oligopolista da era atual. Por isso, convém que eu ponha em evidência: primeiro, como e por que a modernização (que não é produzida por via endógena) se impôs à periferia como uma extensão do espaço histórico das nações centrais, mediante métodos imperialistas (deixarei de lado os aspectos relativos ao modo específico ou violento da 'conquista global' de espaço); segundo, o que singulariza a modernização no contexto das correntes históricas que aplicam a incorporação autoritária (via FMI, por exemplo) e a privatização como requisitos funcionais do modelo nascente de desenvolvimento dependente e associado, dito impropriamente 'neoliberal.' (FERNANDES, A1995b, p.149).

O outro exemplo é o combate à articulação entre as políticas do capital financeiro e os dogmas e os conceitos que vão sendo construídos nas políticas de governo, nas instituições multilaterais, na mídia, nas universidades etc. A base destes dogmas e conceitos é meramente ideológica e tem como objetivo justificar a manutenção, o desenvolvimento e o aprofundamento da ordem burguesa[97]. Florestan (A1968, p.9) procurou analisar o dogma naturalizado – pela política norte-americana e pelas classes conservadoras brasileiras – da estabilidade política como elemento essencial e central na plena realização do crescimento econômico nos países dependentes. Inicialmente revela que há uma invasão de categorias do pensamento econômico em detrimento das análises sócio-históricas na área das

---

totalidade das formas de consciência social – que passou a ser expressa pelo conceito de 'superestrutura ideológica' – e a concepção da ideologia como as idéias políticas relacionadas com os interesses de uma classe" (LARRAIN, C1988, p.185). Nesta tese assume-se ideologia como concepções políticas vinculadas aos interesses de classe.

[97] Neste pacote, atualmente, podem ser incluídas as falsas "novidades" da discussão sobre a globalização e neoliberalismo que, na verdade, ocultam o aprofundamento do imperialismo no mundo atual, especialmente devido ao desaparecimento da URSS e do regime socialista nos países do leste-europeu. Este fato coloca para as forças de esquerda um falso dilema, que é a luta contra o neoliberalismo, ao invés da luta pelo socialismo. Seria de alguma forma a reedição da concepção da etapa democrática burguesa, especialmente porque, com o fim da URSS e dos países socialistas do leste europeu, o horizonte socialista encontra-se distante ou quase impossível para muitos destes setores da esquerda. Então a luta principal é contra o neoliberalismo?

Ciências Sociais, o que termina por ocultar a essência da estrutura, ou seja, a íntima relação entre economia e política[98].

1.2.1) A dominação externa imperialista no Brasil e o desenvolvimento do capitalismo dependente

De acordo com o *Dicionário do pensamento marxista, a* teoria do imperialismo supõe três elementos que podem ser encontrados na reflexão crítica de Florestan: "(1) a análise da acumulação capitalista, (2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios e (3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em países." (WEEKS, C1988, p. 187). O primeiro elemento será analisado mais adiante e, na Tabela 05, tem-se uma visão geral e sintética da periodização do capitalismo na produção de Florestan.

[98] Florestan, quando procura entender o tipo de crescimento econômico no período de Emergência e Expansão do Mercado capitalista moderno (vinda da família real para o Brasil), destaca os seguintes aspectos: primeiro, a ausência de uma autêntica reforma agrária e segundo, o complexo econômico colonial que deu norte ao crescimento econômico. Isso vai gerar no plano social a manutenção do quadro de extrema concentração de renda herdado do período colonial. No desenvolvimento posterior (1875-1930), fase difícil do nosso crescimento econômico, a infiltração do capital financeiro internacional "marca uma nova etapa nas relações com o capital estrangeiro e assinala o advento de uma nova era, na qual aquele capital se transformaria numa força sócio-econômica internacionalizada, atendendo a seus interesses especulativos através de atividades organizadas internamente e destinadas a satisfazer necessidades de consumo internas." (FERNANDES, A1968, p.141). A permanência do complexo da economia colonial – responsável pelo grosso do crescimento econômico –, a dificuldade que esta economia impunha para a realização da integração econômica e a conseqüente dificuldade de superação da extrema concentração regional, vão impor uma dependência econômica interna aos centros de decisão das nações hegemônicas.

Tabela 05

Periodização da dominação externa e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil		
Padrões de dominação externa na América Latina[99]	**As fases do capitalismo na história moderna da sociedade brasileira[100]**	**Fases socioeconômicas da evolução do sistema de produção e de dominação econômica[101]**
Dominação tipo básico do antigo sistema colonial	Ordem social escravocrata e senhorial (p.151).	Era colonial O controle era direto da metrópole.
Dominação neocolonial (fim do séc. XVIII até terceira ou quarta década do século XIX)	Fase de eclosão de um mercado capitalista moderno (1808 até 1860), Utiliza conceitos externos a ortodoxia marxista.	Era de transição neocolonial (1808 até 1860).
Dominação imperialista: o capitalismo torna-se dependente (1850 até década de 1950). Influência externa alcança todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura	Fase de formação e expansão do capitalismo competitivo dependente (1860 até 1950).	Era da emergência e expansão de um capitalismo dependente (1860 até os dias atuais)
Dominação imperialista total (a partir dos anos de 1950 em diante) Expansão das grandes empresas corporativas - novo estilo de organização na produção e nos demais âmbitos da sociedade	Fase do capitalismo Monopolista dependente (Final da década de 1950; assume caráter estrutural posterior ao golpe civil-militar de 1964).	

Existem três referências de periodização na produção de Florestan. Na primeira coluna encontram-se as diferentes fases da dominação externa na América Latina e as demais colunas referem-se às fases de concretização do capitalismo no Brasil.

Podem-se destacar dois aspectos deste quadro. O primeiro é que a dominação externa faz parte da realidade da América Latina desde a colônia.

> com semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produto da 'expansão da civilização ocidental', isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve início com a 'Conquista' – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, A1975b, p.11).

[99] Fonte: Fernandes, F**.** ***C****apitalismo dependente e classes sociais na América Latina.*
[100] Fonte: Fernandes, F. *Revolução burguesa no Brasil.*
[101] Fonte: Fernandes, F. *Circuito fechado.*

Um segundo aspecto é quanto ao desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Florestan, o Brasil não foi capitalista desde o seu descobrimento[102]. Para o autor:

> a análise da sociedade escravocrata e senhorial esbarra em muitas dificuldades. Assim como se negligenciou a busca de conceitos e de categorias históricas adequadas à compreensão, descrição e interpretação da escravidão mercantil, também se tem negligenciado a procura de uma maior precisão no uso de conceitos e categorias históricas apropriados à compreensão, descrição e interpretação da sociedade escravocrata e senhorial, que se montou, desde o período colonial, sobre a base material da produção escravista. Suscitaram-se falsos debates, resultantes de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como tentativa de restabelecer a 'sociedade feudal' sobre a escravidão mercantil. Ou proscreveram conceitos, como o de castas e de estamento, essenciais para a explicação das sociedades estratificadas nas quais a desigualdades econômica, social e política não se vincula ao capital industrial (e, portanto, à institucionalização do trabalho livre e da mais valia relativa). (FERNANDES, A1979b, p.30).

Paiva considera que Florestan tem como centralidade estudar para além do determinante global do sistema colonial, pois interessa "investigar a forma particular que este conjunto indeterminado de elementos assume na relação colonial entre Portugal e Brasil" (B1991, p.181). Especialmente, em relação à "centralidade do tráfico negreiro no processo de valorização pré-capitalista e acumulação primitiva de capital." (PAIVA, *op.cit.*, p.182). Para Paiva, a interpretação de Florestan, quanto ao modo de produção escravista, impõe-se diante da seguinte análise:

> O escravismo é instrumento em si mesmo. É por isso que Florestan, sem abandonar sua perspectiva original, pode afirmar 'embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da 'energia animal em geral', porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o

[102] Este foi um debate importante deste período. Florestan está dialogando e marcando diferença com a tese sobre a existência do feudalismo defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Caio Prado e outros, Brasil foi capitalista desde o descobrimento. O aprofundamento desta discussão não faz parte desta tese e constitui um percurso de estudo interessante na produção de Florestan.

> organismo humano fosse uma máquina'[103] . Desta forma, rompe-se com o falso antagonismo das leituras que pretendem dar uma primazia absoluta seja ao tráfico, seja à produtividade superior do escravismo na explicação da recriação desta relação social no Novo Mundo. Ambos os fatores estão na explicação do escravismo colonial. (PAIVA, *op.cit*., p.186).

Paiva sintetiza a definição de Florestan sobre sistema produtivo escravista, da seguinte forma:

> Vale dizer: visando o atendimento mesmo das funções precípuas do antigo sistema colonial, montou-se no Brasil um sistema produtivo escravista cuja tônica será dada por seu caráter não-patriarcal mas mercantil. Este sistema envolverá formas de extração de sobre-trabalho que retiram da violência física e de uma brutal concentração da renda e da propriedade seu substrato. A conseqüência necessária é uma tensão social e política interna permanente que leva os senhores a operarem cotidianamente no sentido de inibirem o desenvolvimento dos focos de tensão pelo aprofundamento da rígida segmentação horizontal (representada no enrijecimento da ordem estamental e de castas) e vertical (representada pela autarquização relativa das células econômicas e inibição da integração propriamente social dos agentes subordinados) da sociedade colonial. (PAIVA, *op.cit*., p.191).

Nas descrições da periodização do capitalismo, Florestan estabelece relação da colônia com a lógica mercantil:

> O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um *sistema de produção colonial,* estruturado e dinamicamente adaptado à natureza e às funções das colônias de exploração. O caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos. Os que afirmam que o sistema de produção colonial, assim constituído, não era feudal, estão certos, porque tal sistema de produção requer um contexto histórico no qual o feudalismo seria uma aberração regressiva. Todavia, na ausência de um mercado interno capaz de funcionar como autêntico mercado de 'tipo burguês', e dada a própria estrutura das relações econômicas imperantes no sistema de produção colonial (predominantemente fundadas em modalidades diretas de apropriação da pessoa, bens e serviços dos trabalhadores), o modo de produção vigente só era 'moderno' no sentido de adaptar riquezas às funções que deviam ser preenchidas pelas colônias de exploração, em virtude de sua articulação

[103] (FERNANDES, A1979b, p.16 *apud* PAIVA, *op.cit*., p.186).

> econômica, legal e política às economias e às sociedades metropolitanas da Europa. Em resumo, o mercado e o sistema de produção colonial não atuaram (nem podiam atuar) como fontes de incubação de evoluções econômicas, sociais da sociedade colonial. A transformação do mercado, primeiro, e do sistema de produção, em seguida, operou-se graças a efeitos acumulativos de um novo padrão de incorporação ao espaço econômico, sócio-cultural e político das nações hegemônicas da Europa. (FERNANDES, A1975b, p.48-49).

A eclosão de um mercado capitalista moderno teve como marco histórico o período da vinda da família real e da abertura dos portos às nações amigas. Ele afirma que primeiro operou-se a transformação do mercado e, só mais tarde, a partir de 1860, que se forma e expande-se o modo de produção capitalista (1860 em diante). No processo de eclosão do mercado, a dominação externa surge como um processo econômico que permitiu dinamizar a revolução industrial em curso na Europa.

A partir de 1860, constitui-se o fato histórico que Lênin denominou de Imperialismo e que marca o tipo de capitalismo que se consolidará no Brasil, ou seja, um capitalismo dependente[104]. Entretanto, esta dependência não significou que o centro de poder de decisão era apenas externo, mas, que se organizava em associação com os interesses internos da burguesia que vivia no Brasil.

Na produção de Florestan, a dominação imperialista no Brasil se desenvolve em duas fases. A primeira fase, denominada imperialismo restrito, corresponde ao período histórico de 1850 até a década de 1950. A segunda, denominada imperialismo total, inicia-se após a década de 1950, tendo como ápice organizativo o golpe civil-militar de 1964. Esta última corresponde à época de expansão das grandes empresas corporativas na região da América Latina. (FERNANDES, A1975b).

O imperialismo restrito surge na nossa realidade articulado à reorganização da economia mundial. A dominação neocolonial foi:

> uma fonte (através do 'comércio triangular') de acumulação de capital nos países europeus, especialmente a Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Quais eram

[104] Miriam Limoeiro Cardoso tem desenvolvido pesquisas na produção de Florestan com o objetivo de compreender o conceito de capitalismo dependente.

> estas mudanças na economia mundial? Como explicar a transformação da dominação neocolonial, cujo objetivo era econômico e se organizava de forma indireta, para uma dominação imperialista na qual as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural? (FERNANDES, *op.cit.*, p.16)

Hobsbawm, ao analisar a situação da economia mundial no período denominado Era do Império (1875-1914), faz algumas indicações que possibilitam responder às questões mencionadas. Primeiro, põe foco na ampliação da economia em sua base geográfica:

> mercado internacional dos produtos primários cresceu amplamente (p.79) – fato que corresponde para os países periféricos da América Latina ao período da dominação neocolonial. Um outro aspecto diz respeito ao desenvolvimento do pluralismo industrial das diferentes economias e a sua ocultação devido à crescente dependência dos serviços financeiros, comerciais e da frota mercante da Grã-Betanha [...] ao enorme peso dos investimentos britânicos no exterior [...], [à] economia mundial[que] girava em torno de Londres e se baseava na libra esterlina (HOBSBAWM, C1988, p.80).

Nesse período, ocorrem mudanças no setor do mercado de bens de consumo, pois a produção de mercado de massa, que antes estava reduzida a satisfazer as necessidades básicas das massas (alimentação e vestuário), experimentou um notável crescimento, pois a associação de "uma tecnologia revolucionária [ao] imperialismo concorreu para a criação de uma série de produtos e serviços novos para o mercado de massa [...], cujo consumo era praticamente desconhecido antes de 1880. (HOBSBAWM, *op.cit.*, p.82).

Outros dois aspectos conformam a economia do período. Primeiro, "o crescimento acentuado, tanto absoluto como relativo, do setor terciário da economia, tanto público como privado" (*op.cit.*:83). Segundo, "a crescente convergência de política e economia, quer dizer, o papel cada vez maior do governo e do setor público" (*op.cit.*:83). Associada às mudanças referidas anteriormente, a

partir de agosto de 1914, a possibilidade real da guerra mundial esteve presente para os europeus. A obrigatoriedade do serviço militar torna-se uma regra e há um crescimento visível da indústria de guerra, que passou a produzir vários subprodutos da indústria em grande escala.

No contexto da repartição do mundo, o controle financeiro, a mercantilização de todas as esferas e os níveis sociais dependentes, foram implementados pelas grandes potências como expressão da concorrência entre estas, e assim:

> a Inglaterra [...] convertia todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais em puros negócios – as atividades dos estados nacionais na construção de uma infra-estrutura econômica, a especulação imobiliária em áreas rurais e urbanas, a diferenciação ou a expansão dos sistemas de comércio, de produção, de transporte, de trabalho, de saúde, de educação etc. O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a 'integração' do comércio interno, a 'proteção' dos interesses rurais ou da modernização da produção rural [...] Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas (FERNANDES, 1975b, p.17).

Este padrão de dominação imperialista (com todas as mudanças econômicas), ao instaurar o capitalismo dependente, produz conseqüências nefastas:

> Condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens de primários. [...] [e devido ao] malogro do 'modelo' de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações européias hegemônicas [...] [cuja] a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada (FERNANDES, *op.cit*., p.17).

No contexto pós-década de 1950, emerge um novo padrão de imperialismo consolidando uma segunda fase, cuja dominação é total. Este novo cenário de dominação, segundo Florestan, é o ponto essencial para explicar a natureza e a função da contra-revolução instituída no pós 1964. O imperialismo, na sua época de dominação total, "é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países

latino-americanos" (*op.cit.*, p.21). O surgimento do imperialismo total tem uma dupla base: uma, produto de fatores econômicos (grande empresa coorporativa) e outra, em que a influência determinante é política (existência da economia socialista).

Com relação ao fator econômico, o imperialismo total surge com a expansão de grandes empresas coorporativas que representam a implementação do capitalismo monopolista. Assim, ocorrem

> mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial (FERNANDES, *op.cit.*, p.20-21)

As grandes coorporações trazem para as sociedades dependentes novas estruturas organizacionais de produção, de marketing, de planejamento. De outro lado, o novo papel do poder financeiro nas empresas capitalistas e o controle interno das economias são operados pelos interesses externos, mas, para Florestan, articulados a partir de dentro. Estas novidades tiveram repercussão em diferentes setores da sociedade, pois as transformações e modernizações nas sociedades dependentes acontecem a partir das demandas do setor econômico e não das demandas sociais que beneficiem o conjunto da sociedade.

As grandes empresas agem através da utilização dos mecanismos financeiros, da articulação com as burguesias internas (aqui está caracterizada a dupla articulação), da corrupção, da utilização de outros meios de pressão, que antes eram protagonizados pelas empresas nativas[105]. O padrão econômico que conforma a atuação da grande empresa na realidade brasileira (hoje denominado

[105] Pode-se afirmar que a atual ênfase nas publicações acadêmicas e burguesas sobre a globalização, dissociada do capitalismo e do imperialismo, na verdade "implica acobertar a agudização das contradições e polarizações postas pela ofensiva do capital monopolista contra as classes trabalhadoras e pela essência imperialista do processo de transformações econômicas e políticas ocorridas a partir da crise de 1973/75, com o aprofundamento da dominação do planeta pelas grandes corporações capitalistas, tendo como retaguarda o sistema de poder das nações capitalistas hegemônicas e o 'Estado Imperial' norte-americano. (François Chesnais ocupa todo o primeiro capítulo de seu livro, "La Mondialization du Capital, Syrus, Paris, 1994", com o desvelamento de 'palavras carregadas de ideologia', que definem relações de dominação como se fossem parte do ar que respiramos ou "simples e inocentes palavras." (BARBOSA,C1996, p.2).

equivocadamente de política neoliberal) explica o louvor quase irracional aos privatismos.

Observa-se a realidade brasileira a partir dos anos 1950 e 60, com seus embates ideológicos e a política estatal de "transformar" o país pelo desenvolvimento econômico. Chega-se à conclusão de que o presidente Juscelino Kubitschek abre o país (para as grandes empresas) e o golpe civil militar, via Estado, cria as infra-estruturas para essas grandes empresas. Na década de 1990, toda esta infra-estrutura retorna para as mãos da iniciativa privada externa (grandes corporações) através das privatizações. Logo, está-se diante (não do neoliberalismo), mas da plena implementação do imperialismo total[106].

A base política para a implementação do imperialismo total é o surgimento e o pleno desenvolvimento da economia socialista. De acordo com Florestan, "enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação da concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo." (*op.cit.*, p.21).

As duas bases do capitalismo monopolista e da dominação imperialista total – expansão da grande empresa e influência política nos países periféricos – corresponderam à contra-revolução preventiva na realidade brasileira. Esta produziu, para os setores internos, estratégicos para a dominação externa, o aprofundamento da concentração de renda, do prestígio social e do poder. E de outro lado, manteve e aprofundou:

[106] A citação a seguir ajuda, segundo reflexão de Florestan, a fundamentar a conclusão citada: "o novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. A razão é facilmente compreensível. Não possuindo condições para um crescimento auto-sustentado, para a integração nacional da economia e para a rápida industrialização, os países capitalistas da América Latina estavam tentando explorar uma espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de expedientes improvisados e oportunistas. Enquanto o fluxo de capital externo e de controle financeiro chegava através da concorrência multinacional regulada pelo mercado mundial, algumas medidas protecionistas diretas ou indiretas podiam ser tomadas e reforçadas. Por outro lado, durante os períodos em que as influências capitalistas externas decresceram, os países da região encontraram oportunidades para a expansão interna, de acordo com aquele modelo (isso aconteceu em conexão com a I Guerra Mundial, a Grande Depressão, ou a II Guerra Mundial). O melhor estratagema sempre consistiu na absorção de meios para a produção de produtos importados e na seleção estratégica de importação de bens e serviços. Finalmente, em alguns países, o Estado foi capaz de construir e desenvolver indústrias básicas, através de empresas públicas ou semi-públicas, como uma base para a diferenciação da produção industrial, a aceleração autônoma do crescimento econômico e a integração nacional da economia." (FERNANDES, A19975b, p.21-22).

> a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes 'épocas históricas', mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista). (FERNANDES, A1975b, p.20).

A passagem citada permite entender a dupla articulação como constituinte do capitalismo dependente, pois as burguesias (interna e externa) são beneficiadas com esta articulação, sendo que as nações dependentes (como afirma Lênin) são fontes permanentes de excedentes econômicos e acumulação de capital para as nações capitalistas hegemônicas.

1.2.2) Elementos da base teórica sobre a temática do imperialismo em Florestan Fernandes

Na introdução da terceira parte do livro a *Revolução burguesa no Brasil*, Florestan afirma que interessa verificar "a natureza do capitalismo (e, portanto, da transformação capitalista) que nos coube, graças à partilha no mundo." (FERNANDES, A1975, p. 202). Seu objetivo é localizar como o fenômeno do imperialismo conformará a natureza das transformações capitalistas, não apenas no seu aspecto de imposição do que vem de fora, mas, também, como a burguesia interna reagirá a esta imposição e por que opta pela articulação com representantes da política imperialista na realidade brasileira.

As reflexões de Florestan sobre o imperialismo podem ser encontradas nos seguintes livros: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*[107], *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*[108], *Revolução burguesa no Brasil*[109], *Brasil em compasso de espera*[110], *Em busca do socialismo*[111] e nas

[107] Cap. 1: "Sociedade de classes e subdesenvolvimento" (1967), Cap. 2: "Dinâmica da mudança sociocultural" (1966) e Cap.3: "Crescimento econômico e instabilidade política" (1966).
[108] Especialmente no ensaio *Padrões de dominação externa na América La*tina (1970).
[109] Destaque para a terceira parte do livro (1970).
[110] *O imperialismo e a revolução democrática* (1979).

Transcrições do curso "Análise de processos revolucionários". Em muitos destes ensaios, os autores clássicos com que Florestan manteve interlocução teórica foram Marx, Lênin e Rosa de Luxemburgo.

Em texto de 1967[112], Florestan vai dialogar com as contribuições de Weber, de Durkheim e de Marx para encontrar elementos nos clássicos da Sociologia e empreender a análise da especificidade do capitalismo no Brasil, já que "as economias nacionais dependentes organizam-se basicamente em função de condições, oportunidades e limitações impostas pelo mercado mundial e, através dele, pelas economias nacionais a que se articulam em posição heteronômica." (FERNANDES, A1968, p.38). Serão, portanto, as condições determinadas pela burguesia externa que irão, de forma associada, conformar as escolhas e as opções das burguesias internas, constituindo uma unidade orgânica.

Para entender o desenvolvimento econômico das sociedades periféricas, Florestan chegará à conclusão de que Marx oferece maior contribuição:

> [Marx] elaborou todo um esquema conceptual e explicativo que permite relacionar os componentes mais profundos da ordem social com as ebulições mais dramáticas de identificação ou de repulsão, que eles provocam na atuação social consciente dos homens. Por essa razão suas teorias são duplamente interessantes para os povos do 'mundo subdesenvolvido'. De um lado, elas ensinam como as coisas são. De outro, mostram se existem condições para elas se transformarem e o que fazer para assegurar este objetivo" (FERNANDES, A1968, p.43).

As descobertas de Marx sobre o modo de produção capitalista – cuja análise tem na Inglaterra o exemplo empírico para explicar os mecanismos de reprodução e de exploração – e a interlocução com Baran (1984), Lênin e Rosa permitem, a Florestan, aprofundar as análises deste modo de produção no caso específico do Brasil. Para Florestan, três aspectos em Marx precisam ser adequados para explicar as conexões entre capitalismo e classes sociais nos países periféricos, são eles: 1º) a

---

[111] *Imperialismo e revolução autocrática burguesa* (1974) e *Capitalismo dependente e imperialismo* (1974).

[112] Capitulo 1 intitulado "Sociedade de classes e subdesenvolvimento" (FERNANDES, 1968). É muito importante porque marca a passagem teórica de Weber para Marx, o que permite concluir que Florestan não foi um eclético como muitos de seus leitores afirmam. Por não ser este um eixo de reflexão desta tese, fica o registro para futuros estudos.

teoria de acumulação capitalista; 2º) a mercantilização do trabalho e 3º) as contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção.

Com relação ao processo de acumulação capitalista, é possível identificar o diálogo de Florestan com Marx, ao descrever a especificidade dos países periféricos e as diferenças com relação aos países desenvolvidos (especialmente na Inglaterra). As teses defendidas por Rosa de Luxemburgo, no livro sobre acumulação do capital (C1967), comparecem para explicar como a expansão capitalista nos países dependentes da periferia produziu e aprofundou conseqüências nefastas nas transformações capitalistas. Nestes as estruturas econômicas e sociais tendem a ser ininterruptamente reorganizadas pelos dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado mundial. De acordo com Florestan:

> O imperialismo representa uma partilha do mundo pelas nações capitalistas que naturalmente precisam conquistar matérias primas e mercado para os seus produtos. Agora, acontece que, é claro que a acumulação primitiva não se deu por aqui. Esta foi uma das fontes de acumulação primitiva, a mais importante está vinculada com a expropriação dos trabalhadores na Inglaterra, com a expulsão dos trabalhadores, com a separação do trabalhador dos meios de produção. Mas, o imperialismo envolve desde a origem, então, o domínio de colônias e o exercício de dominação direta ou indireta sobre nações de origem colonial. Quer dizer, se a nação não é mais colonial, ela será neocolonial ou então dependente. (FERNANDES, A1984b, tema 4, p.1).

Ao refletir sobre a teoria da acumulação primitiva nos países periféricos, Florestan visa compreender as diferenças, especialmente com relação às dimensões, aos significados e aos papéis que esta acumulação gerou nas transformações capitalistas. Isso significa que:

> as sociedades capitalistas subdesenvolvidas não contam com uma acumulação originária suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento econômico auto-suficiente, de longa duração, e para desencadear ou fomentar a implantação do capitalismo como um sistema sócio-econômico irreversível[113]. Do mesmo modo, ela não concorreu para destruir as estruturas econômicas e sociais arcaicas, em um clima de verdadeira pilhagem, mas de mudança

[113] Neste ponto ele remete ao estudo de Baran sobre a comparação entre Índia e Japão, destacando como este repeliu a colonização.

> interna e acelerada, tanto na esfera da economia rural [...] quanto na esfera da economia urbana. [...] Na verdade, a transição inicial das economias coloniais para o capitalismo moderno se fez, nos países subdesenvolvidos, sob o impulso da inclusão no mercado mundial, a qual envolveu extensa e contínua transferência de capitais, técnicas e instituições econômicas, agentes humanos treinados das nações européias, que controlavam aquele mercado, para as nações emergentes ou para as colônias. Além disso, o aproveitamento das riquezas previamente acumuladas, absorvidas quase sempre por grandes proprietários rurais ou grandes negociantes, geralmente não coincidiu nem nunca levou a algo similar às revoluções agrícola e comercial, de estilo europeu. [...] as estruturas econômicas e sociais, constituídas sob a égide do sistema colonial, permaneceram mais ou menos intactas, ao lado das novas estruturas sociais e econômicas, criadas sob o impulso da expansão urbana e da implantação do setor capitalista correspondente, montado através de processos de modernização incentivados, orientados e comercializados a partir de fora. (FERNANDES, A1968, p. 44 e 46).

A longa passagem citada remete a duas discussões essenciais sobre o ponto inicial do capitalismo e do imperialismo nos países periféricos. Primeiro, a acumulação originária de capital não contou com uma base que pudesse manter um desenvolvimento auto-sustentado. No entanto, o diálogo com Baran permite afirmar que essa limitação inicial não é suficiente para explicar a dependência atual. Impõe-se a compreensão da articulação das estruturas econômicas e sociais arcaicas com as mudanças econômicas aceleradas através da incorporação ao mercado capitalista mundial.

Um outro aspecto é que, com esta incorporação, ocorre a transferência e a assimilação de capitais e técnicas dos centros hegemônicos (na realidade brasileira, na Inglaterra e depois os Estados Unidos), que se impõem de fora e articulam-se a partir de dentro. Cabe destacar que essa transferência acelerada não correspondeu às revoluções articuladas e concomitantes ocorridas nos países que realizaram a revolução burguesa clássica (revolução agrária, burguesa e cultural).

É possível concluir que, nos países dependentes, sob o imperialismo, a "acumulação originária de capital associou-se, em termos de interesses comuns defendidos conscientemente, mesmo no nível político, ao fluxo permanente do capital externo, sem nunca disputar com os centros hegemônicos sequer as posições estratégicas de controle do crescimento econômico interno".

(FERNANDES, A1968, p.47). Portanto, com a consolidação do imperialismo total, a possibilidade, mesmo que no campo ideológico, de um capitalismo de base nacional torna-se impossível.

Lênin é outro autor com o qual Florestan estabelece diálogo na constituição do seu arcabouço teórico. Para Florestan, a contribuição de Lênin ao marxismo abrange os seguintes aspectos: a) análise sobre a penetração do capitalismo na agricultura; b) estudo sobre as condições e os efeitos do imperialismo; c) compreensão da função da guerra e da revolução; d) sistematização sobre a concepção do Estado e da utopia na perspectiva marxista; e) campo da ação revolucionária[114]. Interessa, neste ponto, o estudo de Lênin sobre o imperialismo para alcançar a sua significação na produção de Florestan.

A especificidade da história do capitalismo permitiu que Lênin compreendesse que os cartéis passaram a fundamentar toda a vida econômica. A transformação essencial é que os cartéis vão dominar a dinâmica da produção e impor os acordos que determinam condições de venda, prazos de pagamentos, repartição do mercado de venda, quantidade de produtos que devem ser fabricados, preços e distribuição dos lucros entre as diferentes empresas.

Ao estudar as conseqüências dos cartéis e do monopólio, Lênin afirma que Marx analisou com exatidão a função da concentração e da expropriação para o pleno desenvolvimento do capital:

> [estas possibilitaram] a criação violenta dos proletários sem direitos, a disciplina sanguinária que os transformou em assalariados, a ação grotesca e sórdida que aumenta o grau de expropriação do trabalho por métodos policiais a fim de acelerar a acumulação do capital [...] A expropriação da população rural cria imediatamente apenas grandes proprietários de terras (MARX, C1975, p.860)

Os trabalhadores que ficaram sem terra e sem meios para garantir sua subsistência tiveram de se submeter a salários determinados pelas legislações

114 Para Florestan, foi esta última contribuição que propiciou a transmutação leninista do marxismo, pois "Lênin se impôs como tarefa de sua vida a adequação instrumental, institucional e política do marxismo à concretização da revolução proletária. O marxismo, depois de Lênin, não é mais a mesma coisa, porque ele incorporou um 'modelo' de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado." (FERNANDES, A1978c, p.16).

(Marx, C1975: p.856) que atendiam aos interesses do capital (o benefício de uns poucos sobre a maioria da população). Esta situação, decorrente da expropriação, da exploração e da concentração, esteve presente na constituição do capitalismo e será hegemônica e mais intensa na fase do imperialismo, ou seja, no capitalismo monopolista.

Nesta fase imperialista, a situação aprofunda-se e torna-se insuportável, porque:

> a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Isto nada tem já que ver com antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que se não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. (LÊNIN, *op.cit.*, p.593).

Ainda segundo Lênin, "o monopólio, logo que tenha se constituído, reúne milhões, penetra forçosamente em todos os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras 'contingências'". (*op. cit.*, p.618)

Lênin destacou cinco características econômicas que serviram de base à teoria do imperialismo, denominada fase superior do capitalismo: concentração da produção e do capital, novo papel ocupado pelos bancos, importância assumida pela exportação de capitais, formação de associações internacionais monopolistas e o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas. Para analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Florestan dará acento às duas últimas características, pois estas explicam os aspectos centrais da partilha do mundo (entre as corporações e as nações hegemônicas) e imprimem contornos novos e específicos à política colonial sob o imperialismo.

Estes novos contornos da política colonial vão alimentar o ciclo básico de exploração e de reprodução do modo de produção capitalista: o mercado mundial expande-se, intensifica e aumenta a exportação de capitais; criam-se, de forma ampliada, as relações com as colônias, com o estrangeiro, com as zonas de

influências dos grandes capitalistas monopolistas, formando-se quase "naturalmente" os cartéis internacionais.

Ao descrever as particularidades econômicas do imperialismo, Lênin ressalta dois tipos de partilha: as que foram realizadas entre as associações capitalistas e a partilha entre as grandes potências. A primeira partilha tem gerado um imenso grau de concentração:

> as associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, *trusts* – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as 'esferas de influência' das maiores associações monopolistas, a marcha 'natural' das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. É um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores (LÊNIN, C1979, p.625).

Com relação à segunda partilha, embora a política colonial e o imperialismo existissem antes do modo de produção capitalista, a diferença essencial é que:

> a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias primas [...] a posse das colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário. (LÊNIN, C1979, p.637)

> O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para anexação *não só* das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma *nova partilha,* a estender a mão sobre todo o tipo de território; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia. (LÊNIN, C1979, p.643)

Nos processos de luta empreendida pelas potências imperialistas pelo controle das nações mais fracas, resulta que parte das atividades de produção de mais-valia é transferida para esses países, e, dessa forma, eleva-se a taxa de mais-valia e de produtividade quase equivalente ao Estado de origem do capital produtivo. É importante ressaltar que esse processo é acompanhado da exportação de capital-dinheiro, destinado a financiar obras de infra-estrutura. A conseqüência é o imperialismo não conter o aprofundamento da transformação capitalista nas nações oprimidas e exploradas. E, sim, criar, em unidade com as burguesias destas nações, tipos específicos "que condicionam a existência de um valor mais baixo da força de trabalho, impedem um pleno desenvolvimento industrial sustentado, bloqueiam a solução do problema agrário e deprimem os aspectos democráticos e nacionais da revolução burguesa em atraso." (BARBOSA, C1996, p.16).

Neste ponto é que Florestan encontra justificativa para articular a teoria do imperialismo com a dependência, pois esta se constituiu como forma estrutural específica dos países que sofrem a colonização e se encontram emaranhados na dependência econômica, política e diplomática. Cabe destacar que Baran (1984) também irá estudar a Índia e o Japão, ou seja, ele trabalhou com duas formas variadas de dependência. As variadas formas de dependência aparecem em Lênin, no seguinte contexto:

> é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional , que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias, – mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática [...] [ao citar a relação da Argentina com a Inglaterra conclui no parágrafo seguinte] Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro-e à sua fiel 'amiga', a diplomacia – da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política. (LÊNIN, C1979, p.639) (Destaque da autora)

A contribuição de Lênin à temática do imperialismo diz respeito à apreensão que faz da totalidade dos processos de luta e de alianças das potências imperialistas pelo domínio das nações mais fracas. Com base nesta totalidade, ele teve condições de ampliar o campo de investigação para além da disputa de hegemonia entre as principais potências (isoladamente ou em alianças). Alçou, assim, o enlace profundo e orgânico dos Estados imperialistas e das estruturas de poder internacionalizadas, com as estruturas de poder mantidas sob controle das classes dominantes *dos Estados dependentes e subordinados*. (BARBOSA, C1997, p.15). Estes países são independentes, mas sob dependência financeira e política, estão de fora e de dentro completamente emaranhados nas demandas do grande capital monopolista.

A dependência está relacionada não apenas com a intervenção pela força militar, mas, principalmente, pela imposição da política internacional que se apresenta submetida ao capital financeiro. Florestan Fernandes descreve, no contexto da repartição do mundo, o papel do controle financeiro entre as grandes potências e suas conseqüências para os países dependentes[115].

Florestan explica que a situação de dependência pode ter o estatuto de um conceito teórico explicativo ou de ideologia, pois, quando da concomitância de Revoluções (capitalista e socialista), os governos dos países periféricos têm condições de optar por uma via ou outra. Assim eles "podem utilizar ideologicamente o conceito de dependência, não para ocultar a dominação imperialista, mas, ao contrário, para mostrar que a situação de dependência se vincula ao imperialismo. A dependência é criada por quem pratica a dominação externa." (FERNANDES, A1978, p.110). Florestan, no conceito de dependência, dá ênfase ao ângulo do dominado, pois "quando se fala de imperialismo, se explica o que ocorre *de fora para dentro*. Agora, resta saber o que ocorre *de dentro para fora."* (FERNANDES, A1978, p.111).

[115] Como exemplo histórico, Florestan cita como a Inglaterra convertia as mudanças em puros negócios nas emergentes economias pós-período colonial (FERNANDES, 1975b, p.17). Conforme discussão nesta Tese p.152ss.

2) O capitalismo dependente no Brasil e a exigência da "recapturação" das categorias centrais do marxismo: revolução e luta de classes

> K. Marx e F. Engels se devotaram diretamente à investigação dos modos de produção e aos efeitos da alteração ou dissolução dos grandes modos de produção. Por aí penetraram no estudo das formas antagônicas de sociedades e, também, das civilizações correspondentes. (FERNANDES, A1983, p.15).

> Para que a revolução tenha lugar, é necessário que os exploradores não possam viver e governar como antes. É somente quando 'os de baixo' não queiram mais e 'os de cima' não possam continuar a viver da antiga maneira, é então somente que a revolução pode triunfar. Essa verdade se exprime em outras palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afetando explorados e exploradores) (FERNANDES, A1984, p.33)

Neste segundo bloco procura-se analisar o debate sobre a temática revolução e explicitar a interlocução de Florestan com algumas categorias do materialismo histórico: revolução dentro da ordem e contra a ordem, luta de classes, concomitância de revolução e as especificidades da revolução burguesa no capitalismo dependente.

A centralidade da Revolução Cubana e suas conseqüências para o continente latino-americano são os eixos de análise, especialmente, quanto aos aspectos da intervenção norte-americana, considerando as esperanças revolucionárias que a revolução provocou na produção de Florestan e nos setores da esquerda. Ao trabalhar com a noção de época histórica e concomitância de revolução (burguesa e proletária), ele afirma que estas experiências civilizatórias precisam ser estudadas e compreendidas na produção científica para compreender o capitalismo e transformá-lo.

2.1) O conteúdo da produção e o seu contexto: A revolução em debate

> Quanto ao problema da lentidão ou rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende daquilo que se compare a esse desenvolvimento. Se se compara a época pré-capitalista da Rússia com seu período capitalista (e é justamente essa comparação que deve ser feita para a correta solução do problema), é forçoso reconhecer que, sob o capitalismo, a nossa economia se desenvolveu muito rapidamente. Mas se a comparação é feita entre esse ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento (LÊNIN, C1982, p.375).

> Significa que em certos países a passagem para a estrada do crescimento econômico e social é mais difícil do que em outros. Bem pode ocorrer, na realidade, que nos países particularmente assolados pelos desacertos estruturais acima descritos, que a estratégia do desenvolvimento tenha que ser diferente da empregada nas sociedades de estrutura mais favorável. A famosa lei do desenvolvimento desigual em Lênin sugere não somente que o processo histórico é diferente nas diferentes sociedades, mas também que o estágio atingido em qualquer momento dado difere de país para país. (BARAN, C1984, p.22).

> A Revolução Cubana encerrava uma época histórica e, o que é mais importante, abria a época histórica nova, impregnada de nacionalismo libertário, de antiimperialismo, de socialismo e de comunismo revolucionário [...] A pobreza e o subdesenvolvimento continuam lá, embora tenham deixado de ser um fator de desigualdades sociais e políticas, de exploração do homem pelo homem, de cruel hegemonia estrangeira. (FERNANDES, A1994, p. 72).

As três epígrafes reafirmam a influência teórica de Lênin e Baran no desenvolvimento das categorias luta de classes e revolução em Florestan. Com Lênin, existiu uma profunda solidariedade teórica, especialmente porque o leninismo para ele corresponde ao marxismo do século XX. Baran foi, no final dos anos 1950 e início da década 60, referência na tradição marxista quanto à produção sobre as transformações do capitalismo monopolista. Este autor desenvolveu

estudos teóricos sistemáticos sobre os processos de instauração e de expansão do capital, fora do eixo dos países capitalistas centrais. Também Baran, junto com Sweezy, buscou compreender as especificidades históricas do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial.

A temática da revolução ganha centralidade em Florestan a partir da preocupação com a revolução burguesa no Brasil, pois esta corresponde à nossa realidade imediata e por isso deve ser estudada e explicada. Para ele era mister conhecer a realidade, pois era o que faltava à esquerda da época (FERNANDES, A1980c, 86ss). Desde o período em que participou da Campanha de Defesa da Escola Pública, sentiu-se

> provocado a definir a *consciência burguesa* em termos de atuação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueado e continuaria a bloquear de modo crescente no Brasil a *revolução nacional* e a *revolução democrática* de corte capitalista." (FERNANDES, A1980, p.200).

A participação na Campanha foi uma das experiências que permitiu, a Florestan, reafirmar os equívocos da esquerda, ao propor a aliança de classe através do Programa Nacional Democrático. Para ele, o nível de resistência à mudança indicava problemas profundos nesta aliança entre classes, ou seja, esta não correspondia às exigências revolucionárias e o campo de ação deveria ser outro[116] (FERNANDES, A1980b, p.28).

[116] Em entrevista, Florestan analisa se a Campanha foi um erro. Ele afirma: "Não foi. Ela foi construtiva. Eu acho um erro querer refazer a campanha hoje, porque naquele momento havia toda uma consciência civilista, no sentido que a palavra civilista tomou no início do século aqui, principalmente através da campanha de Rui Barbosa e do que sobrou do Movimento Abolicionista. Havia dentro de um setor mais liberal ou radical da burguesia possibilidades de dinamizar uma relação com os problemas do país que era muito construtiva. Hoje não, pois estamos num período de recesso da contra-revolução e seria um engano pegar elementos que foram ativos num momento em que a burguesia estava em ascensão, tentando o controle do estado, criando novas formas de utilização do poder, no período em que ela está na autodefesa mais reacionária, sob a presunção de que as coisas vão ter o mesmo significado. [...] Não há mais ambiente para repetir aquela experiência. Eu vejo que há grupos tentando restabelecer a campanha, tentando animar um debate da mesma natureza. Tudo isso soa falso, porque agora o problema é muito mais de mobilização da classe trabalhadora para o fim de desenvolvê-la e de recrutar, através dela, os verdadeiros caminhos da revolução democrática" (FERNANDES, A1980b, p.27). No capítulo quatro, será discutida a questão da educação nas frentes nacionais e as esquerdas neste período.

Na década de 1960, para Florestan, houve problemas no âmbito das lutas pelas reformas de base, diz ele:

> houve um erro estratégico, não foi tático, o erro estratégico de pensar que, numa situação de dependência como a do Brasil, você tem um conflito irredutível entre a burguesia nacional e as burguesias estrangeiras. Por aí pensaram que se a burguesia nacional se fortalecesse, ela golpearia a dominação imperialista. Na verdade, nossa burguesia, como no resto da América Latina, é profundamente pró-imperialista, sempre nessa direção [...] aí entram questões que já analisei em profundidade, em vários trabalhos. É uma burguesia que teme arriscar as suas posições e prefere, numa luta contra o proletariado, agravar a repressão do que procurar no proletariado um apoio para lutar contra o imperialismo. Isso é constante na história do país. (FERNANDES, A1980b, p.29).

Florestan impunha, ao debate, a exigência de a esquerda brasileira conhecer a formação e o desenvolvimento do capitalismo. A situação de dependência tem como fundamento uma burguesia pró-imperialista que exerce a dupla articulação e, por isso, é incapaz de dinamizar uma vinculação com os problemas nacionais de forma criativa, para promover saídas positivas para o conjunto da sociedade.

Toda essa situação levou Florestan a assumir a tarefa teórica de compreender e explicar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o que restou das relações coloniais e o que coloca o país na órbita de um capitalismo dependente. De acordo com Heloisa Fernandes, o livro *Revolução burguesa no Brasil* surge a partir das fichas do curso sobre a "Formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira". Conhecer a formação e o desenvolvimento do capitalismo era a tarefa teórica assumida por Florestan a partir deste curso e, posteriormente, realizada com a elaboração do livro sobre a revolução burguesa.

No período que lecionou no Canadá (1970-1973) ou depois, já em terras brasileiras, quando se viu compelido a pelejar contra o isolamento imposto pela condição de exilado interno, Florestan Fernandes consegue renascer das cinzas[117].

[117] Um depoimento importante sobre este renascer das cinzas pode ser encontrado no seu livro *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*, no prefácio escrito por Heloisa Fernandes (SILVEIRA, H.F.; B1979): "em 1969, você [Florestan] foi premiado por sua dedicação: aposentadoria compulsória. Sei quanto isto foi duro. Mas você que saíra grande da Universidade

Este renascer significou que ele estava vivo para a sociedade, não só para a vida institucional. A revolução social[118] passa a ser a sua bússola teórica.

No entanto, este viver para a revolução não é um processo individual e exclusivo de Florestan, mas fazia parte do horizonte de muitas pessoas e partidos de esquerda. Nas análises de Guazzelli (C1993), o surgimento da Revolução Cubana na América Latina constituiu-se em um dos processos históricos decisivos na década de 1960 e nas posteriores tendo, pelo menos, três grandes conseqüências para a esquerda latino-americana e a esquerda mundial. Primeiro, a revolução cubana, na trilha inaugurada pelos grandes mártires do período da luta pela independência, recuperou com veemência o movimento antiimperialista e de ruptura com o capitalismo. Em segundo, esta ruptura provocou mudanças nas análises hegemônicas e nos comportamentos dos diferentes setores de esquerda, que consideravam necessária a revolução democrática burguesa e a aliança com setores progressistas da burguesia para alcançar um capitalismo mais criativo e capaz de encetar a transformação social requeridas pelos de baixo. Deste modo:

> Houve uma importante mudança no comportamento de setores da esquerda latino-americana, com o surgimento expansão de mobilizações que não mais correspondiam às tradicionais, mas que formulavam processos de ação revolucionária, abandonando antigas alianças com grupos 'progressistas'. (GUAZZELLI, C1993, p.14).

Essa mudança de comportamento deu novo ânimo à esperança no socialismo e inseriu, no debate e nas guerrilhas do continente, novas táticas e novos significados para a revolução, especialmente porque a Revolução Cubana evidenciou que:

---

agiganta-se ainda mais. Sua obra posterior foi crescendo, foram se quebrando as amarras da Academia. O espaço do socialista da apresentação e do cientista do texto se adensou. Hoje socialista e cientista estão fundidos em um só texto. As rachaduras que afligiam foram sendo preenchidas. Você se superou. Você está vivo não só para a Universidade, mas para a sociedade, para a revolução social." (B1979, p. xiv).

[118] Este conceito de Revolução tem como horizonte o contexto histórico da civilização do mundo moderno, sendo um processo de longa duração e supõe as seguintes tarefas do proletariado: superação das classes sociais antagônicas, da dominação de classe, das relações de desigualdades sociais e da divisão social do trabalho na sociedade civil.

> Era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio 'quintal', mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês. Neste caso, o sucesso revolucionário foi resultado das vitórias político-militares da guerrilha e do movimento (insurrecional) urbano dirigido pelo próprio Movimento 26 de Julho (M-26), o Partido Socialista Popular (PSB)] e o Diretório Estudantil Revolucionário. (BARÃO, C.B., C2003, p.263)

A terceira conseqüência da Revolução Cubana tem relação com a influência que exerceu sobre a esquerda através do exemplo da transformação da luta antiimperialista em ruptura com o capitalismo e a implantação do socialismo. As burguesias começaram a temer que o exemplo de Cuba fosse seguido pelos "de baixo" nos diferentes países da região. Como afirma Paes (C1995, p.16), a Revolução Cubana tornou mais intensa a Guerra Fria no continente latino-americano.

> O imperialismo norte-americano ampliou os horizontes da Guerra Fria, englobando a América Latina na sua estratégia de enfrentamento com a ameaça comunista. Elaboraram-se programas de treinamento para militares latino-americanos, incrementou-se o auxilio técnico e material as Forças Armadas e, especialmente, ideologizou-se a contra-insurgência na Doutrina da Segurança Nacional, que fazia oposição interna o alvo das Forças Armadas (GUAZZELLI, C1993, p.10)

No entanto, esse clima de confronto e conflito gerado pela Guerra Fria não era um privilegio da América Latina:

> no continente africano, convulsionado pelas guerras de independência, a bipolaridade EUA *versus* URSS coloriu as lutas de libertação e as duas superpotência chegaram a se confrontar abertamente no Congo. [...] na Ásia, a China, a Coréia do Norte e o Vietnã constituíram exceções no processo de descolonização, uma vez que esses países conseguiram sair da órbita da dominação ocidental (PAES, C1995, p.17).

Na América Latina, a Revolução Cubana impõe o endurecimento da Guerra Fria, no continente africano foram as lutas de libertação nacional. Portanto,

revolução e contra-revolução imperialista seguiam juntas na disputa pela dominação no Terceiro mundo.

No enfretamento do imperialismo, a discussão da revolução como frente nacional ou como teoria de foco fazia parte dos debates da esquerda marxista. É neste universo que se situa o relato de Rodrigues (B2004, p.310). Segundo ele, quando começou freqüentar a casa de Florestan, a relação entre eles transformou-se, "pouco a pouco o diálogo mudou, aprofundou-se. O tema [de discussão] passou a ser a revolução. Ambos a concebíamos como infinito absoluto, como objetivo sem o qual a vida perde significado". Portanto, a revolução, como objetivo central da vida de ambos, foi alimentada pelas diversas revoluções em curso, pelos debates, pelas ocupações das praças, das ruas e pela convicção profunda que portavam os trabalhadores, os estudantes e os intelectuais que reivindicavam a revolução como estratégia de transformação nos anos 60[119].

Este fato pode ser comprovado pelo depoimento de Mota sobre a época de estudante. Nos anos 1960 e 70, a revolução:

> foi um tema de efervescência e se debatia muito, se estava havendo uma revolução ou não. Florestan estava começando aí, a pensar aquilo que seria a Revolução Burguesa dele, que iria sair só no ano de 1975. Então, o Florestan, Caio Prado, a *Revolução brasileira* de 1966, Nelson Werneck Sodré, o Celso Furtado, *a Pré-Revolução Brasileira*... havia um debate sobre a revolução que era muito confuso mesmo, que nós achávamos que estava indo para uma revolução. 64 foi só um embate. [...] Estamos lendo os clássicos nestes últimos 10 anos e os amigos argentinos que vinham para cá ficavam tontos, porque a gente falava de revolução brasileira genérica, e eles perguntavam sempre a nós, com muita timidez "essa revolução que vocês tanto falam, já aconteceu, está acontecendo ou vai acontecer?" [...] Não se via nitidamente [...] as tais etapas do Nelson Werneck Sodré, não se via a mesma periodização da França, mas se lia assim... Se lia o Dezoito Brumário, se lia a ideologia alemã do Marx (MOTA, B2006, entrevista à autora)

[119] Um exemplo histórico de ocupação das ruas para transformar a realidade nos anos 1960 e 70 na Europa nos é relatado por Guidice (s/d, p.3) "El movimento sueco de solidariedad com Vietnan (1965-1975) fue el mas importante en el mundo, fuera de USA. Su ponto álgido fue en 1972 con una manifestación de 50.000 personas em Estocolmo y um llamamiento a la retirada de las tropas usamericanas firmado por 2.300.000 suecos, el 28% de la población del país"

No entanto, o debate, por vezes confuso na realidade nacional, também tinha como referências os acontecimentos reais da América Latina: a revolução cubana de 1959, quando jovens cubanos conseguiram colocar para fora do país uma burguesia subserviente ao governo americano e Cuba tornou-se uma ameaça concreta à estabilidade do capitalismo monopolista na região. Como exemplo da influência cubana na esquerda armada brasileira, é possível diagnosticar três momentos principais.

> a influência cubana nas diferentes organizações da esquerda armada brasileira se deu em três momentos principais, centrados em três grandes iniciativas: as Ligas Camponesas, a resistência nacionalista de Brizola e a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Mariguela. Essa influência, como se verá adiante, não se transformou em interferência direta, permanecendo as organizações mencionadas plenamente autônomas. É possível assinalar um amplo espectro de outras organizações que utilizaram idéias oriundas da 'via cubana' [...] Também se deve assinalar a importância do castro-guevarismo no debate interno de partidos como o PCB, que tiveram de se posicionar diante deste pensamento, ainda que negativamente (BARÃO, C.A., C2003, p.284)

Além desta influência que se desdobrou nas iniciativas estudadas por Barão, cabe ressaltar que as obras *Guerra de guerrilhas,* de Guevara e *Revolução na revolução,* de Debray, cumpriram um papel central na difusão da revolução nos anos 1960 e inicio da década de 70. O livro de Regis Debray, por exemplo, teve "uma tradução clandestina [...] editada no Brasil e circulava amplamente nas Universidades. Debray parecia a muitos estudantes como modelo do revolucionário e o seu trabalho era discutido como se fora um clássico do marxismo [...] um manual para a ação revolucionária." (RODRIGUES, C2004, p.132).

Rodrigues, seguindo as teses soviéticas que serviram de linha de intervenção para os partidos comunistas da América Latina, publica em 1968 o livro *Opções da revolução na América Latina,* que foi um contraponto ao livro de Debray. Segundo Rodrigues, este foi um dos primeiros livros a analisar as lutas revolucionárias implementadas na região e cuja conclusão afirma que a guerrilha rural não deveria ser a estratégia central e exclusiva para a tomada do poder. Não se pretende estender esta discussão, mas apenas registrar como estavam em pauta no debate

nacional, latino-americano e internacional, as temáticas do desenvolvimento do capitalismo, suas especificidades históricas e a revolução. Todos estes debates e publicações foram essenciais na produção de Florestan no período posterior aos anos 1960[120].

No debate nacional, como descreve Almeida (B2005), a idéia e as produções sobre a revolução burguesa aparecem imbricadas com o próprio desenvolvimento do marxismo em nosso país. Para Segatto (C2006, p.1), o tema da revolução burguesa "é objeto de intensas controvérsias, tanto quando utilizado como categoria analítica e ainda mais quando transformado em projeto político. De qualquer forma tornou-se um conceito fundamental para a compreensão do mundo moderno". Após desenvolver a discussão, a partir da referência inicial, da noção, ou da categoria, revolução, Segatto (*op.cit.*) centraliza a análise na problemática da revolução burguesa no Brasil. Para este autor, diversos intelectuais fizeram este debate, nutrido de infinitas controvérsias e acaloradas contendas, porém a preocupação de fundo foi intervir e transformar a realidade brasileira. Para situar o universo no qual Florestan está inserido, na produção sobre a temática da revolução burguesa, reproduz-se a síntese de Segatto (*op.cit.*):

> Introduzido pelo PCB, na década de vinte, como projeto político a ser perseguido e referenciado nas formulações de Lênin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antilatifundiária, a questão ganharia vulto nas décadas seguintes. [...] Sergio Buarque de Holanda, escrevendo nos anos 30, afirma que a nossa revolução (burguesa) foi um processo vagaroso, brando, controlado, que se desencadeia com a substituição da escravidão pelo trabalho livre e com a implantação da república. [...] Nelson Wernecek Sodré, numa outra linha interpretativa, assinala que a revolução burguesa no Brasil é ainda um processo inconcluso, 'desprovida de lances espetaculares'. Um processo com várias 'etapas', que se inicia no fim do século XIX, acelera-se com o 'movimento de 1930', e segue seu curso nos anos cinqüenta e, com avanços e recuos, desemboca na ditadura militar do pós-64 [...] Seguindo uma tradição histórico-teórica próxima à de N. W. Sodré, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna procuram explicar a revolução burguesa no Brasil utilizando-se das noções ou categorias de 'via prussiana' (de Lênin e Lukács) e de 'revolução passiva' (de Gramsci). (SEGATTO, *op. cit.*, p.5ss).

[120] Para um maior aprofundamento sobre a influência da Revolução Cubana, na esquerda brasileira, ver o artigo de Carlos Alberto Barão (C2003).

O autor situa Florestan e Otavio Ianni em uma terceira vertente e não explicita a concepção de Caio Prado e outros. Não se pretende ampliar o mapeamento deste universo. No entanto, um exemplo deste debate, que interessa a esta Tese, é o artigo de Florestan, escrito em 1968, sobre o livro *Revolução brasileira* de Caio Prado Jr. no qual explicita as convergências e as divergências com a concepção de Prado. Florestan inicia a argumentação concordando com Caio Prado no diagnóstico e nas críticas que faz aos erros da esquerda. As fontes para tais erros foram a falta de informação, as análises desvirtuadas da realidade histórica nacional e as concepções políticas em confronto com a concepção marxista.

No entanto, Florestan faz duas críticas centrais às argumentações defendidas por Caio Prado, são elas: 1) não discussão das linhas assumidas pela nossa formação e pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e 2) o programa proposto por Caio Prado era socialista só na intenção, pois de fato servia a uma revolução burguesa (no caso para uma burguesia nacional e autônoma). Florestan cobrava de Caio Prado um programa socialista:

> um programa socialista da 'revolução brasileira' não pode encerrar-se dentro desses marcos. Ele precisa projetar a 'revolução brasileira' segundo os ideais, os valores e os meios políticos do socialismo. Essa é uma condição *sine qua non* para que a esquerda supere o atual estado de debilidade orgânica, que a converte num aliado útil, mas incômodo das elites, na fase burguesa daquela revolução. Ao propor-se sua ação política, a médio e a largo prazo, em tais termos, o socialista ganha, naturalmente, condições de atuação autônoma e consciente dos marcos políticos que devem delimitar a fase socialista da 'revolução brasileira. (FERNANDES, A1980c, p.89).

A partir deste diálogo com Caio Prado, é possível situar a posição de Florestan no debate existente na esquerda marxista dos anos 1960 e 70. Florestan teve como eixo de explicação da realidade brasileira o desenvolvimento do que ele cobrava de Caio Prado. Queria discutir as linhas que foram assumidas (como opção da nossa classe dominante) na formação e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, para isso, delimitava a opção socialista como estratégica. No debate sobre

a formação do capitalismo, por exemplo, Florestan fez crítica à tendência de projetar o feudalismo na realidade brasileira (como Sodré e Mariategui na década de 1920 no Peru) e a tese da escravidão como uma empresa capitalista (Caio Prado). Para Florestan, no período de formação do capitalismo, o Brasil teve um modo de produção escravista. O objetivo de Florestan é contrapor-se à forma como estudiosos da escravidão têm visto a realidade colonial no Brasil:

> estudiosos da escravidão têm encarado suas relações com o capitalismo das perspectivas das sociedades metropolitanas. Na verdade, como conexão imediata da escravidão, o capitalismo se desenvolveu lá [...] é preciso fazer uma rotação nessa perspectiva. O que aconteceu *dentro* da colônia e *no* rebento tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial? (FERNANDES, A1979b, p.12).

Esse giro na reflexão sobre a escravidão a partir de dentro e na explicitação da sua relação com a formação do capitalismo não foi um esforço específico de Florestan[121]. Aconteceram debates e produções que implementaram este giro na construção de uma teoria do modo de produção da colônia na América Latina e no Brasil. Ciro Flamarion Cardoso[122] é um intelectual de destaque nesta discussão. Para ele

> Hasta la fecha, al estudiar las sociedades coloniales de América, casi todos os hostoriadores marxistas usaran el concepto de modo de producción tomado en el segundo de los sentidos considerados arriba, y además en el contexto del esquema unilineal staliniano de los 'cinco estadios'; hablaron, pues, de esclavismo (considerando al esclavismo colonial como una reedición del esclavismo antiguo, a pesar de ciertas diferenças), de feudalismo, de capitalismo (p.140) [...] las tesis del caráter *capitalista* de América colonial, considerándose como critério de *'capitalismo'* – dentro de una perspectiva circulacionista – la vinculación de las colônias americanas, desde un comienzo; al mercado mundial. Resulta fácil mostrar que las tesis circulacionaistas nada tienen que ver com el marxismo. (CARDOSO, C.F. C1973, p.140 e 142).

[121] Este giro implementado por Florestan na análise da escravidão corresponde à sua metodologia de trabalho na reflexão dos diferentes aspectos da vida social na América Latina e que permitiu ao autor desenvolver críticas aos sociólogos da região que pensavam a América Latina a partir da Europa. (Ver ROSENMANN, M. R. *Pensar América Latina desde a Europa,* 2007. Disponível em **http://www.rebelion.org/noticia.php?id=48797**. Acesso em 26/3/2007).

[122] Nas referências bibliográficas, Florestan não faz referência aos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso.

Cardoso, C. F (*op.cit.*, p.152) ajuda a compreender o debate para além da realidade brasileira e introduz elementos para uma tipologia das sociedades coloniais americanas. Percebe-se semelhança nos procedimentos investigativos de Cardoso e Florestan, ou seja, ao situarem a sociedade colonial a partir da sua realidade interna e externa. Para Cardoso, a teoria dos modos de produção coloniais na América deve considerar o caráter externo e subordinado das sociedades coloniais, bem como a dinâmica interna das forças sociais da colônia.

Em um outro artigo, ao estudar as correntes de interpretação que tratam de explicar as características da sociedade colonial, ele propõe a discussão do modo de produção escravista na colônia considerando o seu funcionamento a partir de dois fatores centrais "[...] el carácter colonial (periférico y subordinado) de las formaciones sociales correspondientes, aun cuando se las estudie después de la independência política [...] la esclavitud, vista en su funcionamiento econômico y como fundamento de las estructuras socialies." (CARDOSO, C.F, C1973b, p.212)

No diálogo com Caio Prado, Florestan já demonstra clareza teórica que a revolução no Brasil só poderia ser socialista. Com essa posição teórica, observa-se em Florestan uma filiação ao pensamento de Mariategui.

> o pensamento revolucionário, e mesmo o reformista, já não pode ser liberal, mas sim socialista. O socialismo surge em nossa história não por um mero acaso, por imitação ou modo, como o podem supor espíritos superficiais, mas como um fatalismo histórico. Acontece que, todavia, de um lado, nós que professamos o socialismo, lutamos lógica e coerentemente pela reorganização do país sobre bases socialistas e – constatando que o regime econômico e político que combatemos transformou-se, pouco a pouco, numa força de colonização do país por capitalismos imperialistas estrangeiros– proclamamos que este é um instante de nossa história em que não é possível ser, realmente, nacionalista e revolucionário sem ser socialista, de outro lado, não existe no Peru, como nunca existiu, uma burguesia progressista, nacional, que se reconheça liberal e democrática, inspirando sua política nos postulados de sua doutrina. (MARIATEGUI, C1975c, p.23).

As produções de Caio Prado, do PCB, do ISEB, o debate sobre a formação do capitalismo, as contribuições de Mariategui mostram o rico e polêmico universo teórico que estimulou e contribuiu para que Florestan alcançasse um novo piso

teórico em sua produção. Ele procurou dar respostas às questões que estavam postas na sociedade, especialmente após o golpe de 1964, e que precisavam ser compreendidas pelas forças de esquerda: como a burguesia brasileira assumiu a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil? Como o proletariado como força social deste processo se fez presente?

No período em que Florestan esteve no Canadá estudou de forma mais sistematizada as produções da tradição marxista e os processos revolucionários que aconteceram no século XX[123]. Sem dúvida, que estes o ajudaram a encetar resposta às questões mencionadas. Como descreve Florestan:

> graças à minha proscrição, tive três anos para meditar sobre tais fatos, durante minha agradável e reconfortante permanência na Universidade de Toronto. O meu trabalho obrigava-me a fazer análises comparadas: passei a considerar essa evolução à luz de processos análogos, que estavam ocorrendo em outros países da América Latina. Essas comparações foram decisivas para mim, pois elas evidenciam em que sentido o que acontecia no Brasil era típico de um 'estágio de incorporação'. De outro lado, dediquei larga parte do meu ócio ao estudo da Revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba (FERNANDES, 1980, p.203-204)[124].

O estudo a partir da sociologia crítica levou-o a compreender que havia situações similares nas transformações dos países capitalistas da América Latina, pois era fato que em nossa realidade, ao invés da implantação do Estado democrático-burguês, impôs-se o Estado autocrático burguês. Este Estado autocrático foi instituído no Brasil através da contra-revolução, protagonizada pelos civis e militares, na forma de ditadura aberta.

---

[123] Observem a importância que tiveram os estudos no Canadá e a categoria revolução. De acordo com Heloisa Fernandes (SILVEIRA, H.F, B2006), quando Florestan regressou ao Brasil, o livro que antes era intitulado *Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira* tornou-se a *Revolução burguesa no Brasi*l.

[124] O fato de Florestan ter feito essas leituras de forma sistemática neste período não significa que ele não tivesse conhecimento dos debates enfrentados por Lênin na Rússia, por exemplo. Portanto, o estudo do marxismo não começa neste 'auto-exílio'. Observem como no artigo de debate com a produção de Caio Prado, *A revolução brasileira,* em 1968, Florestan demonstra conhecer as lutas internas do processo revolucionário na Rússia, diz ele: "os que pretendem tapar o sol com a peneira, deveriam atentar para o exemplo de Lênin. A severidade com que submeteu Kautsky a uma crítica implacável; a vigilância que se impunha sobre a qualidade da produção dos companheiros, chegando mesmo a criticar teóricos da envergadura de Bukárin por questões de natureza metodológica; a sistemática oposição à burocratização dos quadros políticos, a qual liquidaria fatalmente o *élan* revolucionário do partido comunista." (FERNANDES, A1980c, p.86).

A partir deste momento, Florestan compreende não ser possível ter qualquer ilusão de que, sob a liderança da burguesia, o capitalismo pudesse oferecer saídas democráticas ou nacionalistas para beneficiar o conjunto da nação. Desta forma encontram-se semelhanças entre as conclusões de Florestan e de Mariategui quando afirmam que as transformações sociais no capitalismo – que se desenvolveu sob o imperialismo – não podem ser revolucionárias sem serem socialistas. Portanto, não há etapas intermediárias porque a revolução deve ser socialista.

Na Campanha de Defesa da Escola Pública, ao constatar o impasse no parlamento em torno da explicitação de diversos políticos em apoiar o projeto do Carlos Lacerda, do clero e da iniciativa privada, Florestan, apesar das reticências em relação aos militares, recorreu ao oficial do II Exército e da Segunda Região Militar. Tinha esperanças de conseguir apoio dos militares mais nacionalistas. No entanto, ele encontrou militares preparados que defendiam uma posição educacional privatista e mercantilizada.

> Fiz a conferência padronizada, com o maior cuidado e com a maior gana política. Os debates continham uma nova surpresa. Os oficiais militares constituíam o auditório mais articulado com o qual me defrontara ao longo de cinqüenta e tantas conferências análogas. Não só estava informadíssimo, com números na 'ponta da língua' como eu, como haviam praticamente assumido a posição que poderíamos designar como norte-americana na defesa do ensino pago e comercializado, e as posições mais ultraconservadoras e privatistas que nem o clero ousava tomar no patrocínio do projeto da lei. Os oficiais militares tidos como 'nacionalistas' e 'esquerdistas' lá estavam. Fizeram uma defesa *pro forma* dos argumentos dos defensores da escola pública e revelaram uma retração vergonhosa. Não possuíam, além disso, nível intelectual para competir com os colegas! [...] O pior que a nossa experiência demonstrava uma coisa irrefutável. Os militares de direita eram os principais intelectuais orgânicos da reação. A eles caberia marchar à frente e comandar o golpe de Estado que se configurava. (FERNANDES, A1984, p.92).

Este relato explica as análises de Florestan sobre como as atividades da Campanha impuseram-lhe a reflexão para compreender a consciência da dominação burguesa no Brasil. Não resta dúvida de que, do ponto de vista da burguesia, defender a escola pública deveria ser um mínimo essencial de um

projeto que tivesse como objetivo, mesmo que secundário, construir as bases de uma democracia burguesa de fato e não apenas discursiva.

No caso dos militares, este substantivo apoio às teses educativas norte-americanas é conseqüência de toda uma reestruturação por que passou o setor militar brasileiro e latino-americano, pois, no pós II Guerra Mundial, e com o aprofundamento da bipolaridade (capitalismo versus socialismo), internamente as forças armadas implementaram novas diretrizes na profissionalização dos militares, que tiveram como base a discussão da Doutrina de Segurança Nacional de combate aos inimigos internos e externos e que possibilitou a articulação ideológica para o golpe civil-militar de 1964.

Em discurso como paraninfo, em 1965, Florestan ainda nutria algumas ilusões em relação à concretização da revolução burguesa, no Brasil. Acreditava em um sentido criativo capaz de superar os dilemas sociais, como ocorreu com a revolução burguesa na Europa e nos Estados Unidos. Assim, diz ele:

> sem que nos identifiquemos ideologicamente com essa revolução e nos tornemos seus adeptos ou apologistas, é fácil reconhecer que ela possui um sentido histórico criador. Além disso, a sua concretização final permitirá a superação do dilema social que nos mantém presos a uma herança sociocultural indesejável. Enquanto não rompermos definitivamente com as cadeias invisíveis do passado, não conquistaremos o mínimo de autonomia, que é necessário, para governarmos o nosso 'destino nacional' nos moldes da civilização moderna (FERNANDES, A1968, p.192).

Para Florestan, havia uma herança sociocultural que nos limitava a partir do nosso passado. Portanto, embora sem identificação com a revolução burguesa, esta teria um sentido histórico criador, pois romperia com uma herança indesejável. Em outra oportunidade, em 1989, o próprio Florestan fez uma autocrítica das posições assumidas no discurso de paraninfo. A crítica à sua posição justifica-se porque naquele momento ele pensava:

> 'revolução brasileira' como equivalente da revolução burguesa na Europa e nos Estados Unidos. O que acontece é que essa ilusão está entranhada até hoje. Existe, então, essa falsa consciência de que a revolução burguesa está em curso no Brasil [...] quando na verdade, a 'revolução burguesa' no Brasil não se deu pela burguesia nacional, mas pelo capital monopolista." (FERNANDES, A1994, p.166).

Nesta passagem, observa-se que Florestan insere o desenvolvimento do capitalismo no contexto do capital monopolista e do imperialismo. A burguesia brasileira não seria capaz de levar a cabo grandes transformações sociais, mesmo no âmbito capitalista. Entende-se que esta incapacidade interna, para Florestan, tem relação com as escolhas desta burguesia[125], pois ela opta em ser sócia dos interesses do capital monopolista e do imperialismo na realidade brasileira. Portanto, sob o imperialismo, com a expansão capitalista nas periferias, as burguesias internas são subordinadas porque fizeram esta opção[126].

A realidade da revolução era tão penetrante e acalorada nos anos 1960 e 70 que havia uma disputa na sociedade[127] cujo objetivo era esvaziar o sentido do processo revolucionário como alternativa para a transformação da realidade capitalista. Como exemplo desta disputa cita-se a auto-intitulação de "Revolução gloriosa" dada pelos ideólogos do golpe civil-militar de 1964.

De outro lado, diversos intelectuais optaram em realizar deslocamentos teóricos nas suas produções na década de 1970. Nas produções iniciais do grupo que estudou *O Capital*, por exemplo, a temática do desenvolvimento econômico e a discussão sobre o capitalismo no Brasil tinham como universo comum o trabalho e as pesquisas desenvolvidas pelo grupo que estava em torno do Florestan na USP. Logo, estas beneficiaram a produção teórica de Florestan. Como afirma ele, o estudo sobre a dependência de Fernando Henrique foi muito útil. No entanto, nos anos 1970, as produções do grupo O'Capital abandonam, de certa forma, a referência a Marx e a ênfase recai sobre a discussão da democracia e da sociedade civil *versus* Estado Burocrático e autoritário, em evidente contraposição às discussões que consideravam o Estado brasileiro como fascista.

Florestan, neste período, radicaliza o seu estudo no marxismo recuperando a luta de classes, a revolução e produz o livro sobre *Teoria do autoritarismo* e um

[125] Neste ponto é possível diferenciar a posição de Florestan da posição de Rui Mauro Marini. Este é um tema de pesquisa interessante, especialmente porque estes autores têm sido citados e relacionados sem que as diferenças teóricas sejam explicitadas.
[126] Aqui há uma diferença central entre Florestan e a concepção de dependência de Fernando Henrique Cardoso.
[127] A argumentação de Florestan sobre a forma como a palavra revolução foi empregada na realidade brasileira pós 1964 encontra-se no livro *O que é revolução* (A1984a, p.7 ss).

ensaio *Notas sobre o fascismo na América Latina*. Este último foi apresentado em uma mesa redonda sobre "A natureza do fascismo e a relevância do conceito na Ciência Política contemporânea" em 1971. Nele explicita sua divergência em relação ao uso que as Ciências Sociais vinham fazendo deste conceito;

> Infelizmente, o estudo do fascismo sofreu dois impactos. Um foi e continua a ser a má aplicação de conceitos como 'autoritarismo', 'totalitarismo', 'autocracias modernas' etc., para esconder identificações ideológicas (ou certos compromissos intelectuais). Regimes claramente fascistas podem ser descritos como 'autoritários' ou mesmo como 'ditaduras funcionais', desde que se postule que eles 'são freqüentemente instituídos a fim de impedir a ameaça de um golpe por um movimento totalitário', e tenham 'uma feição essencialmente técnica'. De outro lado, tem-se dado maior atenção sistemática a análise de tipos de fascismo de 'alcance' e 'significado' históricos. Espanha e Portugal, por exemplo, foram relativamente negligenciados. A conseqüência disso é que uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menos 'orquestração de massa' e um aparato de propaganda mais rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em modalidade de *totalitarismo de classe,* não seja bem conhecido sociologicamente. (FERNANDES, A1981, p.16).

É nesta disputa que Florestan recupera a categoria revolução e a expõe como central para explicar a Luta de classes na realidade brasileira e a sua superação sob o capitalismo monopolista. Esta postura teórico-política tem por base os acontecimentos da realidade brasileira:

> o marco de 1964 (completando pelo apogeu a que chegou o golpe em 1968-1969) ilustra muito bem a natureza da batalha que as classes trabalhadoras precisam travar no Brasil. Elas precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fossem parte do ar que respiramos ou 'simples palavras'). Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem 'simples palavras'. A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução). (FERNANDES, A1984a, p.9).

A categoria revolução sofreu mutação ou abandono, ou seja, o golpe (para Florestan contra-revolução) conferiu-lhe outro significado e muitos a abandonaram (diversos intelectuais ou partidos). Objetivamente se tratou de escamotear e encobrir com subterfúgios e justificativas teóricas – "a realidade mudou", "o comunismo morreu", dentre outras. A realidade da revolução, como um processo histórico, deveria ser esquecida e o comunismo deveria ser combatido, pois as experiências socialistas não corresponderam às utopias iniciais. Florestan, no entanto, está produzindo intelectualmente através da Desobediência Civil, isso significa que ele teve uma posição de classe nas escolhas de seus objetos de estudos e nas suas intervenções. Por isso, para ele:

> se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). No nível mais imediato, de luta pela transformação da sociedade brasileira no aqui e no agora, a palavra 'revolução' recebe um significado que não depende apenas do querer coletivo das classes trabalhadoras. (FERNANDES, A1984a, p.9-10).

Florestan põe ênfase no estudo dos processos revolucionários e dos movimentos socialistas. O objeto de estudo do sociólogo (processos revolucionários) está imbricado e solidificado com o movimento revolucionário real do qual ele faz parte ativamente. Esta amalgamação permite que Heloisa Fernandes, Candido e outros afirmem que neste momento Florestan superou a grande tensão que vivia nos anos 1950, ou seja, foi possível unificar o sociólogo com o socialista. A partir daí estão fundidos e consolidados, com radicalidade, o intelectual panorâmico, a ciência e a militância para explicar os dilemas, os acertos e os desafios das experiências revolucionárias.

Ganham centralidade na produção de Florestan os processos revolucionários em curso, as vitórias e os êxitos da Revolução Cubana (que a partir de 1961 torna-se socialista), como já foi dito, houve grandes repercussões na perspectiva das esquerdas e também em Florestan. Como declara o autor:

> [quem] já ultrapassou os sessenta anos e enfrentou todas as decepções que as 'transformações' capitalistas e o possível advento

> do socialismo na América Latina nos reservaram, a mim e aos 'rebeldes' da minha geração. Cuba é única: sem a Revolução Cubana a nossa vida não teria sentido! As nossas esperanças teriam sido miragens e os nossos ideais revolucionários pura utopia intelectualista (FERNANDES, A1994, p.58).

A Revolução Cubana vai ser determinante para manter a esperança dos rebeldes da geração de Florestan. Principalmente, após as várias derrotas que as esquerdas sofriam na tentativa de realizar transformações dentro da ordem, como exemplo o Brasil no início da década de 1960[128] ou a tentativa de realizar a experiência socialista no Chile no governo Allende, em 1973. Estas tentativas de emancipação na história da América Latina foram bloqueadas e impedidas de fora para dentro e de dentro para fora. Havia, assim, justificativa teórica e política para Florestan se dedicar a entender objetivamente as revoluções socialistas em curso no século XX. Estas, ainda que dentro dos marcos do subdesenvolvimento como o exemplo de Cuba, romperam o cerco imposto pelo imperialismo e foram capazes de superar a desigualdade e a exploração do homem pelo homem.

Então o renascer das cinzas de Florestan não correspondeu à sua capitulação teórica diante dos princípios básicos do materialismo histórico dialético, fato que se tornou comum a diversos intelectuais que ficaram no Brasil no pós 1964 ou outros que foram para o exílio. Estes últimos passaram a conviver com a social-democracia européia e, muitos, deslumbraram-se com as oportunidades do Estado de proporcionar bem-estar social. Ao retornarem, assumiram como referências teóricas a negação do marxismo e a ênfase na realização de reformas, ou fizeram a opção de considerar a democracia como categoria central. Este fato tem relação com as análises de Hobsbawm quando descreveu que o significado prático da Era de Ouro foi que esta permitiu a

[128] Uma das caracterizações históricas da revolução dentro da ordem para Florestan foi o que aconteceu no Brasil no início dos anos 60, pois segundo ele "uma revolução dentro da ordem seria, por exemplo, o caso da emergência de uma democracia de participação ampliada aqui na década de 1960. O proletariado impondo, na luta de classes, às outras classes uma forma política de Estado. Forma de convivência que visa conferir aos de baixo peso e voz na sociedade. A intolerância, o reacionarismo da nossa burguesia, levou a rejeitar essa ação. Então, como essa burguesia poderia recorrer sem risco a um golpe de Estado, ela usou as Forças Armadas como instrumento de opressão e de regressão." (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.26).

conformação do movimento operário e socialista e correspondeu na realidade à era do livre comércio e do livre capital.

Florestan, ao estudar objetivamente as experiências socialistas, compreende que o cerco capitalista impõe restrições ao pleno desenvolvimento das experiências socialistas em curso. Quando questionado – na aula do curso *Análise de processos revolucionários* (1984b) – sobre os limites da democracia, da burocratização, da acumulação na União soviética, ele respondeu tranqüilamente que devemos "tentar entender objetivamente o que acontece na URSS, e não, condenar o comunismo. Eu vejo que o comunismo não é o responsável, ao contrário, o comunismo é o único caminho pelo qual tudo isso vai ser superado." (FERNANDES, A1984b, tema 01, p. 32).

Paralelo ao processo de estudo que culmina por dissipar qualquer ilusão com o capitalismo nos países periféricos, Florestan desenvolve um conjunto de trabalhos de grande alcance teórico. Muitos destes estão abandonados ou esquecidos, na academia e na militância dos movimentos sociais e partidários. No entanto, constituem um *ponto de referência* fundamental e um *marco de leitura obrigatório* para todos que têm compromisso teórico e prático de ruptura com a dramática realidade econômica, política, social e cultural brasileira. Incluem-se aí, certamente, os educadores que têm como estratégia educacional a construção de uma pedagogia da revolução contra a ordem ou socialista e a luta de defesa da educação pública.

Por que a sua produção deve ser ponto de partida e de referência? Primeiro, porque Florestan é um clássico do marxismo no Brasil. Sua produção teórica *A Revolução burguesa no Brasil* e *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, por exemplo, marcam sobremaneira a contribuição e a diferença teórica deste em relação ao pensamento hegemônico presente nas Ciências Sociais dos anos 1970 e 80.

A exigência de compreender o capitalismo na realidade brasileira compeliu-o a empreender uma rotação com base em uma concepção totalizante da realidade histórica objetiva da revolução social. Destarte, a relação de Florestan com a temática da revolução e o marxismo não foi um simples desdobramento da escolha

de uma opção teórica para fundamentar as suas pesquisas. Em verdade, a realidade contraditória e extenuante da "nova sociabilidade" requerida pelo capitalismo monopolista intimou-o à explicitação do instrumental marxista de análise. Portanto, "não decorreu na seriedade confortável de uma reflexão acadêmica – ao contrário; ela foi comandada pela resistência aos processos societários submetidos à maré-montante da contra-revolução." (NETTO, B2004, p.210). A ênfase no legado marxista (Marx, Engels e especialmente Lênin) não foi resultado de um trabalho intelectual descolado da realidade histórica, correspondeu ao enfrentamento teórico de demandas do capitalismo monopolista na realidade brasileira.

Ao dialogar com intensidade para explicar a contra-revolução, Florestan reafirma a concepção teórico-política da revolução e da luta de classes como essenciais para a realização da revolução social enquanto uma tarefa do proletariado, sob uma perspectiva revolucionária, especialmente nos países como o Brasil, que estão na periferia do capitalismo e sofrem uma sobre-exploração de mais-valia. Portanto, pode-se concluir que Florestan, ao conferir centralidade teórico-política à categoria revolução, proporciona:

> uma contribuição essencial para forcejar o parto do sujeito histórico revolucionário do proletariado – a requisição revolucionária é o fim a que se agarra a consciência teórica que não abre mão da ótica comunista. Aqui, Florestan incorpora a lição de Mariategui, o fundador do partido comunista peruano, marxista de que ele foi um dos interlocutores no Brasil: 'a própria revolução, nesta América de pequenas revoluções, presta-se bastante ao equívoco. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente'. Esta reivindicação traveja o universo de Florestan e permeia a sua recuperação de Marx e do Marxismo. (NETTO,B2004, p.219).

Netto impõe algumas reflexões sobre o significado da recuperação da categoria revolução na produção de Florestan. A primeira é que se trata de asseverar a união da ciência e da política (afirmação teórico-política) que desmistifica a tese da ruptura epistemológica na qual se opõe o Florestan cientista e

o Florestan político. A segunda reflexão é a de que a produção de Florestan não só explica a realidade, como também visa transformá-la, pelejando para que a teoria contribua para fundamentar e forçar a práxis organizativa dos proletários. Só esta pertence "à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro." (MARX e ENGELS, 1987, p.43). A afirmação teórico-prática e seu tributo à organização do proletariado só têm sentido revolucionário quando estiverem sob a ótica comunista, pois na América Latina a revolução carece ser reivindicada, reclamada e tomada para si como peça de sustentação das transformações sociais concretizadas pelo proletariado de forma severa e intransigente. Florestan, na esteira de Marx e Engels, mostra que ser severo e intransigente é central:

> *O proletariado deverá ser ainda mais revolucionário depois da conquista do poder e da derrota final da burguesia*. Essa condição histórica para que a transição para o socialismo e o chamado 'socialismo avançado' possua uma dinâmica democrática própria, de tal modo que cada avanço socialista represente um aprofundamento comunista na negação, seja do período de transição, seja do 'socialismo avançado' [...] a burguesia não levou sua revolução até o fim e até o fundo porque não teve a seu favor uma substância de classe revolucionária que a animasse a superar-se, a negar-se e a transcender-se de modo inexorável e incessante. O mesmo não ocorre com o proletariado, porque ele desintegrará a sociedade civil e o elemento político que ela engendra e reproduz, cimentando a vida social na igualdade, na liberdade e na fraternidade entre todos os seres humanos. (FERNANDES, A1984a, p.17).

Netto tem razão quanto à centralidade da categoria revolução, pois esta é o ponto central da contribuição teórica de Florestan Fernandes e pode ser relacionada com a apropriação de Marx, de Engels e de toda a tradição marxista que nosso autor corrobora em sua produção. Ademais, a revolução é uma realidade objetiva e categoria de explicação oposta a palavras ou conceitos vinculados à preservação da ordem que surgem como "novas alternativas" para resolver os dilemas no capitalismo, tais como: governança, governabilidade, integração nacional, pacto social, todos pelo desenvolvimento da nação, termos de que as burguesias lançam mão de forma recorrente no capitalismo monopolista.

Diante do exposto, é interessante recorrer às suas produções para expor sua caracterização sociológica de revolução. Nas transcrições do curso sobre *Análise dos Processos Revolucionários*, a revolução é em primeiro lugar:

> um processo histórico, natural, normal e violento. Em segundo lugar, é um processo histórico necessário, positivo e construtivo, e atual ao nível de transformação estrutural da sociedade [...] Terceiro, ela é um processo histórico de longa duração. Este é um ponto muito importante. [...] Na revolução proletária assim como na revolução burguesa temos que ter um referencial de começo, de paradeiro. [...] Um quarto ponto precisa ser enfatizado nas condições históricas, [...] que dizer [...] quando se identifica o conceito de revolução social, como o outro mais restrito de revolução proletária, a revolução social envolve a longo prazo a supressão das classes, dominação de classe de toda a sociedade civil. [...] De modo que a sociedade civil precisa ser eliminada, a divisão de trabalho etc., para que seja possível instaurar a dominação das maiorias, num socialismo estritamente proletariado, que é que vai nos separar de uma dominação, de uma democracia de dominação burguesa, de uma democracia de dominação proletária. (FERNANDES, tema 1, 1984b, p.27-29).

Quanto à caracterização da revolução como *um processo histórico, natural, normal e violento* ele a considera como alternativa histórica e que tem relação com os vários acontecimentos revolucionários que ocorreram nas sociedades capitalistas do início do século XX. Em suas reflexões, observa-se que a identificação com a revolução não é uma vinculação ética e sem substrato material, a revolução é uma alternativa histórica.

Florestan, ao trabalhar com a noção de luta de classes e de guerra civil, declaradamente, ou não, consegue analisar exemplos históricos que demonstram como a revolução é uma realidade histórica vibrante e sua realização tem relação com a dinâmica da luta de classes. A pressão exercida pela exploração e pela dominação no capitalismo monopolista é tão intensa que o pólo proletário da luta de classes pode irromper o seu potencial revolucionário. Este potencial é real e pode ser comprovado nas diferentes convulsões sociais que pululam nos países latino-americanos e nos demais países periféricos.

No entanto, historicamente a burguesia tem utilizado a repressão e outros meios para frear os diferentes processos reivindicatórios e/ou revolucionários.

Estes são sistematicamente combatidos e contidos, pois a burguesia aprendeu a lição com os movimentos revolucionários – a Comuna de Paris, as revoluções de 1848, a Revolução Russa de 1917, a Revolução Cubana, a Revolução Sandinista, dentre outras. Diante do mais tímido potencial revolucionário, nos países capitalistas dependentes ou como política de incorporação imperialista, organizam-se intervenções por meio de invasão militar, ajuda humanitária, missões religiosas, organismos internacionais, financiamentos externos às políticas públicas, Ong's, projetos de pesquisas etc[129].

Neste embate não cabe considerar que inevitavelmente a revolução ocorrerá ou será uma utopia sem possibilidade de realização. Trata-se de uma possibilidade histórica, que depende das condições dos embates entre as classes, da força do protagonismo do pólo proletário da luta de classe e da luta teórica. O materialismo histórico e dialético não impõe um modelo de processo revolucionário à realidade, pois um de seus princípios metodológicos centrais é estudar a realidade, tentar capturar suas leis de desenvolvimento, objetivando protagonizar a transformação social.

No livro *O que é revolução*, Florestan explicita por que a revolução socialista é um processo de longa duração, que não se esgota com a tomada do poder. Para isso, apresenta elementos históricos da luta de classes na sociedade sob o capitalismo monopolista:

> a revolução anticapitalista e antiburguesa é uma revolução proletária e socialista. Ela nega a ordem existente em todos os níveis e de modo global. O que a realidade histórica esclareceu diz respeito à duração do processo e à sua complexidade. É preciso, pois, que o conceito de revolução seja posto em toda a clareza de seu destino histórico. A revolução em processo, que caracteriza a presença e o papel construtivo das classes trabalhadoras na história, não é só uma revolução anticapitalista e antiburguesa. Ela é uma revolução socialista [...] não terá um eixo revolucionário curto, que se esgote na substituição de uma classe dominante por outra (o proletariado como substituto e equivalente da burguesia, o que esta realizou com referência à nobreza feudal). (FERNANDES, A1984a, p.16).

[129] Na dissertação (BARÃO, G., 1999) trabalhei com este tipo de intervenção nas políticas educacionais através das recomendações da Conferência de Jontiem.

De acordo com Florestan, o objetivo no livro *Revolução burguesa no Brasil* é a "recapturação" de uma teoria – a teoria da luta de classes e da revolução como direito do trabalhador. A "recapturação" tem o sentido de "sintetizar de novo, resumir, rememorar e relembrar", e, do ponto vista teórico e político deve ser relacionado ao seu diálogo com a produção de Marx e Engles. Segundo Netto, (B2004:218) "ele resgata privilegiadamente o Marx, Engels de 1848-1849, o Marx de 1870-1871 e o Lênin de 1905-1907 e 1917". Em uma palestra, em 1983, Florestan afirma que, para Marx e Engels, "o capitalismo não é passível de reforma; a revolução é o caminho do proletariado, na medida em que o proletariado traz consigo uma nova época história." (A1995b, p.47). O que a afirmação destes autores significou e significa para os trabalhadores? De acordo com Florestan:

> o trabalhador tem de tomar consciência histórica da sua situação e se relacionar com o outro pólo em termos desse antagonismo fundamental, a partir do qual só existe uma saída para o trabalhador – a de eliminar essa forma de produção. Por isso, é preciso extinguir a classe, a desigualdade de classe, a dominação de classe, etc. Por aí vemos que Marx formula toda uma teoria da revolução que está fundada objetivamente na organização das relações de produção e da sociedade de classes, na concentração social da riqueza e na concentração social do poder. E para extinguir tal concentração é preciso explodir toda a estrutura social. Essa é a concepção básica de revolução, que liga o processo de auto-emancipação coletiva do proletariado às formas de organização da sociedade de classes. (FERNANDES, A1995b, p.54).

Florestan teve como finalidade restituir no debate a centralidade da revolução desenvolvida por Marx, ou seja, *a auto-emancipação coletiva do proletariado e as formas de organização da sociedade de classes*. De um lado, Florestan teve como referência Marx e Engels, de outro, a "recapturação" da revolução significa o combate às teses defendidas por setores da esquerda dos anos 1960 e depois pelos socialistas "democráticos", que ganhavam espaço na realidade brasileira nas décadas de 1970 e 80. Na prática, estes realizaram o apartamento da teoria da luta de classes como instrumental de análise do capitalismo na realidade brasileira. Florestan, com todo seu aporte sociológico, passa a dialogar com a teoria

da revolução em Marx, visando estudar a realidade a partir da concomitância de revoluções (socialista em Cuba e o golpe de 1964 que representou a consolidação da revolução burguesa no Brasil). Por outro lado, entra em debates e faz crítica à concepção da teoria da revolução nacional democrático-burguesa implementada pelo PCB como política de combate ao imperialismo.

Nos anos 1970, o combate à ditadura, a luta pela liberdade de crítica tornou-se central, assim como as propostas de revisão de categorias da ortodoxia marxista, especialmente a partir das universidades e das tribunas políticas. A opção era, portanto, de reservas ao socialismo soviético, ao do leste europeu ou ao cubano e, especialmente, com relação à democracia existente nestes países. Ao mesmo tempo, fazia-se defesa do tipo de democracia burguesa alcançada pelo bem-estar social de alguns países europeus. O significado prático desta revisão foi o abandono da luta, por muitos intelectuais e militantes, e da construção da revolução social. Eles passaram a defender reformas sociais para mudar o capitalismo por dentro da ordem. Desta forma, a democracia e as reformas no capitalismo tornaram-se bandeira teórica e de luta nos discursos da esquerda, com destaque para a esquerda ligada à educação.

Del Roio tem razão quando afirma:

> A formulação teórica de Florestan Fernandes sobre capitalismo dependente e a revolução burguesa no Brasil ocorreu particularmente sob o influxo da revolução cubana e da derrota de 1964 e nas circunstância crítica da teoria da revolução nacional democrático-burguesa subjacente à ação política do PCB [...] Hoje é perceptível que a matriz da 'teoria da dependência', desenvolvida pelo 'marxismo de cátedra'[130] desdobrou-se, simplificadamente, em duas vertentes: a primeira, na qual se enquadram Florestan Fernandes e algumas facções políticas de esquerda marxista, que não vêem outra saída para a crise brasileira que não seja a revolução socialista. E outra, na qual se encaixa Fernando Henrique Cardoso e largas faixas da intelectualidade liberal-democrática, que julga ser a 'dependência' algo inelutável. (DEL ROIO, B2000, p.108).

[130] Apesar das reticências à categorização de Florestan como marxista de cátedra, optou-se pelo uso da passagem de Del Roio.

A "recapturação" da teoria da luta de classes e da categoria revolução terá centralidade nesta Tese. Enquanto os círculos acadêmicos e políticos usam para análise os conceitos de elite, reformas sociais, democracia como valor em si, modernização – e manejam o desenvolvimento econômico enquanto transferência de tecnologia e de capital como únicas alternativas possíveis –, Florestan apresenta outra opção que marcará o perfil da sua contribuição teórica. Ele vai "recapturar" teorias e categorias que, por princípios ideológicos, foram abandonados, tais como dominação burguesa, teoria das classes sociais, e passará a utilizar a noção de revolução burguesa para explicar a transformação capitalista nos países periféricos[131]. Desta forma, sistematiza a categoria sociológica de revolução, na qual tem como objetivo "compreender a revolução como fenômeno sociológico de classe" (FERNANDES, 1984a, p. 19). Como afirma Netto (2004), Florestan vai operar a recuperação marxista da categoria revolução.

2.2) "Recapturação" de categorias centrais do marxismo

Inicialmente, para o entendimento da revolução como fenômeno sociológico de classe no arcabouço teórico de Florestan e em sua recuperação marxista, é necessário fazer uma breve discussão sobre a centralidade da luta de classes no marxismo. Em uma das cartas endereçadas a Weydemeiyer, em 1852, Marx afirma:

> não ostenta o título de descobridor da existência das classes na sociedade moderna, e tão pouco se quer. Muito antes que eu, os historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que fiz de novo foi demonstrar: primeiro que a existência das classes está vinculada unicamente a fases particulares históricas do desenvolvimento da produção; segundo que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; terceiro que essa mesma ditadura constitui a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classe. (MARX, C1982, p.1)

[131] Segundo Florestan, "mesmo investigadores da estatura teórica de um Barrigton Moore Jr., colocaram um ponto final na história das revoluções burguesas, concentrando-se nos 'casos clássicos' (Inglaterra, França e Estados Unidos). E até um dos maiores teóricos do marxismo moderno, George Lukács, estabelece requisitos para as 'transformações capitalistas' que excluíram os fenômenos recentes da irrupção do capitalismo industrial e do Estado capitalista na periferia da teoria geral da revolução burguesa." (A1978a, p.203).

Marx esclarece que sua descoberta foi relacionar a luta de classes aos modos de produção e que a superação destas implica a implementação da ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado, diferente da ditadura burguesa, não é contraditória com a democracia e sim corresponde ao domínio de classe – que passa a ser do proletariado. É a ditadura da maioria da população sobre a minoria e que supõe a ruptura com a ordem burguesa e a implantação do socialismo. Portanto, Marx e Engels não inventaram a luta de classes e sim a compreenderam a partir das condições sociais dos trabalhadores na sociedade burguesa, associando as possibilidades concretas de transformação desta. Tal concepção fica evidenciada já em escrito de Engels de 1845:

> A situação da classe operária é a base real de onde saíram todos os movimentos atuais porque ela é, ao mesmo tempo, o ponto máximo e a manifestação mais visível da miserável situação social atual [...] O conhecimento das condições de vida do proletariado é uma necessidade absoluta se quisermos assegurar uma base sólida às teorias socialistas bem como aos juízos sobre a legitimidade, acabar com todos os sonhos e fantasias pró e contras . (ENGELS, C1985, p.7).

A entrada em cena do proletariado como protagonista da história, pela luta de classes[132], permitiu a superação das análises centradas nas personalidades e grandes vultos históricos, pois estes não consideravam as massas populares como verdadeiros protagonistas da história.

A luta de classes tem vitalidade e expressão nas diferentes classes sociais, sendo a grande lei da marcha da história, por isso a urgência de estudar os frutos e as derrotas desta luta. A sua eliminação só acontecerá com a superação do modo de produção capitalista e a realização do socialismo. O protagonista desta transformação será o proletariado, enquanto classe consciente do seu papel revolucionário, afirma Marx.

[132] Referências às fases de desenvolvimento do proletariado em Marx, e na realidade brasileira, podem ser encontradas, respectivamente, nos seguintes ensaios de Florestan: (A1995b, p.55) e (A1986).

O momento histórico de surgimento do manifesto do Partido Comunista e dos demais artigos de Marx e Engels corresponde ao período de esgotamento do raio revolucionário da classe burguesa. A burguesia precisou optar entre realizar as utopias revolucionárias e anticapitalistas surgidas em 1769 ou lutar para impedir que a revolução fosse concretizada pelas mãos do proletariado. A história evidenciou, com o massacre virulento da comuna de Paris em 1871, que a burguesia internacional fez a segunda opção. A luta de classes para os autores, portanto, é uma categoria histórica essencial para explicar a dinâmica social no capitalismo.

Hobsbawm (C1979) organiza em três fases[133] as análises de Marx e Engels sobre o papel e as funções do proletariado para realizar a revolução. A expressão da luta de classes no período de 1848-1871 foi o rápido fracasso das revoluções e a não realização das utopias revolucionárias para aqueles que fizeram a revolução e morreram nas barricadas urbanas, ou seja, os trabalhadores e os pobres.

Nesta primeira fase, Marx e Engels vão trabalhar com a hipótese de que o próprio desenvolvimento capitalista levaria o proletariado à revolução. No entanto, a realidade demonstrou que a burguesia ficou apavorada com as barricadas na rua e foi capaz de reagir mudando de lado, para isolar os trabalhadores. Estes demonstraram não estarem organizados, não tinham liderança e "o proletariado tomara parte na revolução como membro subalterno, mais importante, de uma aliança de classes que, partindo de alguns setores da burguesia liberal [...] a tarefa principal do proletariado era portanto radicalização da revolução vindoura" (op.cit., p.320).

Na segunda fase (1850 a 1875), Marx e Engels vão concluir que o proletariado não tem força para impor como classe a revolução:

---

133 A primeira acontece da "metade dos anos 40 e o começo da década de 50; a segunda, nos vinte e cinco seguintes [1850-1875] nos quais as perspectivas imediatas não indicavam uma vitória duradoura do proletariado; e, finalmente, os últimos anos de Engels, quando da formação de partidos operários de massa pareceu abrir novas perspectivas de transição nos países mais desenvolvidos." (HOBSBAWM, C1979, p. 319).

> o desenvolvimento revolucionário assim preconizado era complexo e talvez de longo prazo; nem era possível estabelecer em que fase fosse possível impor a 'ditadura do proletariado'. O momento fundamental, no entanto, era de uma transição mais ou menos rápida de uma fase liberal inicial, através de uma fase radical-democrática, até aquela que o proletariado assumiria a direção." (HOBSBAWM, C1979, p.321).

No documento escrito por Marx e Engels (s/d3) em 1850 (*Mensagem do Comitê Central à liga dos comunistas)*, eles refletem sobre a experiência que o proletariado teve nas revoluções de 1848-49 na Europa. Demonstraram necessidade de independência dos operários com relação à burguesia, assim, o "partido operário deve agir do modo mais organizado, mais unânime e mais independente, se não quer ser de novo explorado pela burguesia e marchar a reboque desta, como em 1848." (p.84). Descrevem, também, as vantagens que a burguesia pretende tirar da luta de classes, especialmente através da domesticação do potencial revolucionário dos trabalhadores, e chegam à conclusão de que o significado da revolução para a burguesia e para o proletariado é divergente e antagônico.

Marx e Engels, ao afirmarem por toda *Mensagem,* a necessidade de os operários se organizarem em partido próprio, de forma independente, propõem estratégias organizativas e políticas para enfrentar a luta de classes existente. Dentre outras, afirmam a importância dos operários constituírem "uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e núcleo de sociedades operárias, nas quais a atitude e os interesses do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas." (p.87)[134].

Na terceira fase, Engels[135], ao vivenciar o surgimento dos partidos socialistas de massa na Alemanha, passa a refletir sobre as possibilidades concretas desta experiência na revolução proletária. Na *Introdução* de 1895 leva-se em conta a situação concreta e organizativa dos trabalhadores nos levantes e barricadas de

[134] Florestan, ao discutir a questão do desenvolvimento intelectual dos filhos dos trabalhadores, põe acento que a escola ofereça valores que os possibilitem ter uma posição ofensiva na luta de classes através de um desenvolvimento intelectual independente, conforme análises no capítulo 4.
[135] Neste período Marx estava morto.

1848 e ressalta-se que estavam em um patamar organizativo baixo, pois naquele momento as "massas [estavam] separadas e divididas segundo as localidades e nacionalidades, unidas tão-somente pelo sentimento de seu sofrimento comum." (p.99). No entanto, ao se referir aos anos 1890, destaca que a teoria de Marx é:

> alternativa universalmente reconhecida, meridianamente clara e que formula com precisão os objetivos finais da luta [...] hoje há um só grande exército internacional dos socialistas, incessantemente em progresso, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza da vitória. (ENGELS, *op. cit.*, p.99).

Nesta mesma *Introdução,* Engels descreve que os movimentos vitoriosos até aquele momento constituíram-se de revoluções que estabeleceram rupturas de cima para baixo e com isso deixaram excluída a massa proletária de suas conquistas. Na conjuntura em que ele vivia, era chegado o tempo das revoluções de baixo para cima, que tinham na teoria de Marx o seu referencial de luta. Para Engels, a Comuna de Paris comprovou que a única revolução possível é a revolução proletária. "O aniversário da comuna, diz Engels, foi o primeiro dia de festa de todo o proletariado." O proletariado surge em cena como o herdeiro legítimo das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental. Torna-se, então, o sujeito de uma nova possibilidade histórica e emancipadora.

O proletariado como protagonista da sociedade emancipadora tem a revolução como direito de classe. Como afirma Engels:

> é evidente que, por isso, nossos camaradas estrangeiros não renunciam de nenhum modo a seu direito à revolução. O direito à revolução é o único "direito histórico" real, o único sobre o qual repousam todos os Estados modernos sem exceção [...] O direito à revolução é tão incontestavelmente reconhecido pela consciência universal que até mesmo o general Von Boguslawski deriva única e exclusivamente deste direito popular o direito de golpe de estado que reivindica para seu imperador. (ENGELS, *op.cit.*:p. 107).

No mesmo texto, que foi "mutilado" e usado para mostrar um Engels "pacífico"[136], podem-se destacar duas definições, sem dúvida, revolucionárias: a única revolução possível é a revolução proletária e a revolução é um direito histórico e popular. Florestan, em seus escritos, afirma também a revolução como um direito dos trabalhadores. Daí a necessidade da esquerda e de seus intelectuais orgânicos terem como estratégia de luta recuperar a temática da revolução e assegurá-la como *direito* de classe dos trabalhadores.

Nesta discussão, a justificativa para a revolução como direito de classe do trabalhador tem base histórica legítima e deve ser recuperada:

> uma das coisas que foi fundamental para a burguesia, foi o direito à revolução. É claro que a aristocracia e o Estado absoluto negaram o direito à revolução e a burguesia como classe revolucionária se auto-proclamou o direito à revolução e isso foi incorporado às constituições modernas e o direito à revolução se ele ainda existe em alguma constituição dos Estados Unidos da América, esse direito, é um direito difícil. (FERNANDES, A1984b, tema 2, p.30).

[136] De acordo com o *Dicionário do Pensamento marxista,* "Depois de 1870, a rápida industrialização da Alemanha levava a crer que, ali, os trabalhadores poderiam assumir a liderança. Um forte movimento socialista estruturou-se logo, com uma representação crescente no Reichstag. Engels impressionou-se com o crescimento do socialismo alemão como força eleitoral, inclusive porque, como conhecedor das questões militares, ele tinha consciência de que as novas armas fortaleciam os governos em termos de poder físico. As lutas de rua e as barricadas eram coisas do passado, escreveu ele a Lafargue em 3 de novembro de 1892: em um combate com o exército, os socialistas certamente levariam a pior; e admitia ainda não ver uma solução clara para essa dificuldade. Isso tornava, porém, ainda mais necessária a participação das massas, a ampliação do movimento ao máximo possível, e, na Alemanha, impunha-se levá-lo à principal área de recrutamento do exército, a Prússia Oriental. Engels fez essas advertências num prefácio escrito em 1895 para a edição alemã de *As lutas de classes na França de 1848 a 1852,* de Marx. Indignou-se, porém, com o fato de seu texto ter sido podado pelos editores, com medo da censura, pois poderia fazer com que fosse mal compreendido e parecesse um 'cultuador pacífico da legalidade', conforme queixou-se em carta a Kautsky (1º de abril de 1895). Isso aconteceria realmente dentro em pouco, quando, em 1898, três anos após sua morte, Bernstein começou a apresentar as idéias que haveria de levar á controvérsia 'revisionista'" (KIERNAN, C1988, p.325-326).

2.2.1) A luta de classes no centro do debate

> aqui temos o essencial, no que se refere a uma nova interpretação da classe. A classe, de um lado, é uma forma de dominação. Através da classe nós temos a manifestação do poder da burguesia. De outro lado, a classe também é uma forma de negação e de contra-posição, é um elemento revolucionário. (FERNANDES, A1995b, p.57).

O que se pode observar, a partir dos anos 1960, é que a Sociologia (especialmente a norte-americana) procurava reduzir a análise das classes a um grupo de status, de prestígio social, ou trabalhava com esta teoria de forma fragmentada. O que está por trás desta redução é a crise ideológica presente na sociedade capitalista monopolista e esta crise se expressa:

> [No] intenso debate sobre as conseqüências e as implicações das evoluções recentes do capitalismo, o qual visa pôr em xeque a utilidade do conceito de classe social e a própria validade da noção da sociedade de classes. Esse debate, sob muitos aspectos, pouco preciso e criador, constitui um aspecto da crise ideológica, que abala o mundo em que vivemos. Os cientistas sociais, mesmo quando se proclamam 'neutros' e 'objetivos', participam dessa crise e a instilam em suas análises e interpretações. Por isso, negam a existência das classes sociais na sociedade que conseguiu reunir as condições mais completas e fluidas para o seu florescimento [...] Ou, então, anunciam o fim das classes sociais sob a égide do próprio capitalismo. (FERNANDES, A1975b, p.34).

Florestan toma posição neste debate e faz o caminho inverso, ou seja, "recaptura" na sua produção a luta de classes como engrenagem da história, pois entende que na fase monopolista a sociedade de classe impõe um processo de revitalização. Considerar a luta de classes como categoria explicativa supõe considerar que:

> tais categorias precisam ser adequadas, empírica e interpretativamente, ao presente e às realidades da América Latina [...] significa, apenas, que se precisa usar conceitos, categorias analíticas e interpretações clássicas tendo em vista uma situação histórica peculiar, na qual a realidade se apresenta de outra maneira [...] Doutro lado, a ausência de certas condições estruturais e de certos dinamismos faz com que as contradições de classe sejam amortecidas, anuladas e em regra pouco dramatizada como enquanto tais (graça à opressão sistemática, à omissão

> generalizada e anomia das massas despossuídas) (FERNANDES, A1975b, p.34-35)[137].

As análises da dinâmica das classes sociais em uma dada realidade histórica não podem ser apartadas do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo dependente[138] e das limitações e possibilidades que este impõe à dinâmica das classes. Ademais, a recuperação da teoria da luta de classes deve explicitar o vigor que as classes antagônicas têm, ou não, conseguido impor, nas oportunidades criadas pelo desenvolvimento histórico, e suas conseqüências para os protagonistas, ou seja, burguesia e proletariado.

Muito embora Florestan relate que algumas das suas pesquisas foram escolhas casuais, pode-se afirmar que a realidade da luta de classes compareceu como uma das fontes de sua produção e está articulada com a compreensão da realidade dos "de baixo". Conforme Ianni (1986, p.45), na produção de Florestan, constitui-se uma fonte fundamental "a presença dos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo", ou seja, o entendimento da sociedade capitalista supõe entender a dinâmica das classes, com destaque para o pólo proletário da luta de classes.

A discussão de classe social também ganha centralidade em relação à temática da nação, pois a categoria essencial e estrutural é a de classes na medida em que "não se pode conceber a Nação moderna fora e acima da organização e da transformação do sistema de classes." (FERNANDES, A1978, p.116). Por isso, independente da percepção subjetiva ou ideológica do pesquisador, a história é construção humana que contém intencionalidades marcadas pela posição de classe e pelos conflitos entre as classes.

---

[137] Para Florestan, esse cenário difícil com relação às sociedades da América Latina pode gerar uma falsa análise, ou seja, que há uma impossibilidade teórica da classe e da luta de classe como motor da história. No entanto, a partir do que aconteceu em Cuba (1959), afirma ele que "a reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe em potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma 'classe em si e para si' numa sociedade de classes plenamente constituída [...] O exemplo de Cuba sugere que a explosão pode preceder à formação da consciência de classe revolucionária propriamente dita e, em particular, à sua universalização." (FERNANDES, A1975b, p.36).

[138] Ver por exemplo (A1986; A1995b).

Entretanto, para Florestan, analisar as classes sociais nos países das regiões periféricas, "implica romper com o resíduo naturalista implícito na idéia de que o regime de classes surge da mesma maneira, funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele apareça" (FERNANDES, A1974b, p.26). Por exemplo, na análise sobre a estratificação social na colônia, ele trabalha com conceitos externos à tradição marxista, como estamento e castas, e justifica o uso destes termos como necessários para empreender as análises que explicam os antecedentes do capitalismo no Brasil[139].

Para ele, ocorreram falsos debates no estudo do período colônia, "resultados de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como tentativa de restabelecer a 'sociedade feudal' sobre a escravidão mercantil." (FERNANDES, A1979b, p.30)[140]. Ele diz que um dos erros teóricos foi proscrever "o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como 'casta', 'estamento' e 'classes' perde-se, portanto, aquilo que seria a *diferença específica* na evolução da estratificação social no Brasil." (FERNANDES, *op.cit*., 31).

De acordo com Cohn (B2004), Florestan não fica nas abstrações destas categorias em si mesmas, mas as localiza na dinâmica da sociedade. Sem essa localização nos processos reais, "há uma oposição intrínseca entre os princípios de organização estamental e de classe no que diz respeito à capacidade política de organização da sociedade: ou prevalece o estamento e fecha-se o caminho para a classe ou esta o substitui nas instancia de poder". (COHN, B2004, p.398). Entretanto, é na articulação destes conceitos que "entra um resultado importante da análise de Florestan. Ele demonstra no seu livro que o formato da *Revolução burguesa no Brasil* apresenta peculiaridade de monta nessa área" (COHN, *op.cit.*).

Florestan, ao recorrer a estes conceitos, considera uma contribuição aproximada e defende que este ponto de chegada precisa ser mais explorado e

[139] De acordo com Florestan "fui levado a fazer questionamento mais profundo das classes e do seu âmbito porque é realmente classe no sentido rigoroso, quando você pensa como Marx. [...] Então, eu fico colocando diante da história brasileira esse questionamento quando realmente desaparece o estamento e surge a classe? Por que Marx e Engels têm coragem de usar o conceito de estamento, mas nossos marxistas têm medo? O conceito casta, talvez eu tenha usado de maneira pouco livre. Mas para distinguir o escravo do próprio negro e do mulato que eram membros de estamentos eu tinha que ter uma outra categoria e já houve esse uso livre do conceito de casta, então vamos lá. Eu comecei esse questionamento e pude fazer através desta investigação"(A1995d, p.23)

[140] O debate é explícito com as teses defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro.

analisado[141]. No entanto, para Cohn, este é um dos aspectos mais relevantes de sua análise:

> Persistências estamentais na organização e na conduta de classe (especificamente, de classe burguesa) devem-se mais a 'imperfeições' na sua constituição, no caso brasileiro isso é diferente. Aqui não temos simplesmente traços estamentais que acidentalmente aderem à organização de classe, mas a dimensão estamental é incorporada pela classe burguesa como traço estrutural na forja do processo histórico da sociedade. Isto tem conseqüências profundas à atuação dessa classe em todos os campos, especialmente nas áreas que mais importam, que são a econômica e a política. A mais importante delas é a orientação particularista, voltada para o privado e, portanto, mais consentânea a posições estamentais do que posições de classe historicamente revolucionárias. O exame dessa dimensão do processo histórico fornece um dos fios mais importantes de sua trama de análise da revolução burguesa (COHN, B2004, p.399).

As 'imperfeições', portanto, não estão no uso das categorias em si, mas na constituição do real, pois a articulação do velho com o novo na composição da estrutura histórica é um dos aspectos que forjou o capitalismo dependente e produziu as seguintes características na dinâmica da luta de classes: 1) uma classe que é mais classe que a outra; 2) padrão de dominação autocrático e 3) a definição de inimigo comum (primeiro foi o negro e depois o assalariado)[142].

Em primeiro lugar, analisando a realidade brasileira, é possível entender:

---

[141] Ele realizou este debate pela primeira vez no livro *Revolução burguesa no Brasil* e recebeu muitas críticas, respondidas no prefácio à segunda edição, quando afirmou: "há a questão da amplitude do capítulo dois. Na época em que o redigi, há dez anos atrás, parecia-me que a síntese feita, apesar de muito apertada, respondia a tudo que era essencial [...] Tive de omitir-me, principalmente: 1) quanto ao passado colonial; 2) quanto aos momentos de conexão desse passado com a eclosão da fase de transição neo-colonial. O que escrevi a respeito visava mais a uma auto-localização do autor do que uma tentativa de explicação. [...] Logo que tive uma ocasião propícia, aproveitei-a para 'arredondar a conta'. Em um pequeno estudo, em vias de publicação [circuito fechado], completei duas análises anteriores da sociedade escravista e fechei o círculo que ficava aberto na exposição contida neste livro." (FERNANDES, A1975, p.6-7).

[142] No artigo *Existe uma crise de democracia no Brasil* (FERNANDES, A1974b) Florestan faz, em 1954, reflexão sobre o papel educativo dos partidos no desenvolvimento da sociedade de classes e a estratificação social na consolidação do capitalismo. Para ele, "a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre acarretou uma transformação radical não só as castas foram suprimidas, como também a ordenação estamental, que lhes era paralela, passou a decompor-se rapidamente. [...] A implantação quase simultânea da República consagrou, juridicamente, essas transformações, concedendo igualdade política aos cidadãos brasileiros, sem levar em conta as distinções sociais que produziram o passado e o presente. Essa consagração formal das transformações foi aceita pelos membros das camadas dominantes, mas não as suas conseqüências práticas" (p.102)

> aqui, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária [...] aí se fundiram, como vimos anteriormente, o 'velho' e o 'novo' , a antiga aristocracia comercial com os seus desdobramentos no 'mundo dos negócios' e as elites dos emigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos. Essa lógica se voltava para o presente e para o futuro, tanto na economia quanto na política. Por isso, ela se converteu no pião da transição para o '*Brasil moderno'*. (FERNANDES, A1975, p.210).

Ademais, a oligarquia teve o papel de pião da transição porque oferecia segurança e possibilidades para a concretização da revolução burguesa, mantendo a ordem, a harmonia social e o aprofundamento do desenvolvimento desigual, pois

> Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindo dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista,* prevenindo a 'desordem da economia', a 'dissolução da propriedade' ou o 'desgoverno da sociedade'. (FERNANDES, A1975, p.210).

A concretização da revolução burguesa esteve a reboque das oligarquias e, na prática social, processa-se uma fratura entre o proclamado e o realizado, pois "os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva eram extraídos de uma ordem capitalista idealizada (existente, na realidade, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos da época)." (FERNANDES, A1975, p.211). No entanto, na prática a burguesia tinha apenas um arsenal ideológico e "qualquer grupo que fizesse 'oposição dentro da ordem'" foi silenciado "pelo poder da burguesia e pela repressão policial". Por exemplo, os movimentos dos tenentes e a revolução constitucionalista foram oposições consentidas dentro da ordem, a partir de cima e de interesses e conflitos de frações do setor dominante. Há na burguesia uma intolerância em sua raiz e com sentido político, gerando uma democracia restrita que possui certa abertura e funcionalidade "*só para os que têm acesso à dominação burguesa"*. (FERNANDES, A1975, p.212).

Florestan, fazendo referência a Lênin, vai afirmar que essa democracia restrita não significa uma burguesia fraca e inviável:

> as análises de Lênin, de uma situação comparável na Rússia (a Revolução de 1905 e seus desdobramentos posteriores), sugerem que a 'fraqueza' da burguesia precisa ser tomada como um dos elementos de um todo complexo e muito instável. Na verdade, não existe uma 'burguesia débil': mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do 'radicalismo' ou do 'nacionalismo' das classes médias e dos setores industrialistas. (FERNANDES, A1975, p.213).

Seguindo esta lógica, se não há uma burguesia débil e sim outras classes que podem ou não ameaçar a dominação burguesa, algumas perguntas podem ser feitas: Como liderar a transformação capitalista em condições tão adversas, especialmente a dependência, a drenagem de riqueza para o exterior e o subdesenvolvimento? Será que a burguesia por estreiteza não tomou o caminho errado? Por que ela não seguiu os exemplos dos Estados Unidos e do Japão[143]? Dialogando com estas questões, Florestan afirma:

> em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da 'revolução nacional e democrática', mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ela supõe." (FERNANDES, A1975, p.214).

Este capitalismo difícil produz contradições profundas no desenvolvimento da luta de classes e, mantidas as condições de dependência, aprofunda-se a socialização dos custos sociais entre os trabalhadores e o privilegiamento[144] dos

[143] Vale adiantar a resposta para a questão do Japão e dos Estados Unidos, pois estes não tiveram a nossa herança colonial e realizaram a revolução nacional e industrial sem ser democrática. Ver item sobre as especificidades da revolução burguesa neste capítulo.

[144]Esta análise do privilégio no capitalismo tem relação com as suas análises educacionais da educação como privilégio e da interlocução com Anísio Teixeira (livro *Educação não privilégio)*. Para Florestan " 'o problema nacional' em jogo é o da instrução. São tão graves as deficiências e as carências do ensino no Brasil, que ninguém reluta em encará-lo como um dos principais *problemas sociais* do país. [....] A instrução vem a ser um privilégio econômico e social sob dois aspectos: da

interesses privados. Este capitalismo é difícil por alguns aspectos. Primeiro, quando uma classe não consegue dar limites históricos a outra classe, "o poder de uma classe na sua relação com as outras classes da sociedade se concentra sem freios [...] Em suma, converte-se, no interior da sociedade, em alguma forma de autocracia." (COHN, B2004, p. 412). Assim, há o privilegiamento do uso do Estado e de outras instituições-chave como instrumento de uma classe. O segundo tem relação com o aspecto político e econômico:

> Ao engendrar a sobre-apropriação, o capitalismo dependente cria condições estruturais que restringem diretamente a participação econômica e, indiretamente, a participação sociocultural e política dos trabalhadores assalariados. As pressões contra as desigualdades econômica, sociocultural e política, coordenadas e reguladas de baixo para cima, sofrem um amortecimento de natureza estrutural. Nesse sentido, a classificação pelo trabalho assalariado possui pequeno valor estrutural como fonte de realização da 'condição burguesa'. O trabalho assalariado apenas estabelece as condições para reprodução social do trabalhador e da própria sobre-apropriação capitalista (FERNANDES, A1975b, p.71)

Nas sociedades da América Latina, as manifestações das classes sociais constituem-se como uma formação histórica típica, que não corresponde, necessariamente, às dinâmicas das classes sociais nos países de dominação democrático-burguesa. A dinâmica das classes sociais tem relação com "o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social." (FERNANDES, A1975b, p.39). Portanto, com a manutenção das condições que geram o padrão de acumulação do capitalismo dependente, ou seja, sobreapropriação capitalista dos excedentes nacionais, as conseqüências sociais são drásticas, pois a realidade econômico-político-social manterá o aprofundamento da sociedade dos privilegiados, onde "umas classes sociais são mais classes que as outras"[145]. O padrão de dominação tem tendências autocráticas que permitem a

situação de classe das famílias; e do grau de prosperidade de cada da sociedade brasileira" (FERNANDES, A1974b, p.111).

[145] Um exemplo histórico do privilegiamento das classes burguesas na sociedade brasileira foi o golpe civil-militar de 1964, pois, quando estas constataram que seus interesses de classe estavam perdendo espaço no Estado, não tiveram dúvida de recorrer à violência institucionalizada.

manutenção dos privilégios de classe, da continuidade e do aprofundamento do capitalismo por associação dependente.

De outro lado, as classes sociais não devem ser descoladas das formas como se colocam na dinâmica social e, também, não podem ser afastadas das relações de mercantilização da força de trabalho[146]. Nas análises de Florestan, há um complexo padrão de mercantilização da força de trabalho sob o modelo dual de acumulação, ou seja, apropriação repartida entre a burguesia interna e externa do excedente econômico nacional: "articula as relações entre os agentes sócio-econômicos que vivem em diversas 'idades econômicas' e estão presos, por mediações da ordem competitiva vigente, a diferentes modos de produção (variavelmente capitalista, ou pré-capitalista e extracapitalista") (FERNANDES, A1975b, p.81). Percebe-se que as campanhas contra o trabalho escravo e a referência à educação como tática essencial para eliminar este tipo de trabalho são concepções abstratas que desconsideram o padrão de acumulação brasileiro no qual o desenvolvimento desigual requer e permite coabitarem várias e distintas idades econômicas e etapas civilizatórias. Isso ocasiona um grau de perversidade no desenvolvimento humano, que se torna um circuito fechado. Segundo Florestan, só "os de baixo" serão capazes de transformar através da ruptura com a ordem e a implementação do socialismo.

Por outro lado, este desenvolvimento desigual gera dificuldades organizativas sem precedentes para "os de baixo" se imporem como classe. No entanto, existem setores, como o da grande indústria, que propiciaram condições para a organização em classe. O exemplo mais evidente foi o dos operários da região paulista do ABC, nos anos 1970, que demonstraram grande capacidade organizativa, de mobilização e ofensiva na luta de classes. Em outros setores, há o pólo extremo negativo onde a "apropriação capitalista transcorre sob condições de permanente neutralização das funções classificatórias do mercado, anulando, portanto, as implicações [do] trabalho" (FERNANDES, A1975b,p.81) na dinâmica das classes, comum a uma sociedade capitalista. Um terceiro pólo seria intermediário, cuja força de trabalho sofre uma classificação via mercado parcial ou

[146] No artigo publicado em 1971, Florestan trabalha com "padrão de mercantilização do trabalho".

negativa, ou seja, são as "massas trabalhadoras que sofrem algum modo de expropriação capitalista, mas são permanentemente marginalizadas ou excluídas da ordem social competitiva." (FERNANDES, A1975b, p.81).

A articulação entre o "tradicional" e o "moderno" permitiu à oligarquia definir como inimigo comum "no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade." (FERNANDES, A1975, p.210). Os trabalhadores são, então, os primeiros inimigos e, na realidade, deve ser extirpada qualquer possibilidade de oposição organizada deste setor. Qual é o significado da repressão ao proletariado como eixo da revolução burguesa? Para uma análise não-marxista, a explicação encontra-se no passado. Entretanto, na perspectiva do método da economia política de Marx, Florestan indica que o decisivo está nas forças em confronto histórico, ou seja, os limites e as possibilidades abertas, ou não, pelo padrão de dominação autocrático-burguês.

2.2.2) Revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem

Um segundo aspecto que compõe a categorização sociológica de revolução e o diálogo com o marxismo é a tematização da polarização "revolução dentro da ordem" e "revolução contra a ordem".

Quando a luta de classes tem como pilar uma classe trabalhadora organizada, capaz de lutar por independência e alcançar seus objetivos, explícita ou implicitamente revolucionários, tendem a se criar condições para uma revolução política que poderá manifestar-se, segundo denominação de Florestan, como revolução dentro da ordem ou contra a ordem.

Os primeiros escritos sobre as polarizações "revolução dentro ou contra a ordem" parece se encontrarem em ensaio, escrito por ele em 1970, intitulado *Sociologia, modernização autônoma e revolução social*[147]. Nele, a discussão

[147] FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, RJ, Zahar ed. p.123-157. A precisão sobre se este é o primeiro ensaio em que surge tal tematização demandaria uma pesquisa específica que escapa ao objetivo desta tese. Logo, não se empreendeu um levantamento rigoroso para mapear o início ou a ordem cronológica do uso desta polarização,

central é projetar a Sociologia em um universo histórico amplo para compreender e transformar o presente. Isso supõe estabelecer o diagnóstico do capitalismo na região:

> O processo de autonomização entrava no quadro descrito como uma condição negativa, isto é, como algo frustrado e negado. Na fase atual, em que os diagnósticos já foram feitos e na qual só falta estabelecer sua síntese crítica, a dependência como estado de negação interessa muito menos que a autonomia revolucionária (como 'revolução dentro da ordem', se em algum lugar da América a burguesia revelar-se bastante forte para lograr o que nunca fez, uma revolução nacional e a criação de um 'novo capitalismo'; e como 'revolução contra a ordem existente' como se fez em Cuba, colocando-se um ponto final no processo de descolonização e iniciando-se a revolução nacional através do socialismo). (FERNANDES, A1975b, p. 125-126).

A revolução dentro da ordem (ainda sob o capitalismo) e a revolução contra a ordem (implantação da transição socialista) aparecem como uma possibilidade histórica de autonomia revolucionária. Estas pressupõem superação do mero diagnóstico da realidade capitalista e exigem o avanço do movimento político como alternativa histórica. Ao recuperar esta polarização, a fundamentação são a teoria da luta de classes e a categoria revolução.

Destarte, é preciso entender a importância da luta política como tarefa concreta cujo objetivo é encetar a organização e a elevação da consciência social de classe dos trabalhadores. Só estes poderão realizar as tarefas que a burguesia não concretizou para assim se processar a revolução dentro da ordem. Caso existam condições históricas e organizativas, será possível realizar a revolução contra a ordem. Não se trata de etapas para instaurar a revolução e sim de alternativas históricas concomitantes e que só o proletariado é capaz de realizar em sua plenitude, pois tem condições de fazer a revolução política para o conjunto da sociedade. Ele é a classe que nega a classe e tem condições de destruir as classes.

De forma sumária, Florestan define que nos "limites históricos, 'revolução dentro da ordem' significa conquistas de autonomia dentro do 'desenvolvimento capitalista', superação do crescimento por incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das nações hegemônicas e da superpotência capitalista."

---

interessa aqui apenas apreender o sentido teórico no conceito sociológico de Revolução, assim como o sentido histórico, nas análises empregadas por Florestan.

(FERNANDES, A1975b, p.129). Este tipo de revolução, no marco do capitalismo, supõe, portanto, a ruptura com a dominação externa, que no período em estudo corresponde à dominação imperialista; "'revolução contra a ordem existente' envolve algo mais complexo: uma real ruptura com o passado e com o presente, bem como a criação de um novo patamar evolutivo." (Fernandes, A1975b:129). Esta alternativa é, sem dúvida, o socialismo.

Ao trabalhar com essas alternativas históricas na América Latina, o autor tem como horizonte histórico o capitalismo e o socialismo na região, conseqüentemente:

> A revolução – dentro da ordem ou contra ela – não é uma criação dos sociólogos. As 'potencialidades explosivas' da América Latina não nos devem fazer esquecer quão fracas e inconsistentes ainda são as impulsões revolucionárias (nacionalistas ou socialistas) na maioria dos países. Mais fortes e encarniçadas que elas, até o presente, são as forças contra-revolucionárias, internas e externas, unificadas pelo subdesenvolvimento e pelo capitalismo dependente. Essa é uma barreira histórica. (FERNANDES, A1975b, p.150).

Na América Latina, a revolução (nas suas diferentes alternativas) e a contra-revolução fazem parte do cenário histórico e político dos países da região. A conclusão é que a luta de classes pode produzir tanto a revolução, quanto a contra-revolução, e os condicionantes da revolução ou da contra-revolução devem ser buscados, dentre outros, nos seguintes aspectos: no grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista; no estágio e nível da luta de classes e, especialmente, na capacidade da luta organizada dos trabalhadores (Se estes dispõem de capacidade de luta política organizada e em que nível? Como os trabalhadores impõem às classes dominantes o seu direito de existir como classe?).

Nos exemplos históricos do Chile, com o presidente Allende, ou nas lutas pelas reformas de base no Brasil, o que prevaleceu foi a contra-revolução da classe burguesa chilena e a contra-revolução preventiva no Brasil. No caso brasileiro, com o desgaste da contra-revolução, a burguesia se separa dos militares:

> os setores dissidentes dos vários estratos da burguesia ligaram a luta contra a ditadura à proteção de seus interesses de classe e, principalmente, a preservação e ao fortalecimento da ordem burguesa existente (em termos das injustiças e iniqüidades

> inerentes ao capitalismo associado e à industrialização maciça na periferia). Por essa razão põem tanta ênfase no Estado de direito, no papel do parlamento numa democracia representativa e na conciliação dos interesses de classes vitais para a *Paz social* (mito que nasceu sob o Estado Novo). (FERNANDES, A1980c, p.57).

Esta passagem oferece elementos substantivos para compreender a definição da revolução dentro da ordem em um contexto histórico concreto. No momento de confronto contra a ditadura, os pólos antagônicos da luta de classes tinham objetivos táticos e políticos opostos. De um lado, os estratos da burguesia consideravam a luta contra a ditadura como um fato histórico dissociado de qualquer tipo de movimento político cujos fins fossem uma revolução dentro da ordem. Seus objetivos foram proteger seus direitos de classe para manter a dominação burguesa. Isso explica, por exemplo, a ênfase dos extratos burgueses na conciliação de classe, no Estado de Direito e no Parlamento.

De outro lado, tem-se o pólo proletário que, para encetar a revolução dentro da ordem, deveria querer mais que derrubar a ditadura, pois o melhor viria depois da derrubada desta. Assim analisa Florestan:

> nada de transição entre a ditadura vigente e o Estado de direito (o que revitalizaria a contra-revolução e a atual tirania burguesa), nada de mistificação sobre a constituinte e a democracia parlamentar, vistas como meios para alargar a participação política das massas e para se passar tão rapidamente quanto possível, de uma democracia de participação ampliada para uma democracia social (ou de predomínio da maioria). Em conseqüência, essa revolução dentro da ordem não paralisa o movimento democrático *como se* o essencial fosse só 'acabar com a ditadura'; ora, pela lógica dos fatos, o essencial *só pode vir depois,* quando as pressões de baixo para cima equacionarem os parâmetros econômicos, sociais, culturais, políticos e humanos de uma revolução democrática que busca incorporar o povo à nação. (FERNANDES, A1980c. p. 57)

A revolução dentro da ordem e a revolução contra a ordem são elementos de enfrentamento do proletariado na luta de classes e surgirão no bojo dos movimentos políticos de enfrentamento desta. Assim, por exemplo, a própria organização de classe em si é uma forma de revolução dentro da ordem, entretanto:

> Só depois de conquistar o poder teria o proletariado probabilidades de alterar sua relação com a sociedade capitalista e de usar o poder político para levar até o fim a destruição da ordem existente ou de encetar a fundo a construção de uma nova ordem social. Enquanto combatesse dentro da ordem capitalista e através de meios legais, qualquer que fosse sua capacidade de recorrer à violência, o proletariado poderia, no máximo, redefinir sua relação com a revolução burguesa, reacendendo os seus estopins, para ampliar sua autonomia e organização, como e enquanto classe, e serrar os dentes ou amarrar os braços das classes dirigentes. Continuando com sua hegemonia social e política, estas classes poderiam enfrentar a maré montante, seja fazendo concessões e ampliando os direitos civis, sociais e políticos do proletariado *dentro da ordem,* seja aproveitando as condições favoráveis para reduzir o ímpeto da pressão operária e, se possível, neutralizá-la. Em outras palavras, a luta de classes impõe ziguezagues aos dois lados e, em termos estratégicos, a burguesia sempre dispõe de vantagens que não podem nem devem ser subestimadas (FERNANDES, A1984a, p.39).

Ao inserir a tomada do poder como ponto-chave para alterar a relação de classe, Florestan impossibilita imputar-se às análises sobre revolução dentro da ordem ou contra a ordem qualquer tipo de gradualismo ou esperança de que o aperfeiçoamento, pela reforma, possibilitasse, por si mesmo, ruptura com a ordem burguesa.

Embora reconheça que a luta de classes impõe combates com vitórias e derrotas aos dois lados (sem dúvida com vantagens para a burguesia), ele mostra a necessidade de o proletariado aproveitar as oportunidades oferecidas por estes embates. Servirão para ampliar a consciência política, redefinir seu papel na revolução burguesa (por exemplo, tornando-se classe para si) e nas lutas por manutenção e ampliação de direitos. Aqui, sem dúvida, entra a luta pela educação pública, a necessidade de oferecer ao trabalhador condições de desenvolvimento intelectual independente e uma escola que tenha como referência os valores socialistas de concepção de mundo[148].

A tomada do poder é essencial para a ruptura com a ordem. Pressupõe o aprofundamento da relação entre a revolução dentro da ordem e a democracia, assim como a realização da revolução contra a ordem. De acordo com Florestan:

[148] Sem dúvida, esta foi uma contribuição teórica de Florestan desde o final dos anos 1950. No próximo capítulo esta discussão será aprofundada.

> A democracia não é só um valor supremo ou um fim maior. Ela também é um meio essencial *sine qua non:* a ordem capitalista não é negada somente depois da conquista do poder. O deslocamento da supremacia burguesa e a necessidade da conquista do poder exigem uma democratização prévia extensa e profunda, *de natureza proletária,* das organizações operárias de autodefesa e de ataque. O que entra em jogo, portanto, não é ou democracia ou revolução proletária. Essa alternativa é falsa e desde que o proletariado tenha condições para lançar-se ativamente à dinamização da luta de classes, ele põe em equação histórica uma forma política de democracia que as classes burguesas não podem endossar e realizar. (FERNANDES, A1984a, p.48-49).

No livro a *Natureza sociológica da Sociologia,* Florestan descreve que na Sociologia há duas polaridades: dominação e revolução, que explicam a manutenção ou transformação da sociedade. No pólo revolução, a Sociologia é contestadora e deve estar vinculada aos movimentos de maioria, que tenham como seus fins o delineamento da revolução dentro da ordem e contra a ordem. Para ele:

> Poder-se-ia dizer que o laboratório dessa Sociologia é a sociedade. Mas, essa seria uma meia verdade. Pois os seus nervos procedem do movimento socialista, pelo qual a revolução é ativada e regulada. Se o movimento socialista é *forte, intenso, maduro,* os sociólogos que operam em conexão com ele produzem um pensamento sociológico diretamente encadeado à transformação revolucionária do mundo. No caso inverso, os sociólogos não têm como dinamizar os seus papéis de intelectuais orgânicos da revolução e de fomentar as funções que liberam o elemento científico revolucionário da Sociologia. Portanto, a Sociologia não é 'sucedâneo' nem um 'equivalente' do socialismo. Ela só é instrumental para ele na medida em que o próprio movimento socialista alcança vitalidade suficiente para apossar-se do pensamento sociológico (como de outras esferas da ciência e da tecnologia científica) e utilizá-lo como 'arma teórica' e 'recurso de análise' para os seus fins, quer eles se delimitem numa 'revolução dentro da ordem', quer eles avancem até a 'revolução contra a ordem'. Sob esse ângulo seria um erro pensar-se em um *momento teórico* e em um *momento prático* (ou 'puramente político'), como fazem certos autores. Ao encadear-se com o movimento socialista, o pensamento sociológico funde esses dois momentos: como afirmou Lênin, sem teoria revolucionária não há revolução (FERNANDES, A1980d, p.32-33).

Para compreender a categoria sociológica de revolução na perspectiva teórica de Florestan, é mister o entendimento da "revolução dentro da ordem" e da

"revolução contra a ordem" e a "recapturação" da teoria da luta de classes como elementos teóricos primordiais à realização do "processo histórico de natureza política, de liberação das classes trabalhadoras e de implantação do socialismo." (FERNANDES, 1980d, p.115). Além disso, a revolução no contexto da civilização do mundo moderno é um direito do trabalhador, constituiu-se como um processo histórico necessário, positivo, construtivo e abrangeu a totalidade da transformação estrutural da sociedade. Portanto, assumir a revolução como um processo histórico é um direito legítimo dos trabalhadores para que seus filhos, ao nascerem, possam usufruir de todas as conquistas e heranças clássicas da humanidade. O processo que propicia a revolução, neste sentido, é natural, normal e, muitas vezes, violento. De acordo com os exemplos históricos, necessita de longa duração para se consolidar. O seu ápice é a consolidação da revolução social, que pressupõe: a superação das classes antagônicas, da dominação (da classe sobre a outra e do homem sobre o homem), das desigualdades sociais e da eliminação na sociedade civil da divisão e exploração social do trabalho e da propriedade privada.

O significado da revolução dentro da ordem nos países periféricos tem para Florestan uma importância central, pois as revoluções burguesas nestes países, cuja transformação é estrutural (com ênfase na dimensão econômica), deixam de fora a revolução democrática e a revolução nacional devido às burguesias internas serem pró-imperialistas e optarem pela dupla articulação. Portanto, cabe ao proletariado e a sua vanguarda lutarem para estender ao máximo as tarefas que seriam da burguesia. Reafirme-se que isso não significa etapas na luta para chegar um dia ao socialismo. Trata-se de expandir ao máximo as possibilidades organizativas e democráticas para elevar o nível de consciência e de solidariedade entre os trabalhadores destes países. Neste ponto é possível entender a centralidade que tem a luta pela educação pública na realidade brasileira e por que Florestan nisso se empenhou muito, nos anos 1950, 1960 e depois no parlamento.

2.3) A revolução burguesa e a revolução proletária: a concomitância de revolução

Neste último item organiza-se a contribuição de Florestan sobre a especificidade da revolução burguesa sob o capitalismo dependente. Essa temática pode ser considerada uma das suas grandes contribuições teóricas, inclusive vários autores e políticos consideram suas análises um ponto de referência imprescindível para a explicação do modo de produção capitalista na realidade brasileira. Por exemplo, Luiz Carlos Prestes, em entrevista, nos anos 1980, situa a contribuição do livro *Revolução burguesa* de Florestan:

> Na América Latina, dizíamos que o inimigo principal do nosso partido era o nacional-reformismo, com o qual mais adiante, nos unimos, na Frente Nacionalista, ao perceber que o nosso inimigo principal era o imperialismo. Outro documento errôneo, que está influindo ainda hoje em toda a América Latina, foi o denominado de 'Teses para os países coloniais e semicoloniais', aprovado pelo VI Congresso da Internacional Comunista [...]. O caráter da revolução em toda a América Latina, nestas condições, passou a ser considerado como nacional libertador, quando os seus principais países já eram capitalistas. Na sua análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no livro *A Revolução burguesa*, de Florestan, que é, em minha opinião, quem mais se aproxima de uma solução marxista. (PRESTES, C1983, p.16).

Para compreender a solução encaminhada por Florestan sobre esta temática é necessário analisar primeiro como ele trabalha a noção de época histórica e o papel das classes sociais neste universo, para depois analisar alguns aspectos da especificidade da revolução burguesa no Brasil.

2.3.1) A noção de época histórica

> Então, aqui vocês têm uma discussão das duas grandes épocas históricas do mundo moderno em termos de revolução social. Uma época que se esgotou: a burguesia deixou de ser revolucionária no século XIX e os episódios que marcam isso são os episódios vinculados ao esmagamento das revoluções operárias e populares. (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.5).

Os textos de Marx com os quais Florestan estabelece diálogo são Marx e Engels de 1848-49, Marx de 1870-71. Há também referências a Lênin de 1905-1907 e 1917. Os autores tratam de analisar e conhecer a luta de classes que acontecia na França (Marx e Engels) e na Rússia (Lênin) respectivamente. Os problemas deste período oferecem elementos para que surjam, na elaboração teórica do sociólogo, a noção de época histórica, a constituição da consciência da classe revolucionária, a constituição do partido e da vanguarda, a formação do sujeito revolucionário do proletariado, dentre outras.

Ao trabalhar com a noção de Época Histórica, Florestan toma como base os escritos de Marx e Engels no *Manifesto Comunista, n*a *Miséria da Filosofia* e em *Crítica ao programa de Gotha*. Ele trabalhou com duas grandes épocas históricas revolucionárias: a época revolucionária da burguesia e a época revolucionária do proletariado, uma vez que "essas são as duas grandes épocas e para o sociólogo que trabalha hoje é uma grande vantagem ter paralelamente a URSS, China e Cuba e outros países do leste, Vietnã etc. O Chile como ponto de referência para refletir sobre essas épocas." (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.7).

Suas análises associam a luta de classes e a revolução, pois estas auxiliam o entendimento da forma como se expressa a relação entre a burguesia e o proletariado e seus respectivos protagonismos nos processos históricos. Logo, "revolução e a contra-revolução estão embutidas na luta de classes. Quer dizer que a luta de classes tanto pode dar origem a um processo contra-revolucionário como ela pode dar origem a um processo revolucionário". (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.25).

Geralmente, a época revolucionária da burguesia remete à história da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos e, principalmente, à imagem das lutas da burguesia (moderna) pela desagregação dos feudos (atrasados); aos confrontos cujas palavras de ordem *igualdade, fraternidade e liberdade* eram dominantes; às conquistas democráticas, como educação pública, reforma agrária, enfim, a uma série de fatos que fazem olhar para a realidade capitalista atual como algo deformado e incompleto. Para Florestan:

> na medida em que a burguesia era uma classe revolucionária, o que acontecia? Ela acabava exprimindo os anseios de transformação de toda a sociedade, quer dizer, aquilo que era de uma classe representava os interesses e aspirações da classe em termos coletivos, em termos de transformação nacional. Então a burguesia se proclamava libertária, igualitária, fraternal (FERNANDES, 1984b, tema 02, p.4)

Entretanto, a burguesia, ao se tornar classe dominante, assumirá sua face conservadora e suas políticas passarão a sustentar, preferencialmente, seus exclusivos interesses de classe. Não se trata, portanto, de uma incapacidade da burguesia para implementar a revolução. Apenas, a natureza e os objetivos da sua revolução passam a ter como foco exclusivo seu interesse de classe. A burguesia visa manter a ordem e desenvolver o capitalismo, e, ao mesmo tempo, deseja garantir e fortalecer a dominação de classe e o controle do Estado nacional.

Por isso, tem-se de contextualizar as transformações capitalistas no Brasil. Embora muitas vezes estas sejam consideradas deformadas e incompletas, o fato é que nossas transformações capitalistas ocorreram fora dos parâmetros da época em que a burguesia havia sido revolucionária:

> na dinâmica pela qual a burguesia se torna classe dominante, o que vai acontecer? Ela vai ser agente histórica da transformação capitalista. A burguesia vai ser o meio pelo qual a transformação capitalista se concretiza. Então as próprias bases reais da produção, da organização da sociedade e do Estado vão entrar em conflito com essa ideologia revolucionária, e com essa utopia revolucionária [...] A traição da burguesia era exatamente esse processo pelo qual a burguesia se vê desmascarada pelo fato dela não poder ser portadora de uma ideologia e de uma utopia que transcendia a situação de classe da burguesia [...] a burguesia teve então que voltar as costas às raízes ideológicas e utópicas que pavimentaram a ascensão social da burguesia, como classe dominante (FERNANDES, A1984b, tema 02, p. 4)

Enquanto classe dominante e para se manter como tal, a burguesia precisa garantir a reprodução ampliada do capital. Este fato exige uma produção crescente de exploração da força de trabalho e de aumento da centralização do seu poder de classe. Os processos crescentes de exploração e concentração do poder de classe vão gerar uma contradição insolúvel dentro do modo de produção capitalista. Esta contradição expressa-se, de um lado, porque a base objetiva do sistema de

produção impõe uma acumulação acelerada e esta será o norte para a luta de classes, para a conformação da natureza e dos objetivos de classes do Estado. De outro lado, esta aceleração entra em conflito latente com sua filosofia revolucionária, contida nas palavras de ordem de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Para garantir a acumulação acelerada não há espaços para filosofias que extrapolem os ganhos e lucros da classe que domina a sociedade, portanto, não tendo como remediar este conflito, a opção é abandonar esta filosofia e passar a agir guiado pelos interesses egoístas e imediatos de sua classe[149].

Para ocultar esta contradição e assim atender apenas seu interesse de classe, na prática, mantêm-se os aspectos desta filosofia revolucionária como letra morta, algo sem valor de concretização. A dicotomia imposta ao homem na sociedade burguesa é explicada por Marx na *Questão judaica* da seguinte forma: na produção ele é explorado e na vida política é um cidadão que tem sua liberdade e igualdade formalmente garantidas. Como essa dicotomia foi processada ao longo de tempo? Como contextualizar estes acontecimentos na época revolucionária da burguesia? Para Florestan:

> a caracterização da época da evolução burguesa envolve um recorte muito profundo [...] a formação da sociedade burguesa moderna lança as suas raízes dentro da desagregação de uma sociedade anterior, e é claro que Marx chamou de o modo específico de produção capitalista. Você apanha aí um longo período histórico. Quando a burguesia como classe pode lutar pelo poder, pelo controle do Estado, pela direção da sociedade ela já tinha atingido a sua forma clássica de classe hegemônica. Já estava em seu pleno amadurecimento histórico. É muito importante refletir sobre isso; porque os que analisam a outra época histórica quase sempre ignoram esse longo período de evolução que vai do aparecimento da forma moderna de propriedade, do aparecimento do capital, do trabalho assalariado até a conquista do poder pela burguesia e as transformações que vão ocorrer dentro do modo capitalista. (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.2).

Aqui se tem um aspecto central para compreender a temática da revolução em Florestan. Como a burguesia não pode ser mais revolucionária, nem portadora

[149] No próximo capítulo, será possível perceber que esta foi a base teórica para uma das contribuições educacionais de Florestan a partir dos anos 1950: as noções de educação como problema social e de dilema social.

de um projeto para toda a sociedade, "a bandeira da revolução já não é mais da burguesia, a bandeira da revolução passa para as mãos do proletariado e ela passa a ser um movimento social." (FERNANDES, A1984b, tema 02, p.6). Entra-se na época do proletariado revolucionário, pois só este não tem nada a perder e é capaz de realizar uma revolução que incorpore o conjunto da nação. Marx, no *Manifesto Comunista,* analisa os processos da época em que o comunismo de espectro passa a ter programa e inicia a sua época revolucionária. Segundo Florestan,

> a época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas *em atraso* constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo auto-defensivo das burguesias periféricas. Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas tenham aparecido nos 'elos débeis' do capitalismo. O que se configura como um processo que iria dos países centrais para a periferia de fato caminhará para o centro. (FERNANDES, A1984a, p. 14).

Na passagem acima, observa-se um grande otimismo de Florestan com relação aos processos revolucionários em curso. Para ele, não há como a burguesia repetir a história, pois quando se torna classe dominante, ela gera, associada e em parceria com as burguesias periféricas, um tipo específico de revolução burguesa. O autor, portanto, trabalha com a categoria revolução saturada de sua especificidade histórica.

Duas observações aqui são pertinentes. Uma diz respeito a toda dificuldade que a contra-revolução protagonizada pela burguesia vai impor à revolução social do proletariado. A outra é que estas transformações revolucionárias não podem ficar apenas no marco do anticapitalismo e antiburguês, mas devem ser uma revolução socialista. Demanda, portanto, a conquista do poder e exige que o proletariado tenha de ser mais revolucionário quando chegar ao poder.

Quanto à época revolucionária do proletariado, afirma Florestan:

> Ela está referida praticamente à emergência e à constituição das condições essenciais de uma classe em si [...] [Marx] não vai trabalhar em analogia, ele vai tentar ver qual é a dinâmica real da história em que os proletários vão ser o agente de transformação do mundo. E aqui a preocupação deles está em mostrar no

> programa de Gotha quão complicada é a transição, no caso, em termos de consolidação do socialismo (FERNANDES, A1984b, tema 01, p.4).

Nas reflexões de Florestan, há uma coexistência de revoluções antagônicas, ou seja:

> uma que vem do passado e chega a termo sem maiores perspectivas. Outra, que lança raízes diretamente sobre 'a construção do futuro no presente'. Não se deve ignorar – nem descritiva nem interpretativamente – as implicações de tal fato e as repercussões que um encadeamento dessa natureza desata na esfera concreta das relações de classes. (FERNANDES, a1975, p.295).

Esta passagem justifica o uso da noção de revolução burguesa nos países periféricos, pois, embora seja realizada através de transformações estruturais, corresponde ao tipo de revolução burguesa possível, sob a época revolucionária do proletariado. Florestan defende, assim, que possa haver coexistência de revoluções antagônicas. As revoluções, enquanto transformações estruturais (burguesas) que objetivam manter a ordem burguesa e a revolução social, têm um projeto para o conjunto da sociedade, cujo protagonista é o proletariado.

2.3.2) Revolução burguesa e suas especificidades históricas

No discurso de paraninfo proferido em 1965, anteriormente aqui citado, Florestan não tinha ainda elaborado a concepção de revolução burguesa e de sua especificidade história. Sua produção ainda não abrangia o conhecimento sistematizado destas revoluções nos países periféricos, do seu padrão concreto de dominação burguesa e sua conexão com a transformação capitalista. Isso explica, conforme autocrítica em 1989, sua esperança na realização da revolução burguesa no Brasil e que esta pudesse encetar suas tarefas de forma crítica e criativa como acontecera nas revoluções clássicas (Inglaterra, França e Estados Unidos). Assim sendo, em sua autocrítica, afirma:

> No Brasil, como aconteceu na Rússia no passado, houve um momento de ilusão de que havia uma revolução burguesa em processo. De fato havia, mas era atípica [...] Eu mesmo, certa vez,

> num discurso como paraninfo, cheguei a afirmar que nós, gostássemos ou não, tínhamos uma revolução burguesa e, portanto, quiséssemos ou não, teríamos que apoiá-la para avançar. Não para realizar os objetivos da burguesia, mas para fortalecer o processo de negação da ordem. (FERNANDES, A1994, p.166).

Neste mesmo discurso, ele destaca os ideais de uma sociedade democrática como parâmetro para uma das tarefas construtivas que os ex-alunos deveriam encetar. Assim, afirma:

> Numa sociedade democrática, os homens devem estar permanentemente preparados para vigiar seus deveres inalienáveis e usufruir de seus direitos legítimos. Devem, pois, arcar com a luta permanente, consigo mesmos e com os outros, na defesa de prerrogativas em que se fundam a dignidade humana e o próprio sentido da vida civilizada [...] a algo mais essencial, que consiste na capacidade de perceber e de tentar pôr em prática aquilo que precisa ser feito para que o estilo democrático de vida não se corrompa, transformando-se no seu oposto, a sujeição consentida de uma maioria fraca a uma minoria prepotente. (FERNANDES, A1968, p.187).

Nesta passagem, percebe-se, sob a perspectiva teórica de Florestan, a convicção de que havia um sentido democrático que marcaria a vida civilizada e que o estilo democrático de vida estava em disputa, portanto, haveria espaço para se evitar sua corrupção como aspecto central para se alcançar a dignidade humana[150]. Dando continuidade a sua reflexão sobre a revolução burguesa em curso, destaca:

> Nossa débil 'revolução burguesa' constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só representa a única saída que encontramos para a modernização sócio-cultural. Contém em si mesma dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade que poderão engendrar a diferenciação das estruturas sociais, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização de poder e da vida social, novas bases da integração da sociedade nacional, etc. (FERNNADES, A1968, p.192).

[150] No capítulo quatro, será observado que, ainda que ele considere possível, pelo planejamento e pelo conhecimento científico, dinamizar os dilemas educacionais, fará crítica à Pedagogia Nova. Especialmente porque a importação de modelos educacionais dos Estados Unidos e da França não foi mediada por crítica necessária que possibilitasse aproximá-los da realidade do capitalismo no Brasil.

Na análise apresentada a revolução burguesa que aparece entre aspas, é qualificada como uma revolução débil, mas que abriria alternativas históricas para a implementação de técnicas democráticas de organização de poder e novas bases da integração nacional, dentre outras tarefas criativas. Florestan está dialogando e tendo como parâmetros os processos históricos de transformação capitalista que aconteceram nos países que realizaram revoluções burguesas clássicas. No capítulo 7 do livro *Revolução burguesa no Brasil,* ele inicia o primeiro parágrafo anunciando uma das teses centrais do livro, o que mostra como a "recapturação" da luta de classes e da categoria revolução ampliaram o horizonte teórico de Florestan:

> A relação entre a Dominação Burguesa e a transformação capitalista é altamente variável. Não existe, como se supunha a partir de uma concepção europeucêntrica (além do mais, válida apenas para os "casos clássicos de Revolução Burguesa"), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Atualmente, os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, A1975, p.289).

Florestan, como cidadão do seu tempo e grande cientista, acompanha o desenvolvimento teórico e empírico das Ciências Sociais e alcança um novo patamar teórico em sua análise sobre a especificidade da revolução burguesa, seu padrão de dominação e de transformação capitalista. Mesmo avaliando que a revolução burguesa deveria ser apoiada e que a efetivação da democracia demandaria luta, Florestan questionava as interpretações sobre os marcos iniciais da revolução burguesa no Brasil. Assim, afirma ele:

> Haveria muito que falar das deformações interpretativas que impregnaram a concepção que se fazia convencionalmente da 'revolução brasileira'. Retendo apenas as mais significativas, pode-se admitir que elas pressupunham um vício de datação; e que ignoravam tanto as origens, quanto a continuidade do processo, no fluir para adiante. [...] Tal visão impediu que se visse a 'revolução brasileira' como algo contínuo e *in flux,* provocando uma atomização da consciência da realidade sem paralelos e uma ingênua mistificação da natureza do processo global, raramente entendido como autêntica *revolução burguesa.* (FERNANDES, A1968, p.189).

Por isso Florestan iniciará seus estudos sobre a revolução burguesa dialogando com a herança colonial, especialmente com os elementos que se articulam com a nova sociedade capitalista em construção. Ademais, considera que o ciclo da revolução foi precedido pela implementação de um mercado capitalista moderno, organizado com a vinda da família real. A partir de 1860, o processo de transformação capitalista processa-se em nossa realidade, concluindo seu ciclo na contra-revolução instituída com o golpe civil-militar de 1964.

É possível estabelecer relações entre as explicações de Florestan sobre a especificidade do capitalismo no Brasil e a função da contra-revolução com os escritos de Marx de 1848. Marx, em um artigo publicado na *Nova Gazeta Renana,* em 15 de dezembro de 1848, comparou a revolução burguesa na Inglaterra (1648) e a na França (1789) com a especificidade da revolução de 1848 na Prússia. Neste artigo, descreve o conservadorismo da burguesia prussiana e afirma que "depois do dilúvio de março – um dilúvio miniatura – o que ficou na superfície de Berlim não foram titãs nem colossos revolucionários, mas criaturas do velho estilo, acaçapadas figuras burguesas" (MARX, C s/d2, p. 48).

Fora o sarcasmo, peculiar a Marx, podem-se observar os duros adjetivos que utiliza para qualificar a especificidade da revolução burguesa que se concretizou na Prússia. O dilúvio (reação à revolução de fevereiro na França) foi na verdade um mini-dilúvio; não existiram grandes revolucionários de caráter, e sim a vitória que coube ao velho poder, associada a um rebaixado tipo burguês.

A burguesia na Prússia, portanto, não foi uma burguesia conquistadora. De acordo com Marx, o significado histórico da revolução na Prússia foi diferente:

> As revoluções de 1648 e 1789 não foram revoluções *inglesas e francesas;* foram revoluções de tipo *europeu*. Não representavam o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre o velho regime político; proclamavam um regime político para a nova sociedade européia. Nelas triunfara a burguesia; mas a vitória da burguesia significava então o triunfo de um novo regime social [...] Nada disso ocorreu na revolução de março na Prússia [...] Longe de ser uma revolução européia, não passou de abafada ressonância da revolução européia num país atrasado. Em lugar de adiantar-se a sua época, atrasou-se em relação a ela mais de cinqüenta anos. Desde o primeiro instante não foi senão um fenômeno secundário, e é bem sabido que as enfermidades

> secundárias são de cura mais difícil e ao mesmo tempo destroem mais os organismos do que a enfermidade inicial. Não se trata da instauração de uma nova sociedade, mas do renascimento, em Berlim, da sociedade perecida em Paris. A revolução de março na Prússia não foi sequer uma revolução nacional alemã. (MARX, Cs/d2, p.49-50).

Marx distinguiu a revolução européia (Inglaterra e França) da revolução que aconteceu na Prússia (para ele país atrasado), pois nesta a revolução acontece como um fenômeno secundário, mas não deixa de ser uma revolução burguesa. No pós 1848, as burguesias fizeram suas revoluções não como a Inglaterra e a França, mas utilizando, quando necessário, a contra-revolução para bloquear a possibilidade de uma revolução de baixo para cima.

Marx considera a reação conservadora da burguesia em março uma contra-revolução à revolução de fevereiro na França, pois nesta havia a participação de um proletariado ameaçador, associado a um movimento popular. Assim, o que desencadeou a contra-revolução foi a presença da luta revolucionária ou a possibilidade de o proletariado radicalizar as tarefas da burguesia. A conclusão é que não se pode repetir ou reproduzir a história da luta de classes existente na Inglaterra de 1648 e na França de 1789.

Observa-se, em seguida, que Florestan – a partir de seus estudos de Lênin, Rosa e Baran – irá considerar a revolução no Brasil não-clássica, secundária/ estrutural[151] e satelitizada, e por isso, muito difícil.

Quando as principais tarefas da revolução burguesa (revolução democrática, nacional, industrial, agrária e cultural) são possíveis de passar para as mãos do proletariado ou do movimento popular ("revolução dentro da ordem"), a alternativa assumida pela burguesia é de contra-revolução. Este é um confronto que pode ser entendido no bojo da teoria da luta de classes.

Como na época revolucionária do proletariado há concomitância de revoluções antagônicas, as diversas revoluções burguesas vão-se concretizar pela via-não clássica, e – havendo possibilidade histórica da concretização de uma revolução dentro da ordem, de uma revolução contra a ordem ou uma desarticulação dos

[151] Em alguns escritos de Florestan, a caracterização da revolução burguesa brasileira aparece como secundária junto à estrutural, e em outros, como alternativa.

extratos burgueses – as burguesias internas e externas vão-se unir para principiar a contra-revolução. No caso brasileiro, o que ocorreu foi a contra-revolução preventiva[152]. Aqui se encontra um Florestan criativo e com rica análise dialética. Ao trabalhar a noção de concomitância de revolução antagônica, recupera a categoria de revolução e a teoria da luta de classes, pois há revoluções burguesas na periferia:

> é parte da 'revolução Burguesa' porque integra-se a um processo que se prolonga no tempo, se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente, com os objetivos antagônicos. No fundo tais burguesias pretendem concluir uma revolução que, para as outras classes, encarna atualmente a própria contra-revolução. (FERNANDES, A1975, p.295).

Além de integrar o Brasil no movimento histórico do capitalismo externo, Florestan é explícito quanto à redefinição que encarna a revolução burguesa não-clássica na periferia, ou seja, para as outras classes – neste momento, de transição para o capitalismo monopolista – a revolução burguesa torna-se a contra-revolução.

É central, portanto, compreender a revolução e a contra-revolução no processo histórico em que se desenvolve o confronto entre capital e trabalho. Este fato em Florestan tem grande importância teórica:

> Revoluções Burguesas 'retardatárias' da parte dependente e subdesenvolvida da periferia não foram só afetadas pelas alterações havidas na estrutura do mundo capitalista avançado. É certo que as transformações ocorridas nas economias capitalistas centrais e hegemônicas esvaziaram historicamente, de modo direto ou indireto, os papéis econômicos, sociais e políticos das burguesias periféricas. Estas ficaram sem base material para concretizar tais papéis, graças aos efeitos convergentes e multiplicativos da drenagem do excedente econômico nacional, da incorporação ao espaço econômico, cultural e político das nações

[152] Segundo Florestan, a contra-revolução preventiva, em 1964, aconteceu, primeiro, porque era preciso criar adaptações históricas ao capitalismo dependente na era do capitalismo monopolista e do imperialismo, e segundo, "nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária,* devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação próprias da dominação burguesa exposta ininterruptamente, da segunda década do século 'à revolução institucional' de 1964, a um constante processo de erosão intestina." (FERNANDES, A1975, p.322).

> capitalistas hegemônicas e da dominação imperialista. Aí está o busílis da questão, desse ângulo: o porquê do caráter retardatário das Revoluções Burguesas na periferia dependente e subdesenvolvida do mundo capitalista. Mas há outra face da medalha. A esse atraso da Revolução Burguesa corresponde um 'avanço da história' porque integra a um processo que se prolonga no tempo e se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente, com objetivos antagônicos. No fundo tais burguesias pretendem concluir uma revolução que, para outras classes, encarna, atualmente a própria contra-revolução (FERNANDES, A1975, p.295)

A drenagem do excedente econômico e a existência do imperialismo impuseram aos países periféricos um tipo específico de revolução burguesa cujo eixo é a transformação estrutural com o objetivo de reforçar os interesses da classe burguesa interna e externa. Conseqüentemente, esta revolução tende a ser a contra-revolução para "os de baixo".

A realidade e as especificidades históricas impõem que sejam superadas as análises genéricas e abstratas das burguesias. Como as revoluções burguesas, as burguesias demandam estudo e compreensão de suas especificidades. Assim, no mesmo artigo, Marx apresenta a descrição do perfil, das alianças e da face da burguesia prussiana:

> a burguesia prussiana não era como a burguesia francesa de 1789, a classe que representava toda a sociedade moderna em face dos representantes da velha sociedade: a monarquia e a nobreza. Descera à categoria de um estado tão oposto à coroa como ao povo, pretendia enfrentar ambos e indecisa diante de cada um dos seus adversários em separado, pois sempre os vira adiante ou atrás de si mesma; inclinada desde o primeiro instante a trair o povo e a firmar compromisso com os representantes coroados da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade; não representava os interesses de uma nova sociedade contra a velha sociedade, mas alguns interesses renovados dentro de uma sociedade caduca [...] vulgar por destituída de originalidade e original na sua vulgaridade, regateando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo, sem vocação histórica mundial, velho maldito condenado a dirigir e a desviar no seu próprio interesse senil os primeiros impulsos juvenis de um povo forte; sem olhos, sem orelhas, sem dentes, uma ruína completa: tal era a burguesia prussiana quando, depois de março, viu-se ao leme do Estado prussiano. (MARX, Cs/d2, p. 51).

A burguesia prussiana não lutou contra os representantes da velha sociedade, pelo contrário, temia o povo e, por isso, associou-se com os protagonistas da velha sociedade[153]. Não buscavam, portanto, construir a nova sociedade, com um projeto para o conjunto da nação, mas assinalar que esta tinha como estratégia atender a alguns interesses renomados na antiga sociedade e aos seus próprios.

Para Florestan, a revolução burguesa nos países periféricos precisa ser compreendida no âmbito do capitalismo mundial:

> Não estamos na era das 'burguesias conquistadoras'. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem*. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa 'atrasada', da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. (FERNANDES, A1975, p. 294-295).

O fato de a burguesia não ser conquistadora não significa que ela seja incapaz de fazer a revolução burguesa. Diferente da época em que foi revolucionária, não possui envergadura de realizar um projeto que abranja o conjunto da nação, apenas um projeto que atenda aos seus interesses de classe internos e externos. Deste modo, afirma Florestan, seu projeto de revolução contém os objetivos de *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, e manter fortalecidos a dominação, o controle e o estado burguês*. E isso terá uma especificidade maior ainda nos países dependentes:

---

[153] Ver Engels e Marx e a *Nova Gazeta Renana*, na qual demonstram como o jornal cumpriu o objetivo de explicitar e denunciar os acordos contra-revolucionários da burguesia. De acordo com Engels "o tom do jornal estava longe de ser solene, sério e inflamado. Tínhamos apenas adversários desprezíveis – e tratam todos eles com o maior desdém. A monarquia conspiradora, a camarilha, a nobreza, a 'Kreuzzeitung', toda a 'reação' unificada, contra a qual o filisteu voltava sua indignação moral, só encontrava entre nós ironia e galhofa." (p.175).

> As transformações externas dos ritmos e estruturas do capitalismo mundial [monopolista] e do imperialismo agravaram ainda mais as dificuldades inexoráveis dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia preservar a transformação capitalista rompendo com a dupla articulação, mas fazendo exatamente o inverso entrelaçando ainda com mais vigor os momentos internos da acumulação capitalista com o desenvolvimento desigual da economia brasileira e com os avassaladores dinamismos das 'empresas multinacionais', das nações capitalistas hegemônicas e do capitalismo mundial (FERNANDES, A1975, p.318-319)

Em relação à fase de transição para o capitalismo monopolista, a dominação externa imperialista impôs-se e exigiu que a burguesia mantivesse a dupla articulação e aprofundasse a apropriação dual do excedente econômico. Como conseqüência, realiza-se uma sobre-exploração, uma sobre-expropriação e o padrão específico de dominação é o autocrático-burguês. Com isso, aprofundam-se os dilemas históricos do capitalismo em nossa realidade: extrema concentração social da riqueza, drenagem para fora de grande parte do excedente econômico, persistência de formas pré ou sub-capitalista de trabalho e depressão medular do valor trabalho assalariado.

Para compreender a transformação capitalista[154], é mister analisar a especificidade histórica concreta do país em estudo. Desse modo, qualquer comparação, por exemplo, do ritmo e do tipo de desenvolvimento alcançado deve levar em conta as referências – o ponto de partida do capitalismo (período pré-capitalista) e as alternativas postas em prática pela dominação burguesa. De acordo com Lênin (C1982)[155],"se a comparação é feita entre este ritmo de

[154] A transformação capitalista é determinada e entra em relação com vários elementos que produzem delimitação da concretização do capitalismo: seu padrão de dominação e como absorve as demandas dos países centrais. Segundo Florestan, "atualmente, os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos) entram em interação com vários elementos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extra-econômicos da situação histórico-social, característicos, dos casos concretos que se considerem, e sofrem, assim, bloqueios, seleções e adaptações." (FERNANDES, A1975, p.289). O "comprovadamente" tem como referência os trabalhos de Rosa de Luxemburgo , Lênin, Gramsci, Baran e outros que estudam a especificidade das transformações capitalista.

[155] Lênin, ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, polemiza com os economistas populistas russos sobre a "errônea concepção que consideravam o capitalismo na Rússia, bem como acerca do sistema de relações econômicas que precedeu o capitalismo russo. Ao mesmo tempo, pensamos que é particularmente significativa a ignorância dos populistas no referente às contradições capitalistas no seio do sistema da economia camponesa (seja agrícola, seja industrial)."

desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura" (p.375), a análise terá como base o que seria ideal e não a história e o desenvolvimento real.

Segundo Lênin:

> a análise correta da situação e dos interesses das diferentes classes deve servir para definir o valor preciso dessa verdade quando esta se refere a esse ou aquele problema. O modo inverso de raciocínio, que não raro encontramos entre os social-democratas da ala direita por Plekhanov – isto é, a tendência a procurar respostas para problemas concretos no simples desenvolvimento lógico da verdade geral sobre o caráter fundamental da nossa revolução – é uma vulgarização do marxismo e uma completa zombaria do materialismo dialético. (LÊNIN, C1982, p.10).

Lênin destaca dois princípios do materialismo dialético. Primeiro, urge superar as análises idealizadas. Isso impõe recuperar e ter como parâmetro a história real e concreta para o entendimento do objeto em estudo. Segundo, é preciso partir dos interesses diferentes e antagônicos de classe para compreender um problema histórico-concreto. Conseqüentemente, estes princípios remetem à conclusão de que as explicações e as justificativas não devem estar baseadas no desenvolvimento lógico dissociado das análises históricas.

(C1982, p.375). Quanto à contribuição de Lênin para o entendimento das especificidades das transformações capitalistas nos países periféricos (a partir da análise concreta da Rússia), cabe deixar registrada a seguinte consideração de Netto (C1982): "dadas as condições, a reflexão teórica e prática política de Lênin, nos anos 90, não podem ser reduzidas a um conjunto de intervenções diversas, vinculadas pelos nexos que unem a crítica ao populismo a uma análise científica capaz de aportar elementos para a elaboração de uma estratégia a ser implantada por um partido revolucionário da classe operária. Antes, devem ser tomadas como a efetivação de um projeto global integrado de apreensão da dinâmica econômico-social de uma formação histórica particular, da identificação das suas tendências mais profundas, da determinação do seu movimento. Da reposição dos traços essenciais dessa formação histórica particular no âmbito da instância analítica é que deriva a crítica social que abre a via para uma intervenção política cientificamente dirigida." (p.X). Portanto, havia um aporte para apreensão da realidade que fundamentava o debate com os populistas. O estudo da revolução burguesa em Florestan segue o lastro inaugurado por Lênin para compreender a especificidade histórica do capitalismo na Rússia ou de Gramsci para compreender a realidade Italiana. Ambos os autores (Lênin e Gramsci) queriam compreender esta realidade para realizar a revolução proletária e o mesmo objetivo pode ser encontrado em Florestan que apresenta o diagnóstico e as alternativas de superação – revolução dentro da ordem e/ou revolução contra a ordem.

O método de trabalhar com as opções reais e históricas de uma determinada burguesia explica a preocupação de Florestan em estudar concretamente a Revolução burguesa no Brasil, identificando seu momento inicial, assim como o papel da burguesia e do proletariado, ou seja, compreender qual o papel da luta de classes neste processo. Considero este um aspecto central que consta nos livros a *Revolução Burguesa no Brasil* e *O que é revolução*.

Lênin, em debate com Rosa de Luxemburgo sobre autodeterminação dos povos, é explícito ao afirmar que um requisito imprescindível à teoria marxista na análise de qualquer problema social é considerar o marco histórico determinado (época histórica do capitalismo) e a particularidade concreta que permite caracterizar e distinguir o objeto em estudo. Um outro aspecto no debate alçado por Lênin:

> para explicar, do ponto de vista dialético, é preciso não só apanhar o que é essencial na manifestação do fenômeno, mas ainda fazê-lo de maneira a compreender o essencial em termos de sua estrutura interna, do seu funcionamento e de sua evolução. Isso significa que, para Lênin, as 'estruturas' não podem ser tomadas em si e por si mesmas, o mesmo sucedendo com os 'dinamismos' da vida social. 'Estruturas e dinamismos' são interdependentes e se dão simultaneamente *in concreto,* sendo preciso reconstruí-los, empírica e analiticamente, nessa condição. (FERNANDES, A1978c, p.27-28).

Não há um modelo único de transformação capitalista e, portanto, para compreender os desacertos estruturais, é necessário contextualizá-los no processo histórico. Para estabelecer comparação, é preciso verificar as épocas históricas da transformação capitalista, como, por exemplo, saber se as condições históricas e materiais do desenvolvimento do capital industrial na Inglaterra apresentavam as mesmas condições do desenvolvimento desigual que ocorreu, posteriormente, nos países periféricos.

Na Inglaterra, o modelo era "auto-sustentado, dispunha de vantagens relativas, dentre outras, a capacidade de controle sobre o comércio exterior, a impulsão de imensas colônias e os dinamismos da espoliação colonial, a precocidade de sua hegemonia industrial e política." (FERNANDES, A1995b, p.170). Por outro lado, o desenvolvimento desigual supõe processos históricos e níveis diferenciados ou,

também, insuficiência de desenvolvimento, ou seja, é preciso buscar nos fatos concretos a compreensão destas tendências. Isso explica e justifica a temática da revolução burguesa no Brasil, pois se trata de buscar os fatos concretos da realidade:

> indagar aonde poderia levar a *transformação capitalista* em países que não romperam por completo com formas coloniais de exploração do trabalho e nos quais as classes dominantes se tornaram *burguesas* através e atrás do desenvolvimento do capitalismo – que não eram propriamente classes, mas estamentos e castas – elas lutavam por converter formas coloniais de propriedades em formas capitalistas de propriedade e de apropriação social. O seu êxito engendrou uma transformação capitalista peculiar, que não pode ser esclarecida em função da desagregação do mundo feudal na Europa. A história não se 'repetiu' porque não havia razão para que ela se repetisse. Tratava-se de *uma outra história*, a história do capitalismo de origem colonial. (FERNANDES, A1981, p.72).

No Brasil, desde as suas origens, não se repetiu ocorrido na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. É, portanto, um equívoco teórico concentrar a interpretação sobre a realidade da transformação capitalista em um desenvolvimento lógico geral, com base em referências e analogias com as Revoluções burguesas destes países. É necessário compreender a peculiaridade da transformação capitalista dos países que tiveram origem colonial. Neste ponto, torna-se estratégico para a educação, estabelecer como referência e ponto de partida a produção de Florestan Fernandes, pois a luta em defesa da educação pública, por exemplo, vai sofrer todos os constrangimentos que interessavam à dominação burguesa em nossa realidade.

Florestan concentrará seu estudo na revolução burguesa no Brasil porque esta permite conhecer melhor o mundo em que estamos inseridos. Por outro lado, quando a burguesia passa a classe dominante, cria condições que tornam as lutas pelas conquistas sociais[156], e pela revolução proletária, mais difíceis. Então urge

[156] Dentre estas conquistas, cabe a temática da educação e a luta em defesa da educação pública. Isso justifica a importância conferida pelos educadores à produção de Florestan, considerada como ponto de partida e de referência.

discutir a Revolução burguesa e depois a contra-revolução preventiva, que caracteriza a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil.

Para Florestan, a centralidade no entendimento da especificidade da revolução burguesa foi essencial, porque permitiu:

> descrever os aspectos estruturais desse capitalismo dependente não é matéria de somenos. Qualquer dogmatismo que limite ou deturpe essa tarefa terá conseqüências negativas – não só de uma perspectiva intelectual e para a Sociologia. As diversas vias, que podem conduzir ou à 'revolução dentro da ordem' ou à 'revolução contra ordem', estarão bloqueados ao pensamento crítico e, por conseqüência, à ação prática, se não contarmos com um conhecimento adequado desse 'mundo em transformação histórica'. (FERNANDES, A1975b, p. 130).

Florestan cita as interpretações que realizam paralelos da nossa realidade com a evolução do capitalismo nos Estados Unidos, sem levar em conta a concretização histórica das transformações no país do norte e no Brasil. Primeiro porque este procedimento, no caso dos marxistas, negaria as próprias indicações de Marx e Engels, pois "o cruzamento concreto entre determinações gerais e determinações particulares, pelo qual *o todo* da análise materialista-dialética não comporta nem [como] *se* a periferia do mundo capitalista fosse uma mera repetição do espaço central." (FERNANDES, A1981, p.73).

Em segundo lugar, a análise da transformação capitalista, nos Estados Unidos, demonstra que:

> desde a sua formação como colônia neles se constituíram dois universos históricos distintos, vinculados entre si pelo destino colonial mas oposto de forma diferente à situação colonial, à metrópole e à dominação do capital. Por isso, quando se deu a ruptura com a metrópole, um dos universos serviu de base a uma autêntica autonomização nacionalizadora do desenvolvimento capitalista. Essa condição não ocorreu no resto das Américas e seria fantasioso supor que o desenvolvimento capitalista gera por si mesmo automatismos de classe que levem, mais cedo ou mais tarde, as classes burguesas a certas compulsões autonomistas e imperialistas. No resto das Américas o capital mercantil ficou preso a certas órbitas históricas e isso é decisivo para estabelecer determinadas evoluções típicas do 'capitalismo colonial' para o 'capitalismo neocolonial' e para o capitalismo dependente'. As burguesias que surgiram graças a essas evoluções – das quais elas

> também foram agentes históricos – tiveram 'sonhos de grandeza', mas eles nunca possuíram os conteúdos e as dimensões dos que alimentaram a 'utopia capitalista' dos *países fundadores* da República do norte. (FERNANDES, A1981, p.73)

Assim, embora os Estados Unidos tenham a sua origem colonial, diferente dos demais países da América Latina, ao romper com a metrópole, realizou a revolução nacional, o que demonstrou que a sua burguesia foi conquistadora e conseguiu, do ponto de vista burguês, resolver os problemas fundamentais. Florestan sistematiza em dois grupos os tipos históricos de revolução burguesa: revoluções clássicas e Revoluções não-clássicas. Neste último, há os países de modernização tardia, os de revolução semi-primárias e os de revolução secundária e ou estrutural, satelitizada e com modernização hiper-tardia.

Estados Unidos, França e Inglaterra são exemplos de revolução que realizaram as "reformas típicas da revolução burguesa, descritas por muitos historiadores como revolução agrícola, revolução urbana, revolução industrial, revolução nacional e revolução democrática. Essas cinco transformações se encadearam entre si." (FERNANDES, A1984a, p.71). São considerados, portanto, os casos históricos clássicos da revolução burguesa.

Florestan, com base em Marx e Lênin, categorizará as Revoluções burguesas clássicas, a partir da descrição dos processos vividos na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos quais se realizou uma revolução burguesa em versão madura, avançada e no período de ascensão da burguesia. Esta não tinha, assim, se consolidado plenamente como classe dominante.

Alemanha, Japão, Austrália e Itália realizaram a revolução burguesa não-clássica, pois tiveram uma modernização tardia, e burguesia "mais ou menos débil e articulada à aristocracia poderosa ou a burocracias influentes conduziram a transformação capitalista a níveis igualmente altos, compensando o poder econômico, social e político da burguesia pela centralização política." (FERNANDES, A1984a, p. 72). Estes países realizaram a revolução industrial e nacional, mas sem a revolução democrática, o que deprimiu a revolução agrária e cultural e acabou gerando o fascismo. A burguesia, embora tenha tido um papel irrelevante nas transformações capitalistas, fortaleceu-se e tornou-se capaz de impor um intenso domínio interno.

Existem países que desenvolveram a revolução burguesa não-clássica, secundária e/ou estrutural. A experiência histórica da revolução burguesa no Brasil inclui-se neste grupo. Nestes países não se concretizou o capitalismo que desencadeou as cinco transformações articuladas entre si (Revolução agrícola, urbana, industrial, nacional e democrática):

> o que é muito importante considerar é que na periferia o desenvolvimento capitalista [...] vai dar origem a um padrão, a um tipo de revolução burguesa diferente daqueles países que mencionamos agora [revolução clássica]. As chamadas revoluções burguesas secundárias, como eu as chamei. Nelas nem sempre as massas populares acabaram tendo um cenário próprio. Às vezes, certos setores da burguesia se põem à frente e mesmo um grupo revolucionário mais decidido acaba sendo apoiado pelo movimento das massas [...] mas pode acontecer que o apoio das massas não surja e a burguesia tenha de recorrer a mecanismos que atrofiam as possibilidades que as massas oprimidas tiveram na Europa ou nos EUA. Essas possibilidades não se reproduzem, não se repetem. As classes privilegiadas são capazes de centralizar os meios [...] elas dispõem de técnicas deliberadas, racionais pelas quais são fomentadas a 'apatia', o 'conformismo', 'capitulação passiva' das classes oprimidas. (FERNANDES, 1984b, tema 3, p.16).

A revolução burguesa secundária e/ou estrutural não gerou uma burguesia forte e autônoma. Pelo contrário, a burguesia fez a opção de permanecer com uma produção satélite[157] aos países hegemônicos e assumiu a subordinação aos interesses imperialistas como seu eixo de dominação e de exploração. A dominação externa tem centralidade no estudo das revoluções burguesas secundárias, todavia Florestan demonstra que há inúmeras convergências entre os interesses internos e externos. Há uma articulação e uma opção da burguesia em manter o desenvolvimento desigual interno e em estar subordinada ao capitalismo monopolista e ao imperialismo. Na produção, a responsabilidade da burguesia periférica é expressa de forma muito clara e não deixa dúvidas:

> O título desse pequeno livro não deve enganar ninguém. O *circuito fechado* constitui uma equação metafórica de um dos ângulos da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução

[157] Esta produção "satelitizada" tem como horizonte histórico o capitalismo monopolista e o imperialismo que nos países periféricos desenvolve o capitalismo dependente, cuja exploração é intensa, dupla, e, concomitantemente, tem a direção, o controle e a exploração orgânica com as economias dos países hegemônicos e os interesses das frações hegemônicas da burguesia interna.

> burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontam-se como *classes em conflito,* que 'fecham' ou 'abrem' os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *circuito fechado* e curtos momentos de *circuito aberto*. (FERNANDES, A1979b, p. 5).

O circuito está fechado porque, de acordo com as opções encetadas pela dominação burguesa, não se permite dentro do capitalismo dependente outro tipo de realidade. Em outras duas passagens, Florestan é explícito quanto à responsabilidade da dominação burguesa na continuidade do fosso que produz a manutenção e o aprofundamento do desenvolvimento desigual interno. Ao se referir ao desfecho da crise burguesa, que culminou com o golpe civil-militar de 1964 – possibilitou a passagem ao capitalismo monopolista e conseqüentemente permitiu completar o ciclo da revolução burguesa sob o capitalismo dependente –, ele afirma:

> quando a crise de transição atingiu seu ápice, aquelas classes definiram não só sua lealdade, mas também suas tarefas políticas e sua missão histórica na direção de um 'desenvolvimento acelerado' e de uma 'revolução institucional' que implicava a mesma saída: a *revolução nacional* continuaria a ser dimensionada pela infausta conjunção orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa. (FERNANDES, A1975, p.300).

Significa dizer que a burguesia interna definiu a sua lealdade, as suas tarefas e missão histórica em um determinado tipo de desenvolvimento? Significa entender que o sentido da revolução nacional, concretizado pela burguesia, exigiu o aprofundamento da organicidade entre o desenvolvimento desigual e a dupla articulação, como pressupõe a dominação imperialista. Esta revolução nacional não considera o conjunto da nação como já foi analisado anteriormente e pressupõe a aceleração da acumulação capitalista e da modernização institucional. A burguesia interna e seu padrão de dominação impõem crescentemente à massa de trabalhadores e aos demais – que só têm sua força de trabalho para adquirir base material para sobreviver – uma sobre-exploração, sobre-expropriação e um sistema de poder autocrático. Gerando, assim, uma produção "satelitizada" que exige uma subserviência e, ao mesmo tempo, uma parceria entre a burguesia interna e a

externa. A direção e as tarefas políticas têm como eixo a apropriação e exploração das economias dependentes pelas economias dos países centrais e hegemônicos. (CARDOSO. M.L, B2005).

Neste processo, o imperialismo criou o capitalismo dependente (no qual se aprofunda a dupla articulação):

> O importante é que o capitalismo descrito possui a sua própria lógica econômica. [...] Na verdade, o 'jogo econômico', para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder – tanto quanto para os parceiros internos (ambos se estimam e se utilizam como meios para atingir tais fins). Por isso, sobre-apropriação capitalista e dependente constituem a substância do processo. Os dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva da sobre-apropriação capitalista. (FERNANDES, A1975b, p.54).

A articulação entre as contradições internas e a dominação externa na América Latina será um dos pilares fundamentais de suas análises. O processo histórico da dominação externa (dominação colonial, neocolonial e imperialismo) é associado às demandas e opções internas do percurso histórico do capitalismo na região.

O capitalismo nos países de passado colonial (Florestan se refere aos países da América Latina) possui outra história, porque a sua plena maturidade desenvolve-se a partir da conjugação dos dinamismos externos e internos (sobre o capitalismo industrial e depois o monopolista). Também houve a espoliação colonial e a não-realização das Revoluções interdependentes (revolução nacional, democrática, agrária e urbana). Assim, "sob o mesmo padrão de civilização e o mesmo sistema de produção, deparamos com um capitalismo organizado para absorver e preservar a dominação externa." (FERNANDES, A1975b, p.129).

Quanto ao polêmico uso que Florestan faz da categoria e da noção de revolução burguesa para explicar o capitalismo no Brasil, eis sua justificativa:

> a interpretação que apresentamos procura fugir a certas distorções analíticas, que o radicalismo burguês, o socialismo reformista e

> mesmo um socialismo revolucionário mecanicista introduziram na compreensão da Revolução Burguesa nas nações capitalistas da periferia. Não tentamos descrever as relações da dominação burguesa com a transformação capitalista em função de supostos 'determináveis universais'. Evitamos, também, o falso problema correlativo – 'por que a história não se repetiu'. Diante dessas duas orientações interpretativas, opusemos a busca de conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista *onde* o desenvolvimento desigual interno e a dominação externa constituem realidades intrínsecas permanentes, apesar de todas as mudanças quantitativas e qualitativas do capitalismo. (FERNANDES, 1975, p.318).

Há, portanto, em Florestan, duas orientações interpretativas consideradas centrais nesta Tese para compreender seu arcabouço teórico. Primeiro, a busca por imprimir uma interpretação diferente sobre revolução burguesa nos países da periferia, cujas bases teóricas utilizadas podem ser relacionadas às análises históricas desenvolvidas por Marx, Engels e Lênin, dentre outros do campo do marxismo. Segundo, Florestan, a partir das armas de que dispunha[158], ou seja, seu trabalho intelectual, instituiu, através de seus ensaios, a recuperação do conceito de revolução burguesa cuja dominação apresenta a dupla articulação e exploração (burguesia interna e burguesia externa) que o pólo capital da luta de classes impunha na transformação capitalista dependente (sob o capitalismo monopolista e o imperialismo). Trata-se de compreender e explicar os nexos da dominação burguesa com a transformação capitalista que tem como realidade básica a dupla

[158] De acordo com relato, em entrevista, Florestan afirma ter sido convidado para ingressar na luta armada. Segundo ele, "de 1964 a 1969 assumi um papel ainda mais ativo. Já havia a Junta Militar, e eu ainda estava lutando. Percorri todo o Brasil, fiz conferências, cheguei a fazer quatro conferências em um dia em Porto Alegre. Houve uma tentativa de me arrastarem para a guerrilha. Enquanto um dos grupos se constituía, me foi oferecida a sua chefia. Aí eu disse: 'olha, devido à minha visão marxista da luta de classes eu não posso aceitar fazer parte da guerrilha [...] Essas pessoas me procuraram por duas vezes na Faculdade de Filosofia. Formavam um grupo novo, que se aglutinava em termos radicais. Recusei dizendo que, como marxista, eu não podia aceitar, porque se a guerrilha não existisse, a ditadura precisaria criá-la para aprofundar a repressão e a contra-revolução. Não havia condições para uma ruptura no plano político, suficientemente profunda, para que a guerrilha pudesse ser o detonador de uma rebelião das classes trabalhadoras e das massas populares. Então, eu disse: 'Não, eu não entro nessa.' Eu respeito muito os companheiros que morreram na guerrilha, porque deram demonstração de valor e altruísmo, sacrificaram a própria vida. Acho que a guerrilha tem chance quando está associada a um movimento de inquietação, de revolta, e nós não tínhamos aquilo. No final de 1968, a ditadura tinha de fazer comigo o que ela fez, porque assim como fui implacável na luta, eles tinham de ser implacáveis na repressão."
(FERNANDES, A1991a, p. 8).

articulação que gera a manutenção e o aprofundamento das desigualdades internas.

Para concluir a questão da revolução burguesa e a centralidade das especificidades históricas, é necessário sintetizar as reflexões teóricas desenvolvidas por Florestan para fundamentar e justificar sua utilização conceitual.

A revolução burguesa é caracterizada como um processo histórico e variável. Suas variáveis admitem as formas clássicas e não-clássicas. Essas variações têm relação "com os fatores históricos, a herança institucional, as organizações sociais, as experiências históricas de classe da burguesia, o vigor da revolução industrial." (FERNANDES, A1984b, tema 2, p. 11). A revolução burguesa em Florestan, além de um processo histórico, variável, é social e complexa:

> [passa a] refletir de uma maneira mais extensa e profunda as condições objetivas dos países em que a revolução burguesa se realiza. Portanto não existe um processo único, uniforme. Existem certas tendências que são básicas e quando se fala em revolução burguesa como uma categoria abstrata, então o que vem em mente é essa tendência básica, mas é claro que o conceito, então, é um conceito abstrato [mas], quando se fala 'a revolução burguesa' resumindo que ela se desencadeou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, depois em outros países, o que se tem em vista são essas similaridades que dizem respeito às tendências básicas. (FERNANDES, A1984b, tema 2, p. 11).

Em uma revolução burguesa, o ponto mais importante são as condições históricas da transformação capitalista e os nexos específicos da classe burguesa com relação aos seus papéis, função e tarefas[159], o que permite ir além das tendências básicas genéricas e aprofundar as estruturas que compõem as diferenças fundamentais que conformam a especificidade capitalista. No caso

[159] Os papéis da burguesia transformam-se de acordo com o movimento da história. As funções acontecem de forma repetida, pois têm relação com a base material de produção, e, por último, as tarefas políticas correspondem ao aparecimento da burguesia como classe dominante, ou seja, enquanto tal precisa concentrar poder e impor a formação do sistema que permita a existência e reprodução do capital. Interessante é verificar nos embates de Florestan, na Campanha e no parlamento, como ele caracterizava os papéis, as funções e as tarefas políticas da burguesia com relação à luta em defesa da educação pública.

brasileiro, é o capitalismo dependente que se realizou através de uma revolução burguesa não-clássica, secundária e/ou estrutural e "satelitizada".

Ao explicar a transformação capitalista nos países periféricos utilizando o conceito de revolução burguesa, Florestan afirma que está utilizando este conceito:

> de uma maneira um pouco mais larga, [pois] não é preciso restringir o conceito àquelas condições particulares em que se dá a revolução burguesa na Inglaterra ou na França ou nos EUA. Pode-se sempre presumir que onde há transformação capitalista há uma burguesia que assume o controle da economia, do desenvolvimento do trabalho, da produção industrial, da sociedade civil, do estado. Isso permite uma certa amplitude na análise do que é revolução burguesa. É muito importante, isso, para não ficarmos em uma perspectiva estritamente particularizada. Então, nesse sentido, vocês podem ter a revolução burguesa tanto nos países onde ocorreu a transformação capitalista, o que significa que tem uma burguesia que exerce hegemonia, como e enquanto classe, no plano da direção da economia, da direção da sociedade, da direção do estado. (FERNANDES, 1984b, tema 2, p.12).

Florestan considera que os precursores do debate sobre revolução na América Latina, por meio da investigação científica engajada, foram José Carlos Mariategui, Caio Prado Junior e Sérgio Bagu. No rastro da tradição destes autores, construiu o arcabouço cujas bases são a teoria da revolução e a teoria da luta de classes. Este arcabouço teórico permite explicar o capitalismo e a luta de classes na realidade brasileira: a partir do estudo da concretização das transformações capitalistas, Florestan trabalha com a noção de revolução burguesa no Brasil ("revolução interrompida") e possibilidades de revolução na ordem (Brasil reformas de base etc.) e/ou revolução contra a ordem (Cuba), instauração da contra-revolução preventiva (golpe civil-militar de 1964), novas possibilidades de revolução dentro da ordem (greves no ABC, movimentos diretas Já) e acordos pelo alto para uma transição prolongada (todo período da Nova república).

As revoluções burguesas em nossa realidade sofrem de fenômeno repetitivo que é a "interrupção das revoluções":

> O que entra em jogo é o próprio aborto da revolução burguesa. A base econômica e social do desenvolvimento capitalista faz com

> que, na grande maioria dos países da América latina, os estratos burgueses sejam muito débeis, em porte e em capacidade de decisão. Em síntese, as 'condições subjetivas' da transformação capitalista são demasiado fracas e descontínuas para alimentar saltos constantes em suas condições subjetivas. A busca das 'vantagens do pequeno número' sofre uma erosão destrutiva, em termos da *mentalidade capitalista,* compelindo a burguesia, coletivamente, a privilegiar suas relações com o mercado mundial, a fortalecer unilateralmente sua *posição de poder* e a evitar riscos que podem ser transferidos para 'parceiros externos' e para a coletividade, pela mediação do mercado externo, da dominação paternalista ou do Estado. (FERNANDES, A1981, p. 74).

Ao invés de burguesias conquistadoras e revolucionárias, têm-se burguesias compradoras que "utilizam o monopólio do poder político como elemento de barganha nas transações mercantis com o exterior" (*op.cit*., p. 74) e que, portanto, têm o seu desenvolvimento capitalista "satelitizado" e vinculado às demandas externas. Qual o significado de uma burguesia compradora produzir uma revolução interrompida? Significa que poderá cumprir a sua tarefa burguesa? A resposta a estas questões deve ser desdobrada em dois momentos: Primeiro, que são revoluções interrompidas? Segundo, qual o conceito de época histórica?

Quanto ao primeiro momento, requer entender que, tendo como referência a análise das classes sociais, é possível compreender que o conceito de Revoluções interrompidas não tem o mesmo sentido e significado concreto para o conjunto da nação (burguesia e proletariado), pois, segundo Florestan:

> elas não são 'interrompidas' para os estratos mais privilegiados das classes dominantes (incluindo-se nestas os parceiros externos envolvidos e os interesses imperiais das respectivas nações). O circuito da revolução é interrompido no patamar a partir do qual os seus dividendos seriam compartilhados seja com os 'menos iguais' das classes dominantes, seja com 'os de baixo'. (FERNANDES, 1981, p.75).

No prefácio à 5ª edição da *Revolução burguesa no Brasil,* Martins (B200) afirma que a obra de Florestan expressa um momento histórico de crise e transição. No entanto, Martins faz referência à crise e à transição de forma genérica, sem a materialidade dos escritos de Florestan, onde fica explícita a natureza da crise, ou

seja, é a crise do poder burguês, conseqüência direta da transição para o capitalismo monopolista.

Florestan não deixa dúvida sobre a tese que desenvolve na terceira parte de seu livro. Primeiro, quanto ao significado do golpe civil-militar de 1964, que marca a passagem para o capitalismo monopolista, no caso, apresenta-se como um capitalismo dependente. Portanto, para Florestan, o Brasil não teve um capitalismo inconcluso como defende Martins. A concepção de revolução burguesa em Florestan é diferente da concepção de Martins. Florestan não tem como referência para analisar a revolução burguesa no Brasil as revoluções clássicas, mas sim o estudo da sua especificidade no Brasil. Assim, a revolução burguesa no Brasil aconteceu em um longo período, de forma não-clássica, secundária e/ou estrutural, "satelitizada" e, portanto, foi uma revolução interrompida para "os de baixo". Para as classes burguesas internas e as grandes empresas coorporativas, ela completou o seu ciclo histórico.

Florestan, ao analisar a realidade da revolução burguesa nos anos 1950 e 60, afirma que havia na sociedade, no setor burguês e de esquerda, a ilusão manifestada por Martins:

> Parecia (especialmente à burguesia e aos que aceitavam o paradigma de uma evolução gradual e linear) que essa transição (predominantemente representada como uma passagem irreversível do capitalismo comercial para o capitalismo industrial) iria desenrolar-se segundo um modelo que se supunha universal: as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à *burguesia nacional* (através e com base no setor industrial) uma forte orientação democrático-nacionalista. Essa Ilusão fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituíra na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações (e em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas). (FERNANDES, A1975, p.215).

Em outra passagem, Florestan é categórico quando afirma:

> a dominação burguesa não é útil nem para levar a cabo a revolução nacional (por causa de suas conexões estruturais e dinâmicas com as burguesias das nações capitalistas hegemônicas e com o capitalismo internacional), nem para promover a democratização da riqueza, do prestígio social e do poder (por causa da coexistência de vários modos de produção [...] Em conseqüência, temos aí uma revolução burguesa de tipo especial. Ela tem sido encarada e definida como uma revolução burguesa 'frustrada' ou 'abortada'. Contudo, esse raciocínio interpretativo só se justifica quando ela é pensada em confronto com o modelo nacional-democrático da revolução burguesa (a comparação implícita ou explícita seria a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos). Nos quadros em que ela ocorre, porém, a sua eficácia para o 'poder burguês' e o desenvolvimento dependem da contenção tanto da *revolução nacional,* quanto da *revolução democrática*. Nesse sentido, ela não é nem uma revolução frustrada nem uma revolução abortada, pois nem a 'democracia burguesa' nem o 'nacionalismo revolucionário' se inscrevem entre os seus objetivos reais. O que ela colima , a criação de condições e meios para o aparecimento e a sobrevivência do capitalismo dependente, tem sido atingido, às vezes suscitando até a idéia do 'milagre econômico' (já aplicada ao México e ao Brasil quanto à América Latina). Sob outros aspectos, ela cai na categoria das transformações capitalistas conseguidas por vias autocráticas. (FERNANDES, 1974b, p.29).

Em seguida, Florestan expõe que havia, no início dos anos 1960, aparência de que a nação brasileira caminhava para uma revolução burguesa em grande estilo (revolução nacional e democrática), no entanto, atingiu o que se pactuou como a 'revolução institucional'. Tendo como base o livro *Sociologia numa era de revolução social* e seus escritos no período da Campanha de Defesa da Escola Pública, percebe-se que Florestan também compartilhava a ilusão, não da aliança com a burguesia, mas da possibilidade de uma revolução nacional e democrática impulsionada de baixo para cima.

Para Florestan, a idéia de uma revolução democrática constitui-se uma hipótese da qual não era possível escapar. Entretanto, sua ruptura com esta ilusão e com as esperanças na realização de um programa nacional democrático foi fruto de longo processo que aprofundamento e sistematização através da luta teórica para analisar os dilemas da sociedade capitalista dependente a partir de outro foco.

Há uma continuidade na associação entre revolução, luta de classes e imperialismo nas produções e análises de Florestan tendo, como base, o elemento

empírico, a realidade brasileira. A caracterização sociológica de revolução pode ser sintetizada da seguinte forma na realidade brasileira pós anos 50: revolução burguesa não-clássica e secundária ou estrutural; revolução dentro da ordem (que só pode ser protagonizada pelo proletariado e demais setores explorados); contra-revolução preventiva (que sob o imperialismo e a alternativa socialista tem-se caracterizado como um padrão mundial) e revolução dentro da ordem (agora com o pólo proletário da luta de classes, em condições de lutar como classe plenamente constituída) e a nova república como transição prolongada.

CAPÍTULO IV - Contribuições educacionais de Florestan: Fazer docente, interlocução e crítica com a Pedagogia Nova e implicações educacionais da categoria revolução

> As contribuições de Florestan Fernandes para o tema 'Universidade e Democracia' não devem ser procuradas, exclusivamente, nos textos que tratam de modo explícito, desse modo em particular. Como os grandes pensadores, utilizou-se de fontes variadas. O intelectual das Ciências Sociais pode realizar, na universidade, trabalhos acadêmicos sem referência expressa ou aparente à democracia e, no entanto, fornecer excelentes contribuições para esse fim. (NAGLE, B1987, p.188).

Para compreender e dimensionar as contribuições de Florestan para a educação, foi necessário pesquisar sua biografia, analisar suas obras, percorrer suas temáticas, constituir chaves de leitura para dialogar com a produção, aprofundar os elementos da categoria revolução e entender aspectos da luta de classes no Brasil como pontos essenciais na sua evolução teórica.

As análises empreendidas no capítulo três ampliaram as reflexões sobre os escritos educacionais de Florestan das décadas de 1950 e 1960. Ao entender seu arcabouço teórico, - conceito de imperialismo, categorias revolução e luta de classes e a especificidade do capitalismo dependente – fica mais fácil relacioná-lo com conceitos e categorias-chave que o autor só mais tarde viria a consolidar.

As temáticas da especificidade da revolução burguesa no Brasil e do imperialismo, por exemplo, estão presentes no escritos educacionais de 1959, quando ele problematiza as afirmações de que o problema de desenvolvimento no Brasil decorreu das recorrentes transplantações. Este problema, segundo ele, exige outro eixo de análise, pois o Brasil pertence ao conjunto da sociedade capitalista e, desta forma, a transplantação em si não é problemática, mas sim a forma como se processaram estas articulações[160]. Para ele:

[160] Este debate consta na resenha escrita por Florestan sobre o livro de autoria de Geraldo Bastos Silva, produzido pelo ISEB. De acordo com Mendonça *et al.,* "Geraldo Silva integrou a primeira

> É preciso substituir a antiga orientação artificialista, dos estudiosos da 'realidade brasileira' que se mantiveram fiéis a concepções pré-científicas, por uma autêntica visão sociológica do processo de formação e transformação da sociedade brasileira. A transplantação representa o principal fator dinâmico desse processo; mas é preciso que se tenha em mente que o Brasil faz parte do conjunto de nações portadoras da civilização criada pela economia urbana e industrial, pela sociedade de massas, pela ciência e pela tecnologia científica. Quer dizer que ele também conta entre os países nos quais se joga o destino dessa civilização, embora nas condições peculiares das nações subdesenvolvidas, que estão na periferia desse sistema civilizatório (localizam-se na Europa ou fora dela). Desse ângulo, seria mais produtivo dirigir a reflexão para os problemas vinculados ao modo de adaptar semelhante civilização às condições de existência que enfrentamos e às possibilidades que temos de enriquecê-las mediante nossa experiência histórica como povo. Não devemos ignorar, inclusive, que dois países já passaram, em nosso século, de núcleos periféricos para focos de elaboração criadora original dessa mesma civilização: os Estados Unidos e a Rússia. (FERNANDES, A1966, p.589).

Florestan considera, para análise da época histórica, a concomitância da revolução capitalista e socialista, cabendo, assim, indagar o tipo de inserção e articulação destas nas totalidades históricas, pois, no capitalismo dependente, o subdesenvolvimento, por exemplo, é negociado e, após a contra-revolução preventiva de 1964, ficou demonstrado que não seria possível reproduzir a revolução burguesa norte-americana. A possibilidade histórica de uma revolução criativa, portanto, seria socialista.

Com referência à educação, como se deu o diálogo com as importações educacionais da França e dos Estados Unidos? Neste período houve uma importação crítica? Ela atendeu às necessidades da realidade brasileira? Como definir a mudança na educação? Estas e outras questões podem ser relacionadas, mesmo enquanto indícios, com a evolução e o aprofundamento das categorias e dos conceitos desenvolvidos no capítulo três.

---

turma do curso de pedagogia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em 1946, ingressou como inspetor de ensino no então Ministério da Educação e Saúde Pública, dedicando-se ao estudo do ensino secundário no Brasil." (C2006, p.106).

As diretrizes da segunda chave de leitura - *A obra, contexto e conteúdo* - auxiliaram no entendimento dos debates dos quais Florestan participou no campo educacional e permitiram dimensionar o significado teórico da sua produção educacional. Interessou não comparar os escritos do final dos anos 1950 com os seus próprios escritos das décadas de 1980 e 90. Mas situar o pensador social no chão histórico de suas produções, para reconhecer o que estava em evolução no seu arcabouço teórico e relacionar seus escritos educacionais com as apreensões de seus interlocutores: os setores leigos e religiosos que defendiam os interesses privados nos escritos da Campanha[161], a interlocução crítica com alguns dos teóricos da Pedagogia Nova nos escritos da primeira e quarta parte do livro *Educação e Sociedade no Brasil* e a luta contra a reforma consentida imposta pela ditadura civil-militar nos escritos sobre reforma universitária. De outro lado, o próprio Florestan reconhece, em escritos posteriores, que naquele período mitificou as potencialidades da universidade e do conhecimento científico nas transformações sociais, ou como ele mesmo afirmou: "imaginariamente, mantive-me como um intelectual orgânico dos oprimidos e dos trabalhadores [...]. Intelectualmente, fiquei preso ao 'mundo da universidade' e às limitações que ele opõe ao radicalismo e uma pedagogia socialista." (FERNANDES, A1989, p.8).

O objetivo, neste capítulo, é dar ênfase às contribuições educacionais de Florestan dos anos 1950 e 60, identificando os primórdios do arcabouço teórico em evolução nas diretrizes teóricas e pedagógicas durante sua docência universitária e nas produções do intelectual panorâmico que estabeleceu interlocução e crítica com a Pedagogia Nova do Brasil e dos Estados Unidos.

Quanto ao método de exposição, no capítulo, partiu-se da síntese histórica - para situar o debate educacional - , da análise das produções sobre educação em Florestan,[162] e dos trabalhos da historiografia da Educação dos anos 1950 até o início dos anos 60. Assim, a partir do quadro histórico e das produções científicas,

[161] Florestan ressalta as contradições "que jogaram os principais pedagogos e reformadores sociais na área da educação contra o conservantismo da Igreja Católica e das elites das classes dominantes, que pretendiam mudanças educacionais 'cosméticas' ou solidamente amarradas aos interesses do capital e dos donos do poder, essa conexão não era circunstancial, mas permanente." (FERNANDES, A1989, p.8).

[162] Trabalhou-se especificamente com as teses de doutorado de Mazza (B1997) e Chaves (B1997), pois são produções que analisam os anos de 1940 a 1964.

foram delimitadas quatro temáticas a fim de se aprofundar o horizonte das contribuições educacionais de Florestan:

1º) A vida universitária e a docência. A prática docente e a sua atuação no espaço universitário não poderiam deixar de ser analisadas visto que este espaço foi central na transformação do menino Vicente, sem escola e trabalhador infantil, no intelectual panorâmico Florestan Fernandes. Como foi sua atuação neste espaço? Quais aspectos da sua prática docente e da sua atuação no espaço universitário são referenciais para aqueles que têm no horizonte a construção de uma pedagogia da "revolução dentro da ordem" e da "revolução contra a ordem"?

2º) Os projetos editoriais e o desenvolvimento cultural e intelectual do jovem. A preocupação para conseguir o sustento com o trabalho intelectual no período de exílio não pode ser dissociada da diretriz pedagógica de ampliar o horizonte intelectual pela leitura dos clássicos e pela divulgação de sua produção científica na América latina e internacionalmente. Estes projetos e suas dimensões formativas, portanto, têm por base o conhecimento e a produção científica como pontos de referência para conquistar a autonomia intelectual do homem.

3º) A interlocução e a crítica com a Pedagogia Nova e as referências "empírico" e "teórico" para uma pedagogia crítica. Localizar a interlocução de Florestan no campo educacional permitiu ressaltar e redimensionar contribuição valorosa, qual seja, a crítica que fez à pedagogia burguesa, a preocupação que teve em organizar seus escritos para garantir um conjunto de conceitos bem distintos das tradicionais referências importadas das pedagogias européias e americanas. Constatam-se vários indícios das categorias e conceitos do arcabouço teórico em processo e tem-se uma contribuição educacional que diverge, pela esquerda, da base filosófica da Pedagogia Nova predominante na época e, também, destacaram-se algumas implicações educacionais da categoria revolução. Análise do significado dos estudos sobre o imperialismo e sobre a revolução e suas contribuições para pensar a educação e a pedagogia da revolução dentro da ordem e contra a ordem.

1) O contexto dos anos 1950 e 60 e o debate educacional: capitalismo monopolista, nacionalismo, nacional-desenvolvimentismo, revolução, Pedagogia Nova e Educação popular

> A República desprende-se da tradição revolucionária do republicanismo originário. Ela associou republicanos pseudo-históricos com os 'grandes da terra' e nunca conseguiu ser uma fonte de negação revolucionária dos padrões culturais herdados da colônia e do Império. Portanto, a educação popular foi castrada. Estabeleceu-se uma política sistemática de circunscrever o mundo da escola às elites das classes dominantes e de excluir a massa da população da escolaridade obrigatória, mera exigência constitucional. (FERNANDES, A1991b, p.11).

O período de 1955 a 1966 compõe a conjuntura internacional do pós II Guerra Mundial denominada, *A era de ouro*, que englobou a primeira fase da Guerra Fria, a reformulação do capitalismo nos países centrais, e, por outro lado, o *boom* econômico que exigiu centralidade no planejamento econômico e na nova significação da função do Estado. A disputa ideológica acontecia, sobretudo, através das campanhas "contra" o comunismo e "a favor" da liberdade do liberalismo. Na área econômica, a recomendação política era seguir as diretrizes implementadas nos países capitalistas sob a hegemonia americana, especialmente pela intensificação da industrialização associada ao capital exterior. O término da reconstrução da Europa impôs desafios aos Estados Unidos, pois "a economia européia [deixou] de ser uma preocupação excepcional para o governo e as grandes empresas dos Estados Unidos [...] o capitalismo norte-americano [precisou] encontrar novas fronteiras de expansão." (IANNI, C1979, p.143). A alteração de rumo na política americana foi um dos motivos que levou Florestan a empreender centralidade ao estudo do imperialismo na nossa realidade e, sem dúvida, esta análise esteve presente em seus escritos educacionais a partir dos anos 1950, conforme será observado adiante.

Este movimento de expansão imperialista teve desdobramentos nas políticas governamentais da realidade brasileira. A organização política do período abrangeu os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) e, após o golpe civil-militar, o governo Castelo Branco (1964-1967). Na economia, o capitalismo monopolista e o imperialismo consolidavam-se nas ações econômicas governamentais e coabitavam com outras concepções políticas. De acordo com Ianni:

> as políticas econômicas governamentais dos anos 30-70 comportaram-se segundo uma espécie de *movimento pendular*, polarizando-se ora no sentido nacionalista, ora segundo as determinações de dependência. Algumas vezes, entretanto, esse movimento pendular parece ter sido perturbado pela manifestação de uma terceira tendência. Além disso, eles preconizavam a crescente participação do Estado nas atividades produtivas, como empresário, no estilo Petrobrás. Assim, pouco a pouco se configurou uma *estratégia de desenvolvimento socialista,* paralelamente às outras. Mas os representantes dessa estratégia nunca chegaram a controlar o centro de decisão, sobre a política econômica governamental [...] as suas ambições exprimiram-se em termos ideológicos. (IANNI, *op. cit.*, p. 308).

Para situar o pensamento educacional neste período, é indispensável trabalhar com alguns elementos centrais do modo de produção capitalista na realidade brasileira dos anos 1950 e 60. Primeiro, na fase monopolista, a industrialização implementou transformações estruturais e "a essência do salto qualitativo, nesse caso, é a acentuação do elemento político, inerente às políticas governamentais." (IANNI, *op.cit.*, p.306). Segundo, é preciso observar a articulação entre o mercado, a empresa e o Estado, requerida pelo capitalismo dependente[163].

Ianni (*op.cit.*, p.304) tem razão quando afirma que na realidade brasileira o poder público desempenhou funções centrais para o pleno desenvolvimento econômico nos seguintes aspectos: condições materiais para o funcionamento e expansão das empresas privadas (nacionais ou multinacionais), organização, de acordo com as demandas do setor produtivo, do mercado e da força

[163] Trabalha-se com o conceito de capitalismo dependente empreendido por Florestan, pois se considera que este tem contribuições substantivas e implicações educacionais consideráveis para analisar a educação na sociedade burguesa no Brasil. No ponto 3.4.2 serão aprofundadas estas implicações.

de trabalho, dentre outros. Os discursos empresariais disseminados, e assumidos pelo senso comum, sobre criatividade e esforço do empresário vitorioso, não têm substrato na realidade, ou seja, "o livre jogo das forças produtivas no mercado e a criatividade empresarial não produziram, automaticamente, as soluções possíveis." (IANNI, *op.cit*., p.304).

Cardoso, M. L., no livro *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK- JQ*, analisa a ideologia do desenvolvimentismo e, também, expõe a articulação das políticas públicas com os interesses privados e o papel do executivo neste processo. Para Juscelino, o desenvolvimento e a prosperidade econômica, por si mesmos, propiciariam o desenvolvimento social necessário ao conjunto da sociedade, ou seja, "sua atenção, assim, se dirige para os problemas *econômicos*. Acredita-se que, resolvidos estes, os demais os acompanham." (CARDOSO. M.L, C1978, p.95).

Este desenvolvimento econômico, quando associado à ordem e à segurança, provocaria a liberdade e a superação do subdesenvolvimento no país:

> Esta libertação econômica, como garantia de prosperidade, fornece o elemento que falta aos países em subdesenvolvimento para que, junto com a ordem democrática, eles alcancem a plena soberania. Para que as nações que vivam a crise de transição do subdesenvolvimento atinjam a soberania, é necessário um duplo esforço: para o desenvolvimento e pela ordem. O desenvolvimentismo supõe, assim, que a luta contra a miséria, travada dentro dos moldes da democracia, garante a soberania. (CARDOSO, M.L., C1978, p.103).

Para Ianni (*op.cit*., p.150), a crescente industrialização esteve articulada com a interdependência ao capital externo materializado em quatro "realizações importantes, ainda que de sucesso desigual: O Programa de Metas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Operação Pan-Americana (OPA) e Brasília".

A realização da Revolução Cubana (1959) foi um divisor de águas na política e na economia dos países da América Latina. De um lado, os Estados Unidos impuseram aos países da região uma política mais ofensiva, cujo objetivo foi implementar intervenções em diferentes frentes (econômica, pedagógica, cultural, política etc.) para garantir a sobrevivência e o aprofundamento do modo de

produção capitalista. De outro, na política interna de desenvolvimento econômico, o governo Juscelino defendia a participação do estrangeiro como imprescindível. Esta defesa teve por base os seguintes argumentos:

> o estrangeiro não prejudica, não é responsável por nenhum dos males nacionais. A nossa situação é um dado que a realidade oferece e só nós mesmos podemos ser responsabilizados por ela. O estrangeiro – e a referencia é especial para o capital e a técnica estrangeira – pode ajudar-nos a superá-la e o seu auxílio será muito valioso, tanta carência temos daquilo que ele nos pode enviar. Sua colaboração se fará sob a forma de 'intercâmbio econômico ou relações financeiras'. Comparar a entrada e saída de capitais, reclamar contra os excessos dos lucros e dividendos remetidos para o exterior é desanimar o possível investidor ou financiador estrangeiro e, deste modo, retardar o processo de expansão econômica. E é isto que, em primeiro lugar, não interessa à Nação, conforme ideologia desenvolvimentista. Assim, o nacionalismo inteligente é aquele que racionalmente procura encontrar os meios para a consecução dos objetivos nacionais. (CARDOSO, M.L., *op.cit*., p.195).

A pressão de dentro e de fora impôs e reafirmou, para os países da América Latina, a identidade nos princípios gerais do capitalismo, bem como o aprofundamento do capitalismo dependente. Havia uma contradição entre o discurso e a prática política porque, de um lado, o governo autodenominava a sua opção como a política "nacionalista inteligente", e, de outro, a ênfase nos empréstimos externos aprofundava a dependência econômica, política, cultural e ideológica aos princípios do capitalismo monopolista.

No governo João Goulart, o cenário político altera-se, pois, no interior da maquina estatal, passaram a estar presentes contradições e tendências de instituir o capitalismo em bases nacionais. Utilizando a metáfora do movimento pendular, pode-se afirmar que a política econômica ideologicamente teve um sentido nacionalista. Esta polarização nacionalista explica-se em função da organização "dos de baixo", que começou a surgir na realidade brasileira. Os vários grupos de esquerda, que estavam próximo de Goulart, tinham como política a luta antiimperialista e a reivindicação da participação do Estado na economia. "A luta contra o imperialismo (para esses grupos) era parte da mesma luta pela

nacionalização e estatização de empresas estrangeiras; ou filiais e associadas multinacionais." (IANNI, *op.cit*., p.308). Entretanto,

> No conjunto dos anos 1930-70 [...] predominou a estratégia de desenvolvimento dependente. Nem o projeto de capitalismo nacional, nem o projeto de desenvolvimento socialista chegaram a impor-se. Ao contrário, eles existiram muito mais em nível ideológico. E somente o projeto de capitalismo nacional foi ensaiado em algumas ocasiões [...] De qualquer forma, a transição para uma economia em que o setor industrial passou a predominar (conforme ocorreu no Brasil, nos anos 1930-70) correspondeu a uma verdadeira revolução no subsistema econômico brasileiro. [...] A rigor, tratava-se de uma revolução na esfera do político, tanto quanto no nível da estrutura econômica [...] Essa foi a razão por que ocorreu a progressiva adoção de técnicas de planejamento, como instrumento da política econômica governamental. (IANNI, *op.cit*., p.309).

Essa contradição entre a pressão política econômica, articulada aos interesses externos, e a organização de grupos e de atividades nos diversos setores da esquerda e da direita explicitaram as tensões na realidade política brasileira em todo o governo Goulart. Tinha-se, por exemplo, de um lado o ISEB, no âmbito do Estado, próximo às Reformas de Base e defendendo uma política antiimperialista. De outro, como afirma Toledo (C2006), setores da sociedade civil, através do IPES, objetivavam provocar a desestabilização no governo, fazendo contraponto ideológico à produção do ISEB e às políticas de tendência nacionalista das reformas de base. Interessa verificar como todo este debate repercutia na política educacional e nas concepções pedagógicas do período. Como situar a participação e a contribuição de Florestan neste período e no debate?

Saviani (C2007) organiza as idéias pedagógicas do período da seguinte forma: primeiro, a predominância da Pedagogia Nova (1947-1961) e, após a Crise da Pedagogia Nova, a articulação da Pedagogia Tecnicista (1961-1969). Romanelli (C1978) ressalta o reinício das lutas ideológicas em torno da educação do sistema educacional: as polêmicas suscitadas pelo Projeto das Diretrizes e Bases. Para Buffa e Nosela (B2001), neste período, houve "A Volta do Debate" (1946-1964) que, sem dúvida, propiciou um dos momentos mais fecundos na discussão sobre a educação no Brasil. Especialmente porque o debate sobre a democratização ganha vigor; o

debate ensino público *versus* ensino privado rompe os limites educacionais e alcança a grande imprensa e a educação como conscientização ganha espaço nos movimentos sociais protagonizados por setores da igreja católica e do Movimento Estudantil.

Nos anos 1950, a articulação entre educação e desenvolvimento era o grande tema enfatizado pela ação governamental. No entanto, Cunha, L. A. (C1975) adverte que esta apresentava sentidos diferenciados: um deles associava educação e crescimento de renda; outro vinculava educação e modernização e ainda um terceiro sentido:a educação para a construção de uma sociedade justa.

No governo Juscelino, por exemplo, como reflexo da política desenvolvimentista, percebe-se uma modificação na função da educação, entretanto, "não chega a levantar questões sobre a vinculação aos requisitos da produtividade [...] a perspectiva geral e assumida é de 'ampliar o sistema educacional do País e colocá-lo a serviço do desenvolvimento." (CARDOSO, M.L, *op.cit.*, p.219). Assim, educação e desenvolvimento são interdependentes e interessava um ensino mais prático e próximo da realidade econômica que atravessava o país, por isso a orientação profissional é a alternativa proposta, tanto como complementar ao ensino primário, como em substituição ao secundário propedêutico.

De acordo com Cardoso (*op.cit.*, p.221), em seus discursos, o governo propõe "a criação de cursos complementares ao ensino primário, com a finalidade de oferecer orientação profissional". Quanto ao ensino secundário, a ênfase deveria ser o ensino profissional para atender às demandas práticas das indústrias e não apenas ter, como objetivo, o ingresso no ensino superior, pois este seria apenas para os jovens mais aptos. Pereira (C1960), através de estudo de caso, demonstra como essa concepção permeava as expectativas de mobilidade social dos pais dos alunos que freqüentavam a escola pública primária de Água Redonda:

> Um dos fatores responsáveis pela participação da maioria dos pais de alunos no operariado não qualificado e limitador de sua ascensão às profissões manuais qualificadas reside no fato de eles serem analfabetos ou semi-alfabetizados. Repousam a esperança de ascensão social da família na futura ocupação, pelos seus filhos varões, de profissões manuais qualificadas, que estão exigindo

> escolarização primária para o seu desempenho. Uma das formas mais valorizadas de acesso a esses empregos é a freqüência aos cursos do SENAI, que seleciona os candidatos testando-lhes o grau de escolarização primária. [...] a escola primária de água Redonda também funciona como canal de ascensão social para os moradores da área da escola [...] Trata-se de função reconhecida em geral apenas pelos moradores. Somente alguns professores a percebem, mas pensam-na em termos de ascensão a profissões 'intelectuais' e, por isso, estimulam o ingresso dos alunos nas escolas secundárias. (PEREIRA, C1960, p.130).

No âmbito da política governamental, a diretriz era para a profissionalização, mas, por outro lado, as ações empreendidas sob a liderança de Anísio Teixeira privilegiavam o desenvolvimento da pesquisa e da teoria educacional. Conforme ressaltou Saviani (C2007, p. 286), Anísio dirigiu a CAPES a partir de 1951 e o INEP a partir de 1952. Nestes órgãos. "Ampliando ainda mais as realizações do movimento renovador, Anísio Teixeira criou, em 1955, o CBPE[164]" com o objetivo de "viabilizar o desenvolvimento dos suportes científicos para a prática pedagógica e a política educacional". Instalado no Rio de Janeiro, sua estrutura foi reproduzida em centros regionais implantados nas capitais de outros cinco estados. Foi no Centro Regional de São Paulo que Florestan dialogou criticamente com alguns princípios da Pedagogia Nova. De acordo com Celso Beiseguel (B2006), em entrevista, "o Centro foi instalado em São Paulo em convênio com a Faculdade de Filosofia, e depois esse convênio da Faculdade de Filosofia foi gerido pelo Departamento de Educação".

Mendonça *et al.* (C2006, p.96) trabalharam com as políticas do MEC na década de 1950 e perceberam as aproximações que existiam entre INEP e o ISEB, que eram órgãos do mesmo ministério. Para os autores, "a ideologia desenvolvimentista que pontuou o debate sobre a reestruturação econômica, política e social do país [....] constitui-se em solo fértil para a retomada e a expansão do ideário da Escola Nova, e particularmente do pragmatismo deweyano entre os educadores brasileiros." (MENDONÇA *et al.*, *op.cit.*, p.98).

A tramitação da Lei de Diretrizes e Bases no Congresso provocou o grande conflito deste período, protagonizado pelos representantes da escola privada e da

[164] CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

escola pública na disputa pela direção ideológica e pelos recursos do Estado. O ataque dirigido a Anísio Teixeira pelo setor religioso, o substitutivo Carlos Lacerda e todo o desenrolar da Campanha de Defesa da Escola Pública permitiram que diversos setores da sociedade (sindicatos, movimento estudantil, espíritas, escritores) refletissem sobre a importância da escola pública para a educação "os de baixo" e transformação do nosso sistema de ensino.

De outro lado, a euforia das políticas públicas com o desenvolvimento econômico e sua articulação com a iniciativa privada deixaram conseqüências no campo educacional. A articulação, em outras esferas do Estado, entre o público e o privado foi, assim, uma das condições extra-educacionais para o surgimento do substitutivo Carlos Lacerda. Este impunha na lei o direcionamento de verbas públicas para as escolas da iniciativa privada e outras medidas que cerceavam o desenvolvimento de educação popular, por isso Florestan afirma que o interesse privatista não era circunstancial, mas estrutural na realidade brasileira. A ganância dos interesses da igreja católica e dos empresários, sobre os recursos públicos, foi duramente questionada e denunciada por Florestan, especialmente diante da complacência do Senado e do Executivo, que aceitaram as demandas privativas constantes do projeto aprovado na Câmara[165].

A organização do substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda constituiu uma reação ofensiva para garantir subvenção às escolas privadas. O fundamento era de que o Estado, tal como na área econômica no governo, deveria

[165] As críticas de Florestan ao Senado e ao Executivo apresentam as seguintes argumentações: "Em suma, as três comissões omitiram-se diante do dever do Senado de zelar pela causa pública [...] aí também se acha o motivo pelo qual não trepidaram diante da dilapidação do erário público para servir aos interesses ilegítimos dos estabelecimentos particulares de ensino, reduzindo o Estado democrático brasileiro à condição de presa fácil de grupos poderosos, que não tremem diante da responsabilidade de agir, simultaneamente, como coveiros da instrução pública e da ordem social republicana" (FERNANDES, A1966, p.511). "O presidente da República e o Sr. Oliveira Brito [Ministro da Educação, do PSD] deram-se as mãos, num gesto de soberano desprezo diante do destino da Democracia no País, da educação popular e do desenvolvimento da instrução pública [...] A razão é simples. No poder, o Sr. João Goulart redefiniu completamente sua linha de ação política. Membro e representante de camadas sociais privilegiadas e conservadoras, não tem interesse em pôr em prática uma autêntica filosofia de atuação política democrática, que o obrigue a valorizar o Ensino Público e a estender sua influência na dinâmica do regime representativo. Baseando-se no que tem acontecido ultimamente, costumo dizer a meus companheiros, alunos ou colegas que o senhor João Goulart não nos traiu. Deu-nos de graça à reação!...". (FERNANDES, A1966, p.521/22).

garantir a liberdade do ensino privado[166]. Mas o discurso de liberdade de ensino foi mitificado pela conjuntura de 'caças às bruxas' do período da Guerra Fria e disfarçava o principal, que era obter subvenção para a escola privada. De acordo com Florestan, o projeto apresentado pelo setor privatista religioso simbolizava dois aspectos da utilização dos recursos públicos na educação:

> De um lado, uma ampliação da liberalidade da política de concessão de bolsas pelo Estado. De outro, a regulamentação e institucionalização de generosas modalidades de subvenção às escolas particulares. Ambas as medidas consagram uma orientação nova, de aumentar as responsabilidades educacionais do Estado na esfera financeira, sem proveito para o crescimento do sistema público de ensino e sem nenhuma consideração para com as atribuições correlatas, que deveriam estar na base da especialização dos poderes públicos em agência de financiamento direto e indireto das escolas particulares. (FERNANDES, A1966, p.485).

As condições concretas do meio exigiam, portanto, uma frente ampla de defesa da educação pública, cuja predominância ideológica era dos teóricos da Pedagogia Nova.

Por outro lado, na década de 1960, vários acontecimentos nacionais e internacionais propiciaram o surgimento de uma nova concepção de Educação Popular que via a conscientização e a política como tarefas da educação para a libertação do povo. De acordo com Góes (C1985, p.16), os movimentos surgidos entre 1960 e 1961 foram: Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife; "Campanha de pé no chão também se aprende a ler", em Natal; o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela igreja católica; e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

[166] Em texto escrito em 1960, Florestan faz a seguinte observação, ainda atual, sobre a contribuição da iniciativa privada na expansão do ensino: "A conquista de uma oportunidade educacional é matéria de ordem econômica e financeira, nada ou pouco tendo a ver com as aptidões educacionais propriamente ditas. [...] As escolas, em sua composição, funcionamento e rendimento ainda são, nessa área, expressão do poder econômico e da influência social das clientelas que elas servem. Portanto, a contribuição educacional positiva da iniciativa privada encontra um retrato de corpo e alma nesse quadro. [...] Desse modo, até o presente (em particular em relação ao ensino médio e superior), a expansão das escolas particulares tem sido uma operação econômica, diretamente subordinada à valorização e à procura dos serviços educacionais por elas prestados às camadas ricas de nossa sociedade." (FERNANDES, A1966, p.20).

Estes estavam associados ao momento histórico por que passava o país. Para Florestan, estava em processo uma revolução dentro da ordem, especialmente através do enfrentamento de classe, com as ações tradicionais e conservadoras que impediram que João Goulart, eleito vice-presidente pelo voto, assumisse a presidência e as propostas das Reformas de Base. Enfim, todos estes acontecimentos e movimentos recebiam recursos públicos e esforçavam-se para instaurar um caminho alternativo para a sociedade e a educação na realidade brasileira (GÓES, *op.cit.*, p.30).

A preocupação com a realidade brasileira impõe a educação política e a preocupação de propiciar a superação da educação como privilégio.

> A expressão 'educação popular' assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. O clima favorável a essa mobilização [...] foi propiciado pelas discussões e análises da realidade brasileira efetuados no âmbito do ISEB e do CBPE; pelas reflexões desenvolvidas por pensadores cristãos e marxistas no pós-guerra europeu; e pelas mudanças que o espírito do Concílio Vaticano II tendia a introduzir na doutrina social da igreja. (SAVIANI, C2007, p. 315).

Neste contexto histórico, Florestan Fernandes estava em processo de elaboração do seu novo patamar teórico (capítulo 3) e, também, tinha participação substantiva no campo educacional. O diálogo com a área educacional aconteceu a partir de seus escritos sobre educação na imprensa; pela apresentação de trabalhos e realização de cursos no Centro Regional de Pesquisas Educacionais, além da participação e produção na Campanha de Defesa da Escola Pública e das produções sobre a Universidade; a interlocução crítica com os pressupostos teóricos e filosóficos da Pedagogia Nova, que adiante serão mais especificadas.

2) Os escritos educacionais sobre Florestan e a atual historiografia da Educação dos anos 1950 e 60

Conforme ressaltado no primeiro capítulo, duas teses pesquisaram a produção educacional de Florestan nos períodos que abrangem os anos 1940 e 60. Mazza (1997) e Chaves (1997), ao pesquisarem os escritos educacionais de Florestan dos 1950 e 60[167], dão ênfase a sua participação na Campanha de Defesa da Escola Pública, analisando os conteúdos da sua intervenção. Chaves também analisa a participação de Florestan na luta pela reforma universitária nos anos de 1968 e 1969.

Mazza teve como objetivo compreender os impulsos que o levaram a se envolver com a problemática educacional brasileira. A justificativa para o recorte temporal empreendido (1941 a 1964) foi que, após 64, processam-se mudanças temáticas e de referencial teórico de análise na produção de Florestan. Na conclusão, Mazza afirma que as incursões nas temáticas educacionais não foram acidentais, educação e processo social foram preocupações recorrentes:

> O autor realizou uma análise sociológica da educação, ora entendendo-a como encaminhadora das demoras culturais acarretadas pelo ritmo desigual de desenvolvimento das diferentes esferas da vida social, ora como dilemas que obstaculizavam a construção da ordem social democrática. A educação foi reclamada como técnica social que instrumentalizava para a construção da ordem social almejada. (MAZZA, B1997, p.8).

No período de formação de Florestan (1941 a 1953), a educação comparece em seus escritos como:

> 'campo' que espelharia a organização e o funcionamento da ordem social, e, portanto, seria passível da atenção sociológica (MAZZA, B1997, p.131). Para ele, a Sociologia possibilitava ir dos fenômenos sociais à construção de categorias explicativas, e a Educação instrumentalizava no aprimoramento da ordem social existente, tendo em vista a implantação dos ideais republicanos no Brasil (Idem, p. 134).

[167] As autoras trabalham com o período dos anos 1940 até 1964. Privilegiaram-se suas reflexões sobre os anos 1950 e 60 porque é o recorte deste capítulo.

Na Campanha, Florestan constitui-se como grande liderança na luta pela escola pública e, para compreender esta dimensão, Mazza reflete sobre a participação dele a partir do artigo de 1957[168]. Analisa suas avaliações sobre os resultados da lei aprovada para a educação[169] e sobre os aprendizados sociológicos deste processo[170], dentre outros. Nos artigos da Campanha, as reflexões de Florestan partem da explicação da situação educacional na sociedade concreta e como esta resultou das escolhas e da ação dos agentes humanos. Chaves contextualiza a Campanha no debate educacional:

> O que se quer ressaltar é que a Campanha de Defesa da Escola Pública e a participação de Florestan Fernandes e de outros intelectuais e educadores nela, só pode ser compreendida, dentro do contexto histórico da década de 60, na qual outros movimentos sociais baseados em alternativas educacionais fora do sistema formal de ensino, também floresceram alimentados pelo nacional-desenvolvimentismo, na esperança de realizarem um projeto econômico e político autônomo, para o Brasil. (CHAVES, B1997, p.316).

Para Mazza, "a intensa participação, associada ao desfecho da Campanha com o projeto de lei aprovado pelo Presidente, foram elementos que exerceram uma viragem conceitual na produção posterior do autor." (*op.cit.*, p.205). A Campanha foi um dos elementos determinantes para Florestan estudar a consciência burguesa no Brasil, mas, na constituição do novo patamar teórico, foram imprescindíveis: a interlocução com as produções dos setores de esquerda; a elaboração crítica do desenvolvimento, dissociado de democracia, implementado pelo desenvolvimentismo ou pela modernização conservadora norte-americana; o aprofundamento nos estudos do marxismo, conforme pode ser visto nas análises desenvolvidas no terceiro capítulo desta Tese.

---

[168] Na verdade, este artigo foi escrito na forma de resenha sobre duas conferências ministradas por Anísio *A educação não é privilégio* e *A escola pública, universal e gratuita* (FERNANDES, A1966, p.564)

[169] Publicado em 1961 'Diretrizes e Bases: a sanção do presidente'; abril de 1962 'A orientação do clero católico' e julho – setembro de 1962 'Contra a Lei de Diretrizes e Bases'. Estes ensaios estão em Fernandes (A1966).

[170] Os trabalhos de reflexão sobre o aprendizado da campanha foram produzidos em 1962, são eles: 'A comunicação entre os sociólogos e o grande público' e o 'Reflexões sobre a mudança social' (FERNANDES, A1976)

Na primeira chave de leitura aqui apresentada, o diálogo com a realidade, a partir da participação na Campanha, foi um móvel inspirador para seus avanços teóricos, assim como para a análise do campo educacional, pois, como afirma Mazza, tal envolvimento permitiu, a Florestan, re-significar categorias sociológicas utilizadas anteriormente. Em artigo escrito em 1962[171], ficou implícito que Florestan apreendeu que

> o problema educacional brasileiro não cabia dentro da categoria clássica de demora cultural, pois não se tratava apenas de necessidade de adequar as esferas e as regiões menos desenvolvidas ao ritmo do progresso das mais desenvolvidas; o autor teria tomado contato com grupos que nucleavam impulsos de resistência às mudanças, criando situação de afloramento de verdadeiros dilemas sociais. O autor teria apontado para a existência de conflitos que se configuravam nos interesses das diferentes classes sociais que compunham a sociedade brasileira. (MAZZA, B1997, p.209)[172].

O trabalho de Chaves (*op.cit.*) teve como objetivo analisar o pensamento educacional de Florestan nas décadas de 1940 e 1960. Seus questionamentos na pesquisa indagaram sobre a contribuição da produção educacional de Florestan para as mudanças significativas nas instituições educacionais, no sistema de ensino, na visão de educação da sociedade da época e sobre o lugar que ocupou no pensamento educacional. Chaves analisa, também, a contribuição de nosso autor na luta pela reforma universitária.

> Em 1965, Florestan Fernandes foi aos Estados Unidos e permaneceu durante seis meses, voltando em 1966 e se dedicando totalmente às atividades políticas na luta contra a ditadura e na defesa de uma reforma universitária que garantisse autonomia, liberdade de pensamento e organização adequada, em função da pesquisa e do ensino de qualidade. (CHAVES, B1997, p.319).

A autora ressalta, nas produções do campo educacional, as seguintes contribuições teóricas: *educação como problema social, estudo sociológico da escola, estudos relativos à formação técnica e científica dos educadores, a*

[171] Este artigo é "A comunicação entre o sociólogo e o grande público" e encontra-se no livro *A sociologia numa era de reconstrução social.*
[172] Chaves também registra esta re-significação de demora cultural para dilema social em Florestan.

responsabilidade do cientista social em relação aos dilemas da educação brasileira e *o papel da universidade e seu objetivo primordial na sociedade brasileira*. No entanto, na conclusão, defende que Florestan não foi um teórico da educação, "parece que se pode dizer que a prática pedagógica de Florestan foi sua grande contribuição para a educação." (*op.cit.*, p.238). Assim, destaca três aspectos desta contribuição prática:

> sua obra educacional tem um valor prático em dois sentidos primeiro, como professor, pesquisador, cientista social, foi responsável pela formação de um grande número de sociólogos que fizeram da Educação, objeto de estudo e produziram obras, que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento educacional brasileiro principalmente no campo da Sociologia da Educação [...] o segundo aspecto [...] o compromisso com o conhecimento científico, o zelo pelo ensino, a exigência da aprendizagem dos alunos [...] revelam um Florestan Fernandes educador, pois sua prática pedagógica avaliada em nível de resultados, dentro da universidade, alterou os rumos da faculdade (CHAVES, B1997, p.360)

> sua militância em prol das causas educacionais na campanha em defesa da escola pública, universal e gratuita e as lutas aguerridas pela reforma universitária, principalmente na USP (1961-1969) (*op.cit.*, p.234)

Ao final, levanta a hipótese da proximidade de Florestan como os "Pioneiros da Educação", pois para ela: "o autor se inspirou em muitas de suas idéias educacionais nas décadas de 50-60" (p.362) . Ao longo da tese indaga se Florestan seria um herdeiro dos pioneiros da educação nova:

> foi com Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Venâncio Filho, e outros, que Florestan entrou em contato com os ideais dos Pioneiros e com as teses do manifesto de 1932, adotando-as em muitos dos seus escritos. Foi também, via Anísio que Florestan Fernandes chegou a Dewey, Killpatrick, os quais cita em alguns textos, e até aponta algumas teses dos escolanovistas, com Lourenço Filho, mas sempre muito cuidadoso, observando que é 'muito pela rama, que poderia tratar de tais assuntos.' (CHAVES, B1997, p.116).

Ainda em sua conclusão, afirma que "embora traga à baila tais idéias, elas não foram contempladas na análise, permanecem como parâmetro para a reflexão,

quando se infere que Florestan seria um continuador dos "Pioneiros da Educação" no período das lutas educacionais nas décadas referidas." (*op.cit*., p.362)

Nas produções do campo educacional também comparece a prática de dividir a trajetória e a produção de Florestan em dois momentos. Por exemplo, Patto (2000) afirma a posição liberal de Florestan na Campanha, pois faz comparação entre os ensaios deste período e os artigos educacionais dos períodos posteriores (décadas de 1980 e 90). Para Chaves, (*op.cit*., p.315)

> Florestan foi na época (década de 60) o maior defensor do liberalismo na educação. No encalço dos 'Pioneiros' e das lutas sociais na sociedade, ancorado na formação sociológica que ainda o prendia ao estrutural-funcionalismo, num momento difícil de viragem de posição diante da visão de mundo que se amoldara "contraditoriamente, ele que se declara 'socialista', no início do período (1960) defende com toda veemência as teses liberais na educação!".

Mais adiante afirma que a posição liberal na Campanha era mais avançada e progressista que a posição dos privatistas defensores do substitutivo do deputado Carlos Lacerda.

No livro *Democracia e educação em Florestan,* organizado por Fávero (B2005), vários autores tiveram como opção metodológica não empreender fragmentações ou divisão na sua produção. Por exemplo, no artigo "As pistas do silêncio: os estudos da década de 1970 e a educação na obra de Florestan Fernandes", Algebaile teve como objetivo compreender as produções educacionais e as demais entre o final da década de 1960 e o final da década de 70, buscando

> elementos que sinalizem outras oportunidades de interpretação da relação entre os dois momentos aqui referidos.[...] A tentativa é perceber nos seus estudos sobre mudança sociais no Brasil e sobre a especificidade da organização social brasileira, elementos que ajudem a rastrear nexos complexos entre os dois momentos (B2005, p.98).

Seria Florestan um liberal ou reformista no período da Campanha? Saviani e Buffa (C1979) afirmam que ele representava a tendência socialista. Mas o que nos diz Florestan sobre este aspecto? Em artigo escrito em 1960, ele expõe sobre a

posição política e a opção teórica dos defensores da Escola Pública envolvidos naquele movimento.

> Participam da Campanha de Defesa da Escola Pública pessoas de diferentes credos políticos. Pois bem, nenhum de nós deu precedência às suas convicções íntimas sobre objetivo comum. Limitamo-nos a defender idéias e princípios que deixaram de ser matéria de discussão política nos países adiantados. Tudo se passa como se o Brasil retrocedesse quase dois séculos, em relação à história contemporânea daqueles países, e como se fôssemos forçados a defender, com unhas e dentes, os valores da Revolução Francesa. É uma situação que seria cômica, não fossem as conseqüências graves, que dela poderão advir. A nossa posição pessoal pesa-nos como incômoda. Apesar de socialista, somos forçados a fazer apologia de medidas que nada tem a ver com o socialismo e que, sob certos aspectos são retrógradas. (FERNANDES, A1966, p.427).

A posição de Florestan, sob o calor da Campanha, não deixa dúvida quanto a sua posição pessoal, ou seja, ele estava participando de uma frente de luta cujo objetivo central era agregar pessoas de diversas tendências na defesa dos interesses da educação pública. Portanto, a sua opção teórica não poderia ser exposta em plenitude nos escritos da Campanha. Diante da aprovação final da LDB, Florestan compreende que a luta de defesa seria longa e um componente central no enfretamento da dominação autocrática burguesa. Assim, ressalta um dos aspectos positivos deste movimento:

> A quebra do conformismo representa mera condição para o aparecimento de novas polarizações do comportamento humano. O que tem importância dinâmica decisiva são os fatores psico-sociais e sócio-culturais que orientam, coletivamente, as opções positivas. O exemplo descrito situa muito bem esse fato. O apoio à Campanha de Defesa da Escola Pública procede de círculos sociais variavelmente incorformista; o que tornou possível e deu sentido a essa campanha, como movimento social, foi a valorização de técnicas culturais modernas por esses círculos. Qual é o fulcro dessa valorização? A resposta é óbvia. Os interesses sociais desses círculos redefiniram as atitudes imperantes tradicionalmente em relação à educação escolarizada (FERNANDES, A1976, 120)

A ênfase explicitada nas manifestações inconformistas como estilo de vida impõe-nos algumas reflexões. Neste período o acontecimento da revolução cubana

foi um marco histórico que introduziu concretamente o horizonte de mudanças sociais que extrapolavam a órbita burguesa. Ao refletir sobre as manifestações da Campanha, como de teor incoformista, mesmo que minoritária e derrotada, considerou-a como um avanço imprescindível à moderna civilização ocidental (sociedade de classes), pois este movimento representou uma atitude ofensiva diante da luta de classes e impôs um "estilo de vida imanente à moderna *civilização ocidental"*. Constata-se, nestas análises, uma implicação educacional da luta de classes que será sistematizada posteriormente em seu novo arcabouço teórico. Em um outro escrito, de 1962, contextualiza de forma mais explícita a importância social das opções incorformistas e como a revolução cubana inseriu uma outra possibilidade histórica na América Latina:

> a *revolução cubana* introduziu a experiência socialista nas Américas, ou seja, converteu em realidade histórica as opções inconformistas diante da mudança social de cunho especificamente revolucionário. Desse ângulo, o episódio teve duas conseqüências imediatas relevantes: 1º) deu alento às correntes sociais que não se empenham, apenas, em combater 'os problemas humanos do subdesenvolvimento', mas em corrigir, simultaneamente, os dilemas materiais e morais da ordem social capitalista; 2º) compeliu os 'círculos de esquerda', de diversas matizes, a reverem e a modificarem a estratégia anterior, de contenção do radicalismo político e apoio decidido a um nacionalismo econômico desproporcionalmente benéfico aos interesses empresariais. (FERNANDES, A1976, p.220).

Florestan evidencia que não teve ilusão com os benefícios da associação entre *desenvolvimento e educação,* e, de outro lado, mantém a convicção da ruptura das esquerdas com a tese da frente nacional democrática e que estas poderiam empreender um giro mais revolucionário tendo como horizonte a revolução socialista.

Em outra oportunidade, escreveu uma carta a Freitag (28.1.1971) onde explica por que utilizou a concepção de Estado Educador nos escritos da Campanha:

> O outro ponto de sua crítica à idéia do Estado-Educador. Se você me perdoa, você tomou a nuvem por Juno. De fato, o que você leu são trabalhos de polêmica e propaganda políticas. Eu estava engajado numa merda de uma política pequeno-burguesa, na qual os pressupostos do jogo político consistiam em nossa fraqueza. Um punhado de intelectuais, de estudantes, de líderes sindicais e políticos de esquerda, tentando enfrentar a avalanche da fome católica pelo controle das consciências e dos setores conservadores pela destruição da escola pública independente. Naquela situação, recorri a um equivalente da simulação: os pressupostos ideais do *Estado Democrático*. Uma maneira de fazer a 'crítica moral', que desarma os inimigos e cria aliados, por ser irretorquível. Funda-se nos dados e nas exigências do 'sistema'. Se ele existe, logo tem de manter-se e de aperfeiçoar-se. Nesse quadro, no qual imergia como uma *putaine respectueuse* e com dor de cornos (tendo de falar ao público reiteradamente – o que às vezes não consta dos escritos – que aquilo não correspondia aos valores de minha posição pessoal, socialista). O que consegui (e outros comigo). Uma boa parte dos 'liberais' de várias gamas saíram do convento e puseram na liça (inclusive os atuais arautos da *Revolução,* educadores como Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Carlos Correia Mascaro e tantos outros). Portanto, tenho direito de pedir uma moratória e uma nova leitura. Eu não criei a sociedade brasileira como ela é. Quem estava usando a idéia de Estado educador não era o sociólogo, mas o ativista empenhado numa campanha, que usava a razão como podia o ponto de vista sociológico como uma dimensão do pensamento crítico. Nunca me passou pela cabeça conceber a nossa sociedade como uma sociedade que tenha tido um Estado educador [...] eu sempre compreendi o Estado como uma ditadura de classe (no bom sentido e na melhor tradição marxista revolucionária). (FREITAG, B1996, p.152).

Visando "conceder" uma moratória ao autor buscou-se associar o seu novo piso teórico (capítulo 3), que estava em processo, com a sua produção no campo educacional dos anos 50 e 60. Por exemplo, em artigo escrito em 1954, em uma conferência no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, Florestan demonstra não conceber o Estado capitalista como um Estado-educador, pois para ele "sem dúvida, o Estado exprime, em qualquer parte, mais os interesses econômicos e os ideais políticos das classes dominantes que as do povo como um todo." (FERNANDES, A1974b, p.104). Além dessa definição de Estado, ele estabelece a distinção entre o Estado nos países desenvolvidos e o Estado na realidade brasileira. Assim, afirma que:

> Os interesses essenciais da coletividade, de que dependem a sua existência e sobrevivência como comunidade política, alcançam expressão muito maior na organização do Estado nesses países. Se isso ocorresse também no Brasil, a maioria da população não se manteria afastada do exercício contínuo, exigente e motivado dos próprios direitos cívicos. Em síntese, os partidos e os governos precisam optar entre um Estado que é demasiado caro e ineficiente, e um Estado que possa se tornar fonte de garantias sociais para todos os cidadãos e fator de prosperidade da Nação (FERNANDES, *op.cit.*, p.104)

Nesta concepção podem-se encontrar vários indícios e implicações do arcabouço teórico em formação. Primeiro, a tese geral de que o Estado atende aos interesses das classes dominantes, o que confirma o seu pedido de moratória a Freitag[173], pois Florestan entende o Estado como um Estado de classe. Segundo, na distinção entre as funções do Estado nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos, consta a discussão sobre as especificidades das revoluções burguesas. No caso do Estado brasileiro, em outra passagem chega a afirma que "seria possível apoiar essa caracterização na moderna tipologia jurídica, para qual a definição de 'democracia' e de 'autocracia' se funda na forma de combinação dos componentes democráticos e autocráticos do Estado." (*op.cit.*, p.96). Terceiro, Florestan expõe que está nas mãos dos partidos e dos governos a opção pelo tipo de Estado a ser implementado: o Estado caro e ineficiente ou o Estado fonte de garantias sociais. Neste ponto vê-se uma marca teórica de Florestan que não retira as responsabilidades políticas como uma opção, uma escolha dos homens a partir de seus interesses de classes.

[173] Sanfelice, em artigo publicado em 2003, faz um diálogo com um texto de Freitag (C1987) que afirma não entender como setores de esquerda no Brasil reivindicam maior participação do Estado na Educação. Sanfelice está escrevendo no contexto das justificativas ideológicas para a implementação do Estado mínimo, e por isso, apesar de reconhecer o Estado brasileiro como capitalista e do capital, afirma que "o imperativo que o discurso neoliberal instituiu, deslocando o eixo da lógica do Estado para a lógica do mercado, sustenta as teses de um Estado mínimo e coloca a própria sociedade civil mergulhada na concorrência do poder econômico, de tal forma que a aparente ausência do Estado coloca todos numa disputa individualista pela sobrevivência [...]. O paradoxo não está nas pessoas, mas no Estado capitalista. A sua constituição intrínseca é contraditória, escondendo e revelando sua falta de unidade e de legitimidade." (SANFELICE, C2003, p.166). Portanto, no debate educacional não basta situar o Estado como capitalista deve-se entender a sua função no fluxo histórico da sociedade em análise.

Neste percurso de pesquisa, chega-se à conclusão de que, para compreender a contribuição teórica de Florestan nesse período, não se pode reduzi-la aos seus escritos sobre a Campanha, pois, ao se integrar a um movimento que unificava diferentes setores da educação, seus escritos não são suficientes para expor os conteúdos de sua contribuição teórico-educacional. Como afirma ele, tratava-se de uma frente contra o caráter estrutural do privatismo na sociedade brasileira e que, portanto, era preciso um discurso teórico e pedagógico que congregasse dos setores democratas aos conservadores na defesa da escola pública.

Na Campanha tratou-se de uma luta real. É preciso considerar sua participação e produção na Campanha como atendendo à realidade dinâmica e se posicionando na disputa entre classes, pois por analogia pode-se afirmar que muitas das interpretações sobre Florestan na Campanha seguem a seguinte orientação teórica: "se firmou entre nós uma orientação interpretativa que expôs o Estado brasileiro à análise histórica mas como uma realidade estática." (FERNANDES, A1974b, p.96). Analisando apenas esses escritos, reduziu-se a contribuição educacional de Florestan daquele período e, com base neles, afirmou-se que ele seria liberal, reformista, herdeiro dos pioneiros etc.

Nesta Tese, interessa, pois, situar tais escritos nos debates históricos com as forças sociais em disputa (ver BUFFA, C1979), ou seja, encará-los como resposta aos efeitos estruturais de funcionamento da ordem legal na política educacional, que reiteradamente exige que o poder público propicie condições para que os empresários confessionais e leigos mantenham as suas empresas educacionais[174].

---

[174] Sem dúvida que o privatismo na educação brasileira, sob o capitalismo dependente, é estrutural e seus embates com os defensores da educação pública são explicitados em determinadas conjunturas. Por exemplo, no processo de elaboração da atual Lei de Diretrizes e Bases, o arquivamento do substitutivo Jorge Hage permitiu que a lei aprovada atendesse aos interesses do governo Fernando Henrique Cardoso e da iniciativa privada. No entanto, mesmo com grande vitória destes setores, a primeira reforma na LDB, meses depois da sua aprovação, foi para atender aos interesses religiosos. A Lei 9.474 de 22/7/97 da nova redação ao artigo 33. Nesta nova redação consta que: Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso". Assim, na redação anterior, o ensino religioso seria sem ônus para o Estado e, com a modificação, passa a ser parte

Florestan, neste momento, estava em disputa por uma educação que quebrasse o privilégio de classe. Em tom de desabafo, escreveu a Freitag:

> Como as elites culturais de uma burguesia impotente acabam agindo contra alvos e os valores do seu próprio pensamento político e forjando políticas educacionais irmanadas com o processo de preservação do *status quo,* do subdesenvolvimento e da satelização permanente inclusive no campo educacional. Falo-lhe com a franqueza de quem andou pelas ruas, pelas salas ou pelos auditórios mais diversos com a bandeira oposta, de arrebentar os diques para que a própria sociedade liberasse a educação como processo social e impusesse uma *política nacional de educação*, capaz de servir de fulcro para a eliminação de privilégios educacionais e para a superação da dependência quase-colonial ao exterior. No fim, o controle caiu na mão da Superpotência Hegemônica, com as comissões mistas MEC-USAD. E os privilégios educacionais permaneceram intactos. (FREITAG, B2006, p.154).

Esta carta, escrita em 1971, ofereceu subsídios para fundamentar duas conclusões sobre a dimensão teórica dos escritos de Florestan na Campanha. Primeiro, estes escritos de disputa tiveram objetivo de enfrentar a concepção educacional da burguesia, que trouxe do período colonial a educação como privilégio e a manteve como diretriz pedagógica na sociedade capitalista. Segundo, a peleja tinha como estratégia impor uma lei que favorecesse uma política nacional de educação, no entanto, o que prevaleceu foi a política de fragmentação, que tende a favorecer a iniciativa privada, utilizando o argumento artificioso da necessidade da liberdade de cada família em escolher a educação do seu filho.

Portanto, os interlocutores, em seus escritos, são definidos e devem ser considerados na avaliação de suas contribuições educacionais. Por exemplo, o próprio Florestan considera que dois artigos produzidos para as atividades da Campanha têm contribuição teórica central, por isso ele organizou-os na primeira parte do livro *Educação e sociedade no Brasil*[175].

---

integrante da formação básica do cidadão, financiada pelo Estado. A definição dos conteúdos e dos critérios de admissão destes professores será fragmentada de acordo com cada sistema de ensino.

[175] São eles: *Balanço da situação do ensino primário, médio e superior* e *A democratização do ensino,* ambos produzidos em 1960.

Com a realização do levantamento bibliográfico na produção historiográfica da Educação[176], foi possível sistematizar os trabalhos encontrados, em cinco temáticas: 1º) O INEP e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CUNHA, C1991, C2004; FERREIRA, C2001; XAVIER, L.N. C2000; MENDOÇA & XAVIER, L.N; MENDONÇA, *et al*., C2006; XAVIER, C2000 e LUGLI, C2003); 2º) Pensadores sociais, especificamente Dewey e Anísio Teixeira (PEREIRA et al, C2007; CUNHA, C2001 e C2007), 3º) Ensino público e Ensino privado (SANFELICE, C2007; SANTOS, GOMES, PRESTES & VALE, C2007; ESQUINSANI, C2007), 4º) Nacional-desenvolvimentismo e a educação (CRUZ, C2007; ANDREOTTI, C2007) e 5º) Experiências em Instituições Escolares e outras (BATISTA, C2007; SCHAFFRATH C2007; MELO & INÁCIO, C2004; LINS, C2006; MOURA & CARVALHO, C2007). As produções encontradas forneceram elementos para situar e dimensionar as contribuições dos escritos educacionais de Florestan naquele período.

Primeiro, na temática "Ensino Público e Ensino Privado", a produção de Florestan tem contribuições substantivas para a compreensão das disputas entre os defensores da escola pública e os defensores da iniciativa privada na Campanha de Defesa da Escola Pública. Além disso, a participação neste movimento projetou nacionalmente o nome de Florestan como uma referência para o campo educacional. Por exemplo, após a Campanha (1962), Florestan recebeu convite para ser paraninfo da turma de um Colégio Estadual[177].

---

[176] Não se teve como objetivo esgotar o levantamento de todas as produções da área e nem de aprofundar todo o conteúdo dos artigos encontrados sobre a educação nos anos 1950 e 60. Este levantamento teve como finalidade mapear as temáticas pesquisadas neste período na área da História da Educação para dimensionar e contextualizar as implicações da produção de Florestan Fernandes, conforme indicação da segunda chave de leitura. Para isso, pesquisou-se nas produções do grupo de trabalho de História da Educação da Anped (2000-2006), na *Revista Brasileira de Educação*, na *Revista Brasileira de História da Educação*, na *Revista HISTEDBR on-line* e no "CD - Navegando na História da Educação Brasileira".

[177] No discurso, afirma: "constitui uma grande honra, para mim, servir como padrinho desta turma do Colégio Estadual Diva Figueiredo da Silveira, de Paraguaçu Paulista. E sinto-me ainda mais honrado por saber que a escolha de minha pessoa prende-se à atuação que tive no desenrolar das fases transcorridas da Campanha de Defesa da Escola Pública. Os estudantes que, nesta noite, encerram com brilhantismo uma importante etapa de sua vida, compartilham com seus mestres e comigo das mesmas convicções a respeito do ensino público. Sabem, pela experiência vivida, que só ele pode auxiliar eficazmente um País pobre e minado por complexos problemas econômicos, sociais e políticos a alicerçar na democratização da cultura a superação gradativa de suas dificuldades de natureza tecnológica, econômica e social." (FERNANDES, A1966, p.135).

Uma segunda observação é quanto a concentração de trabalhos nas temáticas sobre o Centro de Pesquisas Educacionais e as Experiências em Instituições escolares e outras. De um lado, há um consenso na nova historiografia sobre os limites das pesquisas cujos objetos sejam as legislações ou temáticas mais abrangentes. No entanto, a concentração em temáticas específicas, ou a dispersão em outras, requer, como afirma Saviani (C2007), estudos sintéticos que organizem cronologicamente e socializem os resultados das pesquisas, especialmente porque "o conhecimento já disponível se ampliou consideravelmente. Isso resultou de um vigoroso desenvolvimento das pesquisas histórico-educativas em nosso país nos últimos vinte anos." (SAVIANI, C2007, p.xv).

De outro lado, a ênfase no Centro e nas Experiências em Instituições Escolares e outras justifica-se porque, embora a Pedagogia Nova tivesse hegemonia nas idéias pedagógicas, de fato esta concepção não foi assumida na política educacional nacional. Inclusive muitas reformas implementadas nos diferentes Estados, sob a direção dos Pioneiros, não tiveram continuidade. O INEP exerceu influência na divulgação da produção teórica de Dewey e seus discípulos através "das numerosas publicações (inclusive didáticas) e dos cursos e conferências, também das escolas experimentais a ele vinculadas." (MENDONÇA, C2006, p.99)

Assim, para analisar a concepção educacional predominante nesse período, as instituições específicas como o INEP, os Centros e as experiências inovadoras permitem ao historiador apreender seus desdobramentos práticos, tais como: as linhas editorias dos Centros, o conteúdo pedagógico do trabalho nas instituições educacionais e os cursos de formação docente. Os trabalhos de Mendonça & Xavier e Mendonça *et al.* tiveram como objetivo relacionar o INEP com o ideário desenvolvimentista, destacando as diferentes concepções em debate e em disputa na sociedade brasileira e as relações do INEP com o ISEB.

Uma terceira observação é quanto aos pensadores sociais estudados: Dewey e Anísio Teixeira. Mendonça *et al.* (C2006) citam que o contexto da Guerra Fria propiciou combates, em diferentes frentes, à Pedagogia Nova. Assim, no período que Anísio era atacado pelos setores privatistas no Brasil, nos Estados Unidos, os

trabalhos de Dewey e seus discípulos eram criticados pelos setores à direita e à esquerda. Para estes autores "o pragmatismo, no Brasil, nessa época, se situava no cerne de uma 'dupla polêmica', que tinha uma dimensão internacional e uma dimensão nacional" (*op.cit.*, p.99). Os autores destacam ações que expressaram as duas faces desta polêmica: na primeira, foi de defesa dos fundadores da Pedagogia Nova, através das atividades organizadas pelo INEP em comemoração do centenário de nascimento de Dewey. A segunda face da crítica e aconteceu através da publicação, no Brasil, de um livro sobre os problemas do sistema educacional americano cuja editora estava vinculada ao Partido Comunista Brasileiro.

Quanto às atividades de comemoração do centenário de nascimento de Dewey, houve diversas atividades promovidas pelo INEP em 1959, tais como: publicação de artigos sobre Dewey, reedição de suas obras e alguns ciclos de conferências (MENDONÇA, *op.cit.*, p.100ss).

A crítica à Pedagogia Nova é explicitada no livro *A Educação norte-americana em crise* (1956), publicado pela Editorial Vitória, cujo prefácio é de Pascoal Lemme. O livro encontra-se organizado em oito ensaios, são eles: "Crise na educação da América" (1952) da Federação Internacional Sindical do Ensino (F.I.S.E); "Autópsia da educação norte-americana" de L.L. Mathias; "O racismo na educação norte-americana" de Stetson Kennedy; "Os exames por meio de testes na universidade de Chicago" de Madeleine Dorléac; "A pedagogia de John Dewey" de George Snyders; "A escola e a pedagogia norte-americana a serviço da reação" de N.K. Gontcharov; "O pragmatismo na educação latino-americana" de César G. Urrutia e "As tendências da filosofia contemporânea na América do norte" de Harry K. Wells. Os artigos tiveram como objetivo desmitificar os avanços da educação norte-americana. Na apresentação, consta a seguinte justificativa para os trabalhos organizados:

> a educação americana não é uma instituição ou um grupo de instituição de interesse exclusivo dos norte-americanos. Presentemente, nos países do Pacto do Atlântico, 'o estilo americano' é exaltado; não é, portanto, sem interesse conhecer, de maneira precisa e concreta, como tal 'estilo de vida' é apresentado cotidianamente nas escolas. Ver-se-á como a 'livre empresa', sob a direção dos grandes trustes, funciona. Ver-se-á o que ela faz pela

> educação e o que ela faz pela criança; e a crise moral e material em que ela mergulhou nesse período de preparação de guerra (F.I.S.E, C1956, p.19)

Esta argumentação tem relação com a discussão apresentada nesta Tese (terceiro capítulo e na introdução do quarto capítulo) sobre o capitalismo monopolista e o imperialismo total sob a liderança americana no pós-guerra. Os autores tiveram como objetivo apresentar estudos baseados em fatos da realidade americana para desmitificar as apologias ao estilo de "vida americano, democrático e livre", alardeados para além do território norte-americano, pela política de Estado americano, pelas missões institucionais, pela propaganda[178], Filosofia pedagógica, pelas artes. A leitura dos artigos permite o questionamento das contradições entre os pressupostos presentes no livro "Educação para uma civilização em mudança", escrito por Kilpatrick, que apresenta a perseguição aos professores e o racismo nas escolas americanas. De acordo com Kennedy (C1956, p.138), "se você ou seu filho tem a intenção de freqüentar um estabelecimento de ensino público nos Estados Unidos [...] [existem] leis e as práticas de segregação racial em treze Estados, assim como no Distrito de Columbia e na zona do canal do Panamá".

Por outro lado, é ressaltada, na apresentação, a forma como os professores norte-americanos, organizados, lutam contra o anticomunismo e a intensa preparação para Guerra Fria através da bandeira pela paz. Estes professores têm alcançado vitórias consideráveis, dando exemplo prático da educação democrática, apesar "da pressão exercida pelos trustes, apesar da histeria anticomunista conscientemente desenvolvida, as coisas não são fáceis para os que preparam a guerra." (FISE, C1956, p.21)[179].

---

178 No terceiro capítulo, foi ressaltado que Baran e outros objetivam, em suas pesquisas, compreender o papel da propaganda na sociedade americana.

179 Hobsbawm (C1995) afirma que a retórica sobre expansão comunista implementada, sobretudo pelos Estados Unidos, não oferecia, em termos de objetivos, perigo de uma guerra iminente. Para ele, "a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada." (p.232).

Em levantamento bibliográfico na *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, fonte dos anos 1950, encontrou-se o texto do pedagogo soviético N.K.Gontcharov (1949), analisado e criticado por G.S Counts (1951) e publicado no Brasil em 1953. Portanto, o debate crítico da Pedagogia Soviética com a Pedagogia Nova tem indícios de estar posto internacionalmente, pelo menos, desde o final dos anos 1940 e chega ao Brasil, via análise de Counts e da nota introdutória de Célia Neves, em 1953.

Neste artigo, Counts transcreve trecho de Gontcharov e rebate algumas das críticas deste a Dewey, seus discípulos e à educação norte-americana. A tradutora brasileira, Célia Neves, ressalta enfaticamente a injustiça que o pedagogo soviético estaria fazendo a Dewey e seus colaboradores, especialmente porque Counts havia feito elogios à educação soviética. A justificativa para publicar este artigo de Counts demonstra como no início dos anos 1950, apesar da hegemonia da Pedagogia Nova, havia setores que criticavam, à direita e à esquerda, esta corrente pedagógica, especialmente internacionalmente. Havia duas justificativas para a publicação do artigo na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:

> a) mostram como nos Estados Unidos se mantêm em constante vigília os que dedicam a vida ao progresso educacional no país; b) demonstram como estão errados os que, entre nós, acusam de extremistas ao grande mestre Jonh Dewey e aos seus discípulos Kilpatrick, Counts e outros, pois contra eles se volta a ira do crítico russo, que chega a denominá-los 'educadores americanos reacionários lutando por mostrar sua lealdade aos senhores de Wall Street'. Além disso, as anotações de Counts à crítica são em si mesmas um exemplo significativo do grau elevado a que atingiu a ética da polêmica nos meios cultos dos Estados Unidos (*apud*, COUNTS, C1953, p.46).

Na segunda justificativa, percebe-se, com evidência, que a autora está fazendo interlocução com os setores mais conservadores do campo educacional, que consideram os fundadores da Pedagogia Nova extremistas. Ela também exalta como os soviéticos estão contra eles, ou seja, este argumento ganha sentido quando situado no contexto da Guerra Fria, pois, em nome do inimigo maior, deve ser reconhecido o valor educacional de Dewey e de seus discípulos. Esta

argumentação é, inclusive, similar à que a ABE fez em defesa de Anísio Teixeira, taxado de marxista pelos setores conservadores[180].

Portanto, embora os pensadores estudados tenham sido Dewey e Anísio, o artigo de Mendonça e a pesquisa da *Revista brasileira de estudos pedagógicos* demonstram que há um universo de autores que precisam ser estudados e explicitados para o entendimento e a crítica à Pedagogia Nova. Neste universo de autores, apenas Paschoal Leme é citado, pois os demais são estrangeiros.

O prefácio de Paschoal Lemme faz críticas similares às que se encontram nos escritos de Florestan. É possível, assim, sintetizar as críticas de Lemme: a) a educação americana tem servido de modelo a ser copiado no Brasil; b) a filosofia e os métodos pedagógicos foram aceitos sem críticas e justapostos à realidade educacional; c) a generalização de método de projetos tendia a aumentar a fragmentação do ensino e d) problematização do "efeito nefasto da aplicação generalizada de 'testes'". Enquanto no campo filosófico e ideológico prevaleceu, hegemonicamente entre os teóricos da educação, a exaltação da democracia norte-americana e de suas conquistas educacionais, no debate no parlamento, no final dos anos 1950, a ofensiva privatista exigia uma frente de defesa da escola pública. Portanto, é neste contexto que Florestan está produzindo seus escritos educacionais e estabelecendo interlocução com a Pedagogia Nova. Nas análises de Florestan, encontram-se elementos teóricos para refletir sobre as críticas realizadas por Paschoal Lemme e pelo pedagogo soviético. No período da Guerra Fria, o debate com a Pedagogia Nova é central no âmbito internacional, especialmente para os teóricos socialistas e comunistas, como consta no livro *A educação norte-americana em crise*. Florestan, ao fazer a crítica a Kilpatrick, por exemplo, entra, no Brasil, no centro desse debate.

[180] Os argumentos utilizados para defender Anísio foram, segundo Mendonça *et al*., "centra, basicamente, em três eixos: mostrar o caráter liberal das teses defendidas por Anísio, contra a acusação de 'intelectual marxista' que lhe foi dirigida; descartar a idéia de que se pretendia o monopólio do Estado no campo da educação e inocentar Jonh Dewey da acusação de comunista, chamando atenção para a sua fé nos pressupostos liberais e para o alcance da influência das suas idéias para além das fronteiras políticas e ideológicas." (C2006, p.104). Cabe deixar registrado que Florestan considerou amenos e diplomáticos os argumentos da defesa da ABE. Para ele, a defesa das bandeiras dos educadores foi subordinada a uma tática diplomática no enfretamento das acusações dos setores conservadores.

Cunha, M. V. (C2004) faz uma contraposição das concepções de ciência e educação entre Anísio e Florestan, na década de 1950. Com base na metáfora *percurso,* relaciona Anísio e a educação como arte (metáfora do percurso indeterminado) e Florestan ao discurso da racionalidade (metáfora do percurso determinado). Que significa essa concepção de racionalidade? O que esta explica sobre a posição de Florestan com relação à concepção hegemônica deste período, ou seja, a Pedagogia Nova?

Assim, cabe recolocar a hipótese de trabalho de Saviani sobre a aparente ausência de uma concepção pedagógica das esquerdas neste período. Para ele é preciso

> verificar em que grau essa perspectiva de uma revolução democrática-burguesa posta para as forças de esquerda permitia que elas se sentissem sintonizadas com o ideário escolanovista enquanto um ideário pedagógico que visava traduzir, do ponto de vista educacional, essa perspectiva e esse objetivo da chamada revolução democrática-burguesa" (SAVIANI,C1991, p.63).

Quanto à hipótese, a noção de época histórica e a coexistência de revoluções antagônicas (capitalismo e socialismo)[181] impõem considerar a realidade das revoluções socialistas (revolução Russa de 1917 e especialmente a cubana depois de 1959). Isto permitiu ampliar os horizontes de referência histórica das lutas políticas e do arsenal teórico e romper com o universo burguês, especialmente no pós-64. Por isso, Florestan afirmou que o surgimento da revolução cubana, com seu caráter socialista a partir de 1961, teve repercussões nos países periféricos e ofereceu referências empíricas aos defensores do programa nacional-democrático nos anos 1960[182].

[181] Florestan, em resenha do livro de Geraldo Basto Silva, *Educação e desenvolvimento Nacional* produzida em 1959, analisa os problemas do desenvolvimento no Brasil e conclui que, em nossa época, a concomitância de revolução (capitalista e socialista) repõe no horizonte dos países periféricos fatos e condições históricas para encetar escolhas sobre o tipo de desenvolvimento capitalista ou socialista (FERNANDES, A1966, p.589).

[182] No entanto, a dominação autocrática na realidade brasileira cerceou o desenvolvimento da luta de classes, por exemplo, no Governo Dutra, o PCB (1947) foi cassado e aconteceram intensas repressões aos movimentos sociais e, depois, em 1964 novamente a contra-revolução impediu a organização dos trabalhadores. Esta situação não exime os partidos e os movimentos sociais da defesa de um programa nacional-democrático.

A hipótese de Saviani acompanhou a autora desta Tese em todo o percurso de seu doutorado e, ao aprofundar o novo arcabouço teórico de Florestan e de seus escritos educacionais, das décadas de 50 e 60, encontrou-se uma produção que fez interlocução crítica com alguns dos pressupostos da Pedagogia Nova na realidade brasileira. Florestan, em seus escritos, empreende críticas aos principais teóricos que fundamentaram a Pedagogia Nova no Brasil: Dewey, Counts e Kilpatrick.

Mirian Warde (C2003), ao analisar as correspondências entre Lourenço Filho e Anísio[183], permite dimensionar a relevância destes três autores na formação dos Pioneiros no Brasil. Lourenço Filho relata:

> foram muito bem recebidos por professores do Teachers College [....]; que jantaram com Dean Russell e um grupo de professores do Teachers College (entre os quais Kilpatrick, Counts, Wilson, Bagley, Mac Murray, Del Manzo); que tiveram duas conversas com Kilpatrick .(WARDE, C2003, p.128, destaque da autora).

Em resposta, Anísio faz o seguinte comentário: "lamento o tempo que Lourenço e companheiros teriam perdido com Kandel.", Anísio sentencia: "Dewey, Kilpatrick, Counts [...] são absolutamente revolucionários em plena América [...] que, em rigor, foi o pensamento que me absorveu no período que estive nos Estados Unidos." (WARDE, C2003, p.134). Em outra passagem, Warde (*op.cit.*, p.138) declara: "o fato de [Anísio] ter lido Dewey pelo filtro de Kilpatrick contribuiu consideravelmente para dissolver as zonas de impermeabilidade entre as tendências de pensamento norte-americano com as quais entrou em contato."

Em outro trabalho, Vidal (C2007) escreve sobre "Uma biblioteca escolar: prática de formação docente no Rio de janeiro", texto no qual se percebe a centralidade que a Pedagogia Nova tinha nas referências a Dewey e a Kilpatrick para a formação de professores.

> Dos nove programas acompanhados de bibliografia, publicados pela *Arquivos do Instituto de Educação*, em 1937, sete indicavam como leitura, obrigatória ou recomendável, *Como pensamos*, de John Dewey, e *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho. Com seis citações vinha *Educação funcional*, de Ed.

[183] As cartas são do período (1935) que Lourenço Filho esteve nos Estados Unidos. Ele enviou duas cartas a Anísio e este respondeu com uma carta postada no Distrito Federal.

> Claparède, seguido, com cinco indicações, por *Vida e educação*, de John Dewey. Na quarta posição, como recomendados, estavam *Educação para uma civilização em mudança*, de Kilpatrick; *Educação*, de Sampaio Dória, e *Educação progressiva*, de Anísio Teixeira, indicados por três programas. *Best-sellers* confirmados ao avaliarmos a bibliografia de leitura indicada nos resumos de aula. Os livros mais recomendados eram *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho, e *Vida e educação*, de Dewey, ambos com quatro indicações. Deste último, especialmente, citava-se o prefácio escrito por Anísio Teixeira, "A pedagogia de Dewey". *A escola e a psicologia experimental*, de Claparède, *Educação e Sociologia*, de Durkheim, *Sociologia educacional*, de Delgado de Carvalho, e *Como pensamos*, de Dewey, vinham em segundo lugar; seguidos por *Educação para uma civilização em mudança*, de Kilpatrick, *Educação funcional*, de Claparède, *Le dessin infantil*, de Luquet, *Los reflexos condicionados*, de Pavlov, *Noções de psicologia*, de Iago Pimentel, e *A escola e a formação da mentalidade popular*, de Estevão Pinto, todos com duas recomendações. Muitos dos autores citados nos programas também vinham indicados nos resumos, como Gaupp, Gonzalez, Afrânio Peixoto e Maria Reis Campo. (VIDAL, C 2007, meu destaque).

Considerando as afinidades teóricas de Anísio e Lourenço Filho, e a centralidade destes autores na formação docente, pode-se afirmar que Florestan, ao tracejar críticas a Dewey, a Kilpatrick e a Counts, sustentou polêmicas e fez críticas ao núcleo duro da fundamentação teórica da Pedagogia Escola Nova no Brasil. Na educação, assim como nos escritos sociológicos, Florestan contesta as produções norte-americanas. Sua contribuição à historiografia e à educação apresenta dois aspectos: os escritos educacionais problematizam e rompem com alguns princípios centrais da Pedagogia Nova e seu objetivo foi oferecer referências teóricas que permitissem ampliar o horizonte intelectual do educador.

3- As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: temáticas e implicações educacionais da categoria revolução

> O mínimo que podemos dizer, nós, que também procuramos 'vincular a investigação científica e filosófica à *transformação* da sociedade', é que de Florestan Fernandes somos todos aprendizes (Nota Bibliográfica, In: FERNANDES, A1978, p.xv)

Saviani (1996a, p.71) analisou quatro facetas da produção de Florestan: a de docente, pesquisador, militante e publicista. Em todos os aspectos, sempre esteve em primeiro plano sua preocupação com as questões educacionais.

> O primeiro aspecto enfoca a figura do professor Florestan, evidenciando o profundo significado educativo que marcou o seu magistério. O segundo aspecto destaca o lugar ocupado pela educação nas investigações científicas por ele realizadas. O terceiro aspecto refere-se ao seu engajamento na luta em defesa da educação pública, desde a campanha em defesa da escola pública até a sua atuação como deputado federal. Finalmente, o quarto aspecto coloca em evidência o publicista incansável, empenhado em divulgar sob todas as formas a seu alcance, a causa da defesa de uma escola pública de qualidade acessível a todos os brasileiros

Para Saviani, estes aspectos estão integrados e não podem ser apartados do conjunto da trajetória de Florestan. Esta tematização constituiu uma diretriz inicial desta pesquisa e, com o desenvolvimento do estudo da produção de Florestan, foi possível associar outros elementos e organizar quatro temáticas desenvolvidas nesta Tese para melhor explicitar as contribuições de Florestan no campo educacional: 1) a vida universitária e a docência 2) Projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual da juventude 3) A contribuição teórica de Florestan: interlocução e crítica de Florestan à Pedagogia Nova e elementos para uma pedagogia crítica 4) A contribuição para a construção da pedagogia crítica: fundamentos pedagógicos, referências teóricas, valores para ampliar a filosofia democrática e implicações educacionais da categoria revolução.

3.1 - A vida universitária e a docência: produção científica, luta teórica e trincheira de luta

> O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas - é o que se faz com o que elas produzem. São variados e numerosos os exemplos que demonstram como universidades pobres, mal aparelhadas e já obsoletas no preenchimento de suas funções educacionais, conseguem manter intercâmbio frutífero com o meio intelectual ambiente, graças ao apoio e à compreensão que este proporcionou à 'inteligência universitária." (FERNANDES, A1966, p.205).

A análise da temática *vida universitária* e *docência* apresenta diversas faces e desdobramentos na trajetória profissional e na produção de Florestan. Pode-se exemplificá-la brevemente em três atividades exercidas na Universidade: a) as mudanças realizadas no ensino da Sociologia, ou seja, a concepção da Sociologia como ciência e como instrumental para explicar a realidade; b) a produção sociológica desenvolvida através do trabalho em equipe e dos projetos coletivos; c) a prática de contestação, de rebeldia crítica e de radicalidade explicitada nos documentos da congregação ou nas suas manifestações públicas. Poder-se-ia afirmar que se trata, nesta prática, do acadêmico cientista e do acadêmico militante. Para muitos dos seus ex-alunos, de alguma forma, a ciência e a militância fizeram parte da trajetória de Florestan, dentro da Universidade. Isso explica, por exemplo, o que afirma Singer (B1996, p.47), ao descrever o episódio da edição do AI-5, quando teve "a honra de ser aposentado com centenas de outros brasileiros, entre os quais Florestan não podia deixar de estar".

Antes de descrever cada uma destas atividades, é interessante registrar o significado da vida universitária para sua formação e todo o desenvolvimento teórico alcançado a partir de seu ingresso na universidade. Florestan, no livro *A questão da USP,* através do relato de memória, afirma que ele e muitos estudantes de sua época – havia a consciência da inexperiência – eram ainda aprendizes ansiosos pelo desenvolvimento intelectual, quando o "saber queimava como brasa". A imagem parece forte ao fundir aprendizado e fogo em brasa no corpo, no entanto,

demonstra o encantamento e a ligação afetiva do saber com o horizonte intelectual que a universidade proporcionava àqueles "toscos". Estar na Faculdade de Filosofia extrapolava o desejo de ter uma formação profissional e, naquele momento, a auto-imagem do estudante era:

> Víamos as melenas serem desbastadas e entrávamos rijos no trabalho de estudar, de aprender, *de ser alguma coisa*. A entrega era plena e a seriedade total. Um ou outro não acompanhava essa predisposição [...] Todavia, a tendência geral era a de estudar com afinco, com um envolvimento puritano e, por assim dizer, artesanal com o processo de aprender, de soltar os pêlos, de adquirir uma nova pele e uma nova visão de vida. Os resultados nem sempre acompanhavam o esforço, pois havia uma enorme distância cultural entre os conteúdos do ensino e as nossas potencialidades (FERNANDES, A1984, p.77 ss.).

O estudo era trabalho árduo e o desenvolvimento intelectual proporcionava ao estudante *ser alguma coisa*. Todo este processo deixou-lhe marcas profundas e ampliou seu horizonte intelectual; especialmente no seu fazer artesanal como professor, pesquisador, militante e homem panorâmico.

Ao se observar o significado da vida universitária na trajetória de Florestan – é obvio que houve mitificação quanto às possibilidades deste espaço – o interessante é evocar dois aspectos factuais: primeiro, a liberdade que havia na USP. Liberdade de pensar, ler e criticar. Segundo, ao contrário do que esperava a burguesia paulista do processo de formação dos estudantes na USP, o resultado foi o surgimento de intelectuais críticos da ordem, radicais e comprometidos com "os de baixo".

O exercício da docência em Florestan tem de ser compreendido na totalidade do que representou sua vida na universidade, na sua trajetória de intelectual e de homem. Mais que um espaço de exercício da profissão, a universidade foi o espaço de ser do autor. Nele, em diferentes situações, exerceu sua radicalidade e, trabalhando intensamente, produziu uma obra que compreendeu e explicou a realidade do capitalismo no Brasil, fomentando-a com todo seu fervor científico e revolucionário. Não é sem base material que Miguel Urbano Rodrigues, ao ler os seus textos sociológicos da década de 1950, via pulsar vida, pois neles percebeu "o perfil do lutador que emergia dos seus trabalhos, mesmo quando acadêmicos,

cativou-me. Da insubmissão do intelectual ao sistema desprendia-se uma vibração serena. Parecia ter movimento e som." (RODRIGUES, B2004, p.308).

Um outro aspecto de sua vida universitária é que, a partir do final da década de 1940, "a trincheira de luta de Florestan era a universidade." (NETTO, B2006). Nas palavras de Florestan:

> a universidade acabava sendo para nós um rico equivalente de um partido. Por lá nós podíamos apanhar a ciência no que ela tem de revolucionário, uma reflexão crítica sobre o presente, independentemente de uma formulação política maior. Eu sempre fui socialista. Não me conheci em outra posição desde que eu tenho idéia do que é atividade política. Eu poderia ter tomado uma posição em termos socialistas sobre a universidade, mas não foi isso o que ocorreu. Foi muito mais em termos do que é, ou deveria ser, uma universidade numa sociedade pobre, com problemas graves de desenvolvimento econômico, social e político. Nunca fui desenvolvimentista, ao contrário, minha posição para com o desenvolvimentismo sempre foi crítica. Nunca entrei na linha das bandeiras superficiais de pensar que a burguesia ia abrir caminho para a revolução democrática no Brasil, de modo que eu via na universidade, na educação, um elemento central para a pesquisa básica, que é fornecer conhecimento original, com o qual nós poderíamos não só diagnosticar os dilemas da sociedade brasileira, mas enfrentá-los. (FERNANDES, A1995d, p.16).

A partir de 1950, a universidade desempenhou as funções e a equivalência de um partido[184] na trajetória pessoal, acadêmica e profissional de Florestan. Em uma outra entrevista, afirma ele que "posteriormente tentei ficar fiel ao socialismo revolucionário, mas não havia ambiente propício na sociedade brasileira. Então o meu partido acabou sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras." (FERNANDES, A1995d, p.6).

Esta opção marca o seu envolvimento institucional com a universidade. Como relatou sua filha Heloisa Fernandes, em banca de doutorado, as relações pessoais com os colegas da faculdade aconteciam pelo cultivo de visitas e pelas conversas periódicas fora dos espaços universitários, acompanhadas, muitas vezes, pelos filhos pequenos. Assim, as relações inter-universidade marcavam sua vida social. Havia uma comunidade:

[184] Como se pode constatar (ver o apêndice desta tese), em 1952, Florestan afasta-se da militância no Partido Socialista Revolucionário.

> amigos que ficaram íntimos nessas relações foram muito mais o Antonio Candido no meu próprio grupo de referência de idade, o Sérgio Buarque numa distância maior, Fernando de Azevedo, Roger Bastide e todo o pessoal que trabalhava comigo na cadeira- esses foram os verdadeiros companheiros; companheiros de contato cotidiano. [...] Ali realmente era uma comunidade, ali estava a nossa vida. (FERNANDES, A1995d, p.6).

Em vários depoimentos e entrevistas, Florestan manifestou a intenção de ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas, por divergências teóricas e práticas, terminou postergando e não concretizando a sua filiação.

> Na década de 50, fiquei muito mais engolfado no trabalho intelectual dentro da USP. Quando me afastei do grupo trotskista perdi posição no espectro político. Eu entraria no PC, pois este foi sempre o meu ideal. E só não entrei porque esbarrei nas posições táticas do partido. Todas as vezes que eu tentei entrar, o PC seguia uma orientação que tornaria a minha presença dentro do partido negativa. Não adiantava nada eu querer ser militante de um partido comunista e depois estar em choque com ele. Essa idéia de que a gente entra e luta a partir de dentro não leva a nada [...] Então eu preferia ficar de fora mas sempre com esta frustração de querer estar lá dentro e não poder. (FERNANDES, A1980b, p.19).

O estudo teórico, a pesquisa científica e a formação intelectual serviram como instrumentos de ampliação da consciência crítica e cumpriram papéis determinantes na trajetória de Florestan. Isto explica a identificação de Florestan com a temática educacional[185] explicitada em diversas situações, desde a sua própria condição de intelectual professor e construtor da sociologia crítica, de organizador de grupos de pesquisa, defensor da escola pública, grande ativista da reforma universitária e de publicista.

O estudo foi para Florestan uma exigência e uma arma indispensável na luta contra a ordem, especialmente porque é o instrumental que permite o aprofundamento de sua formação teórica nos clássicos do pensamento científico. De acordo com Lênin, "Engels reconhece na grande luta da social-democracia *não duas formas* (a política e a econômica) – como se faz entre nós – *mas três,*

[185] Apesar de Florestan afirmar que ele era "um não especialista longamente engolfado nas lutas pedagógicas" (FERNANDES, A1989, p.7)

colocando a seu lado a luta teórica" (Lênin, 1979, p.96. Destaque de Lênin). A luta contra o reformismo e pelo socialismo exige apropriação da teoria. Para isso, os quadros dirigentes e seus militantes precisam estudar para se libertarem das fraseologias[186] que compõem a ideologia dominante e confundem a luta revolucionária. Este foi um dos grandes desafios na pesquisa e na produção de Florestan e, de certa forma, explica suas polêmicas com Gilberto Freyre e Alberto Guerreiro Ramos.

No final dos anos 1950 e nos anos 60, Florestan, mesmo fora do partido pôde associar a vida institucional com a militância, pondo em prática a indissociabilidade entre a teoria e a ação política através da luta de defesa da educação pública (Campanha de Defesa da Escola Pública e Reforma Universitária). Esta articulação entre teoria e prática pode ser relacionada com as análises desenvolvidas por Engels sobre a necessidade do movimento operário e do movimento comunista atuarem de forma concomitante e articulada em três frentes de luta: teórica, política e econômica.

Ao conceber a universidade, nos anos 1950 e 60, como equivalente a um partido e como uma trincheira de luta, Florestan demonstrou compromisso com os desdobramentos revolucionários que a ciência e a pesquisa científica e aplicada podem desempenhar na transformação da sociedade. Sua preocupação era desenvolver a crítica da universidade existente e apressar, através da ciência, os instrumentos necessários para que ela, universidade, contribuísse para os avanços sociais, ainda que dentro do capitalismo, ou seja, que pudesse superar a dimensão de uma "universidade numa sociedade pobre, com problemas graves de desenvolvimento econômico, social e político". Ao contrário dos intelectuais e dos militantes que levantavam a bandeira do desenvolvimentismo como uma

[186] Um exemplo atual desta fraseologia descrita por Engels é a temática do neoliberalismo como uma nova política dentro do capitalismo (e não como uma ideologia como a discussão da globalização). Esta fraseologia de luta contra o neoliberalismo tornou-se uma mitificação cujo objetivo é mascarar o papel e o aprofundamento do imperialismo e do capitalismo monopolista, e, ao mesmo tempo, retira da pauta de discussão e de reivindicação das esquerdas a alternativa do socialismo, pois a luta principal é pela derrubada do neoliberalismo e não pela revolução dentro da ordem e contra a ordem. Florestan, a partir dos anos 60, empreendeu a "recapturação" das categorias revolução, luta de classe, imperialismo, dominação burguesa e hoje é preciso enfrentar através da luta teórica, colocar em discussão as temáticas da revolução, do socialismo, do imperialismo, dentre outras, para combater a fraseologia do neoliberalismo, da globalização, pois a conjuntura histórica nos exige essa atitude crítica.

alternativa para superar os nossos dilemas sociais, Florestan não tinha ilusão de alianças com setores mais nacionalistas da burguesia nacional. (A partir de sua caracterização sociológica da revolução e, em específico sobre a revolução burguesa no Brasil, ele pôde confirmar teoricamente o quanto foi acertada sua posição com relação ao desenvolvimentismo e às possibilidades de aliança dos trabalhadores com os setores modernos da burguesia nacional).

Por outro lado, o fato de não ter ilusão com o papel revolucionário da burguesia no Brasil não impediu que Florestan tivesse otimismo em relação às alternativas de transformação como a luta pela reforma universitária e o papel da ciência na superação dos nossos problemas sociais. Não se trata da ilusão de que a transformação, a partir da instituição, pudesse modificar a sociedade. Em artigo escrito em 1966, ele tem como referência histórica, para compreender a luta pela reforma universitária no Brasil, "o livro de José Carlos Mariategui [*Sete ensaios de interpretação da realidade peruana]* [...] (não só para o leitor avaliar por si próprio o atraso com que o movimento de reforma universitária se desencadeia no Brasil; também para que ele tome contato com a amplitude pedagógica, intelectual e política daquele movimento na América Espanhola da década de 20)." (FERNANDES, A1979b, p.142). Apesar do entusiasmo com reforma universitária no Brasil (que chegou a lhe causar problemas de saúde devido ao seu intenso envolvimento na luta), Florestan tinha clareza teórica de que, ao tomar como referência histórica os demais países da América Latina, a reforma no Brasil estava atrasada e tinha limites pedagógico, intelectual e político. A leitura do livro de Mariategui possibilitou compreender alguns elementos históricos que fizeram da universidade uma trincheira de luta para Florestan.

De acordo com Mariategui (C1975), a questão da luta de classes aparece associada à luta pela reforma universitária em muitos países da América Latina (Argentina, Uruguai, Chile, Peru etc.) dos anos 1920, extrapolando os objetivos exclusivamente universitários:

> Este é o pensamento dos mais capacitados porta-vozes da nova geração estudantil, no julgar as origens e conseqüências da luta pela Reforma. Todos estão de acordo em que este movimento, que apenas esboçou seu programa, está muito distante de se propor

> objetivos exclusivamente universitários, e em que, pela estreita e crescente vinculação ao surgimento das classes trabalhadoras e a derrubada de caducos privilégios econômicos, só pode ser entendido como um dos aspectos de uma profunda renovação latino-americana" (p.86)

De acordo com Mariategui, as mudanças na base material destas sociedades exigiam as reformas universitárias dos anos 1920 e explicam a crescente renovação e a nova geração estudantil. Para a classe média, inicialmente, a universidade era suficiente porque exercia a função social de fornecer diplomas, mas, com a expansão da industrialização, surge um outro perfil de universidade. A necessidade de maior especialização empurra esta classe às ruas para exigir novos métodos, atualização das correntes do pensamento com as teorias universais e a ligação da universidade com os dilemas da sociedade. Para Mariategui, este processo que começa como uma demanda interna sobre a função da universidade, quando se associa à formação dos núcleos estudantis, extrapola os muros da instituição educacional e passa a pôr em prática a solidariedade de classe e incentiva o estudo do marxismo.

Por exemplo, um dos patrocinadores da unidade política da América Latina foi Julio Antonio Mella (1903-1929) que se destacou como líder estudantil na universidade de Havana (Cuba), período em que foi presidente do primeiro Congresso Nacional de estudantes. Um dos fundadores da universidade popular, José Marti, mais tarde, também, fundou o Partido Comunista Cubano. Essa aliança e a solidariedade dos estudantes com o proletariado, a criação de uma universidade popular, a ciência a serviço do proletariado e a direção intelectual foram referências históricas e políticas centrais para Florestan constituir a universidade como a sua principal trincheira de luta, associando o tripé ciência, educação e planejamento. Era uma possibilidade real, presente na proposta de Sociologia Aplicada, levada às vias práticas nos estudos sobre o negro e na Campanha de Defesa da Escola Pública.

3.1.1) Atividades exercidas na Universidade: as transformações no ensino da Sociologia

Inicialmente, a ênfase recai sobre as mudanças instituídas por Florestan e Antonio Candido no ensino de Sociologia. De acordo com um de seus ex-alunos, Florestan foi "homem que abriu o caminho na Sociologia brasileira e o homem que mudou a instituição na qual viveu." (CARDOSO, F.H, B1987, p.26). Sem dúvida, que uma destas transformações aconteceu na metodologia de trabalho no ensino de Sociologia. Florestan exerceu a docência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, primeiro como professor assistente da cadeira de Sociologia II (1945), sob a orientação de Fernando de Azevedo, e mais tarde (1952), assume como professor a cadeira de Sociologia I, no lugar de Roger Bastide. No ano de 1953, torna-se livre-docente com a tese "Ensaios sobre o método de investigação científica". Com o golpe civil-militar foi obrigado pelo Ato Institucional nº5, baixado em 13 de dezembro de 1968, a deixar a Universidade sendo-lhe imposta, em 1969, a aposentadoria compulsória. Florestan exerceu a função docente durantes 24 anos na FFCL/USP.

Saviani (C1996) sistematizou os seguintes aspectos da docência de Florestan, que ilustram suas contribuições para o campo educacional: como professor, um educador formador de homens; na cadeira de Sociologia, o espaço de formação destes homens. Como professor, ele soube diferenciar a função da pesquisa e do ensino[187]. O ensino de Sociologia e a pesquisa sociológica dobraram a rude individualidade de Florestan (aprofundada nas ruas de São Paulo quando lutou pela sobrevivência), criando nele uma segunda natureza:

> Ao considerar que o ensino da sociologia e a pesquisa sociológica provocaram "o aparecimento de uma segunda natureza humana dentro de mim", Florestan está apontando para a essência da educação, isto é, um processo que visa à transformação intensa dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente mas que, uma

[187] Para Florestan, a função do ensino, dentre outras, pressupunha que o conhecimento ministrado nas aulas precisava ter centralidade no essencial, e por outro lado, ser transmitido de forma clara e concisa para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do aluno.

> vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais. (SAVIANI, B1996, p.73).

Outros aspectos são a radicalidade com que Florestan assumiu sua experiência de formação no mestrado, permitindo-lhe alcançar os instrumentos necessários para a formação do pesquisador, e, por último, a sala de aula como um laboratório que exigia do professor, por exemplo, cursos introdutórios e superação da especialização fragmentada do pesquisador.

Ao iniciar sua vida universitária, percebe as condições do estudante que havia entrado na universidade com uma formação adquirida em Curso de Madureza. Esta situação difícil exigiu dele muito estudo, disciplina, dedicação e trabalho como autodidata. Como relata Antonio Candido:

> Um belo dia eu o conheci no corredor da Faculdade, carregando uma enorme pasta de livros, encostado na janela e lendo, como já contei noutro lugar, uma vida de Buda, sobre a qual começou a falar com volubilidade. Também essa maneira por que o conheci se tornou paradigmática para mim, porque Florestan foi e é um homem que lê praticamente sobre tudo. Engana-se quem supõe nele uma cultura puramente sociológica. (B1987, p.32).

Mais tarde, as experiências de estudante foram transformadas em diretrizes no exercício da docência[188]. Um fato pitoresco aconteceu quando ele e Antonio Candido foram assistentes de Fernando de Azevedo e conseguiram quebrar um tabu quanto ao processo avaliativo[189]. Fernando de Azevedo não gostava de corrigir

---

[188] A despeito das críticas ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores estrangeiros registre-se que Florestan no artigo "Os professores estrangeiros", publicado em 1958, no jornal *O Estado de São Paulo* reconhece a contribuição construtiva desses professores para o desenvolvimento intelectual dos estudantes da Faculdade de Filosofia: "1) pôs-nos em contato com os resultados das investigações literárias, científicas ou filosóficas, alcançadas até o presente pelos grandes centros europeus; 2) impediu a deformação do ensino superior pelos pseudo-especialistas nativos. Isto significa, de um lado, que as missões docentes estrangeiras deram-nos um rico ponto de partida para as nossas atividades universitárias. De outro, que lhes cabe a glória de ter estabelecido um novo padrão de vida intelectual, aplicável ao ensino superior, desviando-o da antiga tradição escolástica e pré-científica, a que nos habituáramos. É indubitável que não teríamos alcançado o *sucesso* que atingimos, sem sua colaboração generosa, constante e produtiva, que desempenhou a função de verdadeira revolução intelectual." (FERNANDES, A1966, p.213).

[189] Fernando de Azevedo, no livro *História da minha vida,* narra o significado dessa nova geração na sua vida "E já agora com a gente nova, com a geração de meus discípulos e, mais tarde, assistentes, com uma distância de 20 a 25 anos de idade. Se excetuarmos um João Cruz Costa, meu velho amigo, que tinha apenas dez anos menos do que eu, todos mais jovens. Eram eles Antonio Candido de Melo

as provas, portanto, este trabalho ficou para os assistentes e estes promoveram a revolução das notas, como narra Florestan:

> Certa vez, corrigindo provas, dei dez ao hoje professor Roque Spencer Maciel de Barros. O Dr. Fernando opunha-se a que desse dez. Quando viu a nota, fez um ar contrariado: 'Você pôs dez. Mas dez por quê? 'Porque foi um trabalho muito bem-feito para um estudante'. Ele disse: 'bem, eu venho de uma tradição, de uma escola, na qual dez era para Deus, nove para os professores e, para os alunos excepcionais, a partir de oito'. Eu disse: 'bem, doutor, então o senhor passe a ler as provas, porque os nossos critérios de nota colidem'. Aí ele aceitou o dez. No ano seguinte, corrigindo provas, Antonio Candido deu dez a Maria Isaura Pereira de Queiroz. O Dr. Fernando olhou assim de uma maneira sarcástica: 'vocês estão querendo tornar o dez uma nota sem significado'. Antonio Candido disse: 'ao contrário, esse trabalho merece dez e é a nota que eu dei, nota que o senhor deveria dar; porque é excepcional, então vale dez'. Fernando Azevedo ficou desolado: 'pronto, acabou. Não sei mais como defender critérios de avaliação.'" (FERNANDES, A1995c, p.190).

A constatação de que o ensino ministrado na faculdade pelos professores estrangeiros não considerava o aluno concreto, oriundo do Ensino Médio das escolas brasileiras, foi também um aprendizado do seu período de estudante.

> O estudante que chegava à USP era um estudante com deficiências muito graves. E essas deficiências eu senti logo no começo [...] Eu tinha que me meter a ler livros e fazer um esforço duplo: de um lado, o de entender o francês do meu professor; de outro lado, o de multiplicar as leituras para poder independentemente da língua, entender o que ele estava ensinando. Havia, então, uma montagem autodidata paralela, que estava incrustada na atividade do estudante e que, depois, marcava a própria trajetória do intelectual formado pela Universidade de São Paulo (FERNANDES, A1978, p.4)

Em uma outra entrevista, Florestan segue a mesma linha de reflexão: "o curso que eu fiz era inadequado para cá. Há uma visão elitista do que foi a Faculdade de Filosofia e uma visão, vamos dizer, concreta. O que era essa faculdade

---

e Sousa, Lourival Machado, Florestan Fernandes, Rui Coelho e, mais tarde, Maria Isaura. Foi no convívio com meus alunos e com esses jovens, que foram também, e passaram a ser meus colaboradores, que consegui, desde o limiar da velhice, conservar a mocidade de espírito. Mas os jovens tinham-me como um líder e muitos me honraram, considerando-me e apontando-me como a 'viga mestra' da Faculdade" (AZEVEDO, C1971, p.241).

para os pobres coitados que viviam e saíam do nosso mundo cultural?" (FERNANDES, A1995d, p.8). Os estudantes tinham diante de si desafios diversos que exigiam uma carga extensa de leituras para acompanhar a dinâmica de trabalho dos professores estrangeiros. Os estudantes não ganhavam 'mamadeira', dizia Florestan. No entanto, se isso possibilitou o amadurecimento e o desenvolvimento intelectual do aluno "a ferro e a fogo", de outro lado, era questionável o fato de ministrarem aulas como se a formação do aluno brasileiro fosse igual à formação do aluno europeu. Ademais, os cursos ministrados pelos professores estrangeiros eram

> cursos monográficos, de balanços de conhecimentos obtidos em determinados campos. [...] Não havia curso de técnicas e métodos aplicados à investigação e, muito menos curso de técnicas e métodos aplicados à parte lógica e de construção da inferência (indução, dedução etc.). Estes cursos surgiram mais tarde, igualmente por influência nossa. Assim o que se entendia por teoria, realmente era um ensino altamente abstrato e que levava os estudantes a trabalhar principalmente com idéias. Quando se falava em teoria, o que se pensava era mais em história das idéias ou, então, em balanços críticos em certa área de trabalho (FERNANDES, A1978, p.7).

Na metodologia de trabalho não havia a preocupação de encaminhar "os estudantes para a Sociologia, a Economia, a Filosofia ou a Estatística" (*op.cit.*, p.6), e também, o ensino era eclético, ou seja, "visava combinar as várias correntes do pensamento" (*op.cit.*,p.6). Em outra passagem, Florestan relembrou o preconceito que se tinha com o ensino elementar e o uso dos manuais na formação do estudante.

A ênfase na leitura dos clássicos, sem um ponto de partida na aprendizagem elementar, contribuía para o descuido da formação básica necessária ao cientista social. Para Florestan, "alguém que lê diretamente certos textos de autores clássicos sem ter um ensino básico seguro, ganha vantagem [...] Porém fica com a retaguarda prejudicada, porque há uma aprendizagem elementar inicial que não se fez e não se fazia por preconceito.[190]"(*op.cit.*,p.6). Pode-se inferir que os dilemas da

[190] Conta Florestan "que o preconceito era tão grande que quando se lia um manual isto era feito escondido. Foi graças a um professor de História, francês, que esteve aqui, que uma parte desse mito foi destruída. Ele contou em público que estava se preparando para um concurso e, nesta fase,

realidade brasileira e o desenvolvimento intelectual do estudante concreto levaram Florestan, e a sua geração, a buscar "entrosar o ensino com as potencialidades culturais do ambiente." (*op.cit.*, p.5).

> dentro do meio intelectual brasileiro essa tem sido a regra. O estudante conta com condições precárias para montar a vida intelectual. Se o professor se converte em um fanático dos textos, das grandes teorias, o estudante não tem outra saída senão fugir dele. Por causa disso, fui levado a pensar sobre o ensino em termos instrumentais e procurei estabelecer uma ligação entre o que o estudante aprendia e o que ele deveria aprender. Nisso, não só fazia uma crítica do meu trabalho, mas fazia também uma crítica do trabalho intelectual dos meus antigos professores [...] Nós [Florestan e Candido] pudemos fazer uma espécie de duo. Começamos a trabalhar no sentido de simplificar os programas, de torná-los menos gerais e de introduzir matérias que os estudantes aprendiam. De outro lado, procuramos, no ensino do primeiro ano, compensar mais aquilo que o estudante não aprende na escola secundária. O estudante vinha com uma bagagem muito pobre. Ele precisava aprender saturar falhas que são do sistema escolar. (FERNANDES, A1978, p.20).

As alterações no ensino e a opção em garantir a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do estudante foram diretrizes da prática docente de Florestan no seu fazer universitário. De acordo com Mazza (B1997, p.206), Florestan:

> entendeu que da década de 40 até aquele momento, muita coisa havia modificado no ensino de sociologia e na pesquisa sociológica brasileira. Quanto ao ensino, ele avaliou que o estilo acadêmico do *schoolar* típico havia sido substituído por um ensino universitário que tentava corresponder às necessidades sócio-culturais. Quanto à pesquisa, antes tida como uma aventura pessoal que se realizava com as sobras do próprio salário e com o tempo que o pesquisador dispusesse do próprio lazer, já contava com grupo de pesquisadores e auxiliares de pesquisa ligados à Cadeira de Sociologia I, com algum equipamento para realizar investigações e com o amparo de Centros de Pesquisas que encampavam iniciativas regionais. Estas mudanças, segundo o autor, criaram condições para que se formulassem alvos teóricos de desenvolvimento dos vários campos da sociologia: descritiva, diferencial ou histórica, comparada, sistemática e aplicada.

---

a melhor coisa que julgava poder fazer consistia em ler uma introdução elementar ao seu campo de trabalho. Assim, refrescava a memória e se punha em contato com os problemas gerais e essenciais." (FERNANDES, A1978, p.7).

É possível refletir sobre algumas dimensões das diretrizes pedagógicas empreendidas por Florestan no exercício da docência. A primeira tem relação com a finalidade pedagógica de propiciar condições ao desenvolvimento intelectual do estudante concreto na universidade brasileira. Cabe, no entanto, ressaltar que, de acordo com Weffort (B1996, p.50), Florestan contribuiu com um novo padrão para o desenvolvimento intelectual do estudante de Ciências Sociais (herança que Florestan herdou dos mestres estrangeiros), modelo que articula a dimensão política de defesa da escola pública para além da universidade, ou seja, prioriza a defesa do ensino público em "todo o sistema da escola pública nacional [...] sobretudo desse período dos combates pela escola pública, está o Florestan político, extremamente presente e importante na formação de seus estudantes".

A segunda dimensão, neste novo padrão de desenvolvimento intelectual do estudante, pressupunha a organização básica de conceitos elementares e centrais, leituras e estudo da produção existente, especialmente os clássicos, e reflexões que superassem qualquer tipo de improvisação no fazer universitário. Esta diretriz foi materializada nos cursos introdutórios e na preocupação de sistematizar e ampliar os horizontes, através das extensas bibliografias, cujos conhecimentos são essenciais para o desenvolvimento da produção do conhecimento crítico e criativo. Portanto, a inquietação com o "elementar, que é essencial e às vezes também é geral" não significou o aligeiramento teórico ou a superficialidade teórica, pelo contrário, os relatos dos seus ex-alunos atestam que, para Florestan, o trabalho intelectual era literalmente trabalho, por isso ele preparava as aulas em profundidade. Nestas ficava evidente um trabalho árduo e sistemático que demonstrava na prática, aos estudantes, a necessidade de "ler os trabalhos fundamentais, digerir os calhamaços indigestos, conhecer sua posição na história da sociologia. [...] Florestan nos ensinou, naquelas aulas difíceis e penosas, que a teoria é instrumental fundamental de análise." (DURHAM, B1987, p.21).

A terceira dimensão da diretriz pedagógica da atuação docente de Florestan refere-se à teoria, não como uma abstração restrita ao mundo das idéias, mas como um instrumento essencial e central de análise, por isso "não basta fazer a pesquisa e apresentar resultados. Toda investigação se apóia em premissas metodológicas e estas têm de ser explicadas."(DURHAM, B1987, p.21). A centralidade conferida à

teoria na docência e no trabalho da pesquisa sociológica em Florestan nos permite estabelecer relações com a discussão central que o método tem no materialismo histórico e dialético.

Para o marxismo, não é possível separar ação de conhecer e teoria. Esta informa a compreensão de mundo, de homem e de História. Há uma articulação entre o conhecimento, o método e a teoria. O conhecimento como expressão do real impõe o enfrentamento e a coerência entre as dimensões ontológicas (matéria e espírito) e gnosiológica (sujeito e objeto). A concepção de Florestan sobre a função da teoria vai ao encontro de uma das preocupações fundamentais de Marx e Engels, ou seja, o método como central para que o conhecimento seja a expressão do real e possa transformar a realidade.

Quanto à crítica da teoria como abstração na metodologia de ensino dos antigos mestres, é possível, novamente, estabelecer relação com um dos princípios centrais da produção de Marx e Engels, ou seja, da primazia da matéria sobre as idéias. O pensamento, mesmo os mais simples, supõe uma totalidade concreta viva, uma materialidade que deve ser considerada, inclusive, na prática docente e na relação com o estudante.

A partir destas dimensões, Florestan implementa mudanças essenciais no ensino de Sociologia, com destaque para os cursos introdutórios que trabalhavam com conceitos fundamentais na formação do cientista social e do sociólogo. Desta forma, diz Florestan "Só mais tarde, no caso do Departamento de Sociologia e de Antropologia, por influência minha e do Antonio Candido, é que se procurou dar mais atenção ao ensino básico, procurando instruir o estudante naquilo que é elementar, que é essencial e às vezes também é geral "(FERNANDES, A1978, p.7)

Constata-se a coerência metodológica implementada quando Florestan tornou-se assistente e realizou uma verdadeira revolução no ensino de Sociologia. Podem-se inventariar contribuições educacionais da sua docência cujo objetivo central era propiciar o desenvolvimento intelectual do estudante, expondo-o ao enfrentamento teórico com os autores clássicos, criadores.

As dimensões, a seguir, são diretrizes para um trabalho pedagógico consistente, oferecendo contribuições para o campo educacional:

- Condições para o desenvolvimento intelectual do estudante da universidade brasileira[191], ou seja, "entrosar o ensino com as potencialidades culturais do ambiente"[192].
- Concepção de ensino que estimulasse um novo padrão intelectual. Este padrão pressupõe a formação básica de conceitos essenciais, estudo da produção existente, especialmente os clássicos, e a superação da improvisação e da especialização no fazer docente na sala de aula.
- Novo padrão intelectual do estudante de Ciências Sociais, que articula a dimensão política de defesa da escola pública e da universidade pública.
- O trabalho intelectual vivido literalmente como trabalho. Essa concepção da prática docente pressupõe trabalho árduo de preparação das aulas, leituras sistemáticas, conhecimento dos autores que formam a história da sua área de ensino e estudo aprofundado das produções que auxiliam o aprendizado dos conceitos essenciais de cada área.

[191] Do ponto de vista histórico, a finalidade do trabalho educativo, anteriormente descrita, não foi exclusiva de Florestan. Por exemplo, Antonio Candido cumpriu um papel central neste processo. Os professores estrangeiros estavam sendo substituídos por motivos diversos e "o efeito final do processo deveria ser o mesmo: a substituição paulatina dos professores estrangeiros por aqueles, entre os seus discípulos, que pudessem continuar sua obra. O contrário seria manter uma situação de dependência cultural que a política de expansão da Universidade pretendia suprimir [...] A conclusão é clara. Temos de usar as oportunidades oferecidas pela organização universitária para incrementar o contrato de professores e especialistas estrangeiros, que se disponham a cooperar conosco no desenvolvimento das especialidades surgidas com a criação e a expansão da Universidade. Como professores-visitantes (ou em outras categorias, que não envolvam limitações nem subordinação), tais especialistas poderiam continuar uma obra que não estiolou e que poderá dar frutos compensadores, se for adotada uma política educacional conveniente e construtiva" (FERNANDES, A1966, p.215-216). A concepção de entrosar o ensino com o ambiente tem substrato, para além da prática individual de Florestan, mas tem relação com a própria dinâmica da política de expansão da universidade. Num prefácio à segunda edição do livro *A sociologia numa era de revolução social* há uma posição de fundo similar quanto à relação acadêmica com o exterior. Neste período, Florestan já havia alcançado o novo piso teórico e, portanto, já explicitava o imperialismo na sua face cultural. Assim, considera que "o legítimo espírito da investigação científica é universal e universalista. A alternativa para o imperialismo cultural não pode ser um provincianismo cultural tímido e estreito. O desafio não consiste em cortar as ligações culturais com o exterior. Mas, ao contrário, em organizar as relações culturais com o exterior em bases de igualdade e de respeito mútuos, expondo aos colegas estrangeiros todo o peso da responsabilidade científica que têm que enfrentar em seus projetos de investigação." (FERNANDES, A1976, p.12).

[192] Este processo de entrosamento entre o ensino e ambiente aconteceu a partir da sua experiência de aluno, das dificuldades quando assistente de Fernando de Azevedo e do período que ministrava seus cursos e as aulas eram pesadas, dificílimas, terminando o ano com um grande número de alunos evadidos.

- A teoria como instrumental de análise nas atividades de ensino, na dinâmica da prática de ensino, através da explicitação das metodologias dos autores utilizados e da organização do essencial para o crescimento intelectual do aluno.

Estas diretrizes permitem constatar aspectos que fundamentam a diferença entre a concepção pedagógica da prática docente em Florestan e os fundamentos da Pedagogia Nova, especialmente em relação à crítica de que os professores estrangeiros não consideravam a formação do estudante brasileiro, oriundo do ensino secundário. Ele defendia uma preocupação teórica e metodológica de entrosar o ensino com as potencialidades culturais do ambiente. Outros pontos importantes são a centralidade na aquisição do conhecimento para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e a exigência teórica na organização das aulas, ou seja, Florestan era contra a improvisação na prática docente. Um outro aspecto que justifica a interlocução da sua prática docente com a Pedagogia Nova é a articulação no desenvolvimento intelectual do estudante com a dimensão política de defesa da educação pública em todos os níveis de ensino.

3.1.2) Atividades exercidas na Universidade: Trabalho em grupo e projetos coletivos

> Desde então consolidou-se e ampliou-se o grupo de trabalho, por meio da Cadeira de Sociologia I, que adotou como laboratório de suas pesquisas a realidade brasileira. O grupo desempenhou, também, um importante papel participando de forma ativa e organizada nas instâncias consultivas e deliberativas da Faculdade e da Universidade lutando para afastar os obstáculos que se impunham ao desenvolvimento das pesquisas sociais no Brasil e pelo fim dos privilégios presentes na hierarquia universitária que impossibilitavam o exercício da democracia. (MAZZA, B1997, p.67-68).

Quanto ao exercício profissional de Florestan na universidade, um dos aspectos que merece destaque é o grupo de pesquisa liderado por ele e que estava aberto ao talento, independente da posição política do pesquisador (por isso ele afirma que este não era uma escola):

> A vida dentro da universidade tem que ser aberta para o talento. Na cadeira de sociologia aproveitei pessoas que não tinham nenhuma vocação política. Não que eu desse prioridade à vocação política. Quando eu podia concialiar as duas coisas, dava prioridade. Agora, quando eu não via remédio, e que entre os talentos acessíveis havia uma vocação intelectual de primeira, aceitava-a. Mais tarde, se tivesse um fracasso concreto, a regra era a mesma para todos: a eliminação. Hoje vemos que a divergência intelectual com a sociedade é uma divergência tão superficial que o intelectual se acomodou às pressões conservadoras, se acomodou a um nível inconcebível anteriormente. No entanto, faz-se o rateio dos talentos, às avessas. (FERNANDES, A1980b, p.24).

Esta segunda atividade surge a partir da organização do grupo de trabalho e dos projetos coletivos que foram determinantes no desempenho das pesquisas interdisciplinares e da colaboração intelectual no espaço universitário. Antonio Candido reafirma, em diferentes entrevistas, que o trabalho da Unesco sobre os negros redimensionou a concepção de Sociologia de Florestan, pois, quando trouxe o Movimento Negro para debater os seus dilemas dentro da Universidade, instituiu uma inovação radical no espaço universitário da USP. Pode-se afirmar que este trabalho deixou marcas substantivas e contribuiu com a rotação que Florestan procedeu na sua trajetória acadêmica, pois "do ponto de vista da política universitária, a pesquisa sobre os negros de São Paulo marcou o início da formação de um grupo intelectual." (SEREZA, B2005, p.103).

Por outro lado, o padrão brasileiro de Escola Superior impunha limites ao desenvolvimento do pesquisador tradicional. Esta constatação fez Florestan transformar a sua ambição de pesquisador individual para constituir "uma equipe e usá-la, do modo mais racional possível com relação aos fins visados, – a formação de um verdadeiro grupo de sociólogos pesquisadores – para criar o espaço necessário à sua própria consolidação e crescimento gradual." (FERNANDES, A1980, p.183).

A organização de equipe e projetos coletivos, que visava a construção de um novo padrão científico, começa com aqueles que tivessem interesse pela pesquisa empírica sistemática e concordassem minimamente com os projetos que Florestan vislumbrava para a consolidação e crescimento do grupo. Quando Florestan assume a cadeira de Sociologia I, opta por:

> escolher pessoas que haviam sido meus estudantes e para as quais eu tinha um certo ideal de carreira. Eu não tinha um objetivo inflexível, mas gostaria que os novos professores não enfrentassem as mesmas limitações, e dificuldades, e que pudessem dar uma contribuição maior tanto no terreno da investigação empírica, quanto no da construção da teoria. Foi nesse sentido que me orientei. Trabalhando com esse grupo a ênfase se deslocou da minha carreira como sociólogo individual, para a constituição de um grupo que deveria produzir sociologia[193]. Assim, a minha ambição sofre uma rotação completa. Em vez de estar preocupado com o que me cabia fazer como sociólogo, me preocupava com o que eu devia fazer, a partir e através da Universidade, para formar um grupo de sociólogos. (FERNANDES, A1978, p.22).

A dinâmica do trabalho em equipe e a implementação dos projetos[194] geraram determinadas competições entre os pesquisadores e, ao mesmo tempo, propiciaram a colaboração intelectual. Estimulava-se "uma corrida aberta [...] no que se referisse à produção intelectual. Não contávamos com fontes doadoras de recurso e, por iniciativa minha, não aceitávamos qualquer vinculação com fundações estrangeiras."(FERNANDES, A1980, p.185). De outro lado, como relata Celso Beisiegel, Florestan tinha a preocupação de oferecer condições de trabalho para este grupo, isso significou que ele "cuidava muito daquele pessoal que ele incorporava. [...] Ele levou o Luiz Pereira para Araraquara, depois trouxe o Luiz de volta para trabalhar com ele na cadeira de Sociologia I".

A preocupação com a autonomia intelectual na vida universitária é crescente na década de 1950 e explica sua iniciativa de cuidado com as dotações financeiras das fundações. A competição ficava circunscrita à atividade intelectual. Quanto à colaboração intelectual, a criação da universidade foi central para o seu desenvolvimento e, com a criação do trabalho em equipe, as possibilidades foram multiplicadas. Por exemplo, Florestan comenta a importância da cooperação intelectual na discussão sobre a dependência na sua produção:

---

[193] Em outro livro, descreve Florestan "o fato é que, fins de 1954 e no início de 1955, já dispunha de um pequeno grupo, que podia trabalhar articuladamente comigo, e, em conjunto, nós mesmos forjamos o espaço para continuarmos crescendo" (FERNANDES, A1980, p.183).

[194] No livro *A sociologia na era de revolução social,* encontram-se os três projetos que Florestan escreveu, são eles: "Raça e sociedade: o preconceito racial em São Paulo" de 1951, "Economia e sociedade no Brasil - análise sociológica do subdesenvolvimento", de 1962 e "A empresa industrial em São Paulo" de 1962.

> Nos discutíamos a heteronomia em termos weberianos: a relação entre grupos e sistemas [...] Só muito mais tarde eu vim descobrir que o conceito de heteronomia é aplicado por Marx [...] de qualquer maneira [...] você vai encontrar a problemática da dependência formulada de uma maneira um pouco rudimentar com o nome de relações de heteronomia. Posteriormente, o Fernando Henrique foi para o IUPES e lá trabalhou com um grupo que estava mais interessado por esse tipo de análise. Quando ele voltou para cá eu já tinha avançado um pouco, como vocês podem ver na primeira parte da *Revolução Burguesa no Brasil* , que estava escrita quando ele chegou e ele leu. Aí as reflexões se aprofundaram, avançaram. Em 67 eu apresentei um trabalho já de âmbito maior sobre o assunto, inclusive aproveitando a colaboração de Fernando Henrique. (FERNANDES, A1995d, p.11)
> .

De acordo com Celso Beisiegel, a centralidade da Sociologia em Florestan impulsionou a prática da interdisciplinaridade e permitiu que ele aproveitasse todas as oportunidades para realizar estudos sociológicos. Narrou Celso, em entrevista:

> eu tive um professor jovem de Estatística [...]e que Florestan tinha tentado levar para a cadeira dele. Vejam, Estatística, porque o Florestan tinha uma atividade de frente dupla na Sociologia, pegava tudo. [...] Nós tínhamos um colega que é um sociólogo importante hoje, o José Fabio da Silva [...] Fabinho era homossexual. [...] Naquela época não havia esta tranqüilidade em relação aos comportamentos diferentes na vida sexual. Já o Florestan conseguiu fazer com que o Fabinho escrevesse um artigo sobre a vida dos jovens homossexuais em São Paulo. Florestan era um sociólogo, realmente, um homem absolutamente voltado para a compreensão da vida social de acordo com as características de cada uma das dimensões. Ele se preocupava com imigrantes, se preocupava com o negro, se preocupava com a organização social dos índios (B2006)

Associando a discussão da pesquisa interdisciplinar, Mota (C1987) discorre sobre as contribuições teóricas que Florestan implementa na universidade, a partir das preocupações em explicar a realidade e sua atuação através do trabalho intelectual, visando ao desenvolvimento teórico e tendo como norte didático a cooperação e a emulação.

> talvez não seja apenas uma simples questão de estilo o fato de Florestan criar seu espaço rompendo com a linguagem dos 'explicadores do Brasil', com os intérpretes da envergadura de Gilberto de Melo Freire ou Afonso Arinos de Melo Franco. É

> curioso, porque aqui nós temos Florestan e Cândido propondo novas linhas de investigação interdisciplinar. Florestan sobretudo, ao renovar a investigação teórica a partir de estudos de *conceitos* de base, certo de que o conhecimento não avança apenas com a consideração de novas frentes de documentação. O conhecimento também avança ao pugnar pela utilização de um instrumental conceitual mais refinado e pela consideração de propostas metodológicas explicitadas já de saída. Contrapunha-se, nessa perspectiva, às *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, à *Casa Grande & Senzala,* de Gilberto Freyre, despojadas de questões metodológicas, pois eram 'interpretes' falando da varanda. O que temos, com, Florestan, é um novo espaço, repito, com a discussão preliminar das teorias e maneiras de interpretar a sociedade brasileira. (p.184).

A distinção que Mota estabelece entre as fontes, os limites destas e a construção do instrumental conceitual para interpretá-las parece uma indicação metodológica importante a ser observada nas pesquisas em educação, especialmente quando a ênfase nas descobertas das novas fontes subordina o instrumental conceitual que requer todo trabalho científico.

Quando estabelece conceitos básicos que auxiliam a sua compreensão científica, "as teorias passam a ser trabalhadas por *dentro* e delas são retirados conceitos mais adequados, sejam funcionalista ou marxista, para a explicação do fenômeno ou do processo em pauta no momento" (MOTA, op.cit., p.184). Mota destaca ainda a herança do historiador Caio Pardo Jr. com quem Florestan estabelece diálogo em sua trajetória[195] e cuja cooperação intelectual permitiu o avanço teórico de Florestan.

3.1.3 - Atividades exercidas na universidade: contestação, rebelião crítica e radicalidade

A terceira atividade de Florestan foi a prática da contestação, da rebeldia crítica e da radicalidade, explicitadas nos documentos da Congregação ou nas manifestações públicas que se traduzem: no enfrentamento das condições

[195] Segundo Netto, " valeria a pena, num exame cuidadoso dessa *opus magnum*,[*Revolução burguesa no Brasil*], detectar o tácito diálogo com Caio Prado Jr. (2004, p.214). Há dois artigos de Florestan que discorrem sobre Caio Prado: o primeiro se encontra no livro *Que tipo de República? e* foi escrito em 1968 com objetivo de debater os limites da *Revolução brasileira* na obra de Caio Prado (ver tabela 1986a). O segundo artigo encontra-se no livro de Florestan *A contestação necessária* e foi escrito em 1991, no Jornal a *Folha de São Paulo*.

materiais precárias; na luta pela democracia na universidade; na participação na Campanha de Defesa da Escola Pública; na participação nos debates pela reforma universitária; no apoio às lutas anti-fascistas dos portugueses exilados no Brasil e pela libertação das colônias portuguesas na África etc. Portanto, as atividades de questionamento da ordem iam desde as condições e organização de trabalho dentro da universidade até a assinatura de manifestos e atividades de solidariedade nacional e internacional.

Florestan, desde 1959, assinava documentos e manifestos contra a repressão salazarista e diversos documentos de solidariedade à luta antifascista em Portugal. No ano de 1961, apoiou e participou do movimento afro-brasileiro pró-libertação da Angola-MABLA, conforme relato de Miguel Urbano Rodrigues. Florestan, tal como fez com o Movimento Negro na ocasião da pesquisa patrocinada pela Unesco (1951), abriu as portas da universidade para a constituição de um núcleo de apoio e manifestação de solidariedade à luta pela descolonização de Angola. Estas atividades explicam o monitoramento[196] que sofreu desde 1940, com maior intensificação nos anos 60.

> em maio de 1964, a Divisão de Informações da Delegacia de Ordem Política assim o define: "marxista ao extremo e declaradamente comunista; como titular da cátedra de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP montou esquema para evitar que sua cátedra fosse ocupada por professores anticomunistas. Dotado de ambição sem limites, desleal, despatriado, amoral e revoltado com sua origem humilde (filho de lavadeira). (ELIAS, C1998, p.16).

Um outro exemplo foi o episódio da prisão de Florestan, dois ou três meses depois do golpe, quando ele explicitou, mais uma vez, a sua rebeldia crítica ao insistir em entregar uma carta como forma de protesto (algo raro na universidade naquela momento do pós-golpe) e como condição para prestar o seu depoimento.

[196] Serezo (B2005, p.140) descreve que no "departamento de Ordem Pública e Social (Deops), a presença do nome Florestan em uma quantidade enorme de relatórios mostra o quanto o sociólogo era visto como um problema pelas autoridades [...] que fora eleito para a diretoria da União Cultural Brasil-União Soviética em 1963. As informações sobre a participação de Florestan nesta diretoria não foram encontradas para serem ampliadas nesta Tese.

> Eu deveria ser inquirido e falei para o coronel que a principal virtude do militar é a disciplina e do intelectual é a rebeldia crítica e que, portanto, não podia aceitar a situação passivamente. Disse que só me dispunha a prestar depoimento se ele aceitasse aquela carta. Quando ele viu a carta, disse: 'Não há nada de fato. O senhor não precisa se preocupar'. Eu disse: 'Não. Ou o senhor lê a carta e aceita e eu presto depoimento, ou o senhor lê a carta, recusa a carta e eu também não faço depoimento. (FERNANDES, A1995e, p.35).

Florestan, quando soube que não teria como fugir da obrigação de prestar depoimento, não se conformou em ir passivamente e optou em escrever uma carta para marcar uma posição de contestação. Antes, porém, consultou Rocha Barros e Antonio Candido para saber o que eles achavam da carta e articulou, com a sua secretária, dona Noemi, e os estudantes, uma alternativa para torná-la pública.

> Eu estava perturbado com essa obrigação e queria uma maneira de poder atender à imposição sem ceder. Aí imaginei a carta. Em vez de uma recusa formal, fazer o teste da carta. Escrevi, chamei o Rocha Barros, que era professor livre-docente da faculdade de direito, um antigo companheiro [...] leu a carta e disse: 'É uma carta que só você tem autoridade de escrever, por causa da sua carreira. Mas eu acho muito arriscado. [...] Aí o Antonio Candido deu parecer parecido, ele achava que eu podia prestar depoimento sem uma retaliação formal. [...] Apareceram outras pessoas que souberam da carta e foram pedir para eu não apresentar carta nenhuma, porque o pessoal ficou apavorado, não sabiam o que tinha a carta[197] (FERNANDES, A1995e, p.35).

Após o depoimento, o diretor Ferry e o coronel tentaram convencê-lo a retirar a carta. O diretor usou a argumentação de que Florestan deveria retirar a carta para preservar sua família, os seus assistentes e a própria universidade. Mais uma vez Florestan oportunizou uma demonstração de como o intelectual deve ter

[197] Florestan relata que, a partir destas conversas com Rocha Barros e Antonio Candido, suavizou alguns pontos da carta para não deixar arestas e apresentou-a ao coronel.

como atividade principal a rebeldia crítica, pois, além de se recusar-se a retirar a carta, afirmou:

> 'Acho que minha família não gostaria que eu me acovardasse. Acho que até eles não só vão entender, mas vão aprovar o que estou fazendo'. [...] Meus assistentes, todos os colaboradores não esperam de mim uma atitude diferente, estou correspondente a eles. O senhor está muito iludido se pensa que eles esperam de mim que eu me submeta às injunções da ditadura sem nenhuma reação [...] Eu estou enfrentando essa situação porque a faculdade e a universidade ficaram impassíveis. Acho que para a faculdade e para a universidade eu não estou dando um mau exemplo, mas um bom exemplo. (FERNANDES, A1995e, p.37).

O coronel, ao perceber que Florestan o enganou, quando solicitou sair para telefonar para a família e tornou pública a carta na faculdade, disse que "antes desconfiavam que [Florestan] era um subversivo, mas que depois disso sabiam que era um agitador perigoso." (FERNANDES, A1995e, p.38).

Um outro exemplo que merece ser relatado foi a solidariedade e a colaboração que prestou à luta antifascista de exilados comunistas portugueses e com o MOBLA. Nos anos pós-Segunda Guerra Mundial, vieram para o Brasil muitos exilados anti-salazaristas e a cidade de São Paulo abrigou o núcleo mais ativo destes portugueses. Eles organizaram diversas atividades e editaram o jornal *Portugal Democrático* (1956-75) no qual colaboravam vários intelectuais, dentre eles, Florestan Fernandes. Rodrigues (B2004, p.137) relata o papel do jornal para o coletivo "nos anos 65, 66 e 67 o núcleo mais dinâmico dos antifascistas portugueses [...] fazia do *Portugal Democrático* o seu principal instrumento de intervenção, [o que possibilitou o desenvolvimento de uma] actividade intensa".

Nas palavras de Rodrigues (B2004, p.310), Florestan exerceu um grande papel nesta luta antifascista, especialmente pelo empenho que empreendeu para que o coletivo tivesse boa receptividade na USP, nas suas produções (1994a) sobre a realidade de Portugal e nas intervenções que marcaram o seu perfil internacionalista. Ao discorrer sobre a presença de Florestan nas atividades do coletivo *Portugal Democrático,* Rodrigues (*op.cit*, p.310) afirma:

> Não houve um brasileiro cuja participação na luta contra o salazarismo e o combate pela independência das colônias portuguesas fosse tão permanente, intensa e valiosa. Sua mãe, D. Maria, era portuguesa e a origem talvez tenha contribuído para o sentimento de solidariedade. Mas o factor determinante da sua abertura às iniciativas das organizações portuguesas terá sido, creio, o seu internacionalismo. A ele devemos em grande parte a receptividade que essas iniciativas, a partir do final dos anos 50, encontram na Universidade de São Paulo[198].

Secco (B1998) desenvolveu uma interessante reflexão sobre as produções de Florestan (ver tabela 1994a) e suas análises do fascismo em Portugal, nas quais chama a atenção para o arcabouço teórico da reflexão sobre a revolução e a contra-revolução, comparável ao nível teórico dos escritos sobre Cuba.

Há consenso nos escritos de Secco e Rodrigues quanto à profundidade teórica e histórica das intervenções que Florestan fazia nas atividades coletivas.

De acordo com Rodrigues:

> participou em incontáveis iniciativas de solidariedade com o povo português e a luta dos movimentos de libertação das colônias. Era uma presença obrigatória nas nossas sessões-comícios e, quando falava, tratava os assuntos com uma profundidade que me surpreendia, apesar da nossa intimidade (RODRIGUES, *op. cit.*, 2004, p.311)

Secco, após listar os enfoques teóricos e temáticos nos artigos de Florestan sobre o fascismo e a revolução em Portugal, faz a seguinte observação:

> É útil cotejar esses temas focalizados por Florestan Fernandes com os que a oposição portuguesa, exilada no Brasil, indicava nos anos 60. Pelo número especial da revista Paz e Terra, dedicado a Portugal, em dezembro de 1969, podemos constatar que nenhum analista da situação lusitana selecionado pela revista (ainda que todos fossem profundos conhecedores de seu país) conseguiu unir dados estatísticos e os estudos históricos com uma análise sociológica que integrasse os principais aspectos internos da vida social portuguesa. (SECCO, *op.cit.*, p. 88)

[198] Netto (B2004, p.205) em uma nota afirma que " em 1978, num ato de exilados brasileiros radicados em Lisboa, encontrei patriotas portugueses e espanhóis que, emocionados, recordavam-se do apoio que Florestan lhes propiciara em São Paulo, quando Salazar e Franco pareciam eternos" .

As análises apresentadas confirmam que a profundidade teórica de Florestan não estava circunscrita às atividades de docência e de pesquisa e, portanto, apartadas das suas atividades de militância política dentro da universidade. Florestan, apesar dos dilemas, procurou conciliar com rigor as análises sociológicas e políticas no final das décadas de 1950 e 60. Mirando a participação de Florestan nestas atividades, é possível perceber uma marca perene da sua rica trajetória: a intransigência teórica imbricada com a paixão pela Sociologia e pelo socialismo.

A rebeldia crítica e a radicalidade expressas na participação política de enfrentamento da ditadura fascista portuguesa e da ditadura brasileira têm sido pouco valorizadas nos escritos sobre a trajetória e a produção de Florestan. Nessas atividades, pode-se observar, mais uma vez, a articulação do professor, acadêmico, cientista e do acadêmico militante.

3.2) Os projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual do jovem [199]

Na sistematização das contribuições educacionais da produção de Florestan é preciso mencionar, mesmo que brevemente, a temática dos "Projetos editoriais e suas dimensões formativas". A dimensão pedagógica da sua prática docente de proporcionar o desenvolvimento intelectual do estudante permanece mesmo fora da universidade, sem contar que, a partir dos projetos editorias, ele alcançava um público maior e aproveitava a oportunidade de dialogar com a formação dos jovens, especialmente os de esquerda. De uma das antologias que organizou em 1969 – *Comunidade e sociedade no Brasil* – consta a seguinte reflexão na Nota Explicativa:

> Tal plano editorial pode parecer ousado[200]. Contudo, impunha-se dotar professores e estudantes de um conjunto completo de

[199] A organização destes projetos editorias não está na produção das décadas de 50 e 60, entretanto, esta temática permite articular a diretriz pedagógica do desenvolvimento intelectual do jovem e a centralidade das categorias revolução e luta de classe.

[200] Este plano editorial abarcava quatro antologias, são elas: *Comunidade e Sociedade; Comunidade; Sociedade;* e *Comunidade e Sociedade no Brasil*. "Preferimos os quatros volumes como se as leituras, necessariamente de alta qualidade, formassem uma simples amostra da produção mais ampla, que elas representam. [...] O desdobramento em quatro volumes obedeceu a

> instrumentos de trabalho didáticos. Os sete volumes mencionados permitirão enriquecer os vários cursos básicos de formação sociológica, localizados entre o primeiro e o segundo anos de graduação, com materiais didáticos escolhidos. É claro que não eliminarão a necessidade de bibliografias suplementares, relacionadas com as obras clássicas ou com os avanços teóricos mais recentes. Mas, possibilitarão uma nova organização do trabalho didático, através da sistematização das leituras de caráter introdutório (FERNANDES, A1973, p. xiii)

A atividade de docência exercida por Florestan e expressa na organização desta antologia pressupõe que o trabalho educativo deve ter, por fundamento, a produção de forma explícita e implícita, em cada ser humano, de todas as conquistas humanas alcançadas na História e adquiridas na vida social (SAVIANI, C2003, p.13). A centralidade no essencial e geral é traduzida na valorização do estudo dos clássicos associada à investigação científica que permitiu o avanço e a produção da ciência. Florestan, ao dar ênfase ao estudo dos clássicos, põe em prática uma definição descrita por Saviani: "o clássico não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se afirmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico." (*op.cit.*, p.13).

Na passagem a seguir, pode-se constatar a associação que Florestan estabelece entre os clássicos e a produção presente na antologia. Isso fica explícito na recomendação que apresenta na "nota explicativa":

> insistimos que as leituras contidas nestes volumes não sejam usadas isoladamente; é preciso que os professores ampliem as leituras, formando elencos bibliográficos novos, com base nas bibliografias suplementares ou nas fontes que preferirem explorar. [...] Seria aconselhável que ele compreendesse e combinasse pelo menos dois ou três autores clássicos e outros tantos especialistas hodiernos [...] O estudante não tem de dominar apenas uma certa massa de conhecimentos teóricos (ou conhecimentos relativos às técnicas pelas quais a teoria é acumulada e verificada). A leitura direta e constante de obras fundamentais é insubstituível – nenhuma antologia pode pretender a condição de seu sucedâneo. (FERNANDES, A1973, p.xv).

---

imposições de caráter didático. Convinha dar certa ênfase à parte geral. Não só porque as questões relacionadas com o ponto de vista global e com as construções conceituais demandam maior atenção." (FERNANDES, A1973, p.xvi-xvii)

O desenvolvimento intelectual do estudante deve estar ancorado em conhecimento básico, sistematizado, e que permita ao aluno adquirir pontos de partida para o aprofundamento da sua formação. No entanto, cabe esclarecer, este ponto de partida exige a vinculação e estudo dos clássicos.

> De um lado, a 'atitude sociológica' não se consolida nem se desenvolve pela simples sistematização de conhecimentos abstratos. O estudante precisa recorrer ao trato direto com as obras dos principais investigadores para refinar sua capacidade de pensar sociologicamente. De outro lado, à sociologia é inerente uma multiplicidade de pontos de vista interpretativos. Seria mau que o estudante não tivesse a oportunidade de aprender, por meio de obras significativas, como se originaram, como têm sido exploradas e o que ainda se poderá fazer com tais recursos explicativos [...] O sociólogo tem de ser educado dentro dessa filosofia, o que significa que *os estudantes devem ser estimulados a ler em profundidade pelo menos algumas obras altamente representativas* (FERNANDES, A1973, p.xv, destaque do autor)

Estas reflexões explicam porque Florestan foi contra as modas teóricas e pedagógicas. O trabalho científico tem por base muito estudo e leitura dos principais pesquisadores como referência para (re)colocar e (re)situar o pensar sociológico (ou seja, é a capacidade de subir nos ombros dos gigantes para ver o mundo e o conhecimento de forma mais ampla).

Por outro lado, é necessário estudar as obras significativas que são marcos nos debates e na produção científica da área em estudo. Um exemplo prático da necessidade do estudo dos clássicos é a discussão da temática do negro hoje na sociedade brasileira. Houve um incremento via pesquisas, publicações, encontros, o que representa um avanço significativo. Urge, contudo, fazer a crítica à participação da Fundação Ford, através de financiamento, publicações etc., pois esta vem 'impondo' uma agenda de pesquisa e de concepções teóricas que não tem relação direta com as problemáticas do negro na realidade brasileira[201]. Estas concepções e outras têm interditado, por exemplo, que o estudante na graduação estude em profundidade as obras significativas que foram marcos na temática do negro em nossa realidade. O que a produção de Gilberto Freire tem a dizer sobre o negro e o mito da democracia ontem e hoje? O que significou neste debate o

[201] Esta é uma das críticas que ele fez à importação de modelos educacionais implementada pela Pedagogia Nova, conforme análise desenvolvida nos próximos itens deste capítulo.

trabalho do Florestan e de seus assistentes? Sem dúvida, estas obras são significativas no debate e na produção teórica sobre esta temática na realidade brasileira. Florestan, na vida universitária, foi conseqüente com a sua opção pedagógica e demonstrou seu cuidado com o desenvolvimento intelectual do estudante.

> O estudante não recebe, assim, apenas um quadro de informações. Submete-se a um impacto mais amplo e criador, no qual a presença intelectual dos autores constitui a influência marcante desejada. A idéia diretriz desse critério é facilmente perceptível. Um número menor de textos, em si mesmo mais complexos, pode acabar sendo altamente eficaz, se o estudante for impelido a 'estudar' os recursos expositivos e analíticos dos autores e a passar, ocasionalmente, dos excertos coligidos às obras originais. [...] Ela pretende impor-se antes como uma função formativa que informativa: o seu principal dividendo é atingindo quando o estudante transita das leituras selecionadas para as obras originais e para as bibliografias suplementares, por influências do professor ou por iniciativa própria (FERNANDES, A1973, p.xvi)

Netto está correto quando afirma:

> notável [...] a contribuição à dinamização editorial [implementada por Florestan] especialmente através das chancelas da Hucitec e Ática – nesta última, avulta o empreendimento da coleção "Grandes Cientistas Sociais". Em numerosos livros que edita, de outros autores, as notas, prefácios e introduções que redige dão conta [da] discussão teórica. (NETTO, B2004, p.215).

A "Coleção Grandes Cientistas Sociais" foi coordenada por Florestan a partir dos inícios dos anos de 1980 até 1990. Foram publicados 60 volumes com autores que abrangem as seguintes áreas do conhecimento: Sociologia (20), Política (13), Economia (8), História (7), Psicologia (5), Antropologia (4) e Geografia (3) [202]. A

[202] Os autores apresentados foram: **SOCIOLOGIA** – Durkheim, Comte, Weber, Marx, Della Volpe, Habermas, Luckás, Mannheim, Simel, Roger Bastide, Pierre Bourdieu, Pareto, Poulantzas, Wrigtht Mills, Walter Benjamim, Dieter Prokop, T. W. Adorno, Malinowski e Florestan Fernandes. **POLÍTICA:** Lênin, Che Guevara, Trotski, Joaquim Nabuco, Deutscher, Mariategui, Stalin, Mao Tse Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro. **ECONOMIA:** Keynes, Kalechi, Oscar Lange, Malthus, Marx , Celso Furtado, Quesnay e Bukharin . **HISTÓRIA:** Febvre, Ranke, Varnhagem, Caio Prado Junior, Marx-Engels, Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda. **PSICOLOGIA:** Kohler, Henri Wallon, Pavlov, Melanie Klein e Keller. **ANTROPOLOGIA**: Radcliffe-Brown, Mauss, Godelier e Edmund Leach. **GEOGRAFIA:** Max Sone, Elisée Reclus e Ratzel.

diversidade de áreas e os 60 autores disponibilizados neste empreendimento editorial demonstram como Florestan cumpriu o papel de divulgador das suas obras e de vários outros autores.

Sem dúvida, a intencionalidade de elevar a consciência intelectual crítica e cultural dos jovens, dos militantes, intelectuais e da produção científica no Brasil tem centralidade na concepção de educação de Florestan. Isso marca a perspectiva educacional que valoriza o conhecimento, o aprofundamento teórico mediado pela recuperação da categoria revolução e objetivando educar homens panorâmicos, como descreveu Mariategui. Florestan, com a organização da coleção, pôs em prática uma das dimensões[203] da sua contribuição cultural à sociedade brasileira, isto é, o "Florestan como agitador de idéias, como tribuno do povo, como divulgador da literatura socialista, repondo no centro do debate a revolução e a luta de classes". (NETTO[204], B2006, p.18)

Uma outra observação diz respeito aos autores latino-americanos que compõem esta coleção (Che Guevara, Joaquim Nabuco, Caio Prado Junior, Mariatégui, Celso Furtado, Sarmento, Bolívar, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Fidel Castro e Florestan Fernandes) que mostram como, ao contrário de muitos intelectuais, Florestan não estava alheio aos teóricos e aos políticos desta pátria grande, como a nomeia Martí (C1991). Na sua biblioteca, em São Carlos, encontram-se vários documentos, panfletos, jornais de partidos comunistas da região e de intelectuais com informações sobre seus países. Segundo Vladimir Sacchetta, entrevistado em 2006, Florestan "dialogava com os argentinos, com os partidos latino-americanos, como do Chile [...] você vê que [ele] está muito preocupado com a revolução [...] a partir de Cuba [...] está sempre pensando e discutindo e refletindo sobre o processo chileno, o peruano". Um outro exemplo, da articulação entre teoria e política foi o prefácio de Florestan à obra *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* de Mariategui, que, até 2004, era o único livro do autor publicado em português no Brasil. (NETTO, B2004, p.219).

---

[203] Para Netto há três dimensões que permitem diagnosticar as contribuições de Florestan à cultura brasileira: o primeiro nível é o Florestan acadêmico que formou gerações de sociólogos, no segundo nível está a obra de Florestan que nunca esteve separada da investigação da realidade brasileira e no terceiro nível está o Florestan agitador de idéias.

[204] Entrevista à autora em 2006.

3.3) A contribuição teórica de Florestan Fernandes: interlocução e crítica à Pedagogia Nova e elementos para uma Pedagogia Crítica

Ao avaliar a contribuição educacional de Florestan destaca-se sua valorosa militância em defesa da educação pública nos diferentes momentos de sua trajetória: na Campanha de Defesa da Escola Pública (1959/61), na luta pela Reforma Universitária (1968/69) até sua atuação parlamentar (1987-1994) na Comissão de Educação da Assembléia Constituinte e, depois, no período de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Todavia, no prefácio do livro *Educação e sociedade no Brasil*, Florestan ressalta outras dimensões de sua contribuição teórica ao debate educacional do período, com destaque para os artigos que constam na primeira e na quarta parte[205].

Para compreender estas outras dimensões, destacaram-se três eixos de análise que permitem inventariar as diretrizes teóricas e críticas que resumem sua contribuição educacional: 1º) entender e explicitar a interlocução e a crítica que Florestan faz aos teóricos que fundamentaram a Pedagogia Nova no Brasil, especialmente Kilpatrick e Counts; 2º) propiciar um sistema de referência para fundamentar as discussões educacionais e 3º) contribuir com arsenal de valores para ampliar o horizonte intelectual dos educadores, especialmente quanto às fronteiras da "filosofia democrática da educação importada da Europa e dos Estados Unidos", e também, analisar aspectos da educação na realidade brasileira.

Nestes três eixos, quando possível, serão analisados indícios ou implicações das categorias revolução e luta de classes, de acordo com as análises empreendidas no capítulo três.

[205] Quando houver necessidade, serão feitas referências aos ensaios das demais partes.

3.3.1) Florestan Fernandes e a interlocução com a Pedagogia Nova: Anísio Teixeira

> Hoje há uma controvérsia a respeito da posição desses educadores, que são acusados de educadores vinculados ao pensamento pedagógico burguês. De fato, estiveram vinculados ao pensamento pedagógico burguês [...] mas essa pedagogia burguesa era uma pedagogia avançada, e nós, até agora, por tinturas socialistas ou marxistas autênticas, não fomos muito além, a não ser na reflexão de caráter abstrato (FERNANDES, A1992, p.52).

> Podemos dizer que eles advogaram a causa de uma concepção burguesa da revolução educacional, porque eles pretendiam, por aí, ocupar os espaços de uma civilização que não tinha chegado no Brasil até o fundo de suas potencialidades. (FERNANDES, A1991, p.28).

> Em um grupo notável de pioneiros, a cuja influência e atividade devemos os processos recentes do nosso sistema educacional, [Anísio] sobressaiu-se por seu elevado e sincero idealismo, por sua devoção à causa da democratização do ensino e pela compreensão objetiva dos problemas centrais da educação no Brasil. (FERNANDES, A1966, p.560).

As epígrafes permitem situar o respeito e a admiração de Florestan pela geração dos "Pioneiros da Educação", especialmente com Anísio Teixeira[206] e Fernando Azevedo[207]. Mesmo representando o pensamento pedagógico burguês, esta geração teve um inestimável valor histórico, imaginação filosófica e, como reformadores, desceram à arena de luta para conferir centralidade à defesa da escola pública e, assim, civilizar a sociedade civil. Para Florestan (A1966, p.561) a

[206]As produções de Florestan sobre o Anísio foram: uma resenha do livro *Educação não é privilégio,* publicada no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* (13/7/1957) (FERNANDES, A1966); em 1989, em entrevista para a inauguração da série M*emória viva da educação brasileira* do MEC/INEP (FERNANDES, A1991), faz uma longa análise da importância de Anísio para a educação no Brasil, e publicou, em uma coletânea, o artigo *Anísio Teixeira e a luta pela escola pública*. (FERNANDES, A1992).

[207] Sobre Fernando de Azevedo, constam as seguintes publicações: *Fernando de Azevedo e a sociologia educacional no Brasil,* organização de dois artigos publicados no Jornal de São Paulo em 1946 (FERNANDES, A1966) e *Fernando de Azevedo: um autêntico reformista*. (FERNANDES, A1995c).

obra de Anísio "inaugura uma nova direção nas preocupações pedagógicas brasileiras, na qual a filosofia da educação aparece como disciplina síntese e de orientação crítica". Portanto, os Pioneiros foram interlocutores centrais no campo educacional: na luta em defesa da escola pública e nos cursos[208] e debates realizados no Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e no Centro Regional de São Paulo. Foi nesse espaço que Florestan avaliou projetos e exerceu a interlocução, inaugurada na segunda metade dos anos 1950, entre teóricos da educação e cientistas sociais.

Inclusive, após a recusa de Antonio Candido, Anísio Teixeira convidou Florestan para dirigir o Centro Regional de São Paulo. Mas ele não aceitou, por ter outras ambições na sua vida acadêmica e propôs que Anísio convidasse Fernando de Azevedo. De acordo com relato de Florestan, ele sugeriu trazer o Fernando de Azevedo ao Centro para apresentar-lhe o prédio e falar sobre a dotação financeira:

> ... doutor Fernando de Azevedo vai trabalhar no sentido de ver que se trata de uma atividade digna da competência dele e da sua capacidade criadora. E foi o que aconteceu. O Fernando de Azevedo, eu e Antonio Candido, subimos até aquela área, que era uma espécie de telhado; e no fim, Fernando de Azevedo aceitou, Anísio ficou feliz e o Centro produziu um trabalho criativo em São Paulo, suplementando a Faculdade de Filosofia e a Universidade de São Paulo numa área de pesquisa que jamais elas poderiam desenvolver por sua conta (FERNANDES, A1991, p.36).

Apesar de não assumir a direção do Centro Regional, Florestan dele participou em muitas atividades. Por exemplo, ao ser convidado para avaliar o projeto de organização do CBPE, explicitou a satisfação com tal iniciativa porque permitia articular pesquisa, teoria pedagógica e ação governamental, especialmente quanto à proposta de racionalizar a prática educacional. Para ele, "até, hoje, o que

[208] Celso Beisiegel relatou, em entrevista, que numa ocasião "o Florestan foi me pegar no grêmio na Faculdade de Filosofia para trazer para o Centro, e daquela fase em diante, eu fiquei trabalhando no Centro Regional. Durante algum tempo eu trabalhava nos cursos de Sociologia com o Florestan. O Florestan dava a parte teórica, e eu fazia parte do treinamento e pesquisa. Depois passei a auxiliar na coordenação da divisão de pesquisa do centro e acabei me vinculando mais ao Centro mesmo. Mas sempre fui visto no Centro, depois aqui na Faculdade de Educação da USP, como uma espécie de dimensão do Florestan, o homem do Florestan no Centro de Pesquisas e, depois, na Faculdade de Educação até que essas coisas foram se dissolvendo." Para Florestan, estes cursos ampliaram a extensão da universidade e a formação dos professores "de ensino médio no Brasil inteiro, levando para esses cursos os melhores professores com os quais poderiam contar, desenvolvendo programas de pesquisa de grande alcance." (FERNANDES, A1991, p.36).

nos tem faltado, exatamente, no terreno da orientação e da realização das reformas educacionais é o apoio nos dados da pesquisa científica." (FERNANDES, A1966, p.567). Florestan tinha esperança nos avanços e nos desdobramentos práticos desta interlocução[209].

No artigo sobre Anísio Teixeira, escrito em 1957, Florestan (A1966, p.561 ss) evidencia alguns aspectos da interlocução e do reconhecimento histórico do avanço educacional da produção e da ação reformadora de Anísio. Assim sendo, pode-se inventariar as seguintes contribuições de Anísio:

- inaugurou uma nova direção da teoria pedagógica e teve a Filosofia da educação como uma disciplina síntese[210];
- descreveu os problemas do sistema educacional e da escola utilizando uma perspectiva globalizadora na realização do diagnóstico, da análise da estrutura e do funcionamento do sistema, da formulação da política e da solução dos problemas. Para Florestan, no diagnóstico da situação da educação como privilégio social, Anísio chegou a resultados brilhantes[211];
- desceu, como os demais renovadores, à arena de luta para defender a educação pública e, por isso, sofreu intensas perseguições dos "interesses egoísticos e concepções tradicionais, que desfrutam do poder coativo. No setor da educação, em particular, muitas e poderosas são as forças que tentam silenciar as inteligências mais lúcidas. (FERNANDES, p.564).

O que explica a interlocução de Florestan com os teóricos da Pedagogia Nova é a centralidade da procura de alternativas para superar os dilemas educacionais na produção teórica e na ação prática de intelectual panorâmico. Assim, não se privou de enfrentar as condições concretas do debate teórico para tencionar as mudanças substantivas no horizonte intelectual do educador, reformador, teórico educacional ou estudante.

---

[209] No entanto, no tópico seguinte, descreve-se como a animação e a esperança não impediram que Florestan fizesse as críticas necessárias a alguns dos pressupostos da Pedagogia Nova.

[210] Saviani (C2007) situa as fontes que compõem a base da Pedagogia Nova: Lourenço Filho e as bases psicológicas; Fernando de Azevedo e as bases sociológicas e as reformas de ensino; Anísio Teixeira e as bases filosóficas e políticas da renovação escolar. A interlocução de Florestan foi com as duas últimas bases: a sociológica e a filosófica.

[211] A crítica de Florestan Fernandes à Pedagogia Nova teve centralidade nos encaminhamentos propostos e na falta de conhecimento da escola pública primária na realidade brasileira.

3.3.2) Florestan Fernandes e a crítica aos teóricos da Pedagogia Nova no Brasil: *Kilpatrick* e Counts

Na prática docente, Florestan exerceu diretrizes pedagógicas que evidenciam divergências teóricas com os preceitos filosóficos da Pedagogia Nova, especialmente na sua concepção de desenvolvimento intelectual; superação da improvisação na prática docente; ênfase nos conceitos básicos e no estudo dos clássicos e da teoria como instrumental de análise, conforme consta no item anterior. Nos diversos trabalhos que compõem a parte I e IV do livro *Educação e sociedade no Brasil* constam ensaios e resenhas que apresentam críticas a determinados aspectos da Pedagogia Nova. É recorrente, por exemplo, a afirmação da transplantação acrítica dos modelos educacionais da França e dos Estados Unidos, evidenciada na concepção de mudança de Kilpatrick e exaltação da "liberdade americana" como um modelo a ser copiado, assim como também sugere Counts em conferência ministrada no CBPE e depois publicada em livro. Neste tópico, interessa estabelecer contraponto e explicitar as críticas feitas por Florestan, em debate, às produções de Kilpatrick e de Counts.

A despeito de reconhecer o papel avançado e as contribuições de Dewey, Kilpatrick e Counts para a sociedade norte-americana, considerava que as produções destes teóricos norte-americanos alimentavam certas ambigüidades no debate educacional no Brasil e deixavam os educadores reféns de uma concepção abstrata e equivocada de *Mudança* educacional. A crítica às teses ambíguas de mudança de Kilpatrick deve ser relacionada com a crítica que Florestan fazia aos sociólogos norte-americanos que tinham um conceito formalista de 'mudança social'. Em depoimento, no início dos anos 1990, relata que, na década de 40: "Se falava muito do livro de Kilpatrick, *A Educação para uma civilização em mudança*. [...] logo critiquei essa fórmula [...] É preciso qualificar a mudança, que mudança nós pretendemos. É muito evasivo falar em uma civilização em mudança" (FERNANDES, A1991, p.33, destaque do autor). Nesta passagem, Florestan afirma que o fato de ter sido aluno das Ciências Sociais e professor de Sociologia do Conhecimento proporcionou-lhe base para formular críticas a essa concepção no campo educacional.

A noção de mudança social em Florestan está presente nos seguintes trabalhos: *Existe uma crise da democracia?* (1954)[212], *Atitudes e motivações ao desenvolvimento* (1959)[213], *Ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada* (1959)[214], *As mudanças sociais no Brasil*[215], *Mudança social e educação escolarizada* (1961)[216], *Reflexões sobre a mudança social no Brasil* (1962)[217] e *A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil* (1965)[218]. Em uma nota, Florestan esclarece que "todos os ensaios escritos pelo autor, depois de 1960, propõem-se como objetivo a interpretação de fenômenos da mudança social na sociedade brasileira, considerada isoladamente ou no contexto latino-americano." (FERNANDES, A1974b, p.19). Assim, o universo da especificidade do modo de produção capitalista nos países da região estava no horizonte teórico do autor.

Deste conjunto existem dois trabalhos em que Florestan explicita a crítica direta à concepção de mudança de Kilpatrick. O primeiro é o trabalho apresentado em 1959, e o segundo, o escrito em 1962. O primeiro foi apresentado no Centro Regional de Pesquisa de São Paulo e, portanto, é um ensaio de debate explícito com os teóricos da Pedagogia Nova. Foi possível observar, ao longo desta pesquisa, que Florestan, ao escrever em seus ensaios o termo "educação para uma civilização em mudança" ou "educação para mudança", sempre utilizou o recurso das aspas ou do destaque.

No trabalho apresentado em 1959, é manifesto que Florestan dialoga com a concepção de mudança e de ciência expressa por Kilpatrick. Ele, inclusive, chega a citar o nome deste autor quando propõe a necessidade de criação de uma disciplina síntese que pudesse "adaptar a educação aos recursos fornecidos pela

[212] Publicado em (FERNANDES, A1974b).
[213] Publicado em (FERNANDES, A1974b)
[214] Este trabalho foi publicado em edições prévias no ano de 1958 e depois apresentado em " Symposium sobre os Problemas Educacionais Brasileiros" realizado no Centro Regional de Pesquisa em 1959. Encontra-se publicado no livro *Ensaios de sociologia geral e aplicada* (1971) e na *Revista Brasileira de Estados Pedagógicos* de 1959.
[215] Este ensaio foi ampliado e não se sabe exatamente a data da sua produção (FERNANDES, A1974b).
[216] Publicado em (FERNANDES, A1966)
[217] Publicado em (FERNANDES, A1976)
[218] Publicado em (FERNANDES, A1968)

ciência e às exigências da civilização científica"(FERNANDES, A1971, p.169)[219]. Nesta proposta, critica a formação do educador cuja base é a informação através de uma concepção livresca apartada de "um autêntico ponto de vista científico"[220], que restringe a análise dos problemas educacionais. De acordo com Florestan:

> A disciplina de síntese, que o educador aprovaria, daria preeminência a modelos pré-científicos de aproveitamento do raciocínio prático e das descobertas das ciências. Tentativas do tipo da que Kilpatrick empreendeu, de construir uma 'filosofia da educação' fundada nos dados da ciência, ilustram razoavelmente essa afirmação (*op.cit*., p.170)

No ensaio de 1962, constam reflexões sobre a Campanha de Defesa da Escola Pública nas quais analisa a qualidade e os fatores das ações conservadoras com relação às inovações na realidade brasileira. Nesse artigo, ele explicita críticas às sugestões de Kilpatrick e à incorporação acrítica dessas teorias pelos educadores no Brasil. Para ele, na realidade brasileira, "há uma crescente confusão na idéia de que 'vivemos numa civilização em mudança'. Quanto mais nos aproximamos do padrão da civilização peculiar à Era Industrial, tanto mais nos acostumamos a um estilo de vida em que impera a instabilidade econômica, social e cultural" (FERNANDES, A1976, p.216).

Esta confusão, muitas vezes, tende a ocultar que não existe mudança social como valor em si mesmo, pois toda mudança pode produzir efeitos positivos ou negativos:

> Um dos melhores exemplos dos males que isso causa pode ser tomado à utilização de sugestões contidas em célebre livro de Kilpatrick, por educadores e estudiosos brasileiros. Ainda temos de enfrentar e resolver problemas educacionais graves e

[219] Numa outra passagem, nos anos 80, afirma que: "na época em que freqüentei a Faculdade de Filosofia, estava muito em moda um livro de Kilpatrick: *Educação para uma civilização em mudança*. É muito importante refletir sobre o título desse livro e o quanto ele é mistificador. [...] O debate que se travava dentro da universidade, por exemplo, a respeito daquele livro de Kilpatrick, era pobre. Cheguei a escrever im pequeno artigo em *Educação e Sociedade no Brasil*, no qual fazia certas ironias, o que foi mal recebido pelos pedagogos. Eram comentários muito sérios, mas envolviam ironias com endereços certos" (FERNANDES, A1989, p.165ss)

[220] Em passagem anterior, Pereira faz crítica à direção implementada pela Pedagogia Nova na formação de professores, pois não oferecia base teórica e empírica para o professor enfrentar a realidade das escolas primárias. Florestan afirma crítica à concepção livresca e sem base autenticamente científica da formação de professores.

> elementares, já superados nos Estados Unidos há muito tempo, para conseguirmos explorar as potencialidades dinâmicas da educação escolarizada, discutidas por aquele educador. No entanto, o procedimento posto em prática consiste, em regra, em tomar as sugestões válidas e operativas na situação educacional brasileira! O resultado fatal de semelhante orientação, repetida em outras esferas da vida, é bem conhecido: o desperdício improdutivo de vastas energias intelectuais. O que seria essencial atacar-se de imediato, deixa-se de lado; enquanto se concentra a mira em objetivos mais amplos com freqüência impraticáveis e até incompreendidos no meio ambiente (FERNANDES, A1976, p.217)

A alternativa para sair desta confusão supõe a instituição de mecanismos sociais que permitam o desenvolvimento dos seguintes aspectos: 1º) ampliação do horizonte cultural do homem comum[221] para oferecer subsídios e alterar a forma e o conteúdo da articulação com a civilização ocidental; 2º) esclarecimento intelectual que associe a perspectiva individual e a consciência social e 3º) "realismo crítico enraizado em atitudes inconformistas de significação positiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil". Neste aspecto Florestan explicita sua divergência na concepção de desenvolvimento econômico, que automática e espontaneamente produziria o desenvolvimento social. Para ele, o desenvolvimento não pode ser dissociado da democracia, que pressupõe luta de classes, interesses antagônicos e necessidade do realismo crítico enraizado em atitudes inconformistas. Sem dúvida, que este três aspectos foram preocupação constante para Florestan em sua ação docente e constituem-se como diretrizes centrais de sua contribuição educacional.

Cunha, M.V. (C2004), por exemplo, caracteriza Florestan como portador de discurso racionalista, opondo-o ao discurso indeterminado e criativo de Anísio. Transparece como crítica o fato de Florestan dar ênfase à racionalidade. No entanto, ao se analisar o interlocutor de Florestan, compreende-se que o texto de 1959 é de definição conceitual e de luta teórica com base na razão e na utilização da capacidade humana de melhorar e transformar a realidade. Para ilustrar os

[221] No próximo item será analisada a concepção de Florestan sobre ampliação do horizonte cultural e intelectual do jovem e do trabalhador, que é central em sua contribuição educacional.

fundamentos desta luta teórica no campo educacional, serão contrapostas, a seguir, algumas concepções de mudança de Florestan e Kilpatrick[222].

Em Florestan a proposta de definir conceitualmente a noção de mudança, além de se constituir como contribuição do cientista social à educação, tem relação com a interlocução crítica com o livro *Educação para uma civilização em mudança,* de Kilpatrick. Para entender a posição de Florestan no campo educacional, é preciso considerar as análises empreendidas no capítulo 3, pois ele teve como móvel do seu desenvolvimento intelectual a realidade brasileira e os enfretamentos por meio da luta teórica, necessária para implementar avanços na discussão científica[223]. Por isso, é essencial aprofundar a análise deste debate e compreender a contribuição específica de Florestan.

No livro de Kilpatrick, a concepção de mudança está presente nos três capítulos. No primeiro, a questão central é discutir "a natureza da civilização em mudança". No segundo, o autor descreve "O que a mudança reclama da educação" e, no terceiro, expõe, com base nos capítulos anteriores, a proposta da "Educação em novos fundamentos". No prefácio da edição de 1964, Lourenço Filho considera este um livro atualíssimo para o momento educacional brasileiro. Embora o autor reconheça que certas conclusões, ou a própria "tese geral de que a expansão do pensamento 'fundado na experimentação' condiciona o progresso humano" (p.10), devem ser discutidas.

Os resultados da pesquisa de Vidal (C2007) e o prefácio de Lourenço Filho demonstram como a proposta filosófica de Kilpatrick foi um dos fundamentos da Pedagogia Nova no Brasil, desde os anos 30[224]. Optou-se por contrapor alguns aspectos da concepção de Kilpatrick à concepção de mudança e ciência de Florestan para apreender os fundamentos da crítica à Pedagogia Nova.

---

[222] Na década de 1950, Kilpatrick e Florestan publicaram na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. O primeiro publicou o artigo "A filosofia da Educação de Dewey" em 1953 e Florestan, "A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada" em 1959.

[223] Estes enfretamentos teóricos resultaram das suas pesquisas que produziram avanços substanciais na discussão sobre o folclore, os tupinambá, os negros, o desenvolvimento do capitalismo, e, portanto, o confronto teórico na educação não poderia ser diferente.

[224] Atualmente é possível estabelecer algumas interlocuções entre a filosofia da mudança de Kilpatrick e a fundamentação das Pedagogias do Aprender a Aprender (DUARTE, C2001, C2003) ou do Neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (SAVIANI, C2007).

Para Florestan,

> A tendência a conceber a solução de problemas práticos como uma questão abstrata, como se a eficácia das atividades humanas apenas dependesse do domínio intelectual dos fins e dos meios, ainda hoje prevalece nos diferentes círculos dos 'homens de ação' [...] Os problemas e suas soluções são vistos de uma perspectiva que lembra, teoricamente, a mentalidade utópica do século XVIII; e, praticamente, o modelo pára-científico de utilização das descobertas das ciências pelos técnicos e inventores do século XIX. (FERNANDES, A1971, p.172).

Nesta passagem o diálogo é com os autores da Pedagogia Nova no Brasil, que concebiam a solução dos problemas educacionais abstratamente e sem a devida vinculação com a realidade. Por isso, Florestan teve o objetivo de oferecer um sistema de referência empírico, teórico e prático para ampliar os horizontes da perspectiva utópica na educação. Tal sistema foi desenvolvido na parte I e IV do livro *Educação e sociedade no Brasil*, e também, encontram-se aspectos deste nos trabalhos desenvolvidos por Luiz Pereira.

No início do artigo, Florestan afirma ser essencial a precisão conceitual no debate sobre mudança cultural provocada, porque o desenvolvimento científico, a industrialização e as possibilidades inauguradas com o planejamento na área educacional requerem maior complexidade. Na realidade complexa do capitalismo monopolista, especialmente a da incorporação dos países de capitalismo dependente, a mudança espontânea é inócua, sem resultados efetivos e não responde a todas as dimensões dos dilemas inaugurados com o advento da sociedade de classe. A mudança espontânea não consegue, por si mesma, instaurar as mudanças requeridas no campo educacional, especialmente com a situação de dependência econômica e a redução da educação à herança do passado como *status* de classe reatualizada na sociedade de classe, sob dominação autocrática burguesa. Florestan, assim, distingue-a da mudança cultural. Para ele:

> o que distingue a mudança cultural provocada da mudança cultural espontânea, portanto, não é o conteúdo intencional dos processos que as produzem, mas a maneira pela qual ele é elaborado. Assim, na primeira espécie de mudança, o conteúdo intencional adere a um horizonte cultural que confere aos agentes humanos a possibilidade de escolher fins alternativos ou

> exclusivos e de pô-los em prática através de meios que assegurem, no mínimo, controle racional desencadeamento e das principais fases do processo. (FERNANDES, A1971, p.171).

A mudança tem de ser provocada, pois esta concentra na sua elaboração um mínimo de controle racional da totalidade social que requer ser transformada. Ademais, o enfretamento dos dilemas educacionais exige intervenções racionais baseadas no planejamento para inserir no horizonte intelectual dos agentes humanos a capacidade de antecipação, de escolha e intervenção do Estado, pois o espontaneísmo só favorece a lógica do mercado e a manutenção do privilégio.

A filosofia que crê no futuro e na evolução positiva da sociedade brasileira, como supõem muitos teóricos da educação, tem seus pressupostos nos argumentos do liberalismo na Europa e nos Estados Unidos, pois estes países conseguiram, no período de formação e consolidação do modo de produção capitalista, exercer tarefas educacionais criativas que beneficiassem, minimamente, o conjunto da população. Os fundamentos teóricos de Florestan nestas análises têm relação com o conceito de revolução burguesa e suas especificidades históricas.

Na mudança cultural provocada, Florestan trabalha com a responsabilidade dos agentes humanos, pois através desta mudança estes podem optar, prever e regular as transformações propostas. Sendo assim, a educação é um problema social[225], mas é também, um " mecanismo de preservação ou de difusão de tais conhecimentos e técnicas ou, principalmente, como influência formativa do horizonte cultural, que fez da mudança provocada um recurso adaptativo essencial da civilização científica e tecnológica." (FERNANDES, A1971, p.171).

A educação como problema social é a prova das limitações da sociedade de classe, mas, de outro lado, é também uma forma de influenciar na formação do horizonte cultural. A mudança provocada deve ser um recurso de adaptação, não às demandas das indústrias, mas à civilização científica e tecnológica. Cabe ressaltar dois pontos: primeiro, a concepção dialética de educação, ou seja, educação como problema social e, também, como possibilidade de ampliar o horizonte intelectual e

[225] Mas adiante será trabalhada a noção de educação como problema social e dilema educacional. Ambos têm relação com as dificuldades de realização plena das bandeiras burguesas em uma sociedade de classe.

cultural dos agentes humanos. Segundo, Florestan relaciona educação aos aportes científicos e tecnológicos da sociedade moderna.

Destacam-se, assim, algumas características da mudança cultural provocada em Florestan: 1º) ação intencional para que exerça influência no conjunto da sociedade; 2º) capacidade de ordenar as atividades para intervir da melhor forma na realidade; 3º) instrumentos para prevenir abstratamente os fins, os meios e as condições de intervenção. Podem-se constatar, na Sociologia aplicada e no conceito de mudança cultural provocada, indícios da categoria "revolução dentro da ordem" sistematizada mais tarde pelo autor, conforme análise empreendida no terceiro capítulo.

Por outro lado, na Filosofia proposta por Kilpatrick, a mudança é considerada como algo moderno, positivo, acumulativo e, por isso, "precisamos, então, desenvolver um ponto de vista novo e criar um sistema educativo correspondente, que tome na devida consideração o fato da mudança sempre crescente" (KILPATRICK, C1969, p.40). Em uma outra passagem, afirma que a mudança é natural e acumulativa:

> Enquanto a civilização for estável e os homens movidos pela curiosidade como agora, o pensamento baseado na experimentação irá se acumulando. E o acervo, cada vez maior, desse pensamento significará descobertas cada vez mais numerosas no domínio científico [...] Se, por conseguinte, a civilização permanecer estável e a curiosidade não diminuir, tornar-se-á cada vez mais rápida a proporção da mudança (*op.cit*., p.35)

Em Florestan, a mudança cultural provocada permite a ação humana para intervir na realidade e superar os obstáculos que têm suas raízes no jogo dos interesses sociais, ou seja, estão em disputa e articulada à luta de classes. Kilpatrick expõe a mudança como crescente e à educação cumpre o papel central de reconhecer este fato para garantir a sobrevivência da civilização. Para este último, a mudança não está relacionada à sociedade concreta e nem a interesses de classe

específicos, ao contrário, a educação, a produção científica e a garantia da estabilidade da ordem capitalista são requisitos centrais para que a mudança ocorra de forma contínua e rápida.

Kilpatrick põe ênfase no pensamento baseado na experimentação que exige um novo programa da escola "como sucessão de experiências escolares, adequadas a produzir, de forma satisfatória, a contínua reconstrução da experiência" (*op.cit*, p.84). Neste processo, o central são os interesses do aluno e cabe ao professor apenas auxiliar, pois o futuro é incerto e a direção educacional depende da necessidade e interesse de cada jovem. Para o desenvolvimento deste pensamento, o autoritarismo externo deve desaparecer e há o sentimento de que tudo vai mudar queiramos ou não e "e*sse fator é o pensamento baseado na experimentação,* ou, de modo geral, o desenvolvimento da ciência e de suas aplicações à atividade humana". (KILPATRCIK, C1969, p.16).

De acordo com Kilpatrick, a mudança exige da educação: 1) a nova geração deve pensar por si própria, 2) crítica à escola tradicional, 3) ciência como experimentação, 4) compreensão educativa da nova situação, 4) necessidade do ensino científico, 5)espírito crítico, 6) especialização, 7) agregação, 8) integração social e 9) atender às demandas da democracia[226].

A primeira exigência reflete sobre a necessidade de levar a nova geração a pensar por si mesma, o que impõe à antiga geração abrir mão do controle, pois deve propiciar a liberdade de pensamento e de atitude aos mais jovens.

> Em meio dessa situação nova, de mudança sempre crescente, não se poderá, ainda que se queira, adivinhar o que as nossas crianças carecerão de pensar. Portanto, segundo a filosofia da mudança e de sua ética conseqüentemente, os que atuam estão de posse da autoridade, não têm direito de controle. Nosso dever é tão absoluto de preparar a nova geração a crer que ela pode e deve *pensar por si mesma*, ainda que a respeito de certos pontos, seja para corrigir e rejeitar as nossas próprias conclusões. (KILPATRCIK, C1969, p.45).

Kilpatrick propõe que a nova geração possa pensar por si mesma, visto que o futuro é algo indefinido. Para ele "temos de enfrentar um futuro desconhecido, em

[226] Não serão analisadas as nove exigências, mas alguns aspectos que permitem explicar a interlocução crítica contida no texto de Florestan.

mudança tão rápida como até agora ainda não foi sentida. Daí a necessidade correspondente de que os alunos aprendam a adaptar-se a uma situação, que nós, professores, apenas parcialmente podemos vislumbrar." (*op.cit*, p. 75). A concepção de futuro em Kilpatrick é pessimista, imprevisível e de adaptação ao capitalismo. O futuro desconhecido e a necessidade de adaptação vinculam a educação à lógica do capital, que valoriza o presentismo, pois tudo que interessa está no hoje e no agora da sociedade de mercado.

De outro lado, para Florestan, a diretriz de ampliação do horizonte cultural e intelectual do homem exige uma outra relação entre as gerações e uma função diretiva da escola. Há uma contradição frontal desta concepção com a filosofia de mudança de Kilpatrick. Ao analisar a formação da juventude na realidade brasileira, Florestan dá centralidade à necessidade de conhecimentos que orientem a nova geração.

> Inexiste a preocupação de esclarecer os jovens com referência às obrigações e aos direitos dos cidadãos em uma democracia [...] Isso faz com que a ação educativa espontânea, na preparação dos jovens para a vida seja inócua ou tendenciosa. Por isso a escola precisa ser ajustada para intervir nesse setor e nele desenvolver os adestramentos necessários. De um lado, para ministrar de forma homogênea e universal, no seio da sociedade brasileira, um conjunto de conhecimentos indispensável à socialização dos imaturos, considerados como membros individuais de uma comunidade política nacional. De outro lado corrigir os efeitos das pressões ideológicas exercidas inevitavelmente pelos adultos sobre os mais jovens, em circunstâncias diversas, por causa de suas convicções ou dos seus interesses. (FERNANDES, A1974, p.111).

Cabe destacar alguns aspectos. Florestan trabalha com a concepção de que não há neutralidade na formação dos homens, portanto, ação espontânea é tendenciosa e existem pressões ideológicas de uma geração sobre outra, especialmente numa sociedade de classes sociais e com interesses antagônicos com dilemas sociais aprofundados no capitalismo dependente. Portanto, não se trata de meros conflitos entre gerações e sim de interesses sociais. Para Florestan o futuro deve ser construído pela mudança provocada através do planejamento, ou seja, o futuro na sua concepção é afirmativo e supõe a construção da sociedade democrática organizada através de uma sociedade nacional e, para isso, a

escolarização propiciará os "adestramentos necessários"[227] reconhecendo os interesses de classes. Para Florestan, a escola pública financiada pelo Estado deve propiciar patamar teórico e científico para universalizar as referências necessárias à socialização intelectual e política dos mais jovens.

Observa-se a discordância metodológica na conceituação de mudança e de futuro. Por exemplo, na prática docente de Florestan e nos seus escritos educacionais, a luta teórica exige ênfase no desenvolvimento intelectual e na superação da improvisação no fazer pedagógico. No estudo dos clássicos, ele objetivava dar um ponto de partida e de referência para o desenvolvimento intelectual autônomo[228], portanto, para Florestan, a função da escolarização e da docência pressupõe uma ação diretiva e de implementação das bases de formação da nova geração[229].

---

[227] A partir da influência da Pedagogia Nova, que apresenta muitos enunciados de forma abstrata de sacralização da vontade e do desejo do aluno, a noção de adestramento de Florestan causa incômodo. No entanto, cabe situar que, neste ensaio de 1954, o eixo central não é a questão educacional, mas a temática da democracia na realidade brasileira. A concepção de adestramento tem relação com o sistema de referência que a escola e a própria estrutura social da sociedade brasileira têm de propiciar à geração mais nova. Para Florestan, no Brasil constituiu-se uma inércia cultural patrocinada pela concepção liberal no capitalismo dependente que impõe, através da dominação autocrática, o esvaziamento dos papéis formativos dos partidos e anula os partidos que organizam "os de baixo", como aconteceu com o PCB que foi cassado no pós-ditadura do Estado Novo. Desta forma, "as medidas que foram tomadas, mesmo nos períodos de maior ebulição política e administrativa, que se sucederam à Revolução de 30, não eram de molde a promover as inovações que se faziam socialmente necessárias. O Estado ficou divorciado da Nação, se não em bloco, o que seria impossível pelo menos em diversos setores, de importância vital para a existência e a sobrevivência do Brasil como comunidade política. Os progressos alcançados pela chamada legislação trabalhista ou pelas tendências a fomentar certos desenvolvimentos econômicos, no plano da produção industrial e agrícola ou no da assistência a zonas de pauperismo, mal atingiram os efeitos desejados e, até, algumas vezes chegaram a agravar os problemas." (FERNANDES, A1974b, p.103). Interessa reter o sentido da direção que Florestan confere à escolarização, que é oposta à concepção de Kilpatrick.

[228] Em Kilpatrick, a civilização em mudança requer um novo programa da escola e neste há um combate explícito contra o planejamento escolar e os estudos dos clássicos. Segundo ele, "a existência de um programa de matérias, de antemão fixado, tanto restringe a ação do professor, como limita a dos alunos. Em suas velhas e mais extremadas formas, esse programa se prestou admiravelmente à preservação do *statu quo* e à criação de disposições convenientes [...] Os estudos clássicos e matemáticos bem se combinavam nesse objetivo. Neles, a mudança não desempenhava papel de valor real." (KILPATRICK, C1969, p.85).

[229] Conforme observação na tabela 1, no primeiro capítulo, Florestan, no livro *Brancos e Negros em São Paulo,* dá uma contribuição central à distinção entre "projeto de estudo" e "projeto de pesquisa". Embora esteja considerando a área da Sociologia, os procedimentos científicos servem para a área da educação. E, também, oferece argumentos para um dos fundamentos da filosofia de Kipaltrick, ao considerar a escola como espaço de experimentação e de pesquisa de acordo com as necessidades dos alunos.

Encontram-se, nas reflexões de Florestan sobre mudança cultural provocada na educação, dois aspectos: 1º) as possibilidades abertas pela ação planificada e 2º) o papel dos trabalhadores neste processo. O planejamento é um mecanismo que permite uma intervenção organizada e consciente no enfretamento dos dilemas educacionais. Na discussão do planejamento, a referência é Karl Mannheim e a concomitância de revolução (capitalista e socialista). Assim sendo, salienta:

> As alternativas de mudanças, configuradas na cena histórica brasileira, obrigam-nos a tomar posições claras e firmes diante do que o futuro poderá reservar-nos, através da consolidação da ordem social competitiva ou da emergência de uma ordem social planificada. Torna-se cada vez mais imperioso que o indivíduo comum disponha de conhecimentos sobre os mecanismos da vida social organizada e que eles sejam bastante sólidos para suportarem as convicções profundas a respeito do que seria melhor – a livre competição ou a planificação social. [...] Para muitos, as compensações oferecidas pela ordem social competitiva convertem-na numa espécie de 'aspiração sagrada'. Para outros, os ideais democráticos da justiça apontam a ordem planificada como a única saída de sentido progressivo. (FERNANDES, A1976, p.234-235)

Ao reivindicar a intervenção racional, através do planejamento educacional, ele tem no horizonte a noção de época histórica, que o permite reconhecer, nos trabalhadores e na sua vanguarda operária, condições e interesse de classe para aprofundar a dupla função da educação: desenvolvimento intelectual e cultural a fim de oferecer subsídios para se optar sobre o tipo de desenvolvimento social. Para Florestan, o planejamento "significa utilização da inteligência humana na previsão do futuro previsível e na realização de ajustamentos racionais ás eventualidades emergentes ou no controle destas." (*op.cit.*, p.235). Mais uma vez trata-se de o agente humano tomar a direção do processo, pois o planejamento permite "determinar quais as nossas necessidades coletivas, e, dentro da estrutura de nosso sistema governamental e econômico, ajustar sua satisfação aos recursos e meios que sejam acessíveis." (*op.cit*, p.235).

Por outro lado, na temática da mudança provocada, Florestan reconhece os sujeitos que têm condições e interesses de exigir do Estado as diretrizes desta intervenção na realidade.

> Entre todas as camadas sociais, só os trabalhadores sindicalizados possuem interesses sociais que os levem a encarar a educação de uma perspectiva utilitária e prática, bem como a exigir a extensão das oportunidades educacionais a todos os brasileiros, sem nenhuma exceção de qualquer espécie mesmo no que se refere à instrução de nível superior e especializada. [...] Ele quer a educação *para alguma coisa*. De um lado, a educação que prepare o homem para a vida, isto é, que dê a si próprio e a seus filhos a capacidade de agir com plena eficácia, responsabilidade e consciência sociais como seres humanos. De outro, a educação que seja capaz de auxiliar o Brasil a superar as condições de atraso econômico, social e cultural, incorporando-o de fato nas tendências de desenvolvimento da civilização industrial e científica. (FERNANDES, A1966, p.404-05).

Em uma intervenção de atividade da Campanha de Defesa da Escola Pública, Florestan conclama os "trabalhadores e principalmente os operários sindicalizados, que formam a vanguarda política do Povo brasileiro, a modificar a estratégia seguida até o momento. Cumpre sair às ruas com a bandeira da educação popular e com a palavra de ordem da defesa da escola pública." (FERNANDES, A1966, p.410). Por isso, ele reconheceu e saudou a pesquisa realizada por Luiz Pereira em um bairro operário, pois esta traduziu as expectativas dos trabalhadores e trouxe à tona os dilemas educacionais de uma escola concreta.

Na Filosofia da Educação, para uma civilização em mudança, Kilpatrick vê a escola como via de compensação para o trabalhador.

> Cada operário fica, para usar de uma imagem clara, como que metido dentro de um sulco estreito, que o limita. Compete, pois, à educação velar para que ele não viva na estreiteza correspondente a essa limitação da vida profissional. Quanto menos satisfatórios forem a vida e o pensamento de uma pessoa, no exercício de sua atividade profissional, tanto maior deve ser o prazer que o resto de sua vida lhe possa proporcionar. A escola precisa encaminhar o seu trabalho por duas vias de compensação. A própria especialidade deve ser encarada, em si mesma, e nas relações que mantém. Desse modo, será necessário conhecer do interesse especial do indivíduo, para que possamos fornece-lhe também os pontos de vistas capitais à contemplação de sua vida, em todas as múltiplas conexões (*op.cit.*, p.50)

Para Florestan são os trabalhadores que têm condições de romper a fratura que existe na sociedade de classes, enquanto para Kilpatrick, a especialização da

indústria impõe limites ao operário. Como na filosofia deste autor não há perspectiva de futuro e nem de ruptura com a ordem que insere o operário "dentro do sulco estreito", a alternativa é através da educação e da escola compensar os limites da vida profissional e buscar nesta a superação da fragmentação que a sociedade burguesa produz. Estes limites devem ser compensados para que o trabalhador tenha prazer nos demais aspectos da vida.

O fato é que, em ambos os autores, a educação é fator de adaptação, e a industrialização e a sociedade de classes requerem mudanças e causam problemas sociais. Segundo Kilpatrick (*op.cit.*, p.50), a civilização em mudanças reclama da educação novos fundamentos que permitam oferecer, dentre outros, "pontos de vista capitais à contemplação de sua vida, em todas as suas múltiplas conexões, a fim de que possa unir uma parte dela à outra, formando um todo relacionado". A educação torna-se o lugar de contemplação da vida e de espaço de integração do indivíduo cindido pela ordem burguesa, ou seja, o conhecimento acumulado e o desenvolvimento intelectual são secundarizados.

O ponto principal em Florestan é: "adaptar a educação aos recursos fornecidos pela ciência e às exigências da civilização científica representa a tarefa de maior urgência e gravidade." (FERNANDES, A1971, p.169). Isto vai permitir a formação do horizonte intelectual e cultural do homem. A ênfase para o autor não é o que a sociedade quer da escola, mas sim o que o pensamento científico requer da escola. As demandas da vida moderna têm vinculação com a educação, mas a escola, acima de tudo, deve operar com os recursos fornecidos pelo conhecimento científico e não ser uma agência adaptativa para amenizar a alienação que a ocupação profissional produz no trabalhador.

A educação como problema social, na sociedade de classe, marca mais uma das diferenças da concepção educacional de Florestan com o fundamento da Pedagogia Nova de Kilpatrick. A educação como problema social e os conseqüentes dilemas educacionais podem ser traduzidos em duas ordens contraditórias de condições e de fatores.

> Primeiro, no plano da consciência racional dos fins, dos meios e das condições ideais para pô-los em prática: a natureza abstrata do

> saber científico-positivo ou dos raciocínios baseados em sua aplicação favoreceu a acumulação rápida de conhecimentos sobre os alvos que devem orientar, racionalmente, a ação humana nestas esferas. Segundo, no plano da consciência social dos fins, dos meios e das condições ideais para pô-los em prática: o grau de secularização das atitudes e de racionalização dos modos de perceber ou de explicar o mundo revelou-se insuficiente para criar, acima das diferenças de interesses e de valores grupais, alvos coletivos de aproveitamento racional das potencialidades sócio-culturais da ciência aplicada e da educação. (FERNANDES, A1971, p.180).

Para Florestan, falta articulação entre o que teoricamente se tem definido como alvo (plano da consciência racional) e a ação prática, que termina por atender aos interesses de uma classe (plano da consciência social). Neste processo de desarticulação, os educadores não tiveram controle de decisão nas escolhas educacionais, pois a contribuição destes ficou restrita ao plano da consciência racional, e a sociedade de classes minou as condições de realização dos ideais democráticos. Estes dilemas só poderão ser enfrentados à medida que os recursos, os objetivos racionais e o sistema social estejam articulados. Entretanto, não se trata de "uma fé racionalista", que tudo pode resolver, como supõem alguns pesquisadores. Para ele "as vias racionais só são dinamicamente construtivas quando o processo educacional corresponde a necessidades percebidas no plano da consciência social" (FERNANDES, A1971, p.186).

Kipatrick joga centralidade no plano da consciência racional (no caso mudança filosófica) sem preocupar-se com a articulação com os recursos, segundo ele:

> é de inteligência, de educação e caráter que mais carecemos; é disso que precisamos todos. Para chegar a tal desiderato, uma mudança de filosofia parece representar a nossa única esperança. Essa mudança interessará à própria aquisição de valores reais para as fileiras dos educadores. Mais que os proventos materiais, uma melhor filosofia atrairá homens e mulheres de energia e caráter, para que a educação, despida de preconceitos, realize a sua tarefa ingente. (KILPATRCIK, C1969, p.92).

Florestan, ao analisar a contradição entre a democracia e o sistema de classes, evidencia indícios do novo arcabouço que estava em formação. Na filosofia da Pedagogia Nova, a democracia é alardeada como a conquista maior da

"sociedade industrial", pois, de acordo com Kilpatrick, a democracia é "o característico mais saliente da civilização moderna. [...] Devemos salientar, porém, que fazer da democracia uma condição de êxito, não é tarefa fácil. [...] Há um modo de a escola ensiná-lo: a escola precisa praticá-lo." (*op.cit.*, p.54-55).

Em passagem anterior, Kilpatrick afirma a democracia junto com outras duas tendências da vida moderna (uma nova atitude mental e a industrialização). A tendência democrática representa, sobretudo, a vida moral, ou seja, a conceituação de democracia para este autor envolve algumas dimensões.

> Não devemos empregar esse termo apenas para designar uma forma de governo. O movimento é mais amplo. Várias idéias elementares se reúnem para construir um conceito geral. A mais profunda talvez seja aquela de que *cada indivíduo deva figurar como uma pessoa e assim ser tratado.* Em segundo lugar, o mundo, suas instituições, seus recursos, são dos homens e existem para o homem, para desenvolvê-lo e servi-lhe de expressão. Finalmente, como o homem só vem a ser homem *em sociedade,* cada qual deve desenvolver-se, exprimir-se de tal forma que, da própria expressão, resulte simultaneamente o desenvolvimento e a expressão de todos. Nenhum homem capaz deverá ficar à margem. [...] Tal como deve ser concebida, a democracia é um esforço para fundar a sociedade num princípio moral: a cada um deve oferecer-se oportunidade de desenvolvimento e expressão individual simultânea, até o ponto máximo em que isso seja possível. A despeito das ditaduras, do proletariado ou do capitalismo, a despeito do egoísmo monopolizador, onde quer que ele se encontre, parece razoável dizer-se que o homem não se satisfará permanentemente com qualquer regime social que negue, fundamentalmente, a democracia. A tendência é por demais profunda. Qualquer medida social que não se baseie na justiça é de equilíbrio instável. *A democracia oferece, por isso, o único programa que pode ter apoio permanente.* (KILPATRICK, C1969, p.278)

Florestan tem posição teórica divergente da concepção de Kilpatrick. Para ele, a contradição entre a realização da democracia e o sistema de classes da sociedade capitalista é histórica e compõe a falta de articulação entre as duas contradições centrais, ou seja, entre a consciência racional e a consciência social. Esta falta de articulação é fruto da ação, das escolhas humanas e tem como conseqüência, no caso brasileiro, a consolidação de uma sociedade de classes que toma como diretriz pedagógica a concepção de privilégio, que impossibilita a

democratização das oportunidades educacionais[230]. Esta análise demonstra divergência teórica substantiva entre Florestan e a base filosófica da Pedagogia Nova da década de 1950, especificamente a de Kilpatrick.

No período após a consolidação da categoria revolução, a concepção de mudança tem relação explícita com a dinâmica da luta de classes. Assim, para Florestan, a mudança nunca é neutra e nem eternamente positiva e acumulativa, pois pressupõe interesses e valores de classe. Ademais, na análise do tipo da mudança educacional implementada, urge que o educador considere três aspectos. São eles:

1º) a mudança é uma realidade política situada em uma dada realidade histórico-social, portanto não existe mudança em abstrato ou considerada de forma evasiva e sem chão histórico;

2ª) o ponto de partida de implementação de qualquer mudança pressupõe posição política de classe, ou seja, o seu marco inicial pode ser a miséria e o enfrentamento da exploração ou a riqueza e a preservação da ordem. Não há neutralidade no processo de mudança e nas inovações educacionais decorrentes deste;

3º) toda mudança é alimentada por posições que almejam transformações ou que produzem resistências às mudanças, no entanto, em ambas, está relacionada a posição de classe. No texto de 1959, ele já explicita este aspecto quando afirma que "além dos obstáculos opostos às inovações necessárias, pelo jogo dos interesses sociais ou pela estrutura rígida das instituições educacionais." p.169);

O debate com a produção de George S. Counts encontra-se em uma resenha do livro *Educação para uma sociedade de homens livres na era tecnológica* escrita por Florestan em 1959 para o Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* e, posteriormente, publicada na parte IV do livro *Educação e sociedade no Brasil*. Antes de compreender as críticas de Florestan, de acordo com a segunda chave de leitura, "a obra: contexto e conteúdo", impõe-se situar o livro de Counts

[230] No novo arcabouço teórico, quando Florestan analisa a especificidade da dominação burguesa no Brasil, denomina-a dominação autocrática burguesa, ou seja, é uma dominação que impõe a hegemonia e o interesse estatal de apenas uma classe.

na realidade brasileira e explicitar por que Florestan incluiu esta resenha na parte IV do seu livro.

O CBPE organizou uma série de conferências denominadas 'Educação e Sociedade', com objetivo de anualmente convidar educadores brasileiros ou estrangeiros. O ano de 1957 iniciou a série tendo como convidado o professor Counts do Teacher´s College, Columbia University que, segundo Anísio Teixeira, era um dos grandes intelectuais da época. Em 1958, as conferências foram publicadas pelo INEP/CBPE em edição bilíngüe, com uma breve nota introdutória de Anísio Teixeira e prefácio de Gustavo Lessa. O livro encontra-se organizado em quatro partes: 1ª) Uma fé racional na Educação*;* 2ª) A educação e a revolução tecnológica*;* 3ª) A Educação e os Fundamentos da liberdade e 4º) O espírito da educação americana. As partes evocadas por Florestan na resenha são da primeira conferência "Uma fé racional na Educação".

No Prefácio de Lessa constata-se o teor panfletário na exaltação da produção de Counts, especialmente quando este critica a sociedade soviética e defende a liberdade na sociedade norte-americana[231].

A resenha de Florestan insere-se na parte IV do seu livro porque nesta ele organizou pequenos textos que tiveram como objetivo: ampliar o horizonte intelectual do educador na cena brasileira e os limites da educação importada dos Estados Unidos e da Europa (no tópico seguinte serão sistematizados estes dois objetivos). Assim, Florestan trabalha com o universo de valores desta filosofia

[231] Uma observação é que a escrita do prefácio e a realização da Conferência de Counts se deram após o XX Congresso do Partido Comunista da União Sociética (PCUS), em fevereiro de 1956, onde Nikita Kruschev apresentou um relatório explicitando várias acusações à direção de Stalin à frente da União Soviética.Neste prefácio, Lessa cita várias passagens sobre sua avaliação deste relatório, e também explicita um anticomunismo, no que diz respeito à educação e à concepção de liberdade na União Soviética. Escreve ele sobre o episódio do XX Congresso: "Assim, o Guia Supremo da esquerda totalitária nada sofreu. Pelo contrário, morreu no fastio da glória. Só no ano passado o mais poderoso de seus sucessores ousou trazer a sua memória à barra do tribunal do partido" (p.ix). Mais adiante repete os argumentos americanos da Guerra Fria "eis que uma das maiores e mais poderosas nações do mundo, dispondo de inesgotáveis recursos materiais e humanos, está sendo preparada técnica e espiritualmente para o domínio do mundo. Este é o desafio da educação soviética, tal qual ele o percebeu" (p.xi) e concorda com Counts que cabe aos Estados Unidos "as maiores responsabilidades, pois as riquezas de seu solo, o trabalho e a energia de seus filhos o colocaram numa situação ímpar de recursos e de poder" (p.xi). Portanto, encontra-se um anticomunismo associado à glorificação da sociedade e liderança internacional norte-americana. Próximo a este período, Florestan estará aprofundando as duas faces de penetração dos Estados Unidos na América Latina, sobretudo depois da revolução cubana, quando da instauração da Guerra Fria na região.

importada em duas dimensões: problematização na realidade brasileira e explicitação de seus pressupostos ideológicos e filosóficos, por isso questionará a forma apologética de Counts sobre o padrão de liberdade norte-americano como modelo a ser seguido.

Na conferência de Counts, constam dois aspectos similares à concepção de Kilpatrick e que divergem da prática docente e dos escritos sobre educação de Florestan, são elas: primeiro a nova geração deve seguir o seu caminho naturalmente, pois a criança deve atingir a maturidade através "de um processo de geração espontânea ou de íntimo desabrochar, que o mundo adulto, através dos seus estabelecimentos educacionais, deve apenas proteger e fomentar." (COUNTS, C1958, p.12). Segundo, é a crítica ao papel formativo dos clássicos. De acordo com o autor, "esses clássicos, por mais preciosos que sejam, não podem ser considerados, sem as devidas reservas, os melhores produtos do espírito humano." (COUNST, *op.cit.*, p.14).

Counts reconhece que o advento do rápido desenvolvimento econômico e social da União Soviética, especialmente a enorme expansão escolar, exigiu que a sociedade norte-americana revisse a fé na educação como uma escada para o progresso da civilização, ou seja, a educação como sinônimo de mudança, progresso humano, democracia, começa a ser problematizada, pois "tendemos a indentificá-la com a democracia e o progresso humano, sem compreender, clara e positivamente que há uma educação adequada para cada sociedade ou para cada civilização e que uma forma, conveniente para uma pode destruir a outra (COUNTS, *op.cit.*, p.5). Para o autor, a educação organizada, e sua expansão, "destinava-se a prevenir catástrofe. Em verdade, em grau bem elevado, a educação, entre as guerras, foi realmente a ama seca ou a parteira da catástrofe. Isso constitui a verdade óbvia e confessada no caso dos Estados totalitários." (*op.cit.*, p.8) Mais adiante, afirma que "em todo o mundo, a educação, quer deliberadamente, quer não, ajudou a trazer sobre a humanidade os desastres que por pouco não destroem o melhor da civilização. Na pior das hipóteses, não se destinava, nem pela concepção, nem pela prática, a se opor ao rápido avanço da catástrofe." (*op.cit.*, p.8). Na discussão sobre Estados totalitários, as referências são o surgimento do fascismo e o desenvolvimento do socialismo na União Soviética. Para ele, a URSS é

um Estado totalitário como os Estados da Itália e da Alemanha do período da II Guerra Mundial. A realidade pós-Guerra propiciou exemplo histórico de que "a educação é verdadeiramente uma força de grande poder, mas que seja boa ou má depende, não das leis da aprendizagem, mas da concepção de vida ou da civilização que exprime." (*op.cit*., p.9).

Florestan, na resenha, considera que o autor norte-americano versou sobre questões óbvias em suas palestras e que tem confiança moderada na educação liberal. O sentido moderado tem relação com a conclusão de Counts de que a educação não é positiva em si mesma, mas que está articulada com as concepções de civilização da sociedade onde está inserida. A fé na educação como escada para o progresso humano, portanto, parecia abalada. Florestan ressaltou algumas passagens e nelas concentrou suas críticas:

1º) questionou a transferência de responsabilidade à educação organizada, para explicar as disputas que levaram à II Guerra e à Guerra Fria, ou seja, explica estes conflitos pelo viés da educação, inclusive no caso da União Soviética. Counts afirma que, neste país, pela educação organizada, é estimulado o ódio de classe à nação norte-americana[232].

2º) questionou o que seria a "Sociedade de homens livres", alardeada nas conferências. Para Florestan, este tipo de questão é essencial para o educador não "se converter, pura e simplesmente, em instrumento dócil de defesa de interesses sociais, disfarçados atrás da fórmula 'educação para a democracia', o educador tem o dever de separar, de maneira clara, os alvos que o animam das contingências ou 'dilemas' inerentes ao funcionalmento dos sistemas em países democráticos" (p.613). Para ele, Counts utiliza recursos apologéticos na defesa do "estilo de vida americano";

3º) recolocou a crítica recorrente que faz à Pedagogia Nova no Brasil, defendendo a necessidade de a importação educacional estar articulada com uma visão crítica e alicerçada na realidade cultural brasileira. Desta forma, recomenda aos professores: "ponderação é necessária, mesmo naquilo em que a educação moderna

[232] No livro organizado pela editora vinculada ao PCB, *A Educação norte-americana em crise,* na introdução ou, por exemplo, no artigo do pedagogo soviético Gontcharov, existem várias passagens que destacam professores organizados que enfrentaram a repressão do governo norte-americano.

possa ser vista de forma geral e abstrata." (FERNANDES, A1966, p.614). Esta ponderação Florestan manifestou no seu fazer científico, ao longo da sua produção, pois, embora reconheça a universalidade da produção científica, não a desvincula dos interesses de classe e não se furtou a estabelecer diálogo com a realidade brasileira, pois estes elementos são centrais para o desenvolvimento intelectual e a produção autônoma.

3.4- A contribuição de Florestan para a construção da Pedagogia crítica: fundamentos pedagógicos, referências teóricas, valores para ampliar a filosofia democrática e implicações educacionais da categoria revolução.

Neste item serão inventariados os aspectos centrais das contribuições de Florestan. Eles oferecem elementos para uma pedagogia crítica à sociedade de classes. Será analisado o conceito de educação como problema social e, também, as noções de dilema social, desenvolvimento cultural e intelectual do homem, tendo como material de pesquisa: 1º) os ensaios que propõem oferecer um sistema de referência para fundamentar as discussões educacionais; 2º) as resenhas que oferecem um arsenal de valores para ampliar o horizonte intelectual dos educadores, especialmente quanto às fronteiras da "filosofia democrática da educação importada da Europa e dos Estados Unidos" e 3º) bibliografia onde são observadas as implicações educacionais da categoria revolução.

3.4.1) Fundamentos pedagógicos do universo teórico de Florestan: Referências teóricas e valores para ampliar a filosofia democrática transplantada

> Florestan Fernandes realizou estudos sistemáticos sobre todos os graus de escolarização [...]. Estudos contendo balanços, apontando impasses, apresentando soluções, percorrendo fontes estatísticas, discutindo problemas, sugerindo novos temas para ampliar a discussão [...] Também são importantes as questões propostas sobre o impasse social da reconstrução pedagógica ou sobre os problemas envolvidos no processo de inovação cultural. (NAGLE, B1987, p. 188).

Esta epígrafe permite sintetizar a contribuição de Florestan a partir de sua interlocução crítica com a Pedagogia Nova e de artigos que oferecem um *conjunto de referência empírico e teórico nas discussões dos problemas educacionais* e *do arsenal de valores para alargar a filosofia democrática importada*.

A fim de proporcionar elementos para essa diretriz crítica, e o conseqüente alargamento intelectual do educador, Florestan organizou o livro *Educação e sociedade no Brasil* em quatro partes. Aqui se optou por trabalhar apenas a primeira e quarta parte de seu livro, porque:

> Na primeira parte, estão os estudos que possuem maior alcance sociológico, pois permitem considerar empiricamente a situação do ensino no Brasil, analisa em termos quantitativos e qualitativos, e aprecia objetivamente a natureza da nossa herança educacional [...] Doutro lado, este conjunto de trabalhos fornece o *sistema de referência* empírico e teórico das discussões de nossos problemas educacionais. [...] A quarta parte reúne pequenos trabalhos sobre temas que apresentam certa atualidade, ou por dizerem respeito à formação do horizonte intelectual dos educadores, ou por referirem à cena histórica brasileira. O arsenal de valores que deve alimentar as concepções dos educadores tem atraído limitado interesse [...] torna-se imperioso alargar as fronteiras da *filosofia democrática da educação* que importamos da Europa e dos Estados Unidos (FERNANDES, A1966, p.XVII e XX).

Florestan esclarece que os ensaios foram produzidos para atender a objetivos de naturezas diferentes e estão localizados "no plano histórico-social em que se desenrolam as atividades organizadas e conscientes dos agentes humanos que intervêm nos processos educacionais, como estes se estruturam na sociedade brasileira." (*op.cit*., p.XVII).

A referência ao plano histórico-social permite situar sua produção[233] no movimento da história, especialmente na realidade do capitalismo no Brasil e nos grandes debates do período, tais como: os problemas de desenvolvimento econômico, o imperialismo, a revolução brasileira, conforme análises que constam no capítulo três desta Tese.

Em relação às idéias pedagógicas, havia, de um lado, o predomínio da Pedagogia Nova e, de outro, a intervenção governamental nas políticas educacionais que manteve a educação como privilégio social[234]. Em um diagnóstico educacional, elaborado com dados do ano de 1959, Florestan afirma:

> Como e enquanto realidade histórico-social, o Estado tem encarnado, no Brasil, as valorizações e as aspirações educacionais de círculos humanos fortemente ligados ao 'antigo regime' senhorial e às concepções correspondentes de uma *educação aristocrática,* para as elites. [...] São recentes as investidas contra essa orientação estreita do Estado na definição de sua política educacional e pode dizer-se, com segurança, que elas ainda não produziram os frutos desejáveis, isto é, novos padrões para a nossa filosofia educacional e para a reconstrução, que se impõe, do sistema nacional de ensino. (FERNANDES, A1966, p.21).

Embora a ação governamental tenha propiciado a expansão escolar nos diferentes níveis de ensino, o Estado brasileiro não cumpriu seu papel republicano[235], pois sua intervenção teve por base "medidas e valorizações

---

[233] Conforme a segunda chave de leitura: "o contexto e o conteúdo da produção" para compreender os debates e as contingências históricas na produção do autor é central situá-los na realidade histórica.

[234] O livro de Anísio Teixeira intitulado *A educação não é privilégio* (1953) impressionou Florestan, especialmente pelo diagnóstico brilhante apresentado pelo autor. No artigo *A democratização do ensino* (FERNANDES, A1966, p.123 ss.), ele destaca os seguintes capítulos 2, 3, 6 e 7 do livro de Anísio.

[235] Mas tarde Florestan constatará que sob o capitalismo dependente não é possível o Estado cumprir as promessas educacionais da república, pois estamos na época da burguesia classe dominante que, para garantir seu poder, tornou-se contra-revolucionária. A alternativa é tencionar a revolução dentro da ordem, ou seja, ampliar todas as possibilidades dentro da ordem burguesa

educacionais patrimonialistas, mais ou menos desfavoráveis a uma política de educação autenticamente democrática." (FERNANDES, *op.cit*., p.21).

Ao relacionar o plano histórico-social com os processos educacionais, constatam-se implicações educacionais que são indícios da categoria revolução. Primeiro, a centralidade na realidade do capitalismo no Brasil e nos seus dilemas sociais. Segundo, a questão da importação de modelos educacionais da França e dos EUA e a ausência de articulação destes com as especificidades da educação no Brasil[236].

Florestan reiteradamente define a educação como problema social e analisa os dilemas educacionais na realidade brasileira.

> a educação tornou-se um 'problema social' em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais, à ordem social democrática, à ciência e à tecnologia científica [...] O regime de classes sociais trouxe consigo uma nova representação dos direitos fundamentais do homem, da dignidade do trabalho e da fruição do poder econômico, político ou social[...] Está claro que todas essas condições só vêm sendo satisfeitas em parte, nas sociedades que tendem para a *civilização tecnológica e industrial* moderna. Mesmo nos países mais ricos e bem-sucedidos a esse respeito, a realização dos diferentes requisitos da preparação do homem para a vida tem encontrado sérias limitações. Formaram-se, assim, os 'dilemas educacionais', que traduzem as inconsistências das instituições educacionais e dos sistemas de ensino em face da ordem econômica, política e social da *sociedade de massa*. (FERNANDES, A1966, p.101-102, destaque da autora).

.

Florestan, ao estudar a educação entre os Tupinambá, explicita que nesta sociedade integrada "não existe fonte de alienação social do homem [e este] pode se

---

para criar oportunidades da revolução contra a ordem. Entretanto, este não é um papel exclusivo da educação. A educação é um elemento-chave neste processo quando oferece condições de ampliação do horizonte intelectual do trabalhador para que este tenha uma posição ofensiva na luta de classes.

[236] Cabe registrar que para Florestan "a evolução política do Brasil apresenta algumas dinâmicas constantes, todas elas dotadas da mesma significação. Uma delas, talvez, a mais característica, se mostra na tendência de assimilar modelos de organização da ordem legal, elaborados nos 'países politicamente mais adiantados'. Essa tendência constitui uma herança necessária das condições coloniais de formação do povo brasileiro. Inevitável durante todo o período colonial e na curta fase de equiparação a Portugal, impôs-se por outras razões, que não podemos examinar aqui, no decorrer do Império e da República." (FERNANDES, A1974b, p.95) Mais adiante destaca que o problema central não é a transplantação em si, mas é preciso compreender as situações econômicas e sociais que favorecem sua perpetuação, a temática do imperialismo e da dominação autocrática burguesa sob a dupla articulação, o que permitiu a Florestan explicar os mecanismos e o porquê desta escolha que propicia a perpetuação da transplantação acrítica.

desenvolver plenamente, nos limites da interação de suas possibilidades psico-orgânicas com os ideais de existência do meio." (FERNANDES, A1966, p.151). Em comparação, pode-se afirmar que a educação como problema social é inerente à sociedade capitalista, desenvolvida ou subdesenvolvida, pois nesta subsiste um sistema de alienação que mitifica e fragmenta a compreensão da função da "propriedade privada, a separação entre trabalho, capital e terra, troca e competição, valor e desvalorização do homem, monopólio e competição – e o sistema de dinheiro." (MARX, C1983, p.90)[237].

Nos países subdesenvolvidos, a alienação que afasta o trabalhador de sua vida-espécie é intensa e produz padrões de formação e preparação das novas gerações que aprofunda o fosso entre o proclamado e o realizado nas instituições. À medida que na sociedade burguesa é proclamado o direito de igualdade para todos os cidadãos, e não são propiciadas condições a todos, instauram-se restrições ao processo de educação e formação dos homens, especialmente dos trabalhadores e de seus filhos e nas instituições educacionais públicas.

De um lado, essa dicotomia constitui a educação como problema social. De outro, a limitação na função educativa manifesta-se no modo como a sociedade de classes organiza os sistemas de ensino e as instituições educativas. Os dilemas educacionais, geralmente, ocorrem porque os sistemas educacionais e a escola não estão em articulação com a dinâmica da sociedade, ou seja, eles não assumiram os novos alvos educativos presentes na base econômica e na organização político-administrativa. Para Florestan, dois aspectos são centrais nesta discussão, especialmente quando se têm como parâmetro as revoluções burguesas clássicas.

[237]De acordo com Marx (C1983), existem quatro aspectos da alienação do trabalhador: 1º) a relação do trabalhador com os produtos de seu trabalho (alienação como resultado) (p.93); 2º) a relação do trabalhador com a produção (alienação como processo de produção, dentro da própria atividade produtiva, auto-alienação) (p.94); 3º) o trabalho alienado também afasta o trabalhador de sua *vida-espécie,* sua objetividade real como ente-espécie ('a consciência que o homem tem de sua espécie é transformada por meio da alienação, de sorte que a vida espécie torna-se apenas meio para ele') (p.97); e 4º) 'Uma conseqüência direta da alienação do homem com relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital e à sua vida-espécie é que o *homem é alienado* por outros *homens*. Quando o homem se defronta consigo mesmo, também se está defrontando com *outros* homens. (p.97).

> Para funcionar e expandir-se normalmente, a ordem social democrática requer a universalização de conhecimentos e de comportamentos que assegurem a atuação responsável do homem em assuntos de interesse coletivo, bem como a formação de personalidades ajustadas ao estilo democrático de vida, em particular no que concerne à consciência e à forma de lealdade a interesses, valores e objetivos sociais de processos políticos, administrativos ou político-administrativos. A ciência e a tecnologia revolucionaram, por sua vez, as bases materiais e morais da existência humana. Elevaram, simultaneamente, o padrão de conforto e o nível de aspiração do homem, fixando alvos completamente novos para o processo educacional. (FERNANDES, A1966, p.101).

Neste aspecto, Florestan utiliza o mecanismo, presente em seus escritos da Campanha de Defesa da Escola Pública, de "crítica moral" a partir das exigências e das promessas históricas da burguesia. Neste artigo, escrito em 1960, havia um otimismo quanto às potencialidades dos avanços científicos e tecnológicos, acreditava-se que poderiam revolucionar os processos educativos como ocorreu com as bases materiais e filosóficas da sociedade capitalista, especialmente nas esferas econômica e político-administrativa, centrais ao pleno desenvolvimento do capital.

No segundo aspecto, as inconsistências produzem os dilemas educacionais na realidade brasileira sem ocasionar inquietação e manifestações de luta para a reconstrução educacional, seja em termos reformistas ou revolucionários, como ocorreu em países capitalistas (revolução clássicas) e socialistas.

> No Brasil, malgrado as condições adversas à implantação e à utilização eficiente das modernas técnicas educacionais, a reação societária a essa espécie de dilema cultural continua a ser fraca, intermitente e confinada. A rigor, só os especialistas que cuidam dele, na maioria das vezes de modo assistemático, sem intuitos práticos definidos e com moderada ou nula ressonância nos demais círculos sociais. Em média, o 'homem de ação' abstém-se de pensar e de intervir no curso dos 'problemas educacionais brasileiros', apegando-se a técnicas ou a valores educacionais obsoletos e restringindo-se à análise das deficiências mais flagrantes das escolas ou da rede de ensino (FERNANDES, *op.cit.*, p.102)

Este cenário de alienação ou descompromisso social foi uma preocupação central nas análises de Florestan e tornou-se uma das justificativas para o seu

empenho na Campanha. Ele percorreu diferentes espaços sociais debatendo o malogro da LDB para a educação pública e popular. No entanto, um dos saldos positivos da Campanha foi ampliar para diferentes setores da sociedade a discussão da educação como problema social.

Ao especificar no que consiste o dilema educacional brasileiro, Florestan oferece vários indícios da implicação educacional do novo arcabouço já em processo, especialmente quanto à situação de dependência e a face interna que articula o novo e o velho, aprofundando o desenvolvimento desigual. Para ele, o problema educacional é gravíssimo, pois foi resultado da herança colonial (antigo sistema escravocrata e senhorial) que recebeu "uma situação de dependência inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que transformavam a educação sistemática em símbolo social dos privilegiados do poder dos membros das camadas dominantes." (FERNANDES, A1971, p.192).

Primeiro, a situação de dependência da estrutura econômica tem conseqüências desastrosas devido à devastação das áreas com potenciais e à expansão desordenada dos centros de industrialização que acentuam o desenvolvimento desigual e geram problemas sociais profundos. Segundo, o sistema republicano nasce articulado ao velho regime oligárquico, o que propicia instituições políticas em enorme desacordo com as representações de direitos da sociedade de classes. A educação como direito é usurpada pela concepção da educação como privilégio e como *status* social de apenas uma classe. Suas análises pressupõem que os processos educacionais resultam das escolhas humanas (situação de dependência) que compõem a estrutura da sociedade brasileira (articulação do velho com o novo) e produzem dilemas educacionais específicos[238].

Ele considera utópico propor alternativas educacionais sem compreender a estrutura da sociedade de classes no Brasil e sem especificar objetivamente os contornos empíricos dos dilemas educacionais. Nesta especificação, Florestan recomenda "delimitar bem um campo de estudos e atacá-lo em profundidade, para

[238] Compreender o 'drama' do dilema educacional brasileiro é um indício da categoria revolução em Florestan Fernandes, pois a especificidade do capitalismo dependente exige conhecimento dos dilemas da realidade educacional brasileira.

se adquirir uma autêntica visão científica da realidade". (FERNANDES, 1960 *apud* PEREIRA, C1960, p.16).

No prefácio do livro *A escola numa área metropolitana* de Luiz Pereira[239], destaca que esta é uma contribuição positiva e pioneira à educação.

> Sua contribuição toma como unidade de investigação uma comunidade operária de áreas altamente industrializadas do país. Podemos, por isso, contar com um sistema de referência empírica e prática muito produtivo. Como opera a escola primária num bairro proletário? Como é valorizada a educação escolarizada no horizonte cultural de uma população heterogênea e em processo incipiente de classificação profissional na sociedade industrial? Quais são os obstáculos psico-sociais e sócio-culturais que vêm impedindo, no interior das próprias escolas, o ajustamento das instituições escolares às necessidades educacionais do meio social ambiente? Perguntas como essas são respondidas com rigor e segundo as normas do método científico; de modo a aproveitar à teoria sociológica, ao conhecimento concreto da 'realidade educacional brasileira' e às ambições práticas, de pôr termo a deficiências e a insuficiências crônicas de nossas instituições educacionais. É certo que as conclusões só são válidas para o caso particular analisado. Mas, como afirmou com propriedade um dos examinadores, a focalização também vale para outros casos, independente do grau de analogia, pois a descrição apanha o próprio *'drama'* da escola primária brasileira (FERNANDES, 1960, *apud*, PEREIRA, 1960, p.17).

Este trabalho de Luiz Pereira estuda uma escola pública primária concreta através da descrição e análise conceitual dos diversos aspectos sociais e econômicos do entorno da escola e de seu interior. De acordo com Florestan, este tipo de contribuição sociológica proporciona o conhecimento positivo da situação educacional brasileira e permite que o educador, o reformador educacional e o teórico da educação tenham condições de conceber um sistema de referência

[239] Na entrevista à autora, em 2006, Celso Beisiegel, afirmou: "Luiz Pereira se inspirou muito nesta espinha dorsal da análise da escola dada pelo Antonio Candido [...] a bibliografia que o Luiz vai utilizar para desenvolver aquele mestrado vem do contato com o Florestan, das leituras que ele foi fazendo em função desses contatos com Florestan. Depois o Luiz escreveu "O magistério primário numa sociedade de classes", e é um livro que saiu também com um outro título: "professor primário metropolitano". [...] O Luiz recebeu recursos do programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Darcy Ribeiro, pra fazer esse trabalho [...] e ali é a vinculação ao Florestan, ali a Sociologia já é muito marcante. [...] O Luiz foi o primeiro sociólogo da educação do grupo [...] embora a cadeira de Sociologia I já viesse produzindo coisas nesta área, o próprio Florestan já tinha escrito muita coisa sobre educação naquele período. O Luiz é mais um sociólogo que naquela primeira fase da sua atividade se concentrava em pesquisa sociológica na área da educação.

empírico, téorico e prático para apreender o próprio 'drama' da escola primária no Brasil. Um aspecto deste drama é que a moderna pedagogia acabou articulando-se com a concepção tradicional na escola normal e na escola primária.

Como afirma Pereira, a Pedagogia Nova concentrou a difusão dos seus fundamentos na formação dos professores na escola normal, e o que se constata é que o educador ao chegar à escola pública toma "uma espécie de choque da realidade [...] provindo, na sua opinião, do desajuste do ensino das escolas normais às reais condições materiais de funcionamento das escolas primárias onde começaram a trabalhar. Acabaram por seguir 'as professoras com mais práticas', desempenhando as suas atividades segundo moldes 'antiquados.'" (PEREIRA, *op.cit.*, p.145)[240].

Pereira explica que a pedagogia moderna na formação docente articula-se com a concepção educacional tradicionalista.

> Na sua fundamentação, nesses cursos, em geral deixa-se de apelar para critérios racionais e invocam-se motivos de ordem tradicionalista: as modernas formulações pedagógicas são defendidas como mais humanitárias; o princípio consubstanciado na frase 'educação integral' perde significação de um alargamento da esfera de socialização a ser promovida pela escola e adquire o sentido de um trabalho filantrópico desenvolvido por esta agência. [...] Em outras palavras, em vez de consistirem numa força de oposição às concepções de teor patrimonalista acerca do magistério e da escola primária, os valores e normas da pedagogia moderna como que se fundem com estas, dando-lhes fundamentação teórica e contribuindo para a sua persistência. Ao que parece, esse processo aculturativo resulta da fase atual do desenvolvimento de nossa sociedade, menos urbanizada e mais rigidamente estratificada do que os meios sociais onde mais se elaboram as formações pedagógicas que importamos (as sociedades norte-americana e francesa). (PEREIRA, *op.cit.*, p.143).

[240] Saviani (C2007, p.444ss) levanta a seguinte questão: " Naquele momento, na virada dos anos de 1970 para os anos 1980, como o professor pensava a sua prática educativa" (p.444). A sua resposta tem semelhanças com as análises de Luiz Pereira. Saviani responde a sua questão da seguinte forma: "pode-se dizer que ele tinha uma cabeça escolanovista. Devido a predominância da influência 'progressista' nos cursos de educação, o professor absorveu o ideário da Escola Nova [...] Com essa formação e armado de bons propósitos, o professor dirigia-se à classe superlotada de alunos [...] Eis, pois, o primeiro ato do seu drama: sua cabeça era escolanovista, mas as condições em que teria de atuar eram as da escola tradicional. [...] O drama do professor não termina aí. O segundo ato começa quando despencaram sobre a exigências da pedagogia oficial. Ele deveria ser eficiente e produtivo" (p.445)

No entanto, este não era um problema específico da escola primária, pois, na universidade conglomerada, por exemplo, o ensino tradicional ministrado na formação dos profissionais liberais foi reduzido ao símbolo de *status* social. O conhecimento da profissão se dava, de fato, nos espaços de trabalho do profissional, ou seja, há um padrão educacional na universidade, na escola, e nas demais instituições-chave que consideram a formação como privilégio dos mais capazes e forma de *status* social. Ademais, estas instituições tinham sido "inseridas [...] em ambientes que não foram previamente trabalhados, de maneira extensa e profunda, pelas necessidades intelectuais vinculadas à educação formal." (FERNANDES, *op.cit*., p.549, destaque da autora). Portanto, na estrutura da sociedade, o desenvolvimento intelectual no espaço educativo, nos diferentes níveis, foi secundarizado pelo saber prático e pela procura do *status* social.

A noção de desenvolvimento cultural e intelectual do homem comum é chave na contribuição de Florestan para educação. Em primeiro lugar, esta noção tem relação com as diretrizes implementadas em sua prática docente, na qual teoria e direção pedagógica cumprem papéis centrais. O ensaio em que constam as reflexões sobre esta noção foi escrito no ano de 1962, período em que o mundo estava em ebulição: na América Latina têm-se os influxos dos êxitos da revolução cubana e, no Brasil, apesar do governo vacilante de João Goulart, a sociedade passava por uma experiência crucial, uma revolução dentro da ordem que foi interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Portanto, a noção de desenvolvimento cultural e intelectual deve ser compreendida tendo a luta social e a educação escolarizada como referências, pois interessa, nas reflexões de Florestan, oferecer contribuições porque "é preciso preparar-se o povo para um regime econômico, social e político no qual as opções em face dos padrões de integração da 'civilização devem ser orientadas pelos interesses básicos da coletividade e pelos valores sociais que fazem da 'consciência comum' numa democracia (FERNANDES, A1976, p.223).

O investimento que Florestan empreendeu como publicista, na elaboração e organização dos projetos editoriais (nos anos 1970) e demais atuações no campo da educação, visava à luta política, e, ao mesmo tempo, desejava contribuir para alargar o horizonte intelectual pela afirmação de princípios subjugados na

sociedade de mercado, especialmente nos seus escritos de divulgação dos clássicos da sociologia e do socialismo. A ênfase na ampliação do desenvolvimento intelectual é uma diretriz permanente na contribuição teórica à educação em Florestan.

> Toda pessoa adulta, qualquer que seja sua situação econômica, posição social ou grau de instrução, precisa ser posta em condições de praticar as referidas opções, de acordo com os interesses e com os valores sociais de que compartilhe. Isso significa: alargar e melhorar as faculdades de percepção, consciência e manipulação dos problemas práticos do meio, principalmente através da educação escolarizada e da propaganda. (FERNANDES, A1976, p.223).

A educação escolarizada, por intermédio do conhecimento teórico referente a cada nível de ensino, tem condições de oferecer elementos que contribuam na desalienação diante dos problemas práticos e na orientação das opções políticas necessárias para assegurar o atendimento dos interesses essenciais da coletividade. No entanto, esta desalienação, para desenvolver seu potencial revolucionário, deve estar articulada a quatro condições essenciais: 1º) criar "canais reguladores de expressão das novas atitudes, motivações e aspirações" (*op.cit*., 223); 2º) "impedir a perversão do uso institucionalizado pelos grupos localizados nas posições dominantes da sociedade" (*op.cit*., p.223); 3º) "é preciso fomentar a invenção e a utilização de técnicas sociais abertamente voltadas para o controle ativo das forças sociais do ambiente pelo homem. Certos dilemas da nossa civilização jamais serão corrigidos pelo comportamento coletivo espontâneo" (*op.cit*., p.224); e 4º) "dotar o sistema organizatório da sociedade global de meios que assegurem seu ajustamento normal às opções da maioria, por profundas que sejam as repercussões nos padrões de integração social do sistema civilizatório vigente." (*op.cit*., p.224).

Para Florestan, portanto, não há desenvolvimento intelectual do homem apartado das condições de existência. A educação escolarizada é central neste processo, mas ela não é auto-suficiente e não se pode expandir no vácuo apartada das condições materiais e das disputas sociais.

Cabe reter que a educação, em todos os níveis, não deve reproduzir a vida no espaço institucional como recomenda a filosofia da mudança de Kilpatrick, mas

oferecer condições de desenvolvimento intelectual. Essas condições pressupõem o formação básica e estudo dos clássicos, a ênfase na teoria articulada como o desenvolvimento cultural, permitindo, ao estudante, a desalienação quanto às opções de busca da superação dos dilemas sociais na realidade do capitalismo dependente no Brasil.

A preocupação de articular a teoria pedagógica com as condições estruturais da sociedade brasileira e a proposta de estudar a realidade para elaborar um sistema de referências expõe mais um dos aspectos do debate crítico com a Pedagogia Nova no Brasil e com os Pioneiros da Educação, especialmente na recusa à importação acrítica dos modelos educacionais.

> Tomou-se por assentado que, constituídas as escolas, seus fins seriam fatalmente atingidos; e que a sociedade brasileira encontraria, assim, a senda que lhe abriria o caminho do progresso. No entanto, os fins das instituições e as necessidades sócio-culturais do ambiente são elementos que não podem ser dissociados do modo de resolver os problemas ligados à estrutura que elas devem ter ou ao rendimento que elas precisam proporcionar. Tais questões foram omitidas, como se as escolas fossem auto-suficientes ou pudessem expandir-se no vácuo. Em conseqüência, os modelos de educação formal, importados da Europa ou dos Estados Unidos, não foram submetidos a uma crítica seletiva, que relacionasse as inovações educacionais empreendidas às exigências da situação educacional brasileira. (FERNANDES, *op. cit.*, p.549, destaque da autora).

A questão de fundo para Florestan, quanto à importação de modelos educacionais, é que a sua apropriação deve ser crítica, criativa e pressupõe entender objetivamente os seguintes aspectos da sociedade de classes no Brasil: quais as bases da nossa sociedade de classe? Por que a manutenção de um horizonte obsoleto nesta ordem social? Por que o meio social reage pouco aos dilemas educacionais? Esta última questão, por exemplo, foi preocupação constante e reaparece em artigos diferentes, pois "em média o 'homem de ação' abstém-se de pensar e de intervir no curso dos 'problemas educacionais brasileiros', apegando-se a técnicas e valores educacionais obsoletos e restringindo-se à análise das deficiências mais flagrantes das escolas ou das redes de ensino." (FERNANDES, A1966, p.102).

Como explicar e resolver o dilema educacional resultante da ação governamental, que expandiu as escolas sob um padrão elitista e como privilégio social? O problema não pode ser circunscrito à critica aos métodos e às práticas filosóficas da Pedagogia Tradicional, pois a escola não é auto-suficiente e este padrão é externo e vai além do espaço escolar.

Florestan complementa este debate crítico com a Pedagogia Nova ao afirmar que as inovações educacionais importadas devem recorrer ao realismo e à eficácia.

> Nem o 'Manifesto dos Pioneiros da Educação' de 1932, contribuiu para corrigir essa anomalia, responsável pela falta de realismo e de eficácia de nossas reformas educacionais. Naquele manifesto, os educadores brasileiros tomaram consciência do triângulo *escola – fins da educação formal – necessidades sócio-culturais do ambiente,* mas de forma abstrata. Os problemas foram definidos em termos por assim dizer 'teóricos' (no bom sentido da palavra), sem que se tomasse em conta a variedade e a natureza das forças que vinham afastando a escola de seus alvos ideais universais, tanto quanto das necessidades específicas dos vários extratos e segmentos da sociedade brasileira (FERNANDES, *op.cit.*, p.549)

A crítica de Florestan à teoria como abstração era realizada aos mestres estrangeiros que lecionavam na Faculdade de Filosofia da USP e, portanto, vê-se uma coerência teórica entre os escritos sobre educação e sua prática docente. A cobrança do conhecimento das forças sociais na realidade brasileira foi um ponto central na produção de Florestan, que pode ser comprovado nas pesquisas sobre os Tupinambá, os negros, a burguesia e o proletariado.

> ainda nos encontramos na contingência de defender uma orientação crítica, que permita superar as limitações de uma herança intelectual obsoleta. O educador brasileiro precisa refazer seu arsenal de idéias básicas, para ajustá-lo às descobertas das ciências educacionais e das ciências sociais ou aos recursos da tecnologia científica. A nossa confiança no poder da educação formal não se alterou, em substância. Contudo, ela se tornou mais objetiva e precisa, despojando-se dos elementos utópicos, que situam a escola num pedestal que não existe. Em face da situação brasileira, já nos podemos representar, de modo realista, as condições que são favoráveis à transplantação pura e simples dos modelos europeus ou norte-americanos de educação formal. (FERNANDES, *op.cit.*, p.549, destaque da autora).

Florestan não centraliza sua crítica apenas na herança da escola tradicional, mas a dirige à totalidade social que abrange a forma como os homens organizam-se na economia e na política. No caso brasileiro, a classe dominante burguesa, após anos de expropriação do negro, não se preocupou em oferecer condições para sua integração à sociedade de classe. Por outro lado, a função da oligarquia como dinamizador do modo de produção capitalista permitiu a manutenção da visão de mundo estamental da sociedade colonial.

A diretriz crítica proposta por ele deve refazer o arsenal de idéias básicas do educador para ampliar seu desenvolvimento intelectual e seus valores. Florestan emprega, em vários artigos, a palavra *arsenal* associada a *idéias,* a *valores*. O dicionário da língua portuguesa apresenta as seguintes acepções para arsenal: *Conjunto edificado, com armazéns e dependências para fabricação e/ou guarda de munições e petrechos de guerra. Fig. Lugar onde há muitas armas. 3. P. ext. Fig. Grande porção; série, porção; conjunto.* Florestan não escolhe as palavras de sua produção a esmo, estas são elaboradas e têm sentido preciso. Portanto, ao empregar *arsenal de idéias, valores*, acentua o potencial de arma teórica e explicita seu perfil de lutador também nos escritos educacionais, conforme observação de Miguel Urbano Rodrigues (B2004). A centralidade da luta teórica em Florestan tem relação com as reflexões de Lênin e no campo educacional deve chegar às escolas e aos educadores para que estes possam expandir suas idéias com base nos avanços das ciências da educação, das ciências sociais e dos recursos tecnológicos e científicos[241].

[241] Em um artigo escrito para o *Jornal do Brasil*, em 1989, Florestan oferece outros elementos sobre a centralidade da escola e da sala de aula na formação da juventude (embora a conjuntura histórica deste artigo seja diferente dos anos 1950 e 60, cabe deixar registrado o ponto de chegada de Florestan nesta discussão). Para ele, a preocupação central na construção da nova LDB é que esta possa gerar uma educação escolarizada "fincada na escola e nucleada na sala de aula. Não basta remover os 'excessos' de centralização, que substituem a relação pedagógica pela relação de poder. É preciso construir uma escola auto-suficiente e autônoma, capaz de crescer por seus próprios dinamismos. Conferir à sala de aula a capacidade de operar como o *experimentum crucis* da prática escolar humanizada, de libertação do oprimido, de descolonização das mentes e corações dos professores e alunos, de integração de todos nas correntes críticas de vitalização da comunidade escolar e de transformação do meio social ambiente." (FERNANDES, A1989, p.23). Portanto, o central que a consciência social traduza na lei os instrumentos para que a estrutura do Estado crie condições para o desenvolvimento de escola autônoma e crítica.

A concepção de educação como problema social e as noções de dilema educacional, de desenvolvimento cultural e intelectual constituem as diretrizes que permitem compreender o inventário do *conjunto de referência empírico e teórico nas discussões dos problemas educacionais* e *do arsenal de valores para alargar a filosofia democrática importada*. Na tabela 7, podem-se observar os ensaios que constam na primeira parte e na tabela 8 estão os ensaios e resenhas da parte quatro constantes do livro *Educação e sociedade no Brasil*.

Tabela 07
Referências Teóricas e Empíricas à educação

Ano	Título	Objetivos	Contribuição
1951	*Notas sobre a educação na sociedade Tupinambá*	Notas de aula e publicado em 1964 pelo CRPE	Este ensaio está organizado como último capítulo e é um ponto de comparação entre uma sociedade com dilemas educacionais e uma sociedade integrada, que não tem fonte de alienação, e, por isso, *consegue mobilizar e aplicar os recursos educacionais de que dispõe*.
1960	*Balanço da situação atual do ensino*	Relatório para a comissão de problemas econômicos do II Congresso Sindical da Escola Pública	O primeiro mostra um diagnóstico e análise da situação do ensino nos diferentes níveis. O segundo apresenta a conceituação da educação como problema social e de dilema educacional e o terceiro é um texto de uma atividade da Campanha, em que relaciona a expansão do ensino com a temática da democracia na sociedade. Quando analisa a realidade brasileira, considera central a universalização das oportunidades educacionais, pois a educação como privilégio (aqui a interlocução é com Anísio Teixeira) tem reflexos em dois setores vitais: 1º) o desenvolvimento desigual mantém o grau de diferenciação e organicidade do sistema nacional e 2º) as oportunidades educacionais concentram-se em determinadas regiões (p.127). Por isso, é preciso uma intervenção planejada para enfrentar os dilemas.
	A educação como problema social	Publicado em *Comentários*	
	A democratização do ensino	Texto apresentado na I Convenção Estadual de Defesa da Escola pública	
1961	*Mudança social e a educação escolarizada*	Aula inaugural na Universidade do Ceará	Neste ensaio novamente o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira é considerado, mas para ele a educação não pode esperar resolução deste para se tornar um direito de todos, por isso é necessário um programa

			deliberado de intervenção na realidade. Florestan reclama a baixa consciência social diante dos dilemas educacionais, mas tem esperança no papel do inconformismo estudantil neste processo.
1961 (?)	*A crise do ensino*		Neste ensaio analisa alguns aspectos do inquérito público orientado por Fernando de Azevedo e demonstra otimismo e esperança em relação ao momento histórico. Faz a crítica do tipo de padrão de inovação educacional que é o investimento em um nível de ensino, como, por exemplo, a Faculdade de Filosofia, concluindo que este propiciaria correção nos demais. Neste ponto faz crítica explícita à concepção de Fernando de Azevedo sobre o que faltou para que a mudança educacional proposta pela faculdade de Filosofia não desse certo. Propõe a intervenção no sistema educacional em todos os níveis e como política nacional.
1962	*Problemas da juventude*	Discurso de paraninfo	O inconformismo juvenil possui um dinamismo central para ampliar a consciência social dos dilemas sociais e das bandeiras que propiciem o bem-estar da coletividade. Florestan, neste discurso, vê com esperança o período de transição por que passa a sociedade brasileira.
1963	*A escola e a ordem social*	Conferência no Centro Universitário de Estudos Pedagógicos da FFCL/USP	Para explicar a necessária articulação entre educação e sociedade, trabalha com a seguinte polarização: 1º) a educação forma o homem e 2º) o homem define o valor social da educação. Considera que os dois pólos são importantes, mas que o segundo é central para entender as opções educacionais e os dilemas decorrentes destas escolhas humanas na realidade nacional brasileira.

No prefácio, afirma que os ensaios, produzidos em 1960, "condensam as principais conclusões de caráter geral a que [chegou] na análise desses problemas, contendo por isso elementos que são substanciais para a compreensão ou aceitação de idéias ventiladas nos demais escritos." (FERNANDES, A1966, p.XVIII). De acordo com o autor, estes três trabalhos, mais o ensaio *Existe uma democracia no Brasil*?, expressam os fundamentos de sua contribuição. A partir do conjunto da produção constante da tabela 7, inventariaram-se cinco referências que sintetizam as contribuições e os elementos empíricos e teóricos na construção de uma

pedagogia crítica que, na realidade do capitalismo dependente, impõem-se como uma pedagogia da revolução contra a ordem[242]. As referências destacadas foram:

1ª) A educação na sociedade Tupinambá como ponto de comparação com a educação como problema social

Este ensaio permite um ponto de comparação entre a educação como problema social e um outro padrão de educação cujo valor social atendeu plenamente às necessidades de uma sociedade integrada e sem fonte de alienação[243]. Assim, oferece subsídios de questionamento das bases sociais e educacionais da educação na sociedade capitalista, pois teoricamente urge compreender que a realidade educacional não deve ser dissociada do valor social empregado pelos agentes humanos, pois "desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição." (ENGELS, C1978, p.200). Por isso, nas sociedades capitalistas a educação é um problema social com contraditórios e constantes dilemas educacionais. A referência à educação Tupinambá é uma contribuição, pois, ao mesmo tempo em que mostra a educação como problema social, apresenta-a como realidade que se pode transformar junto com as condições materiais da existência.

2ª) A educação forma o homem, mas é o homem que define o valor social da educação

Esta referência explícita ao diálogo com a Pedagogia Nova - que confere demasiado valor às potencialidades da educação e da escola - e com os setores dominantes, que consideram a educação como privilégio e secundarizam a função da escola. Por isso, Florestan considera teoricamente esta dupla articulação: a

[242] As contribuições educacionais de Florestan analisadas nesta tese buscam contribuir com aqueles autores que vêm pesquisando sobre as relações entre Marxismo e Educação, conforme Lombardi (C2005); Saviani; Duarte e outros.

[243] Florestan, quando analisa o processo de socialização em uma sociedade fechada, afirma que "a 'pessoa' não está submersa, sufocada e destruída no *todo;* apresenta-se, em contraste com o nosso individualismo, com uma realidade moral menos chocante e impositiva, que se realiza na medida em que se integra dinamicamente numa totalidade psico-social e sócio-cultural envolvente ou confluente." (FERNANDES, A1966, p.146). Ao longo de suas análises, Florestan estabelece determinadas comparações com a educação em nossa época que são contribuições interessantes para compreender as fontes dos nossos dilemas educacionais, ou seja, a educação em um determinado padrão de existência dos homens.

educação forma o homem. Entretanto é o homem que define o valor social da educação. Suas análises partem da totalidade social e das opções sobre o valor social da educação: educação para uma coletividade ou educação como privilégio social? Para Florestan, "países incluídos na periferia da civilização ocidental sofrem de males parecidos e às vezes idênticos [...] Em si mesma, a escola representa, nesses países, uma afirmação das forças de mudança social e um sintoma do progresso [...] Todavia, ela não encontra, na sua organização [...] condições materiais, culturais e humanas que façam dela um fator social construtivo (FERNANDES, A1966, p.79). O fator social construtivo significa criar condições para ampliar o grau de controle das forças sociais e oferecer instrumentos ao desenvolvimento intelectual do homem para usufruir dos avanços históricos, bem como criar condições de se libertar da ignorância, da servidão moral e da miséria cultural.

Compreender como os homens definem o valor da educação impõe conhecer a realidade educacional brasileira, a extensão e as forças sociais em disputa que aprofundam ou lutam para superar a contradição entre o que é anunciado e as opções para sua realização[244].

3ª) O desenvolvimento desigual e o padrão educacional da educação como privilégio social

Apesar de todo *slogan* sobre o desenvolvimento como promotor do progresso social na sociedade brasileira dos anos 1950 e início dos anos 60, na realidade, as opções políticas encetadas não eliminaram o desenvolvimento desigual e a herança da educação como privilégio. A partir de análises empíricas

[244] Para Florestan, "As forças que lutaram pela *educação nova* jamais conseguiram êxito completo porque a persistência desse padrão impediu [....] O pior de tudo é que a existência dessas forças renovadoras engendrou a ilusão de que estaria ocorrendo uma modernização relativamente extensa e intensa das instituições escolares brasileiras. Quando na verdade, as inovações pedagógicas apenas afetavam o pensamento formulado de um pugilo de pioneiros. Em conseqüência, embora a velha escola 'tradicional', 'especializada' e 'isolada' se mantivesse com todo o vigor, como se crescêssemos historicamente na direção do *antigo regime*, destruído legalmente com a implantação da República, os debates pedagógicos e as esperanças que eles suscitavam pareciam indicar que nós caminhávamos rapidamente no sentido inverso, da expansão e consolidação de novos modelos de organização das instituições escolares" (FERNANDES, *op.cit*., p.81)

que confrontaram a expansão educacional nas diferentes regiões do Brasil, Florestan chega à conclusão de que "o ensino primário não constitui ainda um bem social partilhado em condições eqüitativas no Brasil [...] a prosperidade deu margem a que algumas regiões convertessem até o ensino primário [...] em privilégio social das áreas em expansão demográfica e econômica" (FERNANDES, *op.cit*, p.18) [245].

Para Florestan, a reconstrução educacional não pode esperar a resolução deste problema estrutural. Assim só uma intervenção consistente do Estado em todos os níveis escolares, concomitantemente, poderá organizar o enfretamento , no âmbito da educacional, das conseqüências das desigualdades estruturais. Não há país democrático sem uma ação Estatal que resolva, minimamente, o grau de diferenciação, de organização e de democratização das oportunidades educacionais através do ensino obrigatório, universal e gratuito[246].

4ª) A inexpressiva consciência social dos dilemas educacionais e o inconformismo da juventude

Nas referências que constam dos ensaios, a precária manifestação da consciência social dos dilemas sociais é preocupação constante, especialmente depois da experiência da Campanha. Florestan buscou explicação no processo histórico e no padrão de incorporação à sociedade de classe para entender esta realidade. Por outro lado, a confiança no inconformismo do jovem é permanente. Pode-se neste aspecto relacionar esta centralidade nos escritos educacionais de Florestan com a produção educacional de Mariategui[247].

---

[245] Conforme análises do capítulo 3, a definição do capitalismo dependente explica que o desenvolvimento desigual é uma necessidade estrutural deste padrão específico de capitalismo.

[246] No prefácio, escrito em 1989, Florestan afirma que "a questão, hoje, consiste em colocar os trabalhadores, os excluídos e os oprimidos - os incultos ou semicultos - nas malhas escolares da rede escolar. O principal desafio socialista na esfera educacional ainda é calibrado 'pelas reformas burguesas da educação', que os pioneiros não conseguiram viabilizar. Todavia, entre 1950-1960 e 1989, a sociedade brasileira modificou-se em várias direções." (FERNANDES, A1989, p.9).

[247] Ver especialmente *El nuevo espíritu y la escuela; En defesa de los alumnos Del Instituto Pedagógico; La crisis universitária. Crisis de maestros y crises de ideas; Estudiantes y maestros*, entre outros. (MATRIÁTEGUI, C1986).

Para Florestan a alternativa é a educação se converter em *objetiva, subjetiva e praticamente em problema social* para que os homens, especialmente os de baixo, lutem pela educação como valor social e a integrem como instrumento necessário aos processos de transformação social[248].

A participação dos jovens, e também dos professores, diretores e demais trabalhadores, é central e, no caso dos jovens, teve desdobramento prático, pois, no tempo em que era professor, estes foram os seus aliados nos diversos enfrentamentos de que participou na Universidade e na Campanha. Em seus escritos, ele faz a crítica de que a juventude vive uma invisibilidade dentro das instituições educativas, pois, muitas vezes, mesmo com espaços organizativos próprios, os estudantes apenas coabitam fisicamente com os professores, pois estes não dialogam com aspirações estudantis. O inconformismo do jovem, em determinados aspectos e situações, deve estar baseado em ação radical, pois tem "fundamentos práticos e morais, e tende a refinar-se, tornando-se ao mesmo tempo mais eficaz e legítimo do ponto de vista de outros setores da sociedade". (FERNANDES, A1966, p.96).

5ª) A valorização da Educação escolarizada

A educação escolarizada e a instituição escolar podem ser produto de uma mudança social, requisito para esta, ou fator específico, que contribua para a sua realização. Para Florestan, analisar a educação escolarizada impõe considerar os agentes humanos, as condições materiais e os aspectos filosóficos e políticos que possibilitem esta instituição romper com o padrão que mantém a ignorância como norma de socialização na sociedade de classe. Educação escolarizada para Florestan é sinônimo de Escola Pública financiada pelo Estado.

---

[248] Florestan envolveu-se, em pelo menos dois períodos diferentes, para dinamizar na sociedade a consciência da educação como problema social: no final dos anos 50 na Campanha de Defesa da Escola Pública e depois, em interlocução, com as entidades educacionais, quando foi deputado. Por isso, neste período recomendava que a pressão deveria se dar nas bases sociais dos eleitorados dos deputados, pois "trata-se de formar grupos que 'cerquem' os parlamentares em suas localidades e nos seus grupos de apoio, dando maior publicidade e visibilidade possíveis a suas reações e compromissos. Os estigmas pegam com facilidade, grudam na personalidade dos políticos profissionais, em início ou fim de carreira. Não se pode dar trégua aos que são ambíguos, dizem uma coisa e fazem outra" (FERNANDES, A1993, p.58)

A escola deve garantir, principalmente, dois aspectos para instituir um novo padrão de organização escolar: articulação com o meio social e possibilitar o desenvolvimento intelectual do homem para que este possa alcançar o controle das forças naturais "que já podem ser submetidas a controle deliberado através das técnicas sociais integradas à civilização de que compartilhamos." (FERNANDES, A1966, p.89).

De acordo com Florestan a "escola, qualquer que seja o seu nível de ensino, testemunha um certo grau de interesse e de domínio da herança civilizatória de que compartilhamos." (FERNANDES, *op.cit.*, p.73). Ele reconhece, contudo, que a educação não tem propiciado êxito, na tarefa da aprendizagem, que possibilite o desenvolvimento intelectual do aluno. As inferências de Florestan sobre a escola visam romper com a concepção de que esta seja um bem social secundário e segregado das condições de existência dos homens.

Na tabela 8 constam resenhas e artigos publicados em jornais organizados na quarta parte do livro *Educação e sociedade no Brasil*. Estes trabalhos são escritos mais sintéticos, porém permitem compreender sua posição teórica diante dos problemas educacionais. Nestes pode-se observar a interlocução com a produção de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Counts e com uma produção educacional publicada pelo ISEB.

Tabela 8

Arsenal de valores para ampliar a Filosofia Democrática

Ano	Título	Objetivo	Contribuição
1946	*Fernando de Azevedo e a Sociologia educacional no Brasil*	Texto para o *Jornal de São Paulo*	Reconhece o papel histórico de Fernando de Azevedo no movimento renovador da educação e especifica a sua contribuição na área da Sociologia da Educação, o que permite situar sua avaliação da contribuição científica e prática de F. Azevedo.
1955	*O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*	Apresentação no CBPE e publicado em 1966	Ressalta o valor do CBPE na urgente vinculação da pesquisa científica com as orientações práticas da política educacional. Este é um ensaio em que Florestan analisa dois projetos do Centro e a sua crítica abrange os seguintes valores: os métodos e as técnicas de investigação devem atender à explicação do real e não explicar intelectualmente a ligação do social e do educacional. Assim, métodos e técnicas devem "considerar os processos que se operam nas situações sociais concretas." (p.571)
1957	*Anísio Teixeira e a democratização do ensino*	Texto para publicação no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Analisa as conferências: *Educação não é privilégio* e *A escola pública, universal e gratuita*. Reconhece o valor histórico de Anísio na defesa da escola pública. No entanto, faz algumas críticas, primeiro em relação às soluções propostas por Anísio "quanto à orientação seguida na escolha ou na recomendação dos meios" (p.563) e segundo, à Associação Brasileira de Educação que fez apenas um manifesto diplomático em defesa de Anísio Teixeira que estava sendo atacado pelos setores privatistas da Igreja Católica.
1958	*Implicações educacionais do 'desarmamento infantil'*	Texto para publicação no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Neste artigo Florestan faz o enfrentamento teórico sobre o papel político dos diferentes movimentos sociais surgidos na realidade brasileira: uns lutam pelo progresso social, outros lutam pelas causas humanitárias e há aqueles que lutam através de mitificação da realidade (estudiosos americanos têm analisado a forma deste movimento na sociedade de massa). Com base em suas pesquisas sobre atividades lúdicas, questiona a campanha idealista que supõe que a brincadeira infantil com arma de brinquedo possa gerar um adulto violento ou um bandido. Para ele "a idéia exposta repousa numa enorme falácia [...] de que seria possível alterar fenômenos da estrutura social pela simples intervenção isolada em fases restritas de comportamento individual." (p.605). A questão não é atividade lúdica em si,

			mas o desenvolvimento do adulto sob os fatores sociais que possibilitam ou não a sua integração ao mundo do crime.
1957	*A crise do ensino municipal*	Resenha Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Reflete sobre a administração da escola primária: a quem deve caber, ao Estado ou ao município? Considera a questão como mais profunda, pois exige "escolher novas bases de organização do sistema primário". Essa mudança impõe que a consciência dos papéis sociais da escola extrapole a elite dos educadores e faça parte da "renovação de quadros de valores dos professores e demais responsáveis pelo funcionamento da escola." (p.586)
1959	*Os educadores e as exigências educacionais do presente*	Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Na transformação da educação em instrumento do progresso social, os educadores devem relacionar Educação e Democracia; a ideologia dos educadores, a Educação e o progresso social com o seu desenvolvimento prático na realidade brasileira. Neste encontra-se crítica a uma das proposições de Dewey e a definição de "dilema da democracia na esfera da Educação".
1959	*Educação e desenvolvi-mento nacio-nal*	Resenha do livro Educação e desenvolvime nto de Geraldo Basto Silva Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Florestan concorda com a concepção do autor quando considera a relação entre educação e desenvolvimento: 1) associa os problemas extra-educacionais e dificuldades educacionais, 2) a escola não tem um fim em si mesma e 3) explora as possibilidades de contribuições do conhecimento científico para que "a educação sistemática [seja] condição ou fator do desenvolvimento" (p.588). No entanto, faz crítica à ênfase na transplantação como principal fator dos nossos problemas de desenvolvimento.
1959	*"Educação e liberdade na era tecnológica"*	Resenha Suplemento Literário de O Estado de São Paulo	Resenha do livro de Counts, publicado pelo CBPE. Os aspectos propostos para ampliar os valores foram: crítica aos recursos apologéticos de Counts para afirmar o estilo de vida americano e recomenda que as sugestões que constam do livro devem ser analisadas à luz da realidade cultural brasileira.
1960	*Uma experiência promissora*		Neste trata da preocupação, constante nos seus ensaios do período, sobre a alienação do professor diante das técnicas modernas propostas pela Pedagogia Nova e ressalta o fosso existente entre os mestres-escola e os movimentos de reforma educacional. Para Florestan, o professor, o estudante e a escola estão no cerne de qualquer reconstrução educacional. Questiona as reformas educacionais que se impõem pelo alto e o fato de que o professor "por falta de meios pedagógicos adequados, [...] acabou esquecendo ou omitindo-

			se diante de vários papéis intelectuais, que deve preencher como educador" (p.591).
1961	*A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia*	Resenha do livro A reforma universitária e Faculdade de Filosofia de Valnir Chagas Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Resenha sobre a temática da universidade na qual Florestan demonstra vinculação com a discussão sobre universidade realizada pos Mariategui na sociedade peruana. Concorda com o autor do livro que o termo reforma "é acanhado e estreito, em se tratando de uma realidade *in flux*, que está em fase de formação e de integração" (p.580). Questiona a avaliação do autor de que na universidade do Ceará seja possível realizar os pressupostos iniciais que não lograram na Faculdade de Filosofia. Para ele o que falta é um plano para fomento que "nos obrigue a fazer hoje o que deixamos de fazer ontem e que é exigido por nosso desenvolvimento econômico, social e cultural." (p.582).
1962	*Educação e Recreação*	Resenha Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*	Coletânea de resenhas em que comenta vários trabalhos publicados pelo CBPE e nesta faz um elogio à política editorial do Centro por estar publicando autores brasileiros. Ressalta o valor educativo do folclore como atividade lúdica espontânea, do brincar na infância e das danças populares das Américas como experiências da herança cultural que possibilitam o alargamento do horizonte cultural dos estudantes. Um registro importante é que Florestan defende, na formação dos professores, instrumentos teóricos (coletâneas com compilações com resgate das atividades espontâneas) e planejamento para que a recreação escolar orientada faça parte do currículo escolar.

A temática dos valores proposta demonstra mais uma vez a contestação teórica de aspectos centrais da filosofia da Pedagogia Nova. Florestan, como afirmou Beisieguel, conseguia fazer análise sociológica de qualquer temática. A partir da tabela 8, pode-se constatar a amplitude das suas discussões, por exemplo, quando analisa a temática do brincar como herança cultural da realidade brasileira e latino-americana como uma dimensão essencial ao desenvolvimento cultural do estudante. Critica as campanhas idealistas que, pelo individualismo metodológico, propõem alterar um problema estrutural da sociedade capitalista – violência e marginalidade – com ações educativas que dialogam com um aspecto isolado da realidade.

No entanto, é possível observar alguns móveis orientadores que perpassam as diferentes resenhas, segundo a intenção teórica e política de Florestan. São elas: aproximar as temáticas da realidade cultural brasileira; trazer o elemento político ao desenvolvimento intelectual do professor[249];dar ênfase à articulação necessária entre as propostas de reconstrução educacional e o estudante, o professor e a escola, pois estes estão na base e são essenciais ao processo de reconstrução. É preciso, também, reafirmar a centralidade do Estado ao propiciar o fomento à escola, à universidade.

[249] Para Florestan, a dimensão do elemento político deve ter maior projeção no horizonte intelectual do professor, especialmente para que este possa se definir diante da luta de classes, ou seja, se manter de acordo ou em oposição à filosofia dos extratos dominantes. Em artigo de 1989, afirma que o padrão da luta de classes se alterou, e os professores tomaram posição neste processo (não apenas eles, mas também os alunos, os pais). Assim, de acordo com Florestan, "os professores se dissociaram da condição estamental; desvincularam-se da servidão às elites intelectuais, às quais pertenciam; e sofreram um terrível, rápido e chocante processo de desnivelamento social, o que os compelia a se redefinirem como *trabalhadores intelectuais*. Adotaram, em média, uma mentalidade sindicalista e reivindicativa, em conflito com o Estado e com os proprietários ou administradores das escolas particulares." (FERNANDES, A1989, p.9).

3.4.2- As implicações educacionais da categoria revolução: da pedagogia crítica à pedagogia da "revolução dentro da ordem" e "da revolução contra a ordem"

> Da minha parte, gostaria de propor que a abordagem da política educacional em gestação no Brasil, tanto a que vem sendo construída pelo Estado, mas também resulta da atuação da sociedade civil dos anos de 1960 para cá, pudesse ser cada vez mais relacionada, como alguns autores têm feito, com o desenvolvimento das condições concretas do capitalismo aqui [...] Não há capitalismo, Estado capitalista, políticas públicas, políticas educacionais e escolas sem contradições intrínsecas, e assim devemos pensar a realidade. Pensar a realidade dialeticamente para dispormos de melhores condições teórico-práticas de interferir nela, porque, afinal de contas, a história não é uma questão resolvida (SANFELICE, C2003, p.168)

Ao longo deste capítulo procurou-se explicitar a partir dos escritos educacionais de Florestan, dos anos 50 e 60, os indícios e as implicações da categoria revolução nas suas referências teóricas. Neste item cabe dar ênfase às implicações que o seu arcabouço propicia ao campo da educação, especialmente para aqueles que procuram articular o marxismo, a educação e a realidade brasileira.

Em Florestan, o móvel orientador de sua trajetória e de sua produção foi a realidade brasileira. Os aspectos teóricos de seu legado explicam as condições concretas do capitalismo no Brasil, especificando a estrutura de dependência sob o imperialismo, a dupla articulação que internamente mantém e aprofunda o desenvolvimento desigual, a dominação autocrática-burguesa que gera uma dinâmica na luta de classes (onde uma classe é mais classe que a outra) e, além disso, a periodização do capitalismo no Brasil, dentre outros aspectos que foram analisados no terceiro capítulo.

No entanto, Florestan, ao explicitar a especificidade da revolução burguesa objetivou encetar a luta teórica, por isso, conferiu centralidade a instrumentais teórico-práticos como a categorização da revolução dentro da ordem e a concomitante revolução contra a ordem. No diálogo com livro de Caio Prado, nos anos 1960, afirma que um programa socialista não pode ficar nos marcos de uma concepção burguesa, por analogia, é possível afirmar que uma pedagogia que se pretenda crítica à ordem burguesa, deve ter como referencial a concepção socialista e a perspectiva da revolução tanto na ordem como contra a ordem.

O horizonte e a referência no socialismo têm como finalidade, na educação e na pedagogia, a emancipação social, ou seja, uma concepção pedagógica que seja crítica à pedagogia burguesa e à política educacional no capitalismo e, esteja articulada, à concepção pedagógica de libertação cujo pressuposto central é lutar contra o padrão da ignorância como norma de adaptação à sociedade de classe. Para Florestan,

> Essa é uma perspectiva [pedagógica socialista] que envolve o ideal de que o professor, o estudante, a própria escola operem de acordo com os valores socialistas de concepção de mundo. É por isso que dentro de uma sociedade capitalista podem existir estudantes que defendam uma concepção pedagógica socialista, podem existir movimentos sociais e partidos políticos que defendam uma concepção socialista da educação. Não obstante, o socialismo, como um sistema pedagógico, só pode existir depois da vitória da própria revolução proletária. Depois da eliminação da desigualdade de classe pode-se pensar no advento de uma sociedade na qual o socialismo seja compartilhado por todos. Só aí poderia haver uma pedagogia socialista como filosofia oficial e geral da organização do sistema educacional (FERNANDES, A1989, p.151)

Portanto, não cabe na sociedade burguesa uma pedagogia socialista, mas que os professores, os alunos e a escola tenham no seu horizonte intelectual e nos valores da sua ação educacional a concepção socialista, enquanto concepção filosófica de mundo e da educação.

A polarização "revolução dentro da ordem" e "revolução contra a ordem" são contribuições educacionais que têm relação com as referências teóricas expostas entre os anos 1950 e 60, ou seja: *a educação forma o homem, mas é o*

homem que define o valor social da educação; o desenvolvimento desigual e o padrão da educação como privilégio social; a inexpressiva consciência social dos dilemas educacionais; o inconformismo da juventude; e valorização da educação escolarizada. E inserem, no horizonte intelectual do educador, vários questionamentos: Como pensar a função da educação para contribuir com a "revolução dentro da ordem"? O que é lutar contra a ordem através da educação? Nestes processos, quais mecanismos a educação deve utilizar para ampliar a consciência política? Qual é o lugar da luta da escola pública e dos valores socialistas neste processo?

De acordo com Florestan,

> A pedagogia da escola nova, infelizmente, afastou-se da realidade histórica e das vicissitudes concretas do país. Pôs acima de tudo uma utopia, elevada e desejável nas circunstâncias, mas que concedia como dados os meios para atingir fins educacionais ideais. Devemos, neste ponto, fazer o inverso! A educação escolar precisa entrar em conexão com certos processos históricos, que foram interrompidos pelo Estado Novo, pela ditadura militar e pela chamada 'nova República': a revolução democrática, entendida nesse plano como um processo global de transformação da sociedade e de crescente distribuição igualitária das oportunidades educacionais; a descolonização, como auto-emancipação cultural da escola, do sistema de ensino e da nação; a revolução nacional concebida como liberação dos oprimidos, dentro e fora das escolas, e de expansão da capacidade criativa e a multiplicação do talento interno, de modo a vincular a universidade e a pesquisa à promoção de descobertas que tornem supérfluos os acréscimos culturais e o desenvolvimento da civilização como um controle direto, por dentro e a distância, da nossa vida por potências e grandes empresas estrangeiras. Estas revoluções são produtos da ação coletiva dos homens. Se não florescem dentro das escolas, não farão parte das estruturas mentais dos brasileiros (FERNANDES, A1989, p.32)

A passagem acima permite explicitar os dramas da sociedade brasileira e algumas implicações educacionais fundamentais. Embora este artigo tenha sido produzido em 1989, e seja uma escrita de luta política que põe em debate os dilemas sociais presentes no processo de elaboração da nova lei de diretrizes e bases, é possível perceber que oferecem reflexões que colaboram para o esclarecimento deste tópico.

Inicialmente Florestan repõe a crítica elaborada nos anos 1950 à Pedagogia Nova e, de outro lado, reafirma suas concepções educacionais destes anos, ou seja, a escola precisa estar em relação com os dinamismos da realidade brasileira. Isso significa repor no horizonte intelectual do homem comum as possibilidades históricas que a contra-revolução interrompeu na cena social brasileira: a revolução democrática e a revolução nacional. Florestan entende que estas revoluções não serão concretizadas pela escola, pois a sua realização depende do coletivo dos homens, sobretudo o proletariado, atuando através da luta de classes nos espaços chaves da sociedade. No entanto, na categorização da revolução existem implicações educacionais concretas para a pedagogia e a escola.

Primeiro, a tradução da revolução democrática no âmbito da educação impõe os seguintes desafios:

- Distribuição igualitária das oportunidades educacionais. Esta tarefa pressupõe o rompimento com uma das faces da dupla articulação que mantém e aprofunda o desenvolvimento desigual, e, conseqüentemente, permite as disparidades regionais quanto ao acesso e as condições de desenvolvimento intelectual dos estudantes, especialmente os filhos dos trabalhadores;
- Descolonização (auto-emancipação cultural da escola, do ensino e da Nação[250]). Neste aspecto a implicação da categoria revolução pressupõe o rompimento com a face externa da dupla articulação, ou seja, a articulação entre as burguesias externas e internas. Portanto, para a concretização da revolução democrática é preciso romper com o imperialismo. Esta ruptura tem uma implicação central para a educação. Desde a contra-revolução de 1964, sob o capitalismo monopolista e dependente o padrão da Política Educacional brasileira pressupõe articulação com instituições internacionais dos países capitalistas centrais (especialmente os EUA) ou com organismos multilaterais. Nas atuais produções acadêmicas ou nos movimentos sociais têm sido feito críticas à presença e à imposição

[250] Florestan trabalha com sociedade civil como sinônimo de sociedade burguesa ou sociedade de classe e Nação supõe o conjunto dos homens e das classes.

pedagógica destes organismos internacionais. No entanto, muitas destas críticas não relacionam a ação destes com a política imperialista. Destarte, Florestan na análise da revolução burguesa, sob o imperialismo total, demonstra que a articulação entre as burguesias internas e externas é uma opção em manter e aprofundar a dependência e o subdesenvolvimento. Logo, o capitalismo dependente tem um padrão educacional que pressupõe essa articulação externa e a concepção da educação como privilégio social.

Segundo, a revolução nacional põe os seguintes desafios à pedagogia e à escola:

- Promover a liberação do oprimido. Não se trata de uma pedagogia do oprimido, mas da pedagogia que através do combate à ignorância e à alienação permita a libertação cultural do homem;

- Propiciar a expansão da capacidade criativa. A ênfase no desenvolvimento intelectual, na autonomia e no conhecimento não deve estar dissociada da capacidade crítica inerente ao humano;

- A construção de um padrão de Universidade e pesquisa como centros de produção científica e tecnológica que tornem desnecessária a vinculação através do controle pelas grandes potências e multinacionais. O padrão de ciência de Florestan supõe a interlocução com a produção científica externa, mas não a subordinação e o controle que impõem limites à produção científica autônoma.

Para Florestan a concepção socialista de educação deve criar espaços para que se concretize de um lado

> uma escola que ofereça ao trabalhador condições de desenvolvimento intelectual independente. O filho do trabalhador não pode ser submetido a uma reprodução sistemática, ou seja, a escola reproduz o trabalhador através dos seus filhos. É preciso quebrar esse elo. É preciso que o trabalhador encontre condições de auto-emancipação intelectual, cultural e política e que, portanto, seja tirado desse nexo através do qual o trabalhador é incorporado à ordem do modo de produção capitalista (FERNANDES, A1989, p.150)

De outro lado, a escola do ensino básico público e a Universidade pública devem criar condições para que estas revoluções estejam no horizonte imaginativo e intelectual das estruturas mentais dos brasileiros. Esta estrutura mental pressupõe um padrão de organização escolar que permita a esta cumprir a sua tarefa de ensinar e esteja em conexão com os grandes problemas nacionais. Por isso, as contribuições teóricas propostas nos escritos educacionais valorizam a educação escolarizada. Pode-se neste ponto relacionar a reflexão que Saviani realiza sobre a produção do saber em termos pedagógicos. Para ele,

> a produção do saber é social, ocorre no interior das relações sociais. A elaboração do saber implica expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio de instrumentos de elaboração e sistematização. Daí a importância da escola: se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascender ao nível da elaboração do saber, embora continuem, pela vida prática real, a contribuir para a produção do saber. O saber sistematizado continua a ser propriedade privada a serviço do grupo dominante (SAVIANI, C2003, p.77).

A referência, nas produções de Marx, Engels e Lênin, à concepção de educação, à valorização da escola e aos clássicos na formação dos jovens permite estabelecer diálogo profícuo entre a Pedagogia Histórico-Crítica e as implicações da categoria revolução. Especialmente porque as contribuições educacionais de

Florestan apresentam elementos teóricos para analisar a estrutura do capitalismo na realidade brasileira.

O inventário das temáticas que expressam as implicações educacionais da categoria revolução demonstra os pontos de partida e de referência que a produção de Florestan propicia à pesquisa educacional e à pedagogia da "revolução contra a ordem":

- Relação do padrão autocrático de dominação burguesa, limites e seus desdobramentos na realização da educação pública popular e criativa;
- Discussão sobre o Estado burguês no Brasil e a crítica à concepção de Estado autoritário;
- As conseqüências do imperialismo total na realidade educacional;
- Relacionar o estudo sobre o imperialismo total com as "recomendações" e as "influências" na educação das instituições internacionais e organismos multilaterais (Fundação Ford, Banco Mundial e outros).
- O padrão da luta de classes no Brasil e suas conseqüências na educação, no padrão e nos dilemas da política educacional;
- As problemáticas do desenvolvimento desigual como padrão na política educacional no capitalismo dependente;
- Estudo do privatismo na educação como um padrão estrutural do capitalismo dependente;
- O estudo do negro, como questão racial, deve superar a interpretação dos cientistas norte-americanos que "converteram a relação racial numa análise que não questiona a sociedade, nem as classes, nem o capitalismo" (FERNANDES, A1995d, p.23). Portanto, a pesquisa sobre a problemática racial deve inserida na sociedade de classes, bem como os limites que reclamam a "revolução dentro e contra a ordem".

Este inventário não pretendeu dar conta das possibilidades temáticas, mas demonstrar como a produção de Florestan repõe, também no campo educacional, conceitos e noções que foram abandonados: revolução, luta de classes, socialismo, dominação burguesa etc. No entanto, todas as possibilidades de estudo devem estar articuladas à especificidade da revolução burguesa, que gerou o capitalismo dependente. Transformar essa realidade não é uma tarefa exclusiva da educação, mas esta cumpre um papel determinante na ampliação do desenvolvimento intelectual através da apreensão pelo homem dos conhecimentos historicamente acumulados.

CONCLUSÃO

A opção metodológica de analisar a obra e a trajetória de Florestan Fernandes, a partir de algumas determinações, ressaltando sua contribuição teórica para a recuperação marxista da categoria revolução, permitiu recompor sua biografia, situar sua produção historicamente. Foi possível, assim, redimensionar sua importantíssima participação no campo da educação e determinar o inventário das contribuições educacionais desse período, relevando sua "gênese criadora" e criativa, presente em seus escritos como um legado substantivo à pedagogia e à historiografia da História da Educação.

O objetivo foi pesquisar as contribuições educacionais de Florestan das décadas de 50 e 60, delimitando como horizonte de análise os indícios e implicações da recuperação marxista da categoria revolução que Florestan empreende na sua pós anos 50. As contribuições foram analisadas a partir dos seguintes eixos: 1) A vida universitária e a docência: produção científica, luta teórica e trincheira de luta; 2) Os projetos editoriais: contribuições ao desenvolvimento cultural e intelectual; 3) A contribuição teórica de Florestan Fernandes: interlocução e crítica com a Pedagogia Nova; 4) A contribuição de Florestan na construção da Pedagogia Crítica: referências teóricas, valores para ampliar a filosofia transplantada, indícios e implicações da categoria revolução.

O compromisso de classe de Florestan, seus escritos sobre os dilemas do ensino superior (FERNANDES, A1966), a análise de suas contribuições e de sua participação no cenário político-educacional, explicitam um intelectual panorâmico. Florestan era um inconformado (com poder de contestação semelhante ao dos jovens), comprometido com os interesses "dos de baixo", crítico, e, como diz Antonio Candido, com uma capacidade de armar escândalo que deixava os mais próximos assustados ou admirados, e os divergentes com temor da sua firmeza ideológica, política e teórica. Esta observação confirma seu senso de missão e a energia de que dispunha para prosseguir em sua luta teórica, concomitantemente com a militância contra os preconceitos sociais, raciais e a

defesa ferrenha da escola pública e da construção da universidade multifuncional e integrada.

Florestan, em algumas situações, demonstrou ilusões e supervalorizou as possibilidades de transformação da universidade independente de determinações maiores. No entanto, não foi nunca um *acadêmico-reformista*, pois, como intelectual panorâmico, exerceu com radicalidade seu desejo de construir uma Sociologia crítica, sempre se engajando em suas tarefas docentes no espaço universitário. Ademais, como observou Beisiegel, Florestan transformava os polêmicos aspectos da vida social em material de pesquisa sociológica. Ampliar as reflexões críticas, esgotar as possibilidades da ciência e do planejamento era o modo mais eficaz de propiciar condições de previsão e de domínio do homem sobre a natureza social. São essas, para ele, as diretrizes da Sociologia Aplicada e da reflexão educacional crítica.

As chaves de leitura propostas nesta Tese – "A realidade brasileira e a evolução da trajetória de Florestan Fernandes"; "A obra: contexto e conteúdo" e "A contribuição teórica: estrutura e história" – constituíram-se em instrumental que explicitou a centralidade da realidade brasileira em sua evolução intelectual. Elas possibilitaram dialogar com o arcabouço teórico de Florestan, situar sua produção no fluxo histórico, suas interlocuções internas e os debates críticos com os defensores da Pedagogia Nova. Foi possível, a partir delas, compreender as referências teóricas de Florestan para análise dos dilemas educacionais e relacioná-las como indícios ou implicações da categoria revolução. As chaves serviram, assim, como grandes eixos para destacar o determinante de sua evolução teórica (compreender a realidade brasileira e latino-americana), analisar a obra e o contexto histórico, relacionando-o com alguns importantes interlocutores (de um lado, Marx, Lênin, Rosa de Luxemburgo; e, de outro, Kilpatrick, Counts e os defensores da Pedagogia Nova no Brasil).

A produção de Florestan é uma obra-documento que permite, aos educadores, compreender a estrutura do modo de produção capitalista na realidade brasileira: o capitalismo dependente, a opção pela manutenção do desenvolvimento desigual e da articulação com o imperialismo como padrão de acumulação e exploração do Estado autocrático-burguês. De outro lado, as categorias "revolução

dentro da ordem" e a "revolução contra a ordem" são instrumentais de análise da realidade que impõem postura ofensiva na luta de classes e reconhecem a revolução como direito de classe de todo trabalhador.

O conhecimento da realidade brasileira é um dos pilares da contribuição marxista de Florestan. O marxismo, sem dúvida, fazia parte de seu horizonte intelectual. No campo da luta teórica aparece primeiro como uma tensão ou rio subterrâneo e, depois, é explicitado como instrumental de análise. De outro lado, os clássicos da Sociologia foram pilares para construção de seu arsenal teórico e permitiram que ele estabelecesse diálogo e contribuísse para o enfretamento dos dilemas nacionais. Para exercer esta radicalidade teórica, encetou lutas teóricas com os defensores do desenvolvimentismo como sinônimo de revolução; com os que mitificaram a revolução para disfarçar a contra-revolução e com aqueles que defendiam uma frente nacional, necessária para enfrentar o inimigo comum imperialista.

Para alcançar os objetivos desta Tese, pesquisou-se a obra de Florestan no contexto (capitalismo monopolista, imperialismo) e aprofundou-se seu conteúdo teórico para compreender o universo categorial de sua produção e suas contribuições educacionais. No contexto internacional, dois elementos determinantes foram a primeira fase da Guerra Fria e a consolidação do capitalismo monopolista, no qual se aprofunda a internacionalização do capital. Neste cenário, nos países capitalistas dependentes, a dominação externa e a política imperialista impõem transformações na ação do Estado e nas relações sociais. Florestan denomina esta fase de imperialismo total e ressalta as intensas repercussões nas estruturas da realidade brasileira, que ampliaram as contradições da educação como problema social.

Para inventariar as contribuições teóricas de Florestan, deve-se entender que a consolidação do capitalismo monopolista e sua especificidade histórica no Brasil exigiram revitalização de categorias que estavam abandonadas. É neste contexto que Florestan recupera a revolução, a luta de classes. Nos escritos educacionais, propôs referências teóricas e discussões sobre valores. Esta recuperação e as referências presentes no livro *Educação e sociedade no Brasil* são

instrumentais teóricos para explicar o processo de formação e desenvolvimento dos dilemas educacionais no capitalismo dependente.

Podem-se organizar os escritos educacionais em dois eixos: 1º) crítica à Pedagogia Nova e à política educacional burguesa e 2º) concepção crítica que propõe ampliar o horizonte teórico e os valores do educador. Quando se aproximam estas concepções dos debates com Kilpatrick e Counts, torna-se possível perceber o nascimento do conceito de "revolução dentro da ordem" (que só mais tarde seria por ele sistematizado). Percebem-se, assim, vários indícios desta categoria, especialmente em relação ao objetivo de elevar a consciência social dos professores e dos trabalhadores.

Uma das conclusões desta Tese é que Florestan, no debate educacional, teve uma posição à esquerda dos educadores vinculados à Pedagogia Nova. É possível encontrar semelhanças entre sua posição e a de Paschoal Lemme no que diz respeito à crítica à fundamentação filosófica dos teóricos americanos (Counts, Kilpatrick) e à forma como a Pedagogia Nova no Brasil assumia as importações educacionais. Ademais, a educação como problema social, ou seja, a educação em uma sociedade de classes – mesmo nos países capitalistas desenvolvidos que realizaram a revolução burguesa clássica – sofrerá tensões e viverá dilemas que não serão resolvidos. O debate com Kilpatrick, cujo foco é a precisão conceitual e a dimensão crítica no debate da mudança social, demonstra como a produção educacional de Florestan, das décadas de 50 e 60, era de contestação à ordem burguesa.

Assim, na crítica à educação burguesa, com destaque para a interlocução com a Pedagogia Nova (importação pedagógica acrítica, falta de conhecimento da realidade, concepção utópica da educação e de mudança social), Florestan oferece subsídios teóricos para alargar o horizonte intelectual dos educadores e teóricos da educação. Em relação à política educacional, é enfático na demonstração, a partir de levantamento e análise dedados estatísticos, de que a tradição republicana no Brasil surgiu desprendida do seu potencial revolucionário e trouxe, como legado do período colonial, a educação como privilégio. Desse modo, conferiu valor social secundário à escola, criando um universo cultural que interdita o desenvolvimento intelectual e apresenta uma certa valorização da ignorância.

Florestan traz contribuição de grande relevância quando explicita que a diretriz privatista na educação é estrutural na sociedade brasileira e impõe um padrão de política educacional cujo dilema mais evidente é a fragmentação (atualmente dissimulada de descentralização) que interdita a realização de um sistema nacional de educação. É, assim, um dos elementos que dificultam a revolução nacional e a revolução democrática. Por outro lado, a fragmentação permite a manutenção do desenvolvimento desigual, impedindo a democratização das oportunidades e interferindo na qualidade educacional.

Quanto aos escritos que propõem referências empírico-teóricas, destacam-se os seguintes aspectos:

- teóricos da educação e educadores devem valorizar o diagnóstico fundamentado e analisado para conhecer a realidade educacional;
- a educação na sociedade dos Tupinambá tomada como ponto zero educacional deste território e como referência para questionar como os homens conferem valor social à educação na sociedade de classes;
- preocupação com a precisão conceitual de mudança social, educação como problema social e dilemas educacionais,
- centralidade da educação pública articulada com o meio social e adaptada aos padrões do conhecimento científico,
- valorização da escola e da sala de aula;
- sistema nacional de educação com intervenção pública e planejamento para resolver os dilemas da educação;
- o jovem e seu inconformismo social são elementos determinantes no enfretamento da educação como problema social e na transformação da realidade.

Na discussão sobre ampliação de valores, existem vários indícios da concepção de "revolução dentro da ordem", que, entre outras finalidades, objetiva ampliar a consciência de classe dos trabalhadores. Em alguns escritos trata explicitamente dos educadores e, assim, propõe:

- a transplantação educacional deve ser objeto de crítica;
- a realidade da escola e contexto cultural devem ser conhecidos pelo educador. Neste ponto cabe registrar os trabalhos de Luiz Pereira, utilizados como referência;
- o educador e o jovem devem valorizar e lutar pela participação na reconstrução educacional. Trata-se de provocar mecanismos – e sua atividade na Campanha em Defesa da Escola Pública teve esta função – para que a sociedade compreenda a educação como problema social e manifeste o seu inconformismo social. Florestan critica os que não aceitam a opinião dos educadores, pois estes são os que têm mais condições de avaliar e propor reforma educacional;[251]
- o educador deve ter clareza ideológica e posição política quanto à manutenção ou a transformação da ordem;
- o currículo da escola pública deve conter a valorização do folclore latino-americano e brasileiro, e o brincar deve ser uma das diretrizes no desenvolvimento intelectual da criança.

Pode-se afirmar que a luta teórica unifica e articula as análises e as contribuições de Florestan que constam nos capítulos três e quatro desta Tese. A pesquisa do seu arcabouço teórico explicita a luta teórica permanente no contexto dos seus debates e realça as opções políticas assumidas pelo autor, oferecendo fundamentação para considerar equivocadas as interpretações que afirmam a produção de Florestan como reformista, cientificista ou racionalista. O conhecimento das especificidades da luta de classes no Brasil que, por exemplo, explicita-se de forma sistemática nos anos de 1960, ganha contornos e tem sua gênese criadora na opção pelas pesquisas sobre o folclore, os tupinambá, os

[251] Em discurso como paraninfo, em 1957, afirma que "só os educadores estão em condições de criticar, com fundamento nos resultados da experiência, as medidas que afetam a organização e o funcionamento do sistema educacional. A nação que convertesse em norma a idéia de que a crítica, neste terreno, é uma expressão de desrespeito à autoridade ou de insubordinação, correria o risco de estiolar o seu sistema educacional e científico e de perder, de forma irremediável, toda espécie de controle sobre o presente e sobre o futuro." (FERNANDES, A1966, p.298).

empresários. Elas forneceram as bases de explicação empírica e teórica das forças sociais em conflito no passado e no presente. Inclusive é uma das críticas que Florestan fazia à Pedagogia Nova no Brasil, pois os teóricos da educação traziam as soluções educacionais importadas sem conhecer as forças sociais e seus dinamismos na realidade brasileira.

Os estudos dos clássicos e todo arsenal sociológico permitiram constatar que o regime de classes, assim como a revolução burguesa, o Estado, não podem ser explicados fora do seu fluxo histórico e, por isso, a urgência em perceber as especificidades da forma, funcionamento e resultados do modo de produção capitalista nos diferentes países. Nesse aspecto, Florestan segue a trilha inaugurada por Lênin, Rosa de Luxemburgo, Mariategui, Gramsci e de outros autores que, a partir de Marx e Engels, pesquisaram as realidades específicas do modo de produção capitalista nos seus países. É, assim, um equívoco teórico concentrar, exclusivamente, a interpretação sobre a realidade da transformação capitalista em uma lógica de desenvolvimento geral, como fizeram os Pioneiros da Educação. As particularidades do modo de produção capitalista no Brasil explicam as dimensões da fratura entre as idéias pedagógicas importadas de um padrão educacional da França e dos Estados Unidos e a realidade de um padrão capitalista que, ao instituir a sociedade de classes, incorpora traços estruturais presentes na concepção estamental de mundo, na qual o Estado e suas instituições concebem a educação como privilégio social.

Na especificidade da revolução burguesa e do capitalismo dependente, Florestan demonstra que a burguesia brasileira não tem compromisso com as questões civilizatórias para o conjunto da nação, pois seu aliado principal é o imperialismo. Esta articulação, portanto, impõe à força de trabalho uma apropriação da taxa de mais valia e obtém garantias de que o Estado propiciará as melhores condições para as empresas e os bancos. Para isso, as instituições privadas e organismos internacionais devem intervir na realidade a fim de "harmonizar" a luta de classes, fortalecer a dupla articulação e garantir a necessidade do financiamento externo.

A disputa pela ampliação da consciência social e do desenvolvimento cultural e intelectual dos "de baixo" compõe o arsenal da luta teórica e das

diretrizes pedagógicas da contribuição de Florestan para a educação. No capitalismo monopolista a tecnologia de guerra inseriu a revolução tecnológica na consciência do homem comum. Por isso, para Florestan, é indispensável ampliar os valores, pois se trata de disputar a consciência e se contrapor à nova sociabilidade da sociedade descartável. Os valores que nortearam as produções sobre época histórica e revolução estiveram, concomitantemente, presentes nas análises da educação. Portanto, a luta teórica expressa nos escritos educacionais não pode ser descolada do chão histórico da sociedade burguesa, do diálogo com a Pedagogia Nova e com a política educacional, que têm o padrão educacional da educação como privilégio.

A conjuntura histórica do capitalismo monopolista, a Guerra fria, a liderança dos Estados Unidos na América latina e a ofensiva anticomunista norte-americana estiverem presentes nos debates educacionais. Isso pode ser observado, especialmente, quando Florestan questiona a produção de Counts, autor que exalta o padrão da democracia e do estilo norte-americano como ideal. A despeito do valor histórico que Florestan reconhece nos precursores da Pedagogia Nova no Brasil, especialmente em Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, nunca deixou de realizar crítica ao anticomunismo de Counts, à concepção abstrata de mudança em Kipaltrick, à importação acrítica dos modelos educacionais da França e dos Estados Unidos, à falta de conhecimento da realidade concreta das escolas brasileiras.

Nos escritos educacionais Florestan vislumbra a possibilidade, sempre sob a liderança “dos de baixo”, de uma alternativa criativa na transformação capitalista e, no entanto, a alternativa socialista consta do seu horizonte de análise. Demonstra indícios de noção de época histórica como uma das determinações de suas reflexões. Após a consolidação do novo arcabouço teórico, especialmente com a análise da política imperialista e da contra-revolução preventiva (golpe de 1964), o autor compreende que a solução dos dilemas sociais requer a concretização do socialismo, pois, sob o capitalismo dependente e a dupla articulação, não há alternativa de melhora social para “os de baixo”.

Pesquisar o arcabouço teórico (cap.3) permitiu relacionar o universo geral da produção de Florestan para redimensionar o específico da temática educacional e revelar o perfil de lutador, de intransigente defensor da escola e da

educação pública e a concepção de desenvolvimento cultural e intelectual do estudante e do homem comum como diretriz marcante nos seus escritos educacionais.

Pode-se asseverar, especialmente, que todos aqueles que defendem uma pedagogia crítica e revolucionária, contestadora da sociedade burguesa – uma pedagogia da revolução contra a ordem – devem estudar a produção de Florestan Fernandes como ponto de partida e referência para compreender a especificidade do capitalismo no Brasil, a necessidade da centralidade da escolarização na escola pública e o compromisso com o desenvolvimento cultural e intelectual dos estudantes e dos trabalhadores.

Pesquisar a obra de Florestan tornou-se um projeto de vida que, associado ao estudo do marxismo, tem-me fornecido instrumentos para compreender a realidade e as possibilidades de transformação social. Dessa forma, a partir desta pesquisa, foi-me possível constatar que seu universo teórico oferece muitas possibilidades de contribuição e de interlocução com o campo educacional, especialmente para aqueles que defendem a educação pública como um dos pontos-chave, na sociedade de classes, para tracejar o campo teórico e alcançar o desenvolvimento intelectual como trincheira de luta contra a ordem burguesa. Além disso, oferece condições intelectuais para que a juventude tenha consciência dos dilemas nacionais e perceba as alternativas históricas que demandam organização “dos de baixo”.

REFERÊNCIAS

As referências estão organizadas em três partes: na primeira encontram-se as fontes primárias, isto é, as obras de Florestan Fernandes, entrevistas, cartas, etc. Na segunda organizamos os autores com as produções que estudaram as temáticas ou aspectos da obra de Florestan e na terceira são as referências gerais utilizadas na Tese de Doutorado.

A) Obras de Florestan

FERNANDES, F. Tradução e introdução. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: ed. Flama, 1946.

_____. *A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: editora Anhambi, 1958.

_____.*Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo:Dominus editora, 1966.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, ed. Nacional, 1967.

_____. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1971.

_____.&BASTIDE, R. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Campanhia Ed. Nacional, 1971b.

_____.(org). Nota Prévia. In: *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1973.

_____. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: editora Nacional, 1974a.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão européia, 1974b.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

_____. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, J.C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1975c.

_____. *A sociologia numa era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1976.

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Respostas às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.4, 1978a.

_____. *A Integração do negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978b.

_____. Introdução. In: LENIN, V. São Paulo: Ática, 1978c (Coleção grandes Cientistas Sociais; 5)

_____. *O Folclore em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1978d.

_____. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*.São Paulo: Ed. HUCITEC, 1979.

_____.*Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1979b.

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979c.

_____.*Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiros, 1979d.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição de sua formação e desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. A pessoa e o político. Nova Escrita Ensaio, ano IV, no.8, 1980b.

_____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980c.

_____. *Natureza Sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980d.

_____. *O poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. *Introdução a Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Entrevista Florestan Fernandes. Brasília, 1983b. Disponível em http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis. Acesso em: 14 jun.2005a. (entrevistado por José Albertino Rodrigues da UFSCar).

_____.*A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *O que é Revolução*. São Paulo: Abril cultural, 1984a.

_____. Transcrições das aulas do curso: *Análises de processos Revolucionários*. SP/ PUC, mimeo., 1984b.
_____. *Nova República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Constituinte e Transformação Nacional*. SP: CEPIS: Centro de educação popular do instituto Sedes, mimeo., 1986b.

_____. O renascimento da universidade. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989.

_____. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo: editora Hucitec/UNB, 1989b.
_____. *Florestan Fernandes*. Brasília:INEP, 1991(Memória viva da educação brasileira,1).
_____. Entrevista Florestan Fernandes. *Revista teoria e debate*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, nº13, jan/fev/mar 1991a. Disponível em http://www.fpa.org.br/td/td13/td13_memoria.htm. Acesso em: 14/7/2005b.

_____. A política de exclusão. In: BUFFA, E. & NOSELLA, P. *A educação negada. Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____.Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: ROCHA, J.A. de L. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.

_____.*Tensões na Educação*. São Paulo: Sarah Letras, 1993.

_____. *Democracia e desenvolvimento: transformação da periferia e o capitalismo da era atual*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____.*Ditadura militar professores punidos pela congregação. Jornal da Adusp*, São Paulo, maio de 1994b.

_____. *Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília, Centro de Documentação e Informação/Coordenação de publicações, 1994c.

_____. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. *BIB*, Rio de Janeiro, nº 40, 2º semestre de 1995a.

_____. *Em busca do socialismo. Últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995b.

_____. *A contestação necessária*. São Paulo: Ática, 1995c.

_____. Florestan Fernandes, histórias e histórias. *Novos Estudos*, , nº42, julho, 1995d.
._____. Entrevista: Florestan Fernandes a Revista Veja, jul. 1995e, mimeo.

_____. Entrevista: Florestan Fernandes a Revista Veja, ag. 1995f, mimeo.

_____.*Tensões na Educação*. Salvador: SarahLetras, 1995g.

_____.*Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos: EDFSCar, 1997.

_____. Entrevista Florestan Fernandes. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 52, setembro 2005. Disponível em: http:// www.espacoacademico.com.br/052/52ffernades3.htm. Acesso em: 23 jun 2006. (entrevistado por Renato de Moraes e João Marcos Coelho)

B**) Produção sobre Florestan Fernandes**

ADOUE, S. B. Florestan Fernandes, a escola MST e o jardim cercado da academia. Revista Espaço Acadêmico, nº:47, abril 2005. Disponível em www.espacoacademico.com.br/047/77ms_adoue.htm. Acesso em 26 jun 2005.

ALGEBAILE, E. B. As pistas do silêncio: os estudos da década de 1970 e a educação na obra de Florestan Fernandes. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.*[252]

ALMEIDA, P. R. O paradigma perdido: a Revolução Burguesa de Florestan. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987

_____.Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro. Revista Espaço Acadêmico. Nº 52, setembro 2005. Disponível em: http:// www.espacoacademico.com.br/052/52ffernades3.htm. Acesso em: 2 agos 2006.

ANTUNES, R. Um espírito sintonizado com as lutas sociais. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

[252] As referências que analisam a educação na obra do Florestan têm asterisco.

ARAÚJO, O.A. A. *Educação e democracia no Brasil a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal nos anos 90*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Dissertação de Mestrado, 2006.

ARRUDA, M. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista". In: MICELI, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP. v. 2., 1995

_____. Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

_____. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. e GARCIA, Sylvia Gemignani., *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília; Paralelo 15/CAPES. 2003.

BASTO, E. R. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

BASTO, R. Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, P.H (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

BORBA, A. M. O folclore e suas relações com as ciências sociais, a educação e a socialização da infância em Florestan Fernandes. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

CANDIDO, A. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, F. H. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

_____. Introdução. In: FERNANDES, Florestan, A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In: *Intérpretes do Brasil*. SANTIAGO, S. (Coord.). Rio de Janeiro; Nova Aguilar, v. 3, 2000.

CARDOSO, M. L. Sobre a Revolução Burguesa no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

_____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*. São Paulo, EDUSP, no.10(26), 1996.

_____. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan. São Paulo:Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, nº 18, Junho de 2001. *(*Série Ciências Humana e Histórica)

_____.Notas para a Demarcação de um campo teórico em Florestan Fernandes: fundamentos, confrontos e perspectivas. São Paulo: Estudos Avançados da USP *Série Ciências Humanas. História,* nº 18, Junho de 2001ª.(Coleção Documentos)

_____. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes- algumas questões preliminares. São Paulo: Estudos Avançados da USP. Coleção Documentos, nº 8, Junho de 2001b. (*Série Política)*

_____. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes.* Campinas, SP: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

CARVALHO, E. de A. Descrição e interpretação. A antropologia de Florestan Fernandes. *Revista da USP*. São Paulo, (29), mar./maio 1996.

CATANI, A. M. Um educador engajado. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998*.

CERQUEIRA, L. (org.) Perfil parlamentar Florestan Fernandes. Brasília: *Centro de Documentação e Informação de Publicações*, 2004.

CHAVES, A. J. F. *Florestan Fernandes: um sociólogo pensando a educação(idéias educacionais de Florestan Fernandes –Década de 40-60)*.São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 1997*.

CHINELLI, F. Florestan Fernandes: educação e compromisso com a mudança**.** In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

COGGIOLA, O. Florestan Fernandes e o sociologia. *Revista Adusp*, São Paulo, nº 04, 1995.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. A integração do negro na sociedade de classes. In: MOTA, L. D. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: ed. Senac, 2002.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil. In: MOTA, D.L. *Introdução ao Brasil. Um banquete dos trópicos*. 4º. ed., São Paulo: Senac, 2004.

_____.Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia. *Estudos Avançados*, set./dez. vol.19, no.55, 2005.

COSTA, D. V. DE A. Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. Recife, UFP, Dissertação de Mestrado, 2004.

COSTA, E. V. da A Revolução Burguesa no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro, v.4, 1978.

COUTINHO, C.N. La filosofia de la praxis. Entrevista a Carlos Nelson Coutinho. IN: KOHAN, Nestor. *De ingenieros al che.* Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Buenos Aires:Biblos, 2000.
_____.Marxismo e "imagem do Brasil em Florestan Fernandes. Disponível em http://www.artnet.com.br/Gramsci/arquiv54.htm . Acesso em 15 mar 2005.
.
D' INCAO, M. A. Mudança social e sociologia libertadora. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes.*Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

DEL ROIO, M. Sociologia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas.* São Paulo: USP, 1998.

_____. A teoria da Revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, J. Q. *História do Marxismo no Brasil.* Campinas: editora da UNICAMp, 2000.

DURHAM, E. Formando gerações. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes.*Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

FLEURY, Paulo Jorge dos. *Embates e Resistências: política e Educação no pensamento de Florestan Fernandes.* Rio de Janeiro: UFF, Dissertação de Mestrado, 1996*.

FOSTER, E. da L. S. A questão racial e a educação democrática em Florestan. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes.* Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

FREDERICO, C. Florestan jornalista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 set., 1998, jornal de resenha.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes.*Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

_____.Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, v.26, 1996.

_____. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, set./dez. v.19, no.55, 2005.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: 34, 2002.

GNACCARINI, J.C. Folclore e sociologia. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

GORENDER, J. A revolução burguesa e os comunistas. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. Confluências e contrações da construção sociológica. Revista Adusp, São Paulo, nº04, 1995.

GUEDES, A. T. *Sobre Florestan Fernandes e a idéia de Escola paulista: algumas visões*. Brasília, UNB, mimeo., 2006.

HECKSHER, M. H. *Guerreiro Ramos –sociólogo da sociologia nacional*. Rio de janeiro, UFRJ/ESS, Tese de doutorado, 2004.

HERCKERT, A. L. C. Florestan na Fernandes e a década de 1980: " Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo". In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

IANNI, O. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, O. *Florestan*.Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1986.

_____. Sociologia Crítica. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____ A sociologia de Florestan Fernandes. Estudos Avançados. São Paulo, EDUSP, no.10(26), 1996.

_____ A sociologia no Brasil. In: MARTINEZ, P.H (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo, USP, 1998.

IMAMURA, A. C. *Florestan Fernandes: a sociologia como paixão*. São Paulo, FFLCH-USP, 1995.

JUNQUEIRA, C. A questão indígena. . In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: FFLCHC-FIL, Tese de doutorado, 1999.

LEBRUN, G. O Brasil de Florestan Fernandes. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes.*Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

LEPINE, C. A imagem do negro. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes.*Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

MACHADO, L. *A educação na Assembléia Nacional Constituinte sob a ótica de Florestan Fernandes: um estudo da participação popular nos quadros da democracia da Nova República*, 1998. Disponível em: http://www.florestaneducador.hpg.ig.com.br. Acesso em 26 jul 2002*.

MACIEL, L. Entrevista concedida em 26 de novembro de 1998. In: FERREIRA, M. F. e FREIRE, D. R. *Vozes da Oposição*. Rio de Janeiro: Grafline Artes e Editora Ltda, 2001.

MARIOSA, D. F. *Florestan e os tupinambá*. *C*ampinas: IFCH/UNICAMP, junho 2005.

MARTINS, C. E. Verbete Florestan Fernandes. In: SADER, E. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo/LPP, p.534-536, 2006.

MARTINS, J. S. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Prefácio à 5ª edição. In: FERNANDES, F. *Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006

MARTINS, T. G. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2002.

.
MATUI, J. *Cidadão e Professor em Florestan Fernandes*.São Paulo: Cortez, 2001*. (Coleção Questão da nossa época, v.90)

MAZZA, D. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941 a 1964)*. São Paulo:UNICAMP, Tese de Doutorado, 1997*.

_____. A produção sociológica de Florestan Fernandes. In: 22ª Reunião Anual da ANPED, 1999, Caxambu. CD-ROOM da 22ª Reunião Anual da ANPED. São Paulo : MicroSerçvice Microfilmagens e Reprodução Técnicos-Ltda, 1999.

_____. A leitura do Folclore Paulistano: a contribuição de Florestan Fernandes. In: 24ª Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambu. CD-ROOM da 24ª Reunião anual da ANPED, 2001. v. 1

_____. Verbete Florestan Fernandes. In: Maria de Lourdes de A. Favero; Jader de M. Britto;. (Org.). *Verbete de Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC/INEP, 2002, v. 1.
.

MOTA, C. G. O intelectual e o político.In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, editora Ática, cap.iv, 1994.

NAGLE, Um pensamento para a construção. IN: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987*.

NETTO, J. P. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: NETTO, J. P. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

ODÁLIA, N. Um marco na historiografia brasileira. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo:Unesp, 1987.

OLIVA, A. *Empirismo na sociologia: avaliação crítica dos fundamentos filosóficos da sociologia científica de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 1986.

OLIVEIRA FILHO, J. J. de. *A reflexão metodológica em Florestan*. *Revista da USP*. São Paulo, (29), mar./maio 1996.

OLIVEIRA, M. M. O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005ª*.

_____. Dez anos sem o mestre. Observatório da Imprensa. RJ, ano 9, nº341, 08 de agosto de 2005b. Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br. Acesso em 20 ago 2005b*.

_____. *O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista*. Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 2006*.

OLIVEIRA, R. C. de O ensino de antropológico de Florestan Fernandes: recordações de um ex-aluno. *Revista da USP*. São Paulo, (29), mar./maio 1996.

PAIVA, C. A. N. *Capitalismo dependente e (contra) Revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. UNICAMP/IA, Tese de Doutorado, 1991.

PATTO, M. H. S. Lições de militância: Florestan Fernandes e a escola pública. In: PATTO, M. H. S. *Mutações do cativeiro:escritos de psicologia e políticas*. São Paulo:Hachker Editores/Edusp, 2000.

PEIRANO, M. A antropologia esquecida de Florestan: os Tupinambá. *Anuário Antropológico/82*, Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1984.

PEREIRA, J.B. B. Raça e classe no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

_____.A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. *Revista da USP*, São Paulo:USP, 1996.

PEREIRA, L. Florestan Fernandes e a sociologia no Brasil. In: PEREIRA, L. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

PINTO, E. R. de. *A sociologia de Florestan Fernandes*. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 1992.

REGO, W. D.L. Intelectuais, Estado e ordem democrática. Notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes. In: RIDENTI, M. *et al* (org.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RENNER, C.H.O. Marco zero do processo histórico brasileiro: os tupinambá. In: D' Incao, M. A. (org.) *O saber Militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Unesp, 1987.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

RIDENTE, M. Um romantismo revolucionário em Florestan Fernandes? In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

RODRIGUES, J. A. Uma síntese original. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

RODRIGUES, L.S. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2006.

RODRIGUES, M.U. *O tempo e o espaço em que vivi. II Revolução e contra-revolução na América Latina*. Porto: Campos Letras, 2004. II Tomo.

ROMÃO, W. de M. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. SP: USP, Dissertação de Mestrado, 2003.

SACCHETTA, Vladimir. Sumário do Curriculum de Florestan. *Estudos Avançados*, nº 26, São Paulo: USP, 1996.

SANTOS, M. A. C. Educação e democracia no pensamento de Florestan Fernandes na década de 1960 In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

SANTOS, R. Dos. *Saber e compromisso: Florestan Fernandes e a escola pública*. Passo Fundo:UFP, 2002*.

SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a Educação. *Estudos Avançados*. São Paulo, EDUSP, no.10(26), 1996ª*.

SECCO, L.F. A sociologia como previsão: Florestan e a Revolução dos Cravos. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.
SEREZO, H.C. *Florestan:a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA JUNIOR, C. A. O sociólogo da mudança e o militante da transformação. IN: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987*.

SILVA, A. F. da Florestan Fernandes e a educação brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005*.

SILVA, L. F. *Florestan Fernandes: a academia, o marxismo e a revolução*. Disponível http:// www.pstu.org.br/teoria. Acessado em 18 jan. 2006.

SILVA, R. M. L. Florestan Fernandes e o problema da formação da classe. In: OSMAR, F. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

SILVEIRA, P. Estrutura e história. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, v.4, 1978.

SILVEIRA. Heloisa FernandesUm publicista revolucionário. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. Prefácio. In: FLORESTAN, F. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1979.

_____.Capitalismo selvagem, dominação autocrática-burguesa e revolução dentro da ordem. Margem esquerda. São Paulo:Boitempo, nº8, 2006.

_____. *Florestan Fernandes e a educação*. São Paulo, mimeo., 2005*.

_____.Chaves do exílio e portas da esperança. Revista de Psicanálise.Ano XIX, nº185, março, 2006. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/185_10.pdf. Acesso: 5/1/08.

_____.*et al. Tudo na vida é sério mas nada é definitivo*. São Paulo: Edusp, 1995b. Disponível em http://www.adusp.org.br/revista/04/r04a05.pdf. Acesso em: 7 fev. 2005.

SINGER, P. Reminiscência de Florestan Fernandes. *Revista da USP*, São Paulo:USP, 1996.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes:o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

TOLEDO, C. N. Hegemonia e poder político. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber Militante- ensaios sobre Florestan Fernandes*.Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Unesp, 1987.

_____. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

VALENTE, I. Florestan, o PT e o socialismo. In: MARTINEZ, P.H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: USP, 1998.

WEYH, C. B. . Florestan Fernandes e a Sociologia da Educação Brasileira – A contribuição dos anos 80. In: I CEPIAL, Marecham Cândido Rondon – PR. I CEPIAL – ANAIS. Marechal Cândido Rondon : Universitária, 1992*.

_____. Limites e possibilidades da sociologia critica em Florestan Fernandes. In: IV Semana de Pós-Graduação em Educação, 1991, Santa Maria. Cadernos Pedagógicos. Santa Maria : LAPEDOC, 1991*.

_____. Florestan Fernandes e a sociologia da educação brasileira : a contribuição dos anos 80. Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Educação, 1993ª*.

_____ ARENHART, O. L. O. . Fundamentos do Pensamento Sociológico de Florestan Fernandes. In: Lívio Osvaldo Arenhardt. (Org.). *Educação Para Crescer – Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino – Sociologia* – 2 Grau. Ijuí: UNIJUI, 1993b*.

XIDIEH, O. E. O folclore em questão. In: D' Incao, M. A. (org.) *O saber Militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

Entrevistas realizadas pela autora

Laurez Cerqueira, em nov de 2004.
José Paulo Netto, em 9 de jan 2006.
Celso Beiseigel, em 2 fev 2006.
Paulo Martinez, em 30 ago 2006.
Vladimir Sacchetta, em 30 ago 2006.
Carlos Guilherme Mota, em 31 ago 2006.
Miguel Urbano Rodrigues, em out. 2006 (via Internet)
Ivan Valente, em 26 out. 2006

Transcrição de palestra, debates e programas audivisuais

Cândido, Antônio.
NETTO, J. P. 2005

C) Referência Geral

ALI., T. *A nova face do império: os conflitos mundiais do século XXI*. Tariq Ali em entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

AMIN, S. Entrevista: 50 º Aniversário da conferência de bandumg por uma renovação da solidariedade dos povos do sul. Disponível em http:// http://www.mra.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=177. Acessado em: 31 mai 2005.

ANDREOTTI, A.L. A administração escolar na Era Vargas e no nacional desenvolvimentismo. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art8_22e.pdf. Acessado em 08/12/2007.

AQUINO, et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. RJ/SP: Editora Record, 2000.

_____. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais* (da crise do escravismo ao apogeu neoliberalismo) Rio de Janeiro: Editora Record, 2000b.

AZEVEDO, F. de *História de minha vida*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1971.

BAMBIRRA, V. & SANTOS, T. dos. *La estratégia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lênin*. México: Editora Era, tomo 2, 1981.

BARAN, P. A. *a Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo:Abril Cultural, 1984.

BARÃO, C.A. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, J.Q. et al. *História do Marxismo*. Campinas Editora da UNICAMP, 2003.

_____.*O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário*. Niterói: UFF, Tese de doutoramento, 2005.

BARÃO, G. de O D. *Conferência mundial de Educação para Todos – um novo consenso para universalização da educação básica*. Rio de Janeiro:UERJ, Dissertação de Mestrado, 1999.

BARBOSA, G. *A Nova Ofensiva do Imperialismo e as Contra-Reformas de FHC*. Mimeo., 1996.

_____. *A Resistível ascensão Do Fascismo Estadunidense*. Mime., 2006a.

_____. *As crises no capitalismo monopolista e as novas fronteiras da época imperialista*. Mime., 2006b.

BATISTA, I. Escola profissional ferroviária cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa: (1940-1973) um modelo de educação profissionalizante. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_080.html. Acesso em: 2/11/2007.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

BOTTIMORE, T. (org). *Dicionário do Pensamento Marxista*.Tradução de Waltensir Dutra, Organizador da edição brasileira: Antonio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo A Educação Negada: Introdução ao estudo da Educação Brasileira Contemporânea. 3ª ed. SP: Cortez, 2001.

_____. *Ideologias em conflitos: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.

BUONICORE, A. C. *Marxismo e classes sociais*. *Disponível em* http://www.vermelho.org.br . Acesso em: 15 jul 2004.

CARDOSO, C.F.S. Sobre los modos de producción coloniais de América.Cuadernos de Passado y Presente. Córdoba, Buenos Aires:Siglo XXI Argentina Editores S.A, nº 40, 1973.

_____.El modo de producción esclavista colonial en América. Cuadernos de Passado y Presente. Córdoba, Buenos Aires:Siglo XXI Argentina Editores S.A, nº 40, 1973b.

_____. As concepções acerca do "Sistema Econômico Mundial" e do "Antigo Sistema Colonial"; e a preocupação obsessiva com a "extração de excedentes". In:LAPA, J.R. do A. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

COSTA, S. *Comuna de Paris: história, crise política e revolução*. Disponível em http://www.comunismo.com.br/paris3.html. Acesso em 15 jul 2004.

DORIA, C. A. o Dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução. In: MORAES, J. M. (org.) *História do Marxismo no Brasil: teorias. Interpretações*. Campinas, SP: Ed.Unicamp, v.3, 1998, p.201-244.

DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós modernas da Teoria Vigotskiana*. Campinas, São Paulo:Autores Associados 2001.

COUNTS, G. S. A educação dos Estados Unidos através do espelho soviético. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP, nº 49, 1953.

_____. *Educação para uma sociedade de homens livres na era tecnológica*. RJ:INEP/CBPE, 1958.

CRUZ, M. V. Brasil nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html. Acesso em: 0/12/2007.

CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves Ed., 1975.

CUNHA, L. A. & GOÉS, M.de *Golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985.

CUNHA, M. V. A Educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do INEP. R. bras. Est. Pedag.. Brasília, 72(171), mai/ago., 1991.

_____. Jonh Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. Revista brasileira de educação. Campinas: Autores Associados, nº.17, maio/jun./jul./ago., 2001.

_____. Ciência e educação na década de 1950: uma reflexão com a metáfora percurso. Revista brasileira de educação. Campinas: Autores Associados, nº25, jan./fev./mar./abr., 2004.

_____. O mundo em movimento: John Dewey em periódicos educacionais brasileiros. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0220t.PDF. Acesso em: 10/11/2007.
EDITORIAL PROGRESO. *Diccionario de filosofia*. Moscú, 1984.

EDITORIAL PROGRESSO. Método. In: *Dicionário de Filosofia,* Moscou: editorial progresso, 1980.

ELIAS, Beatriz. A USP nos arquivos do DOPS. Revista ADUSP, São Paulo, nº13, 1998.

ENGELS, Friedrich. Prefácio a Guerra Camponesa na Alemanha.In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.II, 1976.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: . In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.I, 1977

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
_____. Introdução. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v.III, s/d2.

_____.A "contribuição à crítica da economia política", de Karl Marx. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v.III, s/d2.

ESQUINSANI, R.S.S. O público e o privado em educação: o caso Anísio Teixeira e a igreja católica no RGS. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art22_9.html. Acesso em: 9/12/2007.

FERREIRA, M. S. *O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2001.

_____.O Centro Regional de Pesquisa de São Paulo (1956-1961). Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0221841896493.doc. Acesso em 1/11/2007.

FREDERICO, C. *Sociologia da cultura: Lucian Goldmann e os debates do século XX*. São Paulo: Cortez, 2006.

F.I.S.E (org) *A educação norte-americana em crise*.RJ: Editorial Vitória, 1956.

GARCIA Marco Aurélio, COUTINHO, Carlos Nelson, COMPARATO, K. et al. Como pensar? *Lua Nova*, SP, 2001, nº 54, p.87-132.
GERAS, N. Althusser, Louis. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*.Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1983.

GIUDICE, F. Um eslogan posmoderno. Disponível em www.rebelion.org/noticia.php?id=48329. Acesso: em 19 mar 2007.

GOMES, A. de O. Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_064.html. Acesso em 9/12/2007.

GUAZZELLI, C.B. *História contemporânea da América Latina (1960-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

HABERT, N. *A década de 70*. São Paulo: Ática, 1992.

HARRIS, L. Capitalismo monopolista. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*.Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.

_____. Periodização do capitalismo. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, E. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: *História do marxismo: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____.. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. HOBSBAWN, Eric. Adeus a Tudo Aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da Queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. *A Era dos Extremos: 1914 - 1991*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. Educação e Classes Sociais. In: *Industrialização e Desenvolvimento social no Brasil.*Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro, 1979.

IGLÉSIAS, F. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

KIERNAN, V.G Revolução. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.324-327.

KILPATRICK, W.H. A filosofia da educação de Dewey. RBEP : RJ, v.XIX, nº49, jan./mar., 1953.

_____.*Educação para uma civilização em mudança*. SP: Melhoramentos, 1969.

KOSCHELAVA, V. *Mito de los dos marx*. Buenos Aires : Ed Futuro, 1966.

LABICA, G. *As " teses sobre Feuerbach" de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LARRAIN, J. Ideologia. In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.183-187.

LENIN, V. O imperialismo, fase superior do capitalismo. IN: *Obras escolhidas*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1979, Tomo 1, p.575-671.

_____. *A Falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós livraria e Editora, 1979a.
_____.. Del artículo 'sobre el derecho de las naciones a la audeterminacion. In: *La lucha de los pueblos de las colônias y países dependientes contra el imperialismo*. Moscou: Editorial Progesso, s/d, p.90-123.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
_____.O Estado e a Revolução. IN: *Obras escolhidas*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980, tomo 02, p.222-305.

LINS, L. de L. M. Um olhar sobre o colégio Santíssima Sacramento (1940-1960) - Alguns aspectos da educação feminina em Alagoinha-BA. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art03_21.pdf. Acesso em 2/11/2007.

LOMBARDI, J.C. (org.) *marxismo e educação*. Campinas: Autores Associado, 2005.

LOPES, J. R. B. *O* papel do Estado na recente fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.4, 1978, p.190-195.

LUGLI, R. S. G. O trabalho docente no Brasil: os discursos dos centros Regionais de Pesquisas Educacionais e das entidades representativas do magistério (1950-1971). Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/rosariosgentalugli.rtf. Acesso em: 01/11/2007.

LUXEMBURGO, R. La acumalación de capital. México, Ed. Grijalbo, 1967.

MACIEL, L.L. Depoimento: Lysâneas Maciel. In: FERREIRA, M.M. et al. *Vozes da Oposição*. Rio de Janeiro: Grafilme Artes Gráficas, 2001.

MARIATEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: alfa-ômega, 1975c.
_____. *Temas de educacion*. Lima: Biblioteca Amauta, 1984.

MARTÍ, José. *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1991. (coleção Nossa América)

MARX, K.. e ENGELS, E. *Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s/d1. Volume I e Volume II.

_____. O Manifesto do Partido Comunista. In: In: . In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. URSS: Edições progresso, 1987.

_____. Mensagem do Comite Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.III, s/d3.

MARX, K. A burguesia e a contra-revolução. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.III, s/d.

_____. As lutas de classe na França de 1848 a 1830. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.III, s/d2.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.III, s/d6.

_____. Prefácio à 'Contribuição à crítica da economia política' . In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.III, s/d7.

_____. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 1, v.1 e 2., 1975.

_____. A guerra civil na França. In: In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.I, 1977.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, Friedrich. *Textos*. SP: Edições Sociais, v.I, 1977.

_____.Para a crítica da economia política. In: MARX, K. *Manuscritos econômicos –filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (os pensadores)

_____.Carta a Joseph Weydemeyer. Lisboa/Moscovo: Ed. Progresso, 1982. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm. Acesso:12/6/06.

_____. Karl Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano (1844). *Revista Praxis*, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____**.** *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2002.

MELO, G.F. & INACIO FILHO, G. Colégio Nossa senhora das dores (140-1966); educação feminina. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art5_15.pdf. Acesso em: 06/12/2007.

MENDONÇA, S. M. e FONTES, V.M. *Historia do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2004.

MENDOÇA, A.W. & XAVIER, L. O INEP no contexto das políticas do MEC (1950/1960). Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/artigo6.php. Acesso em 26/11/2007.

_____.O INEP e a modernização do ensino brasileiro (anos 1950/1960). Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-761--Int.rtf. Acesso em: 26/11/07.

MENDONÇA, A.W. et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. Revista brasileiro de Educação. RJ, v.11, Jan./abr., 2006.

MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MORAES FILHO, E.A. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, J.Q. et al. *História do Marxismo*. Campinas Editora da UNICAMP, 2003.

MORAES, J.Q. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In: *História do Marxismo no Brasil: teorias. Interpretações*. Campinas: Ed.Unicamp, v.3, 1998, p.161-200.

_____. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, J.Q. e DEL ROIO, M. (org.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p.151-210.

MOURA, R. N. de A. & CARVALHO, S. M. de B. Trajetória de professoras normalistas na década de 50 na região de Campos Gerais-PR: um recorte histórico através da história oral. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_095.html. Acesso em: 1/11/07.

NETTO, J.P. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. vii-xxi.
_____. Para ler o Manifesto do Partido Comunista. In: *Marxismo impenitente: contribuições à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004, p.45-86.

_____. *Transcrição das aulas da disciplina O marxismo no século XX*. Rio de Janeiro: FSS/PPG, 2005.

PEREIRA, E. W. & ROCHA, L.M. F. Anísio Teixeira e o Plano de Educação de Brasília. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-667--Int.doc. Acesso em: 10/11/2007.

PEREIRA, L. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo: FFCL/USP, 1960.

PRESTES, L. C. *Prestes Hoje*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1993.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

SANFELICE, J. L. Estado e Política Educacional. In: LOMBARDI, C. (org.) *Temas de Pesquisa em educação*. São Paulo: Autores Associado, 2003.

_____. *Reforma do estado e da Educação no Brasil de FHC. Mimeo*. Resenha do livro de João dos Reis Silva Jr. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. O manifesto dos educadores (1959) à luz da História. Educação & Sociedade, 2007, v.28, n.99.

SANTOS, I. S. dos, PRESTES, R.I. & VALE, A.M. Brasil, 19390-1961: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art10_22.pdf. Acesso em: 08/12/2007.

SARTRE, J.P. *Questão do método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SAVIANI, D. *Anísio Teixeira: clássicos da educação brasileira*.Disponível em http://www.fae.unicamp.Br/demerval/index2.html. Acesso em: 26 jul 2002.

_____. *Ensino Público e algumas falas sobre universidade*. 5. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associado, 1991a.

_____. D. *Escola e Democracia*. São Paulo, Cirtez: Autores Associados, 1991b.

_____. *Educação e questão da atualidade*. São Paulo: Livro do tatu, Cortez, 1991c.

_____. Política Educacional no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. *A Nova lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas*. São Paulo, Ed. Autores Associados, 1997

_____.*Pedagogia histórico-crítica*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____.*História das Idéias pedagógicas*. Campinas: São Paulo, 2007.

SAVIANI, N. *Sobre o conceito de proletariado em Marx: situando o debate*. Disponível em http//: www.vermelho.org.br. Acesso em: 15 jul 2004.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. A escola normal de Maringá-PR: o ensino público como projeto político. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_081.html. Acesso:1/11/2007.

SEGATTO, J.A. *Revolução e história*. Disponível em http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=409. Acesso em 12/2/2007.

SILVA, L.F. *Sociedade civil e democracia política no Brasil*. Aventuras e Desventuras no Pensamento Marxista entre 1980 e 1995. Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Tese de Doutorado, 2000.

_____. Pensamento social brasileiro: m*arxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & mente, 2003.

SUCHODOLSKI, B. *Teoria marxista da educação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

TOLEDO, C.N. *ISEB:fabrica de ideologia*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

_____. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. E-Premissas.Revista de estudos estratégicos. nº1, jun./dez. 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.08.pdf. Acesso em: 20/11/2007.

_____.1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Ver. Brás. Hist. SP, v.24, ano 47, 2004.

VIDAL, D. G. Uma biblioteca escolar: práticas de formação docente no Rio de Janeiro, 1927-1935. Disponível em http//extralibris.info/artigo/1. Acesso em 18/11/2007.

VILAR, P. História Marxista história em construção. In: Le GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro:F. Alves, 1976, p.146-178.

VILAR, P. Marx e a História. In: HOBSBAWM, E. *História do Marxismo: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1979, p.91-124.
WARDE, M. J. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, nº. 5, jan./jun., 2003.

WEEKS, J. Imperialismo e mercado mundial. In: BOTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.187-191.

YAMAMOTO, Oswaldo. *A educação brasileira e a tradição marxista*. Natal: EDUFRN/ São Paulo: Moraes, 1996.

XAVIER, M. do C. Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate. Revista brasileira de história da educação.Campinas: Autores Associado, nº 9, jan./jun., 2005.

XAVIER, N.L. A pesquisa educacional como razão: análise de uma experiência institucional (1950-1960). Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0207t.PDF. Acesso em 1/11/2007.

APÊNDICE

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES[253]
Anos 1920 até anos 40

1920	1921 a 1923 -	1926	1927-1929-	1930-1937	1938-1940
Nasce Florestan Fernandes	Reside com a mãe na casa da família Bresser	Retorna à casa da família dos Bresser Freqüenta uma escola primária e começa a trabalhar	o Volta a morar com a mãe e estuda até o 3º ano primário	Exerce várias ocupações profissionais	Cursa o secundário e colegial (curso de madureza) no Ginásio Riachuelo. Passa a trabalhar no laboratório Novaterápica

[253] O objetivo é organizar cronologicamente os fatos considerados mais significativos na trajetória de Florestan Fernandes.

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES

Anos 40

1941-1943	1943	1944	1945	1946
Ingressa na Universidade para cursar Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo É admitido na empresa Boticão Universal Passa a escrever na Folha de São Paulo e no Estado de São Paulo	Em 1943, a partir da relação com Hermínio Sachetta, começa a fazer parte da militância clandestina do Partido Socialista Revolucionário (PSR) Permanece nesta organização até 1952	Licenciatura no curso de Didática Passa a trabalhar como propagandista de um laboratório do Rio de Janeiro, até 1946 Publica na Folha de São Paulo	Torna-se auxiliar da cadeira de Sociologia II sob a orientação de Fernando de Azevedo Publica na Folha de São Paulo	Publicação da tradução da Contribuição à crítica da economia política. Florestan apresenta uma bela introdução ao texto de Marx

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES
Anos 50 até 1962

1951	1952	1953	1954-1969	1956	1959-1960	1961	1962
Pesquisa financiada pela UNESCO realizada com Roger Bastide sobre as Relações raciais em São Paulo	Assume a cadeira de Sociologia I no lugar de Roger Bastide Organiza um grupo de pesquisa que funcionava em cooperação Deixa de estar filiado e atuando no PSR	Florestan torna-se livre-docente da cadeira de Sociologia I com a tese: "Ensaios sobre o método de investigação científica"	O grupo de pesquisa encaminha vários projetos abrangendo temas referentes: relações raciais, empresa industrial em São Paulo.	Emprega o conceito de dependência e burguesia dependente	Participa de forma intensa da Campanha em defesa da escola pública Começa a debater com profundidade o tema da dependência Na USP é organizado o Seminário "O capital", em que Florestan ficou de fora	Florestan abre as portas da universidade para as iniciativas promovidas pelas organizações da oposição antifascista portuguesa e do Movimento Afro-brasileiro pró-Libertação de Angola - MABLA	O centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) é aprovado na congregação(1961) e criado oficialmente em 1962

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES
Anos 1964 até 1972

1964	1965	1966	1967 – 1968	1969	1970-1972
Florestan torna-se professor Titular da cadeira de Sociologia I com a tese: "A integração do negro na sociedade de classe"	*Visting-scholar* na Columbia University (2º semestre até janeiro de 1965)	Escreve a primeira parte da Revolução burguesa no Brasil	Participa do movimento de reforma universitária, onde ministrou várias conferências e participou de passeatas	Florestan é afastado da universidade, pelo ato institucional nº5 é obrigado à aposentadoria compulsória, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço A impossibilidade de exercer a docência veio com o ato institucional nº 10 que impedia o ingresso dos aposentados nas instituições de ensino e pesquisa *Latin American in Residence,* na universidade de Toronto (1969/1970)	Professor titular na Universidade de Toronto

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES
Anos 1972 até 1979

1972/1973	1973-1975	1976-1977	1977	1978	1979
Retorna ao Brasil	Amarga um exílio interno. Usa a escrita como forma de combate **1975** é publicado o livro a Revolução burguesa no Brasil **1973-1974** contribui para a elaboração das Revistas: *Debate e Crítica (*depois *Contexto*) e *Argumento*	Professor de cursos de Extensão cultural no *Instituto Sedes Sapientiae*	Professor contratado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Último trimestre professor *Visiting-professor* na Yale University	Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (até 1987) 1978 passa a coordenar a "Coleção Grandes Cientistas Sociais" até 1990	Anistia - recusa a pedir reintegração à USP Curso sobre a revolução cubana na USP, aos sábados

CRONOLOGIA DA BIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES
Anos 1980 até 1995

1981	1982-1986	1987-1990	1991-1994	1995
Florestan sofre um enfarto	Em 1983 passa a colaborar na Folha de São Paulo na seção Tendências e Debates 22 a 24 de maio de 1986 – Homenagem a Florestan Fernandes na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP/ campus Marília. *Doutor Honoris Causa,* universidade de Utrecht, 1986.	Exerce o mandato de Deputado Federal Constituinte A partir de junho de 1989, passa assinar uma coluna semanal na *Folha de São Paulo* até 1995. *Doutor Honoris Causa,* universidade de Coimbra, 1990.	Exerce o mandato de Deputado Federal	Morre Florestan Fernandes